

Júlio Bentivoglio
Bruna Breda Bigossi
Bruno César Nascimento
Hugo Ricardo Merlo
Luna Halabi
ORGANIZADORES

O historiador brasileiro e
seus públicos hoje e

**O HISTORIADOR BRASILEIRO E SEUS
PÚBLICOS HOJE**

Copyright © 2016 Julio Cesar Bentivoglio, Bruna Breda Bigossi, Hugo Merlo, Bruno César Nascimento e Luna Halabi

Todos os direitos reservados. A reprodução de qualquer parte desta obra, por qualquer meio, sem a autorização dos autores, constitui violação da LDA 9610/98.

1ª Edição – 2016

Textos e sua revisão são de responsabilidade exclusiva dos autores.

Preparação dos originais

Bruno César Nascimento

Julio Bentivoglio

Capa

Hugo Ricardo Merlo

Imagem da capa

Teste nuclear realizado em Nevada (EUA), 1947. National Nuclear Security Administration/
Nevada Site Office

Projeto gráfico e diagramação

Bruno César Nascimento

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

SE471 Seminário Brasileiro de História da Historiografia.
O Historiador brasileiro e seus públicos hoje/ Júlio Bentivoglio, Bruna Breda Bigossi, Bruno César Nascimento, Hugo Ricardo Merlo, Luna Halabi
– Ouro Preto: EDUFOP, 2016.

Inclui bibliografia
ISBN : 978-85-288-0347-1

1. Brasil – História – Teoria. 2. Historiografia.
3. Seminário. 4. Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia. I. Bentivoglio, Júlio. II. Bigossi, Bruna Breda. III. Nascimento, Bruno César. IV. Merlo, Hugo Ricardo. V. Halabi, Luna.

CDD-907.2

Júlio Bentivoglio
Bruna Breda Bigossi
Bruno César Nascimento
Hugo Ricardo Merlo
Luna Halabi

ORGANIZADORES

**O HISTORIADOR BRASILEIRO E SEUS
PÚBLICOS HOJE**

9º Seminário Brasileiro de História da Historiografia

REALIZAÇÃO



Lucia Maria Paschoal Guimarães

Presidente da SBTHH



Júlio César Bentivoglio

Coordenador LETHIS (UFES)



André de Lemos Freixo

Coordenador NEHM (UFOP)

<http://www.seminariodehistoria.ufop.br/9snhh/>

APOIO



SUMÁRIO

PDF

APRESENTAÇÃO	11
PARTE 1: Historiadores: disputas de memórias e narrativas no Brasil contemporâneo	13
GUERRAS DE MEMÓRIAS EM TEMPOS DE COMISSÃO DA VERDADE (2012-2014).....	14
<i>Mateus H. F. Pereira</i>	
A CRISE POLÍTICA ATUAL E A EDIFICAÇÃO DE NARRATIVAS: ENTRE O GOLPE E A LEGALIDADE.....	37
<i>Ueber José de Oliveira</i>	
PARTE 2: Leitura e escrita da história no Brasil	57
ESTADO E AUTONOMIA DO APARATO REPRESSIVO NA LEITURA ARENDTIANA DO TOTALITARISMO	58
<i>Amarildo Mendes Lemos</i>	
ESCRITA DA HISTÓRIA E DIPLOMACIA: BARTOLOMÉ MITRE E AS RELAÇÕES ENTRE BRASIL E ARGENTINA.....	70
<i>Ana Paula Barcelos Ribeiro da Silva</i>	
BREVES APONTAMENTOS SOBRE A HISTORIOGRAFIA DO PARTIDO SOCIALISTA POPULAR CUBANO.....	79
<i>Ana Paula Cecon Calegari</i>	
OS INDÍGENAS NA NAÇÃO PERUANA. A GUERRA DO PACÍFICO COMO ACONTECIMENTO.....	93
<i>Bruno Batista Bolfarini</i>	
AS REVISTAS DE HISTÓRIA COMO FERRAMENTA DE AFIRMAÇÃO DE UM PODER SIMBÓLICO.....	104
<i>Bruno César Nascimento</i>	
SOCIEDADE E INTERSEÇÕES UNIVERSIDADE, ESCOLA: CURSOS DE HISTÓRIA, CULTURA HISTÓRICA E PÚBLICOS DE HISTÓRIA.....	110
<i>Bruno Flávio Lontra Fagundes</i>	
REPUBLICANISMO, REVOLUÇÃO E HISTORIOGRAFIA: ALEXANDRE DUMAS E UMA HISTÓRIA DA REVOLUÇÃO FRANCESA	120
<i>Carlos Mauro de Oliveira Júnior</i>	
HISTORIOGRAFIA AMERICANA E A REVISTA DE HISTÓRIA COMO MECANISMO DE COMBATE À CENSURA.....	130
<i>César Haueisen Zimerer Perpétuo</i>	

O POVO BRASILEIRO: FOLCLORISTAS PENSANDO A NAÇÃO.....	141
<i>Erasmoo Peixoto de Lacerda</i>	
ENSINO RELIGIOSO, FONTES E HISTORIOGRAFIA: UM BALANÇO ENTRE LEGISLAÇÕES E O COTIDIANO ESCOLAR.....	152
<i>Evandro Francisco Marques Vargas</i>	
A ALIMENTAÇÃO COMO FORMA DE ABORDAGEM HISTÓRICA: REFLEXÕES SOBRE O DEBATE.....	163
<i>Fernando Santa Clara Viana Junior</i>	
ARGUMENTO: ENTENDER E INTERVIR NO MUNDO.....	171
<i>Flávia Beatriz Ferreira de Nazareth</i>	
A POLÍTICA EXTERNA DE FREDERICO, O GRANDE, NO PRUSSIANISMO DE JOHANN GUSTAV DROYSEN.....	179
<i>Francesco Guerra</i>	
BENEDITINOS VANNISTAS: ERUDIÇÃO, REFORMA E O CASO DE DOM CALMET.....	187
<i>Gabriel Elysio Maia Braga</i>	
TERRITÓRIO, FRONTEIRA E IDENTIDADE: OS CITAS DE HERÓDOTO.....	193
<i>Gabriela Contão Carvalho</i>	
A PERSPECTIVA DE GÊNERO NA HISTÓRIA: ORIGENS, PROBLEMATIZAÇÕES E POSSIBILIDADES.....	202
<i>Gabriela Rodrigues de Lima & Mirela Marin Morgante</i>	
UM PROBLEMA HISTÓRICO-GEOGRÁFICO: ONDE FOI O ASSENTO DA VILLA DE S. ANDRÉ DA BORDA DO CAMPO (1902-1909).....	209
<i>Gerson Ribeiro Coppes Jr.</i>	
ALGUNS ASPECTOS DA HISTORIOGRAFIA MODERNISTA NO BRASIL.....	220
<i>Hugo Ricardo Merlo</i>	
BIOGRAFIA E HAGIOGRAFIA COMO PROBLEMA: DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA PARA O ESTUDO DA HISTÓRIA ANTIGA.....	230
<i>João Carlos Furlani</i>	
VIRTUDES EPISTÊMICAS NA HISTORIOGRAFIA PROFISSIONAL BRASILEIRA: O CASO DA “SENSIBILIDADE HISTÓRICA”.....	241
<i>João Rodolfo Munhoz Ohara</i>	
HISTÓRIAS DO BRASIL NO SÉCULO XIX: NOTAS SOBRE ALGUMAS OBRAS RECENTEMENTE DESCOBERTAS.....	252
<i>Julio Bentivoglio</i>	

PELA MORALIZAÇÃO DO SUFRÁGIO: A CAMPANHA PELA ELEIÇÃO DIRETA NO BRASIL IMPÉRIO (1860-1881).....	279
<i>Kátia Sausen da Motta</i>	
PRÁTICAS DE MEMÓRIAS E APRENDIZAGENS HISTÓRICAS: PATRIMÔNIO E FORMAÇÃO DOCENTE EM DIAMANTINA – MG.....	290
<i>Luciano M. Roza & Elizabeth Aparecida Duque Seabra</i>	
MANOEL BOMFIM E A REVOLUÇÃO COMO ALTERNATIVA HISTÓRICA PARA O DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE BRASILEIRA.....	298
<i>Luiz Carlos Bento</i>	
JACOB BURCKHARDT, A CRISE DA MODERNIDADE E OS LIMITES DA CIÊNCIA HISTÓRICA OITOCENTISTA.....	310
<i>Marcelo Durão Rodrigues da Cunha</i>	
USOS E ABUSOS DO PASSADO: O CASO DOS GUIAS POLITICAMENTE INCORRETOS DE HISTÓRIA.....	321
<i>Márcia Elisa Teté Ramos</i>	
TEMPO E NARRATIVA NO DEBATE ENTRE LOUIS MINK E DAVID CARR..	333
<i>Marcus Vinícius de Moura Telles</i>	
DO ESQUECIMENTO À AFIRMAÇÃO HISTÓRICA: A IMPORTÂNCIA DA HISTÓRIA ORAL NA ANÁLISE DAS MEMÓRIAS FEMININAS.....	344
<i>Mirela Marin Morgante & Gabriela Rodrigues de Lima</i>	
ASPECTOS NATURAIS DO MUNDO SENSÍVEL: A RELIGIÃO GREGA ARCAICA E O CULTO À POSSÊIDON NAS OBRAS HOMÉRICAS.....	355
<i>Martinho Guilherme Fonseca Soares</i>	
A HISTÓRIA DA ARTE E AS “VIDAS” DE VASARI: O “PROÊMIO À SEGUNDA PARTE” E A ANTIGUIDADE CLÁSSICA.....	364
<i>Myriam Salomão</i>	
ACREDITAR NA HISTÓRIA: A MEMÓRIA, A SOCIEDADE E O HISTORIADOR HOJE.....	373
<i>Nayara Crístian Moraes</i>	
UMA CANA(BRAVA) RACHADA: ALICE PIFFER CANABRAVA EM TRÊS TEMPOS.....	381
<i>Otávio Erbereli Júnior</i>	
A LEI DO VENTRE LIVRE E SEUS IMPACTOS NA DEMOGRAFIA ESCRAVA: ESPÍRITO SANTO (1871-1888).....	389
<i>Rafaela Domingos Lago</i>	

O ESTADO DE EXCEÇÃO, A VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E A RESISTÊNCIA À DITADURA MILITAR BRASILEIRA.....	401
<i>Ramilles Grassi Athaydes</i>	
AS REPRESENTAÇÕES DA MULHER NA ENCICLOPÉDIA ILUMINISTA: DO CONCEITO À SUA EFETIVA PARTICIPAÇÃO NO ESPAÇO PÚBLICO.....	412
<i>Renata Lopes Marinho</i>	
AS CARTAS QUE NÃO ERAM NÁUTICAS: RIBEIRO SANCHES E AS CARTAS PARA A EDUCAÇÃO DA MOCIDADE.....	419
<i>Rodrigo Mello de Moraes Pimenta</i>	
APONTAMENTOS PARA UMA LEITURA HISTÓRICA DA SEGUNDA CONSIDERAÇÃO INTEMPESTIVA DE NIETZSCHE.....	429
<i>Rusley Breder Biasutti</i>	
LA HISTORIOGRAFÍA RIOPLATENSE Y EL PROYECTO CIVILIZADOR.....	441
<i>Sabrina Alvarez Torres</i>	
A CULTURA HISTÓRICA EM FERNANDO DE AZEVEDO: UM PROJETO DE BRASIL MODERNO.....	453
<i>Wilson de Sousa Gomes</i>	
PARTE 3: Exercícios de pesquisa, perspectivas introdutórias.....	464
UMA OUTRA VERDADE TROPICAL: DISPUTA DE MEMÓRIA EM CAETANO VELOSO E ROBERTO SCHWARZ.....	465
<i>Ana Carolina Lessa Borges Lucas de Azevedo</i>	
MULHERES DA HISTÓRIA: PARTICIPAÇÃO FEMININA NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA DA DÉCADA DE 1970.....	472
<i>Bruna Stutz Klem</i>	
A DUPLA IMAGEM DE ALEXANDRE MAGNO: A NATUREZA DAS FONTES DE PLUTARCO E DE DIODORO SÍCULO.....	479
<i>Lucas Cabral da Silva</i>	
O HISTORIADOR NA ANTIGUIDADE TARDIA: PROCÓPIO DE CESARÉIA...486	
<i>Luiz Henrique Dias</i>	
AS CIÊNCIAS NO BRASIL (1956): HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA.....	494
<i>Raiany Souza de Oliveira</i>	
O ESTUDO DAS LEIS NA ANTIGUIDADE TARDIA: A COLLATIO LEGUM MOSAICARUM ET ROMANARUM.....	505
<i>Raphaella Prado da Cunha Bittencourt</i>	

PRESENTISMO, DISTOPIA E RELAÇÃO COM O ESPAÇO URBANO EM O
CAÇADOR DE ANDROIDES DE PHILIP K. DICK.....515

Taynna Mendonça Marino

APRESENTAÇÃO

Este livro reúne as comunicações apresentadas no 9º Seminário Brasileiro de História da Historiografia, realizado na cidade de Vitória, entre os dias 23 e 25 de maio de 2016 pelo Núcleo de Estudos de História da Historiografia e Modernidade (NEHM) da Universidade Federal de Ouro Preto e o Laboratório de Estudos em Teoria da História e História da Historiografia (LETHIS) da Universidade Federal do Espírito Santo. O evento contou ainda com o apoio dos Programas de Pós-graduação em História de ambas instituições, UFES e UFOP, bem como com a Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia (SBTHH).

O encontro teve como eixo de reflexões o tema: *O historiador brasileiro e seus públicos hoje*. A escolha motivou-se pela ampliação dos espaços nos quais o saber histórico surge como um conjunto de estudos e práticas demandadas para a elaboração e re-elaboração dos sentidos para o passado. Da escola à universidade, do centro comunitário à empresa, do sindicato aos governos municipais, estaduais e federal, dentre outros lugares, são diversas as áreas que no presente mobilizam a história como um conhecimento capaz de produzir orientação.

Se por um lado tem sido premente o debate sobre a história pública, por outro não se pode descuidar da discussão acerca dos públicos da história atualmente: com seus desejos, interesses e ideologias; o que evidencia a existência de demandas específicas, mas também de consumos característicos do passado em relação aos lugares e aos sujeitos envolvidos em conhecer a complexa relação passado-presente-futuro. Até bem pouco tempo atrás foi realizado um amplo debate em torno dos usos do passado orientado, sobretudo, pela discussão acerca do direito à memória, do combate ao esquecimento, da valorização de grupos e sujeitos históricos. Em diversas oportunidades travou-se uma enorme discussão em torno das construções históricas e historiográficas que procuravam impor determinados olhares sobre os acontecimentos, selecionando interpretações específicas que favoreciam determinados sujeitos ou instituições, em prejuízo de interesses de outros grupos ou setores, e até mesmo em desfavor de interesses mais gerais da sociedade.

Por conta disso, estudiosos da Teoria da História e da História da Historiografia

têm, cada vez mais, neste momento crucial em que nós e esse saber nos encontramos, tomado para si a tarefa de diagnosticar o cenário atual, analisando as críticas que emergiram das viradas lingüística e ética, localizando os principais debates contemporâneos, bem como refletindo sobre as demandas políticas, sociais e culturais existentes em torno do conhecimento histórico, a fim de constituir alternativas e possibilidades para pensar e intervir no mundo contemporâneo a partir da tematização dos passados construídos e a relação com seus públicos.

Os organizadores agradecem a todos os colegas da Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia (SBTHH) e aos demais colaboradores tanto pela realização do seminário, quanto pelo envio de seus textos para a presente coletânea, destacando ainda o auxílio e o envolvimento de todos os alunos de graduação e pós-graduação empenhados na realização do evento, bem como à Capes pelo apoio financeiro concedido.

Vitória, dezembro de 2016.

Os organizadores.

PARTE 1

Historiadores: disputas de memórias e narrativas no Brasil contemporâneo

GUERRAS DE MEMÓRIAS EM TEMPOS DE COMISSÃO DA VERDADE (2012-2014)¹

Mateus H. F. Pereira²

A maior parte deste ensaio foi escrito em 2014. Os eventos de 2015 e 2016 não invalidam ou relativizam as análises aqui expostas, muito antes pelo contrário.

Desde 1964, diversas batalhas de memória sobre o Golpe Civil-Militar de 1964 e, posteriormente, sobre a Ditadura Militar brasileira (1964-1985) foram travadas. Entretanto, muitas dessas entraram em latência e emergiram de diversos modos nos últimos anos, em particular entre 2012 e 2014. Este ensaio parte de um caso ocorrido em 2012 na página de discussão do verbete “Regime militar brasileiro” (em português) da Wikipédia, logo, ao mesmo tempo em que se iniciavam os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade – fonte de estímulo para centenas de Comissões da Verdade que trabalharam em âmbitos estaduais, municipais e setoriais –, que procurou, até fins de 2014, investigar violações de direitos humanos daquele período, ainda que sem poder de punição. Nossa intenção não é, assim, analisar diretamente os trabalhos dessa Comissão, mas utilizar o período de sua atuação para recortar o tempo e, também, para verificar alguns possíveis impactos indiretos de sua presença. Em outras palavras, pretendemos pensar sobre os efeitos do *evento* “Comissão da Verdade” entre 2012-2014.

Com base no caso citado, nosso objetivo *neste ensaio* é compreender melhor alguns aspectos específicos da presença do discurso negacionista, da negação e do revisionismo, bem como as estratégias de combate a eles no espaço público brasileiro contemporâneo, levando-se em consideração alguns textos e imagens específicos que circularam e estiveram disponíveis na internet ao longo desses dois anos. Afinal, reconstruir uma batalha pela/de memória não é suficiente, bem como fazer apenas o

¹ Uma versão ampliada desse texto foi publicada em 2015 na revista *Varia História*. Agradeço aos organizadores do 9º Seminário Brasileiro de História da Historiografia pelo convite para a conferência realizada durante o evento e para publicá-la. Algumas referências foram suprimidas por uma questão de espaço e podem ser conferidas no texto original. Apoio: FAPEMIG, NEHM, UFOP, CNPq e CAPES.

² Professor do Departamento de História da Universidade Federal de Ouro Preto.

restabelecimento dos fatos. É preciso interrogar como uma determinada concepção sobre o que ocorreu anteriormente se cristalizou ou se construiu, o que isso significa e a que serve (Cf. PORTELLI, 2005, p. 18). Recolocamos e ampliamos, assim, em nosso contexto, questões já propostas por Pierre Vidal-Naquet (1994): quem são os nossos assassinos da memória? A que servem? São produtos e produtores de qual mundo? Porém, o que significa pensar essas questões com base nas premissas de que não há uma oposição ou mesmo uma ruptura entre memória e esquecimento, entre passado e presente, entre objetividade e subjetividade, entre história e memória?

Nossa primeira hipótese é que o revisionismo e a negação brasileira são alimentados, em grande medida, pela impunidade (ausência de justiça, muito em função da permanência da Lei da Anistia) e pela ausência de arrependimento, remorso ou culpa por parte dos *algozes* diretos e indiretos e dos apoiadores de ontem e de hoje. Ainda que o primeiro aspecto esteja presente, destacaremos mais esse último fator.

Nossa segunda hipótese é que talvez estejamos assistindo, no Brasil, à passagem de um clima ou regime de “não inscrição” para um clima ou regime de “inscrição frágil”. Porém, essa passagem sutil e etérea não tem necessariamente levado à transformação da memória dividida em uma memória compartilhada.

Os conceitos centrais serão trabalhados ao longo do texto. Ainda assim, como ponto de partida, apresentamos alguns dos sentidos que atribuímos a eles. *Inscrição*: marca, selo, cicatriz, elaboração, sobrevivência, persistência, permanência, impressão e fixação. *Não inscrição*: sombra, branco, vazio, nevoeiro, apagamento, repressão, invisibilidade e silenciamento. *Negação*: contestação da realidade, fato ou acontecimento que pode levar à dissimulação, à falsificação, à fantasia, à distorção e ao embaralhamento. Em geral, percebemos uma dissimulação e uma distorção da factualidade que, ou procura negar o poder de veto das fontes, ou fabrica uma retórica com base em provas imaginárias e/ou discutíveis/manipuladas. *Revisionismo*: interpretação livre que não nega necessariamente os fatos, mas que os instrumentaliza para justificar os combates políticos do presente a fim de construir uma narrativa alternativa que, de algum modo, legitima certas dominações e violências. *Negacionismo*: radicalização da negação e/ou do revisionismo. Falsificação do fato.

Rumores e ecos – parte I (Wikipédia – Guerras de Memórias)

Em 25 de agosto de 2012 um colaborador da wikipédia registrado como “Tigre do Oeste”, afirmava que seu desejo era pôr fim à “guerra de edições” em uma parte da narrativa sobre a relação entre guerrilhas e abertura política. O autor não altera o texto anterior, mas acrescenta algumas sentenças. Destacamos que a guerra de edições pôde se encerrar não pela mudança de sentido, mas, sobretudo, pela inserção da “prova”, isto é, pela referência a um artigo publicado pelo jornalista Amaury Ribeiro Júnior em 2004 na *Revista IstoÉ* e pela citação de um depoimento de um general na mesma revista no final da última e da penúltima frase (Sobre a Wikipédia e o conhecimento histórico ver ROSENZWEIG, 2011).

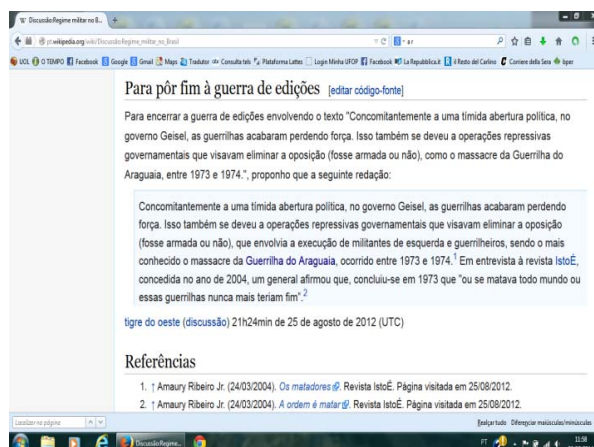


Figura 1: Para pôr fim à guerra de edições.

Dois dias depois, outro usuário, desta vez não identificado com um pseudônimo ou um nome, mas pelo código IP, o endereço de cada computador na internet, afirmava que apresentaria uma denúncia nos seguintes termos:

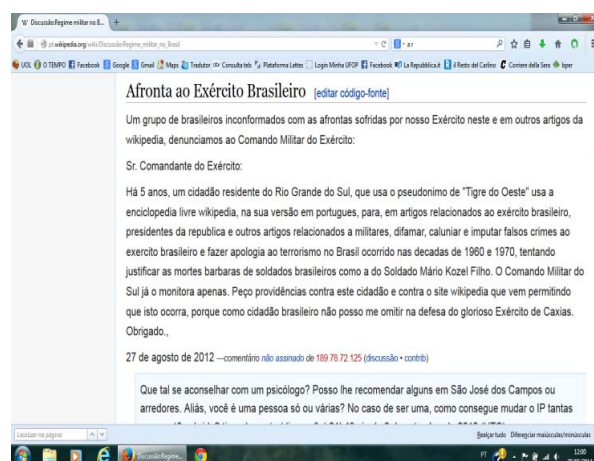


Figura 2: Afronta ao Exército Brasileiro.

Assim, para o IP Tigre do Oeste é calunioso, pois imputa falsos crimes aos militares e faz apologia ao “terrorismo” ocorrido no Brasil na década de 1960 e 1970. Por consequência, justifica mortes bárbaras de soldados. A reação de Tigre do Oeste é sarcástica: “que tal se aconselhar com um psicólogo?”. Ele também coloca em dúvida se o IP é de uma só pessoa ou de um conjunto de pessoas.

O que desejamos destacar é que os trechos citados – em especial o do conflito entre o usuário “Tigre do Oeste” e o usuário do IP – revelam aspectos da “guerra de memória” sobre a Ditadura Militar nas suas inter-relações entre o virtual, o atual e o real. Essa ênfase no conflito permite refletir sobre a internet como um veículo de memória, em especial por trazer os conflitos de/pela(s) memória(s) para o espaço público. As guerras de memórias pressupõem a visibilidade que a mídia pode agregar ao debate público. Trata-se, em geral, de interrogações sobre violências de um determinado passado-presente (HUYSSSEN, 2014). As guerras de memória nos convidam a empreendermos uma “analítica” sobre as estreitas e complexas relações entre a mídia e historicidade (ARAUJO, 2013). Desse modo, é possível deslocar a discussão sobre a oposição e/ou articulação entre memória e história para a metáfora da *guerra* (Cf. BLANCHARD; VEYRAT-MASSON, 2008).

Rumores e ecos – parte II



Figura 3: Metapédia – Contra-golpe de 1964.

A estrutura temporal da negação e, em alguma medida, do revisionismo, está assentada numa concepção fatalista, determinista e homogênea do tempo histórico. Uma determinada concepção de tempo homogênea tende a afirmar que o Golpe de 1964 só existiu porque não havia alternativa; ele foi inevitável. Se não fosse o Golpe, *teria havido* outro golpe e uma ditadura comunista. Os militares salvaram o Brasil dos terroristas e comunistas, pois agiram antes. O golpe foi, na verdade, uma “contra-revolução” ou um “contragolpe”.

Para os nossos propósitos convém destacar a página on-line da Metapédia. Essa “enciclopédia alternativa” tem se destacado por abrigar diversos verbetes negacionistas e revisionistas no sentido de contrariar as evidências básicas da pesquisa histórica e da memória (NOIRET, 2015, p. 40). O interessante é que essa enciclopédia usa a mesma forma da Wikipédia, isto é, o sistema Wiki, para apresentar o que chama de “interpretações próprias” dos fatos. A apropriação livre da forma da Wikipédia, portanto, cria um simulacro de verdade a fim de legitimar uma intenção de mentira, abusos e distorções de memória. Na Metapédia, por exemplo, não existe o verbete Golpe Militar e sim “contra-golpe”.

Segundo o texto, a responsabilidade do “contra-golpe” não pode ser atribuída aos militares e sim aos Estados Unidos. Os militares agiram para evitar uma possível invasão militar estadunidense e “reprimiram os comunistas” durante a Ditadura Militar. Trata-se, de dissimulação, manipulação e justificação. Mas, sobretudo, de um “negacionismo puro”, pois se sabe, por exemplo, que os militares agiram cientes do apoio americano e não para evitar uma invasão militar (FICO, 2008). O verbete “Regime Militar” também retira responsabilidades dos militares. Segundo ele, o “regime” foi na verdade “um governo fantoche anti-comunista instalado pela CIA no Brasil em plena Guerra Fria”. O Golpe e a Ditadura são, assim, eventos externos ao Exército e à sociedade.³

Cabe destacar que não há, em nossa análise, uma distinção radical entre revisionismo e negacionismo, especialmente em sua dimensão psicológica e ideológica. O revisionismo absoluto é, em grande medida, um tipo de negacionismo puro ou literal (Cf. VIDAL-

³ Ver também, entre outros, o vídeo “O contragolpe de 1964 – A Verdade Sufocada”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XGwYHMuZn60>; Acesso em: 14 ago. 2015; e Olavo de Carvalho – 1964: 50 anos do contra-golpe. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=qKquKjm_PJE; Acesso em: 14 ago. 2015.

NAQUET, 1994, p. 119). As manifestações de algo próximo a um negacionismo puro, entre 2012-2014, consistiram em mostrar que a tortura foi um “excesso” e não uma política de Estado: “A tortura nunca foi estimulada, consentida ou praticada pelos ‘ditadores’ militares”.⁴ Em certo sentido, o conceito de contragolpe é um tipo de revisionismo, mas pode ser tomado também como uma negação à conceituação dada ao golpe pelos próprios militares. Não custa destacar, como sugere Daniel Faria, uma passagem do preâmbulo do AI-1, de 1964: “Assim, a revolução vitoriosa, como Poder Constituinte, se legitima por si mesma”. O ato institucional não estava previsto na constituição de 1946. Uma contra-revolução, isto é, a restauração de uma ordem constituída, não permitiria a introdução da figura dos atos institucionais.

Ainda que se possam refutar certas abordagens factuais dos discursos revisionistas e negacionistas, é possível desconstruí-los e bloqueá-los por completo? Qual o lugar da historiografia nesse processo? Mediar e qualificar?

Rumores e ecos – parte III (Ofícios - Negação)

Freud, em texto de 1925, traduzido recentemente como “A negação” sugere um experimento interessante para entendermos a negação: “ignorar a negação e apenas extrair o conteúdo da ideia” (FREUD, 2012, p. 250). Assim, propomos um exercício limite para extrairmos o conteúdo da ideia. Em 13 de agosto de 2014, o Ministério da Defesa apresentou o Ofício nº 10.944 e três anexos com as conclusões das sindicâncias promovidas para apurar desvios de finalidade no uso de instalações militares entre 1945-1988 (período de investigação da Comissão da Verdade).⁵

Destacamos alguns trechos em que o advérbio de negação *não* aparece, porém colocaremos intencionalmente o *não* original em itálico e entre parênteses:

Ofício do Ministério da Defesa assinado por Celso Amorim, ministro da Defesa:

⁴ Disponível em: <http://www.ternuma.com.br/index.php/revanchismo/14-revanchismo/12-copia-da-carta-enviada-a-jornalista-miriam-leitao-de-o-globo>; Acesso em: 17 ago. 2015. Ver também: <http://www.averdadesufocada.com>; <http://www.grupoinconfidencia.org.br/sistema>; <https://liciomaciel.wordpress.com>; Acesso em: 17 ago. 2015.

⁵ Disponíveis em: http://www.cnv.gov.br/images/pdf/Defesa_FFAA_esclarecimentos_2014_09_19.pdf; Acesso em: 01 set. 2014.

O Ministério da Defesa, como parte integrante do Estado Brasileiro, compartilha do reconhecimento da responsabilidade estatal pela ocorrência de graves violações de direitos humanos praticadas no período de 18 de setembro de 1946 a 05 de outubro de 1988. Nesse sentido, observo que as conclusões dos ofícios dos Comandos Militares (*não*) se contrapõem a esse reconhecimento.

Ofício do Exército assinado por Enzo Martins Peri, comandante do Exército:

os dados disponíveis (*não*) permitem corroborar a tese apresentada por aquela Comissão de que tenha ocorrido desvio formal de finalidade do fim público estabelecido para as instalações objeto da investigação”, (*não*) havendo, desta forma, fato novo que modifique tal percepção. Por fim este Comando entende que (*não*) lhe é pertinente manifestar-se a respeito de atos formais e de outras decisões tomadas pelo Estado Brasileiro ou, ainda, opinar sobre situações já definidas pelo ordenamento jurídico vigente.

Ofício da Aeronáutica assinado por Juniti Saito, comandante da Aeronáutica:

sobre a conclusão da sindicância a que se refere a Comissão Nacional da Verdade (CNV), informo a Vossa ‘Excelência que o Comando’ da Aeronáutica lançou mão de pesquisa em documentos históricos existentes, (*não*) dispondo de outras informações que possam corroborar as conclusões apresentadas pela CNV. Da mesma forma, o Comando da Aeronáutica também (*não*) dispõe de elementos que sirvam de fundamento para contestar os atos formais de reconhecimento da responsabilidade do Estado brasileiro.

Ofício da Marinha assinado por Carlos Augusto de Sousa, comandante interino da Marinha, e por José Martins Cavalcante, encarregado da Divisão de Secretaria e Comunicações:

Em atenção ao Ofício [...] os trabalhos levados a termo pela Sindicância administrativa realizada, (*não*) foram encontrados indícios nem provas documentais ou materiais que permitam confirmar ou negar as informações.

Cairíamos num psicologismo simplista se disséssemos que a suspensão de *todos* os advérbios de negação (*não*) revela uma realidade reprimida ou escondida. Mas a *abundância* de seu uso nos documentos ao menos pode indicar que há, por um lado, uma dificuldade de aceitar a realidade com todas as suas possíveis consequências e, por outro, que há muito cuidado em *não* desmentir (afinal, é dito que não se pode “confirmar ou negar as informações”). Há *elementos* de tomada de consciência, mas o abuso da negação pode denotar exatamente uma dificuldade *institucional*, um não querer aceitar e arcar com as consequências dessa aceitação.

Além disso, é preciso dizer que em boa medida o ofício assinado pelo ministro da Defesa destoa dos outros. Tanto é que o especial “ditabranda”, do site DefesaNet, de 21 de setembro de 2014, afirma: “Amorim desconsidera Ofícios dos Comandantes e endossa acusações às Forças Armadas pela Comissão Nacional da Fantasia Ideológica, também

conhecida como Comissão Nacional da Verdade”.⁶

É provável, dentro da perspectiva freudiana (da negação e *não* necessariamente do negacionismo), que essa espécie de aceitação intelectual do reprimido mantém, portanto, o essencial: “negar algo num juízo é dizer, no fundo: ‘isso é algo que eu gostaria de reprimir’” (FREUD, 2012, p. 251). Tudo foi feito em nome de um fim maior: livrar o país da ameaça comunista!

A função do juízo na negação tem como propósito admitir ou contestar uma representação com existência na realidade: “o não real, apenas representado, subjetivo, está apenas dentro; o outro, o real, também se acha fora” (FREUD, 2012, p. 252). Nessa perspectiva, para se reprimir, silenciar, falsear ou esquecer é preciso contestar a realidade do que se passou durante a Ditadura Militar brasileira não necessariamente pela mentira, mas pela negação e também pelo revisionismo, que distorcem e justificam os crimes e o estado de exceção. São discursos e narrativas que justificam práticas, lógicas e ideologias que permanecem e/ou aceitam o inaceitável. Afinal, dentro (e fora) da Razão de Estado, ontem (e *ainda* hoje) era (e é) possível justificar o injustificável: tortura e assassinatos. No entanto, a poliformia da negação brasileira não é apenas uma negação inconsciente, nos termos analisados por Freud. A negação brasileira é, também, uma negação linguística, pública e ideológica. Afinal, a negação é ambivalente: além de ser contraposição ela é também diferença (Cf: VIRNO, 2013).

Rumores e ecos – parte IV (Faixa - Ideologia)

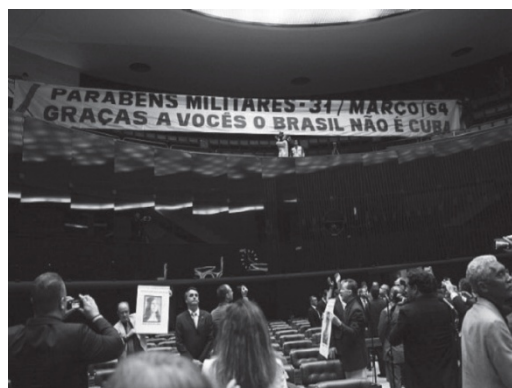


Figura 5: Parabéns militares.

⁶ Disponível em: <http://www.defesanet.com.br/dita/noticia/16876/CNV---Oficios-do-MD---EB---FAB---MB-/>; Acesso em: 03 abr. 2015.

O autoritarismo é, também, um tipo de negação ideológica: “as ideologias autoritárias, enfim, são ideologias que *negam* de uma maneira mais ou menos decisiva a igualdade dos homens e colocam em destaqueo princípio hierárquico” (BOBBIO; MATEUCCI; PASQUINO, 2004, p. 94. Grifo nosso). Do ponto de vista da ideologia, a análise da negação e do revisionismo desemboca no paradoxo da ideologia: haveria uma instância crítica capaz de colocar em distância o fenômeno da ideologia? (Cf. RICOEUR, 1986; 1997).

Nessa direção, não é fortuito destacar uma faixa, presente como um passageiro clandestino na seção solene da Câmara dos Deputados, em 2014, para relembrar os 50 anos do Golpe de 1964, destacasse que graças aos militares o Brasil *não* era Cuba. Provavelmente, a faixa foi estendida a mando do militar reformado e deputado fluminense Jair Bolsonaro (de terno escuro, de frente, à esquerda na imagem acima), que seis meses depois seria eleito o deputado federal mais votado do Rio de Janeiro, com quase 500 mil votos. Diga-se de passagem, uma foto do deputado com essa faixa era, em 2015, a capa de seu site.

Levando em conta esse rumor e a análise anterior, podemos dizer que a negação, em seu sentido ideológico, bem como o revisionismo, em seu sentido absoluto e relativo, está intimamente ligada àquilo que Ricoeur (2007) chama de memória manipulada.⁷ O processo ideológico está ligado aos combates e às denúncias contra os adversários no interior da competição entre ideologias. Assim, a distorção imagética deve ser articulada com o fenômeno de legitimação e da mediação simbólica. A compreensão dessas dimensões intermediárias pode nos permitir entender a negação e o revisionismo brasileiro como molas do processo de manipulação da memória e da história. O revisionismo e a negação, principalmente em suas dimensões ideológicas trabalham nas brechas das variações do trabalho de configuração narrativa. Nesses termos, não estamos falando apenas de apagamento de traços, mas, sobretudo, de astúcia e de má consciência (RICOEUR, 2006, p. 126).

⁷ As noções de “memória manipulada” e de “esquecimento comandado” de Ricoeur são lidas por nós tendo por base os alargamentos e as reticências empreendidos em relação a tais noções por HUYSSSEN, 2014, p.155-175. Ainda assim, como destacaremos, acreditamos que o caso brasileiro esteja mais próximo do espanhol do que do argentino e do alemão, que são tomados como exemplos por HUYSSSEN. Destacamos ainda que, para o autor: “o esquecimento precisa ser situado num campo de termos e fenômenos como silêncio, desarticulação, evasão, apagamento, desgaste, repressão – todos os quais revelam um espectro de estratégias tão complexo quanto o da própria memória” (2014, p.158).

Máquina de rumores e ecos – parte I (Comunidade de memória em rede)

Acreditamos que o trabalho de negação e/ou revisionismo é muito mais amplo do que a memória ou a perspectiva militar, mas ele é fundado em uma retórica que idealiza, distorce, dissimula, justifica e milita por algum tipo de autoabsolvição. Assim, ao contrário do que parece defender Ricoeur (2007), conhecer a factualidade do que ocorreu anteriormente por meio da lembrança talvez não tenha nenhum resultado terapêutico, pelo menos ligado à cura, à reconciliação ou à pacificação. Os conflitos de memória podem, ao contrário, dividir e criar mais ódios, ressentimentos e dissensos. Fazer e lutar pelo dever e trabalho de memória, bem como pelo do luto, é antes de tudo uma intenção ética e uma posição política, um cuidado com os mortos de ontem e com os vivos de hoje (Cf. MARGALIT, 2006).

A pesquisa histórica contemporânea demonstra que a tortura e a prática dos desaparecimentos foi uma política de Estado. Há uma gigantesca desproporção assimétrica nas práticas da violência política da resistência armada e da repressão.⁸ No entanto, além da dimensão factual há um nível mais profundo em que deve funcionar a desconstrução da negação e do revisionismo: interpretações melhores e mais sofisticadas. No entanto, principalmente em se tratando de história do tempo presente, a tensão entre objetividade e subjetividade atinge seu ponto crítico. Assim, a “comunidade de memória” (MARGALIT, 2006) aqui analisada opera com a finalidade de falsificar e dissimilar a factualidade do que ocorreu anteriormente. No entanto, essa “comunidade” parece se organizar de forma mais ou menos espontânea em rede. A internet e as tecnologias digitais criam e recriam outras (novas e velhas) formas de sociabilidade, ação, identidade e ativismo político. São linhas que criam elos e nós abertos, mutáveis e múltiplos de acordo com posições, disputas e emergências (Cf. CASTELLS, 2009). Nessa direção, não deixa de ser sintomática a publicação, em 2014, do livro *Ditadura à brasileira. 1964-1985: a democracia golpeada à esquerda e à direita*, de um historiador bastante presente na grande imprensa: Marco Antônio Villa. Um dos problemas desse livro é que paira sobre a argumentação de Villa a ideia da “ditabranda”.⁹

⁸ Deixando de lado aqui o debate sobre a possível legitimidade da resistência violenta ao Estado ilegítimo. Além disso, é sempre bom destacar que os participantes da resistência armada foram punidos das mais diversas formas. Cf., entre outros, TELES; SAFLATE, 2010.

⁹ Roberto Vecchi e Regina Dalcastagnè (2014, p.12) destacam que “não é inocente deixar aflorar a

Creemos que essa “comunidade” age por meio da divisão social e institucional do trabalho de negação e/ou revisionismo em que trabalham colaboradores da Wikipédia e da Metapédia, militares ativos e da reserva, passando também, por exemplo, por boa parte da chamada Nova Direita, por jornalistas e historiadores. Esses atores ocupam discursos, posições e funções mutáveis no interior da rede. Não sem razão, no presente, mesclam-se, associam-se e são, também, porta-vozes de certos fundamentalismos crescentes em diversos domínios do Brasil atual.

Para o tradicionalista e/ou fundamentalista, a memória em si tem mais importância que a sua verdade (Cf. MARGALIT, 2006). Não sem razão, Jankélévitch (1974), em sua distinção entre o irreversível (o fato, por exemplo, de não podermos voltar ao passado e nem de fazer o passado retornar) e o irrevogável (o “ter sido” não pode ser destruído, o que foi feito não pode ser desfeito, é inapagável), afirma que o sentimento nostálgico está bem próximo do “irrevogável”, já que é o pesar do nunca mais, do reviver. Já o remorso gostaria de apagar, de não ter vivido. Assim, o remorso carrega uma dimensão ética, ao passo que a nostalgia dimensões estéticas e práticas (Cf., também, RICOEUR, 2007, p. 493).

Em grande medida, a impunidade em relação aos crimes praticados pelo Estado durante o período de 1964-1985 é o principal motor que faz com que essa “comunidade de memória” persista, cresça, se transforme e, sobretudo, que não sinta ou manifeste remorso ou culpa e, por consequência, não aceite nem reconheça qualquer tipo de erro. Em vez do remorso ou da culpa assistimos o estímulo ao ódio e ao ressentimento. Nessa perspectiva, essa comunidade de memória luta *contra* qualquer inscrição da experiência autoritária. Não se trata de uma comunidade sem rosto, mas de um coletivo que milita e luta por uma lacuna, um branco na consciência e no discurso, isto é, que nada aconteça “que marque o real, que o transforme e o abra” (GIL, 2005, p. 43). Assim, a ausência do luto cria as condições para que a não-inscrição não passe despercebida em suas consequências, logo ela “acabará quase certamente por explodir em manifestações de violência” (GIL, 2005: 50). “Nestas condições, como participar no aprofundamento da

mitologia da dita-branda, que parece fundar uma taxonomia específica da ditadura brasileira, porque significa exumar os espectros de uma cordialidade brasileira, faca de dois gumes, mas cortante, que sempre serviu como véu da violência mais perversa de uma sociabilidade marcada pela permanência de dominações”. Sobre Marco Antônio Villa, ver BAUER; NICOLAZZI, 2016.

democracia – à qual a não-inscrição resiste sempre?” (GIL, 2005, p. 44).¹⁰

A guerra de memória aqui tratada, diante de seus sentimentos e de seus componentes de irracionalidade e falta de constrangimentos, não terminará apenas pelo uso da razão, da lembrança e da evidência, mas antes de tudo quando os atos e os agentes de crimes realizados no passado sofrerem algum tipo de punição. Sendo assim, duas questões se colocam. É desejável pensar também na definição de crimes ou pelo menos em algum tipo de responsabilização para a maneira como tem se dado a expressão pública do “novo sentimento antidemocrático” (RANCIÈRE, 2014)? É desejável responsabilizar indivíduos que expõem faixas que clamam (pelas mais diversas razões, sejam elas fantasiosas, reais, metafóricas ou até mesmo irônicas) pelo “retorno da Ditadura” ou “dos militares”? Tendemos a acreditar que não, pois é provável que Andreas Huyssen (2014, p. 160) tenha muita razão quando afirma que tentar legislar sobre o esquecimento “é tão inútil quanto tentar legislar sobre as maneiras corretas de lembrar”.

Gostaríamos de finalizar essa parte destacando, a partir de Rancière, que os conflitos de memória aqui tratados “tem por que suscitar medo e, portanto, ódio, entre os que não estão acostumados a exercer o magistério do pensamento. Mas, entre os que sabem partilhar com qualquer um o poder igual da inteligência, pode suscitar, ao contrário, coragem e, portanto, felicidade” (Rancière, 2014, p. 122). A guerra de memória, quando se divide entre um combate entre “esquerdistas” e “direitistas”, aceita diversos pressupostos da lógica autoritária. No entanto, a democracia não pode ser “conquistada” por nenhuma ideologia: a democracia pressupõe a intensificação da pluralidade, do justo, da simetria e do dissenso.

¹⁰ Jose Gil ainda afirma que: “a não-inscrição induz a um tempo social particular, só o presente pontual existe; à sua frente está o futuro que se fará sentir apenas com o surgimento-repetição do presente” (p. 44). Cf., também, ALBUQUERQUE JÚNIOR (2012).

Intermezzo



Figura 6: The Economist (2009 e 2013)

Do clima de otimismo ao medo? Do medo ao ódio? A negação, em geral, pretende inibir alguma coisa. No nosso caso, *qualquer* tipo de transformação da sociedade em dimensões mais justas e democráticas: “uma democracia que tolera desigualdades pode cumprir os requisitos da legalidade, mas jamais será uma ordem legítima” (NOBRE, 2013, p. 126).

Quais as “bases sociais” dessa “comunidade de memória”? Essa talvez seja uma das questões mais difíceis de enfrentar. Em 1987, Antônio Flávio Pierucci, em seu texto “As bases da nova direita”, afirmava que “seu tique mais evidente é sentirem-se ameaçados pelos outros”: “eles têm medo”! Segundo o autor, “a nova direita prima portanto por diagnosticar a crise geral do presente como uma crise primeiramente cultural, uma crise de valores e de maneiras. Crise moral”. Pierucci procura identificar o outro da “Nova Direita”: “e não seriam, porventura, os chamados ‘novos’ movimentos sociais exatamente o Outro da ‘nova’ direita, o inimigo principal em relação ao qual ela se recorta, e contra o qual já se pôs em movimento?” (PIERUCCI, 1987, p. 26, p. 45).

Além disso, apesar de sua pluralidade e diversidade, seus membros, militantes e simpatizantes temiam dizer seu nome. Seria a sombra da Ditadura? Passados mais de vinte e cinco anos, é a esquerda que teme dizer seu nome? (SAFLATLE, 2012). A dificuldade em se conceituar o “novo” é que ele pode vir “travestido” de “velho”, ou

ainda, da repetição. Nessa perspectiva, o passado-presente se transforma em presente-passado (Cf. KOSELLECK, 2014, p. 246-245). Há, no mínimo, quatro fatores “novos” durante o “nosso recorte”: 1) a difusão da internet; 2) a presença no poder de um partido (do ponto de vista simbólico convém destacar: liderados por um ex-metalurgico e sindicalista; e por uma mulher presa e torturada pela Ditadura) com certas políticas (reais e imaginárias) de “esquerda”, no início de 2012, por quase dez anos no poder; 3) “a volta (a partir de 2013) dos setores conservadores às ruas, pela primeira vez, desde 1964” (AVRITZER, 2016, p. 16); 4) e, por fim, a presença de uma Comissão Nacional da Verdade.

As disputas em torno do combate à desigualdade, que transforma cerca de 30% da população em excluídos sociais é a base dos atuais conflitos sociais no Brasil (Cf. SOUSA, 2014). Durante o nosso recorte, isto é, 2012-2014, foi muito visível, dentre outros aspectos, as conseqüências da perda do poder simbólico das classes médias em função de estarem mais próximas das classes populares dado certo reordenamento causado pela redução das desigualdades nos últimos anos (Cf. AVRITZER, 2016). As recentes (e frágeis) conquistas das classes populares em termos de educação e saúde estão, certamente, no centro do debate, ainda que intimamente atreladas a blindagens e pactos de silêncio que fundaram e permaneceram durante a Nova República (Cf., por exemplo, SAFLATE, 2012; POCHMANN, 2015; NOBRE, 2013).

Não é casual, assim, que o Golpe e a Ditadura sejam mobilizados em nossos “dramas sociais” (Cf. ABREU, 2012) no início da segunda década do século XXI; também não é por acaso que nossa Comissão da Verdade só tenha se constituído, sem poder punitivo, depois de quase trinta anos do fim da Ditadura. Ainda assim, destacar que é preciso investigar melhor as conexões, o embaralhamentos e as hibridações entre a chamada “nova” (não tão nova assim) e a “velha” direita. Há alguns discursos que nos levam a crer que alguns de seus membros (anacronicamente?) *ainda* vivem no tempo da Guerra Fria, do anticomunismo; e outros mais conectados ao “tempo presente”, mas que, muitas vezes, fundamentam seus discursos em questões morais, ou “simplesmente” “abusam” na interpretação dos fatos para o combate político imediato. Também seria necessário pensar nas relações entre a “nova” e a “velha” esquerda, bem como nos sentidos e na atualidade dos projetos e relações entre esquerda, centro e direita no Brasil contemporâneo.

Os dados de uma pesquisa realizada em 2010 em alguns estados sobre o Golpe de 1964 e a Ditadura Militar, mostram que há um “elevado índice de pessoas que não souberam responder às questões, demonstrando total desconhecimento (ou esquecimento) dos eventos e processos relacionados ao golpe de 1964 e a ditadura civil-militar dele decorrente” (CERQUEIRA; MOTTA, 2015). Nessa perspectiva é preciso concordar que “o esquecimento efetivamente cria a memória” (HUYSSSEN, 2014, p. 157). Cabe ainda dizer que alguns estudos sugerem que, em comparação com jovens argentinos e uruguaios, os brasileiros são os que menos têm interesse no passado autoritário e os que têm menores rejeições a intervenções militares (DUARTE; CERRI, 2012). Estaríamos diante do paradoxo anunciado por Hayden White (2010, p. 125) nos seguintes termos: na medida em que os estudos históricos se tornam mais científicos eles se tornam menos úteis para qualquer finalidade prática, inclusive para educar os cidadãos para a vida política?

Roland Barthes (1984), no texto “O rumor da língua”, afirma que “o balbucio (do motor ou do sujeito) é, em suma, um medo”. Os rumores aqui evocados têm medo de quê? Esse medo, que encobre certas estruturas do autoritarismo presente e persistente em diversas camadas sociais no Brasil, em muitos casos está estreitamente relacionado com diversos tipos de ressentimento do presente e do passado-presente, em especial após a presença, desde 2003 (até o golpe parlamentar de 2016), de governos que se percebiam e que também eram considerados por muitos atores políticos como sendo de esquerda. Ao que parece, no mínimo, esses rumores nos impedem de ouvir, ver e identificar a *estrutura* das lógicas, das práticas, das ações e dos pensamentos de matizes autoritários de uma parcela significativa da sociedade brasileira. Estrutura essa que sustenta, naturaliza, legitima e (re)produz a desigualdade e a sua invisibilidade, bem como os silenciamentos e as indiferenças em relação àquilo que nos constitui. Seria o que resta da escravidão? É inegável que nos últimos anos houve uma maior democratização – ou pelo menos iniciativas de democratização – de espaços antes apenas ocupados pelas elites e classes médias altas. A “comunidade de memória” aqui estudada é, assim, produto e produtora de uma visão da sociedade e da história brasileira que defende e reproduz a dimensão hierárquica, violenta e desigual da nossa história.

Em poucas palavras, eles têm medo do aprofundamento e do potencial transformador da experiência democrática, bem como de suas frágeis inscrições. Afinal, desde 1964 há diversas batalhas, lutas intensas *contra* a não-inscrição. “Porque inscrever implica acção,

afirmação, decisão com as quais o indivíduo conquista autonomia e sentido para a sua existência” (GIL, 2005, p. 17). Em outras palavras, “inscrever-se significa, pois, produzir real. É no real que um acto se inscreve porque abre o real a outro real” (GIL, 2005, p. 49). Portanto, o medo – como “um sistema de relações afetivas em imediata conexão com a máquina produtiva e com o poder” (Gil, 2005, p. 83) que impede ou inibe certas forças de se exprimirem¹¹ – é uma das estratégias perfeitas para nada inscrever.

Máquina de rumores – parte II (inscrição frágil)



Figura 7: “Cadê o Amarildo?”.

A “negação e/ou revisionismo brasileiro” também não podem ser vistos como uma reação a uma frágil inscrição pública? Acreditamos que os conflitos de memória, para terem certa memória compartilhada, necessitam da intervenção de um terceiro, a fim de que o dissenso seja parte do conviver com a pluralidade. Cabe sempre destacar que as disputas de memória são também disputas de poder, em especial os conflitos em torno de um “passado” que ainda é atual, como é o caso da Ditadura Militar brasileira. Uma alternativa a essa instabilidade é a projeção política da memória e da verdade no espaço público, muito além de recordações de grupos ou indivíduos (Cf. SELIGMANN-SILVA, 2014; GIL, 2007; VECCHI, 2015; PEREIRA, 2015).

É preciso considerar que nos últimos dez anos o silêncio vem sendo quebrado e tem havido certo reconhecimento de direitos de vítimas e de famílias das vítimas. Assim, as

¹¹ Ainda destacamos que para José Gil (2005): “a inscrição faz o presente, um presente de sentido, não situado no tempo cronológico, que dá sentido à existência individual ou à vida colectiva de um povo” (p. 49) e “o medo prepara impecavelmente o terreno para a lei repressiva se exercer” (p. 84).

análises de Daniel Arão Reis (2000 e 2010) são insuficientes para a complexidade que observamos entre 2012-2014. De “incômoda” (REIS, 2000) à memória da Ditadura tem se tornado, ao que parece, objeto de *disputa*, de *conflito*, de *interpretação*, de *revisão*. Em grande medida, tais mutações se devem, portanto, às quebras (parciais e frágeis) dos silêncios e silenciamentos que encobriam e sustentavam tal “incômodo” (Cf., também, por exemplo, SCHNEIDER, 2011 e FERNANDES, 2013). Porém, como já foi dito, a vigência da Lei da Anistia de 1979 é apontada pela maioria dos estudiosos, em especial, historiadores e juristas, como um dos maiores obstáculos à construção de uma “memória compartilhada” sobre aquele passado-presente, além de legitimar a impunidade.

Nesse sentido, pode-se considerar o Brasil uma exceção em relação aos seus vizinhos latino-americanos onde, por exemplo, as vítimas e seus representantes assumiram um amplo protagonismo memorial público. Não se pode, no entanto, dizer que a nossa justiça transicional incompleta seja responsável pelos males de nossa democracia. Se assim fosse, teríamos que dizer, por exemplo, que a Argentina vivencia uma “qualidade” democrática superior à nossa. Porém, não sem razão, é no Brasil e na Espanha, que vivenciaram transições próximas, que as “comunidades de memória” aqui analisadas ganham mais visibilidade e adeptos.

Além de algum tipo de punição, sustentamos a necessidade de um pedido de perdão ou desculpas não apenas do Estado como entidade abstrata, como vem ocorrendo de vários modos desde 1994. O pedido de desculpas deve ocorrer também por parte das Forças Armadas, além do reconhecimento de sua responsabilidade em relação aos crimes cometidos durante a ditadura, tal como sugerido pelo relatório final da Comissão da Verdade. Mas, levando-se em consideração o atual estágio do conflito, alimentado ainda mais pelo contexto pré e pós-eleição presidencial de 2014, tal posição pode estar cada vez mais distante, pois, ao que parece, não há consciência afetiva do erro ou, no mínimo, um arrependimento público. Não há também “clima político” para a revisão e/ou anulação da Lei da Anistia no Congresso ou no Supremo Tribunal Federal.¹² Ainda sim,

¹² Emílio Peluso (2012, p. 280 e 281) em sua desconstrução da decisão de 2010 do Supremo Tribunal Federal na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 153/DF, referente à “revisão da Lei de Anistia”, conclui enfatizando que: “foge o Supremo Tribunal Federal de seu papel de guarda da Constituição ao não rechaçar a interpretação da Lei de Anistia de 1979 que visou estabelecer uma ‘auto-anistia’. Conseqüentemente, uma compreensão que leve na devida conta as exigências de uma

convém destacar que, em março de 2014, em pesquisa do Datafolha, cresciam os entrevistados a favor da anulação da Lei de Anistia: 46% favoráveis e 37% contrários. Segundo o jornal, “os resultados mostram uma sociedade dividida”.¹³ Chama a atenção também o fato de 80% dos entrevistados defenderem que tanto ex-militantes quanto torturadores deveriam ser julgados hoje.

A intervenção de um terceiro, no caso, de uma Comissão da Verdade sem poder punitivo, abriu a possibilidade do debate e criou algum tipo de distância entre as vítimas e os agressores. Em certo sentido, a Comissão, em seu relatório final, “repara” a indistinção entre o algoz e a vítima presente na ideia de crimes conexos na Lei da Anistia. No relatório final, essa indistinção se transforma em uma distinção, na medida em que há a definição dos crimes e dos criminosos. Os responsáveis por violações de direitos humanos são nomeados, e na lista figuram ex-presidentes da República e chefes militares. Não podemos menosprezar, no plano simbólico e na realidade, os efeitos dessa distinção. Além disso, tendo em vista nossa análise, consideramos relevante a recomendação de que as Forças Armadas reconheçam sua responsabilidade em relação aos crimes cometidos durante a ditadura. Do nosso ponto de vista, portanto, o relatório cria possibilidades para que a inscrição possa deixar a fragilidade de lado. Otimismo? Talvez.

Diversos conflitos, posições e argumentos aqui citados e analisados estão mais ligados a confrontos de interpretação e a estratégias do esquecimento (por meio das brechas constitutivas das variações do trabalho de configuração narrativa) do que relacionados apenas a uma deturpação e negação da factualidade (a crítica nesse “nível” é um procedimento necessário, mas insuficiente para a desconstrução e confrontação da negação, do negacionismo e do revisionismo). No Brasil, a crítica histórica apresenta muitas dificuldades em ter o privilégio da condução dos debates públicos. Em sua função

Constituição permeada pelo Direito Internacional dos Direitos Humanos não poderá deixar de exigir o cumprimento *in totum* da decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos no Caso *Gomes Lund* e, mais do que isto, que a partir dela outras graves violações de direitos humanos ocorridas entre 1964 e 1985 sejam também investigadas e punidas”.

¹³ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/03/1433374-maior-parte-da-populacao-quer-anular-lei-da-anistia-aponta-datafolha.shtml>; Acesso em: 06 jul. 2015. Ver também: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/lei-de-anistia-nao-e-obstaculo-parajulgar-torturadores-8107.html>; Acesso: 04 ago. 2015.

mediadora, talvez possa contribuir modestamente ao oferecer opções éticas melhores e mais justas a partir da sua função crítica. Nossa investigação nos dá elementos para afirmar que a presença de um “passado irrevogável” não é uma condição exclusiva das vítimas diretas e indiretas de alguma forma de violência. Seria interessante, assim, estender e complexificar a compreensão que Berber Bevernage (2012) tem em sua contraposição entre o “discurso da vítima” e o “discurso da historiografia”.

Reiteramos que a negação, e em especial o revisionismo, é um tipo radical e perigoso de fundamentalismo (diverso, portanto, do relativismo cultural, que é inclusivo e reconhece o valor da diversidade), pois coloca em questão o poder de veto das fontes com base em lógicas de justificação e dissimulação que pretendem extrapolar, estender, manipular, e, no limite, negar o poder de veto das fontes. Além da refutação e da desconstrução factual é preciso criar espaço de diálogo, de liberdade e de pluralidade para estabelecermos os limites das narrações, interpretações e representações.

Nessa direção, destacamos novamente que o relatório final da Comissão da Verdade deve ser louvado, pois criou a possibilidade ética e política de justiça ao estabelecer uma distância entre a vítima e o agressor, fundamentalmente ao definir os crimes e nomear os criminosos. Em tempos de crescente desterritorialização da memória, as guerras de memória, como invocação à lembrança, contribuem para um importante trabalho público, apesar de a internet criar maiores possibilidades de desenvolvimento e expressão da negação e/ou revisionismo. Assim, em grande medida, por exemplo, a maioria dos colaboradores da Wikipédia, por exemplo, tem se portado como guerrilheiros da “factualidade do passado”, mesmo que prisioneiros de uma concepção de verdade que poderíamos chamar de “realismo ingênuo”.

Apontamos que há indícios de que pode estar acontecendo, no Brasil contemporâneo, uma transformação da lógica da “não inscrição” (GIL, 2007) para a da “inscrição tênue” (SELIGMANN-SILVA, 2014), isto é, da inscrição em fase inicial de elaboração e/ou fixação, ainda que atravessada ou, até mesmo, paradoxalmente alimentada pela negação e/ou revisionismo. Mesmo que não haja uma relação direta, é provável que sejam, dentre *vários outros* fatores sincrônicos e diacrônicos, efeitos positivos da presença da Comissão Nacional da Verdade durante os anos 2012-2014. É possível pensar que essa última imagem expresse bem a fragilidade e a força do que se está chamando de

“inscrição tênue” desse tempo que ainda é atual:



Figura 8: “Aqui mora um torturador”.

Referências Bibliográficas

ABREU, Marcelo. Drama social e história. In: AVELAR, Alexandre de Sá *et al* (org.). **Contribuições à história intelectual do Brasil Republicano**. Ouro Preto: EDUFOP/PPGHIS, 2012.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. As Sombras Brancas. In: VARELLA, Flávia *et al* (org.). **Tempo Presente & Usos do Passado**. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

ARAUJO, Valdei Lopes de. História da historiografia como analítica da historicidade. **História da Historiografia**, v. 12, 2013.

AVRITZER, Leonardo. **Impasses da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

BARTHES, Roland. **O rumor da língua**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

BAUER, Caroline; NICOLAZZI, Fernando. O historiador e o falsário: usos públicos do passado e alguns *marcos* da cultura histórica contemporânea. **Varia História**, n. 60, 2016.

BEVERNAGE, Berber. **History, memory and state-sponsored violence**. London:

Routledge, 2012.

BLANCHARD, P. e MASSON-VEYRAT, I. (org.). **Le guerre de mémoires**. Paris: La Découverte, 2008.

BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. vol. 1. Brasília: Universidade de Brasília, 2004.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

[CERQUEIRA, A. S. L. G.](#); MOTTA, R. P. S. Memória e esquecimento: o regime militar segundo pesquisas de opinião. In: Samantha Viz Quadrat; Denise Rollemberg. (Org.). **História e memória das ditaduras do século XX**. vol. 1. Rio de Janeiro: FGV, 2015, v. 1, p. 157-182.

DUARTE, Geni Rosa; CERRI, Luis Fernando. Politização e consciência histórica em jovens brasileiros, argentinos e uruguaios. **Diálogos**, vol. 16, p.229-256, 2012.

FERNANDES, Juliana Ventura. **Os limites do consenso**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2013.

FICO, Carlos. **O grande irmão**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FREUD, S. A negação. In: **Obras completas**. Vol. 16. São Paulo: Cia das letras, 2012 [1925].

GIL, José. **Portugal, hoje – O medo de existir**. Lisboa: Relógio d'água, 2007.

HUYSSSEN, Andreas. **Culturas do passado-presente: modernismo, artes visuais, política da memória**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

JANKÉLÉVICH, Vladimir. **L'Irréversible et la Nostalgie**. Paris: Flammarion, 1974.

KOSELLECK, Reinhart. **Estratos de tempo**. Rio de Janeiro: Contra-ponto; Puc-Rio, 2014.

MARGALIT, Avishai. **L'etica della memoria**. Bologna: Il Mulino, 2006.

NOBRE, Marcos. **Imobilismo em movimento**. São Paulo: Cia das Letras, 2013.

NOIRET, Serge. História digital pública. **Liinc em Revista**, vol. 11, p.28-51, 2015.

PELUSO, Emílio. **Responsabilização por graves violações de direitos humanos na ditadura de 1964-1985**: a necessária superação da decisão do Supremo Tribunal Federal na ADPF n. 153/DF pelo Direito Internacional dos Direitos Humanos. (Tese de doutorado em Direito – UFMG), 2012.

PEREIRA, Mateus. Tempo de Perdão? Uma leitura da utopia escatológica de Paul Ricoeur em *A memória, a história e o esquecimento*. **História da Historiografia**, v. 19, p. 66-87, 2015.

PIERUCCI, Antônio Flávio. As bases da nova direita. **Novos Estudos**, n. 19, p.26-45, 1987.

POCHANN, Marcio. **Desigualdade econômica no Brasil**. São Paulo: Saber Livros, 2015.

PORTELLI, Alessandro. **L'ordine è già stato eseguito**. Roma: Donzelli, 2005.

RANCIÈRE, Jacques. **O ódio à democracia**. São Paulo: Boitempo, 2014.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

REIS, Daniel Aarão. Ditadura, anistia e reconciliação. **Estudos Históricos**, vol. 23, n.45, p.171-186, 2010.

RICOEUR, Paul. **Du texto à l'action**. Essais d'héméneutique II. Paris: Seuil, 1986.

RICOEUR, Paul. **L'idéologie et l'utopie**. Paris: Seuil, 1997.

RICOEUR, Paul. **Percorso do reconhecimento**. São Paulo: Loyola, 2006.

RICOUER, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: UNICAMP, 2007.

ROSENZWEIG, R. **Clio Wired: The Future of the Past in the Digital Age**. N. Y.: Columbia, 2011.

SAFLATE, Vladimir Pinheiro. **A esquerda que não teme dizer seu nome**. São Paulo: Três Estrelas, 2012.

SELIGMANN-SILVA, M. Imagens precárias. Inscricões tênues da violência ditatorial no Brasil. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, n. 43, p. 13-34, 2014.

SCHNEIDER, Nina. Breaking the “Silence” of the Military Regime. **Bulletin of Latin American Research**, vol. 30, n. 2, p.198-212, 2011.

SOUZA, Jessé. A cegueira do debate brasileiro sobre as classes sociais. **Interesse Nacional**, v. 7, p. 35-47, 2014.

TELES, E.; SAFATLE, V.(Org.). **O que resta da ditadura**. São Paulo: Boitempo, 2010.

VECCHI, Roberto. Pós-memória e filomela: o bordado da violência e a legibilidade do trauma. In: Medeiros, *et alii* (org.). **Teoria e historiografia: debates contemporâneos**. Jundiaí: Paco, 2015, p. 39-56.

VECCHI, Roberto; DALCASTAGNÈ, Regina. Apresentação. **Estudos de literatura brasileira contemporânea**, n. 43, p. 11- 12, jan./jun. 2014.

VIDAL-NAQUET, Pierre. **Los asesinos de la memoria**. Madrid: Siglo Veintiuno, 1994.

VIRNO, Paolo. **Saggio sulla negazione**. Per uma antropologia linguistica. Torino: Bollati Boringhieri, 2013.

WHITE, Hayden. El evento histórico. In: **Ficción histórica, historia ficcional y realidad histórica**. Buenos Aires: Prometeo, 2010.

A CRISE POLÍTICA ATUAL E A EDIFICAÇÃO DE NARRATIVAS: ENTRE O GOLPE E A LEGALIDADE

Ueber José de Oliveira¹⁴

*“Ai de mim”, exclamou o camundongo, “o mundo está
ficando cada vez menor.
De início era tão grande, que eu me apavorava.
Vivia correndo para cá e para lá, e só me
tranqüilizava
quando via, por fim, paredes bem distantes à
esquerda e à direita.
Mas o espaço entre essas paredes estreitou-setão
rapidamente que já me
encontro na última câmara, e vejo ali no canto a
ratoeira onde de certo esbarrarei”.*
*“Ora, basta-lhe escolher outro caminho”, disse o gato,
antes de engoli-lo.*

Franz KAFKA, Uma fabulazinha¹⁵

Um panorama da crise e a natureza do pedido de afastamento da Presidente da República

Os anos de 2015 e 2016 se apresentaram eivados de muitas agitações e desajustes nas mais diversas áreas. Na economia, o momento era de fortes turbulências, seguidas de impopulares medidas de arrocho por parte do governo federal, com vistas a frear a inflação, o que gerou significativa perda de poder de consumo e, conseqüentemente, o decréscimo de parte significativa do já vacilante apoio popular do governo Dilma, que, como sabemos, fora eleita por pequena margem de votos em relação ao seu concorrente, Aécio Neves, do PSDB. Além disso, desde o resultado das eleições de 2014, sofria fortes pressões de diversos setores, em especial do centro-sul – com destaque para as camadas médias, setor financeiro, entre outros –, que se acentuavam com a crise econômica internacional agravada no período.

No campo político, as dificuldades eram ainda maiores. No segundo ano de governo da

¹⁴ Doutor em Ciência Política – Ufscar; Professor do Departamento de Educação e Ciências Humanas – Ufes/Ceunes; Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em História Social das relações Políticas – PPGhis/Ufes; Membro do Laboratório de Teoria da História e História da Historiografia (Ufes).

¹⁵ In: KAFKA, Franz. *Contos, Fábulas e Aforismos*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993, p. 29, tradução de Ênio Silveira.

Presidente, permaneciam as dificuldades em estabelecer uma coalizão de governo sistemática. Tal situação já se arrastava desde a posse, ocorrida em janeiro de 2015, e a presidente, com perfil eminentemente técnico, demonstrava muita dificuldade em operar com o Legislativo na sua configuração atual – o total de 29 partidos com representação na Câmara dos Deputados – e a coalizão de governo herdada do segundo governo Lula, que se mostrou instável no decorrer de 2015, já se tornava impraticável entre o final de 2015 e início do ano de 2016, com importantes debandadas, manifestadas no *troca troca* de ministros, nas cobranças públicas de eminentes líderes do PMDB, em especial, e em críticas abertas de diversos membros da base aliada. O ponto alto de tal desarranjo foi a carta aberta do vice-presidente da República, Michel Temer, à Presidente Dilma, publicada no dia 7 de dezembro de 2015, 5 dias depois de aceito o processo de *impeachment* na Câmara contra a Presidente da República, na qual reclamava, nas palavras do próprio Temer, da “[...] absoluta desconfiança da senhora e do seu entorno em relação a mim e ao PMDB [...]” (TEMER, 2016). Essa atitude do vice-presidente representou, incontestavelmente, a ruptura definitiva entre o PMDB, pelo menos a ala comandada por ele, Temer, e o governo.

Nesse momento, o PMDB, aglomerado de oligarquias estaduais, também passava por importantes mudanças na sua composição e comando. As velhas lideranças, com destaque especial para José Sarney, saíam de cena e, concomitantemente, o partido perdia os seus poucos elementos catalisadores, fazendo aflorar o domínio de personalidades como Eduardo Cunha¹⁶, que, embora mais jovem, era figura bastante conhecida dos círculos políticos de Brasília, tendo envolvimento com diversos esquemas de corrupção, desde o *Esquema PC*, quando operava na Telerj, daqueles difíceis anos

¹⁶ Eduardo Cunha se encontra temporariamente afastado das suas atividades de Presidente da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados. Possui graduação em economia pela Universidade Cândido Mendes. Começou sua carreira como auditor e seu primeiro contato com a política ocorreu quando trabalhou nas campanhas de Eliseu Resende, candidato ao governo de Minas Gerais, pelo Partido Democrático Brasileiro (PDS) na eleição de 1982, e Moreira Franco, candidato ao Governo do Rio de Janeiro pelo PMDB nas eleições de 1986. Em 1989, se filiou ao Partido da Reconstrução Nacional (PRN) a convite de Paulo Cesar Farias, quando participou ativamente da campanha que deu vitória a Fernando Collor de Mello. Em 1991, indicado por PC Farias, assumiu o comando da Telerj e, à frente da Estatal, conduziu o processo de redução dos cortes de investimentos, dentro da política de privatização implementada pelo Governo Collor. Foi denunciado por cometer irregularidades na presidência da empresa. Além disso, foi filiado ao Partido Progressista do Brasil (PPB), atual PP, trabalhou no Governo Garotinho, no Rio de Janeiro, quando dirigiu a Companhia Estadual de Habitação (CEHAB), Deputado Estadual, tendo sido eleito Deputado Federal em 2003, já filiado ao PMDB. Nessa casa, foi Presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara no ano de 2008, chegando à Presidência da Casa em Fevereiro de 2015, permanecendo até 5 de maio de 2016, quando foi afastado pelo Supremo Tribunal Federal.

iniciais da década de 1990.

Além disso, há de se considerar a postura pouco republicana de Eduardo Cunha, que, ao se instalar na Mesa Diretora, em janeiro de 2015, estabeleceu um governo paralelo, trazendo muitos problemas para o já complexo, para não dizer combalido, governo Dilma.

Nessa altura dos acontecimentos, com a crise econômica e política ocorrendo concomitantemente, tendo seus efeitos potencializados na forte campanha *anti-Dilma e anti-PT* – impressa diariamente em forma de espetáculo na *Grande Imprensa* –, o governo perdeu a capacidade de comandar a agenda do Legislativo (PEREIRA, 2016). Simultaneamente, Michel Temer (PMDB) passou a agir numa lógica conspiratória, se tornando, conforme assevera o Professor André Pereira (2016), um *presidente virtual*, uma vez que, ao se alienar do governo, entrou no jogo de negociações com os parlamentares, tendo como horizonte assumir a Presidência, uma vez que o processo de impedimento já tramitava na Câmara Baixa.

Era exatamente essa questão que tornava os primeiros meses do ano de 2016 mais agitados e complexos: desde o dia 2 de dezembro do ano anterior, tramitava na Câmara o pedido de *Impeachment* contra a Presidente Dilma, o que colaborava para polarizar ainda mais o cenário político brasileiro, especialmente pela forma como o pedido foi acatado pela Mesa Diretora da Câmara: como se sabe, o então presidente daquela Casa, Eduardo Cunha (PMDB), aceitou o pedido de impedimento no mesmo dia em que foi admitido, pelo Conselho de Ética, um processo movido contra ele, por quebra de decoro parlamentar, já que mentira em depoimento à operação Lava Jato acerca de contas que, segundo provas inconteste de autoridades da Suíça e de outros paraísos fiscais, efetivamente pertenciam ao deputado.

Diante da negativa do Palácio do Planalto em movimentar a bancada petista para que votasse desfavoravelmente ao processo movido contra Cunha no Conselho de Ética, o presidente da Câmara resolveu receber um dos 11 pedidos de impedimento que já haviam sido protocolados contra a presidente Dilma. E a escolha não foi aleatória: entre os pedidos havia o do jurista Hélio Bicudo, um dos fundadores dos Partidos dos Trabalhadores, algo bastante simbólico para o momento, em parceria com o também jurista Miguel Reale Junior, homem de feições tucanas – fora Ministro da Justiça no

Governo Fernando Cardoso – e como professora de direito da Universidade de São Paulo, Janaina Conceição Paschoal, cujo perfil espalhafatoso e performático, digno de novela mexicana, não me permite tecer maiores comentários até para não parecer politicamente incorreto.

No documento apresentado, os referidos juristas procuravam associar Dilma às denúncias da Operação Lava Jato, na qual a Presidente não é sequer investigada; apontavam para posturas que interpretavam como sendo tráfico de influência em relação ao ex-presidente Lula, e ainda, procuravam atribuir crime de responsabilidade à presidente em relação às denominadas *pedaladas fiscais*¹⁷ ocorridas no Plano Safra, em 2015, e em outros programas do Governo Federal, bem como aos chamados decretos de suplementação orçamentária, que teriam sido praticados nos anos de 2014 e 2015¹⁸.

A edificação de narrativas históricas: entre o golpe e a legalidade

Tal como ocorre em eventos de grande importância, o debate em torno do processo de *impeachment* da presidente Dilma, ocorrido na esteira da forte polarização política verificada no Brasil nos últimos 12 anos e intensificada desde 2014, logo passou a ser alvo de diferentes interpretações, passando a se edificar uma série de operações mentais a partir das quais os homens interpretam sua própria experiência no tempo, e que se expressam por meio de narrativas.

Tais narrativas passaram a ser edificadas de maneira difusa, tanto por intelectuais das mais diversas áreas, na condição de formadores de opinião que se expressam por meio da imprensa, quanto pelos demais segmentos sociais em geral, que se manifestam nas redes sociais, em especial. Uma, denominaremos aqui, narrativa *pró-impeachment*, que

¹⁷ *Pedalada fiscal* foi o nome dado à prática do Tesouro Nacional de atrasar de forma proposital o repasse de dinheiro para bancos (públicos e também privados) e autarquias, como o INSS. O objetivo do Tesouro e do Ministério da Fazenda era melhorar artificialmente as contas federais. Ao deixar de transferir o dinheiro, o governo apresentava todos os meses despesas menores do que elas deveriam ser na prática e, assim, ludibriava o mercado financeiro e especialistas em contas públicas. Há uma grande divergência quanto a imputabilidade ou não de crime de responsabilidade nas ditas pedaladas fiscais. Para alguns, as pedaladas não configuram uma operação de empréstimo, pois não envolvem transferência de dinheiro para o caixa do governo. Para outra trata-se, de fato, de uma operação de crédito, semelhante a crédito rotativo.

¹⁸ O Documento de pedido de impeachment pode ser encontrado na íntegra em: <http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/a-integra-do-pedido-de-impeachment-de-dilma-apoiado-pela-oposicao/>

reúne os defensores do afastamento da Presidente Dilma, e outra, que chamaremos de narrativa *anti-golpe*, a qual congrega quem rotula o *impeachment* como sendo uma trama golpista, orquestrada por determinados segmentos político-econômicos com vistas a afastar o governo Dilma, o que representaria mais uma etapa de uma narrativa que há muito tempo está dada: a perseguição orquestrada por determinados setores da sociedade brasileira a governos trabalhistas.

A narrativa dos defensores do processo de *impeachment* se atém aos elementos eminentemente normativos para justificar o afastamento da presidente. Indica que Dilma, na condição de chefe do executivo, cometeu crime de responsabilidade ao fazer uso das ditas pedaladas fiscais, bem como ao assinar os decretos de suplementação orçamentária, porque ambas as ações ferem a Lei de Responsabilidade Fiscal e, por isso, deve ser punida com o afastamento do cargo. Valendo-se, inclusive, do fenômeno da judicialização da política, cada vez mais evidenciado na cena política brasileira, alegam que todo o trâmite seguiu rigorosamente a constituição. Salientam que o rito do *impeachment*, criado em 1951, por ocasião do processo movido contra o então Presidente Getúlio Vargas, e aperfeiçoado no processo movido contra Fernando Collor de Mello, foi criteriosamente respeitado, o que enquadraria, de maneira incontestável, o atual processo de impedimento dentro dos parâmetros legais. E mais, isso seria suficiente para considerá-lo legítimo!

Quando se deparam com a acusação de falta de legitimidade no processo, que foi conduzido por um corrupto, no caso Eduardo Cunha, defende-se alegando que o Presidente da Câmara é um mal necessário. Com uma visão utilitarista de política, argumentam que Cunha seria a única personalidade política capaz de afastar o mal maior, o *lulo-petismo*, do poder. O deputado cassado Roberto Jefferson, corrupto confesso que, aliás, na narrativa oficial, chega a ser heroificado como o *Delator do Mensalão*, afirmou que Cunha é o seu “bandido preferido”. E para arrematar – e essa expressão se tornou quase um jargão, sobretudo nas redes sociais – afirmam os difusores da narrativa *pró-impeachment*: “Cunha, a sua hora vai chegar!”, expressão que conota a ideia segundo a qual, após cassarem a Presidente Dilma, “vai cair um por um”, numa outra expressão eivada de euforia.

E quando os adeptos da narrativa *pró-impeachment* foram ou são indagados acerca da

eventual possibilidade de não se conseguir provar nada contra a presidente Dilma, dizem: “Não tem problema, de qualquer maneira se for golpe, é um golpe democrático para tirar o Brasil da lama, da roubalheira [...]”, conforme efusivo discursado senador Heráclito Fortes, em sessão do Senado. Ou, nas palavras da representante capixaba na mesma Câmara Alta, Rosilda de Freitas: “[...] voto a favor do impeachment de Dilma, mas não vejo crime de responsabilidade!” (CRIME, 2016).

A narrativa *anti-golpe*, por sua vez, se estrutura no argumento segundo o qual os governos petistas empreenderam inúmeras políticas sociais que foram responsáveis pela melhoria da qualidade de vida de milhões de brasileiros, sobretudo da população mais carente, contra as quais a classe média, organizada em movimentos sociais *fake* – tais como *Vem Pra Rua* e o *Movimento Brasil Livre (MBL)* –, em conluio com segmentos empresariais insatisfeitos com os rumos do governo, estariam se levantando com uma única finalidade: destituir o governo petista de Dilma Rousseff e, principalmente, destruir o fenômeno do *Lulismo*, que representa, na ótica dos seus defensores, o responsável pela construção de um Brasil mais igualitário e menos excludente. Salientam ainda que o processo de *impeachment* representa um *golpe*, tramado por aqueles que foram derrotados nas urnas em 2014 e que, por não admitirem a derrota, procuram atalhos com vistas a alcançar o poder.

Descartando o mito da neutralidade científica, e refutando, pelo menos parcialmente, a tese de que o distanciamento cronológico do objeto estudado seja capaz de nos isentar, por completo, das paixões e afetos, e, ainda, partindo do pressuposto de que o historiador, no ato da busca pela compreensão do objeto, inexoravelmente, faz julgamentos, me sinto à vontade e até mesmo na obrigação de afirmar – dada a cobrança do mundo dos vivos, demanda comum para quem estuda a *História do Tempo Presente* – que compreendo o momento em que vivemos como uma *flagrante quebra de legalidade, de ruptura institucional*. Afirmo, não com base apenas nos aspectos normativos, pois se ater somente à lei e o seu cumprimento puro e simples, principalmente se levarmos em conta a lógica da tradição jurídica brasileira, de direito positivo, é limitar em demasia a realidade. O direito e a lei pensada nesses termos podem, inclusive, se configurar como fonte geradora de injustiças. Aliás, ao longo da história do Brasil Republicano, não foram poucas as ocasiões em que *Golpes de Estado* foram sacramentados contra governos legitimamente eleitos por meio de dispositivos legais, seguindo um determinado trâmite

institucional-legal.

Entendo que se trata de quebra de legalidade com base em outros elementos, isto é, no conjunto dos acontecimentos que, a meu ver, tem colocado em cheque as instituições democráticas brasileiras construídas a tão duras penas. Entre os acontecimentos, destaco o já relatado vício de origem do pedido de *impeachment*; as sistemáticas manobras regimentais por parte de Eduardo Cunha – voto por bancada e não por ordem alfabética, sessões diárias para diminuir tempo de defesa, desligamento dos microfones da Câmara, fazendo com que o telespectador não tivesse acesso aos áudios; as chantagens do mesmo contra vários deputados; as movimentações conspiratórias feitas nos bastidores pelo vice-presidente Michel Temer; a utilização de dispositivos ilegais para atingir a maior liderança do PT, Lula, e demais membros do Partido dos Trabalhadores – condução coercitiva, prisão preventiva, etc.; a quebra de sigilo dos grampos das ligações entre Lula e Dilma – o que configura crime de *lesa-pátria*.

Mas o que me parece mais problemático no atual momento político não é somente o posicionamento *pró-impeachment* ou *anti-golpe*. A questão mais grave é o modo como a excessiva polarização dessas duas narrativas acabou por lançar uma nuvem de fumaça sobre os verdadeiros rumos que o país está tomava e que está tomando. Essa questão está diretamente relacionada ao fato de tais narrativas estarem permeadas por uma interpretação equivocada do conceito de *Golpe de Estado*, sobretudo quando pensado à luz da realidade brasileira, o que tem levado a entendimentos enviesados acerca dos acontecimentos contemporâneos – me refiro a saída à Temer – e a seus significados políticos e sociais. E isso vale tanto para aqueles que entendem a figura de Michel Temer como um *conspirador*, adjetivo que Temer considerou “perturbador” quando aplicado a ele, quanto para aqueles que salientam as “qualidades” de “grande articulador” do vice-presidente, ou, nas palavras exageradas do ex-Ministro da Fazenda, Delfim Neto, “[...] um dos poucos políticos brasileiros da atualidade que reúnem condições de alcançar a envergadura de um estadista [...]”.

A natureza dos golpes de Estado no Brasil: pretensa legalidade e a conciliação

Diante disso, considerando que a história é um instrumento por meio do qual nós, na

contemporaneidade, buscamos respostas para problemas que são eminentemente contemporâneos, a pergunta que deve nos mover nesse momento é: como ocorrem e qual a natureza das rupturas institucionais identificadas como *Golpe de Estado*, ocorridas no Brasil ao longo da história republicana?

Aí surge um problema. Quando nos debruçamos sobre o conceito de *Golpe de Estado*, amplamente utilizado e instrumentalizado pelas ciências humanas e sociais, observa-se que aparece sempre atrelada a ele a ideia de *violência*, de *trauma*... Segundo Norberto Bobbio (1986), embora o conceito tenha mudado consideravelmente ao longo do tempo, na definição mais simples, trata-se, segundo o autor, de um ato realizado por órgãos do próprio Estado. Na acepção francesa inaugurada por Gabriel Naudé, em *Considération politiques sur le coup d'état*, de 1639, *golpe de Estado* chega a se confundir com “Razões de Estado”, isto é, “[...] um ato levado à cabo pelo Soberano para reforçar o próprio poder. Esta decisão é geralmente tomada de surpresa, para evitar reações por parte daqueles que deverão sofrer as consequências [...]”¹⁹.

Com o advento do constitucionalismo, *Golpe de Estado* passou a fazer referência às mudanças de governo feitas na base da violação da Constituição legal do Estado, normalmente de forma violenta, por parte dos próprios detentores do poder político. Nesse sentido, segundo o mesmo Norberto Bobbio (1986), *Golpe de Estado* foi, por exemplo, o que Luis Bonaparte realizou em 1851, quando deu um golpe de graça na II República de que era presidente, conseguindo proclamar-se o novo imperador da França.

Tomando como objeto as últimas cinco décadas, quando parte significativa dos países do mundo teve em alguma ocasião governos saídos de *Golpes de Estado*, tornou-se habitual a utilização desse método de sucessão governamental do que as eleições (BOBBIO, 1986). E na maioria dos casos, quem toma o poder político através de *Golpe de Estado* são os titulares de um dos setores-chaves da burocracia estatal: os chefes militares, embora em alguns casos o golpe fora realizado por outros segmentos de Estado, com a neutralidade/cumplicidade das Forças Armadas.

¹⁹Golpe de Estado nessa acepção pode ser ilustrado com a decisão de Catarina dei Medici, nobre italiana que se casara com Henrique II de França, de eliminar os huguenotes na noite de São Bartolomeu, e também a proibição do Imperador Tibério à sua cunhada viúva de contrair novas núpcias, para evitar o perigo de que os eventuais filhos dela pudessem disputar a sucessão imperial com seus próprios filhos (BOBBIO, 1986).

Todavia, quando lançamos a pergunta acima ao passado, que, nesse caso, como veremos, trata-se de um passado que continua vivo, verifica-se imediatamente que a ideia de *golpe de Estado* essa associação com a ideia de violência mostra-se, de algum modo, *inadequada*. Isso não quer dizer que os golpes de Estado verificados no Brasil ao longo de sua história não tenham sido permeados por violência e traumas. Claro que houve violência e não pouca.

Mas quando examinamos com um pouco mais de atenção os momentos de rupturas institucionais no Brasil, salta aos olhos muito mais a ideia da *conciliação*. Em outras palavras, firma-se a convicção de que os movimentos golpistas no Brasil devem ser lidos e analisados dentro da velha, mas ainda muito válida, fórmula de compreensão da política brasileira baseada na ideia de *conciliação*, uma vez que não são incomuns, no Brasil, momentos de quebra de legalidade ocorrerem por meio do cumprimento de certas formalidades legais, seguidas de uma ampla *conciliação* de interesses.

A República, instaurada em 1889, se deu por meio de um *Golpe de Estado* executado por segmentos do Exército ligados ao Imperador, em aliança com setores da cafeicultura paulista e do norte fluminense – este último, sustentáculo do Império até então, teve os membros denominados *republicanos do depois do 13 de maio de 1888* –, contra o Imperador Pedro II. Segundo a narrativa da época²⁰, a República representaria a redenção da sociedade brasileira quanto ao incremento da cidadania, a entrada do país na modernidade, o que significaria o fim da menoridade política do povo brasileiro (CARVALHO, 1987).

Para muitos, esse discurso era só uma farsa para viabilizar seus projetos de poder, mas, para outros, era um sonho real a ser alcançado. Mas, a despeito dos desejos sinceros de alguns, veio a realidade republicada: senhorial, truculenta, oligárquica, retrógrada em diversos sentidos, porque conciliava sobretudo os interesses de parte significativa das velhas elites latifundiárias. Não por acaso, um observador participante e interessado

²⁰ Assim se manifestou, em editorial, o *Jornal da Tarde*, na edição de 15 de novembro de 1889: “A partir de hoje, 15 de novembro de 1889, o Brasil entra em nova fase, pois pode-se considerar finda a monarquia, passando a regime francamente democrático com todas as consequências da Liberdade [...]. Foi o Exército quem operou esta magna transformação: assim, como a 7 de abril de 31, ele firmou a monarquia constitucional acabando com o despotismo do Primeiro Imperador, hoje proclamou no meio da maior tranqüilidade e com solenidade realmente imponente, que queria outra forma de governo [...]. Esperamos que os vencedores saberão legitimar a posse do poder com o selo da moderação, benignidade e justiça, impedindo qualquer violência contra os vencidos e mostrando que a força bem se concilia com a moderação. Viva o Brasil! Viva a democracia! Viva a liberdade!”

da época, Aristides Lobo, três dias depois do acontecimento, afirmou que “o povo assistiu àquilo *bestializado*”, *demonstrando que havia percebido o pecado original do novo regime!* (CARVALHO, 1987). E então, só então, veio o remorso! Um remorso que afetou profundamente muitos dos melhores, dos mais sinceros e generosos republicanos brasileiros. Remorso pela forma como escorraçaram o velho Imperador que governara o país por várias décadas. Remorso, acima de tudo, pelo retrocesso que a República significou em termos de cidadania!²¹

Em 1937, após a Intentona Comunista, Getúlio Vargas, apoiando-se na *onda Anticomunista* e no ambiente de pânico no interior de alguns grupos sociais após o levante, golpeou a recém-instaurada democracia, após longo período de *Estado de Sítio*, decretado em 1935.

Importante registrar que o apoio dos meios de comunicação foi fundamental para a aprovação no parlamento das reformas institucionais solicitadas pelo poder executivo, o que mereceu o reconhecimento público do próprio Getúlio Vargas, em entrevista concedida ao Jornal *O Diário*, em 10 de janeiro de 1936, na qual afirmava que

Nessa ação da Imprensa salienta-se não só o trabalho de colaboração com o governo à repressão do comunismo, como também o de manter o espírito público num ambiente de receptividade a fim de que conserve sempre o esforço, além de o espírito de reação contra o comunismo e o dever de colaborar com o governo nas medidas de repressão²².

Corroborando esse reconhecimento de Vargas o fato de que, em 1937, ano do Golpe do Estado Novo, estava muito presente na opinião pública brasileira, a partir de importante papel desempenhado pela imprensa, a expectativa de que os comunistas preparavam algo a ser executado no Brasil, tal como ocorrera em 1935. De acordo com tal expectativa, os principais jornais do país, entre os dias 30 de setembro e 1º de outubro de 1937, estamparam diversas reportagens que davam conta de um “plano terrorista do comunismo internacional para ser posto em execução no Brasil”²³.

Aproveitando-se da comoção e do medo criados pelo que ficou conhecido como *Plano Cohen*, o governo solicitou ao Congresso autorização para decretar o *Estado de Guerra*,

²¹ Comentário do Professor Mauro Petersem Domingues, retirado de uma rede social. Acesso em 16 mai. 2016.

²² O DIÁRIO, 10 de jan. 1936. Fragmento da entrevista concedida por Getúlio Vargas.

²³ O Jornal, 1º de out. 1937, p. 1

objeto almejado pelos grupos conservadores desde junho, quando a legislação de exceção expirara. Conforme asseveram os escritos do historiador Rodrigo Patto Sá Motta (2006), a pressão sobre os parlamentares foi enorme, a ponto de a matéria ter entrado em discussão e ser aprovada sem que tivessem acesso à documentação. As únicas fontes a orientar a apreciação parlamentar sobre o assunto foram as informações publicadas nos jornais. Resultado: o *Estado de Guerra* foi aprovado por quase três quartos da Câmara. A narrativa massificada pela imprensa naquele contexto, no sentido de convencer a opinião pública, dava conta de que as instituições estavam ameaçadas, mas elas próprias constituíam um obstáculo à sua salvação. Urgia, nesse sentido, golpear as instituições, suspender o seu funcionamento normal a fim de que pudessem ser salvas!

O resultado de toda essa operação político-institucional e midiática todos já conhecem: Getúlio golpeou a democracia cinquenta dias de decretado o *Estado de Guerra*, com o apoio dos integralistas, setores militares, segmentos empresariais, interventores estaduais, contando ainda com o irrestrito apoio da imprensa e anuência de parte significativa do parlamento e das elites que o apoiavam. Portanto, em parte, podemos afirmar que os atos de fechamento do Congresso, dissolução dos partidos e demais medidas autoritárias ocorreram dentro dos parâmetros legais, já que um Estado de Guerra dá ao executivo superpoderes.

Em 1964, outro importante momento de ruptura institucional: o Golpe foi imposto à sociedade brasileira com base na narrativa de salvar o país da corrupção, da rouboalheira e, sobretudo, do perigo comunista. Tais ideias-força foram amplamente propaladas em tom histórico e apoteótico no noticiário dos principais jornais cariocas, paulistas e mineiros²⁴. Bem sucedido o golpe de Estado, executado primeiramente pelo parlamento seguido do apoio maciço²⁵ das forças armadas, e orquestrado a partir da conciliação dos interesses *nacionalistas, conservadores e liberais*, a intenção das forças políticas alçadas

²⁴ CAETANO, Alexandre. Espírito Santo não esperava a "revolução redentora". *Jornal Século Diário*. 10 dez. 2002. Disponível: http://www.seculodiario.com/reportagens/index_%20revolucao_redentora04.htm. Acesso em: 18 mai. 2016.

²⁵ As Forças Armadas estavam longe de qualquer homogeneidade. Todavia, alguns aspectos representaram muito fortemente elementos de catalisação dos vários agrupamentos internos do Exército, em especial as questões da hierarquia e da disciplina. Para maiores esclarecimentos, ver: SVARTMAN, Eduardo Munhoz. **Guardiões da Nação: Formação profissional, experiências compartilhadas e engajamento político dos generais de 1964**. 2006. 336 f. Tese (doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

ao poder passaram a ser duas, em especial: **1º)** dar um semblante de legalidade à ação golpista e ao regime dele decorrente; **2º)** restringir os espaços de participação política aos apoiadores do regime, isto é, enquadrar os diversos grupos político-partidários. Quanto a esses aspectos, vale a pena recorrer, mesmo que de passagem, à análise de algumas peças-chave daquele contexto, entre elas aquela que figurou como uma das mais importantes na montagem do arcabouço institucional do regime, no sentido de revesti-lo juridicamente de *legitimidade*: a figura de Francisco Campos, que fez a redação do primeiro Ato Institucional, inaugurando, em 9 de abril de 1964, uma nova legalidade autoritária.

Francisco Luís da Silva Campos (1891-1968) foi um advogado e político mineiro que desde a época de jovem estudante manifestara sua identidade com a *democracia restrita*, submetida ao controle da autoridade; jamais escondeu seu desprezo ao estado liberal e às instituições democráticas. Sua biografia política destaca a identidade com o fascismo, externada desde a fundação da Legião de Outubro²⁶, em Minas Gerais, após a Revolução de 1930, e a organização de um desfile em Belo Horizonte, constituindo os legionários, uma milícia uniformizada com camisas cáqui. Além disso, juntamente com Eurico Gaspar Dutra, foi articulador do golpe de Estado que instituiu o Estado Novo em 1937, dando contornos à ditadura de Getúlio Vargas.

Na década de 1950, além de conservar sua costumeira postura anticomunista e conservadora, cultivava a tradicional identidade liberal capitalista, combinada com a defesa dos interesses agrários (PEREIRA, 2005, no prelo). Vale ressaltar ainda, a respeito de Silva Campos, que, após o plebiscito de 6 de janeiro de 1963 – o qual restabeleceu o presidencialismo e a plenitude do governo do Presidente João Goulart –, ele integrou-se à conspiração que depôs o presidente constitucional.

Francisco Campos procurou caracterizar o golpe de Estado de 1964 à luz da teoria da revolução, objetivando justificá-lo como a própria fonte de direito. Desprezou, assim, as concepções doutrinárias clássicas de Hobbes, Locke e Rousseau acerca da teoria do

²⁶ Organização política criada em Minas Gerais com a finalidade de oferecer apoio ao regime surgido da Revolução de 1930. A Legião de Outubro teve existência breve e apresentava traços programáticos e organizativos semelhantes aos movimentos fascistas. Sua criação desagradou aos líderes tradicionais do outrora todo poderoso Partido Republicano Mineiro (PRM), que teve grande parte de suas bases atraídas para a nova organização. Dela fizeram parte, além de Francisco Campos, figuras de peso, tais como Gustavo Capanema e Amaro Lanari.

pacto social como fonte originária do poder político. Além disso, advogou a tese do poder constituinte por imposição, portanto, essencialmente antidemocrática. Por conseguinte, submeteu os poderes Legislativo e Judiciário à vontade dos mandatários do poder Executivo, sendo doravante indiretamente eleitos, condição já considerada produto do *ato revolucionário*, que se autolegitimou como soberano, faltando-lhe, talvez, a lembrança da legitimação pela vontade divina, de qualquer modo subjacente no simbolismo da *Marcha da Família com Deus pela Liberdade* [...](PEREIRA, 2005, no prelo, p. 9).

Finalmente, os autores e signatários do primeiro Ato Institucional expressavam com clareza a intenção de institucionalização do regime, sobrepujando históricas conquistas da subdivisão harmoniosa dos três poderes, doutrinariamente construída por Locke e Montesquieu. Acima dos fundamentos democráticos, historicamente conquistados com muita dificuldade, pairava, no âmbito da cultura política brasileira, aquilo que o Professor Valter Pires Pereira (2005, no Prelo) denominou de *o Novo Leviatan Tupiniquin*, concebido nas entranhas do autoritarismo representado por Francisco Campos e correligionários. Foi assim que concordaram em manter o Congresso Nacional, deixando bem claro que "[...] a revolução não procura legitimar-se através do Congresso. Este é que recebe deste Ato Institucional, resultante do exercício do Poder Constituinte, inerente a todas as revoluções, a sua legitimação [...]"²⁷.

Assim, no dia 15 de abril de 1964, Castelo Branco foi investido de poder presidencial, inaugurando uma série de governos militares no país. No dia 17 de julho do mesmo ano, por meio da Emenda Constitucional nº 9, com a justificativa de que as medidas de reestruturação política e econômica adotadas ou por adotar não se poderiam concretizar no prazo de vigência do AI-1, o Congresso aprovou, por maioria absoluta, a prorrogação do mandato de Castelo Branco, até 15 de março de 1967, adiando as eleições presidenciais de 1965 para a data de 3 de outubro de 1966.

Passados alguns dias, mais uma vez veio o *remorso* e a *frustração* de determinados setores da política brasileira apoiadores do golpe. Esse adiamento desagradou partes significativas dos civis que haviam apoiado a *revolução*, porque se sentiram

²⁷ BRASIL, **Ato Institucional (Nº 1)**, de 09 de Abril de 1964, Brasil (1964). Disponível em: http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=1&tipo_norma=AIT&data=19640409&link=s. Acesso em 23 Jan. 2012.

frustrados na expectativa de participar das eleições de 1965. E mais: o *remorso* veio porque não captaram o caráter duradouro da obra *revolucionária*. Em geral, acreditava-se no caráter apenas temporário do regime, na chamada tese da Ditadura Regeneradora, que salvaria o Brasil da corrupção e do perigo comunista. Tal frustração fez com que passassem a críticos intransigentes do governo. Nesse grupo, destacaram-se, além do governador de São Paulo, Adhemar de Barros, o Senador Juscelino Kubitschek e o então governador do Estado da Guanabara Carlos Lacerda, estes dois últimos candidatos, respectivamente, do PSD e da UDN à presidência da República.

O desfecho desse processo todos conhecem: até o fim daquele ano, o governo empreendeu uma série de expurgos, não admitindo a defesa dos acusados. As listas sucessivas impuseram punições diversas a cerca de 3.500 pessoas – entre as quais o ex-presidente Juscelino Kubitschek, que se exilou em Paris –, enquanto centenas de inquéritos policiais-militares (IPM) foram instaurados para apurar *as atividades comunistas no Brasil*. Efetivamente, aproximadamente 102 pessoas tiveram seus direitos políticos cassados em todo o país, entre as quais o presidente João Goulart, Leonel Brizola, Miguel Arraes, Luiz Carlos Prestes, entre outros.

O Golpe de 2016

Na atual quebra de legalidade, que podemos perfeitamente denominar de *Golpe de 2016*, houve uma movimentação simultânea, numa trama que envolveu diversos atores – setores da imprensa, setores do legislativo, a vice-presidência e, principalmente, setores do judiciário – no sentido de criar um clima de paralisia decisória (SANTOS, 2003). Isso redundou na *antessala* daquilo que Giorgio Agamben denominou de Estado de Exceção, e que serve, guardadas as devidas proporções, especificidades e cautelas, para interpretar o momento atual, no qual se dá a erosão dos poderes legislativos do parlamento, passivo e impotente, o que possibilita o ativismo da magistratura. É nesse aspecto que reside o perigo, uma vez que diante da dissolução da legitimidade dos poderes Legislativo e Executivo, o Judiciário pode cometer atos de exceção com aparência de legalidade²⁸ – *qualquer semelhança com o papel e as representações acerca*

²⁸ O Estado de Exceção para Agamben encontra raízes conceituais na figura dos “institutos” do direito público romano clássico. Nessa situação, dois cônsules governavam com base em um decreto baixado pelo

do Juiz Moro não é mera coincidência!

Ademais, o momento se mostra perigoso pela maneira excessivamente polarizada como se manifesta. A polarização esvaziou o debate, fazendo sumir a gradação. Isso porque, em situações de radicalismo como a que vivemos, não se pensa ou dialoga, apenas se adjetiva. Isto é, a adjetivação PTralha/Coxinha acabou por asfixiar o debate e a análise crítica. Nesse sentido, compreendemos a polarização política como um problema grave, pelo fato de ser um ataque à ideia da reflexão e do raciocínio, pois ela qualifica, ela grita, ela pensa pouco, ela julga²⁹. Ademais, a excessiva polarização, ao esvaziar o debate, acabou por lançar a penumbra sobre o processo *deconciliação* que se operava nos bastidores e ao largo da polarização

Nesse caso, podemos admitir, pelo menos até o momento, que toda a sociedade brasileira saiu derrotada: a narrativa *anti-golpee* seus adeptos não foram capazes de barrar o *Impeachment* e, pelo menos com base no desenrolar dos acontecimentos até aqui, a movimentação *pró-Impeachment* não redundará na tão almejada *limpeza moralizadora* que romanticamente idealizava, isso porque *a hora do Cunha não chegou e não vai chegar*. Apesar de afastado – e no tempo certo para o bem da tramagolpista – o que já era esperado, Cunha continua com as regalias de deputado e de Presidente da Mesa Diretora da Câmara, e continua operando nos bastidores; o Conselho de Ética sinaliza para penas brandas contra ele. Ademais, também não acredito que *vai cair um a um*, conforme amplamente propalavam, uma vez que é notável a movimentação no sentido de minar a autonomia da Operação Lava Jato e das próprias instituições responsáveis pela investigação de atos de corrupção.

Parece-me que nenhum dos dois lados captou a essência do momento, pois a nuvem de fumaça produzida por interpretações equivocadas, a meu juízo, ocultou mais uma etapa

Senado. Suspendiam-se direitos, uma vez reconhecida uma transitória situação que exigia enfrentamento, e que a refinada nomenclatura da casuística juspublicista romana denominava de *tumultus*, expressão mantida pelas línguas neorromânicas, com o mesmo sentido originário. Legalizava-se a ditadura; o Estado de Exceção, assim, seria instrumento de combate a uma necessidade. E é justamente aí que reside o perigo. Ainda que em sua feição contemporânea decorra da teorização do direito público da tradição democrático-revolucionária, e não da tradição absolutista, o Estado de Exceção, “impunemente, mediante a violência governamental, afasta o aspecto normativo do direito, eliminando-o”. Assim, para Agamben, no limite, o totalitarismo faz do Estado de Exceção uma situação que apresenta um conteúdo aparente de legalidade.

²⁹ Definição feita pelo Professor Leandro Karnal em uma Palestra no Café Filosófico – CPFL. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=FHcvzEPGhYU>. Acesso em 10 mai. 2016.

da velha crônica da cultura política brasileira, manifesta na forma da *conciliação*, que atualmente se mostra a mais nefasta possível, além de jogar *panos quentes* em investigações contra eminentes apoiadores de Temer e, portanto, a *finis flor* do processo de *Impeachment*, muitos dos quais nomeados ministros – 7 dos 24 estão sendo investigados na Operação Lava-Jato. Detalhe, não houve nenhuma contestação a tais nomeações... *notem que a judicialização da política é bastante seletiva!!!*

Ademais, a *conciliação* de interesses que o governo Temer representa se revela no ministério eminentemente conservador do presidente interino e também nas primeiras medidas tomadas por ele já no seu primeiro dia de governo, como a dissolução de importantes ministérios, tais como o da Cultura, incorporado ao Ministério da Educação; o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), incorporado ao Ministério da Agricultura (Ministro Blairo Maggi); e, principalmente, na extinção da Controladoria Geral da União (CGU), órgão cuja função, entre outras, era a de fiscalizar os atos do setor público quanto a possíveis desvios de finalidade. Nas palavras de Paulo Sergio Pinheiro, ex-secretário dos Direitos Humanos do Governo Fernando Cardoso, que atualmente representa o Brasil na Corte Internacional dos Direitos Humanos,

[...] o seu primeiro dia como presidente provisório, aquele que chegou ao poder montado em uma conspiração com aquilo que há de mais atrasado na política nacional, em sua primeira e singela canetada, mostrou ao que veio. O presidente acaba de mandar para o andar de baixo os direitos humanos, as mulheres, os afrodescendentes, a cultura e a ciência. Que gestos mais simbólicos poderíamos esperar de um presidente que sobe ao poder em manobras tão obscuras e ancorado em uma elite tão pouco representativa da sociedade brasileira? Apoiado na bíblia, na bala e no boi e provavelmente nos bancos, o presidente, em seu primeiro gesto, manda para o espaço as vozes dos excluídos, a cultura e a razão [...].³⁰

Finalmente, deve-se acrescentar, *aconciliação* representada pela figura de Temer, que congrega o que há de pior na política brasileira, já está se movimentando, e com muita força, no sentido de aprovação de projetos de leis e projetos de emendas constitucionais que, sem dúvida, redundarão em grandes retrocessos, e tudo isso com expressiva maioria no Congresso Nacional, a exemplo do déficit de 170 bilhões, montante bem maior que os aproximadamente 90 bi da Presidente afastada e que fora rejeitado pelo mesmo Congresso.

Portanto, a polarização adjetivada, ao que tudo indica, empurrou a sociedade brasileira a

³⁰ Declaração concedida em vídeo amplamente divulgado nas redes sociais.

uma situação indesejada para os dois lados da polarização, o que torna o momento ainda mais instável e, a meu ver, perigoso, uma vez que acentua a crise institucional pela qual passamos.

Considerações finais.

Eça de Queiroz, em Correspondência de Fradique Mendes, criou um célebre personagem, o Pacheco, estudante de Coimbra, que sempre era visto portando grossos volumes, que se expressava pensativo com a mão no queixo nas aulas de direito da famigerada instituição, depois disso ocupou diversos cargos e compôs confrarias. Mas um dia Pacheco morre e a Europa queria saber, afinal, o que Pacheco, cuja morte tão amargamente estampava os jornais de Portugal, havia acrescentado ao país. Ironicamente anotou o autor: “[...] Pacheco não deu ao País nem uma obra, nem uma fundação, nem um livro, nem uma ideia, mas tinha um imenso talento!”. Michel Temer é um autêntico Pacheco. Apesar do exercício de tantos cargos, tanto na esfera do Poder Executivo quanto na do Legislativo, é difícil encontrar alguma ideia, alguma lei importante, algum ato grandioso que o Presidente golpista-interino tenha produzido e que tenha ficado para a posteridade.

Na posição de Presidente da República, sinaliza sanar esse vazio de realizações da maneira mais nefasta. Pelas medidas tomadas no curto período de tempo à frente do governo, ancoradas fortemente na Bancada BBB – Bala, Bíblia, Boi -, bem como na Federação das Indústrias e em setores médios, se movimenta no sentido de destruir direitos e programas conquistados depois de muita mobilização, especialmente aqueles voltados para os menos favorecidos.

Nesse sentido, o atual cenário político brasileiro nos remete às reflexões realizadas pela filósofa alemã Hannah Arendt para quem, nós, na contemporaneidade, no tempo presente, vivemos numa espécie de hiato temporal, e às vezes somos impelidos pelas forças do passado, as quais poderíamos interpretar como sendo as forças do regresso. Por vezes, também somos induzidos pelas forças do progresso, que podem ser compreendidas como ações que afloram para aprimorar a realidade. Às vezes, essas duas dimensões podem ocorrer em simbiose, acabando por se configurar como o pano

de fundo para determinados processos de desenvolvimento.

Essa última nos parece ser a lógica do desenvolvimento brasileiro, já que um dos seus principais traços é justamente a simbiose de elementos que se expressam enquanto *ruptura* e aspectos identificados como *continuidade*. Exemplar nesse sentido é a interpretação feita pelo sociólogo Francisco de Oliveira (2013) quando elaborou, ainda na década de 1970, o seminal ensaio denominado *Crítica da razão dualista* e, em 2003, *O ornitorrinco*. Neles, o autor advoga a ideia segundo a qual, “[...] de fato, o processo real mostra uma simbiose e uma organicidade, uma unidade de contrários, em que o chamado ‘moderno’ cresce e se alimenta da existência do ‘atrasado’ [...]” (2013, p. 32). No segundo ensaio, em especial, Oliveira (2013) desvela, segundo Roberto Schwarz em prefácio da edição de 2013, o *monstrengo social* que se tornou o Brasil por conta dessa junção de forças opostas.

Mas, a despeito da sentença até certo ponto pessimista feita pelo sociólogo paulista, a própria Hannah Arendt, em outro livro de suma importância, nos fornece a chave tanto para compreender os processos políticos nos quais estamos submersos no tempo presente, quanto para encontrarmos possíveis saídas para o atual conjunto de impasses que se abatem sobre a sociedade brasileira. Na obra *Eichmann em Jerusalém*, além do conceito de banalidade do mal, ao analisar a personalidade de Eichmann, no contexto de seu julgamento, observou o réu em toda a sua mediocridade: um arrivista de pouca inteligência, uma nulidade pronta a obedecer qualquer voz imperativa, um funcionário incapaz de discriminação moral. Uma simples vítima, portanto? Longe disso! Além da banalidade do mal, Hannah Arendt chama a atenção para o problema da responsabilidade do cidadão perante a sociedade.

Os tempos são difíceis e por isso, mais do que nunca, é necessária a tomada de consciência acerca dos significados políticos do Governo Temer e a resistência quanto a retrocessos.

Referências bibliográficas

ARENDDT, Hannah. **Echmann em Jerusalém**: um relato sobre a banalidade do mal. São

Paulo: Companhia das Letras, 1999.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986.

CAETANO, Alexandre. **Espírito Santo não esperava a "revolução redentora"**. *Jornal Século Diário*. 10 dez. 2002. Disponível: http://www.seculodiario.com/reportagens/index_%20revolucao_redentora04.htm.

Acesso em: 18mai. 2016.

CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CRIME é o País não ter governo. A Gazeta *online*. Disponível em <<http://www.gazetaonline.com.br/conteudo/2016/04/noticias/politica/3939898-crime-e-o-pais-nao-ter-governo--diz-rose-de-freitas.html>>. Acesso em 22 abr. 2016.

KAFKA, Franz. **Contos, Fábulas e Aforismos**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993, p. 29, tradução de Ênio Silveira.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **O primeiro Governo Vargas: da Intentona ao golpe (1930-1937)**. In: MARTINHO, Francisco Palomanes. (Org.). Democracia e ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2006, v. 1, p. 49-65.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista: o Ornitorrinco**. São Paulo, SP: Boitempo, 2013.

PEREIRA, André Ricardo Valle Vasco. **Do pato mando ao pato barbudo**. Palestra proferida no "Debate e lançamento do Comitê de Estudantes de História da UFES contra o Golpe". 06 de mai. 2016.

PEREIRA, Valter Pires. **O LeviatanTupiniquin**. Vitória: no prelo, 2005.

SANTOS, W. G. dos. **O cálculo do conflito: estabilidade e crise na política brasileira**. BeloHorizonte, Rio de Janeiro: Ed. UFMG, Iuperj, 2003.

SVARTMAN, Eduardo Munhoz. **Guardiões da Nação: Formação profissional, experiências compartilhadas e engajamento político dos generais de 1964**. 2006. 336 f.

Tese (doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande
do Sul, Porto Alegre, 2006.

TEMER, Michel. **Carta Aberta à Presidente Dilma Rousseff**. Disponível em:
<<http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/12/leia-integra-da-carta-enviada-pelo-vice-michel-temer-dilma.html>> Acesso em 15 mai. 2016.

PARTE 2

Leitura e escrita da história no Brasil

ESTADO E AUTONOMIA DO APARATO REPRESSIVO NA LEITURA ARENDTIANA DO TOTALITARISMO

Amarildo Mendes Lemos³¹

Introdução

Nosso trabalho tem o objetivo de analisar a reflexão realizada pela filósofa Hanna Arendt acerca da autonomia do aparato repressivo e, portanto de seu papel organização estatal. Ela afirma que, durante a vigência de regimes democráticos, o aparato repressivo, em especial as polícias secretas, desfrutam de autonomia em relação ao poder estatal ao qual as polícias deveriam estar subordinadas. Ao contrário do que se passaria nos períodos democráticos, nos regimes totalitários a polícia secreta e todo o aparato repressivo estaria completamente submetido ao controle do chefe de Estado. No totalitarismo, diz a autora, “os serviços secretos já não sabem de coisa alguma que o Líder não saiba melhor do que eles. Em termos de poder, a polícia desceu à categoria do carrasco” (ARENDR, 2013, p. 567). Tais considerações seguem corroborando uma leitura da realidade e dos fenômenos políticos que se opõe ao materialismo dialético, nega a luta de classes como fator explicativo do totalitarismo e procura retirar o lucro como motivador de diversas ações políticas. O fenômeno político do totalitarismo passa a ser observado, segundo essa perspectiva, a partir de orientações ideológicas sem conexões diretas e determinadas pela base socioeconômica.

Poder e Violência: ação comunicativa e ação estratégica na análise política arendtiana

Antes de analisarmos o papel da polícia secreta, se faz necessário uma abordagem acerca do conceito de poder desenvolvido pela autora. Para tanto, apoiaremos nossa reflexão na crítica habermasiana à teoria política de Hanna Arendt. Contudo, há que se ressaltar que ela também realiza um esforço que promove a antecipação de concepções presentes

³¹ Mestre em História (UFES) e professor de História do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (IFES- *campus* Colatina).

nos modelos epistemológicos adotados pela Ciência Política na contemporaneidade, dessa forma, “estruturando suas preocupações sobre a política a partir da crítica sistemática e ruptura com a tradição – de Weber a Shumpeter –, reconstruindo o conceito de liberdade e, a partir daí, a ideia de público” (MARONA, 2009, p. 51).

Fundamentada numa concepção comunicativa de poder, Arendt, no entanto, exclui da esfera do poder o uso da força e da violência. Assim, não estaria no controle das estruturas estatais o que conferiria ao chefe de Estado a capacidade controle social e político. Nas palavras dela,

É o apoio do povo que confere poder às instituições de um país, e esse apoio não é mais do que a constinuação do consentimento que trouxe as leis à existência. Sob condições de um governo representativo, supõe-se que o povo domina aqueles que o governam. Todas as instituições políticas são manifestações e materializações do poder; elas se petrificam e decaem tão logo o poder vivo do povo deixa de sustentá-las. Isso é o que Madison queria dizer quando afirmou que ‘todos os governos se assentam na opinião’, frase tão verdadeira para as várias formas de monarquia quanto para as democracias. (...) De fato, uma das mais óbvias distinções entre poder e violência é que o poder sempre depende dos números, enquanto a violência, até certo ponto, pode operar sem eles, por que se assenta em implementos (ARENDR, 2013, p. 57-58).

A concepção arendtiana de poder promove um completo afastamento da concepção weberiana, que aproxima poder e violência. Max Weber relaciona o conceito de poder à capacidade de que um indivíduo tem de influenciar a vontade e o comportamento de um ou mais indivíduos, por dispor dos meios necessários, que pro suas características podem ser analisados a partir dos três tipos ideais weberianos: *poder tradicional, carismático e racional-legal* (HABERMAS, 1988, p. 100). Weber recorre a um modelo de ação teleológico, no qual a partir de determinadas condições indivíduos ou grupos buscam os meios que lhes forem mais apropriados, entre eles influenciar e induzir, para a execução de determinados fins programados.

A reflexão de Hanna Arendt, ao realizar a crítica ao poder que se vale de implementos, contribuiu com o entendimento do poder em seus aspectos linguísticos e comunicativos. No entanto, em seu pensamento “poder e violência são opostos; onde um domina o outro está completamente ausente” (ARENDR, 2013, p. 73) enquanto que “governo é essencialmente poder organizado e institucionalizado” (Ibid, p. 69). Para ela,

o poder corresponde à habilidade humana não apenas para agir, mas também para agir em concerto. O poder nunca é propriedade de um indivíduo; pertence

a um grupo e permanece em existência apenas enquanto o grupo se conserva unido. Quando dizemos que alguém está no 'poder', na realidade nos referimos ao fato de que ele foi empossado por um certo número de pessoas para agir em seu nome (ARENDDT, 2013, p. 60).

(...) o poder é de fato a essência de todo governo e não a violência. A violência é por natureza instrumental; como todos os meios, ela sempre depende da orientação e da justificação pelo fim que almeja. E aquilo que necessita de justificação por outra coisa não pode ser a essência de nada (Ibid, p. 68).

Nessa perspectiva, as lutas políticas acontecem como fruto de uma práxis linguística ("ação linguística"), por meio da qual formaríamos nosso grupo de convívio onde se realizariam as ações comunicativas, nas quais as relações entre elementos opostos se orientam para o entendimento mútuo, donde se presumem a existência de acordos entre partes conflitantes no conjunto da sociedade. Ela, a práxis linguística, é entendida, portanto, como um elemento de coesão do mundo vital, que por sua seria movimentado a partir da ação comunicativa. Assim, a luta política seria ensejada pela existência de interesses internos conflitivos na formação dos grupos, porém, sua resolução não poderia, para Arendt, incluir nenhum tipo de ação de caráter teleológico.

Para a filósofa, a ação estratégica, ao contrário da ação comunicativa, é resultante da *razão instrumental*. Isso a leva, portanto, a não considerar, em sua formulação, os meios capazes de influenciar a vontade de outrem como poder, antes os considerando como violência manifestada na forma de sanções, persuasão e ou manipulação hábil das alternativas de ação. De acordo com Habermas, por isso, por tomar o poder simplesmente como resultado do entendimento recíproco, Hanna Arendt em sua teoria da sociedade

tem de pagar o preço de: a) excluir da esfera política todos os elementos estratégicos, definindo-os como violência; b) de isolar a política dos contextos econômicos e sociais em que está imbutida através do sistema administrativo; c) de não poder compreender as manifestações da violência estrutural (HABERMAS, 1988, p. 110-111).

Assim, conforme a crítica Jurgen Habermas, observa-se que Arendt cometeu um equívoco em sua construção teórica ao tomar a *polis* grega como modelo para a organização política das sociedades modernas. Eliminando do conceito de poder os aspectos estratégicos, que dizem respeito à realização de fins, ela afastou do conceito de poder a ação estratégica, vista como fenômeno apolítico, dessa forma, não problematizado pela autora. Dessa forma, a ausência de crítica ao fenômeno da ação estratégica no mundo político limita o entendimento do mundo contemporâneo e deixa

o caminho aberto para a chamada razão instrumental, como conceitua Habermas, na medida em que esta não sofre controle societário, por ser percebida como ausente. Além dessa ausência analisada na crítica habermasiana, ressaltamos uma passagem explicativa do papel da estratégia numa realidade política diferente daquela vivida pelos gregos. Habermas afirma que:

No Estado moderno, que completa essa sociedade econômica (capitalista), a luta pelo poder político é normalizada, além disso, pela institucionalização da estratégia (admitindo uma oposição). A concorrência de partidos e associações, a legalização das lutas operárias, etc. (...). As instituições políticas não vivem da violência, mas do reconhecimento (HABERMAS, 1988, p. 112).

Habermas propõe uma reflexão sobre o poder que contemple os aspectos comunicativos do poder e que ao mesmo tempo não desconsidere o papel da ação estratégica na explicação do conceito. As considerações sobre os aspectos comunicativos do poder realizadas por Arendt tomam como objeto importantes aspectos do mundo da vida.³² Analisa a intersubjetividade humana dentro do processo de comunicação e de atribuições de significados para o real e observa o mundo da vida a partir de sua dimensão espaço-temporal. Embasada no método fenomenológico, ela deduziu “das propriedades formais da ação ou da práxis comunicativa as estruturas gerais de uma intersubjetividade não-mutilada” (HABERMAS, 1988, p. 104). Não-mutiladas por que não dizem respeito a um ser humano em particular, mas ao geral intocado onde seria gestado o poder. Arendt considera que o poder só pode ser *tomado* quando se encontra *desintegrado*, mas precisa de uma *base* e só pode se desenvolver em uma revolução quando alguém se encontra preparado pás as responsabilidades que o acompanham (ARENDR, 2013, p. 66-67). As organizações políticas devem, portanto, ter em conta o consenso que a instituíram. No entanto, a participação direta na estruturação do sistema político não contaria com a ampla participação. Para ela, a

mediatização da população através de administrações públicas, partidos, associações e parlamentos, altamente burocratizados, completa e consolida as formas de vida privatistas, que possibilitam a mobilização do apolítico, ou seja, que fornece as condições sócio-psicológicas da dominação totalitária (HABERMAS, 1988, p. 106).

Há, conforme salienta Habermas, uma negação da participação da “população

³² “Resultado da interação entre o mundo objetivo, mundo social e mundo subjetivo” (HABERMAS, 1982, p. 495). O conceito de mundo da vida diz respeito aos pressupostos utilizados pelo agente comunicativo para se referir ao mundo sem a preocupação de tematizá-lo, ou seja, parte de uma ação natural do indivíduo.

despolitizada” no modelo de democracia proposto por Hanna Arendt. Nesse sentido, apesar da defesa da superação da pobreza, o pensamento arendtiano nega que a participação política deva ser assegurada pelo ordenamento institucional como o fazem as constituições democráticas. Arendt, dessa forma aponta para um Estado que se afasta da elaboração de matérias sociais, de uma política social (HABERMAS, 1988, p. 110).

A vontade democrática para Habermas não é simplesmente resultado de ações desvinculadas de aspectos teleológicos. Por isso, a organização do poder, para ele, deve levar em consideração a existência de consensos e conflitos, bem como as vias de resolução por meio de ações comunicativas e estratégicas. A discussão do conceito de poder arendtiano se faz importante para que possamos entender de forma mais abrangente os fenômenos políticos, em especial os regimes democráticos e totalitários reconhecidos nos processos históricos.

A polícia secreta nas democracias e nos regimes totalitários na leitura arendtiana

Buscando descobrir as intrincadas relações que deram origem ao fenômeno do nazismo e do stalinismo, tidos como regimes totalitários, Hanna Arendt produziu uma obra bastante volumosa baseada em farta bibliografia. Sua investigação toma o antissemitismo³³ e o imperialismo como fatores explicativos do processo histórico que geraram dois eventos traumáticos que redundaram na negação dos direitos humanos com a exploração de mão de obra em campos de concentração e extermínio em massa no século XX. Contudo, cabe ressaltar que, negando a interpretação realizada a partir do materialismo histórico-dialético, Arendt não analisa o chamado totalitarismo a partir de determinações econômicas. Pelo contrário, sua abordagem privilegia aspectos ideológicos, mesmo quando evidencia o imperialismo, um fenômeno que está ligado a fatores eminentemente econômicos originado da associação entre duas *forças* num objetivo comum. Assim, segundo ela,

o fato novo da era imperialista foi que essas duas forças supérfluas – o capital

³³ Na obra **Origens do Totalitarismo**, no prefácio, de 1967, a autora diz: “entre o antissemitismo como ideologia leiga do século XIX (que de nome, embora não de conteúdo, era desconhecida antes da década de 1870) e o antissemitismo como ódio religioso aos judeus há profunda há profunda diferença. Pode-se discutir até que ponto o primeiro deve ao segundo os seus argumentos e a sua atração emocional” (ARENDR, 2012, p. 17).

supérfluo e a mão de obra supérflua – uniram-se e, juntos, abandonaram seus países. O conceito de expansão, a exportação de força do governo e a anexação de todo território em que cidadãos tivessem investido a sua riqueza e o seu trabalho, pareciam oferecer um remédio permanente para um mal permanente (ARENDDT, 2012, p. 222).

O mal permanente a que Hanna Arendt se refere trata-se, portanto, da chamada *questão social* que é um produto do processo de modernização econômica. A segunda revolução industrial, identificada pela utilização de novas matrizes energéticas (eletricidade, petróleo, etc.) na produção e circulação de mercadorias, trouxe consigo um exército de miseráveis que Arendt chama de ralé. O crescimento da ralé promove, como se sabe, o agravamento dos conflitos sociais. É aí que o imperialismo aparece como uma solução nacional. Elevado à condição de projeto nacional, o projeto imperialista pôde sufocar o socialismo junto com o mandamento dos comunistas: “proletariado de todo o mundo, uni-vos”. Assim, em referência à Inglaterra, Arendt defende que, embora fundamentados em princípios opostos, o nacionalismo desembocou no imperialismo por que havia certo consenso estabelecido socialmente a respeito do que seria o bem comum, no caso, a soma total dos interesses individuais parecia coincidir com o projeto de expansão, levado a cabo no imperialismo. Contudo, segundo ela,

O que os historiadores, tristemente preocupados com o fenômeno em si, deixaram de perceber é que a ralé não podia ser identificada com o crescimento da classe trabalhista industrial, e certamente não com o povo como um todo, composta que era do refugio de todas as classes. (...). Os pessimistas históricos (...) previram corretamente a possibilidade de converter-se a democracia num despotismo, cujos tiranos surgiriam da ralé e dependeriam de seu apoio. O que eles não compreenderam é que a ralé não é apenas o refugio mas também o subproduto da sociedade burguesa, gerado por ela diretamente e, portanto, nunca separável dela completamente. E deixaram de notar a admiração cada vez maior da alta sociedade pelo submundo (que tão bem se percebe no século XIX), seu recuo gradual e contínuo em todas as questões de moral e seu crescente gosto pelo cinismo anárquico, característico dos rebentos da ralé gerados pela sociedade (ARENDDT, 2012, p. 228-9).

Hanna Arendt reconhece que para “manter o sistema em funcionamento” a burguesia alemã retirou a “máscara da hipocrisia” e confessou abertamente seu “parentesco com a escória, recorrendo expressamente a ela para defender os seus interesses” (Ibid, p. 229). Segundo a autora, as ideologias imperialistas e os movimentos totalitários trazem consigo *princípios políticos da ralé*, pois uma “política de força completamente destituída de princípios não podia ser exercida antes que existisse uma massa igualmente isenta de princípios e numericamente tão grande que o Estado e a sociedade já não pudesse controlá-la” (Ibid, p. 230-231). Assim, apesar dos aspectos econômicos, pesa na

argumentação arendtiana a ideologia imperialista fundamentada em doutrinas raciais e que levavam as pessoas a “crer de que somente o imperialismo podia resolver os graves problemas domésticos, sociais e econômicos dos tempos modernos” (Ibid, p. 231). O aparecimento do totalitarismo explica-se pelo recuo moral identificado na ideologia imperialista, elevada à condição de projeto nacional. Reconhecido a partir de sua concepção comunicativa de poder, Arendt salienta que,

o totalitarismo jamais se contenta em governar por meios externos, ou seja, através do Estado e da máquina de violência; graças à sua ideologia peculiar e ao papel da ideologia no aparelho de coação, o totalitarismo descobriu um meio de subjugar e aterrorizar os seres humanos internamente. Nesse sentido, elimina a distância entre governantes e governados e estabelece uma situação na qual o poder e o desejo de poder, tal como o entendemos, não representam papel algum ou, na melhor das hipóteses, têm um papel secundário. Essencialmente, o líder totalitário é nada mais e nada menos que o funcionário das massas que dirige; não é um indivíduo sedento de poder impondo aos seus governados uma vontade tirânica e arbitrária. Como simples funcionário, pode ser substituído a qualquer momento e depende tanto do “desejo” das massas que ele incorpora, como as massas dependem dele. Sem ele, elas não teriam representação externa e não passariam de um bando amorfo; sem as massas o líder seria uma nulidade (ARENDR, 2012, p. 455-6).

Contudo, a política imperialista era resultado de um “poder invisível”, ou seja, segundo Arendt, havia uma “íntima ligação” entre “política imperialista e o domínio por meio do ‘governo invisível’ e dos agentes secretos” (Ibid, p. 186). Nesse sentido, para Arendt, a importância da “motivação do lucro” na política imperialista teria sido amiúde exagerada, tanto no passado como na época em que ela escrevia, quando os custos de manutenção do imperialismo com ajuda externa, econômica e militar fornecida de forma direta aos governos pelos governos imperialistas superariam, segundo ela, os lucros resultantes dos investimentos privados. Entretanto, Arendt chega a considerar que o gasto governamental é mantido com a receita de todo o país, por ser elevado ao nível de projeto nacional, enquanto que os lucros resultantes da ação governamental são partilhados entre os investidores, mas não leva isso em consideração ao minimizar o papel da “motivação do lucro” na política imperialista.

De qualquer forma, os efeitos negativos do imperialismo e da difusão das doutrinas raciais houve teriam resultado em crise do governo multipartidário e no declínio do Estado-nação, quando parlamentos e partidos constitucionais passaram a ser vistos como instituições caras e desnecessárias, contando com baixa reputação diante da opinião pública. Diante de tal quadro,

a melhor maneira de se legitimar e apelar às massas era insistir em que não era um 'partido', e sim um 'movimento' (...). Bastava esse motivo para que um grupo alegasse apresentar alguma coisa acima dos interesses de partidos e de classe, e que surgisse fora do Parlamento, tivesse muita chance de se tornar popular. Esses grupos pareciam mais competentes, mais sinceros e mais interessados nos negócios públicos do que os partidos (ARENDDT, 2012, p. 355).

Assim, a desintegração do sistema partidário europeu foi provocada pelos movimentos totalitários e não movimentos de unificação, como o pangermanismo. Esses movimentos conseguiram “tirar partido do profundo ódio do povo contra essas instituições [do Estado-nação], que supostamente o representavam” (Ibid, p. 349-350). Nesse contexto, diante do agravamento da questão social, as doutrinas autoritárias e fundamentadas em uma matriz excludente, nacionalista, puseram em xeque a democracia liberal. A democracia estadunidense, considerada um modelo para outros países, seria, para Arendt, a forma de governo menos adequada ao domínio imperialista. Contudo, por meio dos serviços secretos, os EUA garantiram apoios políticos nos países sob a sua influência e o sucesso almejado em relação aos seus objetivos e aos de suas empresas. Para tanto, conforme salienta o ex-chefe da CIA, Allan W. Dulles, a espionagem, no governo dos EUA, foi levada à posição mais influente do que em qualquer lugar do mundo.

Segundo Arendt, “Allan Dulles reconhecia que a CIA deveria seguir o modelo do Serviço de Segurança soviético, o qual além de ser uma organização de polícia secreta, de uma organização de espionagem e contraespionagem”, constituía-se num “instrumento para a subversão, manipulação e violência, para intervenção secreta nos assuntos de outros países” (ARENDDT, 2012, p. 665). A par com os serviços secretos, os programas de ajuda externa não transformam a realidade dos países sujeitos à dominação imperialista, pelo contrário, os auxílios são transformados em instrumento de domínio sobre países cuja sobrevivência depende de tais recursos. Tal relação se transmuda em uma forma de “governo das raças superiores”, que se impõe pela força e pela visão de que a negação a tal domínio significaria para esses povos o perigo de sucumbir à “ruína da anarquia” (Ibid, p. 187).

Não havia, segundo Arendt, o fenômeno da política mundial antes do imperialismo. Para ela, a pretensão totalitária de governo global adquire sentido somente a partir do imperialismo. No entanto, enquanto dominam com estruturas centralizadas administrativamente de forma autoritária, os países imperialistas conservam o Estado-

nação em seus países e ao mesmo tempo, portanto, promovem um expansionismo que se funda em formações políticas burocráticas autoritárias. Mesmo considerando a existência de formas políticas democráticas nos chamados países centrais, dotados de um complexo industrial-militar moderno, as democracias europeias recebem a interferência do governo invisível, do poder secreto. Assim, nos governos constitucionais, os serviços secretos funcionam como “Estado dentro do Estado” (ARENDRT, 2012, p. 566) por possuir o monopólio de “informações vitais” (Ibid, p. 567-568). Dessa forma, no pensamento arendtiano, os chefes políticos eleitos nos sistemas democráticos não conseguem garantir o controle sobre o aparato, em especial do serviço secreto.

Somente no totalitarismo essa situação se inverteria e haveria a subordinação do aparato repressivo ao chefe de Estado. Isto porque, ao contrário do papel da polícia nos regimes democráticos, o “dever da polícia totalitária não é descobrir crimes, mas estar disponível quando o governo decide aprisionar ou liquidar certa categoria da população” (Ibid, p. 566). No totalitarismo “os serviços secretos já não sabem coisa alguma que o líder não saiba melhor que eles. Em termos de poder, a polícia desceu à categoria do carrasco.” (Ibid, p. 567). Apesar disso, a polícia secreta permanece como principal instituição dos governos totalitários e tanto a polícia secreta totalitária como a não-totalitária podem tirar

proveito das vítimas, suplementando o orçamento oficial autorizado pelo Estado por meio de certas fontes não ortodoxas, associando-se simplesmente a atividades que deveria combater, como o jogo e a prostituição. Esses métodos ilegais (...) iam desde a cordial aceitação de subornos até a franca chantagem, muito contribuíram para que os serviços secretos se libertassem das autoridades públicas, fortalecendo a sua posição como um Estado dentro do Estado (Ibid, p. 568-569).

No totalitarismo, o Exército encontra-se subordinado aos comissários políticos e ou às formações totalitárias de elite, tem, portanto, em última instância, suas funções subordinadas ao “movimento”, uma “força supraestatal” considerada um “partido acima de partidos”. Inclusive, seria a atitude em relação ao Exército que demarcaria a diferença entre movimento fascista e movimento totalitário (Ibid, p. 358).

Considerações finais

Partindo de uma interpretação que leva em consideração o papel das classes sociais, Martha Huggins, considera que “uma polícia aparentemente ‘neutra’ em relação à política e às classes contribuiu para mascarar e mistificar as relações de força realmente desiguais que impregnam uma hierarquia de classes sociais, da qual a polícia é parte e sustentáculo” (HUGGINS, 1998, p. 12). Para Huggins, o monopólio da violência e o controle do aparato repressivo realizados na esfera estatal expressam interesses dos grupos políticos e, sobretudo, das classes que controlam o Estado. Entretanto, a análise do papel da polícia secreta na leitura arendtiana não coincide com esta visão. Para Arendt, a polícia secreta desfruta de autonomia em relação aos grupos políticos e se constitui como um “Estado dentro do Estado”.

Um outro diferencial está no fato de que para Hanna Arendt o poder está fora do Estado, não por pertencer a classes sociais, não devido à divisão social ou determinantes econômicos. Na obra que com a qual estudamos sobre o papel do aparato repressivo, que é parte de um estudo sobre a origem do pensamento autoritário, Arendt ressaltou, dois elementos fundamentais para o surgimento do fenômeno do totalitarismo: o antissemitismo e o imperialismo. O primeiro trata-se de uma doutrina racial, que se apresenta nitidamente como uma ideologia. O segundo, um movimento econômico, que se processa por meio de uma expansão que obedece aos imperativos da produção. Ambos, entendidos a partir de uma grande “práxis linguística”, são fornecedores das condições necessárias ao surgimento dos regimes totalitários.

A partir desse entendimento, Arendt evidencia que o modelo de governo burocrático, avesso aos princípios do Estado-nação e alicerçado num aparato repressivo que agiu nas sombras, como “poder invisível”, levou a cabo o extermínio de povos inteiros, com a realização de muitos massacres de populações inteiras. Seria assim, a experiência de controle e os genocídios cometidos durante o imperialismo que criaram condições para o surgimento do totalitarismo no século XX. Com isso, Hanna Arendt passa a negar a motivação do lucro como causa do fenômeno do imperialismo. Destituído de suas causas econômicas o imperialismo passa a ser visto em sua essência como uma ideologia política descolada de determinantes econômicos.

Ressaltando, o papel da ação estratégica, sem abordar o tema da luta de classes e

afastando-se do determinismo econômico, a crítica Habermasiana ao conceito de poder de Hanna Arendt permitiu a reflexão sobre os limites da leitura que ela faz dos regimes totalitários. Contudo, reconhecemos a importância do estudo do pensamento totalitário e a necessidade de uma permanente defesa dos direitos do homem. Dessa forma, o pensamento arendtiano contribui para o entendimento do pensamento autoritário também no tempo presente. O discurso supraestatal e suprapartidário dos movimentos que levaram Hitler ao poder velava o projeto de poder que se realizou por meio de estratégias que incluíam um único partido, o partido nazista. Entre as estratégias para manipular a opinião pública a escolha de inimigos internos.

No nazismo e na ditadura militar no Brasil (1964-85) percebemos um elemento semelhante: a presença do anticomunismo, uma ideologia que traz justificativas para a violência *tout court*. Fatos históricos como a Ditadura Militar no Brasil (1964-85) se relacionam diretamente com esse objeto de estudo, o aparato repressivo estatal. Na ditadura brasileira o medo disseminado relaciona-se diretamente com a legitimidade dada por diversos setores da sociedade para o golpe de 1964 no Brasil. Ele, o medo, leva as pessoas a autorizarem a diminuição de liberdades individuais em troca de segurança. Em sua formulação do conceito de poder, Arendt recorreu à interpretação hobbesiana ressaltando o papel do consenso e do medo na constituição das sociedades políticas.

O anticomunismo distorce a realidade transformando todas as demandas por direitos sociais em 'subversão'. Fiadora de medidas que poriam fim à degeneração da administração pública pela classe política e à luta de classes, a extrema direita manipula ingredientes de uma fórmula anunciadora de experimentos traumáticos, que legitimam o uso da violência como instrumento político e nega o direito ao bem mais importante tutelado pelo Estado, a vida. O medo passa a ser um sentimento esperado em uma sociedade cujos laços correm o risco de se romper em meio ao acirramento do debate político em tempos de crise econômica. Por isso, o testemunho realizado pelo historiador e as reflexões sobre os fenômenos autoritários permitem explicar os caminhos, definidos pelo nosso caminhar.

Referências bibliográficas

ARENDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ARENDT, Hannah . **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

HABERMAS, Jurgen. **O conceito de poder de Hanna Arendt**. In: _ Coleção de Sociologia. Organizada por Florestan Fernandes. São Paulo: Editora Ética, 1988.

HABERMAS, Jurgen. **Teoría de La acción comunicativa**. Madri: Cátedra, 1989.

HUGGINS, Martha K. **Polícia e política: relações Estados Unidos/América Latina**. São Paulo: Cortez, 1998.

MORAES, João Quartim. O argumento da força. In: OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de (et. al.). **As forças armadas no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço e tempo, 1987.

MORONA, Marjorie. **Contribuições de Hanna Arendt e Habermas para a teoria democrática contemporânea**. Veredas do Direito. Belo Horizonte, vol. 6, nº 11, p.45-60, janeiro-junho de 2009.

ESCRITA DA HISTÓRIA E DIPLOMACIA: BARTOLOMÉ MITRE E AS RELAÇÕES ENTRE BRASIL E ARGENTINA

Ana Paula Barcelos Ribeiro da Silva³⁴

Em 1897, a *Revista do IHGB* publicou longo depoimento do Conselheiro Manoel Francisco Correia acerca de suas negociações confidenciais com o general e ex-presidente argentino Bartolomé Mitre, em 1872. Enviado ao Rio de Janeiro em missão diplomática especial pelo então presidente Domingo Sarmiento, Mitre, que era admirado no Brasil, tinha a tarefa de solucionar conflitos ainda oriundos da Guerra do Paraguai, como o reconhecimento do Tratado de Aliança pelo governo brasileiro e a desocupação do território paraguaio por forças aliadas (DE MARCO, 2004). A missão Mitre é importante política e diplomaticamente amenizando as tensões acirradas desde o início do governo Sarmiento, em 1868. Não obstante, ela não se constitui, por si só, em objeto deste trabalho. Aqui interessa-nos pensar o porquê da revista dedicar 74 páginas ao depoimento de Correia. Qual o sentido político e historiográfico de se conferir tal espaço às negociações confidenciais entre ele e Mitre? Por que, nos primeiros anos da República brasileira, convidar o ex-ministro do Império para falar no Instituto sobre um episódio emblemático da diplomacia brasileira e argentina após a guerra?

Manoel Correia, na ocasião da missão Mitre, era ministro dos Negócios Estrangeiros do Império. Daí seu papel nas negociações com o general argentino. Para compreender sua fala, é necessário antes contextualizá-la. Em 9 de janeiro de 1872, foi fechado o tratado Cotegipe-Loizaga, fruto de acordos em separado com o governo paraguaio, no qual o Império brasileiro ficava com a terceira parte do Paraguai. O tratado encontrou forte oposição entre políticos e a imprensa argentina que, basicamente com exceção do jornal *La Nación*³⁵, fez duras críticas ao Brasil. A crise atingiu ponto crítico quando, em 27 de abril, a Argentina publicou uma dura nota de protesto contra o acordo que, segundo o governo, infringia as decisões do Tratado de Aliança assinado após o fim da guerra. As negociações confidenciais entre Correia e Mitre tratam basicamente desta nota.

³⁴ Doutora em História Social pela UFF. Professora Adjunta de História do Brasil do DCH e do PPGHS da UERJ/FFP.

³⁵ O **La Nación**, fundado por Mitre em 1870, suavizou as críticas ao Brasil e poupou figuras como o Visconde do Rio Branco.

Solucionar os conflitos por ela gerados, com clima quase de guerra, era a função destes homens em seus encontros e nas cartas confidenciais e relatórios que produziam para seus superiores, sobretudo Carlos Tejedor, o ministro das Relações Exteriores da Argentina, e o Visconde do Rio Branco, presidente do Conselho de Ministros do Império. No depoimento dado ao IHGB, em 1897, Correia relata seus encontros com Mitre, bem como reproduz várias destas cartas esboçando comentários. Não iremos nos ater a todas nos limites deste trabalho. Do depoimento selecionamos o que mais se adequa ao tema abordado e fortalece nossa argumentação.

O primeiro encontro se dá em 9 de julho de 1872, a pedido de Mitre. Relatando-o a Tejedor, ele diz que o ministro brasileiro o recebeu de forma amigável. Diante das acusações de Correia, alimentadas pela nota de 27 de abril, de que a Argentina não vinha agindo de forma pacífica e amigável com o Brasil, Mitre defende a união de interesses entre os países. Diz a Tejedor ter defendido ainda que “a boa política de paz e amizade tinha raízes na vontade nacional” (MITRE, 1872 Apud CORREIA, 1897, p. 6). Complementa afirmando:

(...) o facto de ser eu enviado para representar a política que sempre havia sustentado, contando com a confiança do meopaiz, que me havia encarregado da solução das questões pendentes que nos agitavam, provava, que essa política tinha vida e predominava nos conselhos e nos sentimentos (MITRE, 1872 Apud CORREIA, 1897, p. 6).

Faz também uma crítica às notas trocadas entre os governos brasileiro e argentino que teriam apenas acirrado as rivalidades. Deste fato advinha sua nomeação para a missão. Defendia ser o momento de levar a discussão para os atos diplomáticos que “pacificassem os espíritos”, “restabelecendo as cordiaes relações e sem admittir a hypothese de uma guerra entre dois povos que haviam combatido durante cinco annos pela paz d’estes paizes” (MITRE, 1872 Apud CORREIA, 1897, p. 8-9).

Comentando a fala de Mitre para seu público no IHGB, Correia afirma ter-lhe dito que as posições anteriores de Tejedor haviam deixado impressão muito negativa e seria necessário atenuá-la antes de partir para os problemas relativos aos tratados sobre o Paraguai. Expressa sua admiração por Mitre e aproveita para elogiar o *La Nación* e o fato do jornal não ter apoiado as ações do Congresso argentino contra o Brasil. Correia relata ainda um encontro de Mitre com Rio Branco no dia 12 de julho. Eles teriam discordado em alguns pontos, sobretudo em relação à agressividade ou não da nota de 27 de abril,

mostrando que as negociações não foram sempre amigáveis durante a missão. Correia, em seguida, trata de outra confidencial enviada por Mitre a Tejedor em 27 de julho. O depoimento sugere que, para solucionar o impasse, o governo argentino enviara nova nota no dia 15 de julho, mas esta não satisfez o governo brasileiro. Para Correia, a resposta argentina não facilitava a transação dos fatos, pois não voltava atrás em relação à nota que havia gerado a discórdia.

Entre julho e setembro de 1872 ocorrem vários encontros entre Correia e Mitre e alguns deste com Rio Branco. Os ministros brasileiros insistiam que a nota de 27 de abril fosse revisada pelo governo argentino, demanda com a qual Mitre demonstrava concordar, com a ressalva de que ela não poderia impedir um acordo sobre a questão de fundo que o trazia ao Brasil. Em carta a Tejedor de 27 de agosto, Mitre considera o impasse gerado pela nota de 27 de abril apenas uma questão de forma e, se o Brasil nela insistisse, a atitude poderia ser entendida como um pretexto para retardar a questão de fundo. Neste caso, avisa a Correia que se retiraria do Brasil e o tratado estaria rompido por responsabilidade do governo brasileiro. Apesar disto, reforça a necessidade de acordo entre as diplomacias brasileira e argentina a fim de se alcançar a paz.

O governo brasileiro, segundo Correia, estava à espera de uma decisão do governo argentino quando Mitre pediu-lhe nova conferência. Mitre relata este encontro a Tejedor numa confidencial de 11 de setembro de 1872. Ele teria dito a Correia que o maior sinal de confiança que o Brasil poderia ter era sua missão e permanência no Brasil podendo responder em nome do governo argentino. Defende que a Argentina é que deveria se sentir ofendida pelo Império, pois a nota que gerou conflitos foi uma resposta a um ato ofensivo e equivocado: buscar acordos diretos com o Paraguai sem passar pela Argentina. Fala da necessidade de se chegar a um acordo favorável a ambas as partes, evitando-se uma situação indefinida que “comprometteria ou tornaria duvidosos ou menos fecundos os benefícios da paz, que uma política internacional previdente pódese assegurar para o presente e o futuro” (MITRE, 1872 Apud CORREIA, 1897, p. 60).

Mitre relata ter exposto estas ideias para Correia durante uma hora sem ser interrompido, além de ter lido uma cópia do projeto de nota modificado por Tejedor. Correia teria discordado da nota por não amenizar a de 27 de abril e ainda exigir a entrada imediata na questão de fundo. Para resolver o problema, Mitre pergunta a

Correia se o governo brasileiro aceitaria como base para as negociações pendentes os acordos territoriais que o Barão de Cotegipe havia comunicado a Tejedor. Correia concorda que sim e Mitre reforça que insistir na questão de forma seria um erro e sinal de má vontade por parte do Brasil. Correia ameaça ir diretamente ao ministro argentino e Mitre diz que esta medida seria irregular, pois sua função aqui era justamente fazer esta mediação. A reunião é suspensa a pedido de Mitre e Correia diz que iria consultar o gabinete dos ministros a fim de não tomar apenas para si a responsabilidade. Mitre comunica que pediria uma conferência com o Visconde do Rio Branco e é incentivado pelo próprio Correia, já que a decisão do presidente do conselho de ministros seria fundamental no caso. No depoimento, Correia passa a comentar a carta de Mitre e defende, em 1897, sua posição em 1872.

No dia 17 de setembro, Correia se encontrou novamente com Mitre. Sobre este encontro, Mitre escreveu a Tejedor em carta confidencial de 19 de setembro. Diz que Correia reforçou uma proposta que Rio Branco havia lhe feito no último encontro e que ele aceitou. Correia entregou-lhe as propostas de nota A e B e Mitre ficou de analisar. No dia 18, Mitre apresentou uma proposta C, acompanhada de uma emenda ao projeto da proposta brasileira. No dia seguinte, Mitre foi convidado para nova conferência e o ministro comunicou-lhe que a proposta e a emenda foram aceitas pelo conselho de ministros. Ele aconselha o governo argentino a aceitar a solução, pois seria conciliatória e tudo ficaria “regulado pela troca recíproca de palavras amigáveis” (MITRE, 1872 Apud CORREIA, 1897, p. 72). Deste acordo, surgem as notas de 25 de setembro do governo argentino e de 2 de outubro do governo brasileiro, como forma de conciliação. Com esta informação, Correia encerra seu depoimento no Instituto e, mais uma vez, defende sua posição naquele momento de tensão. Defende ainda as negociações confidenciais como forma de solucionar conflitos entre países.

Para melhor compreender o sentido do depoimento de Manoel Francisco Correia, é necessário pensar onde ele fala e sobre quem fala, o que talvez esclareça muito sobre o tom explicativo e defensivo que o caracteriza. Desde a proclamação da República, em 1889, o IHGB enfrentava diferentes obstáculos. A República positivista de forma negativa o Instituto de caráter monárquico e católico. Fundado em 1838, tinha a função de delinear “um perfil para a ‘Nação brasileira’, capaz de lhe garantir uma identidade própria no conjunto mais amplo das ‘Nações’ (...)”, como aponta Manoel Salgado

Guimarães (1988, p. 6). Neste projeto, internamente, índios e negros tornavam-se os Outros com os quais não deveria haver identificação. Externamente, este Outro, de quem era preciso se diferenciar, era representado pelas repúblicas vizinhas, símbolos do caos e da barbárie. Fator que condiz com a política externa afirmativa adotada pelo Império a partir da década de 1850 até a guerra do Paraguai, na tentativa de estabelecer seu domínio na região, como afirma Ricardo Salles (2013).

A relação com a Argentina é marcada por estas desconfianças mútuas manifestadas de forma mais intensa em alguns momentos, como a intervenção militar contra Rosas³⁶, em 1852. Se ao longo da década de 1860 até o final da guerra do Paraguai houve certo apaziguamento das relações entre os países, evidentemente estas tensões não se dissolveram. Voltaram a se manifestar, principalmente, no início da década de 1870 durante o governo Sarmiento, conjuntura na qual ocorreu a assinatura de acordos pelo Brasil que feriam o Tratado de Aliança, conforme vimos acima. Daí a missão Mitre em 1872. Não obstante, será a política externa republicana que investirá numa nova relação com os países vizinhos, sobretudo com a influência do Barão do Rio Branco, ministro das Relações Exteriores entre 1902 e 1912, ano de sua morte. Filho do Visconde, com quem Mitre negociou, o Barão, em outro contexto e talvez sob influência paterna, defendia uma política americanista que aproximasse os países da região. Responsável pela redefinição de fronteiras e a anexação de territórios, Rio Branco via na diplomacia um caminho necessário para o apaziguamento de tensões e o desenvolvimento do diálogo em diferentes esferas. Na década de 1860, já havia atuado como secretário do Visconde em missão especial no Rio da Prata e, na volta, tornou-se sócio do IHGB, instituição a qual presidiu de 1908 até sua morte.

Os reflexos desta política americanista foram notáveis no Instituto após a presidência do Barão, conforme estudamos em outra ocasião³⁷, mas cabe aqui levantar a hipótese de que já se apresentava relevante na primeira década da República, quando o IHGB, fragilizado pela perda de prestígio e financiamento, buscava alternativas para se reerguer no novo cenário político. Neste cenário, o depoimento de Correia seria bastante oportuno. Sem criticar o Império, do qual ainda era representante a despeito das

³⁶Em 1852, Juan Manuel Rosas, presidente da Argentina, se uniu a Manuel Oribe, do Uruguai, na tentativa de fundar um país único. O projeto foi derrotado pela intervenção do Império brasileiro.

³⁷Refiro-me à tese de doutorado defendida em 2011 na UFF e que deu origem ao livro **Diálogos sobre a escrita da história: Brasil e Argentina (1910-1940)**, publicado pela FUNAG no mesmo ano.

transições políticas, elogiando o Visconde do Rio Branco e defendendo soluções diplomáticas baseadas no diálogo, Correia falou para um público e uma instituição que buscavam se inserir na realidade republicana, dentro e fora do país. As negociações com Mitre, apesar de serem parte de um episódio diplomático da monarquia, eram um exemplo do passado, da história, para as atuais e futuras gerações republicanas. Exemplo no qual as ideias de cordialidade e pacifismo predominaram. Estas ideias – é fundamental lembrar – foram o eixo de projetos integracionistas pelo campo da própria escrita da história entre as décadas de 1920 e 1940 e tiveram no Brasil e na Argentina seus principais propulsores³⁸. A história, que ainda funcionava como mestra da vida, ensinaria para o presente e o futuro. Mesmo não se repetindo, ofereceria elementos, dados que possibilitariam o diálogo entre estes países. Reinhart Koselleck (2006) nos auxilia nesta análise não apenas pela teorização sobre a *historiamagistra vitae* (que ele considera ter se enfraquecido após o Iluminismo e a Revolução Francesa), mas também pela ideia de que diante das experiências do seu tempo os homens constroem novas expectativas de futuro. Assim, no Brasil, a proclamação da República e a consequente necessidade de inserção em um novo contexto teriam contribuído para esse processo de aproximação com os vizinhos que ganhará ênfase ao longo da primeira metade do século XX até a Segunda Grande Guerra³⁹.

Diante destes fatores, o destaque conferido pelo IHGB à missão Mitre com a publicação do longo depoimento de Correia em 1897, não deve, em nossa interpretação, ser atribuído ao acaso. Se, por um lado, sua fala era oportuna para a instituição, por outro, se referia a acordos negociados com Bartolomé Mitre. Além de sua atuação política e militar, Mitre era também historiador. Em 1893, criou a Junta de História e Numismática Americana⁴⁰, tomando como modelo o próprio IHGB⁴¹, do qual já era sócio honorário desde 1871 quando esteve no Brasil em viagem que antecedeu à missão⁴². Mitre

³⁸Como exemplo, citamos a Revisão dos Textos de Ensino de História e Geografia, iniciada em 1933, e as Bibliotecas de Autores Brasileiros traduzidos ao Castelhana e de Autores Argentinos traduzidos ao Português, iniciadas, respectivamente, em 1937 e 1938. Todos eles contavam com o trabalho conjunto do IHGB, do Itamaraty e da Junta de História e Numismática Americana de Buenos Aires.

³⁹As relações entre Brasil e Argentina, com ênfase na figura de Mitre e nas apropriações do seu pensamento, são temas do projeto “Escrita da história, unidade e integração entre as décadas de 1870 e 1940: Brasil e Argentina – Da Missão Mitre a Segunda Guerra”. A pesquisa conta com o auxílio de bolsista interno de IC pelo PIBIC/UERJ e apoio financeiro do PROCÊNCIA/UERJ.

⁴⁰ Em 1938, a Junta se torna Academia Nacional de História Argentina.

⁴¹Lembramos que, no século XIX, Mitre participou da fundação de outras instituições históricas sul-americanas inspiradas no IHGB.

⁴²Mitre esteve no Brasil em outubro de 1871 para visitar o túmulo do seu filho que havia se suicidado no

defendia a aproximação com o Brasil e a ruptura com as rivalidades entre a República e o Império. Não por acaso era citado pelos historiadores argentinos e brasileiros que impetraram projetos integracionistas através da escrita e do ensino da história aos quais já nos referimos.

Esta é a principal questão do amplo projeto no qual este curto artigo se insere. Procuramos compreender o porquê de Mitre ter se tornado referencial para estes historiadores num período de revisão historiográfica onde as histórias nacionais eram reescritas e pensadas em um contato dialógico com os vizinhos. Acreditamos que os projetos da primeira metade do século XX foram antecidos pela tentativa de construção de um novo olhar sobre o Brasil defendido por Mitre ainda na segunda metade do século XIX. Olhar que buscou concretizar no diálogo com políticos e intelectuais brasileiros, como o Visconde do Rio Branco, através de artigos no jornal *La Nación* e com a missão em 1872. Daí a relevância da análise do seu pensamento e atuação historiográfica, política e diplomática em relação ao Brasil. Deste modo, compreende-se melhor o destaque conferido pelo IHGB ao depoimento de Correia sobre a missão Mitre 25 anos depois de sua ocorrência. Falar de Mitre era falar de um ator político e social que contribuiria para a legitimação de um americanismo embrionário que se anunciava no Instituto e seria aprofundado pelo Barão do Rio Branco a partir de 1908.

Para reforçar nossa hipótese, recorreremos ao exemplo de algumas cartas trocadas entre Mitre e o Visconde do Rio Branco entre as décadas de 1860 e 1870. Cartas que conjugam as realidades política e pessoal, como lembra Chartier (1991), embora esta questão não seja o foco deste texto. Em 1865, quando Rio Branco foi exonerado de sua missão no Prata, o então presidente argentino escreve-lhe lamentando o ocorrido e saudando-o por seus esforços *“siempre en favor de la paz”* (MITRE, 19/03/1865). Em 1872, às vésperas da missão no Rio de Janeiro, e já envolvido nos debates sobre os tratados assinados no Paraguai, lamenta que erros de diplomacia pudessem pôr em risco os esforços dos *“hombres públicos del Rio de la Plata y del Brasil, para consolidar La amistad perpetua de estos paises sobre intereses reciprocos y generales”* (MITRE, 16/02/1872). Em 1873, em meio a idas ao Paraguai para ratificação das negociações de paz e divisão dos territórios, se dirige ao Visconde destacando a necessidade de se acertar

Rio de Janeiro. Aproveitou para estreitar relações com instituições, intelectuais e políticos brasileiros.

definitivamente as questões em torno do Paraguai e conclamando a paz duradoura e fecunda para a região: “*Pienso como V. E. que los arreglos definitivos de paz de todos los Aliados conla Republica Del Paraguay, es laultima e indispensable garantia de una paz duradera y fecunda para esta parte de nuestra América*” (CARTA MITRE, 08/05/1873).

Com as relações ainda abaladas no restante da década de 1870, em novembro de 1880 Mitre publica artigo no *La Nación* onde alega que os governos do Brasil e da Argentina, a despeito das diferenças políticas e estruturais, deveriam tomar para si a responsabilidade de construir um quadro de paz e proximidade. No mesmo artigo, afirma que o Brasil seria “*lanación que enel mundo puedehacernos mas bien y mas mal*” (MITRE, 04/11/1880) – ponto no qual reflete os temores em relação ao Império vizinho com o qual em diferentes momentos se disputou territórios. Sendo assim, seria melhor dele se aproximar do que rivalizar, cultivar e manter alianças em vez de conflitos. Para ele, no período em que escrevia, o Brasil já teria se demonstrado pacífico. Afirma ainda que sem seu auxílio seria impossível fortalecer o papel da política externa argentina na região.

Para concluir, lembramos que estas mesmas ideias de paz e cordialidade estavam presentes, por exemplo, nas normas do convênio de Revisão dos Textos de Ensino de História e Geografia de 1933, citado na nota 4. A generalidade, a cordialidade, a solidariedade, o idealismo, a americanidade e a veracidade eram parâmetros que orientavam o projeto em vista de construir uma releitura da própria história e o conhecimento da história do país vizinho, amenizando-se os conflitos para que as futuras gerações pudessem experimentar relações de amizade e trocas culturais. Cabe acrescentar que as obras de Mitre estariam entre as traduzidas pela Biblioteca de Autores Argentinos traduzidos ao Português pelo Itamaraty, a partir de 1938. Suas ideias também serviram de inspiração para historiadores argentinos que participaram da direção destes projetos conjuntos, como Ricardo Levene, presidente por várias vezes da Junta criada por Mitre. Não detalharemos aqui estes personagens de uma geração que sucedeu a Mitre, ao Visconde e a Correia, mas cabe finalizar apontando as pontes construídas entre eles e nas quais a escrita de uma história de caráter oficial teve importante participação.

Fontes:

Cartas de Mitre ao Visconde do Rio Branco (13/03/1865; 16/02/1872; 08/05/1873).
In: **Cadernos do CHDD**. Brasília: FUNAG, 2005, pp. 159-194.

“Missão Especial do General Argentino D. Bartolomeo Mitre ao Brazil em 1872. Negociação confidencial. Leitura do Conselheiro Manoel Francisco Correia no Instituto Histórico”. **Revista do IHGB**. Tomo LX. Parte I. RJ: CiaTypographica do Brazil, 1897, pp. 5-74.

MITRE, Bartolomé. “Política exterior: Retrospecto de actualidad y perspectivas”. **La Nación**, 04/11/1880.

Referências bibliográficas:

CHARTIER, R. (org.). **La correspondance**: Les usages de la lettre au XIX^e siècle. Paris : Fayard, 1991.

DE MARCO, M. A. **Bartolomé Mitre. Biografia**. Buenos Aires: Emecé, 2004.

GUIMARÃES, M. S. “Nação e civilização nos trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a proposta de uma história nacional”. **Estudos Históricos**, RJ, v. 1, n. 1, 1988, pp. 5-27.

KOSELLECK, R. **Futuro Passado**: Contribuição à semântica dos tempos históricos. RJ: Contraponto: PUC-Rio, 2006.

SALLES, R. **Nostalgia imperial**: escravidão e formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado. RJ: Ponteio, 2013.

BREVES APONTAMENTOS SOBRE A HISTORIOGRAFIA DO PARTIDO SOCIALISTA POPULAR CUBANO

Ana Paula Cecon Calegari⁴³

Introdução

A historiografia cubana é um assunto pouquíssimo estudado, tanto no Brasil como em Cuba. É um tema que merece uma atenção especial, pois a produção historiográfica, intelectual e artística fizeram parte do projeto de nação instaurado após a vitória da Revolução Cubana no ano de 1959. A temática abre um campo ainda inexplorado que está relacionado ao que foi produzido, quando e por quem, mas, principalmente, é um espaço eivado de conflitos ideológicos ainda pouco explicados. Foi a partir dos anos 2000 que as obras de revisão historiográfica ganharam fôlego dentro da ilha. Podemos citar os esforços de Oscar Zanetti (2005), Ricardo Quiza Moreno (2010) e Jorge Ibarra (1995). Um aspecto observado por aqueles intelectuais foi o vínculo existente entre a produção historiográfica e as orientações do governo revolucionário.

No livro de Oscar Zanetti, *Isla em La historia: La historiografía de Cuba em El siglo XX*, o autor preocupou-se em destacar o incentivo do governo revolucionário às universidades e aos centros de pesquisa histórica durante as décadas de 1960, 1970 e 1980. O que percebemos no texto de Zanetti, através da observação dos títulos por ele citado e seus respectivos comentários, é um predomínio de trabalhos biográficos, das relações sociais, em especial da escravidão, das guerras de independência e uma grande preocupação com o século XIX tanto antes como após a Revolução Cubana. Ainda que o autor tenha comentado sobre a historiografia marxista, não há nenhuma indicação de textos sobre o partido comunista e a história do marxismo dentro da ilha. Mas algo nos chamou a atenção por se tratar de uma observação a respeito do papel do governo revolucionário que, já na década de 1960, orientava de maneira ideológica a produção do conhecimento. Segundo Oscar Zanetti,

Tanto en la investigación como en la enseñanza, la atención debía concentrarse

⁴³Doutoranda em História na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e pesquisadora da trajetória Partido Socialista Popular cubano durante os anos de 1953 e 1961.

en las “regularidades” históricas, aquellas pautas universales que señalaban el rumbo ineluctable de la humanidad y sustentaban un único modelo viable de construcción socialista. [...]La Revolución Cubana se percibía como el acontecimiento capital en la historia del país; los hechos y fenómenos anteriores debían, anti todo, facilitar la comprensión de ese proceso, ofrecer las bases para su explicación. (ZANETTI, 2005, p. 48)

Notamos, por meio deste trecho, o fomento intelectual por parte do governo, mas também seu esforço de orientação dos conteúdos que se vinculavam mais diretamente com o projeto de nação encabeçado pelas elites políticas que estavam no poder, assim como a orientação a respeito das temáticas e debates que cabiam “dentro da Revolução,” como havia dito Fidel Castro no famoso discurso *Palabras a los intelectuales*, em 1961.⁴⁴ Textos como os de Silvia Cesar Miskulin (2009) Mariana Martins Villaça (2010) e Barthon Favatto Suzano Júnior (2014) demonstram como as relações entre o governo e os intelectuais e artistas cubanos foram conflituosas, sendo que em quase todos os embates, a verdade sobre determinada questão pendia para o governo. Às demais partes, coube, muitas vezes, o exílio, o esquecimento, a declaração de *mea culpa*. Podemos destacar alguns efeitos dessa ação direta do poder político no trabalho intelectual, em especial no que tange a versão histórica de alguns fatos.

Uma característica da produção historiográfica feita após os anos de 1960 é a valorização de certos momentos, como as guerras da independência, a Revolução de 1933, a luta armada do Movimento 26 de Julho⁴⁵ e da Revolução de 1959, assim como a valorização de alguns personagens que estiveram vinculados àqueles fatos, como Antonio Maceo e José Martí, Julio Antonio Mella, Antonio Guiterras, Eduardo Chibás, Raul Roa, Fidel e Raul Castro, Camilo Cienfuegos e Ernesto Guevara. Quer dizer, existe uma evidente orientação ideológica pautada na sustentação de um discurso oficial que relaciona alguns fatos e atores numa linha do tempo que se mostra hegemônica na produção insular, a qual liga as guerras de independência do século XIX de Maceo e Martí, à Revolução de 1933, com destaque para Antonio Guiterras e enfim à Revolução

⁴⁴ Castro, Fidel. *Discurso de conclusão das Reuniões com os Intelectuais Cubanos, efetuadas na Biblioteca Nacional em 16, 23 y 30 de junho de 1961*. Disponível em: <http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/> Acesso em: 29 de Julho de 2016.

⁴⁵ Movimento que se formou após o ataque armado a um quartel militar no ano de 1953. O ataque foi planejado por um grupo liderado por Fidel Castro e depois do fracasso da ação, os participantes foram presos, assassinados e sofreram processos judiciais. Após o cárcere, alguns membros do grupo, entre eles Fidel e seu irmão Raul Castro, exilam-se no México. Lá, iniciam um treinamento militar e retornaram à Cuba em dezembro de 1956, quando se refugiaram na região da *Sierra Maestra* e, usando a tática de guerra de guerrilhas, tomaram progressivamente regiões da ilha, até chegaram a capital em janeiro de 1959 provocando a queda do ditador Fulgêncio Batista que governava o país desde 1952.

Cubana de 1959. O contexto histórico é explicado a partir desses elementos que chamamos de fato-referência.

Tal conceitodiz respeito à acontecimentos ou personagens que servem como referência para a narrativa histórica e que, em grande parte da historiografia cubana, serviram para explicar todos os eventos que vieram antes e depois deles, em especial nas obras de história política. Acreditamos que a existência do fato-referência foi parte do projeto de nação dos revolucionários cubanos ao incentivarem a construção de uma narrativa da história da ilha que valorizou alguns acontecimentos que mostravam o protagonismo dos heróis nacionais e as lutas pela libertação nacional. Durante as décadas de 1960, 1970 e 1980, inúmeros outros fatos da história insular durante os séculos XIX e XX foram analisados, quase sempre, dentro de uma perspectiva relacional com os fatos-referência. Isso fez com que os estudos sobre alguns objetos da históriapolítica, como é o caso do partido comunista e do movimento anarquista, não fossem pesquisados naquelas épocas. Entretanto, recentemente, tem ganhado espaço na historiografia, não só cubana, mas latino-americana, novas interpretações que procuram rever a cultura política e as contribuições dos vários atores da esquerda num processo mais longo de consolidação das ideias e projetos que podem ser considerados esquerdistas e, como resultado, novos problemas e objetos têm sido contemplados.

Outra característica presente em parte da historiografia cubana é a ideia de uma revolução prolongada, de um processo revolucionário único que teria começado com as guerras de independência no século XIX e só teria terminado com a vitória de 1959. Deste modo, a construção da cultura revolucionária dentro de Cuba após 1959 esteve pautada na vinculação de alguns eventos, cujo objetivo, em nossa perspectiva, era dar maior legitimidade a uma determinada ideia e narrativa da própria Revolução.

O Partido Socialista Popular (PSP), que era o partido comunista cubano anterior à Revolução,⁴⁶ apareceu na historiografia quase sempre vinculado aos fatos-referência. Há pouquíssimas obras que trataram exclusivamente da história do PSP e esta ausência já é um indicativo das relações estabelecidas entre os intelectuais, o governo e os antigos

⁴⁶ A nomenclatura usada, PSP ou PCC, se relaciona às épocas em que o partido existiu. De sua fundação, em 1925, até o ano de 1944, a sigla que reunia os comunistas era Partido Comunista Cubano e de 1944 até 1961, quando o partido foi dissolvido, era Partido Socialista Popular. Posteriormente, já no curso da Revolução Cubana, foi fundado em 1965, o Partido Comunista Cubano, que agregou os antigos comunistas, os membros do Movimento 26 de Julho e do Diretório Revolucionário.

comunistas. Lembramos que muitos destes, após a vitória da Revolução, tiveram um papel político importantena administração e na vida política do país e os conflitos que travaram com outros grupos, como o Movimento 26 de Julho e o Diretório Revolucionário 13 de Março,⁴⁷ são fatos carecem de melhores explicações e foram narrados, até o momento, dentro daquela perspectiva relacional que tem como eixo um fato-referência.⁴⁸

As publicações sobre o Partido Socialista Popular ou o Primeiro Partido Comunista Cubano, é algo novo na ilha, já que as produções encontradas até o momento datam da década de 1990 e dos anos 2000. Acreditamos que elas fazem parte de um contexto de renovação da historiografia cubana num momento de inserção de novos atores e problemas na academia insular. Dentro de Cuba,algumas interpretações sobre o PSP divergem entre si. Destacamos três características da produção do conhecimento histórico e alguns de seus intelectuais, que são: a historiografia crítica, a historiografia omissa e a historiografia simpática.

Também ressaltamos alguns locais de produção do conhecimento histórico dentro de Cuba, já que notamos perspectivas diferentes nas análises feitas sobre o partido em cada deles. O primeiro lugar é o Instituto de História de Cuba, que se originou, em 1987, do *Instituto de Historia Del Movimiento Comunista*, e que, por isso, guarda um enorme acervo documental onde seus funcionários puderam realizar investigações sobre a temática que nos interessa, sendo que muitos deles estiveram vinculados com PCC e com os membros do antigo PSP, como é o caso de Fabio Grobart, comunista cubano que esteve na fundação do Partido Comunista de Cuba, em 1925 e após a Revolução de 1959, foi diretor do citado instituto. Outro centro de pesquisa é o *Instituto Cubano de Investigación Cultural Juan Marinello*, que vincula pesquisadores oriundos de diversas universidades cubanas e que publicam sobre assuntos culturais, das ciências sociais e de história. E por fim, os representantes da Universidade de Havana, que, em sua maioria, não incluem o PSP em suas abordagens, mesmo quando o assunto é a história do

⁴⁷O Diretório Revolucionário (DR) era o órgão que representava os estudantes da Universidade de Havana. Leva aquela data, pois em 13 de março de 1957, um grupo liderado por José Antonio Echeverría, na época, presidente da Federação Estudantil Universitária e secretário geral do DR, armou uma invasão ao Palácio Presidencial para assassinar Fulgêncio Batista. O ato fracassado provocou a morte de Echeverría e muitos outros estudantes, além do aumento da repressão do governo aos movimentos oposicionistas.

⁴⁸Citamos como exemplo as polêmicas entre Carlos Rafael Rodriguez (PSP) e Ernesto Guevara (Movimento 26 de Julho) citadas por Julio Cesar Guanche no livro **El continente de lo posible: unexamen sobre lacondición revolucionaria**.

comunismo na ilha ou a formação do Partido Comunista Cubano de 1965. Não queremos dizer que todos os intelectuais vinculados a estes locais possuem a mesma visão a respeito do partido, mas sim que podemos identificar similaridades interpretativas entre alguns deles.

A historiografia crítica e a historiografia omissa

Os diálogos estabelecidos com a temática escolhida ocorrem dentro de uma rede de intertextualidade ainda pouco conhecida e fundamentada nas pesquisas feitas pelos estudiosos a nível nacional e também no cenário cubano. Deste modo, os interlocutores da reflexão proposta se mostram ainda difusos, além de não termos encontrado até o momento trabalhos que abordam a historiografia sobre o Partido Socialista Popular. Entretanto, importantes textos da historiografia cubana nos servirão como bibliografia de referência para pensarmos nas interpretações feitas sobre o partido. Como dito anteriormente, observamos três distintas interpretações sobre o PSP ou PCC e sobre os comunistas, as quais chamamos de crítica aquelas que abordaram o tema apontando os erros táticos e estratégicos do partido, sem, em nossa opinião, inseri-los em seu contexto de emergência; a literatura omissa, que se propôs a contar a história do comunismo na ilha sem fazer referência ao PSP; e a historiografia simpática, que se debruçou de uma maneira aprazível sobre o tema e se preocupou, em alguns trabalhos, em trata-lo de forma exclusiva.

Para entendermos melhor essas categorias, citamos alguns centros de pesquisas, seus intelectuais e a forma como trataram o assunto. Pelo *Instituto Cubano de Investigación Cultural Juan Marinello*, em 2013, foi publicada uma compilação de textos organizada pela Dr. Caridad Massón Sena,⁴⁹ que resultou de debates ocorridos naquele mesmo local em 2009 sobre a história do comunismo e do nacionalismo desde a década de 1920 até a Revolução de 1959. A obra, que faz parte daquele esforço de renovação já citado, traz textos específicos sobre o Partido Socialista Popular, sobre Ruben Martínez Villena, Juan Marinello, Blas Roca – três intelectuais do partido, – sobre a Revolução de 1933, dentre

⁴⁹ Historiadora cubana vinculada ao citado Instituto, doutora em História e pesquisadora do Primeiro Partido Comunista Cubano, suas relações com o movimento comunista internacional e o tratamento da questão racial pelos partidos cubanos.

outras temáticas. Um dos eixos de análise dos autores foram as direções ideológicas e políticas da esquerda em Cuba naquelas décadas. O que nos chamou a atenção foi a associação de “esquerda” unicamente aos comunistas cubanos, sendo que grupos anarquistas e estudantis que compartilhavam da cultura política esquerdista não foram contemplados nos textos.

Sobre os estudos realizados por Caridad Massón Sena, o foco principal das análises da autora é a década de 1930 e as relações do Partido Comunista Cubano com o *Comintern*. Os artigos de Massón se concentram nas táticas do Partido, aliando-as ao contexto internacional do movimento comunista a fim de justificar as ações dos militantes dentro de Cuba. Suas análises versam mais sobre os erros do partido do que sua trajetória. Em um artigo intitulado *El Partido Socialista Popular y La Revolución Cubana*, Caridad Massón elencou algumas explicações para o fato de o PSP não ter dirigido a última etapa do processo revolucionário, se referindo à 1959, destacando brevemente o erro na escolha da tática de frente única, o isolamento político, a falta de dinamismo para assumir outros métodos, a demora para aderir à luta armada e o receio de uma intervenção dos Estados Unidos. Tal perspectiva diverge do que é apresentado pela historiografia simpática sobre essa mesma questão. Se compararmos as problemáticas que aparecem no texto de Massón e nos livros de Angelina Rojas, representantes daquela linha interpretativa, veremos que Massón preocupou em apontar as falhas do PSP, sem inseri-lo em seu contexto e, portanto, sem se questionar os motivos que levaram os comunistas a tomarem tais decisões, ao passo que Rojas buscou justificar algumas ações apresentando-as como parte da relação do PSP com algum fato-referência.

O artigo de Caridad Massón Sena representa o que chamamos de historiografia crítica que tem por característica o apontamento dos erros do partido partindo dos acertos do Movimento 26 de Julho e de outros grupos, por exemplo. A Revolução Cubana, que é o principal fato-referência dos anos de 1950 e que é associada quase sempre à luta armada, serve como parâmetro para legitimar determinadas ações daqueles ocuparam o poder depois de 1959. Vemos o reflexo desta ação na vertente historiográfica que preocupa-se em apontar as decisões do PSP como erros, sem buscar entendê-las de acordo com a forma que os comunistas pensavam e as justificativas que deram a partir daquela conjuntura específica.

Pela Universidade de Havana, destacamos os estudos de Fernando Martínez Heredia⁵⁰ e Julio César Guanche,⁵¹ em especial dois livros que trataram na história do comunismo em Cuba por serem um exemplo daquilo que chamamos de fato-referência. Tais textos trataram do pensamento social e da inserção de alguns personagens e ideias na história política cubana. Ambos os autores não tiveram o objetivo de escrever sobre o partido e os comunistas, mas, ao escrever sobre a esquerda cubana e os movimentos e atores que contestaram a ordem social e política instituída, era esperado que, ao menos, parte da história do PSP ou do PCC aparecesse em algum momento.

Fernando Martínez Heredia escreveu um livro intitulado *Corrimiento hacia el rojo*, no qual tratou a história cubana sem se referir diretamente aos seus personagens. Não atribuiu ações à Fidel Castro, aos comunistas, aos estudantes, nem mesmo ao governo revolucionário, escreveu uma história que, em grande parte do livro, dá a impressão de Cuba como uma unidade homogênea sem divergências internas entre os grupos que estavam no seio do governo revolucionário. Em um capítulo do livro, intitulado *Izquierda y Marxismo en Cuba*, Heredia (2001, p. 87) falou sobre o histórico do esquerdismo dentro de Cuba, alegando: “La rebelión, y no el marxismo, es el elemento que hay que buscar para saber si es o no, o dónde ha estado, la izquierda en el proceso histórico cubano.” Sem mencionar diretamente os movimentos, partidos e grupos que existiam em Cuba naquele momento, Heredia associa a rebelião armada e a esquerda como os dois elementos indissociáveis para entender o processo histórico cubano. A crítica a esta interpretação se dá pela omissão do papel de outros grupos que encabeçavam projetos de esquerda na ilha, mas que adotaram táticas diferente da guerra de guerrilhas. Acreditamos que numa análise sobre a formação da cultura política de esquerda, tais grupos não podem estar ausentes já que a própria historiografia cubana, mesmo que de forma não proposital, indica as semelhanças entre os projetos políticos das diferentes agremiações esquerdistas, como é o caso do texto *La actuación de los partidos políticos*

⁵⁰ Intelectual cubano, filósofo, ensaísta e professor da Universidade de Havana. As reflexões de Heredia abrangem muitos temas, destacamos os estudos sobre o socialismo em Cuba, o pensamento social cubano, a história da Revolução Cubana. Na década de 1960, Fernando M. Heredia dirigiu uma revista cultural chamada **Pensamiento Crítico**, que pretendia pensar os problemas da realidade nacional. No início dos anos 1970, a revista foi fechada devido a debates ocorridos entre o governo revolucionário e os dirigentes daquela publicação.

⁵¹ Professor da Universidade de Havana, onde trabalha com a história e o direito em Cuba, Teorias do Estado e filosofia do direito. Guanche escreveu sobre as peculiaridades do comunismo em Cuba, sobre os intelectuais e a cultura na Revolução e o pensamento social cubano.

*como reflejo de lacrisis de la sociedad cubana, 1944-1958.*⁵²

Ainda sobre o texto de Fernando Martínez Heredia, na narrativa sobre o marxismo após 1959, o autor não fez nenhuma menção aos militantes do PSP, nem a atuação do partido. Heredia tratou da penetração das ideias socialistas antes da Revolução, sem mencionar nenhum grupo que havia assumido aquela ideologia e também atribuiu as vitórias da revolução ao movimento insurrecional armado: “La acumulación de cultura política radical fue el potencial que, detonado por la vanguardia insurrecional y asumido por El pueblo desatado, transformo la política antidictatorial en una revolución socialista de liberación nacional.” (HEREDIA, 1998, p. 91). Esta narrativa consolida o protagonismo do movimento armado, em especial, do Movimento 26 de Julho, como responsável pela derrubada da ditadura de Fulgêncio Batista e a vitória da Revolução Cubana. Ao mesmo tempo, perpetua a exclusão do Partido Socialista Popular e de outros grupos, assim como conserva a validade das narrativas baseadas nos fatos-referência.

Fernando Martínez Heredia também problematizou os aspectos do socialismo cubano após o ano 1961 associando elementos da cultura política insular, em especial o que ele chamou de cultura radical de libertação nacional, com a ação do movimento guerrilheiro, intitulado de vanguarda revolucionária, e aludiu aos choques ocorridos entre este marxismo e aquela ideologia teorizada de origem soviética e as posições cubanas afins dela. Ainda que não tenha feito menção direta ao PSP neste momento, a crítica ao partido permanece subentendida. O texto destacado é o exemplo mais evidente da omissão da presença do Partido Socialista Popular na história insular, mesmo que, por opção do autor, outros grupos e personagens não aparecem com frequência na narrativa. O risco desta operação está associado ao esquecimento dos papéis desempenhados por grupos considerados como secundários em relação aos fatos-referência e, conseqüentemente, tal lacuna implica na insuficiência do entendimento de conceitos como a cultura e projetos políticos e sustenta determinadas interpretações na história cubana.

O professor Julio Cesar Guanche, da Universidade de Havana, também possui obras que dialogam com a história das esquerdas e das lutas de libertação nacional, em especial, as

⁵² Dina, Martínez Díaz; Sosa, Miriam Fernández. La actuación de los partidos políticos como reflejo de la crisis de la sociedad cubana, 1944-1958. Tebet: **Anuario del Archivo Histórico Insular de Fuerteventura**, N.º. 11, 1998.

análises sobre Che Guevara, Raul Roa e alguns debates a respeito do socialismo dentro de Cuba. Na obra *La libertad como destino. Valores, proyectos y tradición en El siglo XX cubano*, o autor propôs um estudo histórico da ideologia revolucionária cubana buscando as tradições e grupos que se propuseram a contestar a ordem instituída naquele século, como Julio Antonio Mella, Antonio Guiterras, Eduardo Chibás, o Diretório Estudantil Revolucionário e Raul Roa. Para isso, escolheu alguns personagens e através deles traçou o percurso das ideias socialistas em Cuba. No tópico em que tratou da tradição socialista, deu grande destaque à Antonio Guiterras e aos movimentos rebeldes da década de 1930. Ao falar do PCC, Guanche reconheceu que os comunistas tiveram um papel importante na configuração de uma “situação revolucionária” nos anos de 1930 e destacou ainda alguns elementos da tática e estratégia do partido. Julio Cesar Guanche, ao contrário de Heredia, relacionou o PSP com os personagens e momentos políticos que escolheu narrar, ainda que para apontar as divergências entre os projetos políticos existentes naqueles momentos.

Ao escrever sobre o Diretório Estudantil (DR), Guanche ressaltou as divergências que os estudantes tinham com os comunistas, em especial com o stalinismo, e acrescentou que o DR também era comunista, mas num sentido de que se opunham a exploração dos homens pela produção e pelo estado. O autor ainda comentou sobre a divergência tática entre os grupos, sobre os erros dos PSP que fizeram com que algumas organizações se afastassem do partido e usou alguns documentos do PSP que mostram um afastamento dos comunistas em relação aos estudantes, quando a Carta Semanal, órgão do PSP acusou o ataque ao Palácio Presidencial de *putch*⁵³. Tais conflitos também apareceram quando Guanche escreveu sobre Raul Roa, intelectual cubano, professor da Universidade de Havana, marxista, que se opôs ao PSP desde os anos de 1930. Ainda que não atribua protagonismo ao partido, Guancheo tratou numa perspectiva relacional com os demais agrupamentos políticos. Apesar disso, criticamos algumas omissões em seu trabalho. Ao tratar de Julio Antonio Mella, o autor não relatou a vida partidária de Mella, mas os aspectos teóricos de seu pensamento. Mesmo que esta tenha sido uma escolha acadêmica de Guanche, parece-nos estranho desligar aquela personagem do contexto intelectual que vivia dentro do partido e não associar seu pensamento ao dos demais comunistas que, ao lado de Mella, construíram ideias semelhantes, trocavam

⁵³ Guanche, Julio Cesar. **La libertad como destino. Valores, proyectos y tradición en el siglo XX cubano**. La Habana: Ediciones Unión, 2013, p. 120.

experiências e se influenciavam.

A historiografia simpática

Destacamos, primeiramente, o extenso trabalho de Angelina Rojas Blaquier⁵⁴ intitulado *Historia del Primer Partido Comunista de Cuba*. Nele, a autora narrou os percursos do Partido desde sua criação em 1925 até 1961, dividindo esta temporalidade em três tomos. Rojas estudou as táticas e estratégias dos comunistas e expôs os principais pontos do projeto político sem, contudo, se aprofundar nos elementos do contexto histórico que possibilitaram sua formulação e sem comentar as mudanças ou permanências das ideias que compunham os citados projetos. Angelina levantou questões fundamentais sobre a trajetória do partido ao narrar sua história através das táticas e por meio da problematização da atuação dos comunistas a partir das resoluções que adotavam em seus congressos. Contudo, no estudo de Blaquier não foram contempladas algumas questões que consideramos pertinentes na análise conjuntural, como a vida sindical do país e a atuação do partido nela, além dos principais debates e fatos que marcaram as reuniões e as eleições das lideranças do partido, assim como as diferentes concepções dos intelectuais que escreveram em nome do PSP. A visão da autora é bastante simpática na medida em que ela busca contextualizar e justificar as ações do Partido Socialista Popular, inclusive mantendo o diálogo com Caridad Massón Sena a fim de responder aos erros táticos apresentados por Massón no artigo já citado.

Chamamos a atenção para um texto importante intitulado *Alma de lanación cubana* de Elvis Rodríguez Rodríguez⁵⁵ e Enrique Navarro Agüero,⁵⁶ no qual os autores escreveram sobre a formação do Partido Comunista Cubano de 1965. Para isso, fizeram uma reconstituição da história dos partidos comunistas cubanos desde a época colonial. Sobre o PSP há algumas páginas onde aparecem informações de sua trajetória, mas dados bem pontuais, como a composição e a imprensa partidária. Não há uma problematização maior de sua atuação no cenário político. Não falam, por exemplo, dos

⁵⁴ Doutora em história e pesquisadora do Instituto de História de Cuba. Ao longo da carreira, Rojas investigou o movimento trabalhista e comunista cubano.

⁵⁵ Militar cubano (tenente coronel da reserva). Também é doutor em História e egresso da academia político-militar Vladimir I. Lenin, na antiga URSS.

⁵⁶ Militar cubano (tenente coronel da reserva) e licenciado em ciências políticas. Professor nas escolas das Forças Armadas Revolucionárias de Cuba e no Colégio de Defesa Nacional.

esforços do PSP no momento de formação do PCC de 1965, já que o foco recai sobre o Movimento 26 de Julho.

Após a leitura e análise das obras escritas pelos cubanos simpáticos ao PSP, apontamos algumas características comuns entre elas. Os autores em questão construíram uma narrativa buscando conectar a história dos comunistas durante as décadas de 1940 e 1950 com o Partido Comunista Cubano surgido em 1965, quer dizer, o partido da Revolução Cubana. Acreditamos que a intenção dos autores é dar maior legitimidade aos feitos da agremiação colocando-a como a verdadeira precursora das ideias e condutas seguidas pelos rebeldes após a proclamação do caráter socialista do regime em 1961. Essa característica da historiografia cubana representa uma forma de vincular as conquistas dos trabalhadores cubanos à ação, unicamente, do Partido Socialista Popular. Percebemos, até o momento, um esforço em exaltar as realizações do PSP ao mesmo tempo em que há uma crítica a atuação e programas dos demais partidos, em especial o Partido Autêntico, que era o principal concorrente do PSP dentro dos sindicatos e do cenário político nacional nos anos 1940. Esta linha historiográfica é a que preocupa-se mais em entender e justificar as ações do PSP de acordo com a conjuntura em que ocorrem, tentando entendê-las a partir das mentalidades do intelectuais comunistas, dos conflitos entre os grupos políticos internos e do contexto da Guerra Fria.

Para a análise da historiografia cubana, levamos em consideração os questionamentos feitos por Alessandro Portelli que escreveu sobre o episódio do massacre de Civitella, na Itália, ao fim da Segunda Guerra Mundial. Portelli abordou a construção das memórias que foram responsáveis pela narrativa daquele episódio. Constatou diferentes interpretações sobre o fato levando em conta a temporalidade e localidade em que estas interpretações foram formuladas e destacou que - para o caso dele, mas pensamos que também para o nosso - "estamos lidando com uma multiplicidade de memórias fragmentadas e internamente divididas, todas, de uma forma ou outra, ideológica e culturalmente mediadas." (PORTELLI, 1998, p. 106). Interessa-nos analisar a historiografia cubana a partir das mesmas preocupações de Portelli, que, considerando as fundações de mitos relacionados a determinados acontecimentos,⁵⁷ as representações

⁵⁷ A questão da construção do mito revolucionário cubano é importante para entendermos a história e a historiografia cubana, já que esse processo se deu com base na ação e valorização do Movimento 26 de Julho e esquecimento dos demais movimentos que lutaram contra a ditadura de Batista. A construção de uma narrativa mitológica ocorreu no curso do próprio processo revolucionário e influenciou inúmeras

dos fatos e as memórias individuais e coletivas que os reconstroem, pôde apreciar o momento histórico observando as intencionalidades e os locais de fala dos autores que se propuseram narrar um determinado acontecimento.

Apoiar-se na historiografia cubana requer atenção na medida em que muitos fatos e seus personagens encontram-se no momento da escrita, sendo este o caso de grande parte das obras cuja temática é o partido comunista. Isto é, muitos autores que escreveram sobre o tema estiveram vinculados ao PCC, como é o caso de todos os intelectuais cubanos que citamos no artigo. Se a abordagem sobre os comunistas cubanos se mostra insuficiente em vários momentos da história cubana, em especial depois que o movimento de guerrilhas entrou em cena, o mesmo pode ser dito sobre outros movimentos de esquerda, dentre eles o anarquismo, o anarcosindicalismo e o trotskismo. Estas opções não são exclusivas para o caso cubano, mas acreditamos que quando se trata da produção historiográfica insular, os silêncios nas narrativas e a opção por tratar alguns temas de maneira relacional com os fatos-referência dizem sobre o projeto de nação da Revolução Cubana e o modo como os historiadores construíram as narrativas. Como dito anteriormente, nas últimas décadas, ocorreu uma renovação dos temas e problemas abordados pela historiografia insular, o que trouxe para o debate o papel do Partido Socialista Popular, por exemplo. Ainda que as produções sobre o partido sejam escassas, podemos identificar três posturas intelectuais naqueles que escreveram sobre a história política. Tais formas podem indicar, em alguns casos, relações estabelecidas entre os intelectuais que escreveram e os órgãos de poder político que estiveram envolvidos. Quando observamos os intelectuais citados no tópico da historiografia simpática, vemos que Elvis Rodriguez e Enrique Navarro Agüero são militares cubanos e compõem a estrutura de estado, assim como Angelina Rojas que também é funcionária pública vinculada ao Instituto de História e militante do PCC. Se nos voltamos para Julio Cesar Guanche e Fernande Martínez Heredia, vemos dois intelectuais envolvidos com produções da universidade que conservava uma independência maior frente ao governo, o que é possível ser comprovado pelas variadas publicações feitas por aquele centro de investigação. Novamente, reiteramos que nem todos os funcionários de cada um daqueles locais de produção do conhecimento

gerações de intelectuais que incorporaram a visão mitológica em sua análise. Isso não desmerece o trabalho desses escritores, mas aponta para uma característica da produção historiográfica, cuja análise precisa considerar o papel de outros autores que fizeram parte daquela história.

compartilham a mesma versão dos fatos, mas, quando os separamos pelas abordagens que fazem, vemos uma semelhança no tratamento dos fatos feito de acordo com vínculo profissional estabelecido.

Referências bibliográficas

CASTRO, Fidel. **Discurso de conclusão das Reuniões com os Intelectuais Cubanos, efetuadas na Biblioteca Nacional em 16, 23 y 30 de junho de 1961.** Disponível em: <http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/> Acesso em: 29 de Julho de 2016.

DINA, Martínez Díaz; SOSA, Miriam Fernández. **La actuación de los partido políticos como reflejo de la crisis de la sociedade cubana, 1944-1958.** Tebeto: Anuario del Archivo Histórico Insular de Fuerteventura, Nº. 11, 1998.

GUANCHE, Julio Cesar. **El continente de lo posible: un examen sobre la condición revolucionaria .**La Habana: Ruth Casa Esitorial, 2008.

GUANCHE, Julio Cesar. **La libertad como destino.** Valores, proyectos y tradición en el siglo XX cubano. La Habana: Ediciones Unión, 2013.

HEREDIA, Fernando Martínez. **El corrimiento hacia el rojo.** La Habana: Editorial Letras Cubanas, 2001.

IBARRA, Jorge. **Historiografía y Revolución.** La Habana: Revista Temas, nº 1, 1995.

MISKULIN, Silvia Cesar. **Os intelectuais cubanos e a política cultura da Revolução, 1961-1975.** São Paulo: Editora Alameda, 2009.

MORENO, Ricardo Quiza. **Historiografía y revolución:** la “nueva” oleada de historiadores cubanos. Revista Millars, vol. 22, 2010.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Vivitella Vai diChiana (Toscana, 29 de junho de 1944). In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. **Usos e abusos da história oral.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

VILLAÇA, Mariana Martins. **Cinema cubano:** revolução e política cultural. São Paulo:

Sociedade Brasileira de
Teoria e História da Historiografia

Editora Alameda, 2010.

ZANETTI, Oscar. **Isla en la Historia**: la historiografía de Cuba en el siglo XX. Caracas:
Ediciones Unión, 2005.

OS INDÍGENAS NA NAÇÃO PERUANA. A GUERRA DO PACÍFICO COMO ACONTECIMENTO.

Bruno Batista Bolfarini⁵⁸

A partir das expressões Horizonte de Expectativa e de Campo de Experiência elaboradas pelo historiador Reinhardt Koselleck pretendemos abrir uma possibilidade de entender os discursos em torno da questão da nacionalidade no Peru do pós-guerra do Pacífico e como o indígena foi inserido nesses discursos.

O historiador alemão Reinhardt Koselleck elaborou as terminações campo de experiência e horizonte de expectativa para entender o processo de permanência de determinados conceitos e experiências e como eles se articulam e podem mudar no decorrer do tempo histórico, nas palavras de Koselleck: “Trata-se de categorias do conhecimento capazes de fundamentar a possibilidade de uma história. [Pois], todas as histórias foram constituídas pelas experiências vividas e pelas expectativas das pessoas que atuam ou que sofrem.” (KOSELLECK, 2006, p. 306).

Essas duas categorias podem ser definidas da seguinte forma: O Espaço de experiência como um espaço, no qual, “a experiência proveniente do passado [...] se aglomera para formar um todo em que muitos estratos de tempos anteriores estão simultaneamente presentes, sem que haja referência a um antes e um depois.” (KOSELLECK, 2006, p. 311). Nesse espaço,

experiência é o passado atual, aquele no qual os acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados. Na experiência se fundem tanto a elaboração racional quanto as formas inconscientes de comportamento, que não estão mais, ou que não precisam estar mais presentes no conhecimento. (KOSELLECK, 2006, p. 309).

Já com relação ao horizonte de expectativa, ele coloca que o horizonte:

quer dizer aquela linha por trás da qual se abre no futuro um novo espaço de experiência. [A expectativa, ao realizar-se no presente], é futuro presente, voltado para o ainda-não, para o não-experimentado, para o que apenas pode ser previsto. Esperança e medo, desejo e vontade, a inquietude, mas também a análise racional, a visão receptiva ou a curiosidade fazem parte da expectativa e

⁵⁸ Mestrando pelo Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGHIS – UFES).

a constituem. (KOSELLECK, 2006, p. 310-311).

Podemos experimentar essas duas categorias elaboradas por Reinhart Koselleck no processo de formação sócio-política do Peru no século XIX. A colonialidade que se manteve na sociedade, um passado que se fez presente, manteve a sociedade dividida entre brancos e índios. O temor de uma rebelião indígena generalizada, como a ocorrida em 1780 sob a liderança de Túpac Amaru, como expectativa, fez com que as mudanças fossem vistas com muita cautela por parte das elites criollas⁵⁹.

Sob a liderança do mestiço Gabriel Condorcanqui Noguera, que se dizia descendente dos imperadores incas e se intitulava Tupac Amaru II, o que começou inicialmente como uma batalha de petição, através do acionamento judicial dos fazendeiros e autoridades que exploravam indígenas, acabou se tornando uma rebelião generalizada que permearia o imaginário político peruano a partir de então. Segundo a historiadora Gabriela Pelegrino Soares:

O rápido crescimento do movimento tupamarista e a radicalidade que lhe imprimiram as camadas indígenas mais baixas, conferindo-lhe um caráter não apenas separatista mas também de confronto étnico, provocaram uma violenta reação por parte da metrópole, com o apoio das elites criollas.

Assustadas com as dimensões dos movimentos camponeses eclodidos, as elites criollas descartaram a possibilidade de recorrer à população indígena para enfrentar a metrópole, preferindo pactuar com essa última e, assim, garantir a ordem interna. As exigências impostas pela Espanha constituíam um mal menor diante da ameaça de uma guerra de castas, que opusesse brancos à índios. (SOARES & COLOMBO, 1999, p. 28).

Nesse sentido, as memórias dos levantes indígenas de 1781 trouxeram o horizonte de expectativa de rebeliões camponesas e de guerras raciais, que ameaçariam a sobrevivência daquelas elites, para o processo de formação política e social do novo Estado que surgia após as guerras de independência. Esses acontecimentos, portanto, foram sendo incorporados e fundiriam tanto a elaboração racional quanto as formas inconscientes de comportamento por parte das elites criollas durante o processo de constituição do Estado.

O início do período republicano no Peru ficou marcado pelas tentativas, dos governos dos libertadores San Martín e Simón Bolívar, implantarem medidas liberalizantes, tais como a abolição do tributo indígena e da escravidão. Contudo, tais políticas em uma sociedade com profundas marcas de colonialidade não tiveram efeito. Pois, para as elites

⁵⁹ Usaremos o termo *criollo* em espanhol para se referir ao descendente de espanhol nascido na América

criollas era necessário, além de ampliar as possibilidades de comércio, manter o edifício colonial construído em torno da divisão entre brancos e índios. O tributo indígena – uma das principais marcas dessa sociedade etnicamente estratificada e segmentada – era importante, pois ela estava no seio da organização dessa sociedade desde tempos coloniais. Em 1830, o então ministro das finanças José Maria Pando, dizia:

A experiência de séculos mostrou que o tributo indígena foi instituído com prudência e sabedoria e, uma vez que ele representa um fator tão poderoso na mentalidade dessas pessoas [os indígenas] e está firmemente enraizado nos costumes, qualquer novo caminho que se tome pode ser perigoso. (BONILLA, 2002, p. 547).

A partir dos anos 1850, a sociedade peruana, principalmente no litoral, experimentou a entrada do capitalismo internacional através da exploração do guano, que abriu possibilidades de modernização da sociedade peruana. Após um longo período de dissensões políticas, o presidente Ramón Castilla, através das receitas do guano, conseguiu manter uma relativa estabilidade política e decretou a abolição da contribuição indígena (1854) e da escravidão (1855).

Contudo, para os historiadores Hieráclio Bonilla (2002) e Nelson Manrique (1995), tais medidas não surtiram o efeito esperado, pois não alteraram profundamente as fissuras sociais e não tiraram os aspectos de colonialidade na sociedade, pelo contrário, as acentuaram. A abolição do tributo indígena provocou a redução do excedente agrícola comercializável das comunidades indígenas, da mão de obra e da produção de artesanato índios. E por conta da abolição da escravidão, foi entregue aos *hacendados*⁶⁰ uma grande soma de dinheiro como indenização que seria usada por eles para comprar terras indígenas com o intuito de forçar os indígenas a ingressarem no mercado de trabalho e na ampliação das fazendas monocultoras na costa e na aquisição de bens imobiliários em Lima.

Além disso, a questão do tributo também não era tão simples. Como vimos, ele foi um dos principais sustentáculos da sociedade colonial e mexer na questão tributária era uma algo que poderia trazer consequências para a ordem social, pois era um dos principais elementos de diferenciação e estratificação étnica entre brancos e índios. Então, tal isenção trouxe a preocupação da construção de um novo pacto social entre Estado e indígenas. Por exemplo, após a abolição do tributo por Castilla, em 1854, um

⁶⁰ Latifundiários.

liberal peruano, Santiago Távora, escreveu em 1856: “[...] esses índios a que chamamos “cidadãos” – que bem farão eles à República?”⁶¹ (Tradução nossa).

A preocupação das elites *criollas* era como lidar com a questão indígena sem trazer mudanças na sociedade peruana, pois, com a entrada do capitalismo, fazia-se necessário ampliar o acesso às terras e à mão-de-obra. Nesse caso, as comunidades indígenas mostravam-se como entraves à expansão capitalista em direção aos Andes, principalmente na exploração da lã de lhama e alpaca no sul andino peruano, onde por conta da demanda de matéria-prima para as indústrias têxteis inglesas, processos de alienação e de tomada de terras, através do endividamento compulsório das comunidades indígenas, tornaram-se cada vez mais frequentes no sul peruano, empurrando os indígenas para relações servis de trabalho como o *enganche*.⁶² Esse processo foi gradativo e condicionado pelas antigas estruturas coloniais com as quais o capitalismo foi se articulando nesses espaços pré-capitalistas (Cf. MANRIQUE, 1995, p. 85).

Nesse período, também temoscada vez mais a afirmação da dicotomia entre Litoral e Serra, isto é, do Peru constituído por dois espaços geográficos e culturais antagônicos, retratados por um discurso que colocou em contraste ao Litoral criollo modernizante capitalista, um interior montanhoso repleto de aldeias indígenas inertes e de hacendados agindo como senhores feudais. Essas disparidades estruturais tão comuns ao século XIX na América Latina tomaram forma vívida no imaginário político da vanguarda liberal limenha. (Cf. LARSON, 2004, p. 150).

Em 1872, a oligarquia costeira constituída em torno dos lucros da exploração do guano chegaria ao poder através do Partido Civilista⁶³ com Manuel Pardo. Com uma proposta de assimilação do indígena na cultura ocidental, o presidente Pardo, apesar da retórica emancipatória do trabalho livre, emprestando programas liberais anteriores, buscou intervenção estatal para coagir os índios a ingressarem na economia capitalista como

⁶¹ “[...] and these Indians we call ‘citizens’ – what good will they do the Republic?” LARSON, 2004:149.

⁶² Enganche: Sistema de exploração do trabalho que ocorreu no Peru. Baseava-se no recrutamento de mão de obra, em grande parte indígena, para trabalho nas lavouras do litoral ou nas minas. Adiantava-se o pagamento e o trabalhador era obrigado a trabalhar até saldar a sua dívida, ficando preso ao empregador.

⁶³ Primeiro partido político moderno do Peru. Criado em 1871, se tornaria em um veículo no qual a oligarquia costeira expressaria seus interesses políticos. Tinha por princípios básicos uma administração civil e a aplicação dos recursos do guano na construção de estradas de ferro. (Cf. BONILLA, 2004, p. 565-566).

mão de obra.

Então, para transformar os camponeses indígenas em trabalhadores disciplinados, a “missão civilizadora” de Pardo procurou implantar a educação indígena no âmbito de um sistema público de escolas primárias. Embora sem o apoio político que precisava para o seu projeto educacional, ele estabeleceu uma das primeiras escolas indígenas de comércio em Ayacucho, onde se ensinavam técnicas de carpintaria, ferraria e construção. Mais do que treinar os índios nos ofícios artesanais, buscou-se “desindianizar” o Peru através de um processo de assimilação que tirasse os aspectos culturais indígenas e imputasse aspectos da civilização ocidental, tornando os indígenas aptos para entrar na “nação criolla” como cidadãos subalternos, mão de obra a ser explorada pelo liberalismo econômico. No entanto, as iniciativas de Pardo estremeceram os alicerces da estratificação étnica e de extração de trabalho nas remotas regiões montanhosas, onde encontrou forte oposição das elites fundiárias, pois a alfabetização e a educação indígena eram vistas como ameaças ao edifício social colonial enraizado na sociedade peruana, assim era comum os hacendados proibirem “seus índios” de aprenderem. A dura realidade do altiplano peruano reduziria os grandiosos projetos de Pardo a meros gestos.

A crise econômica, por conta do alto endividamento público e da crise do guano, desestabilizou o governo de Pardo. O general Ignacio Prado assumiria a presidência em seguida com o apoio dos civilistas e de setores militares. Tão logo assume o governo, o general retoma a *Contribución Indígena* e abandona as tímidas políticas de assimilação do indígena promovidas por Pardo e reforça a política segregacionista étnica.

Em suma, essas décadas liberais que antecederam a Guerra do Pacífico foram marcadas por um período no qual a vanguarda liberal ficou dividida entre as ideologias de livre comércio e os impulsos autoritários, entre as políticas indígenas assimilacionistas e as segregacionistas e entre o otimismo liberal e o medo de uma guerra entre brancos e índios.

Com a eclosão da Guerra do Pacífico em 1879, após a tomada da região de Tarapacá pelas tropas chilenas, a sociedade peruana ficaria estremecida, pois as tensões étnicas latentes por conta da estratificação entre brancos e índios foram trazidas à tona. A necessidade de arregimentar os indígenas e extrair recursos de suas comunidades na

guerra contra os chilenos alterou radicalmente o precário equilíbrio social no altiplano. Os conflitos agrários da década de 1870 rapidamente deram lugar a uma situação mais perigosa – o surgimento de bandos de guerrilheiros camponeses autônomos em meio ao cenário de invasão estrangeira, guerra civil e colapso da autoridade política estatal por toda a cordilheira peruana. (Cf. LARSON, 2004, p. 178). O horizonte de expectativa da rebelião indígena, portanto ficaria vívido, pois:

Durante a guerra, as tensões étnicas existentes nessa sociedade peruana se sobrepuseram à solidariedade nacional, levando a um enfrentamento entre os peruanos baseados em suas características étnicas [...] que deixou em segundo plano o confronto com o exército de ocupação. Ao mesmo tempo, fez com que os índios combatessem indistintamente contra brancos chilenos ou peruanos. (SOARES, 1998, p. 47).

Nos Andes os chefes militares constituíam motoneras⁶⁴ compostas, em grande parte, por indígenas. Porém, o horizonte de expectativa de uma rebelião armada como a de Túpac Amaru, fez com que vários comerciantes e hacendados abandonassem a resistência e tomassem uma atitude mais colaboracionista com as tropas chilenas. Já na Costa, a elite capitalista criolla, prejudicada com a paralisação da economia por causa do bloqueio naval e dos levantes camponeses nas fazendas costeiras, procuraram o armistício com os chilenos apoiando o fazendeiro nortista Miguel Iglesias que em 1882 anunciou suas pretensões presidenciais e a vontade de negociar a paz com os chilenos.

Em 1883 Iglesias formou um governo com o apoio dos civilistas e negociou a paz com os chilenos através do Tratado de Ancón, que impôs várias sanções econômicas e territoriais ao Peru. Mas o principal general serrano, Andrés Cáceres, não aceitou os termos do acordo, deflagrando uma guerra civil que se estendeu até 1885 com sua vitória. Entretanto, aquele que contou com apoio dos indígenas durante a Guerra do Pacífico e na guerra civil, logo que assumiu a presidência, procurou esmagar as guerrilhas indígenas para ganhar apoio das outras facções políticas.

Outro aspecto que a Guerra com o Chile, segundo Brooke Larson, é que ela nos permite entender o processo de formação do discurso nacional no fim do século XIX e início do XX, pois a guerra catalisou populações rurais, criando uma série de momentos efêmeros cruciais para os soldados indígenas que foram arrebatados para o centro das atenções

⁶⁴ Grupo de homens armados recrutados em meio a população geral sem preparo militar prévio, o termo foi utilizado para designar as guerrilhas que lutaram pela independência nas Américas e passou a ser utilizado para designar as guerrilhas populares.

políticas. (Cf. LARSON, 2004, p. 179).

Nesse sentido, essa experiência de indígenas armados lutando contra os invasores e contra os hacendados considerados colaboracionistas abriu uma nova possibilidade de se pensar a nação peruana, tanto por parte da elite criolla, quanto pelos indígenas que experimentaram essa participação no cenário de guerra como uma participação política. Pois essa experiência da invasão estrangeira e de caos social por conta das guerras e dos levantes indígena trouxeram, dentro da intelectualidade peruana, reflexões em torno da nação peruana, que procuraram pensar o papel do indígena na construção nacional.

Com o fim da guerra, além da política oficial do Estado de reprimir belicamente os movimentos indígenas, surgiu um esforço político de desacreditar as guerrilhas, expurgando-as da memória oficial de heróis da guerra e colocando-as como bando de bandidos. Iniciou-se, então, uma verdadeira guerra pela memória, onde de um lado temos o Estado peruano transformando as “motoneras indígenas” em hordas selvagens de criminosos que atacavam os senhorios amantes da paz e, de outro, os grupos armados de índios reivindicando seu *status* de veteranos patriotas, isto é, de “soldados-cidadãos” pertencentes à República peruana.

O governo e as elites criollas testemunhavam as massas indígenas se rebelarem em diversos pontos do território contra os proprietários rurais e as autoridades locais, esses levantes, principalmente o de Huaylas⁶⁵, forçaram os criollos encararem o fracasso da construção nacional, pois a divisão entre brancos e índios era mais do que latente. As notícias de tais levantes endureceriam ainda mais as narrativas de índios selvagens e das “guerras raciais”, mostrando o evidente temor das guerras de castas da época colonial.

Para as elites peruanas ficou evidente que a guerra com o Chile foi perdida porque os índios, pela sua natureza, foram impassíveis aos sentimentos de patriotismo ou virtude cívica. Um dos baluartes da literatura criolla, Ricardo Palma, expressou bem esse

⁶⁵ Rebelião de Huaylas: Ocorrida em 1885, durante a guerra civil entre Iglesias e Cáceres, na região de Huaráz, teve por motivação a prisão e humilhação do chefe indígena, Pedro Atusparia, após este ter reivindicado, junto às autoridades a redução dos impostos devidos por sua comunidade. Os indígenas cercaram a cidade, e queimaram o arquivo da prefeitura, os rebeldes de Huaylas seriam derrotados pelas tropas do presidente Iglesias, mas o movimento acabaria se expandindo para outras regiões provocando vários levantes isolados que só seriam sufocados durante o governo de Nicolás de Piérola em 1898. (Cf. LARSON, 2004).

sentimento:

A principal causa da grande derrota é que a maioria do Peru é de fato, composta por uma raça desgraçada e degradada que nós uma vez tentamos dignificar e enobrecer. O índio não tem um sentimento patriótico; ele é nascido inimigo do branco e do homem da costa. Não faz diferença para ele se ele é chileno ou peruano. Para educar índio e para inspirar nele um sentimento de patriotismo não será a tarefa de nossas instituições, mas de épocas.⁶⁶

Esses debates cresceram com o surgimento de uma geração no pós-guerra que procurou apontar para causas históricas, sociais e geográficas para o atraso do índio peruano. Dentro de pressupostos positivistas, propuseram reformas que visassem melhorar a higiene, produtividade e o moral dos indígenas. Como os civilistas na década de 1870, eles defenderam investimentos maciços por parte do Estado na educação rural e na ampliação das comunicações com o altiplano, para assim, levar a civilização às montanhas e integrar os índios, isolados em suas comunidades, na nação criollaperuana como cidadãos “desindianizados”, conforme colocado pelo ensaísta peruano Francisco Garcia Calderón: “A través da tutela sábia, temos de fazer o índio um trabalhador ou um soldado para libertá-lo de suas tradições locais e da sua deprimente e monótona configuração.” (Tradução nossa).⁶⁷

Nesse período, também surgiu, contrariamente aos que defendiam que para se ter ordem e progresso era necessário transformar índios em trabalhadores civilizados, uma concepção de indigenismo como crítica social que passaria a ganhar força a partir dos anos 1880 nos círculos literários em Lima. Esta crítica procurou desvelar as circunstâncias político-sociais latentes na sociedade peruana e que eclodiram a partir da Guerra do Pacífico. Um dos principais expoentes desse “nacionalismo indigenista” foi Manuel González Prada.

Sobre a derrota peruana na Guerra do Pacífico, ele colocou que “La mano brutal de Chile despedazó nuestra carne y machacó nuestros huesos; pero los verdaderos vencedores, las armas del enemigo, fueron nuestra ignorancia y nuestro espíritu de servidumbre.”

⁶⁶“The principal cause fo the great defeat is that the majority of Peru is composed of a wretched and degraded race that we once attempted to dignify and ennoble. The indian lacks a patriotic sense; he is a born enemy of the white and of the man of the coast. It makes no difference to him whether he is a Chilean or a Turk. To educate the indian and to inspire him a feeling for patriotism will not be task of our institutions, but of the ages.” (EFRAIN, Kristal, **The Andes viewed from the city: Literary and political discourse on the indian in Peru, 1848-1930**. New York, 1987, p. 97-98, *Apud*, LARSON, 2004, p. 196).

⁶⁷“[...] Through wise tutelage, we must make the Indian a laborer or a soldier to liberate him from his local traditions and from his depressing and drab setting.” (EFRAIN, 1987, p. 182, *Apud*, LARSON, 2004, p. 197).

(PRADA, 1976, p. 44). Essa ignorância e servidão frutos da colonialidade que mantinha o indígena e o mestiço servos em seu próprio território seriam, portanto a causa pela humilhação sofrida pelo Peru e, além disso, os ideais de patriotismo não tinham como ser fermentados nessas multidões, pois, comparando com a França, González Prada escreveu que:

Conlasmuchedumbres libres aunque indisciplinadas de la Revolución, Francia marchó a lavictória; conlosejércitos de indios disciplinados y sinlibertad, elPerú irá siempre a la derrota. Si delindiohicimosunsiervo, ¿quépatria defenderá?
(PRADA, 1976, p. 44).

Para o pensador peruano José Carlos Mariátegui, González Prada trouxe o “gérmen Del nuevo espíritu nacional. (MARIÁTEGUI, 1972, p. 255). Essa nova consciência nacionalista colocou o indígena na discussão em torno da nacionalidade peruana. O índio, nesse “nacionalismo indeigenista”, seria a expressão da nacionalidade peruana.

No forma nel verdadero Perú (...) las agrupaciones de criollos y extranjeros que habitan la faja de tierra situada entre el Pacífico y los Andes; lanación está formada por lasmuchedumbres de índios diseminadas em la banda oriental de la cordillera.(PRADA, 1976, p. 45-46).

Como projeto de futuro, o indigenismo em Prada extrapolou a crítica social e ganhou um novo sentido dentro de um ideal nacionalista. Para Prada o liberalismo criollo não cumpriu a tarefa de integrar o indígena à sociedade nacional, pois relegou aos índios os mesmos papéis na sociedade que tinham na época colonial. Excluído da nação, o indígena continuava sendo explorado para sustentar uma economia e uma sociedade com fortes traços coloniais. Então, para se pensar na entrada do índio na sociedade nacional era necessário acabar, antes de tudo, com a colonialidade na sociedade peruana.

Essa colonialidade da sociedade peruana denunciada por Prada impediu a realização das propostas dos projetos liberais. As elites ao pensarem a integração dos indígenas à nação e declararem eles livres dos tributos e outorgando-lhes a propriedade privada da terra exterminaram a cultura indígena em nome do liberalismo. O índio, para os liberais peruanos, foi visto como degenerado e somente a civilização ocidental poderia regenerá-lo e imputar nele os ideais de patriotismo, mas, como apontou González Prada, a questão indígena era uma questão social e econômica fruto do regime de exploração a que estava submetido.

Bajo la República ¿sufre menos el indio que bajo la dominación española? Si no existen corregimientos ni encomiendas, quedan los trabajos forzados y el reclutamiento. [...] Le conservamos en la ignorancia y la servidumbre, le envilecemos en el cuartel, le embrutecemos con el alcohol, le lanzamos a destrozarse en las guerras civiles y de tiempo en tiempo organizamos cacerías [contra ellos]. (PRADA, 1976, p. 338)

Por fim, pensamos que o surgimento deste “indigenismo nacionalista” reflete o espaço de experiência o qual a sociedade peruana se encontrava, projetando no horizonte a expectativa que se revelou após o conflito com o Chile, conforme coloca Koselleck:

a História (como um singular coletivo) tornou-se uma dimensão inescapável do próprio devir, obrigando toda ação social a assumir horizontes de expectativa futura que a inscrevam como um desdobramento consoante com o processo temporal. (KOSELLECK, 2006, p. 11)

Se por um lado sem conceitos não pode haver uma sociedade e, sobretudo, unidade de ação política, pelo outro lado, os conceitos fundamentam-se em sistemas político-sociais (KOSELLECK, 2006, p. 98). Então, o uso do conceito de indigenismo por essa intelectualidade, que através da literatura questionou as contradições do liberalismo crioulo peruano, foi importante porque nessa literatura peruana de fins do XIX o indígena passou a ganhar espaço como elemento da nacionalidade peruana. Portanto, como força criadora e como conceito histórico, o indigenismo, a partir de fins do século XIX no Peru, esteve ligado a intelectuais que enxergaram que o grande problema social nacional era o problema do índio.

Entendendo a questão indígena para além de uma missão civilizadora, colocaram o indígena como constituinte da sociedade nacional. Longe de se tornar política de Estado, o indigenismo no Peru funcionaria como motor ideológico para os movimentos contestatórios que surgiram a partir de então. É nesse sentido que a Guerra do Pacífico, pensamos nós, pode ser entendido como “Acontecimento”, pois ela permitiu engendrar o horizonte de expectativa da rebelião indígena na experiência da sociedade marcada pela colonialidade, abrindo possibilidades para se pensar o indígena na nação peruana, não apenas como um cidadão subalterno, mas como índio.

Referencia bibliográfica:

BONILLA, Heraclio. O Peru e a Bolívia da Independência à Guerra do Pacífico. In: BETHEL, Leslie (org.). **História da América Latina**. Volume V: De 1870 a 1930. São Paulo: Edusp; Imprensa Oficial; Brasília: Funag, 2002.

GONZÁLEZ PRADA, Manuel. **Paginas Libres Horas de Lucha**. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1976.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

LARSON, Brooke. **Trials of nation making: Liberalism, Race and Ethnicity in the Andes, 1810-1910**. Reino Unido: Cambridge University Press, 2004.

MANRIQUE, Nelson - **Historia de la República**. Lima: Fondo Editorial de COFIDE, 1995.

MARIÁTEGUI, José Carlos. **Obras completas**. Tomo II – Siete Ensayos de Interpretación de la Realidad Peruana. Lima: Ediciones Amauta, 1972.

SOARES, Gabriela Pellegrino; COLOMBO, Sylvia. **Reforma liberal e lutas camponesas na América Latina: México e Peru nas últimas décadas do século XIX e princípios do XX**. São Paulo: Humanitas, 1999.

AS REVISTAS DE HISTÓRIA COMO FERRAMENTA DE AFIRMAÇÃO DE UM PODER SIMBÓLICO

Bruno César Nascimento⁶⁸

Estudos historiográficos embasados nas grandes sínteses históricas auxiliam permanentemente para compreensão da construção das chamadas escolas teóricas, que ao longo da constituição do processo de disciplinarização da História se fizeram sistematicamente presente.

Dos românticos da virada do século XVIII para o XIX, aos elementos constitutivos da atual perspectiva pós-moderna, vários e constantes foram os embates entre antigos e modernos no que concerne à ascensão de novas perspectivas teóricas dentro desse processo de constituição da disciplina história.

Entretanto, para além das “batalhas” travadas abertamente pelo controle do campo histórico, existem as lutas paralelas e sistemáticas, arregimentadas por grandes líderes e constituídas por múltiplos personagens, lutas essas que lançam mão de diversas táticas e estratégias, além de instrumentos diversos em busca da vitória e no caso do processo constitutivo da história como estudo cientificamente conduzido, uma das ferramentas que alçam destaque são as revistas de história.

De acordo com Marieta Ferreira, pode-se identificar o período de 1870 – 1914 como o de fortalecimento e idade do ouro da profissionalização da História, mas

ligado à afirmação de um novo saber histórico surgiu também naqueles anos um novo instrumento de divulgação: a revista científica. Em 1874, foi criada por Monod a *Revue Historique* e, em 1899, a *Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine*, para citar apenas as mais importantes. (FERREIRA, 2005, p. 233).

Essas lutas e frequentes disputas pelo controle do campo histórico acabam contribuindo para o processo de hiperespecialização e ampliação dos domínios da história⁶⁹ e nesse contexto para o fortalecimento sistemático das ferramentas utilizadas para esse fim.

⁶⁸ Graduado em História pela Universidade Federal do Espírito Santo, Mestre pelo Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo.

⁶⁹ Cf. BARROS, 2004.

Então os periódicos, ferramentas centrais nesse largo processo, passam a contribuir para uma análise mais profunda desse sistema de ascensão e declínio dos núcleos paradigmáticos da história e para constituição dos núcleos de poder e resistência, compondo, então, parte significativa dos estudos historiográficos. Ao que se refere à contribuição dos periódicos para a compreensão desse processo Tânia de Luca afirma que:

[...] os periódicos, polos em torno dos quais se reuniam e disciplinavam forças e instrumentos de combate e intervenção no espaço público, oferecem oportunidades privilegiadas para explicitar e dotar de densidade os embates em torno de projetos políticos e questões artístico-literárias que, longe de esgotarem-se em si mesmas, dialogam intensamente com os dilemas do tempo. (DE LUCA, 2011, p. 3)

Em uma análise preliminar, percebe-se invariavelmente a presença das revistas ligadas diretamente a grupos de poder tais como instituições, universidades, grupos de pesquisa e sociedades. Essa é visivelmente a principal fonte de divulgação dos resultados de pesquisas ligadas a essas instituições e de colaboradores de grande prestígio na comunidade acadêmica que os grupos almejam possuir como membro de um possível novo centro de poder que está em constituição. Tal perspectiva pode ser assistida na afirmação de Marieta de Moraes Ferreira sobre a inserção do historiador francês Henri Hauser⁷⁰ no comitê de redação da revista dos *Annales d'Histoire Economique et Sociale*, coordenada por Marc Bloch e Lucien Fèbvre, a autora afirma que:

Marc Bloch e Lucien Fèbvre mantiveram com Hauser, ao longo de 1920 e 1930, uma relação de respeito e admiração, conforme pode ser constatado na correspondência publicada entre os dois historiadores dos *Annales*. Hauser é percebido como um elemento importante para o lançamento da nova revista, funcionando como elo de ligação entre aqueles que defendiam uma nova maneira de fazer história e setores mais tradicionais, que ocupavam postos importantes nas principais instituições francesas de ensino e pesquisa. (FERREIRA, 2005, p. 234)

Ainda nesse contexto, Júlio Bentivoglio reintera que as revistas compõe ferramenta primordial para a afirmação desse novo grupo que está em franca expansão e em busca

⁷⁰ Henri Hauser (1866 – 1946) fora um dos grandes personagens da historiografia francesa da virada do século XIX para o XX. Seu caminho acadêmico foi longo, no entanto, atingiu seu objetivo, acender a uma cadeira de ensino de história na Sorbonne. Segundo Marieta Ferreira, Hauser chega à Sorbonne em um momento em que a disciplina História está passando por uma clara expansão e consagração do ofício do historiador (FERREIRA, 2005, p. 233). Foi um dos pioneiros do aprofundamento da abordagem da história econômica, motivo pelo qual fora duramente criticado, no entanto, galga as etapas que lhe são impostas e finalmente em 1919 ingressa na Sorbonne e em 1927 ocupa a tão almejada cadeira de história econômica. Foi assíduo colaborador da *Revue Historique* e da *Revue d'Histoire Moderne e Contemporaine*, além de compor o corpo inicial da *Annales d'Histoire Economique et Sociale*.

de afirmação, constituindo assim, a revista, como elemento primordial nesse processo.

Para o autor,

Como se dá a gênese de uma escola histórica? As experiências vividas pela historiografia têm demonstrado que não somente por meio da adesão, mas, sobretudo, pela disputa e pela deflagração da crítica a determinados modelos vigentes. Ou seja, através da mobilização de máquinas de guerra, que são máquinas de pensamento, devires que escapam ou que procuram fugir do *establishment* e que instauram novos significados ou alargam horizontes dos existentes, abrindo novas searas no pensamento. E elas se organizam em torno de agenciamentos existentes, sobretudo centros de ensino, universidades, departamentos, institutos, associações científicas e grupos de trabalho, brotando quase sempre nas margens para depois se assenhorear dos grandes centros. E necessitam de uma arma pontual na disputa do campo historiográfico: as revistas. (BENTIVOGLIO, 2012, p. 226)

Se as revistas compõem um quadro ou uma rede de poder significativa no contexto da afirmação ou constituição do saber histórico, ainda para Júlio Bentivoglio, a importância da revista está para além das páginas, para além do texto. As revistas constituem muito mais que mera fonte de pesquisa, elas constituem verdadeiras fontes de demonstração de poder e de determinação de grupos. As revistas possuem uma força de afirmação de grande potencial, a ponto de o referido autor utilizar o conceito deleuziano de *máquinas de guerra*⁷¹ para classificá-las como agentes determinantes nos combates ideológicos pelos domínios da história (BENTIVOGLIO, 2012, p. 223).

Inserindo as revistas nesse contexto de dispositivo de afirmação de um determinado grupo pode-se afirmar que, nesse panorama, os periódicos correspondem à representação de um poder simbólico, que estando em permanente movimento e

⁷¹ Para Gilles Deleuze a *Máquina de Guerra* se constitui como todo e qualquer aparato de poder que é exterior ao Estado e que de alguma maneira, ou dispositivo, produz uma fonte e forma de poder a uma pessoa ou determinado grupo contra algum tipo de rival que ameace a sua relativa estabilidade. Dessa forma, institui-se que a *máquina de guerra* não responde especificamente a ações de caráter militar, mas também as econômicas, sociais e, até mesmo, intelectuais. Segundo Deleuze “sob todos os aspectos, a *máquina de guerra* é de uma outra espécie, de uma outra natureza, de uma outra origem que o aparelho do Estado.” (DELEUZE, 1997, p. 8). Assim, “não basta afirmar que a máquina é exterior ao aparelho, é preciso chegar a pensar a *máquina de guerra* como sendo ela mesma uma pura forma de exterioridade, ao passo que o aparelho de Estado constitui forma de interioridade que tomamos habitualmente por modelo, ou segundo a qual temos o hábito de pensar [...] o Estado por si só não tem máquina de guerra; esta será apropriada por ele exclusivamente sob forma de instituição militar, e nunca deixará de lhe criar problemas.” (DELEUZE, 1997, p. 10). Então essa “forma de exterioridade da *máquina de guerra* faz com que esta só exista nas suas metamorfoses, ela existe tanto numa inovação industrial como numa invenção tecnológica, num circuito comercial, numa criação religiosa, em todos esses fluxos e correntes que não se deixam apropriar pelos Estados senão secundariamente.” (DELEUZE, 1997, p. 18). Dessa forma conclui-se que, no pensamento de Deleuze, a *máquina de guerra* está relacionada a qualquer tipo interação humana passível de conflitos diretos por interesses e por poder em um determinado segmento social. Por fim, pode-se definir como *máquina de guerra* todo o meio, ou ferramenta, criados em uma relação conflituosa entre duas ou mais partes visando, de alguma maneira, subjugar o adversário.

mutação, busca meios de se consolidar como hegemônico dentro de uma determinada área do saber.

Nessa perspectiva, a revista constitui ferramenta dotada de significativo poder simbólico com foco perene na consolidação de um determinado grupo sobre os domínios do campo histórico. Para o sociólogo francês Pierre Bourdieu existe uma permanente relação entre a formação de um determinado *campo* e sua representação por meio de um dado *poder simbólico*, logo, essas duas perspectivas encontram-se diretamente conectadas. Ainda segundo Bourdieu, o *conceito de campo* está intrinsecamente ligado à ideia de *poder simbólico*⁷², que se constitui sobre a formação de estruturas – essas denominadas de estruturantes e estruturadas – fundamentado no *habitus*, ou também denominado *capital específico*, para a constituição de campos que detêm a autoridade em determinadas áreas da sociedade. Tal autoridade é legitimada pelo conhecimento adquirido e obtido sobre um determinado assunto ao longo do tempo, outorgado por uma parcela significativa da sociedade, que considera esse grupo específico detentor de um saber em um determinado segmento (*habitus*). Entre os diversos *campos* existentes e legitimados, ou que buscam essa legitimação, estão o *campo religioso*, o *campo político*, *campo jurídico*, *campo artístico*, o *campo intelectual* e o *campo científico*.

Na perspectiva de Bourdieu o *campo* é invariavelmente o lugar de embate entre os detentores do poder sobre o respectivo e por aqueles que buscam ascender no grupo. Esse embate entre os membros do próprio campo e a imposição das realidades criadas por esse sobre a sociedade é classificado pelo sociólogo como *violência simbólica*⁷³, que assim como o conceito de *máquinas de guerra* de Gilles Deleuze, busca de alguma forma aplicar sobre os possíveis concorrentes todo o seu poder e influência para obter ou se manter em posição privilegiada. Segundo Bourdieu,

É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os “sistemas simbólicos” cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e

⁷² “O poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem.” (BOURDIEU, 1989, p. 8).

⁷³ “É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os “sistemas simbólicos” cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre a outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a “domesticação dos dominados”.” (BOURDIEU, 1989, p. 11).

contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a “domesticação dos dominados”. (BOURDIEU, 1989, p. 11)

O *campo* é visto como um local com um conjunto de leis gerais do universo social, porém, possuem especificidades que regem uma determinada prática ou atividade (BOURDIEU, 1983, p. 44), assim, possuindo as regras básicas e gerais que determinam uma sociedade estruturada e complexa e sendo detentora de normas, práticas, e costumes específicos pode-se determinar a qual *campo* o indivíduo ou instituição está imerso.

Aplicando a perspectiva apresentada e visando uma melhor localização dos conceitos propostos por Bourdieu, pode-se, no caso da disciplina história, compreender o *campo* como sendo o próprio saber histórico, as *estruturas* seriam representadas pelas escolas teóricas e o *poder simbólico*, que visa legitimar um determinado conjunto de leis gerais e práticas, é legitimado e propagado pelas revistas.

Nesse contexto de afirmação de um núcleo difusor de poder, as revistas agem como centros irradiadores dessas práticas e também como ferramenta de arregimentação de novos colaboradores à medida que as perspectivas defendidas ganham novos adeptos, dando a esse novo grupo estruturante voz, corpo e volume.

Logo, apoiam-se as escolas teóricas, ou estruturas de pensamento, em dispositivos efetivos que possam apresentar, em curto prazo, resultados significativos no que concerne à apropriação da produção e do conhecimento histórico, e é nesse sentido que as revistas atuam, ferramentas de absorção e condensação da produção historiográfica com o objetivo de fortalecer cada vez mais o grupo a qual pertence por meio da publicação de textos referenciais e da atração de elementos de significativa contribuição para o campo. Emulando assim a representação do poder simbólico.

Nesse contexto de perpétuo devir das estruturas paradigmáticas, que estão marcadas pelo permanente movimento e estigmatizadas pelas marcas dos constantes combates pela história, pode-se compreender que as revistas de história figuram como engrenagens significativas da máquina de guerra.

Referência bibliografia:

BARROS, José d'Assunção. **O campo da história:** especialidades e abordagens. Petrópolis: Vozes, 2004.

BENTIVOGLIO, Júlio César. Historiografia e máquinas de guerra: a história da história como um estudo de relações de forças com breves apontamentos sobre a Escola Histórica Alemã e a Escola dos Annales. **História Revista**, Goiânia, v. 17, n. 1, p. 223 – 238, 2012.

BOURDIEU, Pierre. Algumas propriedades dos campos. In: BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Ed. Marco Zero, 1983.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas Ditas**. Trad. Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim. Rev. Paula Montero. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, Pierre; CHARTIER, Roger. **O sociólogo e o historiador**. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

DE LUCA, Tânia Regina. **Leituras, projetos e (Re)vista(s) do Brasil (1916-1944)**. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

DELEUZE, Giles. 1227 – Tratado de Nomadologia: a Máquina de guerra. In: DELEUZE, Giles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs. Capitalismo e esquizofrenia**. V.5. Trad. Peter Pál Pelbart. São Paulo: Ed. 34, 1997.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Os professores franceses e a redescoberta do Brasil. **Revista Brasileira**, Rio de Janeiro, n. 43, p. 227 – 246, 2005.

SOCIEDADE E INTERSEÇÕES UNIVERSIDADE, ESCOLA: CURSOS DE HISTÓRIA, CULTURA HISTÓRICA E PÚBLICOS DE HISTÓRIA

Bruno Flávio Lontra Fagundes⁷⁴

O tema dos “públicos da História” tem aparecido mais na agenda de reflexão dos historiadores, induzido, é possível, pelo burburinho polêmico do projeto de criação da profissão, além da expansão do campo da História Pública, que ainda não chegou à conclusão se se trata de História *para* o público, *com* o público, *pelo* público. Público esse que não seja o universo restrito de historiadores. Destaca-se ainda que o tema e seus desdobramentos têm sido motivo para simpósios e congressos na área de História. Mas não só temas dos públicos da História têm aparecido, queremos crer. A realidade da baixa procura pelos cursos de História, hoje — no rol do que Souza e outros (2014) qualificam de uma “crise das licenciaturas” — a dificuldade inédita de cursos em preencherem vagas ofertadas durante o processo de inscrição para seleções de pós-graduação, o excesso de concorrência entre profissionais num contexto de pequena oferta de vagas no mercado de trabalho e, mais grave, a situação-limite mesmo de cursos que se fecham, ou na iminência de fechamento, não deixam de provocar desânimo também. O que ainda não apareceu com a devida força na agenda de investigação foi o tema da relação entre os desafios que a área enfrenta hoje e a formação que, em média, os cursos de História oferecem.

Embora destaque aspectos institucionais vinculados ao desenho curricular e escolhas de ênfase pelos cursos sem ligar-se, diretamente, à preocupação com o destino dos cursos atualmente, o campo novo da História dos cursos de História ainda não se expandiu a ponto de atrair a atenção. A nosso ver, não só a História dos cursos de História poderia aparecer mais, como poderia aparecer mais investigando as motivações e interesses vinculados à criação e manutenção ao longo do tempo dos cursos de História brasileiros como criadores de um padrão que dificilmente se põe em linha de questionamentos e críticas. A situação dos cursos de História, hoje, com a emergência da História Pública —

⁷⁴ Professor adjunto da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), campus de Campo Mourão (PR), doutor, pós-doutorando UFRJ, AUXÍLIO CNPQ.

um campo que oferece, a princípio, escopo explicativo para os desafios atuais — motiva, em texto recente, Jurandir Malerba revelar que “não há dúvida de que estamos à beira de um campo minado, mas não há como nem por que evitar de entrar nele”, além de, em forma de “convite à discussão”, “não se deve levar a questão em termos corporativos”. Em outros termos: por o tema na agenda investigativa necessariamente! A ênfase do texto de Malerba é mais o da inserção de historiadores no universo das mídias e colocações sobre serviços prestados por historiadores alheios à formação que os cursos lhes oferecem. Adverte o autor para as distinções entre os procedimentos a serem observados entre historiadores acadêmicos quanto a seu ofício intelectual se comparados com o que fazem profissionais não-historiadores, ou mesmo historiadores formados, que se desviaram de um trajeto mais acadêmico intelectualista e que terminaram por se tornar avalistas de boas histórias feitas com prosa bastante razoável, embora adotando postura detratar a história com falta de seriedade e devida propriedade. Malerba menciona quadro televisivo criado em 2006 no programa *Fantástico* da Rede Globo, sob responsabilidade de Eduardo Bueno, que foi ao ar com o nome de *É Muita História*, e que mereceu apreciação do então presidente da ANPUH, Manoel Salgado Guimarães:

A forma como a história é transmitida no programa é que nos irrita na ANPUH. O tom é sempre de galhofa. Parece, pelo quadro, que fazer história é uma pilhéria. Por que só conseguimos lidar com nosso passado dessa maneira? Por que não uma abordagem séria dos fatos, com múltiplas visões que ampliem os horizontes do público? O programa se prende a um tipo de divulgação [com] que a historiografia já rompeu há muito tempo (MALERBA, 2015, p. 35-36)

Não obstante isso, a procura pela história, *tout court*, não tem diminuído. Talvez, melhor dizendo, procura por memória. A tópica dos desafios da História, hoje, implica um paradoxo: simultaneamente uma baixa procura por cursos de História com uma alta procura por história — procura qualificada como motivada por uma “mania preservacionista”, uma “obsessão patrimonialista” que teria como emblema, a partir de autores franceses, das iniciativas, em 1989, das diversas comemorações do Bicentenário da Revolução Francesa, na França. Houve historiadores, como François Hartog, que ponderou a História como retórica celebrativa a qual os historiadores deveriam evitar, embora reconhecendo nessa atitude uma quase vocação imanente. Aqui, a história é memorável, marca momentos e passagens inesquecíveis dignas de memorialização, e não investigação rigorosa como cabe à produção do conhecimento científico.

Não é o momento de detalhar discussão conceitual, mas, sem sombra de dúvida, a distinção entre história e memória parece-nos importante, além do que é o argumento recorrente de todos os autores que rejeitam o profissional de História como prestadores de serviços e envolvidos na produção de bens do mercado simbólico. A distinção tem, no entanto, como premissa, ainda, a distinção ativista entre uma história que cria sujeito crítico contra outra que cria sujeito passivo. Pairando sobre os desafios como possibilidades de lugares de atuação profissional, dentro de cursos de História a memória recebe o tratamento crítico devido à necessária distinção da História entendida como “investigação”, porém sem receber a memória o devido tratamento de formação para lidarmos com ela como recurso profissional. Aferrados a um plano de discussão teórica absorvente e com a finalidade de subtrair a memória da história como formação, os cursos pensam e promovem profissionais que trabalhem com história e não memória, uma vez que, se assim o fizessem, subtrairiam o específico da história e evitar profissionais que fizessem usos do passado pouco responsáveis, porque pouco éticos, fazendo do passado, crê-se, mais divulgação do que investigação, onde a comunicação não é relevante.

Um dos desdobramentos da questão de como os cursos podem formar, para que formar, que perfil de profissional formar, se se pode, ou deve, formar para mercados — sem deixar de formar para o mercado acadêmico — fixa-se argumento de que cursos de História não produzem conhecimento aplicável que possa se transformar imediatamente em negócios, serviços, produtos. Mas esse postulado é totalmente impensável, torna a questão indiscutível?

Eis-nos aqui ante uma encruzilhada epistemológica: como conhecer o que conhecemos com o nome de História — prestigiando práticas de aprendizagem, conteúdos a serem sabidos, marcos temporais a serem lembrados, narrativas a serem privilegiados, causas para não serem esquecidas — como elaboramos nosso saber num contexto em que cada vez mais exige-nos saberes práticos e úteis? Recentemente, em livro originalmente publicado em 1968, republicado no Brasil, Fritz Ringer, em *O declínio dos mandarins alemães*, revela, lamentavelmente ou não, como eruditos alemães no século XIX — mesmo que fazendo toda a espécie de política com que pudessem garantir seu prestígio público e seus lugares na ciência alemã — não conseguiram conter a pressão por demanda de conhecimentos práticos úteis a um país que se urbanizava e se

industrializava. Nunca seremos práticos e uteis, porque nosso conhecimento não tem uma dimensão prática aplicável, como o de outras ciências, de cujas dimensões seus resultados são muito mais mensuráveis por seus “fatores de impacto” visíveis, plausíveis e tangíveis? Pelo sim pelo não, pela dificuldade de se pensar nisso numa baliza utilitarista nos termos com que temos pensado até hoje, não seria o caso de pensarmos como nossos cursos foram estruturados, como o conhecimento histórico foi elaborado, e, principalmente, refletir sobre os universos diferentes a que um *conhecimento acadêmico histórico* e outro *conhecimento escolar histórico* se referem a coisas bastante diferentes?

A nosso ver, é das áreas do Ensino de História e da Teoria da História quando voltada para o Ensino, que provém, dentro de nossos cursos, o fundamento não só para a discussão da distinção memória e história. Derivado desta organização didática, devemos rever se a organização da disciplina nos cursos não se refere a uma outra época, a uma outra história da disciplina em que não havia dúvidas sobre sua função e utilidade públicas. Um dos emblemas que marca a disciplina, hoje, é a de responder a já batida questão blochiana do “para que serve a História?” Não saber dizer *para que serve a História* não significa admitir que não precisamos dela. Públicos diferentes de nós, públicos acadêmicos, também precisam de história. Mesmo que em forma de memória. E isso é necessariamente ruim?

Avaliar a história dos cursos de História talvez esteja faltando. Vivemos um tempo em que discutir o desafio social por que passa a disciplina requer vê-la como foi organizada, com que fim, com que postulados, visando a que formação. A história se tornou ciência e Stephan Bann (1994) indica um caminho investigativo: a história é um conhecimento absolutamente social, mas o que acontece numa sociedade quando um saber, que é legitimamente de todos, se faz um saber de poucos, que passa a dizer por todos a história de todos? Avaliar a história dos cursos de História talvez esteja faltando. Se vivemos hoje desafios, onde já virou bordão se falar que “nós, historiadores, só conseguimos falar para nós mesmos”, esses desafios vieram até nós por uma trajetória histórica que nos conduziu até ele.

Investigando o curso de História da Universidade Federal do Paraná (UFPR), podemos verificar como sua trajetória histórica colaborou bastante para chegarmos aos desafios de formação de cursos de História brasileiros com que nos debatemos hoje. Ele quis ser,

a certa altura de sua história, mais do que nunca, uma ciência, com a categorização de um saber institucionalizado, com definição rigorosa de métodos, práticas de ensino, função social, metodologia, práticas de trabalho, perfil destacado e cioso de si do que seria o profissional, carreira profissional. E o fez de modo destacado. Destacando a pesquisa sempre, deixando para o ensino básico uma tarefa explícita de ser mera correia de transmissão de “técnicas” a serem aprendidas, o curso de História da UFPR ajudou a compor o padrão que nos traz hoje desafios, ou mesmo deixa-nos numa encruzilhada: a de não sabermos como lidar com nosso público preferencial de 50 milhões de colegiais.

Aprendemos com o curso de História da UFPR que “livros tombo” de matriz local não são para andar nas mãos de “professor de ensino médio (...) a passeio”, pessoas que acabam sendo “destruidores inconscientes de documentos de arquivo”. O “furor de pesquisa”, nos anos 1960, estaria atacando as escolas brasileiras e precisaria ser disciplinado e contido. A citação completa que gera a revolta da autora do desabafo é: “Não faz muito tempo, um professor do ensino médio foi encontrado, a passeio, com o Livro Tombo de importante Matriz, debaixo do braço, a título de estar realizando pesquisas históricas com seus alunos” (WESTPHALEN, 1969, p. 6).

Sem desprezar o ensino, o ensino de História de que tratamos aqui quando falamos de outros públicos não é o ensino superior de História, mas o ensino básico, onde estão outro público de que não podemos perder de vista, talvez nosso *público preferencial* — digamos. Tanto é assim que é notório, hoje, historiadores especialistas não tratarem de Ensino, uma vez que, depois da implantação da pós-graduação, a preocupação com o Ensino se esvaiu de vez.⁷⁵ Na UFPR, o Departamento de Didática dava as cartas sobre o Ensino de História dentro do curso regular de graduação. Autores que mais bem tratam, a meu ver, hoje, de questões que favoreçam pensar o que passam cursos de História com demandas por modificações e reparos em seus desenhos institucionais para acolher demandas por atuação que não se voltem para o estritamente acadêmico, são autores da área de Ensino de História, que pensam o Ensino Básico de História nas escolas. Não é mera coincidência que só há pouco tempo começa a discussão sobre o Ensino nos próprios Departamentos de História, embora as resistências sejam grandes ainda. É o

⁷⁵ Não é essa a avaliação que fazem Marieta de Moraes Ferreira e Francisco Falcon. Para os autores, resumidamente, a discussão sobre a relação pesquisa, ensino e extensão – numa palavra: a função da universidade – não só não se estabilizou, como não começou com o advento da pós-graduação no Brasil em 1971. Cf. FERREIRA, 2015.

peso do legado. Ainda são nas faculdades de Educação onde se melhor discute o Ensino de História. Talvez para lidar com públicos que não sejam especialistas e que não têm na História perspectiva de futuro profissional.

A história da História e a área de Ensino de História ajuda-nos a perceber o que um padrão de curso nos ensinou e que só hoje conseguimos refletir: o que é a história para a escola, para a universidade, para públicos não-especialistas? Isso se refere a uma atitude do historiador para o prestígio que não ocupa na sociedade, e que lamenta isso?

Para além da pressão exercida pelas dificuldades de atuação profissionais e fechamento de cursos, o que se modifica no raciocínio sobre a História? A primeira constatação embasada na teoria de que a História tem teoria e história é a de que não estamos mais no século XIX, e Sarlo adverte: “(...) as operações com a história entraram no mercado simbólico do capitalismo tardio com tanta eficiência como quando foram objeto privilegiado das instituições escolares desde o fim do século XIX” (SARLO, 2005, p. 11). Mesmo que a autora esteja se referindo à memória quando trata desses públicos não-acadêmicos. A distinção acadêmica heurística tão ciosa entre história e memória, argumento-chave na qualificação da caracterização não-acadêmica de história, não parece ser substantiva para os produtores não-acadêmicos e muito menos para públicos consumidores dessa história — ou memória como se queira qualificar.

As discussões havidas nos anos 1960, e que ainda hoje marcam muito o raciocínio vigente, é que as universidades, ao se preocuparem com a formação do professor secundário — que seria o Ensino Básico hoje — com a formação do que seria o ensino básico, os professores de História tinham a preocupação de *entrosar* as disciplinas de conteúdo com as disciplinas pedagógicas, e em se fazendo isso, houve um empenho muito grande nesse sentido. Mas, ao fazer isso, qual era o pressuposto? O pressuposto era o de que a escola, ou que nas escolas, haveria interesses na história que seriam os mesmos interesses da universidade. Ao compor seus conteúdos definidos em currículos, que normatizavam esses conteúdos, a universidade sempre se imaginava que havia na escola uma espera do que ela, universidade, produzia em História, como se a escola fosse a primeira infância de uma vontade de História que ia acontecer num determinado momento semelhante a vontade de História da universidade. A universidade sempre olhou essa articulação sem nunca olhar para a escola! Porque essa articulação era

necessária, porque a universidade achava que o problema estava sempre na escola.

O que aconteceu de, aproximadamente, vinte anos para cá é que se passou a observar esses sujeitos que receberiam a história universitária e se observar que o que esses sujeitos querem com a história, o que os escolares querem com a história, não é aquilo que os sujeitos universitários querem com história. E aí temos uma enorme diferença, porque a escola, os colegiais não são a infância dos alunos universitários cuja história aqueles estão esperando depois que crescerem. Não é! Os interesses dos alunos na escola em história são diferentes dos interesses dos universitários em história. Quando a universidade, principalmente a área de Ensino de História, começa a colocar problemas, campos de análise a partir de conceitos como o de “produção do conhecimento histórico escolar”, “cultura histórica escolar”, “história escolarizada”, ela começa a perceber que o empenho da universidade em *entrosar* aqueles conteúdos específicos com os conteúdos pedagógicos incorre num problema e postulado, que é o de não olhar aqueles que recebem, e vivem, história. Qual o interesse dos colegiais com história na escola? No momento em que se observa que os interesses não são os mesmos, a coisa se rompe e isso se transforma num grande dilema para a história na universidade, por quê? Porque a história na universidade não é a história da escola.

Abordagens, problematizações, práticas que a universidade se dá não são as mesmas práticas, vontades, abordagens, problemas, conteúdos que a escola está esperando da história. Ao olhar para a história na escola, a universidade, em pesquisa em Ensino de História, começa a colocar a relevante questão, qual seja: não é apenas tentando entrosar disciplinas de conteúdo com disciplinas pedagógicas universitárias que se vai resolver o problema. É começando a ver quais são os interesses da escola na história. E não achando que a escola quer ser, no futuro, aquilo que a universidade é hoje. E aí se faz um grande lapso, uma grande ruptura.

Dentro de nossos cursos de História, recebemos a formação a informação— provinda principalmente da área de Ensino de História — de que os materiais da memória podem ser o apoio para se chegar à História. Em texto recente, Helenice Rocha é de singeleza comovente. Sem fazer juízo nenhum de valor, a autora, em *A presença do passado na sala de aula*, diz-nos que “o movimento em direção a produtos culturais que remetem ao passado parece indicar que esses professores tentam conectar a história escolar à

avalanche de informações e formas contemporâneas de comunicação social”. (ROCHA, 2015, p. 33) A autora é profundamente assertiva e creio queira nos sugerir isso: que a simples vivência, tornada experiência, do passado em sala de aula pode nos tornar mais vivos e humanos, uma vez conseguirmos que alunos e alunas consigam viver, que seja por alguns minutos, uma experiência de distanciamento no tempo, de deslocamento do aqui-agora, para algo que seria o antes-longe daqui no tempo e no espaço. E para esse encaminhamento didático, o uso de formas contemporâneas de comunicação social são muito bem-vindas. A colocação poderia nos conduzir, aqui, para a possibilidade de pensarmos a questão do tempo como categoria ordenadora do conhecimento histórico, tempo ainda hoje em nossos cursos tratados como na concepção moderna do progresso e da história como processo. Assim como para a hipótese de que não há nada de mal na produção de passado por historiadores não-acadêmicos, até mesmo que seria um benefício para a disciplina, uma vez tornar-se material para uso com fins de aprendizado em História.

Textos atuais de autores da área do Ensino de História favorecem pensar o público escolar a que historiadores profissionais poderiam visar, esse público escolar que procura história, precisa e quer história, mas não a encontra nos profissionais historiadores acostumados ao bordão de que o ensino é coisa menos importante, ao bordão, comum durante muitos anos nos corredores de nossos cursos, de que “quem não deu para pesquisa, vai para o ensino”. Porque hoje se trata de se indagar a que públicos nos dirigimos – se isso nos contenta e é nosso desejo – e a que públicos não nos dirigimos e quais os obstáculos conceituais e institucionais para fazermos uma transformação do estado da arte. E se trata de se fazer a correção de uma distinção entre *ensinar para o Ensino Superior* e *ensinar para a Escola Básica*. É notório que começarmos por conquistar o grande público de História na escola é grande estratégia. São muitos os fatores a se levar em conta. Restrinjo-me, aqui, a referir-me ao que tem dito e escrito alguns autores – mais da área de Ensino do que da área de História, propriamente.

O curso de História da UFPR, pela atuação de figuras expressivas junto ao processo de organização de historiadores no plano nacional, nos anos 1960 e 1970, motivados por seus fatores de época, exprime bem esse processo e, embora seja um pouco profético dizer que eles anunciam o que viria depois, não evitamos pensar assim quando os lemos. Como o curso dos acontecimentos se desenvolveu depois, acaba que vemos a razão das

coisas tomarem o rumo que tomaram.

A história dos cursos de História brasileiros é a de criação de um padrão especialista, erudito e intelectual, que se apegou enormemente à pesquisa e se afastou de vários públicos, dentre eles, o principal, o de 50 milhões de colegiais. Não seria a hora de revermos isso dentro de nossos próprios cursos e de sua plataforma de formação? Como fazer ante um padrão de curso criado sólido, com agências de fomento e de decisão sobre políticas públicas cujos critérios de consagração ainda são os da pesquisa, do intelectualismo e da erudição? A quem interessa que seja assim, exclusivamente assim?

São muitos os dilemas e desafios mesmo.

Referências Bibliográficas

BANN, Stephen. **As invenções da História**. Ensaios sobre a representação do passado. SP: Ed.UNESP, 1994. 292 p.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Por um novo ensino de história: os desafios dos anos 1950-1960. In: ROCHA, Helenice; MAGALHÃES, Marcelo; GONTIJO, Rebeca. (Orgs.) **O ensino de história em questão**. Cultura histórica, usos do passado. RJ: FGV Editora, 2015. p.141-162

MALERBA, Jurandir. Acadêmicos na berlinda ou como cada um escreve a história? uma reflexão sobre o embate entre historiadores acadêmicos e não-acadêmicos no Brasil à luz dos debates sobre a *PublicHistory*. **História da Historiografia**, UFOP, Ouro Preto, n.15, agosto 2014, p.27-50.

ROCHA, Helenice. A presença do passado na aula de História. In: MAGALHÃES, Marcelo *et al.* **Ensino de História**. Usos do passado, memória e mídia. RJ: FGV Editora, 2014.

SARLO, Beatriz. **Tempo Passado**. Cultura da Memória e Guinada Subjetiva. SP: Cia das Letras; BH: Editora UFMG, 2005.

SOUZA, João Valdir Alves de; DINIZ, Margareth; OLIVEIRA, Míria Gomes de. (Orgs.) **Formação de professores (as) e condição docente**. BH: Editora UFMG, 2014.

WESTPHALEN, Cecília Maria. Apresentação a *Arquivos Paranaenses*. **Boletim da Universidade do Paraná**, Conselho de Pesquisas, Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Curitiba, UFPR, 1969, p.5-18.

REPUBLICANISMO, REVOLUÇÃO E HISTORIOGRAFIA: ALEXANDRE DUMAS E UMA HISTÓRIA DA REVOLUÇÃO FRANCESA

Carlos Mauro de Oliveira Júnior⁷⁶

Introdução

Os estudantes de História costumam ter simpatias pela França e por sua revolução. Alguns, em tempos de menor acirramento ideológico, podem mesmo confessar seu interesse pela literatura de aventuras do século XIX. Uma literatura talvez menos politizada, mais idealista, que não descreve as agruras do mundo e suas injustiças. Este trabalho demorou a sair devido à dificuldade que encontramos em descobrir referências científicas sobre esta coleção de Alexandre Dumas (1802-1870).

O ponto é que o escritor francês publicou, entre 1846 e 1852, uma coleção de livros cujo tema é uma História política da França que tenta descrever os últimos momentos do reinado de Louis XV (1710-1774), seguindo até a execução de Louis XVI (1754-1793). Um romance histórico que narra, analisa e julga a Revolução Francesa como um complô maçônico com o intuito de destruir a realeza e a Igreja (católica), como nas epígrafes acima. Seria possível imaginar os motivos de não ter encontrado ainda na historiografia da Revolução Francesa referências sobre a coleção: quem sabe um certo desprezo por uma história literária (baseada em memórias de personalidades) e não científica? Ou, na descrição de Michel Vovelle, como fazer história científica sem o “quantitativo” (dados estatísticos) e com excesso de fontes “qualitativos” (Vovelle, 1991).

Nosso objetivo neste artigo é a uma tentativa de aproximação com o significado destes textos para o autor. Terá sido apenas a tentativa de educar um público mais vasto através do “folhetim”, uma vez que ao contrário de Sir Walter Scott (1771-1832), Dumas não buscaria tratar da nação, uma questão bem resolvida no XIX francês? Maria Lucia Dias Mendes (2004) vê outros trabalhos do autor como “como romances bem comportados” ou produzidos para um “salão elegante”. Neste caso, imaginamos que não. Pensamos na possibilidade de, em meio aos diálogos políticos e filosóficos inseridos no

⁷⁶ Professor adjunto de Teoria da História na Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – FFP/UERJ.

romance, ser possível encontrar uma narrativa histórica que apresente algumas ideologias em disputa na França do Antigo Regime. Uma vez inseridos em uma cronologia histórica, o autor pode mostrar um lado vitorioso, assim como fazer referências às suas consequências. Talvez como Cícero e Maquiavel, pode usar a História para ensinar política.

A hipótese ganha um significado maior se apresentarmos o conceito que pode estruturar todo o livro: a “*res publica*” ou “*république*”. Identificamos alguns significados e usos distintos para o conceito – e termos conexos, como povo – nas personagens de Alexandre Dumas. Desde já, cumpre dizer que o raciocínio se completa de uma forma meio teleológica: sabemos que a crise da Monarquia de Julho cria as Revoluções de 1848, a segunda República e o Segundo Império Napoleônico. Dumas não sabia, mas vivenciou e foi contando a Revolução de 1789 enquanto via, mais uma vez, a república se transformar em uma ditadura⁷⁷. Terá ele tentado influir sobre o seu contexto?

A literatura na França do XIX

É necessário lidar com o conceito de romantismo ao analisar as obras literárias no século XIX. Henri Bénac (1963) descreve o Romantismo francês como uma contraposição a uma visão muito racionalista da Razão. Neste sentido, ele assume uma posição contrária ao excessivo racionalismo universalista das Luzes e, também, ao classicismo como vertente artística do XVIII.

Podemos dizer que o “romantismo” foi pensado com um olhar mais patriótico, histórico calcado em uma noção de sensibilidade, em que ideias de pertencimento a um povo – religião, costumes, sentimentos, história – foram enfatizadas em detrimento de um dever ser da filosofia. Se desenvolvermos esta reflexão, o conceito de “romantismo” aproxima-se do Pensamento Conservador ou contrarrevolucionário de fins do XVIII e início do XIX. Sendo assim, a recepção à obra de Edmund Burke sobre a Revolução Francesa (1790), por parte de alguns setores da aristocracia, durante a Restauração Monárquica (1815-1830), foi uma etapa do surgimento do “romantismo”. Pelo menos,

⁷⁷ Seguem os anos de publicação da coleção: Joseph Balsamo (1846-1849); La Collier de la Reine (1849-1850); Ange Pitou (1850-1851); La Comtesse de Charny (1852). Usamos, neste trabalho, as traduções em português.

no que se refere à política.

Todavia, alguns historiadores que interpretam a Revolução Francesa, o Romantismo e determinados autores do XIX realizam uma leitura diferente. Vejamos um exemplo: Claire Gaspard (1989), em verbete sobre a historiografia romântica em coletânea dirigida por Michel Vovelle, distingue os historiadores liberais das décadas de 1820 e 1830 e os românticos de 1847-1848. Não é difícil imaginar Michelet como mais romântico que François Guizot (1787-1874). No entanto, o problema é que o uso do adjetivo “romântico” na década de 1840 parece indicar um conjunto de significados distintos, pois relacionados à ideia de “social” e articulados com a Revolução Industrial, com os bairros operários, com a miséria e com o socialismo. Em resumo, a distinção pode esconder a ideia que o conceito já teve um sentido de “não universal”.

O que afirmamos aqui não é que a historiadora errou, e sim que ela poderia verificar a mudança conceitual operada. Se o “romantismo” de 1848 é próximo ao socialismo utópico, o mesmo não ocorre com o que surge na Restauração. Por outro lado, não ajuda afirmar que o conceito anterior não descrevia a realidade, sendo marcadamente idealista. A realidade descrita é diferente devido às suas ênfases. Não foi Marx quem disse que ler Balzac ensinava mais sobre a França que os textos de muitos liberais e socialistas?

Em seus textos sobre Balzac e Stendhal, Erich Auerbach (2013) descreve alguns autores do início do XIX como atormentados por um “tempo das modificações” em que as condições da vida se modificam, levando à necessária tentativa de adaptação. A partir de Victor Hugo, o “Romantismo” teria sido marcado por uma mistura de estilos (clássico, romântico, realista, etc). Não parece impossível que em seu esforço por recuperar ou exprimir o mundo em que viviam, os autores assumissem posições políticas e ideológicas díspares. Caberia ao talento de cada um organizar este tumulto em um estilo.⁷⁸

François Furet (1988), em seu artigo sobre Augustin Cochin, descreve a velha tese de Barruel (1741-1820) rediscutida por Cochin (1876-1916): o complô maçônico que criou as seitas jacobinas. Cochin, diferente de Barruel, discute a possibilidade de discutir

⁷⁸ Stanley Mellon define a Restauração como um período de “aceleração da mudança”. Ver obra referida mais acima.

comportamentos históricos a partir da ideologia de indivíduos e grupos. O interesse de Furet em Cochin é pensar em uma “história-problema” que faça perguntas e não uma simples descrição. A tese do complô é abandonada, a partir do momento em que se discute sua possibilidade teórica: as relações entre o “social” e o “individual”.

Adam Schaff, em sua interessante introdução para *História e Verdade* (1991), cita a tese de Barruel e a retomada desta por Louis Blanc (1811-1882), em 1847. Segundo Schaff, a retomada foi uma importante contribuição no tratamento dos problemas históricos. A tese do complô maçônico-jacobino era uma crítica aos historiadores liberais (de 1820 e 1830) que, preocupados em buscar as classes, não tratavam do tema e não respondia à questão de muitos jacobinos terem sido maçons (Schaff, 1991).

Jacques Godechot (1989), o historiador do pensamento contrarrevolucionário, afirma que foi ação corrente dos conservadores a criação de conspirações e redes de informações. No que nos interessa, ele inverteu a tese de Barruel: quem fazia complôs eram os inimigos da Revolução e não os maçons/jacobinos. É possível que o próprio *abbé* estivesse em um complô antijacobino.

Stanley Mellon em *The Political Uses of History* (1958), estuda como a escrita da história adquire contornos de disputa política na França da Restauração Monárquica (1815-1830). A análise dos usos liberais e conservadores na imprensa, e em livros publicados, permitiram ao autor a construção de algumas hipóteses sobre o período. Enquanto os conservadores viam a revolução como um bloco: algo único e ruim (maligno); os liberais apresentaram-na como dividida: 1789 e 1793. A primeira fase era boa e estava inscrita na história: o argumento contrarrevolucionário era um desvio do progresso histórico e uma “reação”⁷⁹. Todavia, cumpria eliminar do conteúdo da Revolução o seu radicalismo, entendido como um discurso de igualdade não adaptado ao século XVIII e início do XIX. E purgar a violência do Terror.

Se pudéssemos resumir as referências acima, chegaríamos, talvez, a conclusão que a ideia do complô maçônico como causa da Revolução Francesa não resiste à análise científica. Todavia, supomos que o fato de Dumas rerepresentá-la em 1846 seja digno de

⁷⁹ Benjamin Constant (1767-1830) se apropria do termo “reação” da física com o sentido político que conhecemos e, defende uma versão liberal da História francesa e da Revolução. O “uso” no vocabulário foi um sucesso político, chegando até nossos dias.

interpretação.

A Revolução Francesa de Dumas

A ideia é apresentar nossa hipótese de leitura através de três personagens da coleção Joseph Balsamo. Falar sobre os personagens como uma oportunidade para introduzir algo das ideologias/visões de mundo/sensibilidades presentes nestes. Como já nos referimos, a ideia diz respeito à demonstração de como duas ideologias em conflito arrastaram a terceira, produzindo a Revolução “tal como foi”. Um poderoso argumento retórico de quem narra: descreve e julga ao mesmo tempo.

Joseph Balsamo – ou Cagliostro – é um Grão-Mestre do Oriente (da maçonaria) que em uma espécie de reunião em um bosque francês com outros mestres de diferentes nacionalidades, apresenta seu projeto revolucionário. Com poderes sobrenaturais, o personagem aprendeu com seu mestre – Alhotas – segredos de longevidade. Além da detalhada descrição de seus poderes, com direito à dominação psíquica de mulheres em sonambulismo⁸⁰, Dumas define o projeto de Balsamo: criar, com o auxílio de alguns filósofos das Luzes, os clubes jacobinos e, por meio destes, exportar o idioma do iluminismo pela França, modificando a sociedade e o poder. A liberdade e a igualdade devem ser enfatizadas, ainda que a paixão pelos interesses materiais seja tolerada e defendida, tendo em vista o resultado: a ascensão do povo.

Nada disso, porém, se poderá conseguir senão depois da morte, não do monarca, mas da monarquia, depois do desprezo dos poderes religiosos, depois do completo esquecimento de toda a inferioridade social, finalmente, depois da extinção das castas aristocráticas e divisão dos bens senhoriais. Peço vinte anos para destruir um mundo velho e construir um mundo novo, vinte anos, que vêm a ser vinte segundos da eternidade, e ainda achais muito! (DUMAS, 1963, v. 1, p. 36).

Gilbert é um representante do Terceiro Estado, pobre e de pouca instrução. Nos livros, ele vai melhorando sua situação intelectual e social, com direito a um período como secretário de Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), uma viagem aos Estados Unidos e estudos de medicina. De volta à França, em 1789, ele adquiriu renome e graças ao ex-

⁸⁰ Robert Darnton, em seu livro sobre o mesmerismo (Darnton, 1988), foi a única referência que encontramos de um historiador que cita e analisa um aspecto de Joseph Balsamo. Seu interesse é uma concepção de ciência do XVIII que apresenta atributos de magia e mistério, algo que teria interessado a Alexandre Dumas e outros escritores românticos.

ministro Jacques Necker (1732-1804)– pai de Madame de Stäel (1766-1817), torna-se médico de Louis XVI e da rainha. Assim como nos liberais descritos por Stanley Mellon, Gilbert apresenta-se como um “moderado”. Deseja a liberdade e a igualdade, mas não a quer de qualquer modo. Teria herdado de Rousseau, uma paixão não jacobina de liberdade:

Obrigado, Sr. Marat – disse Rousseau – porém peço-lhe que ao passo que ensina ao povo quais são os seus direitos, não o excite à vingança, porque se ele um dia quiser vingar-se, pode ser que o senhor mesmo estremeça à vista das represálias. (DUMAS, 1963, livro 3, p. 173).

Pensem sobre o vocabulário político do XVIII – como desejado por uma Escola de Cambridge ou pela História dos Conceitos. No primeiro livro da coleção – Joseph Balsamo – há passagens em que aquilo que chamamos como o idioma das Luzes ultrapassa os limites de classes na sociedade, fazendo com que nobres, burgueses e plebeus com alguma instrução compreendam conceitos em comum. Será que Dumas – como Constant ou Tocqueville – pensou em uma oportunidade perdida? Será que a Inglaterra poderia ter ensinado algo aos franceses? Gilbert – o moderado – em diálogos com Necker e Marie Antoinette (1755-1793), realiza, segundo nossa leitura, alguns usos bem interessantes sobre os conceitos políticos na época da Revolução:

Eis no que está o erro, Sr. Barão [Necker]. Entre nós, os nossos republicanos não se parecem com os republicanos dos outros países; os nossos republicanos terão de princípio os privilégios que devorar, depois a nobreza, depois a realeza. O senhor partirá juntamente com os nossos republicanos, mas não de chegar sem o senhor, porque não quererá segui-los até onde não de seguir. Não, Sr. barão de Necker, engana-se, o sr. não é republicano. (DUMAS, s.d., vol. 1, p. 283).

– Nesse aspecto – respondeu Gilberto, - creio que se atribui a Madame de Stäel muito mais importância do que ela merece. Depois da emigração de Mounier e de Lally, o seu salão é a tribuna do partido inglês semi-aristocrático com as suas duas câmaras. Como ela é burguesa, e bem burguesa, tem a debilidade de adorar os grandes senhores; admira a Inglaterra por considerar o povo inglês eminentemente aristocrático; mas não conhece a história desse país, ignora o mecanismo de seu govêrno, de modo que toma por fidalgos do tempo das cruzadas os nobres de ontem incessantemente tirados das classes baixas. Os outros povos, com material velho fazem por vêzes coisa nova; a Inglaterra, com material novo, faz constantemente coisa velha. (DUMAS, 1957, vol. 3, p. 937).

Gilbert tenta extrair concessões da aristocracia no poder e da realeza antes que a revolução e o projeto de Balsamo as devorem. Será que a França poderia aprender a lição inglesa de fazer a mesma coisa com material novo? Gilbert explica a Necker que o “republicano” francês não admite privilégio e à Rainha que o país deveria permitir a

ascensão dos “homens novos”. Gilbert estaria apresentando uma versão do projeto de Benjamin Constant – antes da ascensão de Napoleão (1769-1821) – em que os republicanos e monarquistas deveriam buscar um acordo? Gilbert seria um dos “amis de *La Liberté*” de Constant?

Sr. Billot é um reideiro, lavrador, uma pessoa simples. Dumas inscreve aqui um herói típico da primeira Revolução. Parece representar o “povo” de Jules Michelet (1798-1874) e do romantismo francês da década de 1840. Uma simplicidade ultrajada pelos costumes da sociedade de ordens, uma ascensão possibilitada pelas Luzes e pelo processo de fins do XVIII, a participação na Tomada da Bastilha e um protagonismo nas mudanças ocorridas em sua pequena cidade/região. Apresenta a versão desfavorecida do mundo de honra idealizado pelo primeiro romantismo: demonstra os limites dos modelos valorativos desta “linha de pensamento”. Uma pobreza e uma obediência com honra como contrapartidas de uma nobreza de serviço – não rentista e não esnobe. Uma extensão – humanista? liberal aristocrática? – dos valores de uma aristocracia calcada no mérito aos homens do Terceiro Estado: ricos, intermediários e pobres.

Billot – o povo – é idealizado por Dumas. Balsamo e Gilbert o conduzem e o instruem para que leve a França ao progresso desejado. Sua ação será a responsável pelo futuro da república. Todavia, cumpre explicar o que houve em 1789-1793 a fim de evitar que o “erro” se repita em 1848? Será que o autor pensou em fazer isto?

Em *Angel Pitou*, Dumas apresenta um diálogo entre Gilbert e Billot. A Assembleia Nacional está criada e Billot está radiante. Influenciado por Balsamo, ele comemora os ganhos da liberdade e da igualdade. No título do capítulo, o autor escreve “Billot vai conhecendo que nem tudo são rosas nas revoluções”.

– Muito bem! – disse Gilberto – é um homem convicto, e não me admira a sua resposta; mas os que não estão convencidos...

- Os que ainda não estão!...

- Sim, que farão esses?

- Não-de resistir – replicou Billot num tom, que significava que ele havia de resistir vigorosamente, se lhe exigissem a quarta parte dos seus rendimentos para levar a cabo uma empresa contrária às suas convicções.

- Então haverá luta – disse Gilberto.

- Mas a maioria... – disse Billot.
- Diga o resto, meu amigo.
- A maioria está aí para impor a sua vontade.
- Segue-se que teremos opressão (DUMAS, s.d., p. 134).

Conclusão

Dumas participou dos levantes de 1830 e foi candidato a deputado em 1848. Ele não era um legitimista. Talvez um liberal burguês que não tinha simpatia pelo futuro Napoleón III (1808-1873).

A biografia do general Thomas-Alexandre Dumas – pai do autor – (1762-1806), escrita por Tom Reiss (Reiss, 2015), explica, a partir da carreira do oficial republicano, o aprofundar das diferenças entre o biografado e os governos jacobino e napoleônico. Havia no general um conjunto de ideias e valores que são definidos como o “*Sr. Humanidade*”. A ideia republicana do XVIII, segundo Reiss, era agradável a Thomas-Alexandre, mas não os abusos de poder do governo revolucionário. Doente e afastado dos campos de batalha pelo antigo colega de exército, agora imperador, faleceu, deixando a família em situação ruim. Seu filho, Alexandre, teria enfrentado dificuldades para obter instrução em boas escolas, apesar do renome do pai⁸¹.

Seria possível realizar uma ligação entre a trajetória do pai em relação à Revolução, com algum dos valores do filho escritor? Até que ponto Gilbert poderia ser apresentado como um “*Sr. Humanidade*” em relação a Balsamo?

No momento, apresentamos apenas uma hipótese de leitura. Para buscar o que Dumas “estava fazendo” enquanto escrevia seus livros, seria conveniente recorrer a cartas, notas pessoais, resenhas dos livros na imprensa, etc. Toda uma pesquisa seria possível.

⁸¹ Alexandre Dumas refere-se ao pai como um herói. Não seria difícil imaginar que ele tenha construído uma visão política a partir de uma reflexão sobre sua história familiar.

Referência bibliográfica:

AUERBACH, Erich. *Mimesis*. São Paulo: Perspectiva, 2013.

BARRUEL (Abbé). **Mémoires pour servir a l'Histoire du jacobinisme** – Tome Premier – “Discours Préliminaire”. Hambourg, P. Fauché, Libraire, 1798, p. XIV e XXI. Exemplar em PDF consultado no site da BNF – Bibliothèque Nationale de France/Gallica. Última visita em 29 de maio de 2016.

BÉNAC, Henri. “O Romantismo francês” in: **Organon**, v.8, n. 9, p. 5-27, 1963.

CONSTANT, Benjamin. Des réactions politiques (1797). CONSTANT, Benjamin. **De la force Du gouvernement actuel...** – *Des réactions politiques – Des effets de laTerreur*. Paris: Flammarion, 1988.

DARNTON, Robert. **O Lado Oculto da Revolução**: Mesmer e o final do Iluminismo na França (1968). São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

DUMAS, Alexandre. **José Bálsamo**: Memórias de um Médico. 5 vol. Porto: Lello& Irmão, 1963.

DUMAS, Alexandre. **O Colar da Rainha**. 3 vol. Porto: Lello& Irmão, s.d.

DUMAS, Alexandre. **Angelo Pitou**. 2 vol. Porto, Lello& Irmão, s.d.

DUMAS, Alexandre. **A Condessa de Charny**. 4 vol. São Paulo: Saraiva, 1957.

FURET, François. Augustin Cochin: a teoria do jacobinismo. FURET, François. **Pensar a Revolução Francesa**. Lisboa: Edições 70, 1988.

GASPARD, Claire: Idade de Ouro e Crise da Historiografia Romântica. VOVELLE, M. (org.). **França Revolucionária 1789-1799**. São Paulo: Brasiliense, 1989, pp. 472-475.

GODECHOT, Jacques: “Contra-Revolução”. VOVELLE, Michel (org.). **França Revolucionária 1789-1799**. São Paulo: Brasiliense, 1989, pp. 291-295.

MELLON, Stanley. **The Political Uses of History**. Stanford: Stanford University Press, 1958.

MENDES, Maria Lucia Dias. A história na visão de Alexandre Dumas. **Alea**, v. 6, p. 67-79, 2004.

REISS, Tom. **Conde Negro**: glória, revolução, traição e o verdadeiro Conde de Monte Cristo. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

SCHAFF, Adam. À maneira de introdução: as causas da Grande Revolução Francesa vistas pelos historiadores. SCHAFF, Adam. **História e Verdade**. São Paulo: Martins Fontes, 1991, p. 9-62.

VOVELLE, Michel. A História das mentalidades na encruzilhada das fontes. VOVILLE, Michel. **Ideologias e Mentalidades**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

HISTORIOGRAFIA AMERICANA E A REVISTA DE HISTÓRIA COMO MECANISMO DE COMBATE À CENSURA

César Haueisen Zimerer Perpétuo⁸²

Desde os primórdios da formação da identidade do cidadão norte-americano, a ideia de liberdade é extremamente presente na vida das pessoas, sendo um dos pilares máximos de toda a sociedade estadunidense. A partir da chegada dos primeiros colonos, a influência puritana e o sentimento de exploração e descoberta levaram à formação de um *self-mademan* que acreditava na concepção de que a América era uma terra prometida e que era obrigação daquele povo desbravar aquele território desconhecido e criar uma nova vida para o seu povo (CRUNDER, 1994).

A formação da Constituição americana em meados de 1787-89 é um excelente exemplo de como a ideia de “liberdade” se tornou, talvez, o principal alicerce do seu povo, e isso é visto logo de cara na primeira emenda do *Bill Of Rights* que garante a liberdade religiosa e de expressão e proíbe a criação de qualquer lei que entre em conflito com esses direitos. Porém, mesmo com a garantia dada na constituição a história americana não é livre de vários processos de censura que restringiram essa liberdade de expressão e afetaram de diversas maneiras a propagação de diferentes ideias em território estadunidense.

Como exemplo, a partir de 1798 entrou em vigor quatro projetos de lei conhecidos como “*Alien and Sedition Act*” durante o governo do então presidente John Adams. Tais leis tinham como principal objetivo tornar mais difícil a possibilidade de estrangeiros se tornarem cidadãos americanos dava permissão ao presidente de mandar prender e deportar imigrantes que ele considerasse perigosos, além de dar poder ao governo americano de criminalizar atos que o mesmo considerasse sediciosos, ou seja, considerados perigosos para a moral e ordem do país. O problema era que quem decidia se um ato era sedicioso ou não, era o próprio governo, o que significava que o mesmo tinha, a partir dessa lei, o poder de efetivamente censurar qualquer tipo de ato que

⁸² Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas na UFES e Bolsista CAPES.

considerasse prejudicial para si. Assim, o povo americano viu uma grande mudança no que até então se entendia por liberdade.¹

Esse tipo de censura viria a chegar na historiografia americana ainda no final do século XIX, e nesse artigo eu pretendo explicar como isso pode ter ajudado na criação e consolidação da *American Historical Review* que até hoje é o maior e mais importante periódico acadêmico de história norte-americano.

Diversos importantes historiadores estudam a formação da historiografia americana no fim do século XIX e como isso é estritamente relacionado ao processo de institucionalização e disciplinarização da História a partir da criação da *American Historical Association* e da *American Historical Review*. Alguns exemplos são Thomas Haskell, Robert Townsend, Peter Novick, John Higham e Margaret Stieg.

Para Thomas Haskel (2000), o Século XIX nos Estados Unidos fora marcado por uma crise de autoridade nas ciências humanas. Faltava uma figura de autoridade que conseguisse reunir, organizar e incentivar o trabalho dos profissionais dessa área e, na História, houve uma tentativa de resolver essa crise através da criação da AHA e da AHR. Robert Townsend (2013) acredita que fora formado, na realidade, um *empreendimento histórico*, uma grande organização entre os historiadores, que envolvia todas as associações e órgãos relacionados aos mesmos e fora esse empreendimento que permitiu a consolidação do trabalho do historiador no fim do século XIX. Os historiadores Peter Novick (2005) e John Higham (1989) possuem ideias similares em relação a esse tema específico, apesar de terem objetivos e estilos distintos em suas obras, ambos evocam a evidente influência da historiografia alemã e de sua revista, a *Historische Zeitschrift*, para explicar como se deu a formação da AHA e da AHR e o impacto das mesmas. Por fim, Margaret Stieg (1986) acredita que a revista americana de história surgiu, assim como outros periódicos acadêmicos do mesmo século, como uma necessidade de criar um meio pelo qual os historiadores pudessem se comunicar, analisar os trabalhos uns dos outros, propor novas ideias, etc.

É evidente que a minha explicação foi bastante resumida e não consegue dar conta da magnitude e qualidade das obras desses autores, porém a minha intenção foi

¹ Para uma leitura mais aprofundada sobre o “Alien and Sedition Act”, ver (AUSTIN,1981) e (McCULLOUGH, 2001).

demonstrar que os principais nomes que estudam a formação da associação e da revista americana de história deram diversas explicações e visões diferentes sobre tal processo, mas nenhum deles fala sobre como a censura da *American Historical Association*, que ocorreu poucos anos depois da criação da mesma, pode ter sido a gota d'água para a criação da revista.

Tendo esse objetivo em mente, primeiro temos que entender como se deu a formação da Associação e qual a relação dela com esse processo de censura. Para isso gostaria de partir da figura de Hebert Baxter Adams, provavelmente um dos maiores responsáveis e incentivadores do processo de formação profissional do historiador americano e uma das principais mentes que serviram de comando para as decisões que aconteceram na AHA.

Hebert Baxter Adams era diretor de estudos históricos na Johns Hopkins University e apesar de não ter trabalhos de grande notoriedade na época, se tornou o primeiro e principal divulgador de uma história profissional nos EUA, fazendo mais para “germanizar o meio acadêmico histórico” (HIGHAM, 1989, p. 11) do que qualquer outra pessoa até então. Adams defendia amplamente o modelo científico de história que vinha sendo difundido a partir da Alemanha, principalmente por ter estudado na Universidade de Heidelberg onde criou fortes relações com seu orientador Johann Bluntschli, historiador alemão que ficou mais conhecido por sua participação na política do que por seu trabalho acadêmico. Adams acreditava que o Bluntschli tinha “alcançado uma verdadeira jurisprudência histórica por conseguir fazer o seu trabalho afetar a vida política e legislativa” (HIGHAM, 1989, p. 12) da Alemanha na época.

Observar essa influência é importante para que possamos conseguir entender o papel de Adams nas mudanças que viriam a ocorrer após a criação da AHA. Ele permaneceu secretário da associação por dezesseis anos consecutivos, e em todos esses anos não poupou esforços para seguir o caminho que a sua principal inspiração alemã, seu orientador, tinha conseguido alcançar na época. Adams achava extremamente importante para os avanços do processo de profissionalização do trabalho do historiador americano a busca pela estreita relação entre história e política. Era o dever maior do historiador buscar influenciar nas decisões políticas nacionais.

Assim, já no dia 09 de setembro de 1884, em Saratoga próximo à data da reunião anual

da ASSA, aqueles que se interessaram pela ideia de criar uma associação de história foram convocados por Adams e alguns associados a uma reunião. Aproximadamente 40 pessoas apareceram, e esses seriam os primeiros membros da AHA em sua fundação.

A AHA foi recebida muito bem pelos historiadores americanos, o que é demonstrado pelo seu rápido crescimento: de início, como já dito, eram 41 membros. Na segunda reunião esse número já alcançava 287 membros (que incluíam um ex-presidente dos EUA, Rutherford B. Hayes (1877-1881) e um futuro presidente, Thomas Woodrow Wilson (1912 – 1921)). Na terceira reunião esse número ultrapassava a marca de 400 membros e já em 1890 havia atingido a marca de 620 membros. Vinte e cinco anos após a criação da associação, em 1909, o número de membros da AHA já ultrapassava a marca de 2500 membros. Se tornando “a maior e mais ativa organização sobre história do mundo” (LINK, 1983, p. 03).

Um detalhe importante a se ressaltar, é que apesar do gradual processo de profissionalização e do aumento do número de historiadores com doutorado, a associação ainda aceitava qualquer intelectual que estivesse disposto a pagar a taxa de entrada. O que significou que um grande número de membros inicialmente ainda era amador, não possuindo qualquer formação histórica, mas tendo bastante interesse na área. Isso não era visto como algo ruim, pelo contrário o incentivo ao interesse dos estudos históricos era amplamente apoiado e a presença de não historiadores na AHA servia para estreitar as relações entre a história e outras áreas de conhecimento acadêmico. O mais interessante, é que durante a maior parte dos anos iniciais da associação, o conselho executivo raramente selecionava um historiador profissional para ser o presidente anual das reuniões. Esse conselho executivo, que era liderado pelo secretário Hebert Baxter Adams, utilizava da posição para manter importantes intelectuais de outras áreas sobre sua influência.

Adams lutou para manter as associações locais e estaduais sobre a influência paternal da AHA. Quando em 1889 algumas delas pareciam estar prestes a criar sua própria federação, Adams as convenceu através de convites especiais de participação nos trabalhos da Associação. (HIGHAM, 1989, p. 13)

A intenção de manter relações estreitas com os membros amadores da AHA mesmo tendo o objetivo maior da profissionalização foi, portanto, uma forma não só de aumentar o raio de influência da associação sobre os diversos campos de conhecimentos

existentes, mas também de assumir um controle efetivo que permitisse à AHA a centralização de todo um “poder simbólico” (BOURDIEU, 1989, p. 61-73) existente na época.

As reuniões da associação aconteciam todo ano e as atas das mesmas eram publicadas em conjunto dos *papers* escolhidos, no que eram chamados de *Annual Reports*. As publicações eram então distribuídas para todos os membros da AHA. Os fundos para financiar essas publicações vinham das anuidades pagas pelos membros. Para se ter uma ideia em 1889 a Associação arrecadava em cofre cerca de U\$4.600,00 e quase todo esse dinheiro era utilizado para publicar os trabalhos enviados.

Um dos maiores desejos de Adams que existia desde a criação da AHA era o de aproximação com o governo americano. Uma possível incorporação ao Congresso era vista como vantajosa pelos membros, pois permitiria a eles expandir o seu campo de atuação e angariar mais recursos através de financiamentos do governo, além disso, sob a figura influente de Hebert Baxter Adams, a intenção da AHA, pelo menos inicialmente, ainda era a de manter os objetivos da associação sobre uma esfera tanto acadêmica quanto política.

Assim, as reuniões anuais começaram a acontecer em Washington logo a partir da segunda reunião, na tentativa de uma aproximação da AHA com o Congresso americano. Em 1888 foi realizado um pedido formal de incorporação da AHA ao governo. O mesmo foi assinado um ano depois pelo presidente Grover Cleveland. Essa incorporação ao governo é, também, um dos pontos chave para entendermos o porquê da historiografia americana e o seu principal periódico, a AHR, serem tão “universalistas” no sentido de aceitar diversos tipos de temas e recortes temporais e espaciais diferentes em um mesmo número. A partir da incorporação a AHA sofreu diversas mudanças que influenciariam diretamente na forma como a historiografia americana se desenvolveria a partir de então.

Diversas mudanças aconteceram após a incorporação da AHA pelo Congresso, mas três merecem destaque: associação teria agora a sua sede em Washington, receberia financiamento do governo americano para a publicação dos artigos, mas ao mesmo tempo teria que se reportar ao secretário do Instituto Smithsonian com relatórios sobre os trabalhos e resultados adquiridos, e tal secretário responderia ao congresso com seu

parecer sobre a qualidade e sobre o corpo dos trabalhos. Ou seja, a associação deveria mudar a sua sede para a capital, teria mais dinheiro já que receberia financiamento, e sofreria um processo de censura já que todos os trabalhos deveriam ser previamente aprovados por alguém indicado pelo congresso.

Aproximar a associação da vida política dos EUA sempre foi o interesse maior de Hebert B. Adams, e ao assegurar sede em Washington ele pretendia justamente manter relações próximas com as decisões políticas que eram realizadas. O grande problema que isso acarretou, entretanto, foi que as reuniões passaram então a acontecer todo ano em Washington, gerando grande descontentamento por parte dos historiadores, principalmente aqueles que moravam longe da capital. As reuniões rapidamente se tornaram repetitivas, e apenas as mesmas caras participavam todos os anos, pois a longa distância era um fator que impossibilitava a vinda de muitos dos membros.

Além disso, a “fiscalização” imposta pelo governo americano foi vista com desgosto por muitos membros da AHA, já que boa parte deles seriam impossibilitados de publicar nos *Annual Reports* devido ao caráter dos seus trabalhos⁸³, o que efetivamente bloqueava a principal forma de publicação de trabalhos de História. Mas as vantagens acabaram por eclipsar este problema, o que permitiu que as exigências do governo passassem sem protesto. O fato é que, com o financiamento do governo, os fundos da AHA que antes eram gastos quase que inteiramente para tornar possível a publicação dos *Annual Reports*, agora poderiam ser gastos de outra forma. Parece pouco, mas foi esse dinheiro extra que permitiu a AHA expandir o seu campo de atuação, investir em novos eventos, criar comitês especializados para buscar e estudar documentos que antes não se encontrava, etc. Ou seja, esse dinheiro permitiu uma expansão extremamente veloz da associação e de suas estruturas, fazendo com que em apenas 25 anos ela já se tornasse a maior associação do mundo, como dito anteriormente.

Porém, mesmo que as exigências do governo tenham sido aceitas, não podemos ignorar a censura imposta pelo mesmo, pois foi justamente ela que causou mudanças nas publicações dos *Annual Reports*. Na maioria das vezes, como nos diz Jameson (1909, p.

⁸³ Os primeiros números publicados da *American Historical Review* mostram uma grande quantidade de trabalhos de cunho político e que muitas vezes analisavam e debatiam decisões tomadas pelo Congresso ou a atual situação da política do país, muitas vezes demonstrando fortes oposições ou críticas realizadas ao governo da época.

14), o secretário do Instituto Smithsonian, responsável por analisar os trabalhos que seriam publicados, não se intrometia muito nos *papers*, reconhecendo suas limitações, preferia deixar aqueles que entendiam do assunto decidir o que poderia ou não ser publicado. Mas havia dois casos particulares que se tornaram alvos de censura a partir da incorporação. O primeiro deles foram os trabalhos relacionados ao governo americano, ao Congresso, e seu funcionamento. Qualquer trabalho, seja para realizar críticas ou não, que tentasse falar a respeito do legislativo americano era impedido de ser publicado nos *Annual Reports*. O segundo seria trabalhos relacionados à religião cristã. O Congresso americano, por tradição, não via os trabalhos que eram realizados sobre as igrejas e sobre a religião em si, com bons olhos. Assim, todos os trabalhos que tinham como objeto de estudo a religião ou as igrejas cristãs, eram censurados também. As áreas de História Medieval e Antiga sofreram especialmente com essa censura, pois eram as que mais trabalhavam com tal objeto de estudo.

Para que tenham uma noção da gravidade da situação, o Secretário do Museu Smithsonian na época era Samuel Pierpont Langley. Nascido em 1834, Samuel foi o segundo secretário do Instituto Smithsonian, assumindo o posto em 1887, e só saiu do cargo quando faleceu em 1906. Ele era astrônomo, físico e foi o inventor do Bolômetro, um aparelho utilizado na medição da força de radiação eletromagnética. Por mais inteligente e capaz em sua área de atuação, era bastante óbvio que Langley não possuía nenhum treinamento na área de História, o que tornava no mínimo curiosa a decisão do congresso de dar a ele a decisão de aprovar ou não os trabalhos dos historiadores da AHA. A função dele era bastante clara, vetar os trabalhos que iam contra os interesses diretos do governo. Era uma forma clara e direta de censura ao trabalho de intelectuais que por diversas vezes criticaram ou poderiam vir a criticar o governo e o trabalho que ele estava fazendo.

Por mais absurdo que pareça, a maioria dos historiadores americanos aceitaram as demandas de bom grado, pois, como disse acima, o dinheiro que seria fornecido pelo congresso iria ajudar tanto os interesses da AHA que eles não se importaram muito em sofrer um pouco com a censura. Além disso, grande parte deles não estudavam a história americana ou o Congresso, não possuindo sequer objetos de estudo que tinham alguma relação com isso, portanto não se importavam com a censura. Eles haviam chegado à conclusão de que era um preço barato a se pagar pelas possibilidades que o acordo

criou.

Apesar do rápido avanço realizado pela AHA (ao menos no que diz respeito a número de membros), o descontentamento dos membros da associação pelas realizações de Hebert B. Adams continuava a crescer. A mudança de sede para Washington e a censura imposta pelo governo provocava cada vez mais reclamações de diversos membros ao redor da América (HIGHAM, 1989, p. 15-18). E após alguns anos de protesto, os membros exigiram a mudança da sede para um modelo rotativo, em que cada ano as reuniões seriam realizadas em um local diferente, para que pudessem atender ao mais variado número de participantes. O historiador americano John Higham observa ainda que “por trás dessa mudança específica não é difícil notar uma rebelião mais ampla contra o balanço cuidadoso de Hebert Baxter Adams entre interesses acadêmicos e não acadêmicos.” (HIGHAM, 1989, p. 06)

O mesmo grupo que incentivou tais mudanças começou a fazer outras exigências que muitos membros já esperavam a anos. Para começar, um maior número de historiadores profissionais começou a participar do conselho executivo da associação. A participação política diminuiu para dar lugar à participação na vida escolar dos EUA. Em 1896 o famoso “Comitê dos Sete”⁸⁴ foi criado visando “melhorar o ensino de história nas escolas secundárias”(JAMESON, 1909, p. 15-19). Todas essas mudanças foram muito bem recebidas, o que foi demonstrado pelo grande aumento de membros de 1895 a 1899.

Tais mudanças iam obviamente de encontro com os interesses políticos de Hebert Baxter Adams, mas as modificações estavam dando tão certo que Adams nada pôde fazer além de aceitar e assistir a um outro grupo de historiadores tomar as rédeas do avanço da historiografia americana no final do século XIX. Tal grupo viria a fundar pouco tempo depois, em 1895, a *American Historical Review* e teria como principal figura J. Franklin Jameson, um dos maiores historiadores americanos e que dedicou sua vida aos avanços dos estudos históricos nos EUA.

⁸⁴ O Comitê dos Sete foi criado em 1896 e o seu relatório, publicado no mesmo ano, de nome *The Study of History in Schools: Report to the American Historical Association by the Committee of Seven* teve um significativo impacto na prática da história e educação nas escolas americanas da época. Os membros do comitê eram: Andrew McLaughlin (presidente), Hebert B. Adams, George L. Fox, Albert Bushnell Hart, Charles H. Haskins, H. Morse Stephens, e Lucy M. Salmon. Todos eram membros da AHA, o único que dava aula na escola secundária era George L. Fox, os outros seis eram professores de nível universitário. A única mulher do comitê, Lucy Maynard Salmon, era membro do departamento de história do *Vassar College*.

A *American Historical Review* surgiu como um periódico completamente independente da AHA e nos seus três primeiros anos de vida fora financiada por um grupo separado de pessoas. Por ser independente da AHA a AHR não sofria com a censura imposta pelo governo americano, e logo foi se tornando a principal fonte de publicação dos historiadores americanos.

Em 1897 e 1898 foi realizado um acordo em que a AHA iria financiar a publicação da AHR e distribuí-la para todos os membros da associação. Esse acordo não tirava a liberdade da AHR, que ainda permanecia livre da censura imposta pelo governo americano. Este também pode ser um dos pontos chave para entendermos o porquê dos trabalhos publicados na AHR nos seus primeiros anos eram tão variados. Além da influência alemã, podemos perceber também que a revista foi usada como uma forma de fugir dessas limitações que eram impostas pelo governo. Para se ter uma ideia, o autor que mais publicou na revista nos seus primeiros 20 anos de existência foi Henry Charles Lea, especialista em História Medieval e História da Igreja. Antes do surgimento da AHR seus trabalhos possivelmente não poderiam ser publicados pela AHA, já que o governo proibia quaisquer tipos de publicações cujo tema envolvia a religião cristã.

Dos muitos autores que citei ao longo do texto, todos fizeram pouco caso desse curto, porém impactante processo de censura que se deu na historiografia americana no final do XIX. A principal forma de publicação dos trabalhos dos historiadores da época, os *Annual Reports*, passou a ser controlados pelo governo dos Estados Unidos, e o mesmo impedia a publicação de diversos trabalhos de suma importância para muitas das ideias que estavam sendo discutidas na época. Muitos dos historiadores estadunidenses voltaram a publicar os seus trabalhos em jornais, periódicos de outras áreas ou até mesmo em revistas acadêmicas de outros países, como a *English Historical Review*. Isso afastou o contato dos membros da associação o que prejudicou o trabalho e os debates de muitos dos historiadores da época.

A criação da *American Historical Review* veio para reaproximar os historiadores americanos e criar um novo meio de publicação para aqueles historiadores que, devido à censura, não podiam publicar os seus trabalhos. Considero então que a revista, neste caso, não é apenas um mecanismo de autoridade, de comunicação ou de formalização como muitos dos autores que citei ao longo do texto afirmaram. A revista americana de

história também fora criada como um poderoso mecanismo de combate a uma censura que estava sendo realizada pelo congresso americano no final do século XIX.

Referências bibliográficas:

Annual Reports of the American Historical Association. Washington: Government Printing Office, 1889.

AUSTIN, Aleine. **Matthew Lyon, "New Man" of the Democratic Revolution, 1749-1822.** University Park, Pennsylvania: Pennsylvania State University Press, 1981.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Tradução Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CRUNDER, Robert M. **Uma breve história da cultura americana.** Rio de Janeiro: Editora Nórdica, 1994.

HASKELL, Thomas L. **The Emergence of Professional Social Science: The American Social Science Association and the Nineteenth-Century Crisis of Authority.** Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2000.

HIGHAM, John. **History: professional scholarship in America.** Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1989.

JAMESON, J. Franklin. The American Historical Association. 1884-1909. **The American Historical Review**, Vol. 15, No. 1, Outubro, 1909.

LINK, Arthur S. The American Historical Association. 1884-1984: Retrospect and Prospect. **The American Historical Review**, Vol. 90, No. 1, Fevereiro, 1985.

MCCULLOUGH, David. **John Adams.** New York: Simon & Schuster, 2001.

NOVICK, Peter. **That Noble Dream: The "Objectivity Question" and the American Historical Profession.** Nova York: Cambridge University Press, 2005.

STIEG, Margaret F. **The Origin and Development of Scholarly Historical Periodicals.**

Alabama: The University of Alabama Press, 1986.

TOWNSEND, Robert B. **Hisory's Babel**: scholarship, professionalization and the historical enterprise in the United States, 1880-1940. Chicago: The University of Chicago Press, 2013. Versão Kindle.

O POVO BRASILEIRO: FOLCLORISTAS PENSANDO A NAÇÃO

Erasmio Peixoto de Lacerda⁸⁵

Resumo

Entre o final do século XIX e início do século XX, intelectuais brasileiros se debruçavam na construção de projetos de nação e de legitimação de um povo brasileiro. Entre estes, destacamos Silvio Romero, crítico literário, e Leonardo Mota, folclorista, que enxergaram na poesia popular elementos de uma genuína cultura nacional. Em uma “descoberta do povo”, cada um a seu modo, traziam consigo a ideia recorrente de resgatar uma cultura em vias de desaparecimento. Silvio Romero, considerado pioneiro nos estudos da poesia popular brasileira, em 1888, reunindo artigos produzidos entre 1879 e 1880 para a *Revista Brasileira*, publica a obra *Estudos sobre a poesia popular do Brasil*, onde, pautado no evolucionismo social, se propõe a afirmar a existência de uma poesia popular *especificamente brasileira*, produzida pelo *genuíno nacional*, o mestiço. Influenciado por Romero, mas não um reproduzidor de suas ideias, Leonardo Mota, em 1921, publica *Cantadores*, onde coletará poesias sertanejas pelo interior do Ceará, na busca de apontar a existência de uma cultura regional no interior do *genuinamente nacional*, partindo do regionalismo – pautado na tradição e em nostalgia de um passado que já não está presente – para encontrar a nação. Em contextos intelectuais distintos, partindo de problemas distintos, Silvio Romero e Leonardo Mota fazem uso da literatura popular para entender uma unidade nacional, pensando, cada um a seu modo, a questão do povo brasileiro, ligados a um projeto de nação; e, neste itinerário, sedimentaram o caminho para a solidificação da noção de poeta popular enquanto *porta-voz do povo*, por ser um tradutor de uma *alma coletiva*. Deste modo, o presente trabalho, resultado inicial de discussões realizadas para uma dissertação sobre a Literatura de Cordel e seu público, almeja refletir sobre a noção de povo nestes dois intelectuais brasileiros, Silvio Romero e Leonardo Mota, buscando compreender suas especificidades na análise de uma “identidade nacional”, a partir de matizes intelectuais distintos.

⁸⁵ Graduado em História pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Mestrando em História pela Universidade Federal da Grande Dourados. Bolsista Capes.

Introdução

O contexto intelectual europeu do século XIX é marcado pela ascensão das correntes científicas e positivistas de produção de saber sobre a sociedade. Junto a estas, desenvolve-se a noção de raça, que permeará o pensamento europeu de boa parte deste século, sendo uma reação ao pensamento iluminista de igualdade dos homens e formação do *povo* a partir de um *contrato social*. Este pensamento racial teve como marco essencial, no pensamento científico europeu deste período, a publicação de *A Origem das Espécies*, de Charles Darwin, “significando uma reorientação teórica consensual” (SCHWARCZ, 1993, p. 54).

A proposta teórica de Darwin transformou-se em paradigma utilizado em diversos caminhos explicativos, de maneira que os mais distintos ramos científicos faziam uso de suas formulações teóricas, de caráter biológico, para analisar as sociedades humanas. A proposta teórica de Darwin transformou-se em paradigma quase hegemônico, influenciando toda uma geração de intelectuais.

Por outro caminho, ocorrerá o surgimento de preocupações com as questões populares, que, entre o final do século XVIII e início do XIX, emerge enquanto problema para os intelectuais europeus, em um caminho que Peter Burke (2010) chama de “a descoberta do povo”. Intimamente ligada à necessidade de construir uma unidade nacional, com a ascensão dos nacionalismos na Europa, esta “descoberta do povo” traz consigo a ideia recorrente de resgatar uma cultura em vias de desaparecimento, frente aos avanços da modernização e urbanização.

Assim, estes elementos materiais e imateriais peculiares ao “povo” (FERNANDES, 1978, p. 58) eram o material em que os folcloristas deveriam debruçar-se para registrar, antes que se perdesse por completo. Desta forma, o folclorista assumia um papel nacionalista, buscando formar, a partir das tradições populares, a unidade nacional, aquilo que os singularizavam e os tornavam distintos de outras nações. Em outra medida, a teoria racial também serviria como suporte para a construção de sentimentos nacionais⁸⁶.

⁸⁶ Uma discussão aprofundada sobre as noções de nação, nacionalidade e raça pode ser visto em: COSTA, Jean Carlo de Carvalho. **Nação, raça e miscigenação no Brasil Moderno**: uma análise hermenêutica dos Ensaístas da formação da nacionalidade brasileira, 1888-1928. Tese (Doutorado em Sociologia). Recife-PE: PPGS/UFPE, 2003.

Os intelectuais brasileiros foram fortemente influenciados por estas ideias que tornaram-se proíficas na Europa do século XVIII e XIX. No entanto, pode-se dizer que estas cruzaram o Atlântico, desembarcando no Brasil, de forma um tanto quanto tardia. A década de 1870 é marcada por uma alteração no campo intelectual brasileiro e um aumento gradativo de especializações profissionais, em solo nacional, a partir de diferentes instituições de formação profissional, tais como as Faculdades de Direito em Recife e São Paulo.

A Escola de Recife é considerado um exemplo claro destas alterações. Fundada em 1828, na cidade de Olinda, não atingiu o objetivo de tornar-se um polo intelectual brasileiro das províncias do Norte do Império. No entanto, ao transferir-se, em 1854, para Recife, e realizar uma série de reformas, dará espaço ao surgimento de uma nova geração de intelectuais que irão transpor as fronteiras regionais.

Influenciados pelas leituras de Tobias Barreto, os integrantes da Faculdade de Direito do Recife buscarão construir o Direito enquanto disciplina científica, ligada “à biologia evolutiva, às ciências naturais e uma antropologia física e determinista” (SCHWARCZ, 1993, p. 149), afastando-se de outras ciências humanas. Assim, o Direito defendido pela Escola de Recife possui íntima ligação com o pensamento positivista e evolucionista, a partir de leituras de intelectuais europeus, pautando-se na busca por leis e certezas imutáveis.

Envolvidos ainda em um contexto maior de transformações⁸⁷, durante a segunda metade do século XIX, os intelectuais brasileiros, enxergando-se como responsáveis por construir um caminho para o país, se encontrarão envoltos em algumas destas questões, tais como a necessidade de construir um sentimento nacional, assim como lidar com a problemática racial. Na busca deste primeiro ponto, a literatura popular apresentou-se como elemento chave. Os primeiros estudos relacionados à questão da poesia popular, no Brasil, surgiram na década de 1870, de maneira que um dos pioneiros nos estudos folclóricos, buscando ter uma feição científica, foi o sergipano Silvio Romero.

⁸⁷ Lilian Moritz Schwarcz (1993, p. 25-28) aponta para a década de 1870 como um momento de renovação intelectual no Brasil, causado por vários fatores, eminentemente sociais, tais como: as alterações econômicas do país – a ascensão cafeeira, em São Paulo, e declínio açucareiro, nas províncias do Norte; o fortalecimento de instituições de formação de profissionais – como as faculdades de direito de Recife e São Paulo e o Instituto Manguinhos, liderado por Oswaldo Cruz, na Medicina; assim como alterações sociais, com uma maior urbanização, alto índice migratório e o colapso do regime escravocrata.

Pensador que caminhou por diferentes áreas de conhecimento, almejava construir um sentimento nacional interligando a discussão do popular à problemática racial, de forma que o nacionalismo é acompanhado, aqui, por um projeto racial de nação. Após o pioneirismo de Silvio Romero, outros pesquisadores se colocaram em busca da “alma popular”, enquanto “garimpeiros” de um tesouro esquecido, dos quais destacamos aqui, na geração posterior à de Romero, o folclorista Leonardo Mota. Analisaremos alguns aspectos de obras destes escritores, como forma de compreender o seu olhar para o povo brasileiro, a partir da poesia popular.

Silvio Romero e a busca pelo genuíno nacional

Silvio Vasconcelos da Silveira Ramos Romero, conhecido como Silvio Romero, nasceu em 21 de abril de 1851, em Lagarto, na província do Sergipe, tendo estudado, a partir dos 12 anos de idade, no “Ateneu Fluminense”, até que chegue em 1868 à Recife, para cursar a Faculdade de Direito (1977, p. 21-29). Escritor de extensa bibliografia, caminha passando por discussões no campo da filosofia, da crítica política e social, à crítica e História Literária, entre outras coisas.

Considerado pioneiro nos estudos da poesia popular brasileira, em 1888, reunindo artigos produzidos entre 1879 e 1880 para a *Revista Brasileira*, publica a obra *Estudos sobre a poesia popular do Brasil*, onde reavalia sua posição sobre a literatura popular. Se no início dos anos 1870 afirmava a inexistência de uma literatura popular genuinamente brasileira, nestes escritos aponta para a mudança de concepção, afirmando, já em suas primeiras linhas que, sim, “nós possuímos uma poesia popular *especificamente brasileira*” (1977, p. 32, *grifo meu*).

A sua busca por esta poesia especificamente brasileira está intimamente ligada à busca do povo, aquilo que ele chama de genuinamente brasileiro. Neste caminho de análise, serão preponderantes as concepções teóricas do darwinismo social, conciliando concepções deterministas de raça e meio⁸⁸. Assim, seguindo esta concepção, o verdadeiro brasileiro, o genuíno nacional, seria o mestiço, quando não em sangue, nas

⁸⁸ A importância do meio para a formação do *povo brasileiro* é vista, por exemplo, em sua divisão do povo brasileiro em subgrupos, marcados pela natureza, sendo eles os habitantes das praias e margens dos rios, os das matas, os dos sertões e os das cidades (1977, p. 39).

ideias, resultado da mistura biológica e cultural de raças no Brasil.

Deste modo, nesta busca pelo *povo brasileiro*, Silvio Romero, ao encontrar o mestiço, depara-se com a visão negativa dada a este na literatura evolucionista. A resposta ao problema será a construção, original para o pensamento intelectual da época, da *teoria brasileira do branqueamento*, segundo a qual, seguindo uma série de fatores – tais como a imigração europeia, o fim do tráfico de escravos e o cruzamento de brancos e mestiços –, produziria, no futuro, uma população mais clara, condizente com as expectativas dos teóricos raciais europeus para uma nação civilizada.

Para ele, “o mestiço é a condição desta vitória do branco, fortificando-lhe o sangue para habilitá-lo aos rigores do clima. É uma forma de transição necessária e útil que caminha para aproximar-se do tipo superior” (1977, p. 231). Neste futuro perfeito de Romero, os mestiços brasileiros concluiriam a fusão das raças e, por meio das ideias de *seleção natural, adaptação e concorrência vital das raças*, constrói a ideia de que estes seriam um *tipo* perfeito vivendo nos trópicos.

Desta forma, seu projeto científico “reflete a tentativa de dar sentido e de explicar o agora com vistas a redesenhar um novo futuro” (COSTA, 2003, p. 254). O Brasil que enxergava era o da inferioridade racial, dos vícios e desvirtudes. Para ele, “descendemos de um estragado e corrupto ramo da velha raça latina, a que juntara-se o concurso de duas das velhas raças mais degradadas do globo, os negros da costa e os pele-vermelhas da América”, o que produziu uma “nação informe, sem qualidade fecundas e originais” (1977, p. 266). No entanto, sua projeção para o futuro era o de uma *nova raça*, que conseguiria absorver o melhor desta mistura para equiparar-se, em estágio civilizatório, inclusive, aos europeus, “puros” em raça, sendo tão perfeita quanto estes (1977, p. 231-232).

No entender a constituição do *genuíno nacional*, do verdadeiro *povo brasileiro*, estará a chave para compreender a poesia popular brasileira, mestiça. A origem desta também está, para ele, na mescla das três raças – o índio, o negro e o branco – que se amalgamaram na América portuguesa e construíram uma maneira singular de cantar e contar suas narrativas. Assim, a poesia popular assume, em Romero, caráter de uma valiosa fonte para o estudo desta “essência da nacionalidade” brasileira, fruto da miscigenação.

Seguindo o itinerário de desenvolvimento desta poesia, Romero afirma que no século XVI, brancos, negros e índios certamente cantavam, mas seus cantos estavam desagregados. Será, no entanto, nos séculos seguintes, sobretudo no XVIII e XIX, que estes se cruzarão, “produzindo o corpo de tradições do *povo brasileiro*” (1977, p. 39). Entendendo os elementos branco, negro e índio enquanto “estrangeiros”, é a mistura racial, que dará origem ao mestiço, o ponto central para entender o surgimento da poesia popular no Brasil.

De maneira clara, para Romero a poesia popular é aquela produzida pelo *povo brasileiro*, entendido por ele como o *mestiço*. Assim, o *povo* teria “a *força de produzir* e o direito de *transformar* a sua poesia e seus contos” (1977, p. 71). Desta forma, não há autoria, mas sim o pertencimento a um espírito coletivo, o que ele chama de *alma popular* (1977, p. 194).

Entendemos, assim, que um dos legados de Silvio Romero para os estudos da poesia popular que se seguiram é a compreensão da inexistência de autoria na poesia popular. Em toda a obra *Estudos sobre a Poesia Popular do Brasil* não há citação a cantadores, autores destas. Justamente pelo fato de não entender que este exista. Não há autor de poesia popular, pois a poesia é do povo e está no povo.

Acreditamos ser este o ponto inicial da noção, no Brasil, de poeta de cordel enquanto porta-voz do povo; o poeta não tem voz própria, mas antes comunga de uma voz coletiva, materializada em poesia. Esta noção permanecerá, por longo tempo, nos estudos de poesia popular no Brasil, em alguns momentos ressignificando-se, mas ainda assim, permanecendo. Perceberemos isso em outro folclorista, Leonardo Mota.

Leonardo Mota, o taquígrafo dos cantadores, o garimpeiro de tesouros

Leonardo Ferreira da Motta, conhecido como Leonardo Mota, nasceu em 10 de maio de 1891, na Vila de Pedra Branca, formou-se em Bacharel em Ciências e Letras, no Liceu do Ceará, em 1909, e Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, pela Faculdade de Direito de Fortaleza, em 1916. A partir de então, inicia sua caminhada pelo sertão do Ceará, desejoso de encontrar a poesia popular, o que o leva, posteriormente, a proferir

palestras sobre a temática, até que, em 1921, publica o seu livro de estreia, *Cantadores: poesia e linguagem do Sertão Cearense*, que adquiriria grande aceitação no interior do círculo intelectual brasileiro. Sua obra contempla, essencialmente, o papel de folclorista, coletor de poesias populares, da qual destacamos também *Violeiros do Norte: poesia e linguagem do Sertão Nordestino*, publicado em 1926.

A discussão intelectual que permeia a vivência e produção de Leonardo Mota é diferente da de Silvio Romero. O evolucionismo social – enquanto paradigma teórico – já não possui a força de outrora entre os intelectuais brasileiros e outras questões, ainda relacionadas ao nacionalismo, são levantadas, mas a partir de outras perspectivas.

A partir da década de 1920, com o modernismo, a região deixa de ser entendida enquanto reflexo imediato da natureza, meio e raça. O novo regionalismo surge com a busca por construir uma identidade nacional. Esta, por sua vez, acabava por revelar a diversidade regional existente em nosso país⁸⁹. Este ideal de identidade nacional não despreza o sentimento de pertencimento regional, entendendo este como uma racionalização primeira do nacional, que seria gradativamente ultrapassada⁹⁰.

No entanto, esta construção de um novo regionalismo é marcada por disputas de poder, de hegemonia cultural, entre diferentes regiões do país, essencialmente o Norte e o Sul. O projeto regionalista dos modernistas de São Paulo identificavam as diferenças, enxergando a necessidade de levar a modernização para construir uma identidade nacional homogênea. Assim, os regionalismos são pensados como entraves para o desenvolvimento deste projeto, que possui intenções políticas, com orientação de homogeneizar o nacional a partir da hegemonia de uns espaços sobre outros. É neste contexto também que emergem discursos que constroem, no dizer de Durval Muniz de Albuquerque Jr. (2009, p. 79), uma *visibilidade e disibilidade* para uma nova região, construída historicamente no tempo, o Nordeste.

É neste sentido que Albuquerque Jr. afirma:

⁸⁹ Diferentemente de Silvio Romero, que enxergava uma unidade na poesia popular nos diferentes cantos do país, estes intelectuais perceberão, não de forma homogênea, a diversidade cultural existente no interior de uma nação de tal tamanho.

⁹⁰ Ao final do livro **Cantadores** é publicado excertos de críticos e comentadores da obra e das palestras que Mota proferia pelo país. Nestas, é possível perceber noções de Nacionalismo da época, como a do Padre Dubois, na “Folha do Norte”, de Belém, onde diz: “O regionalismo no patriotismo constitui o mais sadio dos nacionalismos, porque o amor à pátria pequena é o irmão menor à pátria grande” (1976, p. 304).

O Nordeste surge como reação às estratégias de nacionalização que o dispositivo da nacionalidade e a formação discursiva nacional-popular põem em funcionamento; por isso não expressa mais os simples interesses particularistas dos indivíduos, das famílias ou dos grupos oligárquicos estaduais. Ele é uma nova região nascida de um novo tipo de regionalismo, embora assentada no discurso da tradição e uma posição nostálgica em relação ao passado. O Nordeste nasce da construção de uma totalidade político-cultural como reação à sensação de perda de espaços econômicos e políticos por parte dos produtores tradicionais de açúcar e algodão, dos comerciantes e intelectuais a eles ligados [...]. Traçam-se novas fronteiras que servissem de trincheira para a defesa da dominação ameaçada. Descobrem-se iguais no calor da batalha [...]. Descobrem-se 'região' contra a 'nação' (ALBUQUERQUE JR, 2009, p. 80).

O regionalismo, no Nordeste, nasce enquanto reação, pautando-se em tradições e nostalgia de um passado que já não está presente⁹¹. É a resposta daqueles que perderam espaço econômico e cultural, diante de um processo de nacionalização. Assim, sua construção imagética faz parte de uma luta, em que diferentes estados abandonam suas particularidades para sublinharem semelhanças, na busca por uma identidade nordestina que se opusesse ao sentimento nacional, modernizante, europeizado, que tentava se impor.

Será o folclore um elemento chave para circunscrever uma identidade regional nordestina, pois ele caracterizava um elo entre o passado e o presente, construindo o novo ao mesmo tempo em que nega a novidade, pois se atribui uma continuidade em relação aos momentos áureos de glória. Assim, edifica-se um regionalismo tradicionalista, que buscará elementos no popular – que se confunde com o tradicional e anti-moderno – e acaba por integrar a população, por meio da memória individual, nesse todo regional.

É neste contexto intelectual em que se insere o folclorista Leonardo Mota, que se pôs a viajar pelo sertão, encontrando cantadores e os revelando para um país que pouco sabia sobre estes. É, por isso – como atesta a nota escrita por seu filho, Orlando Mota, na 4ª Edição de *Cantadores* – chamado de “taquígrafo dos cantadores”, por José Lins do Rego, de “garimpeiro, colhendo nas próprias jazidas o material de seu folclore” e “embaixador do sertão”, por Gustavo Barroso (MOTA, 1976).

É assim que, para Braga,

⁹¹Utilizamos aqui, uma vez mais, a citação de comentadores da obra **Cantadores** como maneira de compreender o ambiente intelectual em que estavam inseridos. Citamos aqui um trecho de Rui Penalva no Instituto Histórico da Bahia: “Começa, entretanto, a reação nacionalista e Leonardo Mota é o mais denodado paladino da cruzada bendita” (1976, p. 307).

a perspectiva que Leonardo Mota defende seria a de apresentar uma espécie de *Brasil profundo* do Nordeste a todo o país [...], fazer aparecer aos litorâneos a riqueza e a pluralidade cultural dos sertões do país. Sua obra buscaria não uma descrição dos cantadores, mas recuperar, ou traduzir, a sensação de estar nas rodas de violeiros, ouvindo seus desafios e improvisações. (BRAGA, 2011, p. 31)

Em *Cantadores* não veremos análises da poesia popular, sua origem, ou elementos que a constituem, mas antes uma apresentação da coleta realizada, para ser apresentada a um público que desconhece esse ambiente cultural. E o folclorista percorre este caminho com a responsabilidade de salvar o que, para ele, é uma tradição em vias de desaparecer, pois afirma que “a Civilização tem penetrado nas terras interiores, matando paulatinamente as velhas tradições que tanto encantaram os comentadores de nossa vida primitiva” (1976, p. 7). Estas devem, portanto, serem registradas e apresentadas como importante elemento da *alma nacional*.

Para ele, portanto, não é a forma de construção poética, seja no repente, em desafio, ou escrevendo, que define o poeta popular, por ele chamado de *cantador*. Em suas palavras, “cantadores são os poetas populares que perambulam pelos sertões, cantando versos próprios e alheios” (1976, p. 3). Cantador é aquele que canta rimas, suas ou de outros, em feiras e festas sertanejas. Não é apenas aquele que improvisa, mas aquele que se coloca enquanto menestrel, cantador ambulante, viajante.

De qualquer modo, o poeta popular também não é autor, em Mota. Cantam aquilo que possui representatividade no meio em que vivem (1976, p. 91). É por isso que afirma:

Em poesia, como em tudo o mais, só o que ao povo interessa tem a sua perpetuidade assegurada, só o que é do povo é eterno. Esse atributo da Divindade como que, por igual, pertence a todas as criações espontâneas da *alma coletiva*. Já um provérbio nos ensina que é voz de Deus a voz do povo. (MOTA, 1976, p. 202, *grifos nossos*)

A poesia popular permanece entendida enquanto criação de uma *alma coletiva* do povo. Verificamos isto, de maneira ainda mais clara, em *Violeiros do Norte*, onde afirma: “nosso povo é um grande criador de fábulas e historietas, geralmente de tendências morais e corretivas” (2002, p. 120, *grifo nosso*); ou, mais a frente, quando afirma: “*Reflexo do pensar e sentimentos coletivos*, à poesia popular não poderia escapar os temas ou ideias de religiosidade, tão arraigados na alma de nossa gente” (2002, p. 143, *grifo nosso*). Ela é, portanto, uma poesia sem autor que não seja a coletividade, todo o povo, ao qual o poeta apenas faz parte.

Considerações finais

Vendo a obra de ambos em panorama, parece nos relevante que Leonardo Mota tenha iniciado a obra *Cantadores* citando palavras entendidas como a profissão de fé de Silvio Romero, proferida por Coelho Neto, no discurso de recepção de Osório Duque Estrada na ABL:

Qual literatura! Se vocês querem poesia, mas poesia de verdade, entrem no povo, metam-se por aí, por esses rincões, passem uma noite num rancho, à beira do fogo, entre violeiros, ouvindo trovas de desafio. Chamem um cantador sertanejo, um desses caboclos destorcidos, de alpercatas e chapéu-de-couro, e peçam-lhe uma cantiga. Então, sim. Poesia é no povo. (1976, p. 1)

Para ele, não são criadores de sua obra poética, mas antes tradutores de uma *alma coletiva*; porta-voz do povo, aquele que materializa o *pensar do povo* em forma escrita, rimada, poética. Em contextos intelectuais distintos, partindo de problemas distintos – um fincado na ideia de homogeneizar o nacional, o outro em valorizar o regional existente na nação –, Silvio Romero e Leonardo Mota sedimentaram o caminho para a solidificação da noção de poeta popular, orador ou escritor, enquanto *porta-voz do povo*, que estará presente em grande parte dos trabalhos que se seguiriam sobre o tema.

Referências bibliográficas

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

BURKE, Peter. **Cultura Popular na Idade Moderna**: Europa 1500-1800. São Paulo, Companhia das Letras, 2010.

FERNANDES, Florestan. **O Folclore em Questão**. São Paulo: Editora Hucitec, 1978.

ROMERO, Silvio. **Estudos sobre a poesia popular do Brasil**. Petrópolis – RJ: Ed. Vozes, 1977.

MOTA, Leonardo. **Cantadores**: poesia e linguagem do sertão cearense. Rio de Janeiro, Ed. Cátedra; Brasília, INL, 1976.

MOTA, Leonardo. **Violeiros do Norte**. 7ª ed. Rio de Janeiro/ São Paulo/ Fortaleza: ABC Editora, 2002.

COSTA, Jean Carlo de Carvalho. **Nação, raça e miscigenação no Brasil Moderno: uma análise hermenêutica dos Ensaístas da formação da nacionalidade brasileira, 1888-1928**. Tese (Doutorado em Sociologia). Recife-PE: PPGS/UFPE, 2003.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 1999.

BRAGA, Gabriel Ferreira. **Entre o fanatismo e a utopia: a trajetória de Antônio Conselheiro e do Beato Zé Lourenço na Literatura de Cordel**. Dissertação (Mestrado em História). Belo Horizonte-MG: PPGH/UFMG, 2011.

ENSINO RELIGIOSO, FONTES E HISTORIOGRAFIA: UM BALANÇO ENTRE LEGISLAÇÕES E O COTIDIANO ESCOLAR.

Evandro Francisco Marques Vargas⁹²

Introdução

Pretendemos fazer uma discussão para atualizar e contextualizar a realidade brasileira e mais especificamente a do Rio de Janeiro pelo viés do ER, entendido enquanto Política Pública e sua relação com a regulação e a participação, para traçarmos um panorama entre a ação reguladora do Estado e a participação dos sujeitos envolvidos na implementação.

Neste sentido, fizemos o recorte temporal situado entre (1931 a 2010) para analisar as legislações referentes ao objeto de estudo no Brasil, amparados pelo diálogo com a literatura especializada relacionada ao tema; em seguida, analisamos as fontes orais coletadas pelos sujeitos escolares: três docentes (D1; D2; D3) e dois gestores (G1; G2) em duas unidades escolares situadas no noroeste Fluminense do Estado do Rio de Janeiro apresentadas como: escola (a) e escola (b); relacionadas à implantação da disciplina na unidade escolar; por fim, as fontes de cultura material relacionadas à cultura escolar pautada na coleta e análise do uso do espaço escolar e da metodologia empregada pelos professores de ensino religioso.

Esta última fase de levantamento de dados ocorreu durante todo o período do terceiro bimestre letivo, determinado pelo calendário escolar da rede entre os dias 28 de julho e 07 de outubro de 2014, na qual utilizamos como referencial metodológico a etnografia da prática escolar (ANDRÉ, 2005). Com efeito, os dados levantados pela pesquisa, do levantamento historiográfico do tema, com privilégio da análise da documentação legal regulatória, até os dados coletados por entrevistas e participação participante, mostraram-se profícuos para o campo da história da educação, contribuindo para a elucidarmos como se compôs e atualmente se compõe o ER no Estado do Rio de Janeiro em sua rede estadual de Ensino.

⁹² Universidade Estadual do Norte Fluminense – Darcy Ribeiro (UENF), Mestre em Políticas Sociais com financiamento CAPES, doutorando em Políticas Sociais, financiamento FAPERJ.

O zigue zague nas políticas educacionais para o Ensino Religioso no Brasil.

No texto da primeira constituição do período republicano 1889 não havia menção ao ER como política pública educacional, embora prescrevesse a ação pública das entidades religiosas. A constituição assegurava o Estado Laico, assim como o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos. No texto constitucional temos:

Art. 72 § 3º Todos os indivíduos e confissões religiosas podem exercer pública e livremente o seu culto, associando-se para esse fim e adquirindo bens, observadas as disposições do direito comum (...) § 6º Será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos. § 7º Nenhum culto ou Igreja gozará de subvenção oficial, nem terá relações de dependência ou aliança com o Governo da União, ou o dos Estados (REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil [24 de fevereiro 1891]. In: BONAVIDES, P.; AMARAL, R. 1996. p. 193).

O ensino tornado leigo por esse texto legal, em verdade implica em um Ensino laico. Cunha (2013) realiza uma precisão conceitual entre os termos leigo e laico. Laico refere-se ao Estado enquanto instituição “imparcial diante das disputas do campo religioso.” (CUNHA, 2013, p. 9). Leigo, refere-se a “indivíduos (ou grupos) que não dispõem de determinada formação” (CUNHA, 2013, p. 9). A única, portanto, que se manteve fiel ao conceito de estado laico como descrito acima.

Na nova conjuntura política a igreja católica promove uma mobilização “em torno da defesa do retorno do Ensino Religioso às escolas públicas, excluído destas a partir da instauração do regime republicano” (MAGALDI, 2012, p. 175) fazendo frente às propostas escolanovistas.

Os primeiros anos do governo Vargas, foram instáveis devido à cisão explícita entre o movimento tenentista e constitucionalista. “O Brasil da primeira república viu-se incapaz de controlar distúrbios civis e movimentos revolucionários nos anos 20. Como resultado, Getúlio Vargas reintegrou a Igreja no cenário político em 1930, como um meio de legitimar seu controle do Estado.” (CAIRNS, 1984, p. 450).

O Decreto de nº 19.941 de 1931 é o primeiro da República que insere o ER enquanto política educacional, nos currículos da escola pública, levada a efeito na Reforma Francisco Campos, este foi “assessorado pelo padre Leonel Franca, que situou o ensino religioso no âmbito pedagógico ao sustentar sua legitimidade a partir dos fundamentos filosóficos da prática educacional” (STIGAR, 2009, p. 35).

Essa é a primeira regulação em nível federal para o ER na República, até aquela data, na escola pública da primeira república não existia oficialmente o Ensino Religioso. Excetuando as iniciativas privadas e algumas investidas dos estados, no ano de 1926 “pelo menos seis Estados adotavam o Ensino Religioso nas escolas públicas, facultativo aos alunos, fora do horário normal das aulas.” (CUNHA, 2010, p. 196).

O Decreto nº 19.941, em seu artigo 11, dava ao Estado o direito de suspender "a instrução quando assim exigirem os interesses" (SAVIANI, 2008a, p. 262-263). Nesse contexto foi criada a Liga Eleitoral Católica (LEC) para consolidar o ER na constituição. Outro movimento nesse sentido é a criação em 1934, conforme nos lembra Pinheiro (2008, p.56), da Confederação Evangélica do Brasil (CEB) em oposição à LEC, para se dedicar a defesa da liberdade religiosa.

Esses fatores ampliam a luta pelo retorno do ER na escola pública. Assim é que entendemos a Constituição de 1934 ter assegurado “o ER na escola pública como disciplina integrante do horário escolar, de caráter facultativo aos alunos e ministrada conforme os princípios de cada denominação religiosa dos mesmos” (CARON, 2007, p. 98). O Art. 153 define:

O ensino religioso será de frequência facultativa e ministrado de acordo com os princípios da confissão religiosa do aluno, manifestada pelos pais e responsáveis, e constituirá matéria dos horários nas escolas públicas primárias, secundárias, profissionais e normais. (BRASIL, 1934).

A Constituição de 1937 faz significativas alterações no ER e retira a obrigatoriedade da escola, ao dizer que o mesmo pode fazer parte, como disciplina, do ensino primário, secundário e das escolas normais. O Artigo 133 define que: "O ensino religioso poderá ser contemplado como matéria do curso ordinário das escolas primárias, normais e secundárias. Não poderá, porém, constituir objeto de obrigação dos mestres ou professores, nem de frequência compulsória por parte dos alunos" (BRASIL, 1937). A obrigatoriedade incluída na Constituição de 1934 é então substituída. A constituição do Estado Novo “possuía uma cláusula de dispensa mais clara do que qualquer outro texto legal até hoje” (CUNHA, 2010, p. 199).

Na Constituição de 1946, “Gustavo Capanema ex-ministro da Educação do Estado Novo é redator do capítulo da educação da Constituição e responsável por elaborar o tema do Ensino Religioso” (CARON, 2007, p. 99) que assume a retomada do mesmo

“contemplado como um dever do Estado para com a liberdade religiosa do cidadão que frequenta a escola” (BERTONI, 2008, p.28). Regulado pelo artigo 168, inciso V, da Constituição de 1946, temos o seguinte: "O ensino religioso constituirá disciplina dos horários das escolas, é de matrícula facultativa e será ministrado de acordo com a confissão religiosa do aluno, manifestada por ele, se for capaz, ou pelo seu representante legal ou responsável." (BRASIL, 1946).

A partir da promulgação da LDB, Lei de Diretrizes e Bases, Lei nº 4024, de 1961, reduz-se o espaço do Estado com relação à regulação do ER. “Ele recebe um tratamento de componente da educação, mas fica fora do sistema escolar, tirando da responsabilidade do Estado a oneração para com os professores do ER” (LIMA, 2008, p. 18). Por outro lado, aumenta o espaço para atuação das Igrejas, pois a partir dessa legislação há um novo dispositivo que é o registro dos professores realizados pelas autoridades religiosas. Na regulação dessa primeira LDB temos no artigo 97 o seguinte texto:

O ensino religioso constitui disciplina dos horários normais das escolas oficiais, é de matrícula facultativa e será ministrado sem ônus para os cofres públicos, de acordo com a confissão religiosa do aluno, manifestada por ele, se for capaz, ou pelo seu representante legal ou responsável. § 1. A formação de classe para o Ensino Religioso independe de número mínimo de alunos. § 2. O registro dos professores de Ensino Religioso será realizado perante a autoridade religiosa respectiva (SAVIANI, 1996, p. 3).

O regime autoritário (1964-1985) irá alterar a legislação referente ao ensino. O texto da Constituição de 1967 “determinou que o Ensino Religioso, de matrícula facultativa, constituiria disciplinados horários normais das escolas oficiais de grau primário e médio – este, finalmente explicitado”. (CUNHA, 2010, p. 203). Além disso, essa nova constituição revoga o artigo da LDB de 1961 que vetava a remuneração dos professores de Ensino religioso pelos poderes públicos.

Esse panorama do ER perdurou até a década de 1990. Como a LDB 9.394/96 ficou marcada por não regular prazos e valores, devido ao contexto neoliberal em que foi sancionada, manteve no projeto aprovado uma definição do Ensino Religioso para as escolas públicas de ensino fundamental nas modalidades confessional e interconfessional, bem como a expressão “sem ônus para os cofres públicos”, o que implica em dificuldades para a organização e sistematização da prática pedagógica na escola. Como a LDB não acrescentou determinações ao tema, deixando em aberto e ficando aos cuidados das instituições religiosas, abriu-se um leque na interpretação do

texto da Lei, bem como inúmeras possibilidades de práticas educacionais (BERTONI, 2008, p. 32).

Novamente os representantes religiosos em seus processos de participação irão influir na mudança e o que chama atenção é a velocidade em que a formulação muda.

[...] em 22 de julho de 1997, promulga-se a Lei 9.475, alterando o artigo 33 da LDB 9.394/96. O que sai do texto original do artigo 33 é a expressão “de acordo com as preferências manifestadas pelos alunos ou seus responsáveis”, eliminando o caráter de confessionalidade passando a ser interconfessional e, ainda, a expressão “sem ônus para os cofres públicos”, devendo ser ministrado em horário normal da escola pública de ensino fundamental (BERTONI, 2008, p.32).

A despeito da sociedade civil organizada também influir no processo de regulação quanto à garantia no corpo da lei do caráter não confessional e a negação da oneração do Estado para com o ER. Alguns pontos cruciais para a implementação desse projeto são deslocados pela definição de novas atribuições conferidas aos Estados e Federação.

Em primeiro lugar, fica definido que o ER deve ser entendido enquanto uma disciplina que deveria ser introduzida na construção dos currículos das escolas do ensino fundamental. Em segundo lugar é delegado aos Estados da federação a obrigatoriedade de remuneração dos professores de ensino religioso, a regulamentação dos procedimentos para a definição dos conteúdos da disciplina, o estabelecimento dos critérios de contratação destes professores e, também, a viabilização da formação de professores habilitados.

Estas novas definições permitiram aos Estados definirem a regulação do ER. Isso possibilitou a retomada do modelo confessional devido à lacuna gerada pela falta de uma definição de currículo e de formação de professores, legitimadas conforme o Parecer 97/99 do Conselho Nacional de Educação (CNE, 1999). Por esse documento, o Conselho compreende que os “professores possam ser recrutados em diferentes áreas e deveriam obedecer a um processo específico de habilitação”, possibilitando que as entidades religiosas ou organizações ecumênicas realizem a formação, pois não se prevê curso de licenciatura específica nessa área de conhecimento.

As legislações de Ensino Religioso confessional no Rio de Janeiro e a dinâmica escolar.

A legislação em vigor para o ER no Rio de Janeiro é a Lei de número 3.459 publicada em 14 de setembro de 2000 pelo então governador Antony Garotinho. Esta regulamenta o Ensino Religioso confessional na escola pública. O que chama atenção nessa legislação é a permanência de seu conteúdo se comparada a legislações anteriores. A primeira referência legal para o ER no Rio de Janeiro é um decreto de 1966, e aponta um caráter coativo para a disciplina:

O decreto (GB) “N” 742, de 19 de dezembro de 1966, que baixou regulamento para o ensino religioso, no antigo Estado da Guanabara, mais do que recomendar, determinava que o diretor não colocasse também essas aulas no princípio do horário escolar. Assim, desestimulados a “matarem” as aulas de Religião, porque inseridas no meio de outras, a clientela do Ensino religioso tornava-se cativa. Tratava-se da declaração implícita de que a disciplina deveria tornar-se compulsória, nem que fosse pelo lugar ocupado no horário das aulas. (CUNHA, 2005, p. 350).

A próxima regulação para o ER será dada na década de 1980, chama-nos atenção que esta formatação será mantida como parâmetro para a atual legislação. Assim, de acordo com a segunda resolução (RJ) 229, de 7 de maio de 1980:

[...] a organização das turmas de ensino religioso dependia, no texto da resolução, da “declaração de confissão religiosa” e do “credenciamento das autoridades competentes para o ensino religioso”. No ato da matrícula, seria “inquirido” dos pais ou responsáveis qual confissão religiosa a que pertenciam e, caso ela fosse credenciada, se desejavam que seus filhos (ou tutelados) frequentassem aulas de Religião, sendo informado que essas aulas seriam ministradas em “linha confessional” (CUNHA, 2005, p. 350).

Em relação ao credenciamento dos credos esse podia ser solicitado ao secretário de educação por qualquer autoridade competente de qualquer Religião legalmente constituída. No entanto, devia atender duas condições que apenas religiões de tradição judaico-cristã poderiam ter:

(I) Possuir credo definido, pelo qual respondesse uma autoridade definida com personalidade jurídica; (II) ter um “culto dirigido à Deus, de modo que procurassem aproximar da divindade os seus adeptos, não só em caráter pessoal e particular, como também em âmbito social e comunitário” (CUNHA, 2005, p. 350).

Com esse credenciamento, as autoridades religiosas estariam aptas para habilitar os professores de ER na rede pública estadual a ministrarem o ER confessional. E ainda “admitia-se que ‘excepcionalmente, e em caráter emergencial’, poderia ser indicado

estagiário para o ensino religioso, pelas mesmas instituições” (CUNHA, 2005, p. 351).

Esta resolução não difere muito da atual em vigor no Estado do Rio (3.459/00), inclusive nos critérios que determinam o credenciamento das denominações religiosas que os professores podem enquadrar-se: ser Religião com culto a Deus e composto por autoridade religiosa com estatuto jurídico.

Segundo Cunha (2005) essas normas sintetizam o caráter coativo dessa disciplina, afinal o que essa normatização propõe é que os alunos fiquem forçosamente impelidos a assistirem as aulas confessionais de um credo. “As aulas dessa disciplina deveriam ser ministradas no mínimo uma vez por semana”. E cabia “ao diretor do estabelecimento providenciar outra atividade escolar para os alunos que não desejassem receber a formação religiosa” (CUNHA, 2005, p 351).

Nesta resolução, diferente da primeira em que determinava a alocação das aulas no início do horário, “os diretores deveriam evitar, tanto quanto possível, que as mesmas fossem ministradas no último tempo do horário escolar” (CUNHA, 2005, p. 351).

Ainda que a atual legislação não traga o horário em que a disciplina seja ministrada no corpo do texto, já houve tempos atrás, segundo relatos informais no campo de pesquisa uma orientação da Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC) para que a disciplina fosse ofertada no primeiro tempo das aulas. Percebemos também pela observação direta realizada para esta pesquisa que na secretaria da escola pesquisada no momento da matrícula há certo direcionamento para que os responsáveis optem pela matrícula, na disciplina.

Todavia, a determinação de separação da turma por credo gera transtorno, devido à falta de espaço físico para acomodar as turmas. Assim, em 20 de setembro de 2001, foi assinado um decreto de nº 29.228, que criou a comissão de planejamento do Ensino Religioso à qual competia segundo artigo primeiro, apresentar propostas para regulamentação da Lei nº 3.459, de 14 de setembro de 2000, dentro de 120 dias após sua instalação.

Em 2002, é baixado outro decreto, o de nº 31.086/02, que reafirma a matrícula facultativa, o processo de credenciamento dos professores, a manutenção dos antigos

professores, desde que atendido a condição exigida de credenciamento, a possibilidade de contratação temporária de docentes até realização de concurso, indicava que carga horária mínima para a disciplina seria determinada pelo Conselho Estadual de Educação (CEE), e que caberia à Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC), auxiliar no processo de cumprimento do decreto.

Em 2010, é elaborado o documento “Orientações Básicas Para o Ensino Religioso nas Escolas Estaduais” que descreve as orientações legais e orienta a ação de diretores, professores e da regional pedagógica, estabelecendo novos cargos como os de articulador técnico-pedagógico e articulador religioso.

Todo o esforço é realizado em prol de atender a regulação confessional, na qual as turmas devam ser separadas por credo. Isso não ocorreu na escola (b), onde realizamos a pesquisa, tampouco na escola (a). Perguntamos aos gestores na questão 4: “Os alunos são agrupados segundo o credo que os pais indicam no momento da matrícula?” Segundo o depoimento da G1:

(G1): A sala que ele está, cada um na sua sala. Tá? O professor entra na 801, na 802. Eles têm tempo específico. Um professor para cada tempo de aula.

(P): Não muda as turmas, não reconfigura. Continua a mesma coisa.

(G1): Continua a mesma coisa, tá? Agora, a primeira é de 7:00 às 7:50, na 801 e de 7:50 a tanto, na 802.

Na escola (b), a posição do gestor ao responder a questão 4 aponta na mesma direção, no entanto, ele acrescenta um dado interessante, por estarem os credos reunidos, o professor faria um trabalho que não fosse doutrinador. Vejamos:

(G2): Não, não são. Eles são [...] é fechada aquela turma, vai ter o ensino religioso para aquela turma, o professor opta por um conteúdo que não seja doutrinário, ele não vai passar a doutrina. Ele tem várias outras maneiras de trabalhar sem trabalhar especificamente doutrina. Então é um conteúdo geral onde todos podem ser atendidos.

Essa fala nos dá um indício da estratégia dos gestores escolares em buscar uma tentativa de promover a interconfessionalidade. Esta noção também se encontra presente nos discursos das autoridades das confissões religiosas, de tradição judaica cristã, e manifesta um esforço em levar:

[...] à reiteração da ideia de que é possível uma “Religião não confessional”, o que é um contrassenso. Não se pode esquecer que existem questões polêmicas

importantes para as diversas confissões, a respeito da figura de Jesus, da interpretação dos textos sagrados, da função dos ministros etc. A interconfessionalidade, ainda mais quando travestida de “orientação para a vida” é mais uma forma de escamotear o caráter facultativo do ensino religioso, o que denota a existência de uma oposição a ele, ainda que difusa. (CUNHA, 2005, p, 349).

Os docentes (D2) e (D3) deixam claro essa insatisfação quando perguntamos na questão 15 “Como se sente como professor de ER?” Ambos apontam que pela disciplina ser facultativa há um distanciamento em relação às outras disciplinas. Constatamos pela entrevista com os docentes que há dois tipos de representações, frente a atual estrutura da disciplina: o de desapontamento como já ficou demonstrado pelas falas dos docentes (D2) e (D3), e uma mais positiva, no entanto, bastante preocupante, que é a do conformismo, conforme a fala do (D1) nos permite entender:

(D1): Vamos dizer que, pra nós, é mais uma experiência de vida. Por quê? Porque nós não vamos ensinar, nós vamos, além da troca de experiência, nós vamos aprender com os discentes. Que cada um traz a sua carga, tanto religiosa quanto é ético-moral. Então, até mesmo aqueles que não professam Religião, se dizem ateus, não sei se é brincadeira, e os umbandistas, cada um tem uma vivência que traz para o nosso crescimento, tanto profissional quanto pessoal. Nos ajuda muito, nesse sentido.

(D2): Para mim é um desafio a cada dia, porque é uma disciplina que é optativa, o aluno não é reprovado, nós não temos suporte pedagógico onde os conteúdos os professores têm que pesquisar para poder trabalhar em sala de aula. Nossa maior dificuldade é essa, quanto ao suporte pedagógico.

(D3): Olha, angustiada, desvalorizada, vejo que a disciplina ficou um pouco afastada da grade curricular. E por ser optativa e facultativa, ela não tem sido aceita por parte de alguns alunos, já que este tempo de aula era vago, ou os alunos chegavam mais tarde ou saíam mais cedo do colégio.

Estas falas expressam a representação que se está formando nos docentes (D2) e (D3), que com menos de um ano de magistério demonstram desânimo pela disciplina. Enquanto a fala do docente com oito anos de experiência na disciplina aponta para a conformação, ao dizer que “nós não vamos ensinar [...] nós vamos aprender com os discentes” não parece denotar um sentido pedagógico a sua ação.

Os resultados a que chegamos, após a análise dos dados das entrevistas, realizadas tanto na escola (a) quanto na escola (b), e das observações direta das aulas, realizada na escola (b) apontam para dois sentidos. O primeiro indica que o docente (D3) realiza proselitismo, isto é, faz um processo de inculcação de sua Religião, e o segundo docente entrevistado (D2), faz o inverso: foge ao tema da Religião, por conta dos conflitos gerados pelo modelo confessional, em uma sala interconfessional. Outro fator relevante

para compreensão desses dados é o nível de ensino em que os docentes ministram suas aulas: (D2) no ensino Médio e (D3) no ensino fundamental.

Conclusão

Pelo exposto, podemos ver que a atual legislação encontra muita dificuldade em ser implementada nos moldes em que foi regulada. Principalmente com relação à dificuldade em montar turmas por credos específicos e credenciados pela SEEDUC. Apesar de todo o esforço dispensado desde o decreto em 2001, que estabelece a criação de uma comissão especialmente para seu estudo e aplicação da lei, na criação de novos cargos, como os articuladores técnicos pedagógicos e articuladores religiosos. Em um encontro entre a assessoria para o ER que participamos em abril de 2014, o avanço apontado por esta referia-se à alocação dos docentes em uma só escola.

Logo, a política educacional regulada pelo Estado do Rio de Janeiro para o ER pela lei 3.459/00 contraria as regulações federais que regem essa disciplina, qual seja a CF (1988) e a LDBEN (1996). Que determinam que o ER não tenha o caráter proselitismo. Na pesquisa constatamos que o proselitismo foi exercido na prática pedagógica. Este possibilitado pela legislação confessional, que por sua vez afronta também, o princípio da laicidade ao favorecer determinadas denominações religiosas frente outras crenças e formas de não crer.

Referências bibliográficas

ANDRÉ, M. E. D. A. de. **Etnografia da prática escolar**. Campinas: Papyrus, 2005.

BERTONI, J. C. **Da legislação a prática docente: o ensino religioso nas escolas municipais de Santos**. 2008. 280 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação. Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2008.

BONAVIDES, P.; AMARAL, R. **Textos políticos da história do Brasil**. Brasília: Vol. 8. Senado Federal, 1996.

CAIRNS, E. **O cristianismo por meio dos séculos.** Uma história da Igreja Cristã. São Paulo-SP: Sociedade Religiosa Edições Vida Nova, 1984.

CARON, L. **Políticas e práticas curriculares:** formação de professores de ensino religioso. 2007. 385f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação: Currículo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2007.

CUNHA, L. A. **Educação, Estado e democracia no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2005.

CUNHA, L. A. Confessionalismo versus laicidade no ensino público. In: SAVIANI, D. (Org.). **Estado e políticas educacionais na história da educação brasileira.** Vitória: EDUFES, 2010.

CUNHA, L. A. O Sistema Nacional de Educação e o ensino religioso nas escolas públicas. **Educ. Soc.**, n.124 v.34, Set. 2013.

LIMA, A. P. **O uso da Religião como estratégia de educação Moral em escolas públicas e privadas de Presidente prudente.** 2008. 102 f. Dissertação (Mestrado em Educação). – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2008.

MAGALDI, A. M. Entre vozes e pistas: reflexões sobre as relações família-escola nos debates educacionais brasileiros (anos 30). In: LOPES, S. de C.; CHAVES, M. W. (org.). **A história da educação em debate:** estudos comparados, profissão docente, infância, família e Igreja. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2012.

SAVIANI, D. **Política e educação no Brasil.** 66. ed. Campinas: Autores Associados, 1996.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil.** Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

STIGAR, R. **O tempo e o espaço na construção do Ensino Religioso:** um estudo sobre a concepção do Ensino Religioso na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 2009. 207f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP. 2009.

A ALIMENTAÇÃO COMO FORMA DE ABORDAGEM HISTÓRICA: REFLEXÕES SOBRE O DEBATE

*Fernando Santa Clara Viana Junior*⁹³

Introdução

O campo da história passou por diversas transformações entre as décadas de 1970 e 1980, sendo as mais expressivas aquelas relacionadas à incorporação de temas contemporâneos, à revalorização da análise qualitativa e o retorno do singular. Além disso, juntamente com o novo impulso da história cultural, a partir da terceira geração dos *Annales*, ocorreu o retorno da política à cena historiográfica. Como consequência, a história viu seu leque de objetos de pesquisa ampliados, passando a integrar um universo cada vez mais rico de temas e de abordagens. Este trabalho é herdeiro desse contexto, se associando ao campo das análises históricas que tem como ponto de partida a alimentação.

Ao estabelecer um vínculo com a antropologia e as ciências culturais, como evidencia o historiador Peter Burke, em *História Cultural* (2008), a história permitiu que viesse à tona as amplitudes dos estudos da cultura como interseção dialógica do termo. Dito de outra forma, a cultura aumentou seu hall de plurissignificações, haja vista sua apropriação também pela ciência histórica. Dentre as várias manifestações culturais, o alimento é uma das categorias essenciais.

O historiador Massimo Montanari em *Comida como Cultura* (2003), compara a alimentação à linguagem. Diante o destaque de tal importância, o alimento passou a constituir uma categoria histórica, pois os padrões de permanência e mudança dos hábitos e práticas alimentares têm referências diretas nas dinâmicas políticas, econômicas e sociais. Portanto, mais que a necessidade biológica ou nutricional, os estudos relacionados à história da alimentação procuram mergulhar no universo de significados sociais inscritos ao redor dos alimentos.

⁹³ Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo.

A emergência da alimentação e do cotidiano

No que compete à história da alimentação, as últimas décadas assistiu ao crescimento significativo de pesquisas que elegem tal temática como central às análises propostas. Apesar disso, o alimento constitui categoria de representação desde há muito.

Respeitando um processo de análise cronológica, trabalharemos com a emergência de produções sobre alimentação conforme emergiram e/ou receberam destaque. Vale evidenciarmos, portanto, que ainda na Antiguidade já encontramos obras dedicadas ao tema em si. Este é o caso do poema *Hedypatheia* (“Vida de Luxo” – 330 a.C.), atribuído ao poeta e gastrônomo grego Arquestratus (séc. IV a.C.), considerado a obra mais antiga do Ocidente relacionada à temática, que teria inclusive dado origem ao termo “gastronomia”, cujo significado é, literalmente, leis do estômago. O poema procura apontar lugares na Grécia antiga, especialmente no entorno do Mediterrâneo, para se comer bem, além de revelar antigos segredos da cozinha grega.

Entre os romanos a temática também figurou por meio da obra de Apicius “*De re Coquinaria*”, uma obra de cozinha (entendida desta maneira, já que, segundo a historiadora Wanessa Asfora (2009, p. 35), a obra de Apicius discorre sobre a cozinha “em sua concepção moderna”), ou um compêndio culinário, onde se inscrevem várias receitas, desde as romanas às gregas.

Desde então, incontáveis produções tiveram, cada uma em seu tempo, sua importância no campo da história da alimentação – fosse para apresentar lugares onde se comer bem, com ingredientes mais valorizados, ou para trazer à tona receitas das mais distintas origens – desde aquelas dos grandes cozinheiros até as executadas pelas mulheres no labor diário.

O Renascimento e a Modernidade foram períodos de suma importância para o desenvolvimento dos registros sobre a alimentação. O advento da prensa tipográfica foi um dos elementos que permitiram uma grande movimentação de informações. “Os Tratados de civilidade, os livros de práticas são exemplos, entre outros, desses gêneros que pretendem incorporar nos indivíduos os gestos necessários ou convenientes” (CHARTIER, 2002, p. 135).

Esses tais tratados ou manuais de comportamento, característicos do período, lograram proeminente espaço nas grandes cortes do período (ELIAS, 2011, p. 16). Dentre os vários apontamentos, como se come, quanto se come e o que se come eram elementos que constavam em tais escritos. A guisa dos manuais de comportamento, os livros de receita também granjearam espaço nas cozinhas aristocráticas. Certamente esses compêndios não são produtos inaugurados na modernidade, mas é nesse período que ganham lugar, não somente pela disseminação dos impressos, mas por conta da dispersão dos novos protocolos exercidos nas sociedades de corte e aristocracia, de maneira geral.

Dessa forma, tendo a Modernidademarcada como um período de grande produção de livros voltados ao labor do cozinheiro, especificamente, conseguimos ampliar o leque de percepções de contextos históricos a partir da alimentação. Dito de outra, foi este o período em que eram lançados livros que tinham por função, também, disseminar modismos ao longo da Europa, carregando consigo novos ingredientes, novas técnicas, novas maneiras de portar-se em conduzir uma refeição (REVEL, 1996, p. 171-172).

Realocar o espaço/caráter meramente servil da cozinha no imaginário moderno foi permitir que esta se tornasse um antro de criação e experimentação de novas abordagens do paladar, com o uso de novos produtos e técnicas nesse processo. Foi isso que permitiu, sem dúvidas, a ressignificação do paladar cortesão da modernidade. O próprio papel da alimentação mudou, saindo da jurisdição da medicina e adquirindo um papel mais autônomo, assim a alimentação converteu-se num prazer, não mais em uma mera prescrição.

O percurso em que seguiu a história deu à alimentação outros lugares, porém. A passagem entre os séculos XVIII e XIX produzia-se em alguns países, como na Alemanha, um retrato escrito sobre os hábitos cotidianos dos diversos grupos sociais, não mais se tratando da produção de manuais de comportamento para as elites. O período que aí se iniciou e estendeu-se até 1950 constituiu uma etapa da história das sensibilidades que ficou conhecida por “clássica” (BURKE, 2008, p. 16). A produção dos grandes clássicos *A cultura do Renascimento na Itália* (BURCKHARDT, 2009 [1860]), *Outono da Idade Média* (HUIZINGA, 1962 [1919]) e *Victorian England* (YOUNG, 1936) são as obras-primas deste tipo de abordagem, ou seja, aquela em que o “historiador pinta o retrato da época”

(BURKE, 2008, p. 19).

É, portanto, a partir de tal contexto que emerge, no século XX, o interesse pelo cotidiano, pelo comum, pelo que expressa por meio de dada cultura. No último quartel desse século definiu-se, portanto, um campo de atuação do historiador interessado em tal perspectiva: a História Cultural. Para o historiador Peter Burke,

O terreno comum dos historiadores culturais pode ser descrito como a preocupação com o simbólico e suas interpretações. Símbolos, conscientes ou não, podem ser encontrados em todos os lugares, da arte à vidacotidiana, mas a abordagem do passado em termos de simbolismo é apenas uma entre outras (BURKE, 2008, p. 10).

Entendemos a alimentação como parte inscrita no movimento ora apresentado, qual seja, o as História da Cultura, mas que ganha nuances cada vez mais específicas e próprias. Assim, buscaremos apresentar perspectivas em que a alimentação vem ganhando destaque em produções bibliográficas recentes.

A alimentação como foco da produção historiográfica

O debate em torno da temática atualmente tem reforçado a compreensão de que há, assim como na linguagem, diferenças marcantes entre as várias cozinhas existentes na atualidade e ao longo da história. Essas diferenças manifestam-se desde a escolha e na preparação dos alimentos, passando pelos modos de servir e de comportar-se à mesa. Segundo a antropóloga Paula Pinto Silva (2008, p. 15), são essas diferenças que se colocam como “boas possibilidades de se falar, para além da comida, de símbolos, regras e representações sobre o lugar em que se vive ou se imagina viver”. Em outras palavras, as diferenças expressas no ato de alimentar-se, as nuances aí envolvidas, apresentam-se como um sem-fim de possibilidades importantes de estudos a serem ampliadas.

O historiador Carlo Ginzburg evidencia a importância dos detalhes concernentes a um momento histórico, colocando-os como relevantes à explicação científica. O autor fala de uma busca por chaves de acesso privilegiadas que nos ajude a interpretar o contexto trabalhado na pesquisa. Resta-nos, portanto, a partir de nossa proposta, pesquisar sob a atmosfera dos aromas, temperos, os ritmos de cozinha descritos nos receitas de cada época.

Ao falarmos especificamente sobre os livros de cozinha, pouco – ou nada – sabia-se sobre sua importância às épocas de sua produção (especialmente antes do século XX). A relevância destes escritos está calcada no valor documental que tais produções viriam futuramente ter. Desta maneira, os livros de cozinha se perderam – exatamente por estarem nas cozinhas, se sujavam e se deterioravam com alguma facilidade.

Prevalece, nos livros de receitas, a arte de elaborar os alimentos e de lhes dar sabor e sentido. Por isso, traduz uma relação de mundo, um espaço rico em relações sociais, fazendo com que a mesa se constitua, efetivamente, num ritual de comensalidade. Como parte da cozinha, esses livros são também um espelho da sociedade, um microcosmo, que muda, transforma-se graças às influências e aos intercâmbios entre as populações, aos novos produtos e alimentos, às circulações de mercadorias e ideias.

É neste contexto que se produziram e se produzem pesquisas e registros acerca da alimentação. Analisar o cotidiano num universo de aproximações e distanciamentos, buscar nos livros de receitas, nas obras médicas que buscavam dar conta da saúde das pessoas por meio do alimento, pistas sobre o que se comia é buscar revelar à posteridade uma parte do cotidiano de outrem.

Assim, alguns autores começaram a buscar evidenciar elementos na história. Em diálogo com outras ciências, a História foi ganhando nuances própria nessa seara de produção, e conta hoje com importantes obras.

Destaca-se, nesse contexto, por sua importância basilar, a coletânea organizada pelo historiador francês Jean-Luis Flandrin (1931-2001) e pelo historiador italiano Massimo Montanari (1949-) intitulada *A História da Alimentação*. Sua publicação original data de 1996 e reúne um importante grupo de historiadores cujas pesquisas inscrevem-se nas discussões acerca do fazer cotidiano relacionado ao alimento e seu entorno, desde os primórdios até a época contemporânea. Essas pesquisas, antes pouco conhecidas para além de seus locais de origem, trouxeram à tona trabalhos consistentes que contribuíram para a afirmação desse campo de estudo. Entre os autores destacam-se nomes como Jaques Revel, Jean Paul Aron e Luís da Câmara Cascudo. A coletânea veio a somar-se a um número significativo de pesquisas desenvolvidas individualmente, inclusive pelos organizadores, tendo como foco, especialmente, o período medieval; no caso de Massimo Montanari e sobre o período moderno, foco de pesquisa de Jean-Louis

Flandrin.

No Brasil, a História da Alimentação ainda é um campo em consolidação que vem ampliando-se de forma significativa. Além dos trabalhos que muito contribuíram os estudos da história da alimentação brasileira, como *Casa-Grande & Senzala* (1933), de Gilberto Freyre, e *História da Alimentação no Brasil*, de Luís da Câmara Cascudo (1969), historiadores contemporâneos têm produzido um vasto e importante material sobre o assunto, como é o caso das produções de Carlos Roberto Antunes dos Santos e Henrique Soares Carneiro (SANTOS, 2005, p. 16).

Desta forma, o atual cenário onde se inscreve o processo de interlocução de história e alimentação tem se tornado cada vez mais frutífero. Para além de compilações e discussões a respeito dos clássicos da temática, Ulpiano Bezerra de Menezes e Henrique Carneiro (1997) buscam situar este movimento aqui no Brasil, explorando várias nuances de possibilidades desse tipo de produção em nosso país. Para Carlos Roberto Antunes (2005), a história da mesa tem chamado à atenção, o que faz com que a gastronomia receba uma atenção ao imaginário, ao simbólico e às representações inscritas nas sociabilidades ativas. Assim, a alimentação passa a figurar como um possível centro de atenção dos historiadores, o que nos permite lidarmos com uma abordagem alternativa quando às evoluções da sociedade, já que compete à História buscar essas alternativas e oferecer um suporte para a projeção de perspectivas

Vale reforçarmos, portanto, que há muitos caminhos a serem seguidos, muitas perspectivas a serem apontadas no campo da História da Alimentação. Objetivando aumentar o leque de olhares sobre determinadas culturas, determinadas práticas em determinados períodos, convocamos a alimentação como uma alternativa aos prismas clássicos da historiografia.

Conclusão

Atualmente, o campo tem ganhado notório destaque. A alimentação, portanto, é evocada como uma destas manifestações habituais, uma expressão de um microcosmo social. O objetivo do presente texto foi, então, apresentar algumas reflexões sobre a relação entre

alimentação e história na contemporaneidade, destacando sua emergência e convocando caminhos possíveis de interseção entre as áreas. Nesse ínterim, buscamos apontar as possibilidades de, por meio da interpretação de simbolismos e rituais atribuídos ao alimento e à alimentação, aferirmos as manifestações de dada sociedade em determinado período histórico.

O tema alimentação nos convoca a ir além do comer, das panelas e da cozinha. Para bem compreendê-lo é necessário conhecer os vários contextos nos quais a temática está circunscrita, seja no campo político, econômico ou sociocultural. O tempo histórico é, portanto, nosso ponto de partida e horizonte tangente para entendermos as relações suscitadas pelo ato de alimentar-se.

Referências bibliográficas

ASFORA, Wanessa. **Apício**: história da incorporação de um livro de cozinha na Alta Idade Média (séculos VIII e IX). 2009. 261 p. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo.

BURCKHARDT, Jacob [1860]. **A cultura do renascimento na Itália**: um ensaio. São Paulo: Companhia de Bolso, 2009.

BURKE, P. **O Que é História Cultural?** 2Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

CASCUDO, Luís da Câmara [1969]. **História da Alimentação no Brasil**. 4 Ed. São Paulo: Global, 2011.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**. vol. 1. 2 Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

FLANDRIN, Jean-Louis; MONTANARI, Massimo. **História da Alimentação**. São Paulo: Ed. Estação Liberdade, 1998.

FREYRE, Gilberto [1933]. **Casa-Grande & Senzala**. 49 Ed. Rio de Janeiro: Global, 2005.

HUIZINGA, Johan [1919]. **O Outono na Idade Média**. Rio de Janeiro: Zahar, 1962.

MENEZES, U. B.; CARNEIRO, H. A História da Alimentação: balizas historiográficas.

Anais do Museu Paulista, n. sér., v. 5, p. 9-91, jan./dez. 1997.

MONTANARI, M. **Comida como Cultura**. São Paulo: Senac, 2008.

REVEL, Jean-François. **Um Banquete de Palavras**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. A Alimentação e seu lugar na História: os tempos da memória gustativa. **História: Questões e Debates**, n. 42, p. 11-31, 2005.

SILVA, Paula Pinto e. Introdução – A arte do cozinheiro. In: RODRIGUES, Domingos. **Arte de Cozinha**. Rio de Janeiro: Ed Senac Rio, 2008, p. 13-47.

YOUNG, G. M. **Victorian England**. 1936.

ARGUMENTO: ENTENDER E INTERVIR NO MUNDO

Flávia Beatriz Ferreira de Nazareth⁹⁴

Introdução

Esse trabalho busca compartilhar a vivência passada pelos meus alunos de Estágio Supervisionado 2 e eu, no segundo semestre de 2015 na Universidade do Rio de Janeiro na Faculdade de Formação de Professores (São Gonçalo) no curso de História. A expectativa da proposta de tal disciplina é que o aluno consiga formular sua primeira aula junto a alunos de escolas públicas (Municipal, Estadual ou Federal) do Ensino Fundamental 2. O repertório obrigatório neste estágio a ser apresentado aos futuros professores é a construção do plano de aula e o relatório de atividades junto ao professor da escola escolhida para a feitura do estágio.

A minha intenção, o meu planejamento, era assumir o argumento “entender e intervir no mundo” de maneira contundente. Por isso lancei questões sobre o que seria uma aula de história ideal, promovi uma discussão sobre teoria crítica e inovadora para combater o senso comum sobre o que seria uma aula de história e lancei mão da estratégia do uso de técnicas de produção de cinema (a princípio animação) para fomentar a interpretação do conhecimento em história para além da ilustração com imagens em movimento.

Adianto que minha proposta do uso metodológico do cinema foi totalmente fracassada, porém os debates sobre a necessidade de inovações não somente de temas históricos, mas também de teorias e metodologias para o seu ensino. Enquanto prática reflexiva teórica a disciplina atingiu o seu objetivo, já a sua tentativa de estimular a realizações diferenciadas não houve nenhum impacto. Essa contradição me remeteu a letra da música “Argumento”, de Paulinho da Viola, na qual ele polemiza sobre a modernização do samba proposta por Benito de Paula. Diz Paulinho da Viola que inovar é importante, porém inovar muito pode deixar as pessoas sem a referência do que seria o samba “não altere o samba tanto assim, olha que a rapaziada está sentindo a falta do cavaco, do

⁹⁴ Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Doutora em História Social pela Universidade Federal Fluminense.

pandeiro e do tamborim”.

A sugestão da música é seguir como o velho marinheiro que durante o nevoeiro leva o barco de vagar. Que interessante! Os meus alunos agiram, como prescrito na canção. Diante da possibilidade de primeira inserção autoral na sua futura profissão, a confecção do plano de aula eles recuaram e traçaram estratégias que para eles lhes pareciam mais seguras, aulas exclusivamente expositivas. Esse fenômeno me chamou a atenção para uma auto-reflexão como professora de Teoria e Metodologia para o Ensino de História.

Ao ler os relatórios de estágio dos alunos essa situação se agravou, pois lá aparecia formalmente toda a discussão da sala e inclusive a indicação de produção de cinema animação como um caminho para estimular a autonomia dos alunos no sentido de interpretação da escrita da história.

Cabe um breve esclarecimento metodológico do uso do cinema de animação no esforço de estimular uma autonomia intelectual do aluno. A equipe do Animamundi (Rio de Janeiro) oferece oficinas de animação para professores no projeto com a Prefeitura do Rio de Janeiro, gratuito, chamado Anima Escola e também oferece o curso, pago, de Animação para Professores. É interessante sublinhar que segundo um dos fundadores do Animamundi Marcos Magalhães o uso da animação junto aos alunos tem 100% de chance de sucesso como proposta pedagógica, pois animar o que quer que seja encanta a qualquer pessoa que experimenta essa técnica/arte.

O que fazer diante dessa pilha de relatórios que apontam para esse descompasso entre o esforço intelectual em um sentido e a prática pedagógica em outro sentido? Resolvi compartilhar no campo acadêmico essa inquietação.

A seguir passo a analisar três provas aulas. O critério de escolha não foi a excelência ou o seu contrário, escolhi os casos que tinham questões importantes para serem comentadas e que demonstraram esforço de inovação, dentro dos limites aqui já explicitados.

Apresentação e estudo de casos

A dinâmica dessa seção será apresentar três casos e comentá-los, sempre buscando

situar as situações dando um sentido de compreensão e dialogo, nunca julgando ou desqualificando qualquer tentativa de “entender e intervir no mundo” dos próprios alunos. Acredito que essa reflexão vem ao encontro de uma proposta e inquietação maior hoje presente no campo do ensino: formação de professores e dinâmicas internas das escolas.

1) João Pedro Martins

O aluno João Pedro Martins escolheu para desenvolver seu Estágio Supervisionado 2 a escola Municipal Rachilde da Glória Salim Saker, no Município de Niterói onde o mesmo cursou o seu Ensino Fundamental. Lá foi recepcionado pelo professor Alessandro que contava com apoio da coordenação pedagógica e com uma boa infraestrutura escolar. Inclusive houve, por parte do professor Alessandro, uma conversa junto a turma sobre a importância na carreira de magistério da aula que seria dada pelo João Pedro.

Segundo o próprio João Pedro, sua prova-aula foi uma “experiência orgânica” e as atividades por ele proposta não foi contemplada por conta da antecipação do fim do ano letivo. Assumindo a postura de que todos são intelectuais, promove uma reflexão sobre a produção da sua atividade “... repousa numa linha tênue entre a tradição e a vanguarda, ou, nas palavras de Mario de Andrade: ‘ninguém pode se libertar duma só vez das teoria-avós que bebeu’”.

Tal passagem demonstra maturidade na concepção do que seria um professor. Podemos entender um pouco esse amadurecimento por conta dela já está inserido no campo escolar por conta de projetos anteriores que participou como bolsista.

O tema da aula foi Guerra Fria, utilizou a power point para mostrar fotografias, história em quadrinhos (Capitão América) e trailer de filmes (como Rock e James Bond) para ilustrar a sua fala. Também entregou aos alunos um texto com conteúdo para ir lendo ao longo de sua exposição. A aula, que tinha um sentido de revisar o conteúdo já trabalhado pelo professor Alessandro, foi excelente e a turma se envolveu de maneira satisfatória. A preparação do aluno como um todo durante o Estágio Supervisionado 2 resultou na sua boa apresentação.

2) Aline Costa Santos

Aline Costa realizou o seu Estágio Supervisionado e na Escola de Aplicação da UERJ, CAP UERJ, no Rio Cumprido junto ao professor Leonardo. Foi a primeira vez em que ela havia estado em uma escola como aluno de licenciatura em História, ela relata que esse fato de acumular a experiência de observação e regência atrapalhou o andamento de sua prova aula.

A estrutura da escola é muito boa. A direção, coordenação, professor e alunos estão acostumados a rotina de recepção de alunos estagiários, os alunos preparados para assistirem a aula de regência. Contudo, houve um imprevisto no dia marcado para a prova de regência de Aline, foi o mesmo dia da Prova Brasil e para que os alunos relaxassem após o teste o colégio organizou um sarau musical para os seus alunos. Essa atividade estava acontecendo simultaneamente a aula de regência, fato que a intimidou bastante.

O professor Leonardo conversou com a turma sobre a importância daquela aula de regência e os alunos permaneceram em sala, mas pouco mobilizados.

A proposta para a turma do 9º Ano era identificar o uso da Segunda Guerra Mundial como uma estratégia de Política Externa de visibilidade internacional no governo Vargas. O tema estava teoricamente bem tratado, ela optou por uma aula expositiva e ficou bastante nervosa.

Quando percebeu a apatia da turma, ela já acompanhava esse grupo durante todo o semestre de Estágio Supervisionado 2 e disse que esperava outra postura. Afinal, o tema da aula havia sido desenhado para aprofundar as questões tratadas pelo professor ao longo do bimestre. Em um momento, aparentemente, de improviso Aline começa a falar da relação entre a construção do aeroporto de Natal e a disseminação da Coca-Cola, incluindo a primeira instalação de uma fábrica do refrigerante na região nordeste.

Quando ela desenvolveu um breve raciocínio (ensaístico?) sobre a popularização da bebida como um sintoma de americanização a turma se envolveu, ela conseguiu durante alguns minutos a atenção dos alunos para um tema “despretensioso”. Uso essa expressão, “despretensioso” para indicar que aquele tema apresentado não lograria a ser algo que cairia em uma avaliação ou estava previsto no conteúdo programático, porém estava ligada a imagem de mundo do aluno e, por isso, aguçou a sua curiosidade.

Como disse anteriormente, o conteúdo proposto para aquela aula era bem complexo e a “ideia” central bem adaptada a linguagem da seria que estava sendo proposta. O que faltou a minha aluna Aline foi assumir o risco da inovação. Ao invés de apresentar o tema de maneira tão formal, poderia ter escolhido a “História da Coca-Cola” e a partir desse chamariz desenvolver o conteúdo do papel internacional do Brasil na Segunda Guerra Mundial.

Em seu relatório, diz não ter gostado da aula que lecionou. Foi bastante crítica a estrutura do Estágio Supervisionado, de modo geral, e se queixou da falta de possibilidade de todos os alunos terem contado com as escolas antes de chegar ao fim do curso de licenciatura, pois, segundo seu relato, a oportunidade de estágios dessa natureza é bem pequena.

3) Farlen de Jesus Nogueira:

Farlen Nogueira escolheu o CIEP 413, Adão de Paiva Neto no bairro de Neves (São Gonçalo), acompanhou a professora do 8º Ano Camilla Aguiar. Nessa escola ele já havia trabalhado anteriormente em bolsas de iniciação a docência da UERJ e desenvolveu atividades culturais, festival de musica e poesia. Essas atividades, como ele relatou, potencializava a socialização dos alunos.

A aula iniciou-se com atraso, fora do horário definido do horário escolar. O motivo de tal atraso foi que a pessoa responsável pela sala multimídia estava no almoço. Os alunos estavam curtindo um clima de aula vaga quando foram colocados na sala de aula pela professora. A recomendação da Camilla era que a prova de aula do estagiário Farlen era um revisão para prova que ocorreria ainda naquele dia.

Para Farlen a estratégia de promover uma revisão de conteúdo para prova parecia uma boa estratégia. O tema de sua aula foi “A Europa no século XIX: A formação das ideias socialistas e liberais.” Baseou a sua fala na leitura de power point, o que deixou a turma agitada por conta da necessidade do uso da meia luz para eficiência do aparato tecnológico. A aula ficou morosa.

Um fato curioso aconteceu durante a regência, desconcertando a todos. A professora regente, o aluno estagiário (que tem muita fluência em lidar com o público) e eu mesma.

Durante a explicação sobre o socialismo real, um aluno que parecia mais o mais velho da turma levanta a mão e inicia todo um discurso raivoso de meritocracia. Farlen ainda tenta ponderar, porém outros alunos apoiam a fala de meritocracia, sobretudo a fala de melhores salários para quem estuda mais e tem uma vida mais correta, como, por exemplo, médicos e advogados.

Diante dessas colocações a professora prefere interromper a aula. Em seu relatório Farlen faz um reflexõesobre a complexa relação entre a práxis da vivência acadêmica e o espaço de produção de conhecimento do aluno na sala de aula. A resposta a esse acontecimento não é imediata, porém a sua constatação e registro é perturbadora.

Conclusão

O breve registro das experiências dos alunos e minha foi no sentido de salientar questões do cotidiano escolar muitas das vezes não abordadas teoricamente. A tendência desse estudo é se ampliar a cada semestre da disciplina.

Na conclusão acabo por levantar mais hipóteses do que realmente propondo o fechamento das questões. Primeiro, reforço a importância das aulas teóricas discutidas na sala de aula durante o Estágio Supervisionado 2 que, de certo modo, busca antevê algumas situações. Todavia, a experiência prática nos coloca outras questões imprevisíveis que dependem de soluções espontâneas, criativas e inovadoras, pois, caso contrário, diante de um imprevisto agimos fortalecendo as antigas soluções, observei em todas as aulas de regência que os alunos buscavam construir um caminho alternativo a evocação da autoridade docente para desenvolver a sua aula.

Outro ponto importante, o registro desses pequenos casos iniciais é o princípio de uma investigação um pouco intuitiva, porque ainda bem inicial, daquele lugar social de interseção entre a estrutura escolar, posicionamento teórico e metodológico do professor regente da turma e do aluno estagiário e os alunos da escola. É um lugar enevoado não muito claro, porém provocador de instabilidades ou estabilidades propícias para o bom desenvolver do processo de ensino e aprendizagem.

Assim busco um caminho para entender e intervir no mundo do ensino de história,

sobretudo na relação entre teoria e prática do mesmo. O meu interesse é o espaço da relação, o entre: entre o ensino e a aprendizagem, entre prática e a teoria e entre a compreensão de aula que busco passar para os meus alunos e o entendimento deles a minha proposta.

Nessa dinâmica a noção de sucesso e fracasso não cabe como adjetivos da análise, mas sim como ponto de partida para o diagnóstico mais acurado da realidade a qual temos como pressuposto a intervenção. O problema de não alcançar os objetivos estipuladas para as aulas, aqui é visto como um descompasso e não fracasso, afinal muitos fatores objetivos e subjetivos entram para concorrer a interpretação da realidade.

Porque minha intenção de aula não se tornou concreta e nenhuma atividade dos meus alunos?, Porque uma aula de sucesso indica fatores complexos entre o tradicional e o inovador?, Porque falar de temas tradicionais e não inovar? E, por fim, porque uma aula sobre socialismo não iria interessar as classes sociais mais prejudicadas pelo capitalismo? Colocar a resposta exclusivamente sob o ponto de vista do trabalho docente ou sob o ponto de vista dos alunos é uma análise bastante reduzida. O caminho que indico (e começo a tatear) procura uma diferente abordagem do ensino da prática de ensino em história, ainda embrionária e com o sentido de reforçar a ideia de que as aulas de história são narrativas autorais (do professor) e aí sim alterar o entendimento do “ensino de história” no sentido de mudar as bases da disciplina tradicionalmente entendida como um espaço para erudição do alunado para um espaço de dialogo, transformação e incentivo de interferência do mesmo.

Referências bibliográficas

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e Métodos**. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o Ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

CARRETERO, Mario. **Construir e Ensinar: As Ciências Sociais e a História**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

CERQUEIRA FILHO, Gisálio e NEDER, Gizlene. **Emoção e Política (a)ventura e imaginação sociológica para o século XXI**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1997.

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e Prática de Ensino de História**. Campinas:Papirus Editora, 2005.

FONSECA, Selva Guimarães. **Caminhos da História Ensinada**. Campinas: Editora Papirus, 1993.

MONTEIRO, Ana Maria (org). **Ensino de História: Sujeitos, Saberes e Práticas**. Mauad, 2007.

ROCHA, Ubiratan. **História, currículo e cotidiano escolar**. São Paulo: Cortez Editora, 2002.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro e RESENDE, Maria Gonçalves de. **Escola: Espaço do Projeto Político-Pedagógico**. Campinas: Papirus Editora, 1988.

A POLÍTICA EXTERNA DE FREDERICO, O GRANDE, NO PRUSSIANISMO DE JOHANN GUSTAV DROYSEN

*Francesco Guerra*⁹⁵

A figura de Frederico, o Grande, é apresentada por Droysen, em detalhes, especialmente a partir do primeiro volume da quinta parte da *Geschichte der preußischen Politik*, dedicado ao rei da Prússia. A partir da tomada de posse do trono, Frederico II começa uma nova época, porque ele soube entender antes de seus contemporâneos a direção da corrente da história, encarnando pensamentos que até então careciam de um intérprete⁹⁶. A importância de Frederico da Prússia é tal que ele representou um ponto de virada não só para seu país, mas de forma geral para a *deutsche Frage*. Em ideal assonância com quanto afirmado sobre Alexandre, o Grande, na *Geschichte Alexanders des Großen* no 1833 Droysen confere às ações do rei um caráter universal que transcende a Prússia e a Alemanha, como também as condições gerais de poder e o sistema de Estados.

O seu foi um ato político que uma vez iniciado pôde propagar-se em camadas cada vez mais profundas e em distâncias cada vez maiores, abrindo espaço para o novo por meio de libertações, revoltas e choques violentos de modo a liquidar "a confusão de séculos, para construir, a partir de novos pensamentos, de novas maneiras, o novo mundo. Ao período de Frederico segue aquele de Washington e o da Revolução Francesa" (DROYSEN, 1874, p. 5)⁹⁷. Do ponto de vista político, pode-se dizer que Droysen vê na Prússia de Frederico a aurora de uma nova era, cujas vibrações se estenderiam no tempo e espaço para inspirar as ações de George Washington e os acontecimentos da Revolução Francesa. Mas o que une esses personagens e eventos, senão o fato de que por meio deles o novum pode se estabelecer na história?

Aos olhos de Droysen, Frederico, Washington e a Revolução Francesa estão unidos pelo

⁹⁵ Professor da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás, PNPd - PPGH Capes.

⁹⁶ HEGEL, 2003, p. 358.

⁹⁷ Com o intuito de rebater possíveis críticas que poderiam ser feitas contra uma exposição histórica deste tipo, Droysen afirma: "Uma coisa é a série de efeitos que este príncipe lançou, outra aquilo que ele quis e fez e como ele o fez. Apenas isso pertence à história prussiana". (DROYSEN, 1874, p. 5).

fato de serem opostos àquele sistema injusto, arrogante e desprovido de qualquer legitimidade no plano político e histórico, que regeu as relações internacionais e que era baseado no poder exercido pelas grandes potências (*Großmächte*). Na base deste poder, nesse sentido anacrônico, haveria só a defesa dos interesses dinásticos, que, desde o Congresso de Viena, na transversalidade deles, havia realizado uma intrincada rede de poderes. Esse quadro, no tocante ao território alemão, parecia ser uma espécie de vítima predestinada.

Essas reflexões devem ser lidas em continuidade com as análises realizadas por Droysen na primeira elaboração da *Historik* em termos de equilíbrio de forças entre os Estados e que derivavam da ausência substancial de um direito internacional legitimado e respeitado. Do direito privado ao público e internacional há situações em que o encontro entre sujeitos diferentes permite definir limites legais específicos. Tais limites são estabelecidos através de um contrato, por meio de elaboração de jurisprudência ou com a instituição de um novo direito através da autodefesa, em outras palavras, o mais forte submete ao contrato o mais fraco.

As dificuldades surgem quando, como no caso das relações internacionais, aparecem sujeitos jurídicos que não reconhecem nenhum poder público acima deles, porque eles próprios representam tal poder; esse é o caso dos Estados. Aqui a força constitui "a base das relações de direito". Embora Droysen pensasse que pelo direito do mais forte tivesse sempre de passar à afirmação da força do direito, ele não esconde que um tal ponto de chegada pode ter um longo caminho à sua frente (DROYSEN, 1994, p. 488-489). Estas considerações ajudam a compreender as suas diferentes posições sobre a articulação do poder no interior do Estado e as situações que poderiam surgir nas relações interestatais.

Por outro lado, a ausência de um direito internacional capaz de regular os equilíbrios de força entre Estados pode ligar-se a sua exaltação, recorrente após o fracasso da *Nationalversammlung* de Frankfurt, do Estado prussiano e também parece dar conta de um certo realismo político, que às vezes emerge das páginas do professor pomerânio.

Portanto, a declaração da ausência de uma legislação eficaz em nível internacional parece ter como corolário o reconhecimento da fraqueza de cada Estado alemão, bem como a exposição deles em tornar-se vítimas das políticas expansionistas de outros

países, especialmente dos países vizinhos. Droysen, desde o tempo da elaboração em Kiel do trabalho dedicado aos *Freiheitskriege*, estava convencido de que a potência, entendida como a capacidade de defesa de um Estado, ou seja, como aquela opção específica, que, sozinha, poderá garantir-lhe uma liberdade e uma soberania duradoura, é o que, em última instância, rege as relações internacionais⁹⁸.

Levando em conta o que até agora foi observado, para Droysen, a história pode progredir somente através da ação daqueles que poderíamos definir pelo termo *Geschichtsbeweger* (Frederico, o Grande, Washington), cujas idéias revelaram-se dotadas de uma força superior à outras, de modo que elas podem realizar-se no mundo real. Não é uma questão de culto sinistro da personalidade, interpretada como o alfa e o ômega da história, mas de uma forma de compreensão histórica, cujo pano de fundo teológico parecia remeter àquela especial mistura entre âmbito histórico, político e religioso frequente na historiografia droyseniana.

Frederico, o Grande, tentou quebrar o sistema de defesa dos interesses dinásticos e trazer a Prússia para o círculo das grandes potências, com a Liga dos príncipes, apresentou um primeiro projeto de unificação, mas, acima de tudo, pelo fato de suas ações terem sido coroadas de êxito teve de demonstrar sua potência perante os inimigos, exaltando a Prússia⁹⁹. O rei, também ajudado pela sorte, que, para as personalidades históricas droysenianas da história não poderia faltar, soube agarrar os pensamentos que a sua época lhe tinha disponibilizado.

Ele, nas condições dos Estados restantes, nas falsas relações e nos conflitos das potências na crise do sistema Estatal que se aproximava, viu a oportunidade de apresentar o significado real da Prússia, pois esta tinha sofrido na forma mais grave a aversão e a arrogância das grandes potências, o que lhe ofereceu a oportunidade para dar os primeiros passos diplomáticos. Mesmo no caso de Frederico, o Grande, Droysen adota o modelo interpretativo já utilizado nesse mesmo trabalho para descrever o

⁹⁸ Cf. DROYSEN, 1994, p. 490-98.

⁹⁹ Sempre a partir da situação europeia, que foi criada após a Paz de Westphalia, Droysen enfatiza as graves lacunas na jurisdição interestatal: "(...) O direito internacional, que teria de estabelecer a ordem e regular de maneira duradoura a nova comunidade do mundo estatal cristão, por um longo tempo foi resolvido só nos tratados entre estados e ainda não tinha obtido nos interesses e convicções comuns dos povos uma vida própria e um princípio, que fosse capaz de modelar algo. Por isso permaneceu um esquema vazio, incapaz de comprometer os fortes e proteger os fracos; não evoluído como era, onde quer que a casuística de direito civil se impôs também nas questões relacionadas ao direito público e à política". (DROYSEN, 1874: 6).

sujeito e a obra política realizada pelo grande eleitor Frederico Guilherme, enquanto no fundo permanece a Guerra dos Trinta Anos com os efeitos de longa duração a que tinha dado início¹⁰⁰.

Frederico aproveitou a situação de crise nas relações entre os *Großmächte*, e mais ainda o período conturbado em que a idéia do Estado, no seu conjunto, estava atravessando na Europa, para criar espaço para as aspirações políticas e militares da Prússia. Aspirações motivadas pelo ressentimento que a Prússia e vários Estados alemães sentiam em relação a essas grandes potências, que tinham escolhido o território alemão como teatro de suas campanhas militares com consequências desastrosas para as populações e uma flagrante violação da sua soberania. Para pôr fim aos abusos dos outros Estados europeus, o historiador pomerânio acredita que não haja outra solução senão aquela já apresentada pelo grande eleitor e por Frederico II: transformar a Prússia numa grande potência, eficiente administrativamente e poderosa em nível militar. Como Alexander tinha subtraído a Grécia ao domínio da Pérsia, unificando-a sob o poder macedônio, Frederico teria começado a 'prussianização' do território alemão para subtrai-lo ao domínio das *Großmächte*¹⁰¹.

Droysen resume a perspectiva de Frederico II sobre os acontecimentos políticos de sua época num parágrafo intitulado *Friedrichs II. politische Umschau*. Nesta fase, Frederico II percebeu que o quadro da política europeia cada vez mais estava se delineando como um conflito entre a França e a Inglaterra.

¹⁰⁰ Na terceira parte da *Geschichte der preußischen Politik* encontra-se a exposição mais completa da política de Frederico Guilherme. Droysen ali traça uma linha entre o Estado territorial de Brandemburgo, a Prússia e aquilo que a partir daí se manteria em um futuro Estado alemão. Frederico Guilherme é nesta leitura o ponto central, porque com ele "a história territorial da casa de Brandemburgo termina e começa a história do Estado prussiano". DROYSEN, 1870²: *Einleitung* (as páginas da *Einleitung*, a partir do qual a citação é tomada, são desprovidas de numeração). "Uma passagem ainda mais relevante porque se originou durante as Guerra dos Trinta Anos, depois que o eleitorado tinha sido governado por um soberano fraco como Jorge Guilherme, para realizar-se inteiramente nos anos difíceis que se seguiram aquela guerra. Frederico Guilherme foi o verdadeiro criador da Prússia, um Estado que nasceu no meio dos horrores da guerra e que tinha visto "a ruína de todas as leis, de toda civilização e bem-estar, o horror de um fim geral". *Ibidem*. Sobre este discurso, Ver FLENLEY, 1965, p. 51-62. Finalmente sobre a figura de Frederico Guilherme Ver DROYSEN, 1870, p. VII; DROYSEN, 1871², p. 371-73.

⁶ "A revolução de março finalmente pareceu entregar nas mãos da nação o seu destino. "A unidade alemã" era a fórmula mágica que prometia curar-nos de todo o mal. Este não é o lugar para discutir a história dolorosa da Assembleia Nacional de Frankfurt. Foi mostrado que a idéia de unidade nacional, não digo que seja falsa ou ilusória, mas ainda não é mais tão poderosa quanto o hábito à fragmentação e ao encanto de suas pequenas vantagens, de suas nefastas rivalidades, de sua, poderia dizer-se, tendência suicida de ante do mal feitos aos outros. Ela produziu efeitos, de que ela própria vai ser o resultado". DROYSEN, 1933, p. 222.

Essa polarização, na perspectiva de novas relações de poder entre os Estados europeus, teve de ser evitada a fim de não sucumbir "ou à dominação mercantil da Inglaterra ou à política da França" (DROYSEN, 1933, p. 222). A Paz de Breslau pareceu ser a sanção política que o monarca da Prússia perseguia desde a sua coroação: habituar os gabinetes da Europa a ver a Prússia não mais como a menor das grandes potências, mas na mesma posição delas¹⁰². Mediante aquela paz não só foi mantida a estrutura antiga dos Estados, que a Inglaterra tinha solicitado a corte de Viena, mas o resultado mais importante foi "um novo Estado militar, protestante e alemão (...) acrescentado à série das potências prominentes" (DROYSEN, 1876, p. 113-114).

Com anedotas e boatos procurou-se de todas as maneiras desacreditar a imagem política de Frederico da Prússia, mas isso não produziu os efeitos desejados. Procurou-se ainda mostrar com novos elementos probatórios que ele era o príncipe mais ambicioso, perigoso e traiçoeiro que a história havia conhecido, estimando que todos os seus esforços no âmbito internacional fossem destinados apenas a conquistar novos territórios para o seu Estado (DROYSEN, 1876, p. 113-114). Apesar disso,

Nas declarações mais íntimas do rei não há qualquer vestígio de tais pensamentos. Na verdade, ele escreveu em 1746 em sua história desses anos: "Toda a minha atenção tinha sido dirigida apenas para manter o imperador honestamente em seu lugar e a estabelecer a paz mundial; eu pedi moderação a todas as potências, eu tentei acalmar umas e refrear outras. Com isso esperava como consequência que o óleo não fosse mais jogado no fogo; sem comida para fazer, o fogo se apagaria" (DROYSEN, 1876, p. 113-114).

A Prússia de Frederico, pensa Droysen, particularmente de 1740 a 1756, tinha algo mais relativo aos Estados e outras potências, porque entendeu e tentou resolver o problema que teria perturbado este século e os subsequentes (DROYSEN, 1881, p. 6). Através de uma linguagem evocativa e nunca totalmente esclarecedora, Droysen refere-se, de certo modo, à substância teórica da sua *Geschichte der preussischen Politik*: a questão nacional.

¹⁰² Cf. DROYSEN, 1876, p. 113-14. Na realidade se tratou de um armistício; todavia, a paz foi consolidada pouco depois. Droysen ainda observa: "Como é difícil para os contemporâneos reconhecer e aceitar na confusão dos eventos que os fatos, certamente mais que apenas fatos, sejam efeitos e tornem-se causa, que sejam concluídos e realizados em seus princípios e que, a partir de agora, deve ser levados em conta". (DROYSEN, 1876, p. 113). A primeira Guerra da Silésia (1740-1742) foi parte da Guerra de Sucessão Austríaca, travada entre 1740 e 1748, tendo de um lado Prússia, Baviera, França, Saxônia, Colônia, Espanha, Suécia e o Reino das Duas Sicílias, de outro os exércitos dos Habsburgos e seus aliados (Grã-Bretanha, Reino da Sardenha, Holanda e Rússia). O objetivo declarado de Frederico era a Silésia, que era parte dos domínios austríacos. Após duas campanhas, travadas respectivamente em 1741 e em 1742, em 11 de junho de 1742 foi assinado, em Wroclaw, o armistício, no qual a Baixa Silésia, a Alta Silésia até o rio Opava e o condado da Boémia de Glatz foram atribuídos à Prússia. Em 28 de julho, finalmente, a paz de Berlim confirmou os acordos alcançados em Wroclaw.

A Prússia de Frederico, o Grande, elaborou em termos concretos uma semelhante questão, ainda que sem unificar o fragmentado território alemão num Estado nacional sob a égide da monarquia prussiana:

Esse Estado não tinha surgido da vontade e do empenho de uma nação, que buscava novas formas para a sua existência política, nem com base numa única confissão religiosa, de um território naturalmente similar e compacto ou de interesses iguais ou que se integravam. Ele não era a dominação de um país ou de um povo sobre outro, que tinha subjogado, nem a livre união pessoal de diferentes coroas e países. Menos ainda tinham-no combinações de política geral ou previdentes decisões de proeminentes potências. O seu princípio se dá quando, mesmo no meio dos choques violentos da Guerra dos Trinta Anos, a forte vontade e a mão segura de um príncipe reuniram monarquicamente os direitos dinásticos, de que ele era o herdeiro, e deram forma à unidade Estatal (DROYSEN, 1881, p. 31-32)¹⁰³.

Não se trata de encontrar uma causa principal, como poderia ser o "fundamento de uma única confissão religiosa", "um território naturalmente similar e compacto" ou a presença de "interesses iguais ou que se integram", sequer uma necessidade percebida para criar o Estado a partir "da vontade e do compromisso de uma nação" à procura de novas formas de existência política, e muito menos o resultado de escolhas feitas pelas grandes potências à custa, e não para benefício, do território prussiano. De novo, o progresso é por Droysen confiado a um desses indivíduos históricos, que na sua reflexão parecem sempre ultrapassar o espaço-tempo que ocupam¹⁰⁴.

Afinal de contas, era uma posição totalmente coerente com as mesmas opiniões políticas expressas pelo professor pomerânio. A figura do indivíduo que, antes daqueles que o rodeiam, reconhece a direção da corrente da história, compreende as necessidades da sua época e pode realizá-las, reconduz à droyseniana desconfiança em relação à massa ativa e agente na história, bem como em relação a uma ordem democrática do Estado que em nível formal sancionaria o poder expresso por esta massa¹⁰⁵.

¹⁰³ A referência de Droysen é ao grande eleitor Frederico Guilherme, cujo projeto político de fortalecimento da Prússia e unidade da Alemanha seria retomado e parcialmente realizado por Frederico II.

¹⁰⁴ Embora esta parte de seu trabalho seja dedicada à figura de Frederico, o Grande, Droysen aqui faz uma nova referência ao grande eleitor Frederico Guilherme, fundador do Estado prussiano.

¹⁰⁵ Em geral sobre o pensamento político de Droysen Ver: GILBERT, 1931, p. VII-VIII; BRAVO, 1968, p. 278-279; HARDTWIG, 1980, p. 277-80. Seja permitido por último remeter ao prussianesimo de Droysen no seguintes ensaios: GUERRA, 2008, p. 567-633; GUERRA, 2013, p. 59-70; GUERRA, 2014.

Referências bibliográficas

BRAVO, Benedetto, **Philologie, histoire, philosophie de l'histoire. Etude sur J.G. Droysen historien de l'antiquité**. Wrocklaw-Varsovie-Cracovie: Zaklad Narodowy Imienia Ossolinskich. Wydawnictwo Polskiej Akademii Nauk., 1968.

DROYSEN, Johann Gustav. **Geschichte der preußischen Politik**, 15 voll., Leipzig: Verlag von Veit & Comp., 1855/1886.

DROYSEN, Johann Gustav. **Der Staat der großen Kurfürsten**, in **Geschichte der preußischen Politik**, III/I/I, Leipzig: Verlag von Veit & Comp., 1870².

DROYSEN, Johann Gustav. **Zur Geschichte Friedrichs I und Friedrich Wilhelms I von Preußen**, in **Geschichte der preußischen Politik**, IV/IV/IV, Leipzig: Verlag von Veit & Comp., 1870.

DROYSEN, Johann Gustav. **Der Staat des großen Kurfürsten**, in **Geschichte der preußischen Politik**, III/II/II, Leipzig: Verlag von Veit & Comp., 1871².

DROYSEN, Johann Gustav. **Friedrich der Große**, em **Geschichte der preußischen Politik** V/I, Leipzig: Verlag von Veit & Comp., 1874.

DROYSEN, Johann Gustav. **Friedrich der Große**, in **Geschichte der preußischen Politik**, V/II, Leipzig: Verlag von Veit & Comp., 1876.

DROYSEN, Johann Gustav. **Friedrich der Große**, in **Geschichte der preußischen Politik**, V/III, Leipzig: Verlag von Veit & Comp., 1881.

DROYSEN, Johann Gustav. **Istorica** (1857), CAIANIELLO, Silvia (organizado por), Napoli: Guida, 1994.

DROYSEN, Johann Gustav. **Politische Schriften**, hrsg. v. GILBERT, Felix, München-Berlin: Verlag von R. Oldenbourg, 1933.

FLENLEY, Robert, **Storia della Germania. Dalla Riforma ai nostri giorni**, Milano: Garzanti, 1965.

GILBERT, Felix, **Johann Gustav Droysen und die preussisch-deutsche Frage**, München-

Berlin: Verlag von R. Oldenbourg, 1931.

GUERRA, Francesco, **Questa fu la Prussia. Il carteggio tra Johann Gustav Droysen e Heinrich von Treitschke**, in «Annali dell'Istituto Italiano per gli Studi Storici», XXIII (2008), pp. 567-633.

_____. **Riflessioni sul prussianesimo di Johann Gustav Droysen**, in «Ricerche di storia politica», 16 (2013), pp. 59-70.

_____. **Il (Super)Reich prussiano e luterano di Droysen tra Macht e Friedenspolitik**, Roma: Aracne, 2014.

HARDTWIG, Wolfgang, **Von Preußens Aufgabe in Deutschland zu Deutschlands Aufgabe in der Welt. Liberalismus und Borussianisches Geschichtsbild Zwischen Revolution und Imperialismus**, in «Historische Zeitschrift», 231 (1980), pp. 277-80.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich, **Lezioni sulla filosofia della storia**, BONACINA, Giovanni, e SICHIROLLO, Livio (organizado por), Roma-Bari: Laterza, 2003.

BENEDITINOS VANNISTAS: ERUDIÇÃO, REFORMA E O CASO DE DOM CALMET

Gabriel Elysio Maia Braga¹⁰⁶

O presente trabalho decorre de uma pesquisa que foi iniciada ainda na graduação e que já dura dois anos. Procuramos compreender primeiramente o contexto em que foram recebidos, pelo ocidente europeu, os primeiros relatos sobre mortos-vivos causadores de malefício, em especial os mortos sugadores de sangue, posteriormente denominados de vampiros. A França, em especial, foi um local que comportou essas discussões e investigações sobre temas que lidavam com o sobrenatural.

Muito antes de *Drácula* (1897) ser escrito, os vampiros assombravam os povos dos Bálcãs e perturbavam as mentes de pensadores ocidentais, que buscavam desenvolver um sistema explicativo que partisse da natureza e que pudesse dar conta de tais lendas, descreditando-as ao mesmo tempo. O periódico *Le Mercure Galant* foi um dos principais receptores de artigos cujos temas pairavam sobre alguma investigação sobrenatural.

Dom Augustin Calmet foi o nome mais famoso dentre os homens de letras que lidaram com a temática vampiresca. Antes de comentar sobre seu tratado¹⁰⁷, publicado em 1751 – uma terceira edição de sua dissertação publicada originalmente em 1746 – é importante situarmos seu local de fala: a ordem beneditina, em especial a abadia de Saint-Vanne. Embora tenha sido abade de Senon, o monge pesquisador teve sua formação na congregação de Saint-Vanne et Saint Hydulphe.

O historiador francês Gérard Michaux (1989), considera a reforma vannista a mais importante reforma religiosa ocorrida na Lorena. A congregação de Saint-Vanne et Saint-Hydulphe foi erigida, a partir da união dessas duas – anteriormente independentes – abadias, pelo papa Clemente VIII em 7 de abril de 1604. O nome principal responsável pela reforma foi dom Didier de la Cour, de uma importante família lorena. Esse beneditino buscou retornar a regra original de São Bento, tal como aspiraram outros

¹⁰⁶ Mestrando em História na Universidade Federal do Paraná.

¹⁰⁷ No original: *Traité sur l'apparition des esprits et sur les vampires ou les revenants de Hongrie, Moravie, etc...* (1751).

benedictinos, à exemplo das reformas da abadia de Cluny ou a de Bernardo de Claraval. De la Cour teve forte influência Jesuíta em sua formação e pretendeu restaurar os estudos nas abadias beneditinas, tal como fora acordado no concílio de Trento, e a instauração da instrução na língua vulgar – muito mais próxima da população – pelo menos três vezes por semana. Esse apreço pelos estudos é um ponto muito importante para entender os escritos de Calmet, sua metodologia de exposição e de pesquisa, suas motivações e seus objetivos.

Situando melhor Calmet em seu tempo, é importante ter em mente que no século XVIII dois casos de ataques vampíricos atingiram fama internacional pela Europa: o de Peter Plogojowitz e o de Arnod Paole. O primeiro ocorreu em 1725, em Kisilova, na atual Sérvia. Plogojowitz morreu e após um tempo sua esposa relatou receber sua visita para buscar sapatos e várias pessoas da aldeia relataram terem sido estranguladas por ele durante a noite. O corpo foi então exumado, decapitado e queimado.

O caso de Plogojowitz rendeu inspiração para que o pastor germânico Michaël Ranft escrevesse a sua *De Masticatione Mortuorum in Tumulis* (1728). Ranft buscou retirar Deus e Diabo de suas explicações (BRAGA, 2015, p. 59-60). Para ele a mastigação era pura e simplesmente fruto da imaginação das pessoas. O barulho relatado era, na realidade, em sua opinião, o barulho da putrefação dos corpos, ou o barulho da mastigação dos ratos. Ranft defendia que a imaginação era a grande responsável pelas ideias e pelos malefícios sofridos pelas supostas vítimas de vampirismo. Em resumo, as pessoas imaginavam aflições e isso realmente as afetava. Contudo ele também coloca um outro fator nesta equação: a imaginação dos mortos. Estes, ainda guardariam uma centelha de vida, similar às ideias de Paracelso, o que permitiria a ação da imaginação sobre os corpos e mentes dos vivos, por isso a extinção do problema quando o corpo era destruído.

Em 1732 ocorreu o maior caso de vampirismo registrado pela história. Arnod Paole era um heiduque que relatou estar sendo perseguido por um vampiro turco, mas que teria tomado as devidas precauções para se proteger: ingeriu terra do túmulo do vampiro e ungiu-se em seu sangue. Pouco tempo depois, Paole morreu ao cair de sua carroça e quebrar o pescoço. Trinta dias após a sua morte começaram os relatos de ataques. A população foi apreensiva falar com o provedor imperial – naquela época essas regiões

da Hungria, Romênia e norte da Sérvia eram possessões austríacas – pedir pela exumação e destruição do suposto vampiro. O provedor autorizou a ação e ainda relatou o grito que Paole teria dado ao ser penetrado por uma estaca (BARBER, 2010, p. 16).

Mesmo com a destruição do cadáver, os ataques não cessaram. Descobriu-se então que quatro pessoas que relataram terem sido mordidas pelo vampiro, morreram. Os túmulos dessas quatro pessoas foram abertos, estacas cravadas em seus peitos, cabeças decapitadas e corpos cremados. Entretanto, os ataques continuaram. Descobriu-se que Paole havia sugado sangue de uma vaca, cuja carne foi consumida por 17 pessoas, que também foram exumadas, empaladas, decapitadas e queimadas. Em todos os casos foi relatado que o corpo estava em perfeita conservação, sem sinais de putrefação.

A primeira edição da obra de Calmet, com o nome de *Dissertation sur les apparitions des anges, des demons et des esprits, et sur les revenans et vampires de Hongrie, de Bohême, de Moravie et de Silésie*, foi publicada em 1746, período em que esses casos já estavam bem documentados e que já havia uma pequena tradição científica, tanto a citada obra de Ranft como três artigos publicados na última década do século XVII no periódico francês *Le Mercure Galant*.

A segunda edição da obra de Calmet veio em 1749, entretanto a mais notável é a terceira, ampliada, corrigida e com o nome alterado de dissertação para tratado. A obra possui mais de 1000 páginas e trata sobre diversos assuntos, sempre relacionados à morte e ao pós-morte. O beneditino já era conhecido por suas produções. Escreveu um dicionário histórico, geográfico e literal da Bíblia; escreveu sobre a história da Lorena e sobre a história dos antigo e novo testamentos.

Calmet iniciou seu trabalho afirmando que escreveu àqueles que se propunham a estudar as coisas seriamente e com “sangue-frio” (CALMET, 1751a, p. I). Ironizou os pretenciosos “espíritos fortes” que imaginavam tudo saber e buscou legitimar-se enquanto pesquisador e justificar seu tema de pesquisa, ligando-o a uma tradição católica de escritos sobre aparições de mortos, mas também justificando-o pela busca da verdade e, seu maior objetivo, pelo esclarecimento da matéria, não temendo seguir por um caminho considerado duvidoso por outros pensadores, tal como defendera Descartes em *Discurso do Método* (1996).

Ao discorrer acerca de sua metodologia, Calmet afirmou ter utilizado três vertentes na conformação de seu trabalho: a histórica, a filosófica e a teológica. Com a primeira pretendia encontrar a verdade dos fatos. Com a filosofia, examinaria as causas e as circunstâncias. Com a última seria possível analisar as consequências e reportá-las à religião (*Ibidem*: VIII) – não devemos ignorar sua filiação com a Igreja Católica e os compromissos que possuíam com esta.

A estrutura da obra assemelha-se a forma dos tratados contra heresias da Antiguidade, exposição seguida de refutação. Várias lendas e relatos de ataques são reproduzidos na íntegra pelo monge pesquisador. Diversos argumentos de diferentes áreas do saber são evocados para refutá-los. Argumentos médicos, morais e filosóficos, por exemplo, mostrando assim uma grande erudição por parte do autor, tal como era esperado naquela época para um homem de letras. Calmet mostra também um diálogo com as vertentes científicas e médicas de seu período.

Um ponto importante no debate sobre o vampirismo é a jurisdição do Diabo. Calmet afirmava que não havia ação demoníaca, na matéria, sem a permissão de Deus. De certo modo, procurou afastar Satã de suas explicações. Relegando fatos fantásticos a Magia, a imaginação ou a ação divina. A existência da Magia foi por ele defendida. Entretanto esta não possuiria o caráter demoníaco que lhe fora dado pela inquisição. A Magia existia, entretanto, a maioria dos casos era puro charlatanismo. Cabia aos homens de letras a separação entre os casos verídicos e as armações ou confusões. Seu processo de esclarecimento continha a separação dos “casos reais de *influência demoníaca* – destaco este termo propositalmente, pois é importante tê-lo em mente – dos casos fantasiosos propagados por charlatões que almejavam enganar a população” (BRAGA, 2015, p. 73).

O Diabo, em sua visão, poderia influenciar, aliciar, provocar ações, mas não teria poder para alterar a realidade. Os lobisomens, seguindo essa lógica, eram, portanto, irrealis, sendo melhor explicados por uma doença da imaginação. Os modos de aliciamento demoníaco incluíam a confusão dos sentidos. “O Diabo, portanto, podia agir sobre a imaginação, mas não sobre a matéria” (*Ibidem*, p. 74) confundindo os indivíduos.

Observa-se, portanto, que a temática do vampirismo mexia com diversas questões de diferentes áreas do conhecimento. Calmet buscou desenvolver uma explicação dos

vampiros considerando, em certas partes de sua obra, a existência destes como real, o que levou alguns de seus contemporâneos – e mesmo alguns autores atuais – a considerá-lo dúbio e inconclusivo.

O mais notável em sua obra, além da originalidade temática evidentemente, é o desenvolvimento de uma sistema explicativo que separava as esferas divina e terrena e teorizava que as duas não poderiam entrar em contato a menos que Deus assim o desejasse. O poder do Diabo já havia diminuído em algumas obras do início do século. O que Calmet fez foi definir até que ponto Satã poderia influenciar a vida das pessoas e em quais áreas poderia atacar – a imaginação e os sentidos.

A imaginação em si é um conceito vital tanto para Calmet como para os outros pensadores que escreveram sobre os mortos-vivos. Imaginação poderia ser utilizada, como afirmava Descartes, para se atingir um melhor grau de entendimento sobre determinado assunto, entretanto ela também se revelava algo perigoso, visto que facilmente poderia se enganar.

A obra do monge pesquisador, além de ser um repositório de pensamentos da época, é muito marcada pela sua formação vannista de apreço aos estudos. A defesa principal que faz é em favor à pesquisa, ao colocar à prova, à investigação. Calmet aspirava decaradamente, atingir segredos que ainda não haviam sido revelados por Deus (CALMET, 1751a, p. X) e que ao mesmo tempo poderiam ser alcançados através da pesquisa. Considerava importante também a separação que os homens de letras deveriam realizar entre casos verdadeiros – se assim o fossem – e casos fantasiosos, fossem eles charlatanismo ou confusão. Sendo verdadeiros, o pesquisador, na opinião de Calmet, deveria se ater a questão do propósito divino para um melhor entendimento da realidade.

Referências Bibliográficas:

BARBER, P. **Vampires, Burial & Death: Folklore and Reality.** New Heaven and London: Yale University Press, 2010 [1988].

BRAGA, Gabriel. **Considerações Sobre a Figura do Vampiro e o Sobrenatural no Século XVIII a Partir da Obra de Dom Calmet (1672 - 1757)**. 104f. Monografia (Graduação em História) – Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba 2015.

CALMET, Dom Augustin. **Traité sur les apparitions des esprits et sur les vampires ou les revenans de Hongrie, Moravie, etc.** Tome I. Paris: Debure l'aîné, 1751a.

CALMET, Dom Augustin. **Traité sur les apparitions des esprits et sur les vampires ou les revenans de Hongrie, Moravie, etc.** Tome II. Paris: Debure l'aîné, 1751b.

DESCARTES, R. **Discurso do Método**. Trad. Maria E. Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

MICHAUX, Gérard. Une Fondation Tridentine: la congrégation bénédictine de Saint-Vanne. **Revue d'histoire de l'Église de France**, tome 75, n.194, pp. 137 - 148, 1989.

TERRITÓRIO, FRONTEIRA E IDENTIDADE: OS CITAS DE HERÓDOTO

Gabriela Contão Carvalho¹⁰⁸

Introdução

Heródoto é considerado o autor da primeira obra em prosa da literatura grega preservada até os nossos dias, tendo nascido em Halicarnasso, cidade próxima a Mileto, no litoral da Ásia Menor, nas primeiras décadas do século Va.C. Em sua época, Halicarnasso era um centro florescente da cultura helênica. O momento em que Heródoto empreendeu sua investigação foi um momento de grandes transformações das ideias e da mentalidade helênica. Foi na primeira metade do século Va.C., que Atenas se tornou hegemônica na Hélade e a democracia ateniense atingiu seu apogeu.

Em relação à obra, *História*, não sabemos exatamente quando ela foi escrita, mas apenas que, em 445 a.C., Heródoto se encontrava em Atenas, onde teria lido em público sua obra ou parte dela (KURY, 1985, p. 7). Desse modo, abordaremos aqui a representação que Heródoto faz dos citas, de seus costumes e de seu território. Para tanto, utilizamos o Livro IV da obra de Heródoto como fonte de informações.

O objetivo principal de Heródoto, em *História*, é descrever a guerra entre o Império Persa e a Hélade ou, segundo as categorias empregadas pelo próprio Heródoto, entre o despotismo oriental baseado na vontade onipotente dos tiranos e na sujeição cega dos povos dominados e o governo fundado na obediência às leis e na livre determinação dos povos do Ocidente. Porém, “Heródoto não apenas descreve a guerra entre os helenos e persas, sua narrativa espelha seu interesse pelos costumes dos povos, pela sua geografia, pelas suas práticas religiosas, por tudo que compõe e forma um povo” (SILVA, 2015 p. 45).

Com efeito, Heródoto em sua narrativa costuma diferenciar aquilo que viu daquilo que ouviu, dando maior credibilidade para os fatos que viu com os próprios olhos. Ou seja, existe uma produção de saber através da visão e da fala, que o escritor Hartog, em seu

¹⁰⁸Graduanda em História pela Universidade Federal do Espírito Santo, financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Endereço eletrônico: gabicontao16@gmail.com

livro *O Espelho de Heródoto* faz uma extensa análise sobre essa relação entre a escrita e a oralidade, chegando à seguinte conclusão:

Essa é a situação da Grécia no correr do século V, que não é ainda um mundo da escrita, mas apenas um mundo da palavra escrita. Sem dúvida, há muito tempo se sabe escrever: o alfabeto sírio-fenício apareceu na primeira metade do século VIII a.C., mas a cultura oral permanece muito presente, se não preponderante, moldando estruturas mentais e o saber compartilhado pelos gregos dessa época (HARTOG, 2014, p. 302).

Identidade e alteridade

Ao abordar a temática sobre o contraste cultural entre os gregos e os "bárbaros", nesse caso os citas, não podemos deixar de explicar a relação entre a construção da identidade grega e o termo "bárbaro" e muito menos a importância das Guerras Médicas na elaboração de uma fronteira política entre "bárbaros" e gregos. Logo, percebemos que foi a partir do conflito com os persas que a identidade grega exacerbou consideravelmente, pois até o período de Homero era empregado o termo *allóthrooi* para designar os estrangeiros, ou seja, aqueles que falavam outra língua. É somente a partir do século VI e V a.C., que o termo "bárbaro", no sentido de não grego se torna um termo antônimo.

Segundo Yi-Fu Tuan os indivíduos são membros de grupos e todos aprenderam a diferenciar entre "nós" e "eles", entre o lugar familiar e o território estranho (TUAN, 2012, p. 53). Desse modo, quando Heródoto está escrevendo sua narrativa e relatando tanto o espaço geográfico como os costumes dos citas, analisa esses aspectos com o olhar de um visitante, o olhar de um estranho, que visualiza aquele ambiente com olhos que estavam adaptados a outros valores, os valores dos gregos.

É nesse contexto que a explicação de Yi-Fu Tuan (2012, p. 45) se encaixa perfeitamente, pois o mesmo diz que:

Muitos grupos limitam o termo "gente" a seus membros e sugerem que os outros seres humanos são "rudes", semelhantes aos animais, não inteiramente humanos. Ser "humano" é uma questão de saber como se comportar corretamente, de atuar adequadamente e dizer as coisas certas.

Conforme observamos na passagem de Tuan e colocando o termo "bárbaro" no lugar do termo "gente", podemos perceber que assim como alguns grupos limitam o termo gente

aqueles que se "comportam corretamente", os gregos construíram sua identidade em contraponto com os costumes dos outros povos e passaram a chamá-los de "bárbaros".

Refletindo sobre o tema da construção das identidades, Woodward explica algumas estratégias fundamentais nesse processo. Em primeiro lugar ela ressalta que existem, principalmente, duas maneiras de afirmação dessa identidade, segundo a autora uma das formas pelas quais as identidades estabelecem suas reivindicações é por meio do apelo a antecedentes históricos. Outra maneira seria por meio da diferenciação, ou seja, saber diferenciar entre "nós" e "eles", aquilo que nos é comum e aquilo que é diferente, neste caso a identidade é construída em relação á outra identidade. Acreditamos que no caso dos gregos, a construção de sua identidade deu-se através da diferenciação com o outro, o "bárbaro".

O *outro* na narrativa de Heródoto: Citas

Na *História*, os citas são um *outro* privilegiado: eles são, depois dos egípcios, o povo ao qual Heródoto consagra a exposição mais longa de seu livro e, entretanto, contrariamente ao Egito, seu território não apresenta absolutamente maravilhas ou curiosidades que mereçam ser contadas. Em vista disso, porque os citas fizeram Heródoto falar ou escrever? Será em consequência da expedição de Dario?

De acordo com a narrativa, a Cítia pertencia aos confins do mundo. Localizada ao norte, estende-se nas margens do mundo habitado. Seu espaço se estende do rio Borístenes (rio Dnieper) ao rio Tanais (rio Don), no litoral norte do lago Maeótis (mar Azov), atualmente região da Ucrânia, é caracterizada como majoritariamente plana com pastagens e água em abundância, mas é castigada por um inverno rigoroso. Além disso, os citas são nômades e, não praticam a agricultura, vivem da criação de gado.

Segundo Heródoto, existem três explicações para a origem dos citas, "de acordo com os próprios citas sua origem teria sido a seguinte: apareceu naquele território, até então deserto, um homem cujo nome era Targítaos. Os pais desse Targítaos, dizem eles – não creio em sua história, mas eles a contam - teriam sido Zeus e uma filha do rio Boristenes" (Hist., IV, 5) e ele teria três irmãos: Lipôxais, Arpôxais e Coláxais (este último era o mais novo). Durante o seu reinado caíram do céu sobre a Cítia alguns objetos de ouro. Vendo-

os, o irmão mais velho e o irmão do meio aproximaram-se deles com a intenção de pegá-los, mas o ouro começou a inflamar-se e o único que conseguiu pegar o ouro foi o irmão mais novo e, diante disso os irmãos mais velhos decidiram entregar o ouro e o poder real a esse, e foi desse que surgiu o clã dos citas.

A segunda versão, contada pelos helenos habitantes do Pontos, Relatava que Heraclés teria copulado com uma mulher híbrida, metade humana e metade serpente, eles tiveram três filhos e o mais novo Chamado Cites que teria dado origem aos citas. Em seguida, a versão mais “verídica” para Heródoto relata o seguinte: os citas nômades habitantes da Ásia, pressionados pelos massagetas na guerra, fugiram atravessando o rio Araxes em direção ao território cimério, e os cimérios diante do avanço dos citas decidiram abandonar o seu território.

Observem que na primeira versão, na qual os citas seriam descendentes de Zeus e uma filha do rio Boristenes, o autor destaca que não acredita na veracidade desse relato. Logo, temos aqui uma constatação de estranheza por parte do mesmo, Seguida de um questionamento. Por que Heródoto em toda sua obra mescla atos humanos com atos divinos e utiliza frases do tipo “providencia divina”, mas quando se trata de um mito de origem cita o próprio questiona? Ao que me parece encontramos aqui um caso de estranheza cultural.

A relação dos costumes de um povo com o território que habitam fica evidente na seguinte passagem da obra, quando Heródoto diz que

O povo cita concebeu a solução mais sábia entre todas as que conheço para um dos mais importantes problemas humanos, mas nada vejo nele digno de admiração além disso. Sua descoberta, da maior importância como já disse, é um meio de impedir que qualquer agressor em marcha contra eles lhes escape e que inimigo algum possa atingi-los se eles não quiserem ser alcançados. Realmente, quando os homens não constroem cidades nem muralhas, e têm todas as casas ambulantes, e vivem não do cultivo da terra mas da criação de gado, e transportam suas casas em carroças, poderiam eles deixar de ser invencível e inacessíveis? (*Hist.*, IV, p. 46).

Heródoto explica que os citas conseguem viver como nômades pelo fato do seu território conter pastagens planas e água em abundância. Essa questão da *aporia* (território inexpugnável) fica evidente quando Dario, em sua expansão persa, tenta invadir o território dos citas e esses utilizam a estratégia de recuar, assim à medida que Dario adentra o território dos citas e não encontra nada, seu desejo não se realiza. Desse

modo, Hartog (2014, p. 230) formula uma comparação entre a defesa ateniense e a aporia cita, na qual para o mesmo "os atenienses têm a 'muralha de madeira', isto é, seus navios; os citas têm a mais segura das muralhas, sua aporia". Observe-se, no entanto, a seguinte fala de Heródoto: "mas nada vejo nele [no território cita] digno de admiração, além disso", ou seja, para Heródoto os citas habitariam um território degradado, o que converteria este território numa *heterotopia*.

Além disso, para o autor os citas seriam um povo extremamente violento, como ele mesmo descreve: "[...] cada cita bebe uma parte do sangue do primeiro homem por ele abatido; cada cita leva para o rei as cabeças de todos os inimigos mortos por ele no campo de batalha" (*Hist.*, IV, p. 64). Nessa passagem, temos a formulação de um cenário de medo num espaço determinado, o local de residência dos citas, que seria repleto de cabeças obtidas nas campanhas militares. Para os citas, beber o sangue do primeiro homem por ele abatido ou levar para o rei a cabeça de todos os inimigos mortos seria uma honra, visto que só participaria da distribuição dos despojos de guerra quem portasse tais troféus. Contudo, para Heródoto, acostumado com os costumes gregos, esse tipo de atitude se revela macabro e amedrontador.

A morte dos "falsos adivinhos" caracteriza-se também perfeitamente como uma *paisagem de medo*, uma *heterotopia*. Segundo Heródoto existia na Cítia muitos adivinhos, entre esses, aqueles de melhor reputação eram chamados pelo rei, quando esse adoecia. A Intenção do rei era saber quem havia prestado um falso juramento diante das lareiras reais, causando desse modo seu adoecimento. A esse respeito Heródoto descreve como era a morte desses adivinhos na seguinte passagem:

Eles são mortos da seguinte maneira: enche-se uma carroça com lenha bem seca e se lhe atrelam bois; os adivinhos, com os pés agrilhoados, com as mãos amarradas para trás e amordaçados, são jogados no meio da lenha; atea-se fogo à lenha, e os bois, assustados põem-se em marcha (*Hist.*, IV, p. 69).

A partir dessas passagens encontramos indícios das diferenças culturais nítidas entre os citas e os gregos. Com efeito, reforçamos que essa representação negativa que faz o autor a respeito dos citas diz respeito também ao seu território, pois, notamos a importância do espaço na constituição da identidade coletiva de uma comunidade. Para Navarro (2007, p. 4) a relação do ser humano com o espaço deriva de uma necessidade de adquirir relações vitais com o meio que o rodeia para dar sentido e ordem ao mundo, ainda de acordo com BÜHRER-THIERRY (2012, p. 193) "O território é, portanto, antes de

tudo, uma construção social e concerne a todas as sociedades, em todos os tempos, já que não existe em parte alguma sociedade sem dimensão geográfica ou espacial”.

Porém, fica o questionamento: como é possível uma comunidade nômade estabelecer um território?, Hartog esclarece que "o tumulto real desempenha, pois, o papel de 'centro'. Com efeito, ele é esse ponto fixo e imóvel que faz com que o espaço cita possa constituir-se como território" (2014, p. 232). De modo geral, é o poder real que marca o espaço. Enfim, o rei é um chefe de guerra: trata-se daquele a quem se deve levar cabeças, para que se tenha direito à partilha do butim. Mais amplamente, desde que se trate das coisas de guerra, o espaço cita modifica-se. Passa-se bruta e de uma extensão indiferenciada para um espaço delimitado, dividido, organizado (com seus nomos e seus monarcas, com seus ritos e suas cerimônias anuais).

Essa questão levanta antes de tudo, a do lar real e, mais amplamente, a do lugar de Héstitia no panteão cita. Curiosamente, Héstitia é, tanto entre os deuses, quanto entre os homens, a casa, o centro do espaço doméstico e, como tal, conota valores de fixidez, imutabilidade e permanência. Ocupa o primeiro plano entre os citas: é a ela, com efeito, mais que a qualquer outra divindade, que se dirigem as preces; em seguida, vêm Zeus e a Terra. Ora, é exatamente neste ponto que encontra-se a contradição. Os citas que segundo Heródoto seriam uma comunidade nômade têm como a principal deusa, uma divindade que representa a casa, o espaço doméstico e a fixidez. Enquanto Hermes que Hartog (2014, p. 159) classifica como "o senhor dos lugares destinados ao percurso, longe dos campos cultivados, bem como dos espaços abertos onde se caçam animais selvagens", está ausente do panteão cita. Assim, concluímos que, o que caracteriza a Cítia de Heródoto é a presença do rei como centro do poder. Seu lar é o lugar pelo qual transitam as trocas, o ponto de referência das relações sociais. No limite, os citas não têm lar pessoal. O único lar verdadeiro seria então o do rei.

Fronteira cultural: Anácarsis e Ciles

Para o autor Guarinello (2010, p. 120) “fronteira, com efeito, tem sua origem etimológica na palavra francesa “front” (derivada de cabeça) e que designava, no século XV, o espaço vazio entre dois exércitos antes da batalha”. Porém, encontramos diferentes tipos de

fronteiras. Nessa perspectiva, os citas evitam adotar qualquer costume alienígena, seja de qual povo for, e os castigos são infligidos severamente para àqueles que o fazem. Heródoto trás dois exemplos de homens citas que adotaram costumes estrangeiros dentro da Cítia e foram severamente castigados, independente de sua posição dentro da comunidade. Esse dois casos são atribuídos à Anácarsis e Ciles.

Anácarsis é um cita pertencente à família real e, assim como Heródoto viaja por várias regiões, como Atenas, à procura de conhecimento. Porém, quando retorna a sua terra natal é pego celebrando rituais para uma deusa estrangeira e acaba sendo punido com a pena de morte, Anácarsis é morto pelo próprio irmão. À respeito desse fato Hartog explica que “seu destino ilustra o risco mortal em que incorre aquele que, percorrendo a terra, acaba por esquecer as fronteiras” (HARTOG, 2004, p. 125). Heródoto explica da seguinte maneira o ocorrido:

[...] de volta à sua pátria navegou pelo Heléspontos e se deteve em Cízicos; lá, observando os cizicenos celebrarem a pomposa festa da Mãe dos Deuses, Anácarsis prometeu a essa mãe que, se voltasse são e salvo à sua terra, lhe ofereceria sacrifícios iguais aos oferecidos pelos cizicenos diante de seus olhos, e que instituiria os rituais de um certo culto noturno em sua honra. Chegando à Cítia, ele foi ocultar-se na região chamada Hílaia, situada ao lado de pista de Aquileus e inteiramente coberta de todas as espécies de árvores; oculto lá, Anácarsis celebrou todo ritual da festa da deusa, levando um tamborim e imagens sagradas presas às suas roupas. Mas um cita percebeu o que ele estava fazendo e foi dizer ao rei Sáulios. O rei veio ao local em pessoa e, vendo Anácarsis celebrar o ritual, alvejo-o com uma flecha e o matou (*Hist.*, IV, p. 76).

Outro fato interessante sobre Anácarsis é que ele recebeu cidadania ateniense e foi o único bárbaro a ser iniciado nos mistérios de Eleûsis, que para Hartog representa os santos dos santos da identidade ateniense grega. A bibliografia referente aos citas aborda majoritariamente Anácarsis, contudo temos um segundo caso de transgressão de fronteira cultural, representado por Ciles, filho do rei da Cítia, mas sua mãe era da Ístria e lhe ensinou a língua e as letras helênicas. Depois da morte de seu pai Ciles assumiu o trono da Cítia, contudo “reinando sobre os citas, Ciles não se satisfazia de modo algum com o modo de viver dos citas, demonstrando uma inclinação muito maior para com os costumes helênicos” (*Hist.*, IV, p. 78).

Ciles mandou construir uma casa para ele em Boristenes, uma cidade vizinha, onde circulava com roupas gregas e cultuava os deuses de acordo com os costumes helênicos. Contudo, quis ir mais além e foi iniciado no culto de Diônisos Báquico, acontece que os citas desprezavam Diônisos, diziam que não é razoável cultuar um deus que leva os

homens à loucura. Assim, quando os citas descobriram o que o rei havia feito, não aceitaram e se rebelaram, entregando o comando do exército ao seu irmão, Octamasades. Ciles se refugiou na Trácia, porém, o rei da Trácia tinha seu tio em poder dos citas e fez com acordo com Octamasades, devolveria seu irmão em troca do seu tio. Assim que Ciles foi devolvido para os citas, teve a cabeça cortada.

Conclusão

Logo, comprovamos que através da análise da obra *Historias* de Heródoto, conseguimos enxergar a representação que faz esse sobre os citas, seus costumes e seu território e percebemos que essa representação é negativa, pois, fica evidente a tentativa de passar a ideia de uma comunidade violenta, na qual os guerreiros bebem o sangue daqueles que derrotam e, o rei exerce um comendo arbitrário. Por fim, compreendemos que o autor constrói toda sua retórica de alteridade, carregada de sua bagagem cultural grega, representando a Cítia como uma *eskhatía*, ou seja, como uma região que fica além das culturas.

Referências

Documentação Primária

HERÓDOTOS. **História**. Tradução do grego, introdução e notas de Mário da Gama Kury. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1985.

Obras de Apoio

AZEVEDO, Flávia Lemos Mota de. A pólis e o maravilhoso na narrativa de Heródoto. **Revista Archai**, Brasília, n. 01, p. 33-41, Jul 2008.

BÜHRER-THIERRY, Geneviève. Construindo fronteiras, fixando identidades. In: CAMPOS, A. P.; GIL, A. C. A.; SILVA, G. V.; BENTIVOGLIO, J. C.; NADER, M. B. (Org). **Território, poderes, identidades: a ocupação do espaço entre a política e a cultura**. Vitória: GM, 2012.

FABRÍCIO, Arthur. R.; CUNHA, Liliane T.P. Identidade e alteridade em Heródoto: visão de um grego a respeito dos egípcios. **Alétheia Revista de Estudos sobre Antiguidade e Medievalo**, Vol. 9, n.1, 2014.

GUARINELLO, N. L. Ordem, integração e fronteiras no império romano. Um ensaio. **Mare Nostrum**, v. 1, 2010, v.1, p. 123-127.

González García, J. El determinismo ambiental em dos autores clásicos: Hipócrates y Heródoto. **Baetica**, Málaga, n.27, p. 307-329, 2005.

HARTOG, F. **Memória de Ulisses**: narrativas sobre a fronteira na Grécia Antiga. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.

HARTOG, F. **O espelho de Heródoto**: ensaio sobre a representação do outro. Tradução de Jacyntho Lins Brandão. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

NAVARRO, A.G. Sobre el concepto de espacio. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, v. 17, p. 3-21, 2007.

SILVA, Maria A.O. **Heródoto e suas Histórias**. Goiás: UFG, 2015.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Tradução de Livia de Oliveira. Londrina: Eduel, 2012.

TUAN, Yi-Fu. **Paisagens do Medo**. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

A PERSPECTIVA DE GÊNERO NA HISTÓRIA: ORIGENS, PROBLEMATIZAÇÕES E POSSIBILIDADES

*Gabriela Rodrigues de Lima*¹⁰⁹

*Mirela Marin Morgante*¹¹⁰

O presente artigo discute algumas problematizações consideradas imprescindíveis para estudar o advento e até mesmo o esquecimento das mulheres da historiografia oficial. Partindo do movimento iluminista, pretende-se analisar de que maneira as categorias dualistas binárias foram utilizadas para justificar e reafirmar o poder masculino da sociedade burguesa nascente, na mesma medida em que legitimou uma escrita da História pública e masculina. Baseado em uma naturalização do biológico, as mulheres foram declaradas como incapazes de exercer seu direito político público, como também seu direito privado. Em uma oposição binária, os homens eram os *indivíduos* detentores do saber racional, na mesma medida em que a mulher era encarada como uma figura da natureza e, como tal, devia ser dominada, controlada e superada para que a ordem social e a moralidade reinassem.

Com isso, a historiografia se voltou para os personagens políticos, esfera de interesse do Estado Nacional e de atuação dos homens, por meio da crítica dualista que subordinou às mulheres ao espaço privado. Foi somente em finais do século XX, em uma dinâmica que esteve associada ao progressivo alargamento das áreas de atuação femininas, que as mulheres passaram a ser consideradas sujeito e objeto da História, em um diálogo entrecruzado entre campos historiográficos e modificações sociais e econômicas.

Apesar dos avanços na condição das mulheres, hoje inseridas no espaço político enquanto *indivíduos* e pertencentes do saber historiográfico, os elementos fundamentais da sociedade em que vivemos mantêm-se na mesma base binária do passado. Isso porque a lógica da estrutura da família, da política, do meio acadêmico e de todas as instituições brasileiras, reafirmam os dualismos de gênero, em que os homens são os

¹⁰⁹ Mestranda em História Social das Relações Políticas pela Universidade Federal do Espírito Santo. Bolsista CAPES.

¹¹⁰ Doutoranda em História Social das Relações Políticas pela Universidade Federal do Espírito Santo. Bolsista FAPES.

seres racionais, públicos, viris, ativos, dominadores e as mulheres os seres irracionais, da esfera privada, dominadas por paixões, passivas, votadas ao reino da natureza. Tais oposições binárias de identidade de gênero permanecem sendo a base da sociedade patriarcal contemporânea.

Nesse sentido, hoje no Brasil as identidades de gênero permanecem sendo construídas por meio de uma perspectiva essencialista, de diferenciação e de oposições binárias. Contudo, existe a possibilidade de estudar as experiências femininas em todos os âmbitos, públicos ou privados, por meio do resgate de suas histórias e da superação dos dualismos, incorporando a História das Mulheres às referências historiográficas mais gerais. Uma alternativa para superar a limitação gerada pelas perspectivas dualistas é o trabalho com fontes orais, intimamente ligadas com a memória, apresentando-se, portanto, enquanto fonte e método destinados a incorporar as múltiplas versões e vivências no campo da História.

Quando nos propomos a pensar sobre a historiografia tradicional, mais precisamente acerca do esquecimento das mulheres enquanto sujeito e objeto da História, precisamos necessariamente nos voltar para o século XIX, no momento de formatação da História científica tal qual a compreendemos atualmente. Uma História construída pelo movimento iluminista, herdeiro direto das teorias contratualistas, que se colocava como o juiz racional da sociedade burguesa nascente. Os iluministas abrangiam com a sua autoridade racionalista não somente o campo da História, como também as demais esferas da vida: a teologia, a arte, o direito, o Estado, a política, até que a própria razão foi chamada a prestar contas (KOSELLECK, 1999).

Conforme Koselleck (1999), para se fazer valer enquanto alto tribunal da razão, julgadores da moral e da política, os iluministas reafirmaram os dualismos binários de tradição milenar. Se utilizaram da oposição entre moral e política, entre privado e público, para construir sua teoria da sociedade civil moderna, em que se legitimavam enquanto classe e gênero masculino.

Pateman (1993) mostra como o contrato social omitiu o contrato sexual inerente a ele. Os teóricos contraturalistas acabaram com o poder paterno, que representava o mundo antigo aristocrático, baseado nas relações de parentesco, para colocar a primazia do indivíduo, defendendo que a sociedade moderna era constituída por meio de relações

livres e contratuais, e não condicionadas pelos vínculos familiares e de parentesco. Morta a figura política do pai, a sociedade civil é declarada como fraternal.

Mas o que é a fraternidade? No lema revolucionário "Liberdade, igualdade e fraternidade", pouca atenção é dada a esta última, que significa uma irmandade de homens. Na política moderna dos contratualistas, a sociedade civil passou a ser regida por um "princípio do macho". A cidadania "universal", defendida por eles, era uma fraternidade civil entre todos os *homens* (Pateman, 1993).

Para o exercício da liberdade civil é preciso ser um *indivíduo*, mas somente os homens tem capacidade para tanto. Os teóricos clássicos argumentam que as mulheres naturalmente não têm os atributos e as capacidades dos *indivíduos*. "A diferença sexual é uma diferença política; a diferença sexual é a diferença entre liberdade e sujeição". As capacidades e os atributos variariam, assim, conforme o sexo. Para Locke (apud PATEMAN, 1993), as aptidões para o exercício da liberdade e da igualdade são exclusivas do sexo masculino, enquanto o casamento e a família – esfera feminina – são as manifestações do estado natural. Rousseau (apud PATEMAN, 1993), por seu turno, não somente defende que a condição de *indivíduo* é exclusiva dos homens, como também advoga pelo direito natural dos maridos sobre suas esposas, cuja garantia depende a ordem social.

Baseado em uma naturalização do biológico, as mulheres foram declaradas como incapazes de exercer seu direito político público, como também seu direito privado. Em uma oposição binária, os homens eram os indivíduos detentores do saber racional, na mesma medida em que a mulher era encarada como uma figura da natureza e, como tal, devia ser dominada, controlada e superada para que a ordem social e a moralidade reinassem. Enquanto representação da natureza, as mulheres eram o oposto da ordem e da moral, elas representavam justamente aquilo que devia ser dominado para o estabelecimento da sociedade civil.

Como evidencia Hunt (1992), os revolucionários iluministas trabalharam no sentido de delimitar bem as fronteiras entre o público e o privado, na mesma medida em que revestiram de caráter político o espaço do particular. Para efetuar a separação entre as duas esferas, de forma a afastar qualquer possibilidade conspiratória e garantir a autoridade do racionalismo masculino, os revolucionários estabeleceram a hegemonia

do público sobre o privado, da política sobre a moral, do masculino sobre o feminino. Assim, as leis que passaram a reger a esfera do particular, área de atuação feminina, foram as leis da política iluminista. Em uma perspectiva de fortalecimento do binarismo essencialista, o movimento iluminista não só decretou a dimensão política como exclusiva do sexo masculino, como também fortaleceu o poder dos homens no interior do espaço privado.

Nesse sentido, os estudiosos da nascente História científica, imbuídos dos ideais iluministas, forjaram uma escrita histórica masculina, pública, racional e positivista. Os sujeitos e os objetos das pesquisas eram os homens de vida e reputação honrosa pelas atuações políticas e militares, pelos feitos heróicos em prol de sua nação e de seu povo. As histórias dos pobres, dos miseráveis, das mulheres, das famílias e mesmo dos micro-conflitos políticos, foram deixadas de lado, negligenciadas pelo saber universal masculino, iluminista e binário.

Foi somente a partir da década de 1960 que as mulheres passaram a figurar como objeto historiográfico, dada a pressão exercida pelos movimentos feministas e pela pluralização dos objetos e métodos de investigação dentro da História e das ciências humanas de maneira geral. Conforme Scott (1995), o movimento feminista dos anos de 1960 exigia que a historiografia ampliasse seus estudos e evidenciasse o papel das mulheres na História, assim como desvendasse a opressão patriarcal de que elas eram alvos. Para Perrot (2007), a busca do feminismo por ancestrais e por legitimidade teve como consequência o início de um “trabalho de memória” e de discussões críticas acerca dos saberes masculinos constituídos como universais e verdadeiros. Além disso, a autora ressalta que por volta dos anos de 1970 houve uma crise nos sistemas de pensamento que eram tidos como bases para as pesquisas nas ciências humanas – o marxismo e o estruturalismo –, acarretando em alterações nas alianças entre as disciplinas e em um novo destaque dado aos estudos que trabalhavam com a subjetividade.

Perrot (2007) destaca, ainda, a presença cada vez maior das mulheres na universidade como um fator sociológico significativo para a entrada do feminino enquanto objeto de pesquisas acadêmicas. Nos anos de 1970, na França, elas compunham aproximadamente um terço da quantidade total de estudantes e no final do século XX e início do XXI quase um terço dos docentes efetivos. Segundo a autora, “essa feminização podia ser o

fermento de uma demanda renovada, ou pelo menos uma escuta favorável” (PERROT, 2007, p. 19). No Brasil, Margareth Rago (1998) afirma que nessa mesma década a presença das mulheres na universidade foi crescente, acarretando em uma relativa feminização da academia e das maneiras como os saberes eram produzidos.

Assim, a historiografia se aliou à Antropologia e passou a estudar a família, desvendando, a partir daí, personagens ignorados pela história oficial. Os estudos sobre as idades da vida e sobre a vida privada evidenciaram a presença das mulheres na história e geraram um questionamento acerca de suas questões específicas (PERROT, 2007). A terceira geração dos *Annales*, chamada de “Nova História”, trouxe à tona uma diversidade de objetos e de fontes a serem pesquisadas. O avanço da História das Mentalidades, assim como da História Cultural auxiliou ainda mais o estudo do feminino. Os incipientes estudos sobre as mulheres eram realizados por meio de um diálogo com diversas disciplinas, como a Literatura, a Linguística, a Psicanálise e a Antropologia, ou seja, para a compreensão desse novo objeto de estudo era imprescindível a interdisciplinaridade (SOIHET, 1997).

Não obstante, apesar dos avanços relativos à presença feminina nas pesquisas acadêmicas, particularmente na historiografia, ainda é grande a dificuldade em se fazer uma História das Mulheres, devido à limitação de fontes documentais e do descaso em relação ao estudo do feminino. Tais aspectos merecem uma consideração à parte. Começamos pelo descaso no que concerne aos estudos sobre as mulheres, seus problemas e vivências específicos. Apesar dos avanços em sua condição política, econômica e social, os elementos fundamentais da sociedade em que vivemos mantêm-se na mesma base binária iluminista. A lógica da estrutura acadêmica, assim como de todas as instituições brasileiras, como a família e a política, reafirmam os dualismos de gênero, em que os homens são os seres racionais, públicos, viris, ativos, dominadores e as mulheres os seres irracionais, da esfera privada, dominadas por paixões, passivas, votadas ao reino da natureza. Tais oposições binárias de identidade de gênero são a base da sociedade patriarcal atual.

Segundo Bourdieu (2010), a lógica da divisão sexual está presente em tudo. Tanto objetivamente, como no trabalho e na reprodução biológica, quanto na subjetividade, sob a forma de esquemas cognitivos que, organizados segundo essas divisões sexuais,

delimitam a percepção das divisões objetivas. Ou seja, a dominação masculina é plenamente exercida na medida em que a divisão sexual está inscrita em todas as coisas e nos corpos, dirigindo as percepções, os pensamentos e as ações dos sujeitos em conformidade com a primazia masculina e os princípios de divisão androcêntricos.

O campo historiográfico, por sua vez, está inscrito nessa sociedade patriarcal, sendo inevitável a perpetuação de esquemas de pensamento que estão em consonância com a lógica da dominação masculina. É ainda bastante visível o quanto o discurso falocêntrico faz parte das dinâmicas acadêmicas, o que implica em um descaso ou mesmo uma minimização das pesquisas relativas às mulheres.

Quanto às dificuldades em relação às fontes documentais, dada a preferência aos personagens masculinos, à história dos palácios, da política e da guerra, pouco se preocupou em efetuar um registro escrito das particularidades dos grupos desfavorecidos. Mulheres violentadas, prostitutas, indígenas, militantes políticas e estudantis, jamais preocupou-se em cravar em pedras suas histórias, seus medos, dificuldades, disputas de poder, vitórias, resistências, enfim, suas "memórias subterrâneas" (Pollak, 2008). Os documentos oficiais não trazem essas memórias e os meios de comunicação mantiveram-se pouco interessados em construir uma versão dos fatos de quem realmente os vivenciou. Salvo as recentes e ainda poucas pesquisas acadêmicas, a memória e a História das Mulheres permanecem carentes de estudos e análises.

Uma das alternativas, hoje bastante utilizada, para realizar uma História das Mulheres é a História Oral, que se apresenta como um recurso bastante eficaz e valoroso para trabalhar com as diversas maneiras de ser mulher na História, nas mais variadas etnias, classes e sociedades. A alternativa da fonte oral e das formas de tratamento e análise desenvolvidas pela História Oral possibilitam estudar de maneira ampla, subjetiva e profunda, questões relacionadas às perspectivas dos estudos de gênero, como a violência contra a mulher, a prostituição e a participação feminina na política. É uma possibilidade bastante frutífera que se apresenta atualmente, permitindo que as mulheres sejam não só o objeto do saber historiográfico, como também sujeitos de sua própria história, haja vista o trabalho direto com as suas memórias.

Por fim, vale ressaltar a necessidade de nos atentarmos aos efeitos duradouros da

dominação masculina, como bem disse Bourdieu. Desde as origens do contrato social, do movimento iluminista e do patriarcado, o sexismo esteve presente na forma das oposições binárias que se mantêm até os dias atuais com forças diariamente renovadas. A oposição público e privado ainda é sintomática dos dias atuais, juntamente com todos os binarismos que inevitavelmente remetem às relações de gênero. O campo historiográfico não está dissociado da organização social em que os saberes são produzidos. É preciso realizar a crítica constantemente, mas não a crítica dualista, e sim mergulhando na subjetividade, nas representações, nos símbolos que dão significado às experiências humanas no tempo, especificamente às experiências femininas na História.

Referências bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

HUNT, Lynn. Revolução Francesa e vida privada. In: ÁRIES, Philippe; DUBY, Georges. **História da Vida Privada**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. v.4. p. 21-51.

KOSELLECK, Reinhart. **Crítica e crise**: uma contribuição à patogênese do mundo burguês. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 1999.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista de Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, 2008.

RAGO, Margareth. Descobrir historicamente o gênero. **Cadernos Pagu**, v. 11, p. 89-98, 1998. p. 90.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995.

UM PROBLEMA HISTÓRICO-GEOGRÁFICO: ONDE FOI O ASSENTO DA VILLA DE S. ANDRÉ DA BORDA DO CAMPO (1902-1909)

Gerson Ribeiro Coppes Jr. ¹¹¹

Em 1942, Affonso José de Carvalho escrevendo sobre as transformações que a cidade de São Paulo havia vivenciado nos últimos 50 anos afirmava que em 1882 a cidade era uma crisálida pronta para emergir como metrópole. As transformações sociais e culturais cristalizadas na imagem da metrópole do café foram acompanhadas de mudanças políticas e econômicas no estado de São Paulo (LOVE, 1982; SEVCENKO, 1992; PORTA, 2005). Se a ampliação da importância do café na economia nacional proporcionou a São Paulo, principal produtor, uma posição hegemônica nos primeiros anos da república, a posterior perda desta posição provocaria o surgimento que defendia esta hegemonia paulista no âmbito nacional, principalmente, como forma de garantir os interesses políticos e econômicos da elite política paulista. No entanto, tal defesa para se sustentar era necessário que fosse legitimada, justificada. No campo histórico, o foco da legitimação esteve na reformulação da história de São Paulo.

Ao estudar a produção histórica regional paulista entre 1890 e 1930, Katia Abud (1985) evidenciou a construção de uma história de São Paulo pautada na expansão e povoamento do território nacional durante o período colonial. A partir disso, o bandeirante surgia como personagem principal desta história, sendo transformado em símbolo de uma identidade local. Os letrados paulistas, próximos a elite paulista, buscaram construir uma legitimação a partir da construção de uma história de São Paulo que transpôs os valores associados aos bandeirantes, “nobreza, valor, coragem, superioridade racial”, para esta elite do final do século XIX foi a base da justificativa histórica para a pretensa hegemonia na federação. Se os paulistas estiveram à frente da expansão e povoamento do território durante a colônia, deveriam exercer essa mesma liderança na política e economia durante a Primeira República.

¹¹¹ Mestrando em História - Programa de Pós-graduação em História - Faculdade de Ciências e Letras - UNESP, Campus de Assis. Bolsista CNPq. Este trabalho é resultado de pesquisa desenvolvida no âmbito do Projeto Temático “Escritos sobre os Novos Mundos”, financiado pela FAPESP.

O Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, IHGSP, fundado em 1894, esteve profundamente ligado a produção desse projeto de história. Sua criação estava inserida no contexto de formação de outras instituições de cunho científico em São Paulo, como o Museu Paulista, a Comissão Geográfica e Geológica, o Arquivo do Estado; E da reforma na instrução primária. Estando profundamente ligado a elite paulista, o IHGSP se transformou em local de produção e discussão desta reconstrução da história de São Paulo. Os sócios do IHGSP se colocaram na tarefa de reescrever a história local centrando-a na expansão e povoamento durante a colônia e até reescrever a história nacional elegendo heróis e símbolos paulistas.

A *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo* funcionando como espaço de divulgação expunha os temas que estavam sendo discutidos e os trabalhos que estavam sendo produzidos apontando as direções tomadas pela produção histórica do Instituto. Neste trabalho iremos analisar um problema que se desenvolveu na *RIHGSP* entre 1902 e 1909: a determinação da localização da vila de Santo André da Borda do Campo. Buscaremos investigar os procedimentos metodológicos expostos pelos trabalhos que problematizaram essa discussão a fim de entender *como* eles escreveram a história de Santo André da Borda de Campo e como este problema estava relacionada ao projeto de história do IHGSP: Qual o papel de Santo André da Borda do Campo na história de São Paulo? Quais procedimentos metodológicos foram utilizados por estes letrados? Questionar como e por que a história foi feita e escrita nesse período carrega a possibilidade de problematizar e desnaturalizar estas imagens de São Paulo, tirando seu poder de verdade única sobre um passado.

2.3. A localização da Villa de S. André da Borda do Campo

A comemoração do IV centenário do Descobrimento do Brasil mobilizou os letrados brasileiros num esforço para se pensar a origem da nação. Em São Paulo, além de se pensar a origem da nação, a almejada hegemonia na federação transformava a reavaliação dos períodos iniciais da nação na possibilidade de impor um viés local sobre a história nacional. Neste aspecto ressurgia a figura de João Ramalho. A possibilidade de apontar um português, ou ainda, um “paulista”, como o pioneiro descobrir do novo

continente, como se cogitava em relação a Ramalho, mobilizou os letrados paulistas na investigação desta possibilidade.

Figura controversa, Danilo Ferreti e Maria Helena Capelato (1999) apontam que João Ramalho movimentou dois grupos dentro do IHGSP, um que valorizava uma visão negativa, principalmente pela ligação com a escravidão indígena, e outro que buscava reabilitar sua figura como herói. No fim, a corrente reabilitadora de João Ramalho saiu vencedora, criando um nexo da figura de Ramalho como primeiro desbravador do sertão e, com isso, ele se tornava precursor dos bandeirantes.

Assim, o problema da vila de Santo André da Borda do Campo se iniciava indiretamente através da figura de seu fundador. Em 1902, o volume 7 da *RIHGSP* apresentava diferentes estudos que problematizavam a trajetória de João Ramalho. Como afirmava Francisco de Campos e Andrade no trabalho *João Ramalho, Contribuição para sua reabilitação* (1902):

A reabilitação da memória de antepassados que contribuíram, na medida de suas forças, e sob a influência do meio etnográfico, do seu tempo, para a formação de uma nacionalidade como para o progresso da civilização, não pode ser coisa indiferente a nós, que somos do ontem, que apenas contamos quatro séculos de existência.

Somente em 1904 é que o problema da vila aparecia com a publicação do trabalho *Restauração Histórica da Vila de S. André* (SAMPAIO, 1904), de Teodoro Sampaio. O principal questionamento era acerca da localização da vila, no entanto, mais do que isso, era a exposição de dois sistemas opostos. Iniciando sua análise traçando alguns aspectos da vila, Sampaio retomava o relato de viagem do alemão Ulric Schmidel que apresentava a vila de forma negativa, expondo o temor de seu chefe, João Ramalho, chegando a se referir à vila como uma alcova de ladrões. Essa visão negativa era reforçada por Sampaio ao questionar a composição urbana da vila de Santo André, indagando se teria tido os prédios públicos e/ou as fortificações apontadas no trabalho *Memórias* de Frei Gaspar da Madre de Deus¹¹². Sampaio nesse ponto faz uso da lógica para apurar os fatos, confrontando diferentes relatos a fim de confirmar sua veracidade. Conclui que, tendo em vista as limitações de tempo e recursos que os habitantes da vila vivenciam ea

¹¹² Frei Gaspar da Madre de Deus é enquadrado por Kátia Abud, juntamente com Pedro Taques, como a primeira fase de produção de uma historiografia da história de São Paulo focada na expansão e povoamento do território durante a colônia e no bandeirante. A segunda fase seriam os letrados do fim do século XIX e início do século XX. Cf. Abud, 1985.

ausência no relato de Schmidel de tais construções, Santo André nunca foi mais do que uma “pobre aldeia, fadada a vida efêmera e sem glória” (SAMPAIO, 1904, p. 10).

Sampaio construía assim uma dicotomia entre a vila de Santo André com a vila de São Paulo. Enquanto Santo André e João Ramalho representariam os bandeirantes e a escravidão dos indígenas, São Paulo representaria os jesuítas e a catequização, dois modelos distintos que estavam no cerne das visões negativa e positiva que constituíam a discussão sobre João Ramalho no período em que Sampaio escrevia. Enquanto as características ligadas a fundação da vila de Santo André levaram a sua curta vida, as características ligadas a vila de São Paulo justificavam sua duração: “Venceu a Brandura, frutificou a fé, converteu-se o selvagem”. (SAMPAIO, 1904, p. 10)

Sampaio apesar de expor uma visão negativa sobre a vila de Santo André, ele a encadeava no mito bandeirante afirmando que a vila havia sido o “primeiro despertar da civilização neste lugar fadado para os mais arrojados cometimentos na conquista e descobrimento dos sertões ocidentais” (SAMPAIO, 1904, p. 3). Por mais que a visão negativa permanecesse com a ligação da povoação de Santo André a escravidão de indígenas, Sampaio aponta também que a supressão da localidade adiantou um sistema que ressurgiria com os bandeirantes. Essa aparente disparidade que carregava a imagem da vila de Santo André era representativa de outras discussões recorrentes no Instituto como a viabilidade racial do bandeirante (SAMPAIO, 1899-1900).

Tendo caracterizado a vila, restava determinar seu local. Sabendo que a vila estava localizada a borda do campo, ou no limite com a mata, e a beira da estrada que saía de Piratininga para o mar, a localização da vila seria encontrada ao determinar o local onde esses dois pontos se cruzassem. Utilizando dos conhecimentos levantados pelos documentos, a planta topográfica do terreno e o conhecimento dos locais, Sampaio afirmava que a vila de Santo André estava localizada acerca de 1 km do município de São Bernardo do Campo. Nesse ponto, a estrada velha se encontrava com a orla da mata.

A localização defendida por Sampaio também satisfazia a tese de Madre de Deus de que a vila estava localizada dentro da fazenda de São Bernardo, que iria dar origem ao município. Sampaio ainda utilizaria documentos escritos por Padre José de Anchieta para confirmar sua tese. Nos documentos de Anchieta, São Paulo de Piratininga estaria a 10 léguas de São Vicente e a vila de Santo André “três léguas mais para o mar”

(SAMPAIO, 1904, p. 16), distâncias que segundo Sampaio foram confirmadas no período em que escrevia e correspondiam a localização defendida por ele.

Se os trabalhos de Sampaio abriram uma nova discussão, a localização da vila, eles não a encerraram e viriam a provocar outros trabalhos. No volume 14 de 1909 da *RIHGSP* três trabalhos que problematizavam a localização da vila retomavam a discussão. No artigo *Santo André da Borda do Campo* (MOURA, 1909a) Gentil de Moura propunha uma reavaliação do tema afirmando que, os intelectuais que deram uma resposta para o problema, apontando este ou aquele ponto para a localização da vila, não fundamentaram suas opiniões com “documentos convincentes ou defende-la com outras provas justificativas” (MOURA, 1909a, p. 5). O fato dos estudos não apresentarem documentos e provas convincentes, para Moura, justificaria as diversas localizações da vila defendidas por diferentes letrados como Varnhagen, que havia confundido a vila de Santo André com São Paulo; e Machado de Oliveira, que afirmava que a vila de São Bernardo estava situada no mesmo local da vila de Santo André da Borda do Campo. Assim, “desse lacônico modo de elucidar pontos obscuros da história, resultou a pluralidade de lugares, disputando cada um deles a glória de ter sido a sede da primeira vila ereta serra acima” (MOURA, 1909a, p. 5).

Tendo em vista as limitações dos arquivos, o “ciúme dos manuscritos”, e não existir documentos novos, essenciais para jogar luz as questões obscuras, quais caminhos tomar para resolver a questão? A tradição deveria ser utilizada nesse caso? Gentil de Moura tecia uma crítica ao uso da tradição no Brasil para chegar a uma resposta para a questão, pois ela não seria capaz de gerar um relato fiel do passado. Dessa forma, na falta de novos documentos Moura se volta para os documentos existentes, um novo olhar revelaria algo novo? Moura reafirmava a primazia do arquivo e a necessária descoberta de novos documentos para se chegar a uma resposta definitiva.

A análise de Gentil de Moura acerca da localização da vila de Santo André, utilizando dos registros de sesmarias guardadas no mosteiro de São Bento em São Paulo buscou determinar o perímetro dessas terras e com isso chegar a localização da vila a partir das descrições do terreno presentes nessas cartas. A partir disso, Gentil de Moura concluía que a vila de Santo André estaria localizada próxima a casa de Bartholomeu Carrasco e

do rio Grande ou Jurubatuba, alguns quilômetros à frente da vila de São Bernardo, em direção ao litoral.

Mesmo chegando a uma resposta, Moura ainda colocava em dúvida essa assertiva “vejamos, contudo, por amor a verdade, se possível situar-se em outro local as propriedades de mestre Bartolomeu e dos Jesuítas” (MOURA, 1909a, p. 11). A partir disso, ele apresenta os documentos guardados no Convento do Carmo na cidade de Santos a fim de comparar e confirmar as divisas entre as sesmarias presente nos documentos do mosteiro de São Bento. Por último, a fim de defender sua argumentação, afirma que a *borda do campo*, presente no nome da vila, poderia ter um sentido menos rígido, podendo ser afastado da orla da mata tendo em vista a posição apontada por ele.

O trabalho de Moura gerou uma resposta de Teodoro Sampaio, que no trabalho *Um problema histórico-geográfico, Onde foi o assento da Villa de S. André da Borda do Campo* (SAMPAIO, 1909) buscou contrapor algumas de suas afirmações. Um aspecto questionado por Sampaio é a pluralidade de locais questionados por Moura. A maioria deles confirmaria a tese de Sampaio apontando para um local próximo a vila de São Bernardo. Outro aspecto questionado nesse trabalho é o significado da *borda do campo*. Para Sampaio essa construção não poderia ter outro significado além do estar situado estritamente no limite entre a mata e o campo. Assim, afirma em relação ao trabalho de Moura que: “os documentos de que se serviu não dão para tanto, pois que, submetidos a crítica, o que deles mui logicamente se infere é que a povoação de João Ramalho não podia estar a margem daquele rio”(SAMPAIO, 1909, p. 29). Os mesmos documentos utilizados por Moura dão outras respostas para Teodoro Sampaio e confirmavam que o local da vila era nas imediações de São Bernardo do Campo.

Os trabalhos de Moura assim não trariam um “fato novo” que tornasse necessária a reabertura da discussão, pois utilizaram documentos conhecidos e já estudados. As possibilidades para resolução da questão estariam talvez em descobertas arqueológicas, que não ruínas, sepulturas e restos humanos. Teodoro Sampaio ao contrapor a análise de Moura reforça os mesmos aspectos. Somente o documento poderia de fato encerrar a questão. No entanto, afirma que esse “fato novo” só viria a confirmar sua tese que de a vila estaria nas imediações de São Bernardo do Campo.

As duras críticas de Sampaio levaram a publicação de um segundo trabalho de Gentil de Moura, *Um problema histórico-geográfico - Onde foi o assento da Villa de S. André da Borda do Campo – Resposta ao Sr. Dr. Theodoro Sampaio* (MOURA, 1909b) em que buscava rebater certas críticas. Moura questionava nos trabalhos de Sampaio o uso sem critério dos trabalhos de Frei Gaspar. Se Sampaio utiliza o trabalho de Gaspar para embasar a defesa do local da vila de Santo André nas imediações da vila de São Bernardo, ele discorda do relato de Frei Gaspar sobre os prédios públicos hipoteticamente existentes em Santo André. E, além disso, a contradição no uso de Frei Gaspar se estenderia no uso dos trabalhos de Pedro Taques e Varnhagen por Sampaio visto que esses utilizavam da tradição, do relato oral. Seria a essa tradição que Moura se opunha? A tradição oral utilizada tanto por esses historiadores quanto por Sampaio ao utilizar o conhecimento dos moradores locais acerca da localização da vila? Tendo em vista que o próprio Moura fazia uso do *Memórias* de Frei Gaspar, podemos concluir que a tradição era passível de uso, porém, não o relato oral.

Outra crítica de Sampaio ao trabalho de Moura era o porquê de as sesmarias não utilizarem a vila de Santo André como referência para determinar seus limites. Moura aponta que nas concessões das sesmarias de Pedro Góes e Braz Cubas, em 1534 e 1536, Santo André ainda não existia, tendo sido fundada entre 1543 e 1553. Para fundamentar esse argumento, utiliza o trabalho de Teodoro Sampaio publicado em 1904 sobre a vila de Santo André onde era deduzido que a vila não havia sido a primeira povoação acima da serra a partir de um documento de 1550. Por último, Moura, utilizando novamente os trabalhos de Teodoro Sampaio, aponta que a localização da vila defendida por Sampaio ficaria a 9 km da orla da mata.

Nesse trabalho, Moura ainda retomaria a dicotomia entre a vila de Santo André e São Paulo que havia sido recorrente nos trabalhos de Sampaio. Se Sampaio afirmava que a vila de Santo André não poderia ser a margem do rio Jurubatuba a partir do relato de viagem dos jesuítas que afirmava que, para evitar a vila, eles subiam esse rio para chegar aos campos de Piratininga, Sampaio indagava como eles poderiam usar o rio que passava pela vila justamente para evitá-la? Porém, Moura discordava dessa tese afirmando, por outro lado, que os jesuítas mantiveram contato com a vila de Santo André, visitando para consagrações e na ocasião da transferência da vila para São Paulo foi oferecido a João Ramalho cargo público na localidade dos jesuítas.

Assim, retomamos agora duas frases presentes na apresentação do primeiro volume da *RIHGSP*. A primeira “A história de S. Paulo é a própria história do Brasil” era icônica do projeto de história almejado pelo IHGSP, criar uma história local que se sobrepusesse a história nacional, justificando uma hegemonia paulista. No entanto, essa ligação não existia de fato em 1894, ano da fundação do Instituto, ou 1895, ano do primeiro volume da revista. Essa ligação seria construída e reforçada pelas diferentes gerações de letrados que fizeram parte do Instituto. Um exemplo disso seria o nexos criado entre a figura de João Ramalho com os primeiros anos da colonização. Por mais que a chegada de Ramalho ao Brasil tivesse sido estabelecida como tendo ocorrido após 1500, ele ainda era responsável pela alegada primeira povoação no interior da colônia. Se a história de São Paulo seria pautada na expansão e povoamento durante a colônia, Ramalho conseguia agregar na sua figura todos esses aspectos, sendo considerado precursor dos bandeirantes.

A segunda frase diz mais em relação aos procedimentos metodológicos: “Todavia o molde fica traçado, restando a outros modifica-lo e aperfeiçoa-lo até que a nossa história seja a fiel interprete dos acontecimentos”. Nos trabalhos de Teodoro Sampaio e Gentil de Moura as visões negativas e reabilitadoras sobre João Ramalho se chocavam e talvez este fosse a divergência principal que motivava a disputa entre Sampaio e Moura. Neste aspecto até a localização da Vila de Santo André ficava em segundo plano.

A análise dos trabalhos expunha que, em relação aos procedimentos metodológicos utilizados por ambos não havia diferenças profundas. A importância dada ao documento, sendo reafirmado em diferentes pontos que a solução do problema da localização da vila poderia estar na descoberta de um novo documento; o confronto de diferentes relatos a fim de desfazer ambiguidades e verificar a veracidade dos fatos; apontava para a apropriação daquilo que foi denominada concepção moderna de história, uma série de procedimentos que defendiam a análise crítica dos documentos a fim de produzir uma versão fiel do passado e foram introduzidas no Brasil a partir do fim do século XIX (ARAÚJO, 1989), período de mudanças na matriz histórica brasileira (ALONSO, 2002; DIEHL, 1992). Além disso, quando Moura expõe que “por amor a verdade” era necessária verificar se as suas afirmações se sustentavam poderíamos indagar até da apropriação do método dito “metódico”, que integrava a concepção moderna. Especificamente, Moura estaria fazendo uso da “dúvida metódica”, colocando

em dúvida suas afirmações para reforçar seu poder de veracidade ao confrontar com outros relatos (ANHEZINI, 2011).

A apropriação da concepção moderna de história gerava outro problema, que era a crítica de Moura ao uso da tradição. Se Moura a utilizava, essa crítica era em relação ao todo ou somente a uma parte? Posteriormente é possível notar que a tradição a que ele se opõe é aquela estava ligada ao relato oral, utilizada em certos pontos por Sampaio. Nesse aspecto, Moura não nega totalmente o uso da tradição, porém reforça o ideal de acessar o passado da forma mais fiel e, com isso, se afastar da ambiguidade dos fatos que estaria presente no relato oral. Esta possibilidade de uso da tradição se fosse analisada criticamente a fim de afastar ambiguidades estava presente na concepção moderna. A implantação da concepção moderna de história estava presente desde o primeiro volume da revista, no entanto, como aponta Valdeci Lopes de Araújo, na transição do regime clássico para o regime moderno no Brasil durante o século XIX, sem ser um processo homogêneo, o regime clássico se fragmentou durante essa incorporação e algumas de suas partes permaneceram e se diluíram com a concepção moderna. O uso da tradição seria um exemplo dessa fragmentação do clássico dentro do moderno. Como afirma Araújo: “Em cada situação nacional, local e mesmo individual esses fragmentos podem se combinar de forma variada com elementos modernos, produzindo modos de convivência distintos” (ARAÚJO, 2011, p. 140).

REFERÊNCIAS

Fontes:

Ao Leitor. **RIHGSP**, São Paulo, v.1, 1895.

MOURA, Gentil de Assis. Santo André da Borda do Campo. **RIHGSP**, São Paulo, v.14, 1909.

MOURA, Gentil de Assis. Um problema histórico geográfico. Onde foi o assento da villa de S. André da Borda do Campo. Resposta ao Sr. Dr. Teodoro Sampaio. **RIHGSP**, São Paulo, v.14, 1909.

SAMPAIO, Theodoro. O sertão antes da conquista. **RIHGSP**, São Paulo, v.5, 1899-1900.

SAMPAIO, Theodoro. Restauração histórica da villa de Santo André da borda do campo. **RIHGSP**, São Paulo, v.9, 1904.

SAMPAIO, Theodoro. Um problema histórico geográfico. Onde foi o assento da villa de S. André da Borda do Campo. **RIHGSP**, São Paulo, v.14, 1909.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABUD, Katia. **O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições**. 1985. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

ALONSO, Angela. **Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império**. São Paulo, Paz e Terra, 2002.

ANHEZINI, Karina. **Um metódico a brasileira: a história da historiografia de Afonso de Taunay (1911-1939)**. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. Ronda noturna: narrativa, crítica e verdade em Capistrano de Abreu. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 1, 1988.

ARAÚJO, Valdei Lopes. Sobre a permanência da expressão história magistra vitae no século XIX brasileiro. *In*: ARAUJO, Valdei Lopes; MOLLO, Helena; NICOLAZZI, Fernando. (Org.). **Aprender com a história? O passado e o futuro de uma questão**. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

CAPELATO, Maria Helena Rolim; FERRETI, Danilo Zioni. João Ramalho e as Origens da Nação: os paulistas na comemoração do IV centenário da descoberta do Brasil. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 04, n.08, p. 67-87, 1999.

LOVE, Joseph. **A locomotiva: São Paulo na Federação Brasileira, 1889-1937**. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. As festas que a República manda guardar. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 4, 1989.

ALGUNS ASPECTOS DA HISTORIOGRAFIA MODERNISTA NO BRASIL

Hugo Ricardo Merlo¹¹³

Esse trabalho é reflexo de um dos problemas que orientaram a feitura da primeira parte de nossa pesquisa de dissertação: a ideia de uma historiografia *modernista*. Na tentativa de localizar a obra de Paulo Prado, *O Retrato do Brasil* (1928), na tradição historiográfica brasileira encontramos na literatura especializada uma referência recorrente a sua filiação a um projeto modernista. O significado dessa filiação não é sempre claro e, quando o é, tende a excluir do “projeto modernista” aspectos questionavelmente modernistas. Nesse sentido, fez-se necessário realizar uma discussão acerca da definição mesma de modernismo; seriam claras as distinções entre as gerações anteriores e a geração do Movimento Modernista, de um ponto de vista estritamente historiográfico? Buscamos as respostas desse problema em um estudo genealógico de aspectos metahistoriográficos de uma historiografia que chamamos, tomando emprestada a nomenclatura de Paulo Arantes, de historiografia da formação. Estudamos as origens do tropo da formação, do ensaio como forma de escrita historiográfica e da síntese erudita como objetivo das narrativas sobre o passado desde os princípios do século XIX até o final das primeiras décadas do século XX. O estudo que realizamos nos levou a quatro hipóteses acerca da historiografia brasileira, sendo elas: 1 – a formação é um aspecto essencial das narrativas processuais sobre o passado e pode ser verificada na historiografia brasileira a partir do surgimento de uma historiografia literária na primeira metade do século XIX e seu surgimento está ligado à crescente, na virada dos séculos XVIII e XIX, da subjetividade como aspecto da relação do indivíduo com o mundo; 2 – a síntese erudita ou sociológica é uma demanda posta ao conhecimento historiográfico a partir da constituição das ciências sociais e de sua adesão entre intelectuais da geração de 1870; 3 – a emergência do ensaio como forma não está necessariamente ligada a demandas epistemológicas decorrentes da síntese como um objetivo da narrativa historiográfica, mas cumpre um papel fundamental na legitimação

¹¹³ Mestrando do Programa de Pós-graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo. Membro do Laboratório de Estudos em Teoria da História e História da Historiografia (Lethis). Pesquisa a obra de Paulo Prado sob a orientação do prof. Dr. Julio Bentivoglio. Bolsista CAPES.

da historiografia na virada do século XIX para o XX como o gênero que equilibra síntese e erudição; e 4 – o modernismo oferece a linguagem que distingue a produção historiográfica do sentido da formação, à qual filiamos Paulo Prado, de outros regimes de produção historiográfica. Nesse trabalho discorreremos muito brevemente sobre a ideia de modernismo de um ponto de vista conceitual.

A Baudelaire é frequentemente atribuída a fundação da modernidade, em artes, fruto de uma das mais potentes interpretações da modernidade, aquela de Walter Benjamin. Baudelaire, por sua vez, tinha uma opinião distinta da de Benjamin acerca das origens da modernidade. Ele mesmo atribuía sua manifestação pura a dois diferentes artistas em dois diferentes momentos. Primeiro a Delacroix, no *Salão de 1846*, onde Baudelaire ainda faz uso do vocabulário romântico de Stendhal e diz, “para mim, o romantismo é a expressão mais recente, mais atual do belo”, ou ainda, “quem diz romantismo diz arte moderna”; e em *Dante e Virgílio*, ao qual se refere como um “verdadeiro sinal de uma revolução”, atribuindo ao pintor “a última expressão do progresso na arte”. “Suprima Delacroix e a grande corrente da história se rompe”.

O segundo é Constantin Guys e sua obra *Le Peintre de la Vie Moderne*, escrita entre 1859 e 1860 (portanto, finalizada dois anos após a publicação das *Flores do Mal*, do próprio Baudelaire) e publicada em 1863. Baudelaire vê em Guys uma combinação ideal entre instante e totalidade, entre movimento e forma, modernidade e memória. “O prazer que extraímos da *representação do presente*” (grifo nosso), diz ele, “se deve não somente à beleza de que ele pode estar revestido, mas também à sua qualidade essencial de presente” (COMPAGNON, 1999, p. 24-25). Antes da inauguração de toda nossa confusão semântica e clareza serial acerca do moderno e da modernidade, Baudelaire remetia a um sentido antigo do moderno, um sentido que Hans Robert Jauss rastreia na aparição do termo *modernus*, no latim vulgar, derivado de *modo* (agora mesmo, recentemente, agora). *Moderni* apareciam em oposição aos *antiqui* e designavam o que é atual em oposição ao o que já passou. Hans Ulrich Gumbrecht advoga por uma etimologia do moderno derivada do latim *hodiernus* (de hoje) (GUMBRECHT, 1998, p. 9). Assim, Antoine Compagnon define em termos mais caros a nós a modernidade em Baudelaire: “é o partido do presente contra o passado: opondo-se ao academicismo, ela consiste em

retratar seu tempo e sua respectiva temática” (COMPAGNON, 1999, p. 25).

Tendo isso em vista e sem mais delongas, compreendemos aqui como modernismo *a representação do moderno e da modernidade*, seja ela uma representação artística ou uma tentativa de apreender a modernidade pela ciência, ou etc. Assim como aponta Paul de Man, existe uma inovação semântica na modernidade baudelairiana que é a origem de um paradoxo (a superstição do novo que junta à religião do futuro, à mania teórica, ao apelo à cultura de massa e, por fim, à paixão da negação, compõem os cinco paradoxos da modernidade analisados por Compagnon). A noção “representação do presente” estabelece uma distância em relação ao presente ao mesmo tempo que afirma seu imediatismo, vide o trecho abaixo, no qual Baudelaire define a modernidade de Guys:

Ele procura algo que nos permita chamar de *modernidade*; pois não há palavra melhor que exprima a ideia em questão. Trata-se, para ele, de extrair da moda o que ela pode conter de poético no histórico, de extrair o eterno do transitório. [...] A modernidade é o transitório, o fugitivo, o contingente, a metade da arte, cuja outra metade é o eterno e o imutável. [...] Numa palavra, para que toda *modernidade* seja digna de tornar-se antiguidade, é preciso que a beleza misteriosa, que a vida humana nela deposita, involuntariamente, tenha sido extraída. (COMPAGNON, 1999, p. 25)

Definimos o modernismo como representação do *moderno* e da *modernidade*, e não do presente, porque o *presente* não compreende todas as mudanças que *moderno* e *modernidade* sofrem ao longo dos séculos XIX e XX. Marshall Berman, por exemplo, em seu clássico *Tudo que é sólido desmancha no ar* (1982) define, nas primeiras linhas da introdução do livro, a modernidade nos seguintes termos:

Existe um tipo de experiência vital — experiência de tempo e espaço, de si mesmo e dos outros, das possibilidades e perigos da vida — que é compartilhada por homens e mulheres em todo o mundo, hoje. Designarei esse conjunto de experiências como “modernidade”. Ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor — mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos. A experiência ambiental da modernidade anula todas as fronteiras geográficas e raciais, de classe e nacionalidade, de religião e ideologia: nesse sentido, pode-se dizer que a modernidade une a espécie humana. Porém, é uma unidade paradoxal, uma unidade de desunidade: ela nos despeja a todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambiguidade e angústia. Ser moderno é fazer parte de um universo no qual, como disse Marx, “tudo o que é sólido desmancha no ar” (BERMAN, 1986, p. 14).

Para Berman, ser moderno é ser universal e viver sob a égide das promessas da

aventura, do poder, da alegria, da *transformação*. Ser moderno é a expectativa do novo. Antoine Compagnon possivelmente discordaria, pois compreende que a modernidade como a projeção de expectativa sobre o novo é uma das fases (cruciais) da modernidade e a origem de seu segundo paradoxo (a religião do futuro) e que os primeiros modernos não imaginam que representassem uma vanguarda. Nas palavras do autor:

Confunde-se, porém, muitas vezes, modernidade e vanguarda. Ambas são, sem dúvida, paradoxais, mas elas não tropeçam nos mesmos dilemas. A vanguarda não é somente uma modernidade mais radical e dogmática. Se a modernidade se identifica com uma paixão do presente, a vanguarda supõe uma consciência histórica do futuro e a vontade de se ser avançado em relação a seu tempo. Se o paradoxo da modernidade vem da sua relação equívoca com a modernização, o da vanguarda depende de sua consciência da história. Dois dados contraditórios constituem na realidade, a vanguarda: a destruição e a construção, a negação e a afirmação, o niilismo e o futurismo. Por causa dessa antinomia, a afirmação vanguardista só serviu, muitas vezes, para legitimar uma vontade de destruição, sendo o futurismo teórico um pretexto para a polêmica e a subversão. Inversamente, a reivindicação niilista mascarou muitos dogmatismos. A vanguarda, substituindo os patos do futuro pela aceitação do presente, toma ativo, sem dúvida, um dos paradoxos latentes da modernidade: ela faz de sua pretensão à autossuficiência e de sua autoafirmação uma autodestruição e uma autonegação necessárias. (COMPAGNON, 1999, p. 38)

O esforço de Koselleck na determinação de diferentes configurações do tempo histórico ao longo da modernidade endossam a perspectiva de Compagnon. Para Koselleck, existe um crescente descolamento entre o espaço de experiência e o horizonte de expectativa desde o princípio da modernidade (por volta do século XV). A maneira como se configuram presente, passado e futuro, no entanto, e a porção que experiência e expectativa representam no quadro geral do tempo histórico variam ao longo desse período. Um tempo histórico linear e positivo (que possua um princípio regulador que determina os rumos dos eventos em direção a um futuro novo) é apenas uma dessas configurações que é predominante em dados momentos dos séculos XVIII, XIX e XX. Dedicaremos o segundo capítulo dessa dissertação ao estudo do tempo histórico e dos usos do passado na obra de Paulo Prado e, marginalmente, de outros intelectuais associados a historiografia da formação.

Após essa brevíssima discussão teórica esperamos estar clara nossa defesa de uma leitura da experiência modernista brasileira que preze por sua multiplicidade. Seja pelo viés de um cientificismo projetado para o futuro ou de uma abordagem sociológica projetada para as mazelas do passado; seja pelos princípios universalizados, ou pela tradição, o *modernismo* brasileiro é aquilo que representa a *modernidade* brasileira.

Esses registros tão distintos que o termo *modernidade* (e, por conseguinte, *modernismo*) abarca foram organizados em *Cascatas de Modernidade*, um texto que compõe o livro *Modernização dos Sentidos*, de Hans Ulrich Gumbrecht, cuja edição brasileira foi publicada em 1998. No Brasil, um sutil retardo na chegada da sensibilidade da Baixa Modernidade (1800 até a virada do século) talvez explicasse uma confusão tão generalizada entre essa e aquela sensibilidade da Alta Modernidade (início do século XX). Outra explicação pode ser dada no nível da materialidade, e nesse sentido a divisão tripartida da modernidade de Marshall Berman pode nos ser mais útil, dadas suas relações mais direcionadas entre as diferentes percepções modernas do mundo e as condições materiais e eventuais. O filósofo estadunidense divide a modernidade em primeira fase (início do século XVI até o final do século XVIII), fase de experimentação da vida moderna; segunda fase (começa com a grande onda revolucionária de 1790 e vai até a virada do século XIX para o XX), época em que os indivíduos partilham o sentimento de viver uma era revolucionária, marcada pelo descompasso entre o presente e o futuro, local da projeção utópica; e terceira e última fase (século XX) fase da expansão global da experiência moderna ao mesmo tempo em que ocorre uma fragmentação da modernidade, processos que resultam em uma falta de nitidez para o projeto moderno. Berman, nota, acerca do processo de modernização material no século XIX, que

Se nos adiantarmos cerca de um século, para tentar identificar os timbres e ritmos peculiares da modernidade do século XIX, a primeira coisa que observaremos será a nova paisagem, altamente desenvolvida, diferenciada e dinâmica, na qual tem lugar a experiência moderna. Trata-se de uma paisagem de engenhos a vapor, fábricas automatizadas, ferrovias, amplas novas zonas industriais; prolíficas cidades que cresceram do dia para a noite, quase sempre com aterradoras conseqüências para o ser humano; jornais diários, telégrafos, telefones e outros instrumentos de media, que se comunicam em escada cada vez maior; Estados nacionais cada vez mais fortes e conglomerados multinacionais de capital; movimentos sociais de massa, que lutam contra essas modernizações de cima para baixo, contando só com seus próprios meios de modernização de baixo para cima; um mercado mundial que a tudo abarca, em crescente expansão, capaz de um estarrecedor desperdício e devastação, capaz de tudo exceto solidez e estabilidade. (BERMAN, 1986, p. 17)

Processos que podemos nomear, também, de industrialização e urbanização. Benjamin, quando analisa os elementos alegóricos da poética baudelairiana, destaca a cidade como elemento matricial da poesia lírica. Paris é o espaço, o objeto arquitetônico ao qual Benjamin recorre constantemente para compreender o lugar do qual parte seu ponto de vista da modernidade. Entre 1852 e 1870 aconteceu a famosa reforma da cidade de

Paris ou os *travaux haussmanniens*, encabeçada pelo prefeito Georges Eugène Haussmann com o aval de Napoleão III. Paris transformou-se na cidade das largas avenidas, passeios amplos, luminosa, num desenho que revalorizava monumentos mediante a novos traçados em ferro e vidro; uma cidade turística recheada de galerias e armazéns. É no turbilhão da urbanização que emerge a *Spleen*.

Um semelhante processo de replanejamento urbano acontece nas grandes cidades brasileiras nas décadas iniciais do século XX, profundamente influenciado, por sinal, pela arquitetura eclética parisiense, e acompanhado de uma transição massiva entre uma sociedade majoritariamente rural para uma sociedade crescentemente urbana. Beatriz Sarlo diz o mesmo sobre a cidade de Buenos Aires em *Modernidade Periférica: Buenos Aires 1920 e 1930* (1988), identificando, associado ao processo de urbanização portenho, a origem de uma “aceleração traumática” e de uma utopia campesina:

Mudança tecnológica, mudança ecológica, mudança nas formas do trabalho rural; prováveis choques culturais contribuem para uma aceleração traumática que influi em todos os setores da sociedade – não apenas nos que sofrem suas consequências negativas, mas também nos velhos membros da classe rural. As transformações são importantes por que implicam a passagem de um mundo seguro para um espaço mais moderno, que é economicamente bem-sucedido, mas que, talvez por isso mesmo, gera incertezas. Sobretudo se um escritos identifica esse mundo fechado e pretérito com o tempo e o espaço da infância ou da adolescência, representando-o, na ficção narrativa, intocado pelas transformações. [...] A nostalgia tem dois objetos: uma idade perdida do ponto de vista biográfico; um universo social que desapareceu. (SARLO, 2010, p. 72-73)

É possível verificar o mesmo para alguns membros do modernismo paulista. Evidentemente, é bem distinto o mal-estar de Baudelaire e o de Arlt, Güiraldes, Borges e outros intelectuais ligados a *El Modernismo* e a *Sur*, posteriormente. Como são distintos esses mal-estares daquele que Jeffrey Paul von Arx analisa nas obras de Leslie Stephen, John Morley, W. E. H. Lecky e James Anthony Froude em *Progress and Pessimism: Religion, Politics, and History in Late Nineteenth Century Britain* (1985). A urbanização brasileira é um processo longo que acontece em um corte temporal que compreende várias formas de modernização e de modernidade e cuja experiência histórica influi diretamente nos modernismos que decorrem de cada contexto.

Pretendemos encerrar esse capítulo tratando, na parte que se segue, do efeito catalisador do modernismo para aspectos da historiografia da formação. Para tal, recorreremos, sobretudo, a Nicolau Sevcenko.

Ainda que, com a exceção da *síntese erudita*, os aspectos anteriormente elencados como fundamentais para a historiografia da formação datem de um momento anterior a chegada de uma sensibilidade modernista no Brasil, é apenas quando se encontra presente essa sensibilidade que podemos falar de uma historiografia do sentido da formação. Primeiro, pois sem demanda por síntese não existe historiografia da formação e sem modernismo não haveria síntese (erudita); segundo, por que, por esse motivo, a historiografia da formação se consolida como modelo somente quando *transformações na linguagem* e o advento de uma *cultura modernista* estão em curso no Brasil.

Essas transformações são sucintamente analisadas por Nicolau Sevcenko em um texto publicado na revista *Estudos Históricos*, em 1993, mas originalmente escrito em inglês e proferido como palestra no King's College da Universidade de Londres e no Saint Anthony College, na Universidade de Oxford, respectivamente em 22 de janeiro de 1993 e 26 de fevereiro do mesmo ano. Sevcenko inicia *Transformações da linguagem e advento da cultura modernista no Brasil* definindo seu trato de linguagem como “todo sistema de produção de significados e de interação comunicativa” (SEVCENKO, 1993, p. 78), não restringindo-se apenas ao domínio oral e escrito das palavras. O autor analisa meticulosamente um trecho de uma entrevista ao professor Fernando de Azevedo, o homem que concebeu e realizou a mais extensa e bem sucedida reforma educacional do estado de São Paulo. A entrevista foi publicada no início do ano de 1922, separada por dias da Semana de Arte Moderna, e republicada, devido a seu grande impacto, na Revista do Brasil, dirigida por Monteiro Lobato e Paulo Prado. A entrevista dizia, em um dado trecho:

Por que, por exemplo, não hão de realizar aqui em São Paulo, de quatro em quatro anos, festas atléticas como a que se realizou a 11 de maio de 1911, em Paris, e que foi no testemunho do Barão de Coubertin um espetáculo de 'eurythmia' verdadeiramente antiga? Pois, descreve ele, 'foi, de noite, que se efetuou, ao resplendor das tochas, no admirável pátio do palácio da Sorbonne, em Paris, aquela obra magistral de beleza. Os movimentos dos atletas nus, os coros invisíveis, uma pirotécnica simples mas grandiosa, enfim, a representação de um ato composto para as circunstâncias por Maurice Pottecher, o fundador do Teatro do Povo, que se intitula *o filósofo e os atletas*. Esta festa deixou no espírito de todos os espectadores a memória de uma radiante colaboração do atletismo e das musas'. (SEVCENKO, 1993, p. 79)

Sevcenko escrutina cada palavra-chave, cada mínimo detalhe desse trecho e conclui com uma análise da fórmula “o filósofo e os atletas”:

Esta fórmula parece encerrar uma contradição em termos, já que o conceito de

filosofia está ligado à idéia de reflexão racional consciente, enquanto o conceito de atletismo está ligado à idéia de reflexo muscular instintivo. Na verdade, porém, não se trata de uma contradição desconcertante, e sim de um recente tour *de force* filosófico. Trata-se de uma Nova Filosofia da integralidade, baseada em músculos, nervos, impulsos, em coletividades disciplinadas, na exaltação dos instintos, em reflexos que seguem vozes de comando, na exortação do corpo, da força, da raça, da unidade, em suma, baseada na primazia da ação pura. [...] Era isso o que significava o Festival Eurrítmico de Paris: um ato de abandono coletivo, conduzindo ao lado escuro e mágico da comunhão, da redenção e da conquista. (SEVCENKO, 1993, p. 80-81)

O autor associa essa Nova Filosofia da integralidade ao alastramento da Revolução Científico-Tecnológica (ou Segunda Revolução Industrial), a partir da década de 1870, até para os cantões antes inexplorados pelo investimento capitalista, forçando massas, por meio da superexploração e pobreza extrema, para as fronteiras da expansão do capital como plantações, zonas de mineração ou polos industriais, “São Paulo, em si mesma um subproduto das lavouras de café” sendo um exemplo “assombroso dessas megalópoles que se multiplicaram rápida e inesperadamente, como cogumelos após a chuva” (SEVCENKO, 1993, p. 81). A Megalópole e a multidão eram caóticas; seus problemas advinham precisamente da dificuldade em tornar a vida social estável, previsível, produtiva e, acima de tudo, veloz. A oferta de infraestrutura deveria ser ampliada, o fluxo urbano coordenado e as pessoas, em um termo caro a filosofia foucaultiana, disciplinarizadas, ou, nas palavras de Sevcenko, “para tornarem-se velozes e adaptadas às modernas fontes de energia, as pessoas tinham de ser fisicamente condicionadas e psicologicamente motivadas. Foi para isso que os esportes modernos foram inventados” (SEVCENKO, 1993, p. 81).

O resultado do discurso de defesa de políticas públicas relacionadas a criação de espaços e eventos esportivos, como aquele de Fernando de Azevedo era visto nas ruas do centro de São Paulo, tomadas pelas atividades esportivas na virada da década de 1910 para a década de 1920. A linguagem falada, de acordo com Sevcenko, se tornava cada vez mais secundária em uma linguagem em que a ação enfeitiçava a imaginação do público. Para além do Futebol (e das corridas de pombo e, posteriormente, o tiro ao pombo), outra atividade que era a “sensação do momento” era o cinema, esse em sua versão muda, que mantinha a audiência hipnotizada pelo ritmo frenético das imagens em movimento. O léxico mudou. Palavras sem absolutamente nenhum significado concreto traziam promessas de coisas desconhecidas. O exemplo mais comum: *moderno*, esse reforçado por *mordeníssimo*, *supermoderno* e pelo imbatível, o representante máximo do máximo,

revolucionário. “Além de manifestar a introdução de alguém numa realidade virtual absolutamente nova e cheia de promessas, essa palavra enfatizava ao mesmo tempo o fato de que esse movimento se apoiava inteiramente na ação. Na verdade, no curto período entre 1919 e 1932, São Paulo seria sacudida por nada menos do que quatro revoluções” (SEVCENKO, 1993, p. 85).

Afinal de contas, qual a relevância dessas transformações de linguagem diagnosticadas por Sevcenko para a história da historiografia do período? Acreditamos que o advento de uma linguagem de ação em uma cidade que deixa de ter aproximados 20.000 habitantes em 1872 para ultrapassar a marca de um milhão em 1931 (SEVCENKO, 1993, p. 86) é absolutamente significativa: trata-se de um indício claro de uma experiência do mundo absolutamente abalada pela mudança radical. Nicolau Sevcenko é autor de um outro texto, sua tese de doutoramento, *Literatura como Missão* (1983) no qual analisa o missionaríssimo literário nas obras de Lima Barreto e Euclides da Cunha. Discutiremos esse aspecto da experiência intelectual no capítulo que se segue, mas adiantamos que a *ação intelectual* acontece por meio da escrita, e acontece pois existe uma crença profunda no papel transformador da literatura. Nesse contexto, historiógrafos inevitavelmente produziam história mergulhados em um mundo de mudanças e em um tempo histórico profundamente acelerado, assim como aqueles que o fizeram durante o *Sattelzeit* pontuado por Koselleck. O mesmo pode ser dito sobre a história. É da experiência do modernismo que surge uma temporalidade determinante para a constituição da historiografia da formação.

Referências bibliográficas

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

COMPAGNON, Antoine. **Os cinco paradoxos da modernidade**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. Cascatas de Modernidade. In: _____, **Modernização dos Sentidos**. São Paulo: editora 34, 1998.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

SARLO, Beatriz. **Modernidade Periférica**: Buenos Aires 1920 e 1930. São Paulo: Cosac Naif, 2010

SEVCENKO, Nicolau. Transformações da linguagem e advento da cultura modernista no Brasil. **Estudos Históricos**, vol.6, n. 11, Rio de Janeiro, 1993.

VON ARX, Jeffrey Paul. **Progress and Pessimism**. – Cambridge: Harvard University Press, 1985.

BIOGRAFIA E HAGIOGRAFIA COMO PROBLEMA: DISCUSSÃO TEÓRICO- METODOLÓGICA PARA O ESTUDO DA HISTÓRIA ANTIGA

João Carlos Furlani¹¹⁴

Uma discussão teórico-metodológica

Para narrar, descrever ou explicar fatos passados, os historiadores relacionam vestígios que foram produzidos em tempos e lugares diferentes, por agentes sociais diferentes, com propósitos diferentes. Para estabelecer essas relações, geralmente, pressupõem que esses vestígios fazem parte de uma mesma realidade e que estão dentro de uma mesma unidade de sentido. É assim que impõem ordem ao caos da documentação, atribuindo coerência e continuidade ao que é, por si mesmo, incoerente e descontínuo (GUARINELLO, 2003, p. 45). Nesse interim, há a importância em definir e tratar as fontes utilizadas para investigação. Contudo, por mais que o campo historiográfico tenha englobado distintos documentos a serem utilizados como fontes de pesquisa, um gênero que, embora muito utilizado, ainda sofre no meio acadêmico é o da biografia.

Os textos de tipologia biográfica são considerados por alguns pesquisadores como problemáticos devido, principalmente, aos conceitos corriqueiros que os cercam. Como, por exemplo, os expostos em dicionários, que, a respeito da biografia, declaram que a mesma pode ser a “história da vida de um personagem, de um autor” (MICHAELIS, 2009). Essa definição não é em si incorreta, porém, é incapaz de explicar o necessário para se compreender em que consiste o gênero biográfico, seja em sua utilização ou construção.

Produzir uma história de vida, tratar a vida como uma história, isto é, como o relato coerente de uma sequência de acontecimentos com significado e direção, para Bourdieu (1996: 185), talvez seja “conformar-se com uma ilusão retórica, uma representação comum da existência que toda uma tradição literária não deixou e não deixa de reforçar”.

¹¹⁴ Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História (PPGHis) da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), com financiamento da Capes, sob orientação do Prof. Dr. Gilvan Ventura da Silva. Licenciado e bacharel em História pela mesma instituição.

De acordo com Pierre Bourdieu (1996, p. 183), as noções minimalistas a respeito do vocábulo *biografia* estão presentes também no universo acadêmico, representando “o conjunto dos acontecimentos de uma existência individual concebida como uma história e o relato dessa história”. Há, de certo modo, uma associação da biografia a uma espécie de romance, no qual ocorre uma reordenação dos acontecimentos pelo autor, que é o seu produtor, a fim de dar coerência e desfecho à narrativa. Bourdieu (1996, p. 189-191) denomina esse processo de escrita como *ilusão biográfica* e declara que tentar compreender a vida de um sujeito como “uma série única e por si suficiente de acontecimentos sucessivos, sem outro vínculo” é quase tão absurdo quanto tentar explicar o trajeto de um metrô sem levar em conta a estrutura da rede, que envolve diversas relações. Apesar disso, ao realizar as devidas críticas, as biografias são tão úteis à História quanto outros tipos de documentos.

A dificuldade em se aceitar o gênero biográfico como documentação histórica já ocorreu em diversos outros momentos do meio acadêmico. Por exemplo, no século XIX, a rejeição desses documentos aconteceu, em grande medida, devido ao conteúdo das biografias não interessar à História Universal (ROJAS, 2000, p. 10). Com mudanças de cunho metodológico, o gênero biográfico, após ser excluído das análises de muitos pesquisadores, foi retomado como fonte de pesquisa por adeptos do positivismo, que acreditavam que as biografias possuíam grande importância para a compreensão da História. Todavia, a aversão de muitos historiadores ao pensamento positivista contribuiu para desvalorização dos documentos de cunho biográfico.

Outro forte motivo para a exclusão das biografias dos estudos históricos era sustentado pela possibilidade de aproximação dos textos biográficos com as lendas. No entanto, alguns autores do próprio início do século XX já combatiam tal ideia, como, por exemplo, Delehay (1961, p. 12-13). O autor enuncia um problema metodológico que não diz respeito apenas ao gênero biográfico, mas sim a qualquer outro acontecimento que envolva a opinião humana, pois os indivíduos não compartilham exatamente a mesma visão, ocasionando divergências nos pontos de vista sobre um mesmo acontecimento assistido por diversas testemunhas. Nesse sentido, não são exclusivamente as biografias, como documentos, que merecem atenção aos detalhes supracitados, mas, toda a produção cultural humana, responsável pelas mais variadas representações, entendidas, entre outras acepções, como classificações e divisões intelectuais que organizam a

apreensão do mundo social (CHARTIER, 1990, p. 17).

Assim como em outros documentos, Pierre Bourdieu (1996, p. 186-199) enfatiza a necessidade da análise do contexto em que a biografia foi escrita, bem como da temporalidade em que o autor da biografia buscou elucidar. Por conseguinte, destaca a importância em analisar os elementos sociais – como as instituições – que tenham a possibilidade de interferir na escrita do autor ou, em outras palavras, na elaboração do discurso.

O cuidado com os elementos discursivos torna-se extremamente relevante na medida em que o discurso pode ser entendido, nas palavras de Foucault (2009, p. 175), como uma rede conectável e relacional, em um sistema aberto, que registra, estabelece e reproduz não apenas significados que seriam esperados no interior do discurso, mas também valores de uma sociedade, de um meio em si. Foucault (2010, p. 26) declara também que o discurso possui uma característica peculiar: o poder de sustentar, mas, ao mesmo tempo, de poder ser sustentado, em especial, por uma *ideologia*. Em outras palavras, o discurso seria baseado em um conjunto de pensamentos e ideias derivados do autor, não compreendido necessariamente como indivíduo, mas como princípio de agrupamento do discurso, grupo ou instituição, o que torna o terreno discursivo extremamente fértil para análises, inclusive para as biografias.

A valorização do discurso como elemento de análise, em certa medida, contribuiu para a ascensão das biografias como fonte histórica na atualidade, sobretudo em áreas nas quais há uma quantidade reduzida de documentos se comparadas aos estudos históricos modernos e contemporâneos, nas quais, certamente, as pesquisas em História Antiga estão inseridas.

Discussões a respeito do gênero biográfico na História Antiga

Para Guarinello (2003, p. 43), o acesso ao passado é feito “pelo presente, por objetos, textos ou recordações de indivíduos vivos que existem *hincet nunc*”, devendo ser identificados como vestígios de um passado, como sobrevivências que podem ser tratadas como documentos. Desse modo, os diversos tipos documentais devem ser

manuseados metodologicamente no que se refere à datação e autoria, críticas internas e externas dos discursos, linguagem metafórica e simbólica, e assim por diante, uma vez que os documentos não são produzidos num mesmo tempo e lugar ou com a mesma finalidade (CARVALHO; FUNARI, 2007, p. 15).

As biografias, em seu percurso metodológico, foram concebidas por muitos antiquistas como intimamente relacionadas ao discurso histórico. Ruiz-Werner (1973, p. 11) defende que os textos biográficos devem ser analisados à luz da subjetividade, pois, para o autor, o relato do biografado é, na realidade, uma visão do próprio autor. Do mesmo modo, um ponto interessante a ser destacado sobre a produção das biografias é que as mesmas se relacionam, consideravelmente, com a posição que tanto o autor quanto o biografado desfrutaram ou desfrutam na sociedade, o que abrange concepções filosóficas, políticas e religiosas.

Ao analisar o desenvolvimento das biografias de santos nos textos hagiográficos, Delehay (1961, p. 97-98) declara que, para as finalidades pretendidas e pela intenção do autor, tais textos geralmente continham informações a respeito de acontecimentos antes do nascimento do biografado, de sua procedência, de seus pais, de sua futura grandeza milagrosamente profetizada; de sua vida: a infância, a juventude, os acontecimentos mais importantes de sua carreira, suas virtudes, seus milagres; e, por último, seus cultos e milagres após a morte.

Se tivermos em mente que há uma relação direta entre autor e texto, a intenção latente nos documentos biográficos pode se tornar uma aliada no esforço de compreensão dos mesmos, pois revela, em grande parte, a maneira como o “biógrafo filtra o contexto histórico bem como suas intenções a partir do que foi registrado” (FARIAS Jr., 2007). Essa possibilidade torna-se realizável quando o documento biográfico é contrastado com outras fontes consideradas homogêneas. Ou seja, é possível compreendermos, de certa forma, alguns pontos do contexto histórico, já que seus autores estavam expostos e imersos num emaranho de influências de seu tempo. No entanto, temos que levar em consideração a possibilidade de uma fuga ficcional que o autor realiza em sua produção, motivada por alguma finalidade especial ou pela possibilidade de isso ser possível a ele.

Lembramos aqui algumas considerações feitas por Foucault (2009) que são correntes na produção historiográfica. O autor declara que, durante o esforço de investigação, não

podemos nos prender ao “discurso manifesto”, mas sim buscarmos refletir sobre a finalidade de determinado texto (FOUCAULT, 2009, p. 27). Essa tentativa, todavia, pode não ser algo simples, pois, ao tentarmos dar algum sentido a determinados fatos, é provável que criemos uma espécie de ordem para os acontecimentos de uma realidade que, ao comportar interesses sociais distintos e até mesmo contraditórios, torna-se ainda mais complexa (GUARINELLO, 2003, p. 44).

Ao aludirmos especificamente sobre as biografias greco-romanas, devemos levar em consideração que essas apresentavam grande flexibilidade e variabilidade em sua narrativa. Contudo, eram chamadas de “vidas” ou *vitae*, em latim, por apresentarem características comuns que se referem à vida de um indivíduo (KIBUUKA, 2010, p. 11).¹¹⁵

As *vitae*, de acordo com Pelling (1985, p. 159), não possuíam rigidez formal, sendo caracterizadas como um gênero flexível, no qual o interesse pelo contexto histórico, na produção textual, era apenas mais uma das premissas existentes. Ou seja, os biógrafos preocupavam-se em dar maior atenção aos atributos do personagem a ser descrito do que a uma narrativa histórica, gerando uma diversidade no uso dos padrões literários. Para Berger (1998, p. 315), “as *vitae* oferecem dados sobre origem, família, aparência, estilo de vida, costumes” do protagonista, bem como “sobre os mestres que o ensinavam”. Porém, mesmo que os textos biográficos pudessem conter essas últimas características, isso não quer dizer que tal ocorresse de forma rígida e fixa, mas sim variável.

Literatura cristã e as hagiografias

A expansão do cristianismo veio acompanhada do enriquecimento da tradição cristã por meio da sua assimilação por diferentes grupos sociais e culturas. Em especial, as

¹¹⁵ Um modelo para a análise da biografia greco-romana parte de **Vidas Paralelas**, obra escrita por Plutarco. Tal como conhecemos hoje, **Vidas Paralelas** possui 23 pares de biografias, contendo cada par a biografia de um homem grego e outro romano. Mesmo com alguns problemas de localização ou imprecisão, Plutarco oferece uma abundância de citações e, incidentalmente, um grande número de informações valiosas que contribuem para as pesquisas históricas em Antiguidade. Além disso, **Vidas Paralelas** apresenta características dos textos biográficos, como o interesse nos detalhes da vida do protagonista em detrimento do contexto.

tradições a respeito da vida e da obra de Jesus foram aceitas por novos ouvintes em um trânsito que também ocasionou a modificação e adaptação dessa tradição para linguagens, categorias, formas e temas mais compreensíveis aos diferentes contextos dos grupos que aderiram ao cristianismo (KIBUUKA, 2010, p. 2). Esses grupos que assimilavam o cristianismo produziam também literaturas influenciadas pela crença. Podemos supor, então, que as múltiplas faces da tradição cristã estão ligadas a essa pluralidade sociocultural, na qual as preocupações e finalidades religiosas, políticas, sociais, as controvérsias entre grupos religiosos são responsáveis pela variedade literária cristã, que inclui evangelhos, biografias, hagiografias, e etc. Nesse sentido, consideramos importante refletir sobre alguns conceitos importantes sobre a tipologia hagiográfica.

O termo hagiografia possui raízes gregas e é tradicionalmente associado ao século VII,¹¹⁶ momento em que há um destaque nos estudos sistemáticos e críticos sobre os santos e uma preocupação em designar tanto esse ramo do conhecimento como o conjunto de textos que tratam de santos com diversos objetivos de cunho religioso. A hagiografia, por exemplo, poderia ter uso litúrgico, tanto nas missas como nos ofícios monásticos; ser lida em recintos privados ou na educação cristã; propagar ações de homens considerados santos, atraindo ofertas e doações às igrejas e mosteiros que os tinham como patronos; além de servir como instrumento de edificação aos cristãos nos ensinamentos oficiais da Igreja (SILVA, 2008, p. 75).

Linage Conde (1997, p. 283-284) faz um apanhado de alguns autores que consideram o que são textos de natureza hagiográfica. Para a autora, martirologios, necrológios, legendários, revelações, paixões, vidas, calendários, tratados de milagres, processos de canonização, relatos de transladação e elevações podem conter aspectos de uma hagiografia. Silva (2008, p. 74), em concordância com os aspectos hagiográficos dos diferentes textos supracitados, declara que os mesmos possuem como temática central “a biografia, os feitos ou qualquer elemento relacionado ao culto de um indivíduo considerado santo, seja um mártir, uma virgem, um abade, um monge, um pregador, um rei, um bispo ou até um pecador arrependido”. Porém, para Delehaye (1961, p. 1-3), devemos nos preocupar em não generalizar e acabar definindo todos os documentos sobre santos como hagiográficos. Para um documento ser estritamente hagiográfico,

¹¹⁶ Traduzida do grego, hagiografia é composta pelas palavras *Hagios* (santo) e *grafia* (escrita).

este deve ser de caráter religioso e deve visar à edificação. Para o autor, o termo só poderia ser aplicado aos escritos de devoção aos santos e destinados a promovê-los.

Com a diversidade de possibilidades para um texto ser considerado hagiográfico, não há uma unidade no que diz respeito à forma, organização ou processo de composição de uma hagiografia (SILVA, 2009, p. 9). Ou seja, além da ênfase em momentos específicos da vida de um santo, bem como nos milagres que esse teria realizado, é possível encontrar variados temas numa hagiografia, devido, principalmente, às adaptações literárias e finalidades do texto. Entretanto, especialistas em hagiografias frequentemente frisam que a nobreza de um santo é um *topos* de gênero (SILVA; SILVA; 2011, p. 49).

Ao somar todas as considerações a respeito dos textos hagiográficos, é possível considerá-los como um gênero literário, pois o mesmo possuía finalidades e semelhanças em seu conteúdo, servindo principalmente para enaltecer algum membro importante das comunidades cristãs, amiúde canonizado. Além disso, as hagiografias eram tidas como textos de celebração, sendo lidas perante assembleia em cultos e/ou festividades.

Convém ressaltar que uma das primeiras perguntas que podem ser dirigidas a um documento sujeito à análise histórica diz respeito ao seu gênero literário, pois seria problemático julgar, sob um ponto de vista histórico, fatos de uma obra que pretende ser ficcional ou que não se enquadre em algum gênero específico, muitas vezes, fluído. No que se refere às hagiografias, alguns especialistas declaram que, em grande parte, os documentos hagiográficos são parábolas ou contos destinados à edificação dos fiéis e ao fortalecimento dos princípios cristãos por meio de relatos de um mártir ou um asceta (DELEHAYE, 1961, p. 62).

Na produção de uma biografia ou da vida de um santo, são constatados alguns elementos próximos de *topoi* literários que se manifestam em inúmeras hagiografias. A amplificação dos feitos do biografado é uma dessas características. Essa amplificação pode se referir tanto às perseguições sofridas pelos santos ou ascetas quanto às informações sobre a educação, o fervor e os atributos próprios de um cristão.

Uma questão controversa é que, como mencionado, tradicionalmente os especialistas em hagiografias situam seu aparecimento à segunda metade do século VII. Porém, Linage

Conde (1997, p. 283) declara que já há indícios de textos hagiográficos no século V, havendo ainda antecedentes. Já para Silva (2008, p. 74), a literatura hagiográfica iniciou-se “ainda na Igreja Primitiva quando, a partir de documentos oficiais romanos ou do relato de testemunhas oculares, eram registrados os suplícios dos mártires”. No entanto a autora argumenta que o desenvolvimento e a consolidação da mesma como gênero literário ocorrem apenas na Idade Média, na qual o cristianismo e a difusão do culto aos santos eram uma realidade.

Ainda que o termo hagiografia não fosse utilizado para descrever determinados textos cristãos, se compararmos às hagiografias medievais com alguns textos cristãos do século V, sem dúvida, encontraremos inúmeras semelhanças. É imprescindível salientar que não se trata aqui de anacronismo, mas sim de situar o aparecimento de textos de caráter hagiográficos a tempos anteriores ao século VII. Como exemplo, temos *Vita Olympiadis*, documento datado do século V, que, submetido a complexos categoriais baseados em Bardin (2009), cumpre todos os requisitos básicos de uma hagiografia.¹¹⁷

Considerações finais

Nesta exposição, tivemos o intuito de esclarecer um problema comum quando tratamos da literatura cristã, que é a definição de gêneros literários, para o qual Foucault (2009, p. 175) já havia chamado a atenção, alertando-nos para não encarmos, por exemplo, um registro biográfico como meramente biográfico, ou seja, não nos preocuparmos somente com a estrutura do texto, mas sim com o conteúdo e o que o ultrapassa, o autor e seu contexto. Além disso, compreender a importância semântica dos conceitos, assim como exposto por Koselleck (2006, p. 103-105), torna-se relevante para a definição da tipologia literária, uma vez que os mesmos apresentam temporalidades distintas, que podem construir “níveis linguísticos”, capazes de evidenciar um processo de ressignificação.

Por se tratar de obras de caráter religioso, é evidente que as finalidades dos textos cristãos se diferenciam das de um poeta, por exemplo. O que não anula a possibilidade de que, em determinados momentos, seus objetivos não sejam os mesmos, como no caso

¹¹⁷ Cf.: Furlani (2014).

das biografias de cristãos e de políticos. Por mais que ambas tenham contextos distintos, a preocupação com a exaltação e com os feitos do biografado está presente na maioria das biografias, fazendo dessas características *topoi* desse determinado tipo de literatura. No entanto, essa comparação é bem genérica, uma vez que os ensinamentos cristãos se preocupam com questões tanto terrenas quanto espirituais, incluindo-se aí comportamento, moral, regras e atividades distintas, que restringem ou inovam o *modus vivendi* desses grupos praticantes.

Assim como já enunciado por autores preocupados com as fronteiras e os limites entre os gêneros literários, por mais que haja regras, normas ou características generalizantes sobre determinada tipologia textual, esses estarão sujeitos ao seu autor, que as conhece ou não. Ou seja, há uma flexibilidade na escrita, pois existe, além de tudo, uma relação do autor com os elementos da obra literária, com instituições que o cercam, com a língua, com o público, com os contextos sociais, além da situação do autor com ele próprio. Todos esses elementos devem ser levados em conta ao se analisar um documento, o que exige maior atenção e preocupação.

Podemos concluir que a dificuldade em se manter um padrão de escrita nos gêneros literários da Antiguidade é considerável, mas, no âmbito cristão, as motivações religiosas são fatores decisivos no conteúdo. Isso fica explícito no processo descritivo-comparativo das hagiografias do século VII em diante com as *vitae* cristãs de séculos anteriores, como *Vita Olympiadis*. Além disso, os autores cristãos poderiam apropriar-se de distintas formas literárias para a glorificação dos santos, ascetas e mártires, tais como um registro oficial, uma poesia ou uma biografia. Decerto, vários gêneros literários seriam adaptados para o uso da Igreja.

Referências bibliográficas

Fontes

Life of Olympias. In: CLARK, E. A. (Ed.). **Jerome, Chrysostom, and friends: essays and translations**. Lewiston: Edwin Mellen Press, 1979.

Obras de apoio

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009.

BERGER, Klaus. **As formas literárias do Novo Testamento**. São Paulo: Loyola, 1998.

Biografia. In: **Michaelis**: moderno dicionário da língua portuguesa. São Paulo: Melhoramentos, 2009.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta M.; AMADO, Janaina (Org.). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996, p. 183-191.

CARVALHO, Margarida Maria; FUNARI, Pedro Paulo A. Os avanços da História Antiga no Brasil: algumas ponderações. **História**, v. 26, n. 1, p. 14-19, 2007.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Difel; Bertrand Brasil, 1990.

DELEHAYE, S. J. **The legends of the saints**: an introduction to Hagiography. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 1961.

FARIAS Jr., José Petrúcio de. Biografia e historiografia: contribuições para interpretação do gênero biográfico na Antiguidade. **Espaço acadêmico**, ano VI, n. 68, 2007.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Loyola, 2010.

FURLANI, João Carlos. Usos do gênero biográfico na Antiguidade Tardia: educação e moral cristã em *Vita Olympiadis*. **Ágora**, n. 20, p. 151-165, 2014.

KIBUUKA, B. G. L. Os gêneros literários biográficos da Antiguidade Tardia e os evangelhos: continuidades e descontinuidades. **Alethéia – Revista de estudos sobre Antiguidade e Medieval**, v. 2, n. 2, p. 1-12, 2010.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

LINAGE CONDE, Antonio. La Tipología de las fuentes de la Edad Media occidental.

Medievalismo – Revista de la Sociedad Española de Estudios Medievales, n. 7, p. 265-291, 1997.

PELLING, C. B. R. Plutarch and Roman Politics. MOXON, I. S.; SMART, J. D.; WOODMAN, A. J. (Ed.). **Past Perspectives: Studies in Greek and Roman Historical Writing**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

ROJAS, C. A. A. La biografía como género historiográfico: algunas reflexiones sobre sus posibilidades actuales. In: SCHMIDT, B. B. (Org.) **O biógrafo: perspectivas interdisciplinares**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2000.

RUIZ-WERNER, J. M. La Biografía em Grécia. In: _____. (Org.) **Biógrafos griegos**. España: Halar, 1973.

SILVA, Andréia Cristina Lopes Frazão da (Org.). **Hagiografia & História: reflexões sobre a Igreja e o fenômeno da santidade na Idade Média Central**. Rio de Janeiro: HP Comunicação, 2008.

SILVA, Andréia Cristina Lopes Frazão da (Coord.). Introdução. In: SILVA, Andréia Cristina Lopes Frazão da. **Banco de dados das hagiografias ibéricas (século XI ao XIII)**. Rio de Janeiro: Pem, 2009 (Coleção Hagiografia e História, v. 1).

SILVA, Andréia Cristina Lopes Frazão da; SILVA, Leila Rodrigues da. Relações de poder na *Vita Sancti Fructuosi* e na *Vita Dominici Siliensis*: santos, monges, reis e nobres em duas hagiografias ibéricas. **Brathair**, v. 11, n. 2, p. 43-57, 2011.

VIRTUDES EPISTÊMICAS NA HISTORIOGRAFIA PROFISSIONAL BRASILEIRA: O CASO DA “SENSIBILIDADE HISTÓRICA”

João Rodolfo Munhoz Ohara¹¹⁸

A expressão “sensibilidade histórica” aparece aqui e acolá em várias peças publicadas por historiadores brasileiros nos anos de 1980. Em texto de 1983 Francisco Iglésias assim disse de Caio Prado Jr.: “embora advogado de formação, é das sensibilidades históricas mais notáveis que o país já teve” (IGLÉSIAS, 1983, p. 132). Mais adiante, celebrou de Marc Bloch “sua alta sensibilidade histórica, que o levava a compreender o instante e a não ter dúvidas quanto a sua breve mudança” (ibid., p. 136). Lamentou, finalmente, sobre as histórias do direito escritas por advogados: “Falta-lhes porém a sensibilidade histórica e seus livros valem pouco ou até quase nada como História” (ibid., p. 139). José Jobson de Andrade Arruda, em 1984, comentou d’O Mediterrâneo, de Braudel: “uma obra equilibrada no seu conjunto, extremamente bem ilustrada com portulanos, mapas, cartas, gráficos. Tapeçarias usadas com sensibilidade histórica. Um estilo claro e despojado, sem declarações grandiloqüentes nem presunçosas profissões de fé” (ARRUDA, 1984, p. 38). Em outras ocasiões, resenhistas sublinham a sensibilidade com que determinado trabalho foi conduzido e elaborado (MIRANDA, 1989; SOUZA, 1987). Mas o que seria essa sensibilidade histórica? Seria ela uma disposição desejável para que um historiador realize bem seu trabalho? Ou, de outra forma, seria a articulação de várias habilidades individuais mais básicas? Este trabalho busca entender melhor a que se referem os historiadores quando mencionam a sensibilidade histórica enquanto característica positiva – virtuosa – do trabalho de seus pares.

Virtudes Epistêmicas

O conceito de virtude epistêmica chega às discussões da teoria da história inspirado, entre outras fontes, em trabalhos da epistemologia das virtudes (*virtue epistemology*). Nesse ramo da epistemologia, investiga-se o papel de determinadas virtudes

¹¹⁸ Doutorando em História na Unesp/Assis, bolsista Fapesp.

intelectuais¹¹⁹ no processo de construção e justificação do conhecimento. Dito de outra forma, a epistemologia das virtudes se preocupa em refletir a respeito das condições para que um indivíduo produza conhecimento. Mas a definição daquilo que conta como virtude intelectual gera uma das principais divisões entre os *virtue epistemologists*. Para alguns, como Ernest Sosa e John Greco, as virtudes intelectuais são “faculdades cognitivas confiáveis” que conduziram à verdade, como visão acurada, boa memória, ou raciocínio sólido (*sound reasoning*). Para outros, como Linda Zagzebski, Jonathan Kvanvig, Robert Roberts e John Wood, virtudes intelectuais são “traços de caráter” (*character traits*) que balizam uma conduta epistêmica responsável. Tais perspectivas foram denominadas, respectivamente, confiabilismo (*reliabilism*) e responsabilismo (*responsibilism*).¹²⁰

Sosa define virtude intelectual como “uma qualidade fadada a ajudar a maximizar as chances de verdade sobre erro” (SOSA, 1991, p. 225). Para Sosa, virtudes epistêmicas são faculdades que *conduzem* à verdade; conhecimento seria, portanto, “crença verdadeira justificada”, e justificada porque fundada em virtudes epistêmicas (ibid., p. 270). Neste sentido, virtudes epistêmicas são motivo de justificação do conhecimento porque são faculdades confiáveis (*reliable*), ou seja, seu exercício produz consistentemente um grau maior de acertos em relação aos erros.

Zagzebski, por outro lado, define virtude (tanto moral quanto intelectual) por “uma profunda e duradoura excelência adquirida em uma pessoa, envolvendo uma motivação característica para produzir certo fim desejado e sucesso confiável em atingir tal fim” (ZAGZEBSKI, 1996, p. 137). Para ela, virtudes intelectuais são análogas a virtudes morais, e, neste sentido, são disposições adquiridas, cultivadas e exercitadas, e não apenas faculdades cognitivas. Assim, o foco principal de investigação se torna a conduta responsável de um agente virtuoso.

Naquilo que chamo provisoriamente de *uso filosófico* do conceito de virtude epistêmica, portanto, importa investigar a natureza dessas virtudes (seriam elas faculdades ou disposições?), bem como integrá-las ao problema da justificação do conhecimento (por

¹¹⁹ Usarei, ao longo do texto, as expressões “virtude intelectual” e “virtude epistêmica” para me referir ao mesmo fenômeno.

¹²⁰ John Greco (2010) e Jonathan Kvanvig (2011) produziram bons verbetes sobre epistemologia das virtudes em obras de referência. Guy Axtell (1997), Jason Baehr (2006; 2008) e Heather Battaly (2008) também fizeram bons balanços da área.

que se pode dizer que o exercício de tais virtudes produz crença verdadeira justificada?). O objetivo final é pensar em um repertório de virtudes que permitiria explicar e fundamentar a aquisição de conhecimento por parte de um sujeito racional e universal. Desta perspectiva, as virtudes epistêmicas são categorias colocadas fora do tempo e do espaço; seria possível pensar na possibilidade de uma lista exaustiva das características e faculdades consideradas epistemicamente virtuosas.

Dos insights da epistemologia das virtudes, bem como de sua leitura existencialista das críticas de Hayden White à historiografia (PAUL, 2011b), Herman Paul argumentou que seria possível usar o conceito de virtude epistêmica para pensar o trabalho do historiador. Ora, diz ele, “A ideia de que o “fazer” de um historiador possa ser conceituado em termos de virtudes e vícios dificilmente surpreenderia autores de manuais de metodologia como Charles Victor Langlois, Charles Seignobos, John Martin Vincent, e Marc Bloch” (PAUL, 2011c, p. 5). A formação de um historiador não consistia apenas no domínio de determinadas técnicas de trabalho, mas na formação de um *êthos* particular, no cultivo de disposições específicas e no exercício de faculdades cognitivas fundamentais para que o indivíduo realizasse bem seu trabalho. Não bastaria ao historiador econômico ser um exímio produtor de estatísticas se não conseguisse combinar seus dados e seus resultados em um quadro explicativo ou uma narrativa.¹²¹

Mas o *uso histórico* do conceito de virtude epistêmica não visa inventariar disposições que funcionariam de maneira universal para todos os historiadores. Como bem lembra Paul, as virtudes epistêmicas são historicamente condicionadas tanto em seu conteúdo quanto em sua organização. Que tipo de avaliação faríamos se submetêssemos nomes como os de Sima Qian e Ibn Khaldun aos critérios da historiografia moderna? Diferentes virtudes, organizadas em diferentes conjuntos e hierarquias, se referem a diferentes concepções de história e de historiografia. (PAUL, 2012) O conceito de virtude epistêmica, usado historicamente, provê justamente os parâmetros para que possamos descrever adequadamente diferentes ideais de excelência na escrita da história.

¹²¹ Há longa bibliografia sobre a corporificação (*embodiment*) na história da ciência – ver, por exemplo, Steven Shapin (1994; 2008). Sobre construção de si no ambiente acadêmico, ver Richard Kirwan (2013). Finalmente, no caso específico da historiografia, sobre as exigências em relação ao indivíduo historiador, ou sobre a figuração do *êthos* do historiador, ver Bonnie Smith (1995; 2000), Herman Paul (2011a; 2011c; 2013; 2014), Pieter Huistra (2013), Kasper Eskildsen (2013), Jo Tollebeek (2004), Rolf Torstendahl (2009; 2010) e Rodrigo Turin (2009). Maria da Glória Oliveira (2013) também fez uma incursão com o conceito de virtude epistêmica na historiografia.

Sensibilidade Histórica como Virtude Epistêmica

A expressão “sensibilidade histórica” aparece pela primeira vez em texto de Francisco Iglésias, quando este se refere a Caio Prado Jr.: “Este [Caio Prado Jr.] já é um historiador dedicado principalmente à sua ciência: embora advogado de formação, é das sensibilidades históricas mais notáveis que o país já teve.” (IGLÉSIAS, 1983, p. 132). Mais adiante, o autor também celebra a grande sensibilidade de Marc Bloch (ibid., p. 136), e censura a falta dela nas Histórias do Direito escritas por advogados (ibid., p. 139). Em nenhum momento Iglésias faz questão de explicitar aquilo que entende pelo termo, mas uma leitura atenta da peça pode nos dar indícios interessantes. Primeiramente, o autor celebra entre os historiadores aqueles que dominam não apenas as técnicas da crítica documental, mas também as ferramentas de outras ciências sociais:

No caso da História, é certo que quem a cultiva com o domínio de algo mais que as técnicas específicas consegue trabalhos de nível superior. Quem pesquisa e coleta milhares de documentos, mas não os organiza em certa linha interpretativa, pode fazer um catálogo, não fará obra significativa. (IGLÉSIAS, 1983, p. 134)

A capacidade de transitar entre as técnicas típicas da história e os *insights* de disciplinas avizinhas seria crucial no desenvolvimento de uma “obra significativa”. Apenas pelo recurso à interdisciplinaridade o historiador poderia encontrar subsídios para “dar forma” à sua narrativa, uma vez que as ligações entre os acontecimentos não se dão naturalmente ao pesquisador. Mas logo em seguida Iglésias alerta seus leitores:

No caso, como sempre - assim ensina o lugar comum - a verdade está no uso correto da interdisciplinaridade, não em seu abuso distorsivo [sic]. Se sem o apelo a alguma teoria que dê forma e consistência à interpretação o esforço do pesquisador pode dar em produtos finais bem pífios, no caso de seu apelo excessivo o resultado pode ser também pífio, embora às vezes brilhante e enganador nas aparências. É que o historiador se deixa dominar pela outra ciência, passando-a de auxílio a instrumento diretor do trabalho. E absorve e incorpora não só o indispensável para o bom proveito, mas até o *modo de ver*, a técnica de manipulação dos dados, chegando mesmo a conclusões que nada têm a ver com a História. (ibid., p. 134, grifo meu)

O termo central aqui é “o modo de ver”: o “uso correto da interdisciplinaridade” se daria quando o historiador, munido de ferramentas “emprestadas” de outras disciplinas, não se deixa levar pelas maneiras de proceder de outras áreas. Em outras palavras, quando ele não deixa de exercer seu “olhar de historiador”. Assim, entre a “sensibilidade” e o “olhar”, Iglésias deixa entrever que existe algo de específico, de particular e peculiar na maneira pela qual os historiadores apreendem o mundo, organizam suas referências e

produzem seu conhecimento. Essa será a chave para entendermos melhor a que enunciado ele se refere quando trata da expressão sensibilidade histórica.

Diz Iglésias da tarefa central do historiador:

Situar no tempo, exprimir quanto se dá sob o signo de suas características, é a tarefa básica do historiador. Cabe-lhe interessar-se por todas as temporalidades, não se apegando apenas ao passado, segundo conceito genérico e limitado. [...] A capacidade de captar a mudança é um dos traços distintivos do historiador. (ibid., p. 135)

Então, “situar no tempo” define, para o autor, a tarefa fundamental do historiador – sua especificidade entre as ciências sociais. Eis que, logo adiante, Iglésias ligará essa concepção de historiar com o elogio da sensibilidade histórica de Marc Bloch:

Quem melhor conceituou a especialidade foi Marc Bloch, em livro citado [Apologia da História], quando refuga a idéia de História ser só o passado e diz de seu interesse pelo presente, preferindo dizer que a História é o estudo do homem no tempo. Compreende pois o passado e o presente. [...] Pode fazê-lo [a apologia da história] exatamente por sua alta sensibilidade histórica, que o levava a compreender o instante e a não ter dúvidas quanto a sua breve mudança. (IGLÉSIAS, 1983, p. 136, grifo meu)

Assim, não seria de todo absurdo esboçar uma primeira definição de sensibilidade histórica neste contexto, em ligação à “tarefa básica” do historiador: *sensibilidade histórica é a capacidade de situar no tempo*. A sensibilidade histórica seria, portanto, aquilo que permite ao historiador instrumentalizar a interdisciplinaridade sem perder de vista o tempo histórico. Munido dessa capacidade, o historiador pode lançar mão de conceitos, teorias e modelos de outras disciplinas (como o fizeram os “pais fundadores” dos *Annales*) de maneira a subordiná-los à perspectiva do tempo histórico. Ceder à interdisciplinaridade sem sensibilidade histórica significa abrir mão daquilo que é específico, particular e caro ao historiador; significaria fazer coisa outra que não história.

Neste primeiro sentido, podemos dizer que a sensibilidade histórica constitui por si só uma virtude epistêmica: é pelo seu exercício adequado que se pode agir virtuosamente enquanto historiador. Em outros termos, aquilo que diferencia a pesquisa histórica daquela das outras ciências sociais é a capacidade do historiador situar os elementos de sua história no tempo. Logo, trata-se de uma capacidade desejável do pesquisador que deseja ser historiador. É possível encontrar outros subsídios para corroborar essa leitura mais adiante no mesmo texto, quando o autor repreende a falta de sensibilidade

histórica nos livros de História do Direito escritos por advogados:

Lembrem-se, por exemplo, os [livros] de História do Direito produzidos por advogados. Alguns até de grandes juristas, homens superiormente afirmados em suas áreas. *Falta-lhes porém a sensibilidade histórica* e seus livros valem pouco ou até quase nada como História. (ibid., p. 139, grifo meu)

Eruditos, mas incapazes de situar os elementos de suas histórias em uma cadeia mais ampla de acontecimentos – situar suas histórias no tempo – esses livros de História do Direito teriam pouco a acrescentar à nossa compreensão histórica do Direito. Estariam mais próximos dos “catálogos” antes mencionados; coleções de fatos, colocados um após o outro, presumindo-se que *post hoc ergo propter hoc*. Iglésias completa mais adiante:

Demais, *o historiador sem formação adequada* [...] tem conhecimento reduzido do processo evolutivo. Interessa-se por certo tema ou época, por capricho ou afinidade com a área em que se especializou: faz o seu estudo, mas *não tem informação sobre quadro amplo*, de modo que comete erros elementares ou *é incapaz de colocar o assunto em contexto geral*; daí a produção padecer de insuficiência ou mesmo equívocos. (IGLÉSIAS, 1983, p. 139-140, grifo meu)

Aqui, parece-me interessante que o autor menciona a questão da formação. Considerando que nos anos de 1980 estamos começando a colher os frutos da expansão da pós-graduação iniciada na década anterior, a ligação entre a ideia de formação e o problema da sensibilidade histórica é importante: trata-se, afinal de uma *disposição cultivada*, passível de ser ensinada e aprendida, e não de um dom divino. O exercício da sensibilidade histórica, ligado à ideia de formação adequada, aponta para a hipótese mais geral que gostaríamos de tratar – qual seja, a de que as características tidas por virtuosas no exercício do ofício do historiador são parte de um mecanismo mais amplo de produção de subjetividade. Produz-se o indivíduo capaz de falar do passado de maneira legítima, tanto quanto se produzem discursos sobre o passado. No caso específico, Iglésias se refere a determinada concepção de história para a qual os temas de “quadro amplo” e “contexto geral” seriam centrais; trata-se de uma formação capaz de cultivar nos alunos a sensibilidade histórica tal qual definida anteriormente.

Em outras peças nas quais a sensibilidade é evocada, no entanto, essa definição fica menos clara. Laura de Mello e Souza, por exemplo, elogia a sensibilidade com que Ronaldo Vainfas opera a análise dos discursos jesuíticos sobre a escravidão africana: “Feita com sensibilidade e erudição, a análise dos enunciados destes discursos é o ponto alto do livro. Neles, o Autor detecta a presença da patrística, da escolástica, da filosofia

grega [...]” (SOUZA, 1987, p. 202). Aqui, a sensibilidade e a erudição se mesclam; seria a sensibilidade a capacidade de decompor o discurso jesuítico com relação às referências intelectuais ali presentes? Tal entendimento estaria, de certa maneira, alinhado à concepção evocada por Iglésias, no sentido de localizar discursos em relação a uma cadeia maior de elementos. Por outro lado, pode-se começar a pensar a sensibilidade como algo diferente. Poderíamos pensar aqui em uma expressão que aglutina várias habilidades e disposições outras, dando a elas um sentido específico – o do ofício de historiar. Nesse caso particular, o exercício da sensibilidade histórica de Vainfas poderia estar ligado à combinação de sua erudição com a atenção aos detalhes e o rigor de análise, no sentido de que a erudição torna significativo o detalhe enquanto evidência histórica. Vê-se, portanto, que a própria definição de sensibilidade histórica está intimamente ligada à concepção de história dos autores – e, conseqüentemente, a outros enunciados e configurações de virtudes epistêmicas. Outros casos serão úteis para tentar esboçar um melhor entendimento do que poderia ser essa sensibilidade enquanto aglutinadora de disposições.

Ao resenhar *Linhagens do Estado Absolutista*, de Perry Anderson, Modesto Florenzano também dá margem a percebermos essa distinção. Assim ele comenta:

Perry Anderson não é um historiador profissional, seus estudos não são o resultado de um trabalho de pesquisa, em primeira mão, nos documentos históricos, mas são o fruto de uma “simples leitura de trabalhos publicados por historiadores contemporâneos, o que é uma outra coisa”. Não nos deixemos impressionar, contudo, por esta confissão dos limites da obra. Todos os seus trabalhos tem revelado um talento e sensibilidade raros que só os grandes, os autênticos historiadores possuem. (FLORENZANO, 1984, p. 75-76)

Fica pouco claro, novamente, o que Florenzano entende por “sensibilidade”, uma qualidade que apenas os “grandes” e “autênticos” historiadores possuiriam. Mais adiante em sua resenha, o autor celebra a capacidade de Anderson trabalhar com colegas das mais diversas matrizes teóricas:

Daí a riqueza de análise e interpretação que o autor nos oferece, isto é, do uso absolutamente inteligente e criativo dos trabalhos dos historiadores de todos os matizes teóricos. Daí também a fecundidade das suas reflexões, da sua teorização, isto é, da utilização, ao mesmo tempo, plena e rigorosa, mas não sacralizada, do materialismo histórico. (ibid., p. 76)

Aqui, mais do que uma habilidade ou disposição específica, a sensibilidade aparece como um campo no qual se organizam outras virtudes epistêmicas: *open-mindedness*, no caso,

mas também a capacidade de síntese, a honestidade intelectual e a erudição. Essa hipótese de leitura abre, portanto, uma divergência em relação à proposta de Iglésias. Os autores parecem lidar com duas concepções de sensibilidade histórica distintas: de um lado, uma capacidade específica, passível de ser treinada, aprendida e ensinada; de outro, um termo que aglutina outras habilidades e disposições, e que dá um sentido ao trabalho do historiador.

Considerações Finais

Não se trata aqui de um exercício de hermenêutica, no sentido de uma busca pelo significado histórico real da expressão “sensibilidade histórica”. Mais do que procurar desfazer essas ambiguidades, aquilo que me interessa mais nestes casos é explorar justamente os diferentes enunciados aos quais os resenhistas se referem usando uma mesma expressão. Isso porque os historiadores operam com repertórios limitados de características desejáveis. É neste sentido que apenas a leitura atenta dos textos nos quais essa linguagem axiológica pode fornecer subsídios para a pesquisa. Não se trata tanto de revelar algum sentido oculto por trás das palavras, mas de descrever as relações discursivas estabelecidas na superfície dos textos.¹²² No caso da sensibilidade histórica, foi possível descrever duas formações discursivas específicas em relação às quais os historiadores se situavam. De um lado, acompanhando uma concepção processual da história, a sensibilidade histórica designa a capacidade do historiador situar elementos individuais em cadeias maiores, dando-lhes um sentido e estabelecendo as relações entre esses elementos. De outro, a sensibilidade histórica designa o sentido do próprio fazer historiográfico, aglutinando outras habilidades desejáveis por parte do historiador – erudição, atenção aos detalhes, rigor de análise, *open-mindedness*, capacidade de síntese, etc. Tratam-se de duas formações que exercem funções diferentes na produção de subjetividade do historiador. Enquanto uma designa uma habilidade que pode ser aprendida, outra dá um sentido que organiza outras competências do indivíduo.

¹²² Retomando aqui a figura elaborada por Foucault segundo a qual o enunciado não é visível, mas não é oculto. Ver FOUCAULT (2012). Sobre a relação entre Foucault e a hermenêutica, ver DREYFUS e RABINOW (1983), DREYFUS (1984), KÖGLER (1999) e FEIGE (2012). Sobre as relações entre a tradição genealógica e a tradição hermenêutica, ver GRONDIN (2010).

Fontes

ARRUDA, José Jobson de Andrade. O Século de Braudel. **Novos Estudos Cebrap**. São Paulo, v. 2, n. 4, p. 27-43, 1984.

IGLÉSIAS, Francisco. A Historiografia Brasileira Atual e a Interdisciplinaridade. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 3, n. 5, p. 129-141, 1983.

MIRANDA, Tiago Costa Pinto dos Reis. Resenha de CHARTIER, Roger. A história cultural entre práticas e representações. Trad. Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão Editorial, 1988. 244 p. (Col. "Memória e Sociedade", coord. p/ Francisco Belhencourt e Diogo Ramada Curto, v. 1). **Revista de História**. São Paulo, n. 121, p. 149-154, 1989.

SOUZA, Laura de Mello e. Ronaldo Vainfas - Ideologia e Escravidão - os letrados e a sociedade escravista no Brasil Colonial. Petrópolis, Vozes, 1986, 168 p. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 7, n. 13, p. 199-204, 1987.

Referências Bibliográficas

AXTELL, Guy. Recent Work in Virtue Epistemology. **American Philosophical Quarterly**, [s.i.], v. 34, n. 1, p. 1-26, 1997.

BAEHR, Jason. Character, Reliability and Virtue Epistemology. **The Philosophical Quarterly**, St. Andrews, v. 56, n. 223, p. 193-212, 2006.

_____. Four Varieties of Character-Based Virtue Epistemology. **The Southern Journal of Philosophy**, [s.i.], v. 46, n. 4, p. 469-502, 2008.

BATTALY, Heather. Virtue Epistemology. **Philosophy Compass**, Chichester, p. 639-663, v. 3, n. 4, 2008.

ESKILDSEN, Kasper Risbjerg. Inventing the archive: testimony and virtue in modern historiography. **History of the Human Sciences**, Durham, v. 26, n. 4, p. 8-26, 2013.

GRECO, John. Virtue Epistemology. In: DANCY, Jonathan; SOSA, Ernest; STEUP, Matthias

(eds). **A Companion to Epistemology**. Chichester: Wiley-Blackwell, 2010.

HUISTRA, Pieter. The trial of Henry of Brederode: historians, sources and location under discussion in 19th-century historiography. **History of the Human Sciences**, Durham, v. 26, n. 4, p. 50–66, 2013.

KIRWAN, Richard (ed). **Scholarly Self-Fashioning and Community in the Early Modern University**. Farnham: Ashgate, 2013.

KVANVIG, Jonathan L. Virtue Epistemology. In: BERNECKER, Sven; PRITCHARD, Duncan (eds). **The Routledge Companion to Epistemology**. Londres: Routledge, 2011, p. 199-207.

OLIVEIRA, Maria da Glória. O Nobre Sacerdócio da Verdade: Reflexões sobre o Ofício do Historiador no Brasil Oitocentista. **Lusíada. História**, Lisboa, v. 2, n. 9/10, p. 191-207, 2013.

PAUL, Herman. Distance and Self-Distanciation: intellectual virtue and historical method around 1900. **History & Theory**, Middletown, v. 50, n. 4, p. 104–116, 2011a.

PAUL, Herman. **Hayden White: The Historical Imagination**. Cambridge (UK): Polity Press, 2011b.

PAUL, Herman. Performing History: how historical scholarship is shaped by epistemic virtues. **History & Theory**, Middletown, v. 50, n. 1, p. 1–19, 2011c.

PAUL, Herman. The heroic study of records: The contested persona of the archival historian. **History of the Human Sciences**, Durham, v. 26, n. 4, p. 67–83, 2013.

PAUL, Herman. Weak Historicism: On Hierarchies of Intellectual Virtues and Goods. **Journal of the Philosophy of History**, Groningen, v. 6, n. 3, p. 369–388, 2012.

PAUL, Herman. What is a Scholarly Persona? Ten theses on virtues, skills, and desires. **History & Theory**, Middletown, v. 53, n. 3, p. 348–371, 2014.

SHAPIN, Steven. **A Social History of Truth: Civility and Science in Seventeenth-Century England**. Chicago: The University of Chicago Press, 1994.

SHAPIN, Steven. **The Scientific Life: A Moral history of a Late Modern Vocation.** Chicago: The University of Chicago Press, 2008.

SMITH, Bonnie G. Gender and the Practices of Scientific History: The Seminar and Archival Research in the Nineteenth Century. **The American Historical Review**, Chicago, v. 100, n. 4, p. 1150–1176, 1995.

SMITH, Bonnie G. **The Gender of History: Men, Women, and Historical Practice.** Cambridge (US): Harvard University Press, 2000.

SOSA, Ernest. **Knowledge in Perspective: Selected Essays in Epistemology.** Cambridge (UK): Cambridge University Press, 1991.

TOLLEBEEK, Jo. “Turn’d to Dust and Tears”: Revisiting the Archive. **History & Theory**, Middletown, v. 43, n. 2, p. 237–248, 2004.

TORSTENDAHL, Rolf. From all-round to professional education. How young historians became members of an academic community in the nineteenth century. **Leidschrift, Historisch Tijdschrift**, Leiden, v. 25, n. 1, p. 17–31, 2010.

TORSTENDAHL, Rolf. Historical Professionalism, a Changing Product of Communities Within the Discipline. **Storia della Storiografia**, Roma, v. 56, p. 3–26, 2009.

TURIN, Rodrigo. Uma nobre, difícil e útil empresa: o ethos do historiador oitocentista. **História da Historiografia**, Ouro Preto, n. 2, p. 12–28, 2009.

ZAGZEBSKI, Linda Trinkaus. **Virtues of the Mind: An Inquiry into the Nature of Virtue and the Ethical Foundations of Knowledge.** Cambridge (UK): Cambridge University Press, 1996.

HISTÓRIAS DO BRASIL NO SÉCULO XIX: NOTAS SOBRE ALGUMAS OBRAS RECENTEMENTE DESCOBERTAS

Julio Bentivoglio¹²³

Introdução

Em recente dissertação de mestrado Bruno Medeiros examinou o problema do plágio no alvorecer do século XIX, analisando a obra de Beauchamp e indicando que ele, de igual modo que os historiadores mais antigos e tradicionais na França, não costumava citar suas fontes e referências, pelo menos em notas de rodapé e que por “não seguir as [novas] regras do método crítico, ele seria frequentemente acusado de plágio” (MEDEIROS, 2011, p. 10). Evocando Mably (1709-1785) e seu *De la manière d’écrire l’histoire* de 1783, como autoridade para justificar sua conduta, Beauchamp defendeu-se dizendo que os *antigos* não prescreviam a necessidade de apontar os autores ou trechos de obras utilizadas na produção de novos escritos. Até aí, tudo bem. O problema é que seus *contemporâneos* começavam a exigí-las, sobretudo no rol daqueles que começavam a assumir a história como um campo autônomo de estudos científicos (e não mais literários ou eruditos), que deveriam ser orientados pelo método crítico de análise de fontes documentais, às quais deveriam ser indicadas em rodapé (GRAFTON, 2009).

Esse episódio ilustra, em relação à escrita da história do Brasil no século XIX, em primeiro lugar a existência de diálogos, apropriações e influências existentes entre os autores e obras existentes que se dedicavam à história da jovem nação independente e, em segundo lugar, movimento não menos importante que coloca ao lado das histórias do Brasil escritas por estrangeiros a necessidade de que também brasileiros pudessem assumir o protagonismo dessa produção. Isso nos conduz ao tema que procuro, brevemente, abordar nessa comunicação, identificando o quadro das histórias do Brasil que foram publicadas no Brasil e no exterior entre 1810 e 1860. Em recente pesquisa de pós-doutorado na UERJ, supervisionada por Lúcia Maria Paschoal Guimarães, pude localizar, a par das obras já conhecidas e traduzidas, algumas que se encontravam

¹²³ Professor de Teoria e Metodologia do Departamento de História da Universidade Federal do Espírito Santo. Membro do Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas e do Programa de Pós-Graduação em Geografia. Coordenador do Laboratório de estudos em teoria da História e história da historiografia.

desconhecidas e que ainda estão à espera de estudos e de traduções. O estudo que desenvolvi, ainda inédito, é bem mais extenso. Nele analiso não somente o quadro da historiografia sobre o Brasil, como também procuro discutir a relação existente entre o que denominei de regimes de autoria e regimes de cientificidade, buscando caracterizar as obras redigidas naquele momento, à luz das contribuições de Anthony Grafton (2009), François Hartog (2014) e de Hayden White (1995).

A relação entre os diferentes regimes de autoria e de cientificidade, deixaram marcas nas narrativas produzidas em relação ao passado e sugere transformações na *república das letras*, na qual os livros produzidos pelos estudiosos do passado começaram a ser divididos entre compilações baseadas em cânones eruditos ou obras gerais de história com suas convenções tradicionais de escrita e reconhecimento ao lado de obras novas que buscavam afirmar um novo cânone mais moderno marcado por convenções científicas de escrita nas quais ganhariam destaque as notas de rodapé. De tal modo que se pode dizer que as escritas da história se encontravam em um campo aberto, mas não exatamente franco ou consensual, no qual especialistas ou novos estudiosos desafiavam modalidades tradicionais de se produzir e escrever obras de história. Os debates travados informam ainda, conforme sublinham Reinhart Koselleck (2006) e depois Hans Ulrich Gumbrecht (2004), a emergência de um cronótopo moderno (e científico) em lugar do cronótopo antigo de história *magistra vitae*. Também Valdeci de Araújo abordou com propriedade esse cenário, sublinhando a coexistência de diferentes regimes de autonomia (ARAÚJO, 2010).

Tais considerações permitem que sejam tecidas algumas reflexões pontuais, que serão discutidas acerca das primeiras *histórias do Brasil* publicadas entre 1810 e 1860 no Brasil, na França, nos Estados Unidos, na Inglaterra e na futura Alemanha.

Pelo fim das filantropias estrangeiras: as histórias do Brasil escritas por brasileiros.

Cumprir notar um sentimento crescente, estimulado desde a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1838, que exortava o desenvolvimento da pesquisa histórica no Brasil reivindicando para brasileiros o levantamento de fontes e a produção

de estudos sobre a história da nação recém-independente. É importante frisar que até a publicação, em 1854, do primeiro volume da obra de Varnhagen, onze estrangeiros figuravam como pioneiros no estudo da história da ex-colônia portuguesa. Este estudo, por exemplo, conseguiu descobrir a pouco conhecida história do Império de David Warden, publicada entre 1832 e 1833 em Paris e destaca o conjunto expressivo de histórias do Brasil produzidas na Alemanha, com seis obras publicadas entre 1810 e 1860, três das quais sem estudos entre nós. Até o momento o interesse analítico tem recaído quase que exclusivamente sobre as obras de Beauchamp e Dénis, pela França e Southey e Armitage, pela Inglaterra, que receberam estudos mais pontuais.

Em relação à nacionalização da escrita da história, Valdeci Araújo revela que, no discurso inaugural do IHGB, Januário da Cunha Barbosa afirmava que, desde os “tempos coloniais, os autores “brasileiros” eram confundidos com os portugueses, revertendo a glória para a Metrópole e lançando sobre a Colônia a acusação de inculta e ignorante” (ARAÚJO, 2003, p. 174). Januário ainda confessa que

O coração do verdadeiro patriota brasileiro aperta-se dentro no peito quando vê relatados desfiguradamente e até mesmo os modernos fatos da nossa gloriosa independência. Ainda estão eles ao alcance das nossas vistas (...). Começamos hoje um trabalho que, sem dúvida, remediará de alguma sorte os nossos descuidos, reparando os erros e enchendo as lacunas, que se encontram na nossa história. Nós vamos salvar da indigna obscuridade, em que jaziam até hoje, muitas memórias da pátria, e os nomes de seus melhores filhos (Apud GUIMARÃES, 2010, p. 23)

O próprio Varnhagen não se mostrou indiferente a essa questão, do mesmo modo que vários outros sócios do Instituto que se empenharam em produzir relatos originais baseados em pesquisas históricas, como Joaquim Norberto de Sousa e Silva e João Francisco Lisboa. O futuro Visconde de Porto Seguro também apelou para o patriotismo ao assinalar o risco de submeter os jovens brasileiros a histórias do país de má qualidade, em sua maioria produzidas por estrangeiros

Magoou-nos profundamente o não só conhecer quantos usos, invenções e falsidades iam ser comunicadas aos nossos jovens (...) mas também (...) reivindicar para Beauchamp, que como escritor público não inspira outro sentimento senão o do desprezo a quem louva a virtude e respeita a propriedade mais sagrada que existe sobre a terra – a do entendimento. (VARNHAGEN, Francisco A. de. Examen de quelques points de l’histoire géographique du Brèsil [...] ou *Analyse critique du rapport de M. D’Avezac sur la récente historie générale du Brèsil*. Paris: L. Martinet, 1858, p. 10).

Valdeci Lopes de Araújo deixa patente o quanto os sócios letrados do IHGB, desejavam,

desde seus primeiros anos “estabelecer a nacionalidade dos fatos, o que significava submeter e reinterpretar os fatos coloniais (...) sob a liberdade de opinião aberta pela monarquia constitucional; e, ao mesmo tempo, reivindicar materialmente o passado brasileiro, que ainda aparecia como pertencente a Portugal” (ARAÚJO, 2003, p. 174). Estava em curso, desde as jornadas da emancipação política, um crescimento de episódios de xenofobia, muito comuns na imprensa brasileira e no cotidiano de algumas vilas e cidades. Tais manifestações, que não se restringiam somente aos portugueses, mas também a ingleses – devido aos embates por conta do combate ao tráfico – ampliavam um sentimento, muitas vezes difuso, de patriotismo em uma complexa teia na qual era tecido o mosaico da nação (PIMENTA & JANCSÓ, 2000). Políticos, intelectuais e pessoas comuns passavam cada vez mais a reivindicar o Brasil para os brasileiros, e, evidentemente, a história não ficou fora desse processo. Tornava-se imperativo que a história do Brasil fosse redigida por brasileiros e para os brasileiros. Ao tratar dos ingleses, nesse particular, o general Cunha Matos, que por sinal era lusitano de nascimento, ilustra, peremptoriamente aquele despertar do nacionalismo

Senhores, não acreditem nas pinturas que nos apresentam os ingleses, nos seus estudos escritos da Associação Africana (...) quem quer exercitar obras de caridade, não tem precisão de sair fora da sua pátria; os ingleses querem fazer-se de senhores da África (...); Deus os ajude, mas nos falem a verdade e não nos venham iludir com *filantropias imaginárias* [grifos meus] (Apud SOARES, 1931, p. 99).

Em relação à história, desde a criação do IHGB havia o propósito implícito de que o instituto ou algum de seus sócios pudesse escrever uma história do Brasil (GUIMARÃES, Manoel, 2010, p.115), que seria uma “luz que tiraria nossa história do caos obscuro”, conforme confessa, novamente, seu primeiro secretário (BARBOSA, Relatório RIHGB, 2, n.8, 1840, p.558).

Relatados diversamente por escritores, nacionais ou estrangeiros, não podiam os fatos até o feliz momento de proclamar-se nossa independência dar base sólida à nossa nacionalidade. Foi preciso, portanto, que brasileiros inflamados no amor da pátria se desse à patriótica tarefa de estabelecer um foco de luzes históricas e geográficas, reunindo-as de tantas recordações gloriosas, que servissem a formar um complexo de doutrinas purificadas no cadinho da crítica... (BARBOSA, j. c. relatório anual. RIHGB, 5, suplemento, 1843, p. 2)

A historiografia a respeito dessa questão, na qual se destacam autores como Manoel Luiz Salgado Guimarães, Temístocles César e Lúcia Maria P. Guimarães, têm evidenciado a relação umbilical havida entre o IHGB e a escrita da história da nação, desobrigando

maiores análises nesse sentido. Temístocles Cézar, por exemplo, define como a *retórica da nacionalidade* este problema, demonstrando que havia uma tentativa de persuadir os brasileiros de que possuíam uma origem e uma identidade comuns perpassando os textos programáticos daquele instituto (CÉZAR, 2006, p.29). Recém-independente, o Brasil necessitava de uma história da sua formação, que por estar ligada à história de Portugal exigia o recurso ao passado colonial, às obras e às fontes da antiga metrópole. Desse modo, para contar a história do Brasil, necessariamente, precisariam incorporar a presença portuguesa.

Histórias do Brasil em panorama

Como se sabe, a história da nação já vinha sendo contada por muitos estrangeiros bem antes dos brasileiros. Desde a Independência, o interesse sobre o Brasil fez com que alemães, franceses e ingleses começassem a produzir histórias do jovem país, precedendo aos próprios brasileiros. Aliás, antes mesmo da emancipação já haviam sido produzidas histórias do Brasil por estrangeiros. Isso explica os esforços demandados pelo IHGB. E havia ainda outro agravante: a dependência da generosidade portuguesa em facultar a consulta em seus arquivos de documentos referentes à história brasileira. Esse é o emblema que distinguiu Varnhagen, pois, atravessado por uma dupla dimensão da nacionalidade, visto ser brasileiro de nascimento, mas português de adoção, pôde transitar pelos arquivos dos dois países (além de vários outros na Alemanha, Áustria, Espanha e Holanda) e promover uma ponte entre a herança portuguesa e a jovem trajetória do Brasil independente para reunir documentação imprescindível.

No Quadro 1 encontram-se relacionados os autores, países, bem como os respectivos anos em que foram publicadas histórias do Brasil. Nele é possível detectar que os dois primeiros livros produzidos no Brasil, são na verdade compêndios ou manuais, antecedidos por onze obras publicados por estrangeiros no exterior.

O pequeno *Resumo de História do Brasil até 1828*, primeira obra publicada entre os brasileiros, de Henrique Luiz de Niemeyer Bellegarde (1802-1839) impresso na Tipografia de Gueffier & Companhia em 1831 ficou bastante conhecida, embora apresentasse três *vícios* de origem. Primeiro por se tratar quase completamente de uma

tradução do *Resumé d'histoire du Brésil* publicado em 1825 na França por Ferdinand Denis. Bellegarde na *Advertência* menciona haver inexatidão no autor francês, de modo que

todas as passagens que aqui se acharem nas primeiras épocas estranhas ao *Resumo Francês*, estão em D. de Goetz, Rocha Pita, Madre de Deus, Ayres do Casal, Lery ou Southey. Quanto à parte contemporânea que nos diz respeito, limitamo-nos à pura e ingênua exposição dos fatos (p. 1)

Segundo porque Bellegarde era um brasileiro de *adoção*, pois, nasceu em Lisboa, Portugal, e vindo ao Brasil em 1817 permanecendo até 1821, quando foi para Moçambique e depois, entre 1825 e 1828 retornou a Portugal para completar seus estudos em Engenharia, tendo neste mesmo ano de 1828 se formado em Letras pela Universidade de Paris e retornado ao Brasil. E terceiro por não resultar de pesquisa original que trouxesse informações adicionais às já conhecidas.

<i>Brasil</i>	<i>Portugal</i>	<i>Estados Germânicos</i>	<i>França</i>	<i>Inglaterra</i>	<i>Estados Unidos</i>
				Andrew Grant - 1809	
		Eberhard Zimmermann - 1817	Alphonse Beauchamp - 1815	Robert Southey - 1810-9	
		Ritter von Schäffer - 1824	Alphonse Beauchamp - 1824	James Henderson - 1821	
		Ludwig Hahn - 1826	Ferdinand Denis - 1825		
		Eduard von Lebrecht - 1827			
		Ernst Münch - 1829			
H. L. Bellegarde - 1831			Ferdinand Denis - 1833	John Armitage - 1835-7	David Warden - 1832
	Francisco S. Lopes - 1838-9				
Abreu e Lima - 1843					
Varnhagen - 1854-7					
Joaquim Macedo - 1861-5		Heinrich Handelmann - 1860			

Quadro 1: Obras históricas sobre o Brasil segundo países e autores (1809-1861)

Tais questões pesaram para que não se impusesse como um marco inicial da historiografia brasileira, muito embora tenha sido utilizado como manual de História do

Brasil no ensino brasileiro durante o Segundo Reinado. Em 282 páginas, Bellegarde divide a história do Brasil em seis épocas: a primeira antes da chegada dos portugueses a segunda tratando da época das capitanias, a terceira retratando o domínio espanhol, a quarta sobre a retomada do controle português, a quinta versando sobre a vinda da Corte em 1808 e a última reunindo episódios do período pós-independência. O *Resumo* foi publicado graças à subscrição de políticos, intelectuais, comerciantes e cidadãos do Rio de Janeiro e de outras províncias, que viabilizaram sua publicação. O desejo do autor era o de oferecer uma primeira síntese do Brasil, para leitores que não pudessem ler em francês ou inglês obras sobre a jovem nação.

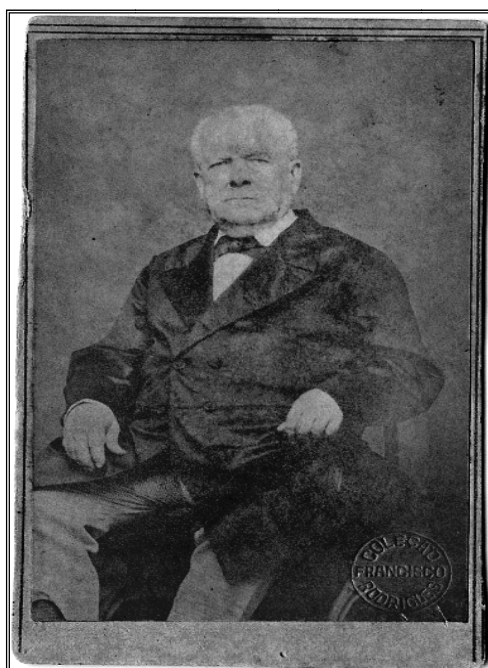


Figura 1: Abreu e Lima

É preciso mencionar também que em Portugal, Francisco Solano Constâncio (1777-1846) também publicou uma *História do Brasil desde o seu descobrimento por Pedro Álvares Cabral até a abdicação do Imperador D. Pedro I* em dois volumes, publicada pela Livraria Portuguesa em Paris em 1838-9. Natural de Lisboa, Constâncio foi médico e jornalista renomado, um dos pioneiros do jornalismo português. Depois da Revolução do Porto, tornou-se diplomata em Paris.

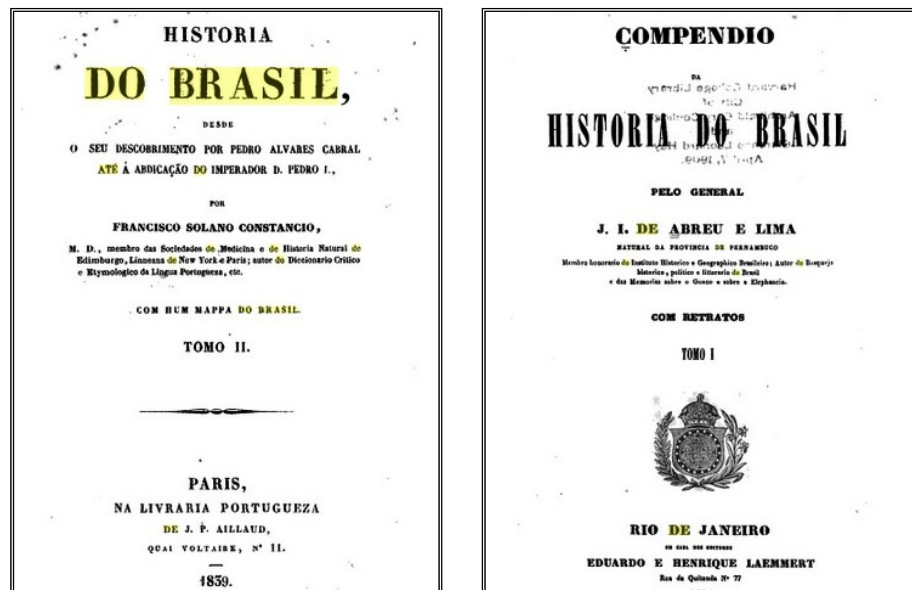


Figura 2: Capas dos livros de Francisco Solano Constâncio e de Abreu e Lima

A segunda história do Brasil redigida por um brasileiro foi a do pernambucano José Inácio de Abreu e Lima (1794-1869), o *Compêndio de História do Brasil* publicado em 1843, cuja biografia fascinante inclui a participação na Revolução Pernambucana de 1817, o título de herói libertador da Venezuela, tendo lutado ao lado de Simón Bolívar e depois integrado a Revolução Praieira em 1848, contrasta com a má recepção de sua obra. Ela não só foi acusada de plágio no IHGB por Varnhagen, como recebeu pálida acolhida dos leitores, visto reproduzir quase integralmente várias passagens da obra de Alphonse de Beauchamp.

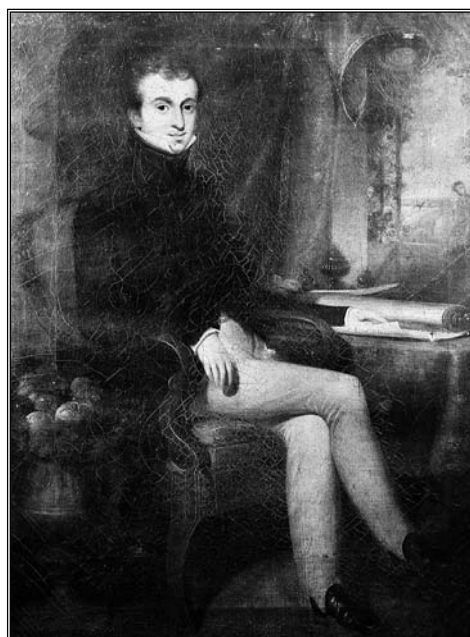


Figura 3: Andrew Grant.

No rol das obras desbravadoras redigidas no exterior, de todas, a pioneira foi *History of Brazil* de 1809 publicada pelo físico Andrew Grant (177?-?) em Londres, traduzida em 1811 para o francês e em 1814 para o alemão. Em seu prefácio o autor diz

Como as recentes mudanças políticas da Europa tem naturalmente atraído a atenção geral para o Novo Mundo, sem desculpa, isso é presumido, pode ser profundamente necessário apresentar ao público a respectiva e sucinta introdução de uma das mais interessantes colônias nos cantos do globo. O ciúme a antiliberal política que em todo tempo caracterizou o governo do Brasil, em suas relações com estrangeiros, tem produzido essa dificuldade para obter informações acuradas a respeito de seus produtos e seu comércio (GRANT, 1809, s.n).

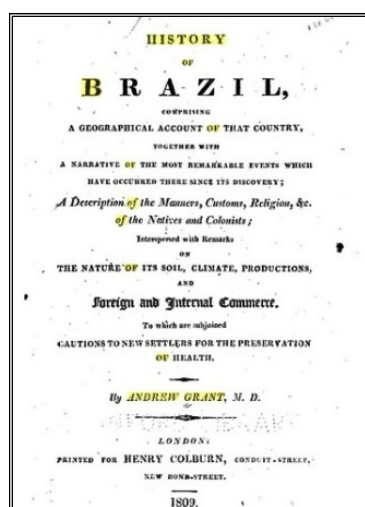


Figura 4: Capa do livro de Andrew Grant

Lílian Martins de Lima em *O Brasil na historiografia inglesa dos anos joaninos*, tese de doutorado defendida em 2012, revela que Andrew Grant “selecionou os episódios, apresentou uma compreensão, ainda que incipiente, da trajetória da antiga colônia portuguesa para um público que tinha muitas dúvidas sobre as reais potencialidades do território” (LIMA, 2012, p. 112). Mal a corte havia chegado no Rio de Janeiro e Grant já antecipava a importância do feito sintetizando uma história do Brasil. Produziu um livro que revela o interesse britânico pela ex-colônia portuguesa, antes mesmo da abertura dos portos, dedicando-a aos comerciantes britânicos que comercializam com o Brasil. Ele a define como um “estudo histórico e descritivo desta interessante colônia” (GRANT, 1809, p. 2). Os subtítulos do livro expressam bem seu espírito de sistemático:

Compreendendo um estudo geográfico daquele país junto com uma narrativa dos mais importantes eventos que ocorreram desde seu descobrimento; uma descrição dos costumes, taxas, religião, etc; dos colonizadores e nativos compreendendo notas sobre a natureza de seu solo, clima, atividades, comércio interno e externo para advertir novos colonos sobre os cuidados para a preservação da saúde (GRANT, 1809, s.n)

A segunda obra impressa sobre o Brasil no exterior, e talvez a mais importante de todas até a publicação da história de Varnhagen, é *History of Brazil* do poeta inglês Robert Southey (1774-1843), cujo primeiro volume foi publicado em 1810, o segundo em 1817 e o terceiro em 1819. Concebida originalmente como parte de uma história do império português, a *História do Brasil* de Southey, foi a mais influente de todas, gerando ciúmes em Varnhagen, visto também se apresentar como um estudo original, baseado em documentação primária, redigido primorosamente; tornando-se uma das mais lidas, usadas, copiadas e comentadas histórias do Brasil ao longo de todo o século 19. Varnhagen reconhece as qualidades de historiador crítico em Southey que acompanhava “o uso de todos os historiadores modernos de bom *critério*, de citarem à margem, e em notas os fundamentos do seu juízo e discurso” (VARNHAGEN, Francisco A. Primeiro juízo, p. 64). Isso não impedia, contudo, que considerasse a obra do inglês

sem unidade, desordenada, repetitiva e fatigante, características responsáveis pela sua frágil recepção (a ausência, naquele momento, de uma tradução para o português é simplesmente desconsiderada pelo brasileiro). É compreensível, pois Southey antes de ser um bom historiador era, conforme uma precisão nada desinteressada de Varnhagen, um “illustre poeta laureado”. (cezar, 2007, p. 164)



Figura 5: Robert Southey

O tradutor da primeira edição brasileira de Southey (1862), Luiz Joaquim de Oliveira e Castro, faz outra avaliação. Segundo ele, em seu *Prefácio* de 1862 à tradução, que “o trabalho que ora verto para a língua nacional passa por ser a melhor história do Brasil; mas não disputo preferências, fale ela por si mesma. Em todo o caso é um escrito importante para a história pátria” (CASTRO, 1862. p. 1).

Robert Southey teve a sua disposição uma coleção de documentos reunidos por seu tio, o reverendo Herbert Hill, que havia vivido mais de trinta anos em Portugal. *History of Brazil*, que faz Varnhagen considerá-la como o que havia de “mais essencial a organizar, principalmente por um estrangeiro, pela indispensável leitura e confrontação necessária de muitos documentos, às vezes mal escritos” (VARNHAGEN, 1843, p. 66). Essa avaliação explícita o reconhecimento da pesquisa e da crítica histórica como uma nova virtude, ferramenta poderosa para se escrever uma nova história, inscrevendo-a como um dos fundamentos de um novo regime de cientificidade, engendrado no século 19.

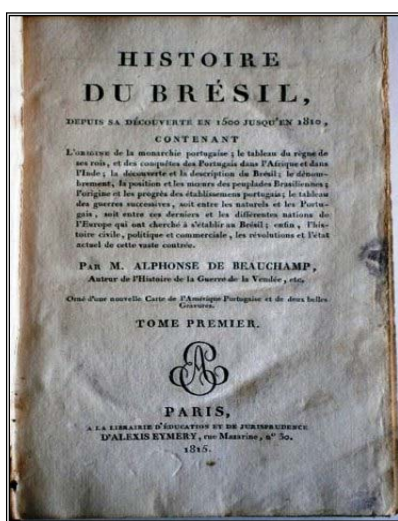


Figura 6: Capa do livro de Alphonse de Beauchamp

A terceira obra sobre a história pátria foi *Histoire du Brésil* publicada por Alphonse de Beauchamp, em 1815. De caráter sintético, a obra acaba por reproduzir, quase integralmente, aquela redigida por Southey cinco anos antes. Bastante conhecida e apreciada no Brasil, pelo menos até a crítica de Varnhagen no IHGB, na França não gozava de boa reputação. Seu autor foi acusado e processado por plágio por Southey bem como recebeu várias resenhas negativas e uma verdadeira campanha de questionamento capitaneada por dois jornais: *Courier Français* e o *Drapeau Blanc*, que já haviam encontrado na biografia sobre o Pachá de Janina de Beauchamp numerosos plágios da obra de M. Pouqueville. Novamente, com a palavra, Varnhagen e sua censura à *Histoire du Brésil*:

[Beauchamp] procura meter a ridículo o ser erudito. Mas, esquecido logo do que se disse, vai ainda como arrependido, pelas margens da obra de Southey sem conhecimento algum dos livros e dos autores, aproveitar as migalhas das suas citações, para em breve ostentar-se erudito no prefácio. (VARNHAGEN, 1843, p. 64).

De qualquer modo, no *Prefácio* o autor francês já advertia sobre seu modo de escrever história, que diferia do entendimento moderno, afirmando que

Os eruditos me reprovarão sem dúvida por não ter enchido as páginas dessa história de notas, citações e comentários. Eu só tenho uma objeção a lhes fazer e ela é sem réplica: infelizmente eu não sou um erudito. Poderia facilmente, assim como outros, me dar ao mérito de certa quantidade de erudição e de citações, mas esse pequeno charlatanismo me pareceria ridículo e completamente indigno de um escritor que faz da franqueza e lealdade profissão. Poderíamos, aliás, opor ao sistema de citações minuciosas a autoridade dos historiadores da antiguidade, únicos modelos que confessam uma crítica sã, e o exemplo de muitos historiadores modernos que seguiram seus rastros (Apud MEDEIROS, 2011, p. 67)

A despeito disso, Beauchamp parecia se importar menos com as críticas e mais com as vendas, pois, como bom divulgador de histórias, deixou obra numerosa, que num espaço de 27 anos (entre 1802 e 1829) somou 29 livros de história publicados, inclusive com um segundo livro a respeito do Brasil, seu *L'indépendance de l'empire du Brésil: présentée aux monarques européens*, publicado em Paris, em 1824, que acompanha sobremodo o terceiro volume da *History* de Southey publicado em 1819.

A quarta história do Brasil foi redigida na Baixa Saxônia, futuro estado da Alemanha, por Eberhard August Wilhelm von Zimmermann (1743-1815) professor de filosofia natural em Brunswick que, após publicar uma narrativa de viagem à América do Sul em Leipzig no ano de 1805, teve seu livro de 337 páginas sobre o Brasil publicado postumamente, em 1817 – a *Interessante Darstellung des Königreichs Brasilien in geographischer, statistischer, naturhistorischer, politischer und mercantilischer Hinsicht* (Exposição interessante do Reino Brasileiro em dados geográficos, estatísticos, de história natural e política), pelo editor B. Ph. Bauer em Viena. Misto de narrativa de viagem com informações variadas, Zimmermann se vale de alguns dos relatos produzidos pelos primeiros viajantes germânicos que estiveram no Brasil ao lado de outros livros conhecidos em solo germânico sobre a colônia portuguesa. A obra não conheceu muitos leitores nem no exterior e nem no Brasil, exercendo escassa influência em estudos posteriores, sendo raramente citada. Zimmermann já era conhecido dos leitores portugueses e tinha seu *Prospecto político do atual estado da Europa* de 1787, traduzido e publicado em Lisboa em 1789.

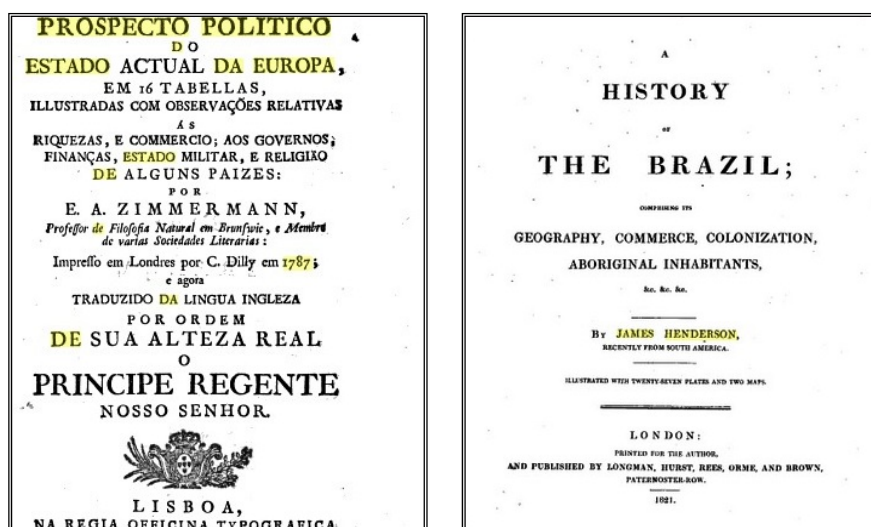


Figura 7: Capas dos livros de Eberhard Zimmermann e James Henderson

Em 1821 foi publicado o quinto livro sobre a história do Brasil de James Henderson (1783-1848), que foi embaixador da Inglaterra na Colômbia e nos Estados Unidos, *History of Brazil*, que de acordo com Handelmann não passava de uma tradução mal feita da obra de Aires do Casal (1978, p. 15). “Empenhado em divulgar detalhadamente cada província do país e cada aspecto da sociedade brasileira, produziu também uma série de gravuras que seriam publicadas na sua história” (LIMA, 2012, p. 113). O diagnóstico que seu autor faz da colonização portuguesa não é dos mais lisonjeiros

Tivesse a melhor e mais rica região da América caído nas mãos de ingleses, franceses ou holandeses, sem dúvida, teria assumido uma aparência muito diferente, em comparação com seu estado atual (...). A ocasião da diferença pode ser atribuída principalmente ao gênio distinto dos governos e da religião inglesa e portuguesa, o caráter livre e sábio dando todas as facilidades para o talento e a indústria de todas as descrições, enquanto a natureza opressiva e ignorante deste último, especialmente em relação às restrições comerciais que, até a chegada do rei, infelizmente já existiam e a dominação do sacerdócio sobre as consciências e propriedade do povo, operou como uma paralisia na empresa agrícola, comercial e científica e sobre todas as perseguições benéficas da mente”. (HENDERSON, 1827, p. 23)

Sua fala buscava reconhecimento mediante o fato de ter visitado pessoalmente o Brasil na condição de diplomata da Inglaterra, em 1821. Sua avaliação negativa do colonizador contrastava, contudo, da leitura positiva que fizera dos religiosos, em especial, os jesuítas. Ao lado de Grant, a obra de Henderson também não conheceu boa acolhida, seja na Inglaterra, seja no Brasil. Sua divulgação “ficou limitada no meio letrado inglês; quase exclusivamente consiste no anúncio na seção de lançamentos ou no espaço dedicado às vendas” (LIMA, 2012, p. 116). O principal problema parece ter sido a acusação de plágio da obra de Manuel Aires de Casal (LIMA, 2012, p. 103). Sua obra, contudo, traz

belíssimas litogravuras de C. Shoosmith impressas por por C. Hullmandel em 1821 que ilustram o livro com cenas do brasileiras.

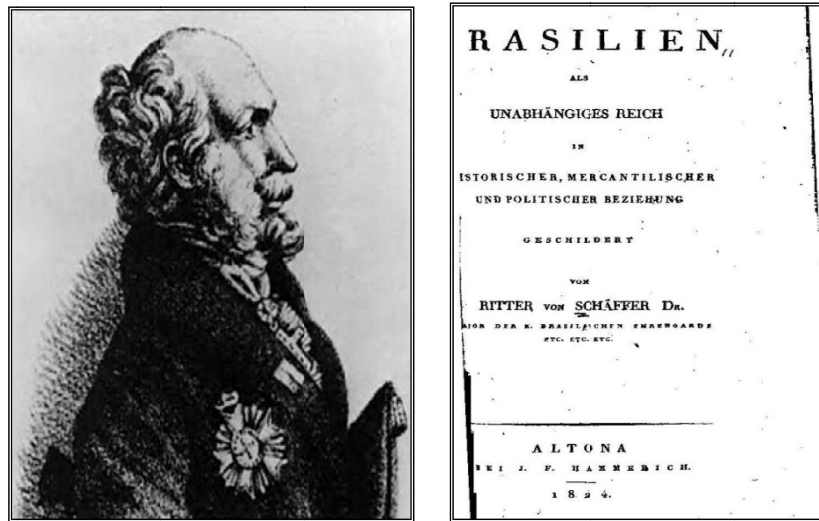


Figura 8: Georg Anton von Schäffer e capa de seu livro

Em 1823 Georg Anton Ritter von Schäffer (1779-1836) passou o ano redigindo em Hamburgo seu *Brasilien als unabhängiges Reich in Historischer, mercantilischer und politischer Beziehung geschildert* (Brasil como um reino independente em relação à história, à política e ao comércio), publicado em Altona em janeiro de 1824. Trata-se de uma obra focada na situação atual do Brasil pós-independência, algo que seria identificado hoje em dia como história do tempo presente, embora dedique quatro capítulos à formação histórica da ex-colônia tratando inclusive da Independência e do início do governo do primeiro imperador.

Médico formado em Göttingen e negociante na Baviera católica, Schäffer incumbiu-se, junto a D. Pedro I de arregimentar colonos e mercenários nos Estados germânicos para trazer ao Império do Brasil, local onde desembarcou em abril de 1818. Dedicou sua obra à imperatriz Leopoldina, de forma entusiástica, por conta de sua participação, junto a outros alemães, das jornadas da emancipação como se vê no prefácio: “O povo pobre alegra-se de ser libertado, junto com a multidão alemã, para [lhe] servir fielmente, porque se renova a época de ouro de Kronos! Por mais que eu preferisse seguir com eles – estou feliz, com meus serviços dedicados [e] pretendo ganhar seu louvor com o que eu escrevo” (SCHÄFFER, 1824, p. iii). Em 1822 foi nomeado adido diplomático na Europa encarregado de trazer colonos para sua colônia em Vila Viçosa na Bahia e para São Leopoldo, no Vale dos Sinos na província do Rio Grande. Sua obra é rica em detalhes

pitorescos e traz uma análise bastante pessoal dos acontecimentos vividos em meados da década de 1820. Seu tom otimista seguramente não existiria caso tivesse sido publicada depois de 1827, quando retornou ao Brasil e teve seu pedido de título de marquês e a nomeação para o cargo de embaixador na Baviera recusados por D. Pedro I.

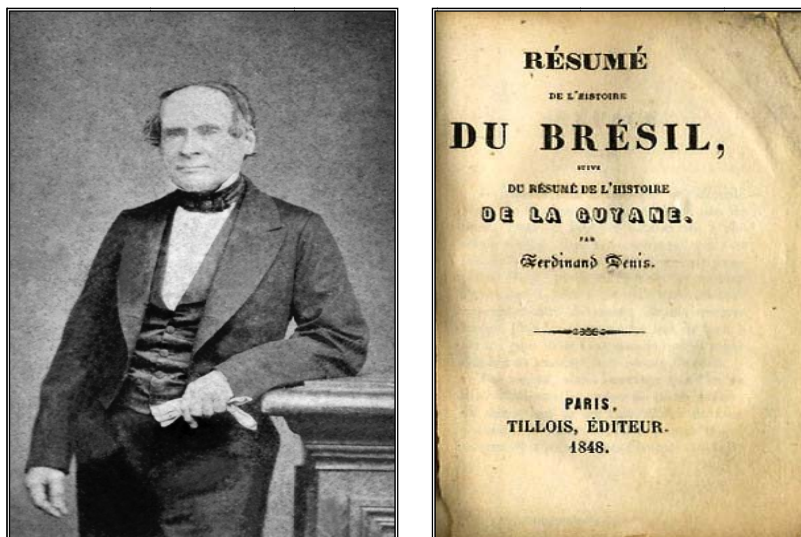


Figura 9: Ferdinand Denis e capa de seu livro.

Em 1825, Ferdinand Denis (1798-189) publicou seu *Résumé de l'histoire du Brésil, suivi du Résumé de l'histoire de la Guyane* que talvez tenha sido a história do Brasil mais lida pelos brasileiros até o advento de Varnhagen. Denis era diplomata do governo francês e permaneceu no Brasil de 1816 a 1821. Antes havia publicado em Paris, no ano de 1822 em parceria com Hippolyte Taunay a obra *Le Brésil, ou Histoire, mœurs, usages et coutumes des habitans de ce royaume*. Denis era bastante admirado pelos brasileiros, inclusive por Varnhagen que em sua passagem pela França fez questão de visitá-lo pessoalmente. Para João Ribeiro, ele teria exercido enorme influência sobre Heinrich Handelmann. Sua orientação romântica ia ao encontro do gosto de boa parte dos historiadores oitocentistas brasileiros. Para Valdei Araújo,

Antônio Candido e Costa Lima já haviam identificado em Ferdinand Denis uma das fontes principais de nosso exotismo romântico. Entretanto, coube a Maria Helena Rouanet aprofundar essa percepção pela análise da obra de Denis, concluindo que o exotismo fora a maneira pela qual a Europa recolonizou a América no século XIX (ARAÚJO, 2003, p. 39).

Tempos depois, em 1833, Denis publicou sua *Histoire Géographique du Brésil* em dois volumes ricamente ilustrados. Ali desenvolveu ainda mais alguns aspectos da colonização e da presença indígena, bem como indicou o desenvolvimento

administrativo da terra, desde o descobrimento até a Independência. Essa obra serviu de inspiração decisiva para Francisco de Varnhagen que, de início pretendia escrever também uma história geográfica do Brasil.



Figura 10: Capa de *Brasil wie est ist* de Christian Hahn

A sétima, a oitava e a nona histórias do Brasil foram publicadas na Alemanha. Em 1826, Christian Ludwig Hahn (1794-18?) publicou seu *Brasil wie est ist* [Brasil como ele é] em Frankfurt, pequeno opúsculo de 190 páginas. O subtítulo do livro é bastante sugestivo: *Um guia para aqueles que buscam ampliar um conhecimento preciso sobre este país*. Ao que tudo indica, seu autor se valeu de informações de viajantes germânicos, mas também de alguns autores, para introduzir algumas informações históricas de seu pequeno livro, cujo valor histórico é mais importante que seu conteúdo histórico, reduzido a algumas dezenas e páginas. No final traz a Constituição de 1824 traduzida para o alemão.

Um ano depois, em 1827 Eduard Lebrecht (1760-1827) publicou seu *Geschichte von Brasilien* em Gotha, obra também sintética de 186 páginas, mas que é sensivelmente superior à de Hahn ou Zimmermman, mas bastante parecida com o *Resumé* de Ferdinand Denis. Seu autor principia analisando a geografia brasileira, mencionando a terra antes da chegada dos portugueses, em seguida trata da colonização, depois da união ibérica sob o domínio espanhol e depois trata do fim da colonização até a Independência. Ao que tudo indica teve pequena circulação, mas chegou a despertar interesse no exterior tanto que é citado por D'Avesac em sua crítica Varnhagen. Recebeu

boa aceitação em território germânico, recebendo uma segunda edição em 1832, sendo obra elogiada por Handelmann.



Figura 11: Capas dos livros de Eduard Lebrecht e Ernst Münch

Em 1829, Ernst Hermann Joseph Münch (1798-1841) publica sua *Geschichte von Brasilien* pela editora P. G. Hilscher na cidade de Dresden, focando, especialmente na história colonial brasileira. O livro integra o vigésimo quinto volume da *Coleção Biblioteca Histórica de Bolso Universal*. A intenção original de Münch era a de escrever uma obra concebida para ter três volumes, um sobre Reino de Portugal e a colonização, outro sobre a vinda da família real até 1822, e o último com análises geográficas e estatísticas. Abandonou o projeto, realizando, no entanto, uma síntese de 114 páginas muito bem escrita e dialogando com um conjunto importante de informações colhidas em variados autores alemães e estrangeiros que, do ponto de vista do conteúdo e da exposição nada deixa a dever à Beuachamp ou à Dénis.



Figura 12: Ernst Münch

Estas três obras demonstram o crescimento do interesse alemão pelo Brasil, despertado tanto pela visita de naturalistas e antropólogos desde a abertura dos portos, resultando em estudos e narrativas de viagem, quanto pela emigração estimulada pelo Império brasileiro trazendo colonos germânicos para o Brasil. Não há dúvida de que constituíram pontos de partida para que Handelman ambicionasse confeccionar obra mais completa, superior e definitiva sobre a jovem nação americana.

Entre 1832 e 1833 coube à um irlandês naturalizado norte-americano encarregar-se de trazer à lume nova história do Brasil. David Bailie Warden (1772-1845) era diplomata, estudioso de diplomas, mapas e contratos; tradutor e cônsul do governo americano em Paris de 1805 até o ano de morte. Membro da Academia Real de Ciências da França, redigiu sua *Histoire de l'empire du Brésil, depuis sa découverte jusqu'à nos jours* em dois volumes, o primeiro saiu em 1832 – contendo uma boa síntese da história brasileira até a queda de D. Pedro I – e o segundo em 1833 – este contendo uma ampla cronologia história do país. Obra de fôlego, mas que reproduzia informações de diferentes autores, contendo até transcrições de documentos em latim do período colonial, dentre eles a *Carta de Caminha*. Ao que tudo indica, Warden continuou preso a convenções tradicionais de escrita da história. Em 1845 concluiu a publicação de sua *Histoire de l'Amérique* igualmente em dois volumes.

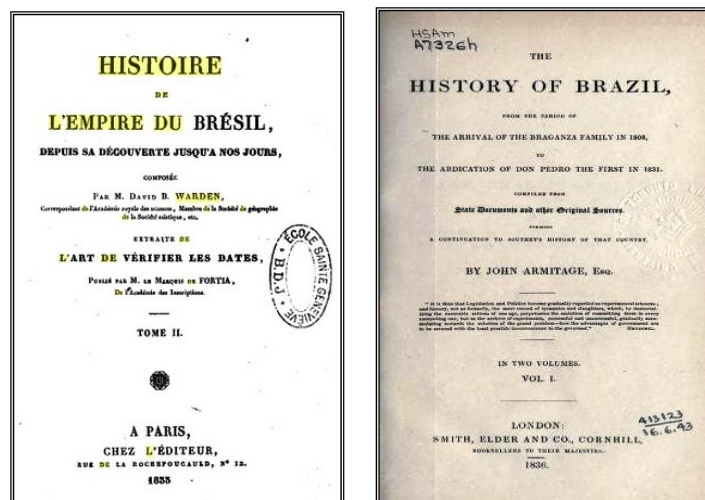


Figura 13: Capas dos livros de David Barden e John Armitage

Por fim, em 1836, John Armitage (1807-1856) publicou sua *History of Brazil, from the period of the arrival of the Braganza family in 1808, to the abdication of Don Pedro the First in 1831. Compiled from State documents and other original sources. Forming a*

continuation to Southey's history of that country. Como se vê já no título rendia homenagem ao precursor da história crítica inglesa sobre o Brasil: Robert Southey. Armitage viveu no Rio de Janeiro e manteve estreitos laços políticos com os liberais moderados da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional, como o secretário do IHGB Januário da Cunha Barbosa (1780-1846), Evaristo da Veiga (1799-1837) e Justiniano José da Rocha (1812-1862). Para Flávia Varella,

Armitage narrou o desenrolar da sociedade brasileira desde 1808 até a abdicação de D. Pedro I, reivindicando que sua obra era a continuidade da História do Brasil de Southey. Assim, Armitage ressaltou os aspectos opressores da colonização portuguesa, com o intuito de demonstrar que D. Pedro I teria abdicado por ter dado prosseguimento ao despotismo belicista e medieval característico de Portugal (VARELLA, 2011, p.17)

Tempos depois saíria do prelo o primeiro volume da *História Geral do Brasil* de Varnhagen, em 1854. Como se vê, antecedida por diversos trabalhos estrangeiros e dois nacionais. Trabalho inovador em todos os sentidos, um dos mais, senão o mais importante produzido em solo brasileiro até aquele momento, mas que foi marcada por uma recepção fria, vivida desde seu pedido para que fosse apreciada pelos pares no IHGB, cuja comissão de história jamais se pronunciou (formada por Abrantes, João Francisco Lisboa e Maranguape). Não poucos no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro se desagradaram de algumas passagens de seu livro, duas em especial. A primeira com a avaliação que fez sobre a obra dos jesuítas, em suas palavras a “mal-entendida filantropia”, duramente rechaçada por Fernandes Pinheiro (PINHEIRO, 1856, p.109-206). A segunda por conta de sua visão negativa sobre os índios, criticada duramente pelo poeta e historiador Gonçalves de Magalhães (1860, p. 3-66).

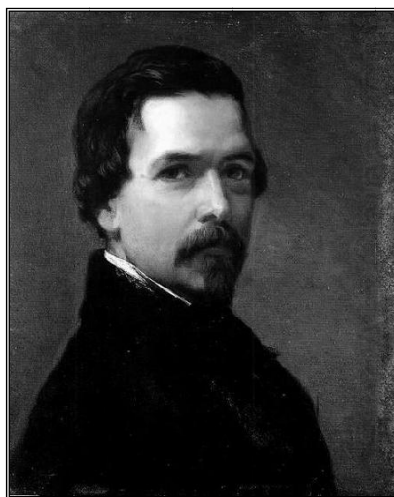


Figura 14: Francisco Adolfo de Varnhagen

As últimas obras foram redigidas na Alemanha e no Brasil. A primeira pelo historiador Heinrich Handelmann (1827-1891), professor da Universidade de Kiel, onde também lecionara Johann Gustav Droysen, que publicou sua *Geschichte von Brasilien* em 1860 em Berlim, mas que foi somente traduzida e publicada em português no Brasil em 1931, graças à iniciativa do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Dela, em seu lançamento, já teve notícia Varnhagen, que inclusive solicitou aos membros do IHGB que verificassem se o germânico o havia plagiado ou não.

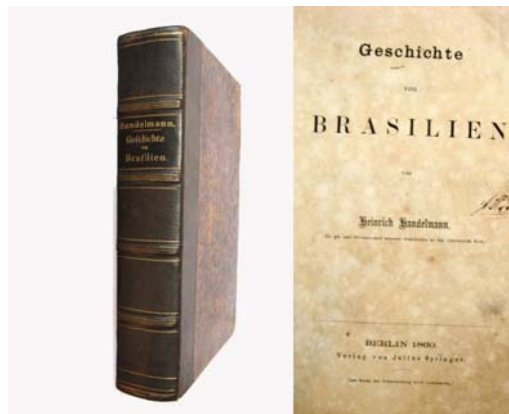


Figura 15: O livro de Handelmann.

A segunda, do escritor e professor Joaquim Manuel de Macedo (1820-1882), que havia se formado em medicina, diz respeito às suas lições de História do Brasil ministradas no Colégio D. Pedro II, constituídas por três manuais: o primeiro redigido para o 4º ano em 1861, o segundo de 1863, uma adaptação para o 7º ano com acréscimos e o último, escrito em 1865, correspondendo a uma adaptação dos outros dois para as escolas primárias do Brasil, com modificações mais sensíveis que indicam uma maior preocupação com o conteúdo e a metodologia, sintetizando, nas palavras de Macedo, a combinação entre a erudição e sua aplicação prática no ensino.



Figura 15: Joaquim Manuel de Macedo.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Bárbara Pacheco de. O desenvolvimento histórico do Brasil na obra de Heinrich Gottfried Handelman (1860). **Revista História**, (Anápolis), v.3, n.1, p.183-201, 2014.

ANDRADE, Priscilla Rampin de. **Um cronista na tribuna: Joaquim Manuel de Macedo: imprensa e política na consolidação do Estado-nacional brasileiro**. Dissertação. DH/USP, 2011.

ARAUJO, Valdei Lopes de. **A experiência do tempo: modernidade e historicização no Império do Brasil (1813-1845)**. Rio de Janeiro, 2003, Tese de doutorado em História. PUC-Rio.

AZEVEDO, Manoel Duarte Moreira de. O dia 9 de janeiro de 1822. **Revista do IHGB**, Tomo 31, 1868.

ARMITAGE, Joao. **História do Brasil: desde a chegada da Real Família de Bragança em 1808 até a abdicação do Imperador D. Pedro I, em 1831**. São Paulo: Melhoramentos, 1977.

BATALHONE JUNIOR, Vitor Claret. **Uma história das notas de rodapés: a anotação da História geral do Brasil de Francisco Adolfo de Varnhagen (1854-1953)**. Porto Alegre, 2011. Dissertação de Mestrado em História. UFRGS.

BEAUCHAMP, Alphonse de. **Histoire du Brésil, depuis sa découverte en 1500 jusqu'en 1810**. Paris: s.n, 1815.

BOSISIO, Rafael de Almeida Daltro. **Entre o escritor e o historiador: A história do Brasil imperial na pena de Joaquim Manuel de Macedo**. Dissertação. DH/UFRJ, 2007.

CARDOSO, Eduardo Wright. **A cor local e a escrita da história no século XIX: o uso da retórica pictórica na historiografia nacional**. PPGHIS/UFOP, Mariana, 2012.

CASTRO, L. J. de O. Ao leitor. In: SOUTHEY, Robert. **Historia do Brazil**. Rio de Janeiro: Garnier, 1862.

CEZAR, Temístocles Correa. **L'Écriture de l'histoire au Brésil au XIXe siècle. Essay**

sur une rhétorique de la nationalité. Le cas Varnhagen. Doutorado. EHESS, Paris. 2002.

CÉZAR, Temístocles. O poeta e o historiador. Southey e Varnhagen e a experiência historiográfica no Brasil do século XIX. **História Unisinos**, n.11, v.3, 306-312, 2007.

CEZAR, Temístocles. Livros de Plutarco: biografia e escrita da história no Brasil do século XIX. **Métis: história & cultura**, v.2, n.3, jan.-jun. 2003, p.74

CÉZAR, Temístocles. Varnhagen em movimento: breve antologia de uma existência. **Topoi**, v.8, n.15, 2007.

COLLINGWOOD, R. G. **A ideia de história.** 5. ed. - Lisboa: Presenca, 1981.

CURLY, Maria Odila Dias. **O Brasil na Historiografia Romântica Britânica Inglesa: Um Estudo de afinidades de Visão Histórica:** Robert Southey e Walter Scott. São Paulo. Dissertação de Mestrado: USP, 1967, p. 75

D'AVEZAC, A. 1857. Sur l'histoire du Brésil: examen critique d'une nouvelle Histoire Générale du Brésil récemment publiée en portugais à Madrid par M. François-Adolphe de Varnhagen. **Bulletin de la Société de Géographie.** Paris, Chez Arthus-Bertrand, 3:89-356.

DÉNIS, F. 1877. **Quelques mots sur la deuxième édition de l'Historia geral du vicomte de Porto Seguro.** MS. 3970, I, Bibliothèque Sainte-Geneviève, p. 222-225.

DIAS, Fabiana Rodrigues. **Por entre legados e demandas:** um estudo sobre os programas históricos apresentados no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1856). Dissertação. DH/UERJ, 2009.

DIAS, Maria Odila da Silva. **O Fardo do Homem Branco:** Southey, historiador do Brasil (um estudo dos valores ideológicos do império do comércio livre). São Paulo: CNN, 1974.

EBERHARD, Renata P. 150 anos da História do Brasil de Heinrich Gottfried Handelmann – algumas considerações sobre o autor e sua obra. In:Kupfer, Eckhard E. et al. **Martius-Staden-Jahrbuch**, n.58, 2011, p.81-102.

FERREIRA, Loyane Aline Pessato. **A soma de luzes na construção da felicidade pública e a reflexão sobre o passado português:** política e história na Revista do IHGB

(1838-1889). Dissertação. DH/Unicamp, 2010

FLASAN, Gaëtan de Raxis de. **Apologie de l'histoire de la diplomatie française**. Paris: Debray, 1812.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GONÇALVES, Liviston Frank. **Varnhagen: idealizador de um Projeto de Nação**. Dissertação. Literatura Brasileira/USP, 2008.

GONÇALVES, Sérgio Campos. **Pensamento Civilizador e escrita da história: origens da historiografia do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Dissertação de Mestrado. UNESP-Franca, Departamento de História. 2009.

GRAFTON, Anthony. **As origens trágicas da erudição**. Papirus: Unicamp, 1998.

GUENÉE, Bernard. L'historien et la compilation au XIIIème Siècle. **Journal des Savants**, jan.-set. 1985.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **Livro de fontes de historiografia brasileira**. Rio de Janeiro: EduERJ, 2010.

GUIMARÃES, Manoel L. Salgado Nação e civilização nos trópicos: O IHGB e o projeto de uma história nacional. **Estudos Históricos**, n.1, v.1, 1988.

GUIMARÃES, Manoel Luiz S. Escrever a história, domesticar o passado. In: LOPES, Antônio H.; VELOSO, Monica P. e PESAVENTO, Sandra J. (org). **História e linguagens: texto, imagem, oralidade e representações**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Em 1926: vivendo no limite do tempo**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

HAHN, Christian Ludwig, **Brasilien wie es ist**. Ein Leitfaden fuer alle dieienigen, welche sich naehere Kenntnisse ueber dieses Land erwerben, W.L. Wesche, Frankfurt am Main, 1826.

HANDELMANN, Friedrich. **História do Brasil**. São Paulo: Melhoramentos, 1978.

HANDELMANN, Heinrich. **Geschichte von Brasilien**. Berlin: Julius Springer, 1860.

HARTOG, François. **O século XIX e a História: o caso Fustel de Coulanges**. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 2003.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade**. São Paulo: Autêntica, 2013.

HARTOG, François. Tempos do mundo, história, escrita da história. In: GUIMARÃES, Manoel L. Salgado (org). **Estudos sobre a escrita da história**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006.

HRUBY, Hugo. **Obreiros diligentes e zelosos auxiliando no preparo da grande obra: a história do Brasil no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1912)**. Dissertação. DH/PUC-RS, 2007.

KHALED JÚNIOR, Salah Hassan. **A construção da narrativa nacional brasileira: a escrita da nação em Barbosa, Martius e Varnhagen**. Dissertação. DH/UFRGS, 2007.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

LABOULAYE, R. L. E. **Études sur la propriété littéraire en France et en Angleterre. Suives des trois discours prononcés au Parlement d'Angleterre par Sir Thomas Noon Talfourd**. Paris: Auguste Durand, 1858.

LÍLIAN, Martins de Lima. **O Brasil na historiografia inglesa dos anos joaninos**. DH/UNESP-Franca. 2012.

LIMA, José Inácio de Abreu e. **Compêndio da História do Brasil**. Rio de Janeiro: E. e H. Laemmert, 1843.

LIMA, José Inácio de Abreu e. **Resposta do General J. I. de Abreu e Lima ao Conego Januário da Cunha Barbosa ou Analyse do primeiro juízo de Francisco Adolpho Varnhagen acerca do Compendio da Historia do Brazil**. Pernambuco: M. F. de Faria, 1844

LIMA, Oliveira. Repertório crítico da literatura teuto-brasileira. **Revista Americana**, n.9, 1917.

MACEDO, Adriana Mattos Clen. **As corografias e a cultura histórica oitocentista**. Dissertação. DH/UFRJ, 2007.

MATOS, Odilon Nogueira de. Introdução. In: HANDELMANN, F. **História do Brasil**. São Paulo: Melhoramentos, 1978.

MEDEIROS, Bruno Franco. Cópia e originalidade: plágio e condições de autenticidade na constituição do moderno conceito de história. In: 3º seminário nacional de história da historiografia - Aprender com a história?, 2009, Mariana. **Anais do 3º seminário nacional de história da historiografia - Aprender com a história?**. Ouro Preto: Edufop, 2009.

MEDEIROS, Bruno Franco. **Plagiário, à maneira de todos os historiadores**. Jundiaí: Paco Editorial, 2012.

MEDEIROS, Bruno Franco. **Plagiário, à maneira de todos os historiadores: Alphonse de Beauchamp e a escrita da história na França nas primeiras décadas do século XIX**. Dissertação. DH/USP. 2011.

MENDES, Luis César Castrillon. **Publicar ou arquivar? A Revista do IHGB e a escrita da História Geral do Brasil (1839-1889)**. Dissertação. DH/Universidade Federal do Mato Grosso, 2011.

MOMIGLIANO, Arnaldo. **As origens clássicas da historiografia moderna**. Bauru: Edusc, 2004.

MORAIS, José Antônio de M. Resposta. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, 1860.

MOURA, Luís Claudio Rocha Henriques de. **Abreu e Lima: uma leitura sobre o Brasil**. Dissertação. DH/UnB, 2006

NODIER, Charles, **Questions de littérature légale. Du plagiat, de la supposition d'auteurs, dès supercheries qui ont rapport aux livres**. Paris: Crapelet, 1828.

OLIVEIRA, Maria da Glória. Fazer história, escrever a história: sobre as figurações do historiador no Brasil oitocentista. **Revista Brasileira de História**, v.30, n.59, p.37-52,

2010.

PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. As batalhas dos Guararapes. **Revista do IHGB**, Tomo 29, 1866.

RAMOS, André da Silva. **Robert Southey e a Experiência da História de Portugal: Conceitos, Linguagens e Narrativas Cosmopolitas (1795-1829)**. Mariana, 2013. Dissertação de mestrado em História.

SANTOS, Pedro Afonso C. dos. Compilação e plágio: Abreu e Lima e Melo Moraes lidos no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. **História da historiografia**, n.13, p.45-62, 2013.

SCHNEIDER, Michel. **Ladrões de palavras: ensaio sobre o plágio, a psicanálise e o pensamento**. Campinas: Unicamp, 1990.

SILVA, Taise Tatiana Quadros. **A Reescrita da Tradição: A invenção historiográfica do documento na História geral do Brasil de Francisco Adolfo de Varnhagen (1854-1857)**. Dissertação. DH/UFRJ, 2006.

SOARES, Gerusa. **Cunha Matos (1776-1839) Fundador do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro: Pongetti, 1931.

SOUTHEY, R.. **History of Brazil**. London: Longman, 1810-9. 3v.

VALE, Renata William Santos do. **Lições da História: as concepções de história dos fundadores do IHGB**. Dissertação. DH/Puc-Rio. 2004.

VARELLA, Flávia F. **Da impossibilidade de aprender com o passado: sentimento, comércio e escrita da história na História do Brasil de John Armitage**. Dissertação. DH/USP. 2010. Orientador: João Paulo Garrido Pimenta.

VARELLA, Flávia F. A escrita da história da independência do Brasil: a polêmica do Correio Oficial com O Chronista sobre a História do Brasil de John Armitage. In: MATA, Sérgio Ricardo da; MOLLO, Helena Miranda & VARELLA, Flávia Florentino Varella (org.). **Caderno de resumos & Anais do 2º. Seminário Nacional de História da Historiografia. A dinâmica do historicismo: tradições historiográficas modernas**. Ouro Preto:

EdUFOP, 2008.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Carta escrita ao secretário do Instituto em 1846 em aditamento ao Juízo, sobre o compêndio da História do Brasil, publicado no n. 21 da Revista (T. 6o p. 60). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, tomo 13, p.396-401, 1850.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Primeiro Juízo. Submetido ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro pelo seu sócio Francisco Adolfo de Varnhagen, acerca do “Compêndio da História do Brasil” pelo Sr. José Inácio de Abreu e Lima. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, tomo 6, p. 60-83, 1844.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Replica apologética de um escritor caluniado e juízo final de um plagiário difamador que se intitula general**. Madri: Viúva de D. R. J. Dominguez, 1846.

PELA MORALIZAÇÃO DO SUFRÁGIO: A CAMPANHA PELA ELEIÇÃO DIRETA NO BRASIL IMPÉRIO (1860-1881)

Kátia Sausen da Motta¹²⁴

Introdução

Cem anos após o Decreto no 3.029, de 9 de janeiro de 1881, também conhecido como Lei Saraiva, em referência ao então chefe de Gabinete, José Antônio Saraiva, Mircea Buescu (1981) se dedicou a explorar a extensão da participação eleitoral no Brasil Império. Centrado no aspecto econômico, o autor contraria a ideia de que o sufrágio no século XIX era limitado em decorrência do voto censitário. De acordo com Buescu, a exigência de renda de 100 mil réis até 1846, depois recalculada em 200 mil réis, era irrisória para a época se comparada às outras exclusões legais: mulheres, escravos e menor de idade.

Em seu estudo, o autor também se propôs a responder qual o impacto da legislação de 1881 na franquia do direito do voto. Sérgio Buarque de Holanda (1972) e Raymundo Faoro (1975) já haviam se dedicado a análise da evolução do eleitorado após a década de 1880. Os dados apresentados pelos autores revelam que contabilizava-se no Brasil 1.089.659 pessoas qualificadas a votar em 1872, cerca de 10% da população do país. Já na primeira eleição sob o comando da Lei Saraiva, inscreveram-se cerca de 150 mil eleitores, 1,3% da população total. Para Holanda e Faoro a resposta para o encolhimento do corpo eleitoral estava na duplicação do valor da renda se comparado ao que estipulava a Constituição de 1824. Ao criticar essa interpretação, Buescu ressalta que tanto Holanda quanto Faoro ignoraram o fato que tal mudança havia ocorrido em 1846 e não na década de 1880, como equivocadamente pensavam. O economista alega que ao manter o padrão da legislação anterior, a tendência da Lei Saraiva foi atenuar a limitação censitária, e não o contrário. Considerando a inflação do período, 200 mil réis em 1881 equivaleria a 65 mil réis em 1824. Assim, não residia no censo a explicação para a diminuição da franquia eleitoral.

Detido em outros requisitos da lei, José Murilo de Carvalho (2011) aponta a exigência de alfabetização e a rigorosa comprovação de renda como chaves de resposta para explicar a “involução da participação eleitoral”. O autor observa que a partir de 1881 quem

¹²⁴ Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo. Bolsista FAPES.

quisesse votar deveria apresentar um documento por escrito e assinado, anexando outros diversos documentos que comprovassem a renda legal. Processo que até aquele momento era baseado na oralidade do votante. Conforme observa Carvalho, em um país com 81% da população livre analfabeta tais exigências resultaram na queda de 90% do eleitorado, representando um tropeço na escala democrática. O retrocesso durou mais de seis décadas, somente em 1945, com o reconhecimento do direito de voto das mulheres, foram superados os números anteriores a Lei Saraiva.

Numa perspectiva diversa, este trabalho explorou os anos que antecederam a Lei Saraiva. Para além dos resultados, investigou-se a campanha pela reforma eleitoral no Império no seu contexto político e intelectual e seu debate no cenário mais amplo do direito eleitoral. Como fonte, priorizou-se a análise da literatura sobre as eleições produzida no Brasil no século XIX e a legislação do período.

A década de 1860 foi a mais rica do Império no que se refere à produção de textos políticos.¹²⁵ Foram nesses anos que se iniciaram as publicações de obras dedicadas exclusivamente às eleições, mais especificamente sobre a necessidade de uma reforma eleitoral. Antes desse momento, a literatura sobre o pleito eleitoral restringia-se a compêndios das normas, uma espécie de guia do processo eleitoral, contendo a legislação, as etapas do processo e os formulários indispensáveis ao pleito. Mesmo assim, poucos foram publicados. Como obras desse tipo, podemos apontar o *Novo manual eleitoral contendo a lei regulamentar das eleições de 19 de agosto de 1846* (1856).

Já sobre a reforma eleitoral nota-se a circulação de impressos de vários tipos: textos políticos, contendo ou não projetos de reforma eleitoral; Discursos de Parlamentares na Câmara dos Deputados e Senado; Coletânea de Projetos e de artigos de jornais. No quadro abaixo é possível verificar os títulos das publicações, o ano de lançamento e seus respectivos autores.

¹²⁵ De acordo com José Murilo de Carvalho (2009: 31), diversos textos políticos foram publicados a partir de 1860 em razão da política de conciliação promovida pelo Marquês de Paraná.

QUADRO 1: PUBLICAÇÕES SOBRE A REFORMA ELEITORAL (1861-1881)		
Ano	Título	Autor
1861	Reforma eleitoral: eleição direta	Dr ****
1862	Reforma eleitoral: Eleição direta	Antonio Herculano de Souza Bandeira
1868	O sistema representativo	Jose de Alencar
1870	Reforma Eleitoral: projeto apresentado à Câmara dos deputados, na sessão de 22 de julho de 1870 pelo deputado Paulino José Soares de Sousa Ministro do Império	-
1871	Reforma eleitoral: projetos oferecidos a consideração do Corpo legislativo desde o ano de 1860 até o ano de 1870	-
1872	O systema eleitoral no Brazil como funciona, como tem funcionado, como deve ser reformado	Francisco Belisario Soares de Souza
1873	Reforma eleitoral - projeto apresentado à Camara dos Deputados na sessão de 30 de abril de 1873 pelo deputado João Alfredo Correia de Oliveira Ministro do Império	-
1873	Reforma eleitoral e parlamentar e constituição da magistratura: esboço de projetos de lei	Aureliano Tavares Bastos
1874	Reforma Eleitoral - Eleição direta (artigos publicados na Reforma)	Joaquim Antonio Pinto Junior
1874	Reforma eleitoral: observações de um liberal	-
1874	Reforma Eleitoral	José de Alencar
1875	Reforma Eleitoral: projetos oferecidos a consideração do corpo legislativo desde o ano de 1826 até o ano de 1874	Antonio Pereira Pinto
1876	Estudos e Comentários da reforma eleitoral, precedidos de uma carta do Conselheiro d'Estado Nabuco de Araujo	Tito Franco de Almeida
1876	Reforma Eleitoral - Discursos Proferidos no Senado por Zacarias de Goes e Vasconcelos	-
1878	Eleição Direta: artigos publicados no jornal do Comercio em os meses de Outubro e Novembro de 1878	-
1881	Reforma eleitoral brasileira de 1881: repertório, anotações à lei e às instruções e formulários	Hyppolito de Camargo
1881	Legislação eleitoral do Imperio do Brazil em duas divisões comprehensivas dos dous systemase respectivo formulario com um appendice	Augusto Teixeira de Freitas Junior

Fonte: *Anais da Biblioteca Nacional*, 1881-1882: 813-815.

A crítica ao processo eleitoral ditava o tom dos textos. A violência da votação e o falseamento das qualificações dos votantes contribuíam para o que Joaquim Antonio Pinto Junior (1874) chamava de “Representação da navalha e da bayoneta”. O enredo de seus artigos publicados no jornal *A Reforma* e reunidos na coletânea *Reforma Eleitoral – Eleição Direta* indica os atores principais: partidos/facções e o governo. Para Pinto

Junior, nos pleitos eleitorais o governo era representado pelas autoridades policiais e guardas nacionais, a “bayoneta é seu símbolo”. Ao narrar os acontecimentos da última eleição na Corte, afirmava que:

Por toda parte compravam e pagavam votos com a mais cínica e arrojada ostentação, e distinguiam-se entre os mercadores, comandantes de batalhões da guarda nacional, empregados de superior e inferior categoria, inspetores de quartirão, e esses mesmos indivíduos eram vistos mais tarde nas salas suntuosas as recepções ministeriais dando conta circunstanciada de suas proezas e façanhas (PINTO JUNIOR, 1874, p. 11).

Os partidos e facções, ressaltou o autor, também tinham suas armas: as navalhas. Joaquim lembrava que os adeptos das parcialidades políticas eram os responsáveis pelo tumulto na votação, o que na gíria eleitoral dava-se o nome de “rolo”.

Liberais e conservadores honestos, grandes e pequenos, ricos e pobres, nobres e plebeus, todos estiveram à mercê da fúria dessa horda de assassinos esquentados pelas bebidas alcólicas, instigados pelo dinheiro, animados pela mais torpe impunidade, açulados pelas paixões ruins de ambiciosos vulgares (PINTO JUNIOR, 1874, p. 12).

O desenho da “orgia eleitoral” também era compartilhado por Francisco Belisário de Souza (1872).¹²⁶ Proeminente político conservador, Belisário afirmava que falar da urgência de uma reforma eleitoral naquela época era “repetir uma trivialidade”. Diante dos últimos acontecimentos daquele ano, 1872, quando a Câmara fora dissolvida pelo Imperador, o sistema representativo estava desacreditado: o governo nomeia e não as eleições, sentenciava.

A falsidade representativa também era descrita pelo Dr.****, pseudônimo do autor da *Reforma eleitoral: eleição direta*, primeira obra produzida no Brasil que advogava pela adoção do sistema eleitoral direto. O autor definia o processo sufragista como uma “miserável fantasmagoria” que só poderia dar um resultado: a mentira. A reforma, na sua percepção, era uma “cura do Poder Representativo” já que “as leis eleitorais não foram capazes de mitigar punhais e bayoneta como os impositores dos nomes aos votantes e eleitores” (1861: 13).

De forma geral, as obras advogavam a eliminação de influências do governo e do poder privado sobre o voto dos cidadãos. Se a literatura apontava o problema, a

¹²⁶ A primeira edição da obra de Francisco Belisário data de 1872, a partir da segunda edição o título foi alterado para *O sistema eleitoral no Império*. Para este estudo utilizamos reimpressão do ano de 1979.

desmoralização do processo eleitoral, também fornecia caminhos para solucioná-los, sendo o principal a “Eleição Direta”. A obra de Antonio Pereira Pinto (1875) é exemplar nesse sentido. No livro intitulado *Reforma Eleitoral: projetos oferecidos a consideração do corpo legislativo desde o ano de 1826 até o ano de 1874*, Antonio Pereira Pinto se propôs a reunir os projetos sobre a matéria eleitoral apresentados à Câmara dos Deputados e Senado desde a primeira legislatura do Império. No prefácio, o autor expõe o objetivo do seu estudo:

Num momento em que o país ocupa-se “esforçadamente em dotar o país com a reforma do processo eleitoral vigente, quando todos os matizes políticos são acordes no empenho de restaurar a livre manifestação das urnas, base essencial da verdade do sistema representativo, não se nos afigura descabido o plano de formular em um só corpo para estudo, e consulta as sensatas cogitações dos primeiros legisladores do Império, e daqueles que trataram posteriormente desse importante assunto (1875/1983, s/n).

A análise dos projetos reunidos na coletânea revela que entre 1826 e 1873 foram apresentadas 67 propostas de alterações do sistema eleitoral (Tabela 1). Além do esforço do parlamento em dotar o sufrágio de garantias que assegurassem a verdade eleitoral, a verificação de cada projeto também aponta a antiguidade da proposta de eleição direta no Brasil (ver Quadro 2).

TABELA 1: PROJETOS DE REGULAMENTAÇÃO ELEITORAL (1826-1873)	
Anos	N. de Projetos
1826-1829	3
1830-1839	13
1840-1849	14
1850-1859	15
1860-1869	14
1870-1873	8
Total	67

Fonte: PINTO, 1875- 1983 (grifo nosso).

QUADRO 2: ALTERAÇÕES PROPOSTAS AO DIREITO DE VOTO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS E SENADO (1826-1873)					
Ano	Eleição	Alfabetização	Renda	Inclusão	Exclusão
1831	Indireta	-	-	mães de família viúvas ou separadas de seus maridos	-
1835	Direta	sim	-	-	votantes
1838	Indireta	-	-	-	Soldados de tropa de linha, guarda policial permanente, marinheiros de tripulação
1840	Indireta	-	Elevar (200 mil réis)	-	-
1841	Indireta	sim	Elevar (200 mil réis)	-	Soldados de pret de 1ª linha, os guardas nacionais aquartelados
1843	Indireta	-	-	-	Praças de pré do exército, armada e guardas nacionais, municipais, policiais ou marinheiros
1845	Indireta	sim	-	-	Soldados e praças de pré (1ª linha e policiais), guardas nacionais e jornaleiros
1846	Direta	-	Elevar	-	votantes
1864	Direta	-	-	-	-
1868	Indireta	sim (eleitor)	-	-	-
1869	Indireta	-	Imposto (eleitores)	-	-
1870	Mista	sim (eleitor)	Imposto (eleitores)	-	-
1871	Indireta	sim	-	-	-
1873	Indireta	sim	Diminuir (100 mil réis)	-	-

Fonte: PINTO, 1875- 1983 (grifo nosso).

Ao verificarmos as mudanças propostas acerca das condições legais de quem poderia participar das eleições, nota-se uma informação importante: metade das indicações previa a exigência de alfabetização. Se havia dissenso sobre o melhor método eleitoral, direito ou indireto, os projetos evidenciam que as casas legislativas assinalavam a crescente associação entre o voto e a alfabetização. Entre 1870 e 1873, todas as

propostas encaminhadas ao parlamento previam tal critério.

As propostas de José de Alencar (1868) e de Aureliano Tavares Bastos (1873) evidenciam a associação entre alfabetização e direito eleitoral. Ambos defendiam princípios semelhantes em torno do direito de voto, embora discordassem sobre o método do escrutínio. Na obra *O Sistema Representativo*, Alencar se posiciona contrário à eleição direta. Sua justificativa recaiu sobre a inconstitucionalidade da proposta, tendo em vista a demarcação do processo eleitoral indireto na Carta de 1824. Em *Reforma Eleitoral e Parlamentar*, Tavares Bastos se posicionou firme pela eleição direta. Para o autor, o corpo eleitoral deveria ser “permanente, estável e não subserviente”. A lei deveria fornecer o eleitorado responsável pela escolha de seus representantes. Assim, uma base fixa dependente de prova impediria o livre arbítrio das autoridades incumbidas do recenseamento. Para ele, a matéria não era inconstitucional, tendo em vista que a Carta autorizava a regulamentação do modo prático das eleições por legislação ordinária.

O consenso entre os políticos ocorreu na previsão de nova exigência ao exercício do voto. Alencar destacava a “ignorância” como incapacidade política que limitava a liberdade do voto. O excerto abaixo exemplifica sua percepção:

A respeito da ignorância há também omissão na lei constitucional; mas essa incapacidade política resulta igualmente da natureza das coisas, e justifica-se com o art.97. Tal seja o modo prático da eleição que exclua forçosamente o analfabeto pela impossibilidade de prestar o voto na forma consagrada (ALENCAR, 1868, p. 99).

Seguindo sua concepção, Alencar insere no Art.48 de seu projeto que o votante deveria escrever seu nome com a declaração do voto na cédula. Tal previsão excluía indiretamente o analfabeto do processo eleitoral. Sobre o assunto, o autor esclarece que,

[...] não pode exercer o direito quem não dispõem dos meios necessários, surdo-mudo que não pode exprimir seu livre consentimento, assim como o cidadão que não pode escrever uma cédula, alheio à imprensa e à Tribuna é inepto para conhecer o governo (ALENCAR, 1868, p. 90).

Com visão semelhante, Tavares Bastos definiu em seu projeto artigo específico para a restrição eleitoral: “os que não souberem ler e escrever” (BASTOS, 1873). Em seguida

também previu a exclusão dos guardas nacionais e dos condenados a vender o voto. O autor observava que era “[...] impossível que se exerça os direitos e os deveres de eleitor os que não sabem ler e escrever” (BASTOS, 1873). Essa medida, em sua opinião, excluiria somente os vadios e a capangada eleitoral.

Francisco Belisário de Souza, na obra *O sistema eleitoral no Brasil*, também corrobora com a exclusão dos analfabetos das urnas. Em suas palavras,

[...] o exercício do voto exige duas condições imprescindíveis para fazer presumir certa capacidade em quem as preenche. A primeira é uma tal ou qual instrução. Conferir o voto ao indivíduo que nem ao menos sabe ler e escrever parece uma zombaria e um contrassenso (SOUZA, 1872-1979: 132).

Para Belisário (1872-1979: 132), a alfabetização era uma condição cardeal para a aptidão ao direito de voto. Na sua argumentação ressaltava que algumas regiões dos Estados Unidos adotavam tal restrição, bem como a Itália moderna, que consagrava o mesmo princípio em sua Constituição. Com efeito, na Itália, a Constituição de 1848 exigia para votar a idade mínima de 25 anos, saber ler e escrever e pagamento de impostos.¹²⁷ A legislação de alguns estados americanos também demarcava certo critério de alfabetização. Em Connecticut e Massachussets, por exemplo, o cidadão não era admitido a votar se não soubesse ler um artigo da Constituição e assinar seu nome. Em Missouri, todo cidadão que após 1876 não soubesse ler e escrever, estaria excluído do direito de votar.

A questão eleitoral e a discussão em torno das qualidades de quem teria o direito de votar não se restringiu ao Brasil. Em 1874, J. Charbonnier observou a urgência e atualidade de tal preocupação política no prefácio de sua obra, *Organisation électorale et représentative de tous les pays civilisés*, que reunia informações sobre o sistema eleitoral em vigor de diversos países. Com o estudo, o autor almejava fornecer material para comparação das ideias e teorias que inspiravam a normatização dos sufrágios adotados em diferentes lugares. Dos 29 países catalogados na obra, oito (quase 30%) previam a exigência de certa alfabetização para votar, sendo que destes, cinco situavam-se na América Latina. Ademais, em 18 países (62%) a posse de algum tipo de renda ainda era requisito para poder participar do sufrágio naqueles anos. No quadro abaixo é possível verificar o modelo de sufrágio adotado pelos países inventariados por Charbonnier na

¹²⁷ Para maiores informações sobre os requisitos legais de direito de voto na Itália e Estados Unidos conferir: CHARBONNIER, 1874.

década de 1870 e, quando previsto, o tipo de censo.

QUADRO 3: MÉTODO ELEITORAL NOS PAÍSES DA EUROPA E AMÉRICA (1870-1874)				
Continente	País	Sufrágio	Escrutínio	Censo
Europa	Alemanha	Universal	Direto	-
	Dinamarca		Direto	-
	Espanha		Direto	-
	França		Direto	-
	Grécia		Direto	-
	Bélgica	Censitário	Direto	Econômico
	Inglaterra		Direto	Econômico
	Itália		Direto	Econômico e Alfabetização
	Luxemburgo		Direto	Econômico e Alfabetização
	Noruega		Indireto	Econômico
	Holanda		Direto	Econômico
	Portugal		Direto	Econômico
	Suécia		Indireto	Econômico
América	Argentina	Universal	Misto	
	Honduras		Direto	-
	México		Indireto	-
	Paraguai		Direto	-
	Venezuela		Direto	-
	Estados Unidos	Universal/Censitário	Misto	Alfabetização (alguns Estados)
	Bolívia	Censitário	Direto	Econômico e Alfabetização
	Brasil		Direto	Econômico
	Chile		Indireto	Econômico
	Costa Rica		Indireto	Econômico e Alfabetização
	Republica Dominicana		Indireto	Econômico
	Equador		Direto	Econômico
	Guatemala		Direto	Econômico
	Haiti		Direto	Econômico
	Peru		Indireto	Econômico e Alfabetização
El Salvador	Direto		Econômico e Alfabetização	
Uruguai	Direto	Alfabetização		

Fonte: CHARBONNIER, 1874.

Em estudo sobre a cultura política do século XIX, Peter Gay (1988-1995: 218-240) afirma que políticos aventureiros que faziam campanha em prol da abolição dos critérios para o direito de voto era uma minoria subversiva, criadores de problemas. Até a revolução de 1848 na França eles nem sequer chegavam a ser respeitáveis. A maioria na Grã-Bretanha pensava que a democracia pura era a contrapartida do governo

autocrático de um rei, um convite a tirania. Até mesmo na França, observa Pierre Rosanvallon (1992), o sufrágio universal masculino era tido por muitos como um acidente de percurso da Revolução. Se o salto para o sufrágio universal masculino havia sido dado, serviu de estímulo para alguns, mas também de pesadelos para muitos. Se aos olhos do século XXI é possível averiguar o caminho ascendente do sufrágio universal masculino iniciado no século XIX e potencializado no XX, na literatura sobre a última reforma eleitoral do Império do Brasil a visão sobre a trajetória do voto não estava clara. No Brasil, poucas foram as vozes em defesa do sufrágio universal. Na campanha pela Reforma Eleitoral não foi mencionado como alternativa viável, afinal a ampliação das urnas não constituía resposta para sua moralização, mas sim a educação de seus cidadãos.

Referências bibliográficas

Fontes

ALENCAR, José de. **O Systema Representativo**. Rio de Janeiro: B. L. Garnier Edictor, 1868.

BASTOS, Aureliano Cândido Tavares (1873). Reforma Eleitoral e Parlamentar e Constituição da Magistratura: esboço de projectos de lei. In: BASTOS, Aureliano Cândido Tavares; AZEVEDO, Fernando de. **Os males do presente e as esperanças do futuro: (estudos brasileiros)**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.

DR ****. **Reforma eleitoral – eleição direta**. São Paulo: Typographia Litteraria, 1861.

J. CHARBONNIER. **Organisation electorale et représentative de tous les pays civilisés**. Paris: Guillaumin, 1874.

Novo manual eleitoral contendo a lei regulamentar das eleições de 19 de agosto de 1846 para as camaras legislativas, assembléas provinciaes, camaras municipaes e juizes de paz do Império do Brasil: acompanhada das resoluções do Conselho d'Estado, avisos, ordens e portarias, que darão esclarecimento aos seus artigos. Segunda ed. Rio de Janeiro: E & H. Laemmert, 1856.

PINTO, Antonio Pereira (1875). **Reforma Eleitoral**: projetos oferecidos à consideração

do Corpo Legislativo desde o ano de 1826 até o ano de 1874. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, ed de 1983.

SOUZA, Francisco Belisário Soares de (1872). **O sistema eleitoral no Império**; com apêndice contendo a legislação eleitoral no período 1821-1889. Brasília: Senado Federal, 1979.

Obras gerais

BUESCU, Mircea. No Centenário da Lei Saraiva. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico**, Rio de Janeiro, nº330, 1981, p.179-186.

CARVALHO, José Murilo de. Radicalismo e republicanismo. In: CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das, (Org.). **Repensando o Brasil do Oitocentos**. 1ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

CARVALHO, José Murilo. A involução da participação eleitoral no Brasil, 1821-1930. In: CARVALHO, José Murilo; CAMPOS, Adriana (Org.). **Perspectivas da Cidadania no Brasil Império**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder**. Porto Alegre/São Paulo, 1975.

GAY, Peter. **A experiência burguesa**: da Rainha Vitória a Freud. v.3 – O cultivo do ódio. São Paulo: Companhia das Letras, 1988-1995.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História Geral da Civilização Brasileira** – Tomo II, 5. São Paulo, 1972.

ROSANVALLON, Pierre. **Le Sacre Du Citoyen**: du suffrage universel en France. Paris: Gallimard, 1992.

PRÁTICAS DE MEMÓRIAS E APRENDIZAGENS HISTÓRICAS: PATRIMÔNIO E FORMAÇÃO DOCENTE EM DIAMANTINA – MG.

Luciano M. Roza¹²⁸

Elizabeth Aparecida Duque Seabra¹²⁹

O trabalho tem o objetivo de apresentar possibilidades de aprendizagem da história ambientadas na cidade de Diamantina – MG que consideram a perspectiva do patrimônio no processo formativo do licenciado na atualidade. Para tanto, serão apresentadas e discutidas duas práticas formativas realizadas no curso de licenciatura em história da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM).

Introdução

Os debates sobre os princípios norteadores da formação docente em história tiveram início na Faculdade Interdisciplinar de Humanidades, FIH -UFVJM em 2013 com um primeiro seminário¹³⁰ e levou à elaboração de um Manual¹³¹ que expressava as principais propostas de organização dos estágios supervisionados em diálogo com as práticas de ensino e as instituições escolares e não escolares da cidade.

A dimensão prática (estágios e práticas de ensino) foram caracterizadas como um conjunto de ações pedagógicas que possibilitavam aprendizagens culturais, sociais e profissionais. Constituíam-se em elemento central da formação docente à medida que articulavam saberes teórico-práticos, instituições educativas e sujeitos. Nesse documento de 2013, os estágios são definidos como momentos de investigação e intervenção, cuja ênfase é dada ao planejamento de ações concretas a serem desenvolvidas em espaços educativos escolares e não escolares, mediante convênios e

¹²⁸ Professor Adjunto na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Doutor em Educação pela UFMG.

¹²⁹ Professora Adjunta na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Pós doutora em Ciências da Educação pela Universidade do Minho, Portugal. Doutora em Educação pela Unicamp.

¹³⁰ Esse Seminário realizado na FIH contou com a participação de vários docentes da unidade e membros da comunidade como SEE e Diretora do Museu do Diamante e professores das redes públicas.

¹³¹ Manual de Estágio Supervisionado. Diamantina, MG, 2013. Disponível em: [file:///C:/Users/Beth/Downloads/Manual%20de%20Est%C3%A1gio%20Supervisionado-Lic%20Hist%C3%B3ria%20\(5\).pdf](file:///C:/Users/Beth/Downloads/Manual%20de%20Est%C3%A1gio%20Supervisionado-Lic%20Hist%C3%B3ria%20(5).pdf). Acesso em 22 ago. 2016.

sob a orientação pedagógica da instituição formadora e a supervisão de professores e professoras das instituições educativas campo de estágio.

As práticas desenvolvidas ao longo dos últimos três anos levaram ao amadurecimento dessas concepções e diálogos e reflexões sobre o exercício profissional da docência (incluindo a regência), a dimensão microestrutural, da sala de aula de história e o desenvolvimento de projetos de intervenção capazes de articular dimensões tais como a cultura local, a memória e seus usos políticos e sociais, as identidades e o patrimônio.

A presença do patrimônio

A teorização acerca das relações entre ensino de história, educação para o patrimônio e lugares de memória durante o desenvolvimento destas atividades educativas foi se articulando aos diversos aspectos da relação entre história e memória e se configurando como práticas no sentido de experiências, memórias, recordações, seleções, esquecimentos e ações de atualização de conceitos e expressão de identidades dos sujeitos das aprendizagens. (HUYSSSEN, 2014; GONÇALVES, 2010; MATTOZZI, 2008; SARLO, 2007).

A aprendizagem em ambientes que tratam do patrimônio, da memória e da história possibilita debater sobre o estatuto do conhecimento produzido pelos estudantes na relação com as escolas. Outra dimensão das práticas é a ampliação das reflexões teóricas e metodológicas sobre as competências culturais, ou a formação histórica, em especial suas dimensões estéticas e políticas desencadeadas a partir das oficinas, visitas e aulas públicas. A relação de presença frente ao patrimônio é ponto de partida para reflexões mais amplas sobre os sentidos das práticas culturais que permeiam a sociedade contemporânea.

Gumbrecht (1998 e 2010), ao discutir sobre a *produção de presença*, sugere um repertório de análise cultural que busca discernir os *efeitos de presença* e os *efeitos de sentido*. Ele distingue uma “cultura de presença” de uma “cultura de sentido”. O que diferencia uma da outra é o papel do sujeito, ou subjetividade, que ocupa lugar central na cultura de sentido, mas que só é considerado efetivamente, em seu corpo, como parte

da existência das coisas, numa cultura de presença.

A decorrência dessa distinção entre *sentido* e *presença* é que o conhecimento produzido numa cultura de sentido só pode ser legitimado por um sujeito em seu ato de interpretar o mundo. Já na cultura de presença, o conhecimento legítimo é apresentado, se manifesta, ele não vem diretamente do esforço individual para interpretar e criar um sentido. Os objetos se impõem ao sujeito e sua vontade é confrontada pela presença.

Nos dois relatos apresentados o conhecimento sobre o patrimônio é produzido pelos estudantes que conferem sentidos aos objetos e lugares expostos, entendem as mudanças na ordem temporal e na organização dos mesmos à medida que criam e apresentam uma nova visualidade para o patrimônio musealizado.

Outra dimensão norteadora nas práticas aqui apresentadas relaciona-se a perspectiva de compreender o Ensino de História, assim como a formação inicial do licenciado em história, como lugar de produção de experiências. Entendemos que uma questão a ser considerada como relevante no interior das práticas de ensino-aprendizagem em história seja a proposição de reflexões teórico e politicamente orientadas voltada às questões próprias ao mundo contemporâneo.

Sobre as práticas de memória

1) “Lugares de memória” em Diamantina

A primeira experiência tem o foco no trabalho com “lugares de memória” na cidade de Diamantina. Trata-se de uma atividade avaliativa proposta na disciplina Prática de Ensino de História II/Estágio Supervisionado III e desenvolvida pelos estudantes do décimo período do curso de licenciatura em História no primeiro semestre letivo de 2016.

O objetivo do trabalho era articular algumas dimensões teórico-práticas no processo de formação docente de licenciandos em história, especialmente, quando voltadas para a problematização do patrimônio como perspectiva formativa na contemporaneidade. Desta forma, buscou-se discutir a relativa arbitrariedade na constituição dos

monumentos e espaços de não-esquecimento, a historicidade acerca de tais espaços, a apropriação social dos lugares de memória no passado e no presente e a dimensão material, espacial e simbólica que os lugares selecionados ocupam na cidade.

Isso posto, na primeira parte do trabalho foi proposto aos estudantes que, individualmente, 1) identificassem lugares de memória localizados em Diamantina que fossem representativos para cada um deles, explicitando a dimensão subjetiva de suas escolhas; 2) pesquisassem em periódicos localizados na Biblioteca Antônio Torres sobre as datas de fundação e/ou inauguração dos lugares de memória, buscando descobrir as motivações da escolha de tais datas, assim como se ocorreram festividades e eventos a respeito da inauguração dos lugares de memória que foram noticiadas; 3) identificassem os usos e finalidades do lugar de memória no passado e no presente, por meio de períodos (passado) e das práticas sociais e da ocupação existentes em tais hoje; e 4) localizassem no mapa da cidade de Diamantina os lugares de memória encontrados, na tentativa de compreender onde estavam situados os espaços na materialidade da cidade.

Os lugares selecionados pelos estudantes foram: A Basílica do Sagrado Coração de Jesus, a Rua da Quitanda, Escola Estadual Leopoldo Pereira, a Igreja do Amparo, a Santa Casa de Caridade, Hospício de Diamantina, Mercado Municipal, Igreja Nossa Senhora das Mercês, Conservatório Lobo de Mesquita, Casa da Chica da Silva e o Chafariz do Rosário.

Finalizada essa etapa, os estudantes coletivizaram o material empírico a ser explorado em dois momentos. O primeiro em sala de aula, por meio da exposição oral, e, posteriormente, através de uma visita coletiva pela cidade, buscando-se experienciar a circulação pelos espaços selecionados pelos estudantes, no contexto da dinâmica da vida social de seus entornos. A proposta de vivenciar os “lugares de memória” foi pensada como uma prática estratégia no sentido de compreender a aprendizagem histórica como um campo de experiência crivado por sensibilidades plurais e a cidade como um espaço de sobreposição de tempos históricos, tal como sugere Siman (2013), ao entender a cidade como um texto a ser lido. De acordo com a autora

ler a cidade no presente, na sua relação com o passado e o futuro, requer o desenvolvimento das sensibilidades auditivas, visuais, de tatéis (e por que não olfativas?); requer a observação das minúcias, requer a curiosidade pelo inusitado, pelas camadas do tempo que se declaram e se indiciam na sua materialidade e simbologia. (SIMAN, 2013, p. 47)

A etapa final do trabalho consistiu na elaboração coletiva de um material didático sobre lugares de memória em Diamantina. Foi um guia com informações textuais e fotográficas sobre os espaços, mapas, curiosidades e sugestões de atividades a serem desenvolvidas.

2) Oficina na Casa JK e aula pública no Mercado Velho

O segundo conjunto de experiências aconteceram no segundo semestre de 2014 e tiveram por formatos uma oficina na Casa Juscelino Kubistchek e uma aula pública no Mercado Velho. A escolha destes projetos de trabalho esteve ligada, em primeiro lugar, à possibilidade de articulação com um projeto de extensão sobre Patrimônio e Turismo, que estava sendo desenvolvido juntamente com dois outros professores do Curso de Licenciatura em História e em segundo lugar, à impossibilidade de desenvolver atividades nas escolas tendo em vista o fato do calendário acadêmico de reposição de greve não coincidir com o calendário das redes de educação básica.

As oficinas e aula pública, já experimentadas em outras situações, apresentaram resultados de aprendizagem que sugeriram uma maior ênfase em processos ativos, vivências e intervenções como alternativas variadas ao planejamento e ações de regência mais formais.

O planejamento da Oficina na Casa JK teve início com uma visita dos estudantes matriculados em Prática de Ensino de História II ao local e com o levantamento das possibilidades de abordagem do espaço para além dos *sentidos imediatos*. A Casa de JK é um memorial gerido pelo Senhor Serafim Jardim, que foi amigo pessoal do ex-presidente e que foi musealizada como um lugar de guarda de imagens da infância do ex-presidente vivida na residência. Os quartos são ornados com reproduções de documentos e fotografias que fazem alusão à vida de JK em Diamantina.

O trabalho, dirigido aos estudantes do projeto de extensão, consistiu numa remontagem da narrativa da casa Museu a partir dos objetos expostos. Assim, o primeiro quarto, à direita da entrada, trazia a reprodução de fotografias de Juscelino no Seminário e alusões à sua vida de menino. A releitura desse ambiente foi uma narrativa sobre a História da Educação e as mudanças educacionais nos anos de 1950. Sobre uma memória individual, uma bibliografia, um novo quadro de viés do coletivo.

Um segundo quarto, à esquerda de quem entra, utilizamos paredes reproduções de jornais de fins do século XIX e início do século XX. Essas reproduções foram interpretadas para se questionar as formas de diversão e participação cultural no início do século XX em comparação às atuais formas de diversão na cidade de Diamantina. Os estudantes visitantes foram convidados a escreverem em folhas avulsas suas formas de participação cultural e lazer prediletas. As mais citadas foram as atividades religiosas e os esportes.

O terceiro quarto traz esboços de Lúcio Costa, esse material serviu a uma reflexão sobre o planejamento das cidades e o modernismo na sua relação com a cidade de Diamantina. Foram confeccionados desenhos pelos visitantes.

Por fim o grupo que ficou responsável pela cozinha da casa trabalhou com a “contação de histórias” e as mudanças nos hábitos de moradia.

A Aula no Mercado Velho também propôs aos estudantes uma meta-reflexão sobre o uso e interpretação do patrimônio. Do ponto de vista prático, os estudantes matriculados na disciplina Prática de Ensino II ficaram responsáveis por uma programação cultural que incluía música, uma mesa de debates e oficinas com a utilização de fontes documentais escritas, fotografias e oralidade. Culminando com um debate e uma feira de trocas de objetos usados.

A maior parte do tempo foi consumida na elaboração e planejamento das atividades. Entretanto, a dinâmica não funcionou muito bem no dia previsto. Um dos palestrantes se estendeu e encurtou o tempo das demais atividades. Mesmo assim, as atividades previstas pelos grupos de trabalho ocorreram: foram exibidos pequenos vídeos como o canto das lavadeiras de Araçuaí e o canto dos Vissungos ligado a remanescentes quilombolas de distritos da Cidade de Diamantina e Serro, para mostrar a permanência da oralidade e de práticas culturais na cidade.

Para um dos estudantes:

O objetivo dessa aula pública, atendeu nossas expectativas, na medida em que um dos grandes debates a partir dela, foi o uso social do espaço do mercado velho. Um espaço que se constituiu para o abastecimento e venda de gêneros alimentícios para a população diamantinense. Na atualidade se tornou um espaço “cultural” que se resume em poucas atividades que são executadas apenas em finais de semana nas feiras de artesanatos e gêneros alimentícios,

principalmente dos pequenos produtores rurais. Espaço que segundo discussões dos participantes do evento perdeu significativamente sua importância em relação ao objetivo de sua criação. (Relatório da Oficina, UFVJM, 2013)

Como destaca o estudante um lugar musealizado e pouco utilizado pela comunidade local é interrogado a partir de seus usos e sentidos ao longo do tempo, mas principalmente a partir de sua função cultural no tempo presente. Na oficina não estamos diante de uma aplicação pedagógica, de um saber externo, mas de um aprendizado histórico, um trabalho que não separa forma e função, regras normativas e poética.

A aula pública questiona as concepções de patrimônio. Ela traz uma vivência para concepção de história, mobiliza uma dimensão material dos objetos e aproxima cria questionamentos historiográficos. Como futuros profissionais da história os estudantes podem experimentar, intervir, usar do patrimônio em suas aulas.

Ao compreendermos a dimensão do patrimônio como elemento fundamental no processo no processo formativo do licenciado em história na atualidade, buscamos fomentar práticas pedagógicas que considerassem os aspectos estéticos, ético-políticos e experienciais como fundamentais na formação docente, o que poder ser vivenciado por meio da visitação, circulação e intervenção nos espaços públicos lembrados ou esquecidos da cidade, elevados a valoração patrimonial ou legados a outros sentidos.

Além disso, diante da necessidade de se refletir sobre o que é formar professores na condição atual, é importante a pontuarmos acerca da emergência da superação dos limites da sala de aula como espaço de ensino-aprendizagem nas licenciaturas, assim como o uso pedagógico de oficinas, aula pública e visitação como recurso potentes para a formação de professores.

Referências bibliográficas

BARCA, Isabel. Aula Oficina: do Projeto à Avaliação. In: **Para uma educação de qualidade: Atas da Quarta Jornada de Educação Histórica**. Braga, Centro de Investigação em Educação (CIED)/ Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, 2004, p. 131 – 144.

BITTENCOURT, José Neves. Cada coisa em seu lugar. Ensaio de interpretação do discurso de um museu de história. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. Ano/vol. 8/9, n. 9, , 2003, p. 151-176.

GRINBERG, Keila. **Oficina de história**; projeto curricular de Ciências Sociais e de História. Dimensão, Belo Horizonte, 2000.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Modernização dos sentidos**. São Paulo: Editora 34, 1998.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Produção de presença. O que o sentido não consegue transmitir**. Rio de Janeiro, Contraponto, Editora PUC-Rio, 2010.

HUYSEN, Andreas. **Culturas do passado-presente**: modernismos, artes visuais, políticas da memória. Rio de Janeiro: Contraponto/Museu de Arte do Rio, 2014.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo/Belo Horizonte: Companhia das Letras/Ed. UFMG, 2007.

SIMAN, Lana Mara Castro. Cidade: um texto a ser lido, experienciado e recriado, entre flores e ervas daninhas. In. MIRANDA, Sonia Regina; SIMAN, Lana Mara Castro (org.). **Cidade, memória e educação**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2013, p.41-58.

Manual de Estágio Supervisionado. Diamantina, MG, 2013. Disponível em: [file:///C:/Users/Beth/Downloads/Manual%20de%20Est%C3%A1gio%20Supervisionado-Lic%20Hist%C3%B3ria%20\(5\).pdf](file:///C:/Users/Beth/Downloads/Manual%20de%20Est%C3%A1gio%20Supervisionado-Lic%20Hist%C3%B3ria%20(5).pdf). Acesso em 22 ago. 2016.

MANOEL BOMFIM E A REVOLUÇÃO COMO ALTERNATIVA HISTÓRICA PARA O DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE BRASILEIRA.

*Luiz Carlos Bento*¹³²

Introdução

Este artigo parte de uma interpretação sobre a última obra da trilogia historiográfica de Bomfim, *Brasil Nação: Realidade da Soberania Brasileira*, para pensar a partir da produção historiográfica do autor uma guinada temática que vai da educação a revolução. Tendo como norte a busca da compreensão do lugar de uma teoria da revolução em seu pensamento. Embora uma postura crítica em relação ao passado brasileiro esteja presente desde seus primeiros textos, será apenas nessa obra, produzida sob condições penosas de saúde que a ideia de revolução irá ganhar força em seu pensamento, recebendo por parte do autor toda uma carga subjetiva, pois neste conceito será depositada toda uma expectativa para a aquisição de um futuro mais próspero para o país. Nessa obra, o intelectual sergipano irá abandonar uma perspectiva reformista, presente em seus primeiros ensaios, para propor a revolução como paradigma histórico mediante o qual o povo brasileiro seria capaz de reverter a sua condição de maioria excluída, tanto social, quanto politicamente. Ao longo de sua trajetória intelectual, Bomfim apresentou-se muito mais como um reformista ilustrado do que como um revolucionário radical, porém após constatar em seus ensaios uma situação de degradação moral e cultural que ele considerou como sendo inerente às elites dirigentes e ao povo, ele passará a propor a revolução como única alternativa histórica de redenção política da nação.

No desenvolvimento de sua obra historiográfica, Manoel Bomfim defendeu a necessidade de romper com os males herdados de nossa formação ibérica, como uma necessidade para superarmos os problemas sociais que marcavam a sociedade brasileira. Em sua primeira grande obra historiográfica destinada a pensar a realidade

¹³² Doutor em História pela Universidade Federal de Goiás e Professor adjunto de Teoria da História e Historiografia Brasileira na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/CPCX.

latino-americana e publicada em 1905. Após apontar os males de nossa formação colonial, entendendo-os como a principal causa para a explicação do atraso social da América Latina, ele vai propor como alternativa possível para a superação desta condição uma solução ilustrada, ou seja, irá defender uma reforma social que garantisse a maioria da população acesso há uma educação popular que fosse capaz de formar a consciência dos indivíduos e que garantisse aos brasileiros a condição de participar de um processo democrático.

Embora a análise ao longo de sua obra *América Latina Males de Origem*, seja crítica e radical, sugerindo em diversos pontos à necessidade de uma ruptura completa com o nosso passado colonial, a solução final apontada pelo autor é de certa forma branda, quando comparada com a voracidade de suas críticas ao parasitismo das elites portuguesas no Brasil. Intérpretes da obra bomfiniana tais como Darci Ribeiro (2005) e José Carlos Reis (2006), sugerem que esta solução ilustrada seja uma contradição de sua obra, pois ao longo de sua avaliação da composição da sociedade brasileira, Bomfim demonstra que as elites herdeiras do parasitismo ibérico estavam preocupadas apenas em manter os seus privilégios e de forma alguma permitiriam que houvesse alguma solução política, que privilegiasse o povo, que segundo Bomfim vivia espoliado, sob o julgo de um estado alheio às necessidades reais do país.

Ao longo de sua obra, Bomfim pinta um quadro do Brasil, onde as elites políticas e o Estado Brasileiro são apresentados como: herdeiros degenerados de um passado social nefasto, que deveria ser negado (superado historicamente), para que pudéssemos afirmar o nosso desenvolvimento, desta forma, ao apresentar a educação como solução para os problemas de nossa formação, o sergipano de certa forma esvazia o conteúdo de suas críticas as elites políticas e demonstra uma crença na possibilidade de buscar uma solução institucional para o nosso atraso social.

Seguindo uma análise já consagrada de Ronaldo Conde Aguiar (1999), podemos perceber que Bomfim construiu uma metáfora para o que ele entendia como sendo o eterno conflito dos excluídos e espoliados contra a exploração dominante. Esta análise permitiu-lhe compreender a lógica do conceito de imperialismo, buscando desvendar os seus efeitos tanto no plano externo quanto no plano interno. Visto por este prisma de análise, o conceito de parasitismo é mais que uma simples linguagem ou analogia

tomada do biologismo, ele era um importante instrumento de análise que lhe permitiu pensar a vida social do país de forma autêntica, cuja ascendência e a proximidade com as ideias de Marx são claramente evidentes. Para Bomfim as marcas deste passado desigual e marcado por uma relação de exploração unilateral permaneceram de forma quase que indelével na história do Brasil

Essa influência de caráter, geral do parasitismo da metrópole sobre o organismo das colônias, alcança todas as manifestações da vida coletiva no seu quádruplo aspecto: econômico, político, social e moral (...) são os efeitos econômicos os mais sensíveis neste regime de colonização parasitária. Pode-se mesmo dizer que são os efeitos primordiais, aos quais se ligam os outros como efeitos secundários. Em si, o parasitismo das metrópoles, como o parasitismo em geral, é um fenômeno de ordem econômica, cujos efeitos se refletem sobre toda a vida social (BOMFIM, 2005, p. 310).

Embora o conteúdo mais primordial de sua reflexão esteja ancorado em uma metáfora de natureza organicista. Bomfim fez um esforço sensível em sua obra para distinguir o biológico do social, traçando uma distinção entre estes dois campos e negando de forma clara qualquer possibilidade de identidade ou de paralelismo entre estas duas realidades. Esta distinção é fundamental em sua obra, pois lhe permitiu escapar do pessimismo e do determinismo das teorias que eram correntemente aceitas em sua época. Ele não entendia os males de nossa formação como incuráveis, para o sergipano esta situação poderia ser superada por meio da luta contra inúmeras formas de exploração que mantinham o atraso do país.

Ao longo de sua vida, Bomfim foi sempre um visionário da educação, e nunca deixou de acreditar no seu caráter transformador da personalidade humana e na sua importância como elemento fundamental para a solidificação de uma tradição nacional, mas após acompanhar as mazelas políticas e o descaso das elites tanto imperiais quanto republicanas em relação à educação, o sergipano irá gradativamente abandonar a sua perspectiva ilustrada e defender uma ação revolucionária, abrangente e radical, que fosse capaz de substituir pessoas e instituições e formasse as bases de uma nova sociedade democrática e popular.

Nesta obra, Bomfim apresenta o estado brasileiro como um estado fundamentado em características primitivas “dominantes/dominados”, ou seja, um estado que existe como um poder de opressão, obrigando a massa proletária a produzir em proveito dos dominantes, sustentando esta dominação em um arcaico aparelho político que dentro de

cada nação onde o capitalismo tornou-se dominante, tornou a paz dependente das vontades políticas dos dirigentes, causando assim um precário equilíbrio diplomático que culminou no desastre da primeira grande guerra mundial.

Nesta análise, o intelectual sergipano faz um balanço das condições políticas mundiais que se figuraram no pós-guerra, apresentando um mundo composto por dicotomias entre dominantes e dominados, vencedores e vencidos. Desenvolvendo esta análise ele apresenta como consequência da primeira guerra o desaparecimento necessário de regimes políticos já condenados, como o ksarismo e o Kaiserismo, o que significava para ele uma evolução política importante, porém os dirigentes dos países vencedores com uma política mesquinha impediram que o fim de tais regimes significasse uma verdadeira evolução de valores. Segundo Bomfim;

Na mentalidade de espoliadores verdugos, gozando torpemente a vitória, os estadistas das grandes potências tudo fizeram para reduzir o mundo a seus interesses baixos, de pura espoliação. Unidos para combater, no repartir dos despojos, ei-los vis salteadores, largando-se uns dos outros, deixando ao ridículo a pobre liga de nações que fizeram (BOMFIM, 1996, p 45).

Ao longo do desenvolvimento deste balanço o autor busca demonstrar, os interesses capitalistas de países como a Inglaterra, França, e Itália que estavam interessados em estender seus domínios e tirar o maior proveito possível através de indenizações da Alemanha. Como culminância desta análise da situação política da Europa, Bomfim conclui que a democracia enquanto uma forma mais elevada de governo afasta um pouco o grande mal, mas não o elimina por completo e não dá à forma definitiva de direção política, pois embora a democracia garanta uma facilidade de renovação dos governantes, ela não consegue escapar do paradoxo de que a maioria que escolhe, nem sempre esta preparada para assumir e entender o peso desta responsabilidade. Fica explícito na leitura de *O Brasil Nação*, que Bomfim percebeu que mesmo em países com maior índice de desenvolvimento humano como os países europeus, o problema da democracia era a facilidade com que uma classe poderia exercer ideologicamente um controle sobre a opinião do povo.

Sua análise em relação à situação de analfabetismo do povo brasileiro, abandonado a sua própria sorte ao longo de séculos de exploração colonial é contundente, pois para ele a superação de nosso atraso educacional era um problema emergencial e ao mesmo tempo afigurava-se como o principal caminho para superarmos a nossa condição de

nação periférica. Na perspectiva do intelectual sergipano, uma nação é quase sempre a imagem do seu povo. Se este mesmo for predominantemente “ignorante e não instruído”, atrasada, bárbara e fora do progresso será a nação, se ao contrario o povo for instruído e culto à nação tende a ser adiantada e prospera. Como demonstrado anteriormente, Bomfim entendia a instrução e o progresso como sendo elementos interligados e interdependentes. Este era para ele um preceito aceito e indiscutível, pois se fundamentava no entendimento de que o ser humano é educável e adaptável por excelência.

Em um país como o Brasil, onde a maioria da população não tinha acesso à educação e conseqüentemente não possuía uma consciência política, ainda estávamos longe de conseguirmos um estado verdadeiramente democrático. Situação esta, que deu origem a um estado que significava para ele, nada mais que a conquista e a exploração do poder de uma classe em relação a outras. Esta política tradicional em formas democráticas converteu os políticos em maus apóstolos que desenvolviam e mantinham uma dualidade, pois a nação entendida como a solidariedade de interesses e necessidades do povo, era contraria a forma de organização política e social mantida pelos dirigentes de forma parasitária.

Bomfim faz uma breve retrospectiva filosófica, buscando demonstrar o avanço do espírito humano, citando Heráclito, Aristóteles, Rousseau, Kant e Hegel no intuito de demonstrar que o domínio do homem sobre a vida é uma característica tipicamente moderna que realçam o quanto a humanidade evoluiu e aprendeu com o legado das produções humanas. Com o avanço dos conhecimentos humanos em relação ao mundo e a natureza, o homem assenhoreou-se do seu próprio destino, e como a essência da psique humana é eminentemente social, seria fácil para o homem moderno a conquista da plena realização social garantida através da conquista da solidariedade pela justiça. Seria, se a sociedade não estivesse dividida em interesses antagônicos de exploradores e explorados, dirigentes e dirigidos.

Bomfim elege como o principal responsável por este visceral antagonismo, o capitalismo que se alimenta da incapacidade moral dos dirigentes, que são apresentados na sua obra como os responsáveis últimos pelas misérias do país. Por toda parte (1996), “os dirigentes encarnam uma tradição que lhes são próprias, em filiação direta da barbárie

guerreira”, e que, desta forma, os deixaram distantes das legítimas aspirações humanas, deixando-os alheios as necessidades mais frisantes da vida moderna, nos assuntos que não dizem respeito à promoção de suas riquezas pessoais ou classistas. Por isso segundo Bomfim “*chegamos a essa inexplicável situação de miséria por sobre a abundância, a frescura e a pujança, de energias quais são as do Brasil*” (BOMFIM, 1996, p. 51).

Bomfim relata de forma apaixonadamente indignada, que o Brasil é um país que possui inúmeras riquezas e possibilidades de expandir-se enquanto nação desenvolvida, mas isto não ocorre em função da continuidade em relação ao nosso passado colonial, que pode ser sentido no utilitarismo e na inépcia das elites políticas brasileiras;

Portento em vida, no entanto, este Brasil! Nasce, e é, desde logo, votado à gula dos seus dirigentes mais vorazes e torpes, em que se degradou um heroísmo torvo, gerado em mercancia. E o milagre se repete, pois é milagre, que subsista uma nação sugada por dentro e por fora, retida, anulada em todos os seus bons impulsos, aviltada sempre pelos que a representam, feita na atividade má, e na ignomínia do trabalho escravo, devorada em vez de ser dirigida....e que, apesar de tudo, cresceu, e trabalhou, e produziu, num trabalho que deu para todos que a exploram (BOMFIM, 1996, p.51-52)

Nesta passagem podemos perceber que o Estado Brasileiro na perspectiva histórica de Bomfim, ganha adjetivações de uma instituição alheia aos sentimentos e carências da população brasileira, afigurando-se como uma verdadeira “*monstruosidade antinômica*” em relação ao povo, “*arbitraria, corruptora, antieconômica, incoerente*” e injusta em relação às possibilidades de desenvolvimento do Brasil. Um Estado controlado por políticos, que o sergipano considerava como sendo totalmente incapazes de realizar a grande obra que deveriam esforçar-se por fazer, ou seja, contribuir politicamente para corrigir os males de nosso passado e integrar o Brasil no rol das nações verdadeiramente modernas. Ao longo de sua trajetória intelectual, Bomfim apresentou-se muito mais como um reformista ilustrado do que como um revolucionário radical, porém após constatar esta situação de degradação, que ele entendia como sendo definidora da realidade da soberania brasileira, ele passará a propor um levante popular como forma de redenção política da nação.

Em seus estudos e ao longo de sua própria experiência de vida, ele constatou que o Império protelou a democracia alegando que não havia povo educado para exercê-la e mesmo depois de sete décadas de realeza não houve o preparo educacional necessário para que isso viesse a acontecer. A república por sua vez afastou-se ainda mais da

necessária educação das massas brasileiras, portanto de acordo com a perspectiva do sergipano, não haveria por que esperar mais, já ficava claro e evidente que inexistia a possibilidade de se encontrar uma alternativa política, institucional e até mesmo pacífica para romper com a inaceitável situação de exploração ao qual estava submetido o povo brasileiro. Esta situação de subalternidade ocorria em dois níveis bem distintos em termos geopolíticos, mas complementares na lógica da exploração capitalista. No plano interno o povo era aviltado pelas elites políticas que controlavam o país ao bel prazer de suas opções de classe, e no plano externo a nação brasileira sofria com as investidas imperialistas de nações desenvolvidas como os Estados Unidos e as potências capitalistas europeias.

O projeto revolucionário de Bomfim tem o povo como protagonista histórico que deveria buscar nos ânimos brasileiros, dons de inteligência e de coração para uma vida mais elevada e digna do que a sorte que lhes havia sido imposta. Esta afirmação evidência um problema, visto, que o povo não estava preparado para assumir conscientemente esta responsabilidade de exercer o seu papel de motor da revolução social. Bomfim aposta numa espécie de despertar, não de consciências no sentido estrito do termo, mas em uma situação de negação radical que produziria uma antinomia e uma descrença generalizada nas instituições, que seria causada por um despertar quase que inconsciente da situação de exploração de classe levada a cabo pelas elites brasileiras, desta forma, o povo despertaria um sentimento de revolta adormecido, mas alimentado fortemente ao longo de séculos de exploração desumana e predatória. Este despertar ocorreria como uma expressão quase que instintiva em forma de consciência revolucionária, movida por sentimentos essenciais advindos da fome, do amor e da paixão.

Não importa que na base de tudo estejam os mesmos motivos essenciais: fome, amor, compaixão...São estímulos indispensáveis, mas não limitam a socialização a prosseguir. A fome põe a prova a inteligência, para que se multipliquem incessantemente as possibilidades: o amor difusa simpatia, ou intensidade de afeto, lhe é energia primeira essencial; a compaixão primeira renuncia a animalidade que se eleva...De tal sorte evocada essa base instintiva, temos de reconhecer que a formula nem chega a ser inspiração de programa, tanto se complicam os aspectos, a partir das necessidades primeiras, até as reivindicações de justiça e os anelos de cordial e ilimitada solidariedade (BOMFIM, 1996, p. 565).

Segundo Bomfim, esta convulsão social movida por ânimos não claramente definidos, sem extensão de projetos previamente pensados, possibilitaria a substituição das

instituições arcaicas que impedem a evolução social, quebrando a lógica pervertida da democracia brasileira, onde a voz da maioria converteu-se na exploração da maioria trabalhadora, formando uma reserva de energias humanas que é o capital. Segundo o intelectual sergipano uma pequena minoria se tornou senhora dele e subordinou o aparelho democrático aos interesses capitalistas. Esta elite, armada por direitos patrimoniais, fazem cumprir em força de lei os seus privilégios, mantendo-os a custa do sacrifício de grande número de indivíduos mantendo-os em uma condição de miséria e exclusão. O Brasil segundo a interpretação de Manoel Bomfim possuía condições históricas muito singulares, pois vivia uma situação de época e de local muito específica e que era bem distinta em relação à Europa. Nas suas palavras:

Aqui as instituições e as condições de classe ainda não se encontravam plenamente definidas o que impedia o desenvolvimento de uma consciência revolucionária. Nos países europeus as políticas da burguesia levaram ao pleno desenvolvimento industrial, possibilitando uma percepção mais clara das condições sociais antagônicas dos proletários, que segundo o nosso interprete encontravam-se “*votado à miséria, por isso mesmo que trabalha, assalariado, escravizado economicamente ao capital*” em situação social de clara oposição a burguesia que ele referia-se como, “*os desfrutadores, senhores do capital, e, com ele, dominadores, servidos pela a récuca dos parasitas no apanágio das altas funções do Estado*” (BOMFIM, 1996, p. 567).

Esta condição anteriormente descrita, não se apresentava no Brasil, visto que o capitalismo ainda não havia sido plenamente implantado e as condições de classe não estavam plenamente definidas. Esta condição evidenciava na perspectiva de Bomfim, a impossibilidade de uma solução comunista para o caso brasileiro. O protagonista histórico da revolução brasileira, não seria o proletário, mas sim o “povo” que deveria se sublevar primeiramente contra a classe dirigente, vista como um fator constante e até certo ponto preponderante das desgraças do país. O povo, entendido como a grande maioria da nação deveria segundo Bomfim, aproveitar a porta larga aberta para ele pela própria história. Esta deveria ser uma revolução totalmente distinta das anteriores, as quais o sergipano referia-se como “*sedições e masorcas estupidamente ambiciosas*”, pois, não foram capazes de afirmar a verdadeira transformação da sociedade por meio da superação do passado ibérico, que só poderia ser obtido, a partir da ruptura com a elite e com as instituições historicamente dominantes. O lema seria destruir para construir

Esta revolução deveria ser criadora de liberdades individuais essenciais para o desenvolvimento da justiça social. Ela inicialmente mergulharia a sociedade brasileira numa situação de anomia. Porém este mergulho no “*caos*” seria necessário para que a

revolução em forma de convulsão salvadora encontrasse os agentes, propósitos e programas historicamente condizentes com a realidade brasileira.

Ao longo do desenvolvimento de sua proposta de revolução, enquanto alternativa para a reparação dos males de origem da formação brasileira, Bomfim demonstra uma preocupação interessantíssima, pois, aparece de forma latente em sua crítica uma consciência do caráter globalizante do capital, tal qual Marx havia demonstrado em sua obra. De acordo com o intelectual sergipano, ou se fazia a revolução social naquele contexto de início da década de 30, ou poderíamos perder a possibilidade histórica de transformar os futuros da nação, pois segundo ele,

Avança sobre nós, e já nos constringe órgãos importantes, o polvo-capital. Saímos facilmente do seio podre de Portugal; não será dificuldade sensível vencermos o domínio desta oligarquia infecta que nos possui; mas as roscas cheias do capitalismo, se ele aqui assenta o pleno domínio, esmigalhar-nos-ão os membros antes que tenhamos achado a forma da luta eficaz contra elas. Entregues por sua vez a dirigentes a disposição do capital, rendidos definitivamente ao seu prestígio, estamos sem defesa. Valha-nos que por este vasto Brasil, as suas ventosas ainda não alcançaram muito; mas quando ele se estender na proporção das facilidades que encontra, estaremos inteiramente possuídos. Tratando-nos como colônia, o capitalismo estrangeiro tem para nós processos despejados, e mais simples, para efeitos de mais espoliação, e mais dissolventes ainda que nas nações solidamente construídas (BOMFIM, 1996, p. 571).

Bomfim ao analisar o processo de implantação do capitalismo no Brasil chega a uma interpretação similar a de Marx, ao afirmar que o capitalismo tem como necessidade essencial mercantilizar e comercializar tudo, criando uma sociedade essencialmente materialista. Este modelo de sociedade capitalista global era vista pelo sergipano como sendo extremamente danosa para o desenvolvimento das nações neo-ibéricas, pois ela se tornaria *“a desgraça irreparável dos povos nacionalmente mal diferenciados e socialmente mal protegidos”*. Desenvolvendo uma reflexão embasada por Mommsen e Engels, Bomfim conclui que nacionalismo, capitalismo e justiça social são elementos inconciliáveis, pois o estado saído da sociedade torna-se cada vez mais estranho a ela, personificando somente os anseios do capital tornando-o livre para a realização de todos os crimes que a espoliação capitalista sugere e a ganância dos seres humanos exige.

Bomfim pensou um Brasil, para as classes menos favorecidas e historicamente desprestigiadas ao longo de nossa formação social. Para ele, embora, os verdadeiros

brasileiros não aparecessem na história oficial do Brasil, eles constituíam ainda assim uma nação. Este povo que foi escondido pela história oficial do Brasil deveria emergir, e a sua vitória era vista por ele como a única alternativa de se garantir um futuro mais digno para o país. Ao contrário de outros interpretes do Brasil de sua época, Bomfim não enxergava o povo como um entrave para a vida democrática, para ele o povo brasileiro merecia viver em um regime de liberdade democrática, pois ele tendia a solidariedade e era “*cordial e manso*”. Desta forma, era no próprio passado brasileiro, passado este que fora negado e escondido pela historiografia oficial, que estava à indicação de nossa transformação social, pois um povo cordial, solidário e manso nas suas relações, tenderia naturalmente para o desenvolvimento de uma sociedade democrática, preocupada com a manutenção do bem estar coletivo.

Na perspectiva do intelectual sergipano, a revolução brasileira adjetivada como nacionalista, popular e democrática, representaria um encontro mítico do Brasil com si mesmo, visto que, seria um momento de refundação mítica da nação brasileira. Neste sentido, Bomfim expressou algo semelhante à leitura de Walter Benjamin no final dos anos 30. Para ele os revolucionários brasileiros em suas autoafirmações históricas deveriam “*escovar a história a contra pelo*” e saldar a dívida com os antepassados, que foram diversas vezes vencidos em seus sonhos de liberdade e independência. O presente deveria resgatar a dívida com seus antepassados e realizar o sonho muitas vezes negado ao povo pelas elites dirigentes e pelos falsos profetas da revolução.

Para Bomfim o remédio para o Brasil era o povo brasileiro, lembrando-se das revoluções derrotadas, abrir-se ao novo e fundar uma nova política orientada para os que trabalhavam. A humanidade não poderia continuar dividida em espoliados e espoliadores, trabalhadores e dominantes, toda a produção organizada no interesse dos que detinham o capital (REIS, 2006, p. 219).

Na interpretação bomfiniana da formação histórica do Brasil, existem duas tradições essencialmente conflitantes. Uma ele identifica como legítima representante das aspirações nacionais e que foi continuamente atacada pelas elites brasileiras, apresentadas como herdeiras da estrutura espoliativa da empresa colonial. Esta elite nega a identidade brasileira e se filia a outra tradição (*bragantina*) externa e vinculada à corte e aos vícios associados ao passado colonial. Por isso, ele entendia que no Brasil, a afirmação da nacionalidade só poderia ocorrer com o rompimento em relação aos valores, instituições e práticas sociais cultivadas pelas elites. Que patrocinaram um

desenvolvimento histórico profundamente marcado pela submissão, aceitação e passividade perante aos modelos e as influências estrangeiras.

Para ele a nacionalidade é a tradição histórica de cada pátria, que se forma a partir de suas próprias condições históricas e integra-se ao conjunto da humanidade. Sintetizando uma visão da evolução histórica com colorações claramente herderiana, ele vai aferir que os diferentes povos, conquistando separadamente a liberdade e apoiando-se mutuamente na busca da solidariedade e da paz social formaria uma humanidade real. A ação revolucionária na visão bomfiniana da história seria a única força capaz de romper com a supremacia desta tradição antípoda as necessidades brasileiras e reunir de forma harmônica o estado com a nação, integrando a vida política e civil e eliminando a figura do dirigente alheio as necessidades do povo, consolidando uma “nação-estado” democrática, republicana e verdadeiramente soberana.

O intelectual sergipano não passou despercebido em relação às dificuldades de se efetivar uma prática verdadeiramente democrática no Brasil, mas ele acreditava que embora não fosse perfeita, a democracia era o melhor dos regimes políticos por que permite aos indivíduos viverem livres. A liberdade segundo Bomfim é o direito do indivíduo conduzir a si mesmo dentro da sociedade, neste sentido fica visível à importância que ele atribuía a educação, pois para ele, a educação tem o poder de preparar o homem para governar a si mesmo e a reconhecer os seus direitos e deveres que são indispensáveis para vida em sociedade.

Em linhas gerais, o sergipano definiu a democracia e a liberdade como sendo valores universais, essenciais e permanentes, princípios que humanizam e que garantem a especificidade dos seres humanos em relação a outros seres vivos “*é só quando o homem alcança este domínio sobre si que ele é efetivamente livre*” (BOMFIM, 1993, p. 338), e que, portanto não devem ser negados.

Bomfim foi um intelectual crítico, que elaborou a sua obra em desacordo com os padrões de verdade dominantes em seu tempo, e que, talvez por isso, tenha sido capaz de captar em seus textos os anseios que outros intelectuais presos aos padrões de verdade e aos critérios de validade de sua época não conseguiram perceber. Ele produziu a consciência possível de seu tempo, tendo como referência uma preocupação dissonante em relação a seus pares intelectuais.

Segundo Aguiar, Bomfim acreditava na importância das utopias, mas definia-se como um utopista e não como um utópico “*o utópico não tem os pés nem as mãos no mundo real. O utopista quer mudar o mundo através da luta consciente e do trabalho*” (AGUIAR, 1999, p. 28). Neste sentido, Bomfim foi um homem de seu tempo, que se diferenciou por sua sensibilidade de pensar uma história do Brasil, protagonizada por negros, índios, pobres, sertanejos, trabalhadores e operários, com claros matizes democráticos e de inspiração popular, opondo-se aos interesses dominantes em sua época, que pensava o Brasil olhando da parte de cima da pirâmide social.

Referências bibliográficas

AGUIAR, Ronaldo Conde. **O Rebelde Esquecido: Tempo Vida e Obra de Manoel Bomfim**. Rio de Janeiro: Topbooks 1999.

BOMFIM, Manoel. **A América Latina: Males de origem** 3 ed. Rio de Janeiro; Topbooks 1993

BOMFIM, Manoel. **Brasil Nação: realidade da soberania nacional** 2 ed.- Rio de Janeiro: Topbooks 1996.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. **Nação e Civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n.1, p. 5-27, 1988.

IGLESIAS, Francisco. **Os historiadores do Brasil. Capítulos de historiografia brasileira**. Rio de Janeiro : Ed Nova Fronteira, 2000.

SUSSEKIND, Flora. **História e Dependência: Cultura e Sociedade em Manoel Bomfim**. São Paulo: Moderna, 1984.

JACOB BURCKHARDT, A CRISE DA MODERNIDADE E OS LIMITES DA CIÊNCIA HISTÓRICA OITOCENTISTA

Marcelo Durão Rodrigues da Cunha¹³³

Nascido no ano de 1818 na Basileia, desde muito cedo o jovem Jacob Burckhardt fora influenciado pelo ambiente protestante ortodoxo da pequena república suíça. Seu pai e seu avô haviam sido pastores calvinistas e em 1838, Jacob Burckhardt pai foi eleito para o prestigioso cargo de *Antistes* - líder das igrejas reformadas na Suíça - pela igreja da Basileia (KAEGI, 1957, p. 36). A atmosfera religiosa pietista e a tradição familiar foram elementos centrais que influenciariam o jovem estudante a iniciar seus estudos em teologia pela universidade local.

Quando ingressou na Universidade da Basileia em 1837 com o objetivo de tornar-se pastor, Burckhardt já era capaz de notar a influência das reformas empreendidas pela abordagem histórica da religião de nomes como Wilhelm De Wette, em especial no que tangia aos "passos gigantescos que a teologia deu no último século" e que estavam aos poucos sendo levados pelo teólogo ao *Theologiestudium* local (BURCKHARDT, 2003, p. 104). De todo modo, para além de algumas primeiras impressões positivas, Burckhardt passou a se interessar cada vez mais pelo tipo científico de análise histórico-teológica empreendida por De Wette.

Durante quatro semestres o jovem aspirante a pastor assistiria aos cursos ministrados pelo teólogo, passando a ter contato com sua exegese histórico-crítica e com a teologia especulativa por ele desenvolvida (HOWARD, 2000, p. 131). No verão de 1838 ele revelaria a um amigo que "o sistema criado por de Wette cresce em estatura a cada dia; (...) a cada dia uma parte de nossa tradicional doutrina se dissolve sob suas mãos" (BURCKHARDT, 2003, p. 104).

Como revelado por Thomas Howard, os efeitos do criticismo teológico de seu professor levariam Burckhardt a rever os fundamentos de sua fé, ocasionando uma série de paradoxos difíceis de serem solucionados sob o crivo da ciência. Ao contrário de De

¹³³ Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFES. Bolsista Fapes.

Wette, que visava reconstruir ou mesmo reforçar a crença cristã com a historicização dos dogmas, Burckhardt parecia não ser capaz de encontrar limites à influência da metodologia histórica sobre as sagradas escrituras.

Essas dúvidas e desconfortos logo o levariam a uma profunda crise religiosa e ao posterior abandono do curso de teologia em 1839. Aceitando que "não existe revelação a ser descoberta", Burckhardt escrevia para um amigo que "deixava de lado o dogma" e passava a se dedicar doravante apenas ao aspecto histórico da teologia (BURCKHARDT, 2003, p. 105-106). Abandonando a carreira religiosa, Burckhardt passaria então a se dedicar àquilo que parecia ser um novo sentido para sua existência pós-dogmática: a ciência histórica.

Com a finalidade de iniciar seu novo projeto intelectual, no final de 1839 Burckhardt seguiu para a Universidade de Berlim. Lá o "herege honesto", como passou a referir-se a si mesmo, iniciou seu contato com alguns dos mais importantes nomes associados à ciência histórica alemã oitocentista, tais quais Leopold von Ranke, Johann Gustav Droysen, August Böckh e Franz Kugler.

A frequência nos seminários de Ranke e nas aulas de história da arte ministradas por Kugler causaram impressões bastante positivas em Burckhardt que parecia ter encontrado na ciência histórica um sentido extra-religioso para sua vida: "eu amara rumores de minha ciência e, de repente, lá estava ela, aparecendo diante de mim em proporções gigantescas (...). Agora estou real e firmemente determinado a dedicar minha vida a ela (...) de agora em diante, mais nenhuma hesitação perturbará minha resolução" (BURCKHARDT, 2003, p. 125).

Após breve flerte com a doutrina liberal, Burckhardt passaria a posicionar-se mais criticamente face ao radicalismo político de seus colegas alemães, sobretudo após o seu retorno à Basileia em 1843. Em sua cidade natal, o estudioso suíço iniciaria seu trabalho como redator do jornal *Basler Zeitung*, quando suas inclinações políticas conservadoras tornar-se-iam mais evidentes. Suas críticas às tendências radicais e aos excessos do moderno Estado Nacional fizeram do historiador um alvo constante dos mais distintos adversários políticos locais (GOSSMAN, 2002, p. 221).

Frustrado com a curta experiência como jornalista, Burckhardt abdicaria da profissão

em 1846, iniciando a partir de então uma temporada de viagens pela Itália e um período de trabalho em Berlim que duraria até o ano de 1847. Na capital prussiana ele escreveria juntamente com Kugler, seu antigo professor, as edições revisadas das obras *Handbuch der Geschichte der Malerei* (Manual de história da pintura) e o *Handbuch der Kunstgeschichte* (Manual de história da arte). A escrita destes trabalhos contribuiria em grande medida para que Burckhardt passasse a se dedicar em definitivo à história da arte e àquilo que passaria a compreender mais amplamente como "história cultural" (FERNANDES, 2013b, p. 67).

Transcorridas as turbulências revolucionárias de 1848 e o período de reação subsequente, Burckhardt parecia capaz de definir de maneira cada vez mais clara suas posições políticas e sua concepção de história. Distante tanto do reacionarismo rankeano quanto da euforia nacionalista de uma segunda geração de historiadores prussianos, suas ideias pareciam embebidas da ortodoxia protestante de sua cidade natal, incapaz de conceber a história como associada à ideia de progresso, ou a qualquer tipo de concepção otimista a respeito da natureza humana.

Para Burckhardt o Estado seria constituído essencialmente por poder e "em última instância este sempre seria maligno" e inclinado à injustiça, independente de quem o exercesse (BURCKHARDT, 1961, p. 41). Essa tentativa de distinguir os âmbitos do poder e da moralidade com o fito de desmistificar o sentido do Estado, se originava a partir de uma discordância tanto em relação aos ditames do hegelianismo quanto face à historiografia prussiana de matriz rankeana. Apesar de ter se formado historiador no seio da escola histórica alemã, Burckhardt relutava em aceitar alguns dos principais postulados historicistas. Isso o levava até mesmo a abdicar da pretensão por cientificidade do saber histórico, acreditando assim estar apto, pelo menos em certa medida, a libertar a história dos prejuízos do poder (MOMMSEN, 1983, p. 467).

O antagonismo burckhardtiano em relação à ciência histórica alemã e ao seu "culto estatista" se evidenciava no conteúdo das inúmeras aulas que proferiu como professor de história e de história da arte pela Universidade da Basileia, cargo que ocupou entre os anos de 1858 e 1893. Em seus cursos e palestras, publicados postumamente sob o título de *Reflexões sobre a história*, Burkhardt expunha suas ressalvas em relação à soberba de historiadores e filósofos que acreditavam habitar uma época mais "avançada",

rejeitando a legitimação científica de seus postulados e enaltecendo em contrapartida o elemento artístico da contemplação histórica.

O intelectual suíço se manteria firme em suas convicções por toda a vida, declinando vários postos de trabalho em universidades alemãs - inclusive a cátedra anteriormente ocupada por Ranke em Berlim - e permanecendo em sua cidade natal até o ano de sua morte em 1897. Visto por muitos como uma espécie de "profeta do caos", ou simplesmente como um *outsider*, Burckhardt ficaria conhecido *a posteriori* por seus diagnósticos da época moderna como um período de crise, com prognósticos nada otimistas para a cultura do continente europeu.

Se, como visto, a crise religiosa vivida em sua juventude contribuiu para a formação desta peculiar concepção de história, erraríamos em afirmar que Burckhardt contentou-se com a inércia de um tipo "desencantado" de niilismo. Mas o que restaria de uma concepção de história destituída de seus fundamentos mítico-religiosos? Uma análise dos sintomas da crise moderna apontada por Burckhardt poderá ser útil em uma melhor compreensão desta questão.

Burckhardt e a crise da modernidade

Certo de habitar uma época assombrada pela ruína, ao longo de sua carreira Burckhardt empreendeu os mais distintos esforços no sentido de compreender o significado histórico de temas como a decadência, a crise e o declínio cultural. Com uma visão de mundo derivada em grande medida da particular situação vivida pelas pequenas Cidades-Estados suíças em processo de modernização no século dezanove, desde os seus primeiros trabalhos Burckhardt parecia empenhado em desenvolver um tipo de perspectiva historiográfica contrária à euforia historicista de seu tempo.

Muitos são os elementos que permitem inferir, juntamente Hayden White e Peter Gay, que o interesse de Burckhardt pela temática do declínio seria uma referência direta àquilo que ele concebia como o inexorável ocaso da cultura europeia de seu tempo (WHITE, 2008, p. 247; GAY, 1990, p. 165-166). De todo modo, não é danoso que incursionemos mais uma vez também sobre as raízes mítico-religiosas deste tipo

herético de compreensão histórica.

Uma pista em tal direção nos é fornecida pelo clássico estudo de Karl Löwith, onde o filósofo percebe o início deste “ceticismo verdadeiro” no momento em que Burckhardt se viu incapaz de aceitar as interpretações sistemáticas da filosofia e da teologia, enxergando na história a possibilidade de enaltecer o fluxo inerente a uma existência mundana (LÖWITH, 1949, p. 21). Todavia, como perceptível em seus principais trabalhos, esta fluidez dos acontecimentos históricos não significava um mero desenvolvimento ao progresso ou à perfeição humana, mas sim a possibilidade de compreender a tradição e de, quando necessário, libertar-nos em relação a ela.

Esse continuum espiritual seria possibilitado pela consciência histórica, pois ela constituiria “um fator de primordial interesse de nossa vida e uma prova de sua duração” (BURCKHARDT, 1961, p. 270). Em outras palavras, a impossibilidade de conhecer os fins últimos da história, nos lograria a capacidade de contemplação da fluidez da realidade, atentando para a importância de preservação ou de ruptura com elementos do passado (COSTA LIMA, 2003, p. 27). Para Burckhardt, entretanto, o problema residia no fato de que a acelerada lógica temporal contemporânea ameaçaria a espontaneidade cultural e a própria capacidade humana de contemplação do passado, suprimida pelos desejos de igualdade e centralização característicos desta “era de revoluções”.

Burckhardt dedicava todo um capítulo de suas *Reflexões sobre a história* para tratar desses “processos acelerados” ou das “crises históricas”, lidando especificamente com o que via como sendo o mais profundo entre esses fenômenos: a crise de seu próprio tempo. Marcados especialmente por um desequilíbrio entre o que compreendia como as potências históricas elementares - representadas pelo Estado, pela cultura e pela religião - os processos acelerados em geral, e a crise moderna em específico, representariam a sobreposição de um destes elementos sobre os demais, anulando a capacidade de expressão e de florescimento das duas outras potências fundamentais. Assim, desde a Revolução Francesa de 1789, a contemporaneidade vira o surgimento de noções como as de “socialismo”, “comunismo” e “democracia”, que em última instância presumiriam “uma concepção unitária do mundo”, onde “o poder exercido pelo Estado sobre o indivíduo não pareceria nunca bastante grande” (BURCKHARDT, 1961, p. 203).

Em suma, Burckhardt não apenas rejeitava o enaltecimento do poder do Estado, como associava sua expansão à supressão da espontaneidade e criatividade humanas relativas ao âmbito da cultura.

Em nenhum outro escrito, contudo, Burckhardt era tão claro quanto ao caráter pernicioso das concepções modernas de poder e Estado, quanto em sua *História da era da Revolução* (1871). Escrito sob os ecos de eventos como a Guerra Franco-Prussiana e a unificação dos Estados alemães em 1871, o texto é uma tentativa de traçar as origens do que o autor concebia como a crise vivida pela cultura europeia desde a segunda metade do século dezoito (FERNANDES, 2013a, p. 48-49).

Além de dar continuidade às críticas desenvolvidas em suas *Reflexões*, em *História da era da Revolução*, Burckhardt descrevia em detalhes o que acreditava serem os principais sintomas do declínio de sua época, como os fenômenos do Cesarismo - a máxima centralização do poder do Estado - e da revolução - o impulso à "revisão perpétua" -, característicos da "vontade otimista" de uma era que acreditaria carregar nas mudanças "um benefício crescente e definitivo" (BURCKHARDT, 2013, p. 57).

Movida por este ingênuo otimismo e por uma nociva crença na bondade da natureza humana, a era das revoluções, contudo, traria consigo as sementes de sua própria destruição, já que ela própria criará "instrumentos coercitivos e terá necessidade de uma inaudita plenitude de poder" (BURCKHARDT, 2013, p. 61). Como válvula motriz dessas contradições fundamentais estaria o novo significado da nacionalidade, enaltecido como uma espécie de religião moderna, capaz de aliar-se ao Estado "como instrumento posterior de agregação" (BURCKHARDT, 2013, p. 60). Carente de criação e espontaneidade individuais, a cultura europeia estaria fadada a esfacelar-se frente ao perpétuo *esprit de nouveauté* desta era revolucionária.

Em meio às milhões de "ondas colocadas em movimento pela revolução", a frágil barca da moderna ciência histórica mostrar-se-ia um tanto ineficiente na apreensão objetiva destes efêmeros acontecimentos. No que parece constituir uma referência direta à historiografia de seu tempo, Burckhardt criticava um tipo ingênuo de percepção objetiva da realidade que, na incapacidade de compreensão da radicalidade moderna, acabaria por reiterar as nefastas consequências de seu desenvolvimento: "com boa fé, podemos então afirmar a nossa imparcialidade e, mesmo assim, colocarmo-nos, ainda que

inconscientemente, do lado mais forte" (BURCKHARDT, 2013, p. 52).

O caráter transiente daqueles tempos tornaria tanto a ciência histórica quanto a filosofia da história incapazes de compreender o sentido de seu decurso. Surgidas no calor da era revolucionária e embebidas de seu espírito inovador, faltaria a tais doutrinas gnosiológicas a distância e a sensibilidade necessárias à apreensão do desenvolvimento histórico.

Apesar da convicção e da severidade com as quais se dispunha a criticar a cultura de seu tempo, tais posições levavam o historiador suíço a submergir em um complexo emaranhado de paradoxos ontológicos e epistemológicos. Afinal, como seria possível estabelecer uma observação histórica capaz de se dissociar das contradições inerentes à era das revoluções? Ademais, estaria esta perspectiva apta a se distanciar, ou mesmo a contrabalançar os sintomas da crise vivida pelos tempos modernos? Burckhardt encontrava parte da resposta a esses problemas nas noções de formação e contemplação, derivadas em grande medida dos elementos estéticos presentes em sua história cultural. É precisamente a estes dilemas e desenlaces do pensamento burckhardtiano que nos atentaremos a seguir.

Alentos para um espírito fraturado: contemplação e formação como formas de redenção

O sentido de viver em um tempo de crise e a crença de que forças culturais dominantes ou modos de explicação não poderiam mais dar conta da "realidade", distorcendo as configurações da condição humana e alimentando nocivos mitos modernos, demandavam a necessidade de uma forma alternativa de discurso. Antigas formulações tradicionais não seriam mais adequadas, de modo que um novo tipo de referência e uma nova linguagem tornar-se-iam necessárias. Assim, apesar de enxergar o estudo da história como algo essencialmente patológico, é crucial lembrar que Burckhardt também acreditava que a análise do passado continha o remédio essencial para a doença da moderna sociedade: o revigorante valor da "contemplação" (*Anschauung*).

A contemplação representava uma relação dialógica entre o autor, o passado e o texto,

reabilitando a voz do historiador como um ator ativo do passado e do presente. Nem a especulação filosófica ou as teorias científicas seriam capazes de descobrir as revelações do espírito de uma era. Isso apenas poderia ser alcançado através do sentimento, da experiência e da imaginação. Ao contrário de meramente explicar o passado, o historiador deveria prefigurar sua narrativa de acordo com os princípios da representação, ou seja, como um artista, ciente da distância entre a realidade daquilo que existe e o texto ou a tela que seria uma produção da mente criativa (SIGURDSON, 2004, p. 87).

As implicações relativistas deste tipo de concepção histórica não afligiam o pensamento de Burckhardt, que se mostrava disposto a encarar a noção de perspectiva como algo inerente ao ofício do historiador. Tanto que em sua análise do Renascimento italiano ele optava por utilizar o subtítulo "um ensaio" (*ein Versuch*), com o intuito de indicar a particularidade e subjetividade implícitas em seu trabalho: "é mister que juízo subjetivo e sentimento interfiram a todo momento tanto na escrita quanto na leitura desta obra". Por isso, sua representação não seria um resultado definitivo, podendo outros autores chegarem "a conclusões substancialmente reversas" (BURCKHARDT, 2003, p. 36).

Tal posicionamento remonta mais uma vez ao problema da qualidade estética do trabalho dos historiadores. De maneira bastante distinta de Ranke - que almejava até mesmo "se extinguir, para que as coisas falassem por si" (RANKE, 1877, p. 103) -, Burckhardt entendia a história como "poesia em sua escala mais grandiosa", como um minucioso trabalho de criação e representação textuais. Rejeitando o que enxergava como o "culto aos fatos", ele negava que as noções de verdade e realidade fossem estáticas ou passíveis de serem apreendidas por um tipo fixo de metodologia científica, já que a poética da história seria como uma "crisálida, sempre com novas descobertas e revelações do espírito" (BURCKHARDT, 2003, p. 165).

A homogeneização da sociedade, com seus atributos racionalistas e cientificistas, estaria levando ao apagamento do autor e de sua liberdade criativa, fazendo com que a história se convertesse em uma simples maneira de justificar o presente. Além disso, a produção do conhecimento em tempos modernos caminhava para a imitação da lógica produtiva capitalista, onde a história passava a ser escrita e compreendida sob o interesse do dinheiro e em termos análogos à produção fabril.

Essa instrumentalização do conhecimento histórico contrastava profundamente com a concepção burckhardtiana de "formação" (*Bildung*), onde a pesquisa representaria um despertar, e o conhecimento e a cultura serviriam às demandas espirituais do indivíduo: "da erudição cuida a moderna literatura histórico-antiquária: nós almejamos obter um meio de formação e de deleite que possa durar por toda a vida" (BURCKHARDT, 2013, p. 174).

Figurando como uma espécie de alicerce político-filosófico às suas concepções estéticas sobre a história, a formação seria uma forma de liberdade individual e intelectual que, distante de um mero utilitarismo, visava afirmar o ideal de auto-cultivo e aperfeiçoamento moral individuais para além dos caprichos materialistas da era moderna (RINGER, 2000, p. 95). A devoção de Burckhardt ao ideal formativo servia como uma válvula de escape face ao niilismo absoluto, ao mesmo tempo em que provia uma forma de esperança para possíveis regenerações culturais futuras. Sem ele não haveria nenhuma alternativa para poupar-se da barbárie de uma época marcada pela corrida por dinheiro e pela lógica repressiva daqueles *terribles simplicateus* modernos.

Isso nos permitiria afirmar, por fim, que a solução de Burckhardt para a crise de sua época residia em uma forma particular de ascetismo espiritual. Este não se daria em um sentido meramente religioso, já que a crise de sua juventude o desviara permanentemente da ortodoxia cristã, mas sim nos termos de uma redenção artístico-cultural. Ao pautar-se nas noções complementares de formação e contemplação, negando a cientificidade do saber, Burckhardt estetizava sua concepção de história e sua historiografia, encontrando nestes ideais um *leitmotiv* e uma inspiração para escrever e lecionar até o fim de sua vida na Basileia, sua tão estimada terra natal.

Referência bibliográfica:

BURCKHARDT, Jacob. **A cultura do Renascimento na Itália:** um ensaio. São Paulo, Companhia das Letras, 2009.

BURCKHARDT, Jacob. **Briefe.** Edited by Max Burckhardt. Basel: Benno Schwabe & Co, Bd. 1, 1949.

BURCKHARDT, Jacob. **Cartas**: Jacob Burckhardt. Alexander Dru (ed.). Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.

BURCKHARDT, Jacob. História da Era da Revolução: introdução. In: MALERBA, Jurandir (Org.). **Lições de história**. Da história científica à crítica da razão metódica no limiar do século XX. 1ed.Porto Alegre; Rio de Janeiro: EdiPucRs; Ed. FGV, 2013.

BURCKHARDT, Jacob. **Reflexões sobre a história**. Zahar, Rio de Janeiro, 1961.

BURCKHARDT, Jacob. **The age of Constantine the Great**. University of California Press, 1983.

BURKE, Peter. Introdução: Jacob Burckhardt e o Renascimento italiano. In: BURCKHARDT, Jacob. **A cultura do Renascimento na Itália**: um ensaio. São Paulo, Companhia das Letras, 2009.

COSTA LIMA, Luiz. Alguém para ser conhecido: Jacob Burckhardt. In: Jacob Burckhardt. (Org.). **Cartas**: Jacob Burckhardt. 1ed.Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.

FERNANDES, C. S.. Jacob Burckhardt. História da Era da Revolução: introdução. In: MALERBA, Jurandir. (Org.). **Lições de História**: Da história científica à crítica da razão metódica no limiar do século XX. 1ed.Rio de Janeiro; Porto Alegre: Editora FGV; Editora PUC-RS, 2013a.

FERNANDES, C. S.. Jacob Burckhardt e o Renascimento na Itália. In: LOPES, Marcos A. & BENTIVOGLIO, Julio. (Org.). **A constituição da história como ciência**: de Ranke a Braudel. 1ed.Petrópolis: Vozes, 2013b.

GAY, Peter. **O estilo na história**: Gibbon, Ranke, Macaulay, Burckhardt. Companhia das Letras, 1990.

GOSSMAN, Lionel. **Basel in the age of Burckhardt**: a study in unseasonable ideas. University of Chicago Press, 2002.

HINDE, John R. **Jacob Burckhardt and the crisis of modernity**. McGill-Queen's Press-MQUP, 2000.

KAEGI, Werner. Burckhardt, Jacob Christoph. In: **Neue Deutsche Biographie**, 3, 1957.

LÖWITH, Karl. **Meaning in History: The Theological Presuppositions of the Philosophy of History.** University of Chicago Press, Chicago, 1949.

MOMMSEN, Wolfgang J. The Neglected (III) Jacob Burckhardt-Defender of Culture and Prophet of Doom. In: **Government and Opposition**, v. 18, n. 4, p. 458-475, 1983.

RANKE, Leopold von. **Sämtliche Werke.** Alfred Dove (ed.). Duncker & Humblot, Leipzig, v. XV, 1877.

RINGER, Fritz K. **O declínio dos mandarins alemães: a comunidade acadêmica alemã, 1890-1933.** Edusp, 2000.

SIGURDSON, Richard Franklin. **Jacob Burckhardt's social and political thought.** University of Toronto Press, 2004.

WHITE, Hayden. **Meta-história: a imaginação poética do século XIX.** Trad. José Laurênio de Melo. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

USOS E ABUSOS DO PASSADO: O CASO DOS GUIAS POLITICAMENTE INCORRETOS DE HISTÓRIA

Márcia Elisa Teté Ramos¹³⁴

Introdução

Apresenta-se as noções sobre o que seria o mau professor de história dos “Guias Politicamente Incorretos de História...” devido à História que este, supostamente, ensinaria. Toma-se como fonte alguns “Guias politicamente incorretos” (aqui chamados de Guias), especialmente os relacionados à História: *Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil* de Leandro Narloch (de 2009, com revisão ampliada em 2011 e também resumido em uma revista de consumo *on line*); *Guia Politicamente Incorreto da América Latina* de Leandro Narloch e Duda Teixeira (2011) e *Guia Politicamente Incorreto da História do Mundo* de Leandro Narloch (2013). Tais Guias partem do princípio generalista de que os professores de história das escolas ou das universidades públicas ensinam uma História “ideológica”, por isso deturpada, porque “de esquerda”. Para substituir esta História considerada deturpada, os Guias propõem revelar a “verdadeira história”, desconstruindo heróis e vilões, assim como determinados momentos históricos. Interessa nesta comunicação, pelas justificativas quanto ao que seria o mau professor de história, ou seja, pela hipótese dos Guias de que a história seria ensinada de forma errada, entender qual o uso que os Guias fazem do passado. Entende-se as relações entre História Pública e a formação da consciência histórica (ALBIERI, 2011) considerando a instância midiática como fundamental, na medida em que materiais não-especializados como os Guias, parecem ter grande poder de fazer circular, cooptar ou reforçar determinadas concepções. Os saberes históricos especializados parecem circular apenas entre os pares (RÜSEN, 2010), permitindo que os saberes não-especializados assumam importância na História Pública, ou seja, na formação histórica do “sujeito comum”. Resta discutir qual seria a função do historiador e do professor de história mediante a História Pública, no sentido de uma História para além dos “abusos” que vem sendo cometidos em materiais midiáticos como os referidos Guias.

¹³⁴ Docente da Universidade Estadual de Londrina, da graduação em História e do mestrado em História Social, linha de pesquisa História e Ensino.

Os Guias

Considero as noções sobre o que seria o mau professor em alguns Guias Politicamente Incorretos (adiante chamados de “Guias”), especialmente em relação ao professor de história. São minhas fontes: *Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil* de Leandro Narloch (de 2009 e com revisão ampliada em 2011 e também *on line*¹³⁵); *Guia Politicamente Incorreto da América Latina* de Leandro Narloch e Duda Teixeira (2011) e *Guia Politicamente Incorreto da História do Mundo* de Leandro Narloch (2013). Em alguns momentos utilizo também o *Guia Politicamente Incorreto da Filosofia* de Luiz Felipe Pondé (2012), por entender que este corrobora os Guias politicamente incorretos de história, em especial quanto à noção sobre os professores de história, além dos professores de geografia, filosofia e sociologia. Também considero o *Guia Politicamente Incorreto da Economia Brasileira* de Leandro Narloch (2015), pois este possibilita a compreensão sobre as interpretações históricas dos outros Guias.

O objetivo não é o de realizar uma contraposição historiográfica, mas de entender tais materiais (que podemos chamar de midiáticos) como componentes importantes na formação da consciência histórica na contemporaneidade. As representações presentes nos Guias nos remetem às formas e funções do conhecimento histórico na vida cotidiana, considerando que, se de um lado são capazes de cooptar saberes que já circulam na sociedade, de outro, reforçam tais saberes, em um movimento recursivo. Por isso, não são apenas os Guias que estão sendo analisados, mas um conjunto de representações negativas em relação ao professor de história que se espraiam em múltiplas esferas sociais.

As razões para esta afinidade que o público tem com este tipo de material podem ser as seguintes: 1) os Guias, como materiais midiáticos apresentam uma forma de apresentação da história muito mais convincente e atraente que a história especializada (acadêmica); 2) existe uma forte demanda quanto ao conhecimento histórico na sociedade e 3) os historiadores acadêmicos não estão dando conta desta demanda social pelo conhecimento histórico. Segundo Rüsen, o público não pode “digerir a produção de uma disciplina especializada da história profissional sem mediação” (RÜSEN, 2010, p. 33) e, infelizmente, as “habilidades normais adquiridas pelo historiador profissional não

¹³⁵ <http://super.abril.com.br/historia/nova-historia-brasil-614332.shtml> (Acesso em 16 de abril de 2016)

são suficientes para a execução dessa mediação” (RÜSEN, 2010, p. 33). Em outra pesquisa, compreendi que os Guias têm grande capacidade de aceitação e intervenção na História Pública, ou seja, no modo de as pessoas construírem seus saberes históricos, talvez mais do que o profissional da história (o professor e/ou o pesquisador) (RAMOS, 2015).

Os Guias em foco, embora tratem principalmente do campo da História, são produtos da cultura midiática, e por isso, se diferenciam da história especializada também pelo fato de se destinarem a um público amplo. Os Guias integram uma História Pública, em que: “jornalistas, documentaristas, cineastas, romancistas, divulgam versões historiográficas com grande penetração na cultura” (ALBIERI, 2011, p. 23). A História Pública na forma de produção de materiais midiáticos como os Guias, não é bem aceita e nem muito encorajada pela Academia (ALBIERI, 2011, p. 25). Reduzidos ao diálogo ou tensão entre pares, os acadêmicos terminam desprezando um campo de problematização balizado pelo estudo da consciência histórica. Esta abarca o modo como os seres humanos interpretam a experiência de si mesmos e do mundo na temporalidade e que ocorre de diferentes formas, científicas ou não científicas (BERGMAN, 1989/1990). Porém, outro ponto para ser destacado é o fato de que os historiadores especializados, por vezes, criticam esta forma de História Pública, por entenderem que esta visa em primeiro plano atender o mercado, ou melhor dizendo, visa o lucro, antes de procurar se pautar na construção do conhecimento histórico devidamente fundamentado. Para Jurandir Malerba, por exemplo, “se apenas o sucesso de vendas for critério para se avaliar uma obra historiográfica, os parâmetros éticos se esvanecerão e teremos de assistir à disseminação de narrativas históricas de alcance interpretativo pobre, prenhe de anacronismos, erros e preconceitos (MALERBA, 2014, p. 44).

Jurandir Malerba, destacando os livros de Eduardo Bueno, outro jornalista imbuído de escrever uma história de grande alcance popular, entende que esta “historiografia” (bem entre aspas), “insiste em se autopromover como uma “nova história” – não acadêmica, diferente e superior...” (MALERBA, 2014, p. 32). Isto também se aplica aos Guias: a história da qual se propõe divulgar, aquela que deve ser ensinada, é entendida como mais científica, verdadeira e sem os vícios da esquerda.

Para Narloch, deve-se superar o “atraso” existente até então no ensino de história,

adotando o que há de mais moderno, mais “científico”. O autor recorre à historiografia ou a algumas fontes documentais para legitimação e/ou complementação do discurso, dizendo seguir a Nova História (assim como Bueno, segundo Malerba, como vimos acima). Para os Guias, deve-se impor uma história “honesta”, científica e verdadeira: “Uma nova geração de pesquisadores destrói mitos e revela o verdadeiro passado do Brasil: um país mais forte, mais complexo e bem mais humano do que ensinaram na escola” (NARLOCH, 2010). Esta vertente apresentaria análises mais complexas e “saborosamente desagradáveis para os que adotam o papel de vítimas ou bons mocinhos” (NARLOCH, 2011, p. 26), ou seja, os politicamente corretos, aqueles (marxistas) que acreditam (ainda) em uma sociedade marcada pela diferenciação de classes sociais. Este é a base do politicamente correto: pautar-se na noção de divisão de classes sociais. Assim, o ensino de história “atrasado” seria aquele que é “simples e rápido, mas também chato e quase sempre errado” (NARLOCH, 2011, p. 24), em que: “Os ricos só ganham o papel de vilões – se fazem alguma bondade, é porque foram movidos por interesses. Já os pobres são eternamente do bem, vítimas da elite e das grandes potências, e só fazem besteira porque são obrigados a isso” (NARLOCH, 2011, p. 25). O objetivo dos Guias seria o de “jogar tomates verdes na historiografia politicamente correta”, provocar, fazer uma militância às avessas (NARLOCH, 2011, p. 27). A história politicamente incorreta, que Narloch defende como inovadora, “demora a chegar às pessoas em geral”, enquanto que a história politicamente correta, por isso mesmo falsa, permanece nos livros didáticos e “ainda se aprende na escola” (NARLOCH, 2011, p. 26-27).

Nesta perspectiva de Narloch, os historiadores “científicos”, sem ideologias: “Tem mais cuidado ao falar de consequências de uma lógica financeira e pesquisam sem se importar com o uso ideológico de suas conclusões” (NARLOCH, 2011, p. 26). Entende-se, nos Guias, que a história deve voltar-se para a verdade, para o que realmente aconteceu. Assim, no que diz respeito aos historiadores do período da antiguidade: “É pouco frutífero tentar descobrir o que é mito e o que é realidade nessa história. Os autores antigos não ligavam para a verdade objetiva como fazemos hoje” (NARLOCH, 2013, p. 20). Ou seja, Narloch se autodenomina como “objetivo” e “neutro”, e aponta que apenas alguns historiadores também conseguem se dar conta das ideologias que devem ser desmitificadas (NARLOCH, 2013, p. 31). O vocábulo “ideologia” designa necessariamente

as noções superficiais e anticientífica esquerda que devem ser desconstruídas.

A principal premissa dos Guias ao travarem o combate contra os politicamente corretos é a de que a universidade e a escola são o lugar de professores não apenas marxistas e esquerda, mas também fracassados e não inteligentes: “são pessoas que, além de não gostarem dos alunos, têm uma inteligência mediana e foram, quando jovens, alunos medíocres, que fizeram Ciências Humanas porque sempre foi fácil entrar na faculdade” (PONDÉ, 2012, p. 97). Segundo este argumento, estes professores politicamente corretos encontram respaldo, em especial, nas escolas, lugar em que: “Só se contam histórias que não ferem o pensamento politicamente correto e não correm o risco de serem mal interpretados por pequenos incapacitados nas escolas” (NARLOCH, 2011, p. 25).

Em todo momento do texto, há uma linguagem depreciativa, crítica e em tom de pilhéria sobre a escola e sobre o professor. Estes professores – dizem os Guias –, “ressaltam verdades à esquerda” porque ficaram presos na crítica ao Regime Militar. Para os Guias os professores politicamente corretos não reconhecem a história real de “seus” heróis e vilões, a verdade sobre as revoluções e as revoltas sem sentido e o fato de que a defesa do multiculturalismo é falaciosa, pois, indígenas e negros são atrasados. Resumindo:

1) certos heróis da esquerda devem ser desmitificados: João Goulart fazia “falcatruas entre governo e empreiteiras” (NARLOCH, 2011, p. 317). Che Guevara teria sido o mais sanguinário dos heróis de esquerda, inclusive perseguindo roqueiros e trabalhadores, instituindo a pena de morte a menores, fazendo execuções sem embasamentos (NARLOCH; TEIXEIRA, 2011, p. 25-33). Símon Bolívar participou da luta de classes do lado dos ricos (NARLOCH; TEIXEIRA, 2011, p. 144). Perón inventou a reeleição e aumentou muito o salário mínimo (o que seria muito negativo segunda esta perspectiva), também era nazista (NARLOCH; TEIXEIRA, 2011, p. 205) e adorava meninas de 13 anos (NARLOCH; TEIXEIRA, 2011, p. 218-220), sendo que Evita fazia caridade como *marketing* pessoal e de Estado com o dinheiro do contribuinte (NARLOCH; TEIXEIRA, 2011, p. 208-209). Pancho Villa recrutava jovens à força para seu exército e que só não fez a reforma agrária porque não quis (NARLOCH; TEIXEIRA, 2011:248-249). Salvador Allende perseguiu a imprensa chilena e aliou-se aos terroristas cubanos (NARLOCH; TEIXEIRA, 2011, p. 260-261).

2) alguns heróis da esquerda não são tão virtuosos assim: Ghandi era gay e

simpatizante do nazismo, um “canastrão” (NARLOCH, 2013:226). Marx era contra judeus (NARLOCH, 2013, p. 188). Madre Teresa de Calcutá defendia como Gandhi a austeridade e a pobreza, mas na verdade, sadicamente negava remédio aos doentes (NARLOCH, 2013, p. 242-243). Zumbi tinha escravos (NARLOCH, 2011, p. 83) e Lampião era elitista, adorava estar entre os coronéis (NARLOCH, 2011, p. 300).

3) alguns vilões ou momentos históricos não foram tão ruins assim: os bandeirantes não eram facínoras ou assassinos, mas desbravadores e progressistas, portanto, heróis de verdade (NARLOCH, 2011, p. 65). Hitler iniciou sua carreira no Partido dos Trabalhadores da Alemanha, e, embora não fosse exatamente de esquerda no começo, passou a ser. Ou seja: o nazismo teria relação com a esquerda. Segundo o autor, Hitler não gostava de judeus (como Marx), não gostava dos “homens de negócio”, como qualquer pessoa de esquerda (NARLOCH, 2013, p. 194). Mussolini teria sido inspiração, junto com Hitler para os direitos trabalhistas no Brasil (NARLOCH, 2013, p. 160). A bomba de Hiroshima e de Nagasaki foi benéfica, pois salvou milhões de japoneses, pois afastou a União Soviética que se preparava para invadir o Japão (NARLOCH, 2013, p. 132). No caso dos governos militares, Narloch não chega a defendê-los de forma evidente, mas desvia-se da temática central justificando as torturas implementadas pelos militares: eram “estupidamente inexperientes”, assim, “pouco inteligentes, os militares logo apelaram para a violência” (NARLOCH, 2011, p. 326).

4) as revoluções por um mundo melhor ou mais justo resultaram em desastre e são sem sentido: após a Revolução Francesa, acabaram com um líder mais despótico que Luís XVI (NARLOCH, 2013, p. 55). Inclusive, o povo quando “aparece politicamente, é pra quebrar coisas” e “adere fácil e descaradamente (como aderiu nos séculos 19 e 20) a toda forma de totalitarismo” (PONDÉ, 2012, p. 49). Algumas revoluções foram realizadas sem motivos: Maio de 68 foi realizada devido ao tédio da juventude (NARLOCH, 2013, p. 250), já que a sociedade francesa estava progredindo, portanto, não havia necessidade de protestar. Estes manifestantes realizavam ataques inconsequentes “à sociedade de consumo, à Guerra do Vietnã e uma grande ode à Revolução Cultural Chinesa” (NARLOCH, 2013, p. 253). As revoluções pautadas na esquerda, segundo esta perspectiva dos Guias, demonstram que inicialmente se tem em vista uma sociedade justa, igualitária e os jovens podem até agir de forma bem-intencionada, mas são manipulados pelos líderes de esquerda e terminam por se tornar bárbaros e

interesseiros como tais líderes. Foi assim com a juventude nazista (NARLOCH, 2013, p. 194), pois se começou com um discurso pautado na justiça, mas se recaiu no autoritarismo: estes jovens revolucionários politicamente corretos criaram o Auschwitz (NARLOCH, 2013, p. 195).

5) os indígenas e os negros não atrasados e vitimizados. Os indígenas na época da colonização: “Não desenvolveram tecnologias de transporte. Não conheciam a roda. A roda. (NARLOCH, 2011, p. 48). Seria absurdo acreditar que, no presente, “os índios, que vivem na idade da pedra, seriam melhores que nós, ocidentais (PONDÉ, 2012, p. 71). Os indígenas não são vítimas, pois quem matou mais indígenas foram os próprios indígenas (NARLOCH, 2011, p. 34). Foram os indígenas que devastavam as matas (NARLOCH, 2011, p. 54), enquanto que “os portugueses ciaram leis ambientais para o território brasileiro já no século 16” (NARLOCH, 2011, p. 57). Os indígenas participavam das bandeiras também, gostavam dos portugueses e de suas novidades (NARLOCH, 2011, p. 33). No Brasil, os indígenas tiveram com os Portugueses, um “melhoramento genético” (NARLOCH, 2011, p. 52), conheceram novas frutas e novos animais, também conheceram instrumentos importantes como o machado (NARLOCH, 2011, p. 50-53). No caso da América Latina, os incas, exaltados pelos historiadores marxistas por terem uma vida simples organizada pelo trabalho na terra (NARLOCH; TEIXEIRA, 2011, p. 89-90), ao contrário, se pareciam muito com os comunistas pela opressão de seus governos e pelas atrocidades que cometiam (NARLOCH; TEIXEIRA, 2011, p. 91). Também os astecas não eram “bonzinhos”, em razão de se interessarem pela conquista de outros territórios para fazerem as “cidades derrotadas pagarem impostos e, assim, assegurar a boa vida dos nobres na capital” (NARLOCH, TEIXEIRA, 2011, p. 99). Para os Guias, os colonizadores são sempre criticados pelos “esquerdistas”, porém “é espantosa a ausência de um episódio de conquista, de subjugação à ordem europeia” em relação aos indígenas, e aliás, muitos destes “identificavam-se mais com os espanhóis do que com outros povos indígenas” (NARLOCH, TEIXEIRA, 2011, p. 109).

Os negros também não são vítimas, dizem os Guias. Quem destruiu a África, foram os próprios africanos, com suas guerras étnicas e não a colonização e/ou imperialismo (NARLOCH, 2013, p. 287). A escravidão não teria sido tão ruim assim, pois os escravos não eram tão pobres e nem tão maltratados, e, existia uma espécie de “igualdade”, sendo que senhores e escravos trabalhavam juntos e tinham a mesma qualidade de vida

(NARLOCH, 2010). Os Quilombos não lutavam contra a escravidão e seus líderes tinham escravos (NARLOCH, 2010). Para Narloch, “nem sempre os senhores levavam a pior”, pois em 1872, uma escrava acusada de matar sua patroa não foi condenada, por alegar que era muito maltratada (NARLOCH, 2011, p. 95). Na revolução do Haiti, por exemplo, foi concedida a liberdade a um líder, Jean Kina, mas este “prontamente recusou: queria continuar sendo escravo” e mais: “acreditava nas vantagens da escravidão” (NARLOCH; TEIXEIRA, 2011, p. 178). A cultura negra, a música popular em outros lugares que não o Brasil, adotou instrumentos eletrônicos, se modernizando, se tornando assim melhores (NARLOCH, 2011, p. 165). Mesmo o samba, que “exaltava a periferia e os morros do Rio” foi uma criação mais de brancos de classe média do que de negros pobres. A suposta pobreza dos sambistas, na verdade, seria um marketing. (NARLOCH, 2011, p. 159). Os negros não inventaram nem a feijoada, pois ela seria um prato europeu reelaborado (NARLOCH, 2011, p. 162). Em síntese, segundo os Guias, os indígenas e negros não contribuíram em nada para a História.

Estas afirmativas sobre os povos indígenas e os afrodescendentes acima presentes nos Guias, nos remete à ideia de que “a civilização europeia estaria na ponta de um processo civilizatório único, teleológico e universal rumo à perfectibilidade humana”, e assim, caberia aos europeus “levar as luzes de sua civilização aos povos mais atrasados”. Em relação aos indígenas na época da colonização e os negros trazidos da África, os portugueses, segundo esta perspectiva apresentada nos Guias, foram “seus verdadeiros libertadores” (MALERBA, 2014, p. 38)

É o próprio Leandro Narloch, no *Guia Politicamente Incorreto da Economia Brasileira* que argumentará, segundo estes critérios supramencionados sobre a “ineficiência” do professor, nos fornecendo indícios para compreender os demais Guias. Para Narloch, as escolas e universidades devem ser privatizadas, pois: “Os funcionários não têm incentivo para inovar, cortar custos, pensar em produtos diferentes. Sabem que continuarão recebendo o salário mesmo que, alegando motivos de saúde, falem algumas vezes por mês” (NARLOCH, 2015, p. 222). Nesta linha de pensamento, como “se algum aluno desistir da escola é um problema a menos para o diretor se preocupar”, os professores não estariam preocupados em “decepcionarem os clientes” (NARLOCH, 2015, p. 222). Narloch explica porque algumas universidades públicas são melhores do que as universidades privadas: “Os brasileiros mais ricos e educados geralmente ingressam em

universidades públicas, assegurando o alto nível das discussões e do aprendizado” (NARLOCH, 2015, p. 223), desta forma, não são os professores que são competentes, mas os alunos provenientes das camadas mais abastadas que chegam às universidades com um capital cultural considerável. O argumento do autor é simples: as pessoas, coerentemente, se preocupam com si mesma e nunca com o coletivo, por isso nunca vão querer pagar por algo que não recebem, ou seja, quem paga imposto não tem filho em escola pública. A escola pública seria ruim (por conta de seus funcionários) e cara (para quem as sustentam com seus impostos).

Outras reflexões são necessárias para entender os usos do passado realizado pelos Guias: na narrativa jornalística, as formas de apresentação do discurso são privilegiadas à despeito da metodologia histórica. Argumenta Jörn Rüsen que a objetividade e a narratividade são partes distintas, porém, inter-relacionadas e estruturantes do discurso histórico (RÜSEN, 2010, p. 132). E ainda: se a objetividade é extremada, pode-se “cientifizar” ou “racionalizar” a história de tal forma que o pesquisador termina se distanciando da vida prática (RÜSEN, 2010, p. 25), tornando seu discurso autorreferente, como se esta área se legitimasse “pela sua mera existência” (RÜSEN, 2010, p. 27). Se é a verdade, a facticidade pura que se deseja, recaímos na ficcionalidade (RÜSEN, 2007, p. 33). Por outro lado, enfatizar a forma literária do discurso histórico, implica em relativizar o discurso histórico (RÜSEN, 2010, p. 131), tornando-o ficcional (RÜSEN, 2007, p. 26). No entanto, embora exista uma relação complexa e interdependente entre a forma de apresentação textual e a metodologia da ciência da história, em última instância, o que define o ofício do historiador, ainda é “a operação cognitiva da pesquisa especificamente histórica” (RÜSEN, 2007, p. 27). A nosso ver, os Guias sobrevalorizam as estratégias da escrita ao invés de privilegiarem os métodos próprios da pesquisa historiográfica. A afirmação pode parecer prepotente ao subentender que: “caberia ao historiador profissional efetuar a correção de curso nos caminhos da história pública, porque ele, mais do que ninguém, estaria ciente do papel fundamental do intérprete no tratamento das “fontes” (ALBIERI, 2011, p. 22), mas acredito que, se as estratégias da escrita de um material midiático também são utilizadas pelos historiadores, ainda é a metodologia da história que define seu ofício.

Os estereótipos produzidos nestes materiais culturais quanto ao professor de história subentendem determinado posicionamento político, mesmo que se digam “sem

ideologias” e apontem a ideologia do “Outro”. Em termos de conhecimento histórico o que se apresenta é uma concepção que se movimenta sim, segundo a interpretação de determinadas fontes e historiografia, mas nos Guias, existe uma opção por determinado fragmento de um fenômeno, uma face apenas de um personagem, por certo excerto historiográfico, por uma fonte e não outra. Gandhi pode ter sido gay e os militares podem até ter torturado por serem pouco inteligentes. Mas se contextualiza o personagem ou o fenômeno, e sendo assim, não se entende a história como multicausal e complexa e os sujeitos como multifacetados. Qual o papel de Gandhi no Estado indiano? Quais foram os parâmetros políticos da Ditadura civil-militar para se perseguir, prender, torturar e exilar determinadas pessoas? É como se uma mentira histórica fosse substituída pela verdade histórica, e esta verdade histórica é buscada em um detalhe, informação ou deslize.

Malerba vai mais além em sua análise: este tipo de “historiografia” tende a ser uma “história paroquial, episódica, factual, pitoresca, anedótica, biográficas, das grandes batalhas, em rápidas narrativas dramáticas inflamadas”, que difere da história especializada que tende a ser uma “história social, processual, interpretativa, estrutural, analítica, crítica (MALERBA, 2014, p. 32). Para este historiador, a base da História Pública em sua forma midiática, é a ação, os feitos de determinados personagens, pessoas iluminadas, virtuosas, os heróis, ou então a ação dos vilões, homens sem caráter, imaturos, imorais. A necessidade de “denunciar” os vilões esquerda que não são tão vilões assim ou os heróis que não são tão heróis assim, corrobora a tese de Malerba: existe uma história nestes Guias, personalista, que não adota a visão de processo histórico, portanto, são determinados sujeitos que “fazem a história”, em acordo com seus defeitos ou virtudes. Estas histórias contadas pelos Guias, são chamadas por Malerba de anedóticas que se definem pela “recusa ostensiva à sistematização, à totalização e à interpretação e por suas narrações apenas de episódios particulares, isolados” (MALERBA, 2014, p. 41). O passado é usado para “dar lição de moral”, legitimar um posicionamento político, depreciar a suposta ideologia do Outro. Por sua vez, este Outro seria o “inimigo” a ser atacado e é contra ele que os Guias movimentam toda sua organização discursiva.

Há que destacar que “existe uma produção de bom nível, legível e acessível para um público não especializado, perfeitamente adequada ao território intermediário entre a

cultura comum e aquela especializada, produzida na Academia” (ALBIERI, 2011, p. 23). Fica a sugestão de que os historiadores reconheçam como espaço de publicação, não apenas aqueles aprovados pelos pares, mas também aqueles em que possa haver a divulgação pública de seu trabalho. É preciso refletir sobre a separação entre uma “elite ao qual se outorga o direito de saber e uma massa relegada à exclusão do saber” (ZAMBONI, 2001, p. 49), dosando a popularização da ciência da história com os seus fundamentos constituintes. Acredito que o professor, especialmente de História, ainda é o sujeito mais capacitado para publicizar ou popularizar o conhecimento histórico, sem que haja a simples vulgarização deste conhecimento. Mais do que popularização do conhecimento histórico, o professor de história, provavelmente tenha mais ferramentas para dar condições para que o aluno construa uma lógica histórica de ver o mundo e a si mesmo, e desta forma, consiga realizar uma crítica fundamentada, inclusive sobre os Guias.

Referências bibliográficas

ALBIERI, Sara. História pública e consciência histórica. In ALMEIDA, Rabêlo de; ROVAL, Marta Gouveia de. (Org.). **Introdução à História Pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

BERGMANN, Klaus. A história na reflexão didática. **Revista Brasileira de História**. V.9, n. 19, p. 29-42, set.89/fev.90.

MALERBA, Jurandir. Acadêmicos na berlinda ou como cada um escreve a História?: uma reflexão sobre o embate entre historiadores acadêmicos e não acadêmicos no Brasil à luz dos debates sobre *Public History*. **História da Historiografia**. n. 15, 2014. p. 27-50.

NARLOCH, Leandro. **Guia Politicamente Incorreto da Economia Brasileira**. São Paulo: Leya, 2015.

NARLOCH, Leandro. **Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil**. 2 ed., São Paulo: Leya, 2011.

NARLOCH, Leandro. **Guia Politicamente Incorreto da História do Mundo**. São Paulo: Leya, 2013.

NARLOCH, Leandro; TEIXEIRA, Duda. **Guia Politicamente Incorreto da América Latina**. São Paulo: Leya, 2011.

PONDÉ, Luiz Felipe. **Guia Politicamente Incorreto da Filosofia**. São Paulo: Leya, 2012.

RÜSEN, Jörn. In: SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão de Rezende (Org.). **Jörn Rüsen e o ensino de história**. Ed. UFPR: Curitiba, 2010.

ZAMBONI, Lilian Márcia Simões. **Cientistas, jornalistas e a divulgação científica**. Subjetividade e heterogeneidade no discurso da divulgação científica. Campinas, SP: Autores Associados. 2001.

TEMPO E NARRATIVA NO DEBATE ENTRE LOUIS MINK E DAVID CARR

Marcus Vinícius de Moura Telles¹³⁶

Dentre as diversas chaves em que se pode ler o debate sobre a função da narrativa em textos historiográficos, uma especialmente proveitosa me parece ser a que investiga as relações entre tempo e narrativa. Dentre as posições que advogavam por alguma espécie de descontinuidade entre narrativa e o que se poderia chamar de “mundo real”, aquela assumida por Louis Mink era fortemente marcada pela distância temporal entre os eventos, tais como vividos no passado, e seu ordenado em forma narrativa no presente. Esta posição nos conduz a uma segunda dimensão em que se manifestam as relações entre tempo e narrativa: aquela *interna ao texto*, que diferencia as descrições de evento da representação enquanto totalidade – a primeira se manifestando de maneira linear, a segunda de maneira simultânea. O principal crítico da posição de Mink, David Carr, insistiu por sua vez que, como as próprias ações já se desdobravam no tempo, elas próprias já eram estruturadas narrativamente. Argumentaremos que esta argumentação nos força a duas importantes reelaborações – mais que exatamente correções – no argumento “narrativista” de Mink: primeiro, força-nos a reconhecer a semelhança “configuracional” entre partes e todos do texto; e, segundo, nos dá subsídios para avançar a tese de Mink segundo a qual a narrativa é um “instrumento cognitivo”. Neste caso, tratar-se-á de conceber que, se por um lado este instrumento opera por meio de um “cancelamento do tempo”, por outro ele este próprio gesto deve ser concebido como *parte de um processo cognitivo que só se realiza em movimento*, mais especificamente com a movimentação da atenção. Sendo seu caráter essencialmente prático, as posições de Carr e Mink podem ser reconciliadas sob a noção de “passado prático” recentemente mobilizada por Hayden White (2014).

Louis Mink e David Carr sobre a relação entre narrativa e “mundo real”

¹³⁶Doutorando em História Social pela Universidade de São Paulo. Bolsista FAPESP/CAPES, processo nº 2014/17263-7.

Inserindo-se em uma longa lista de críticos do “imperialismo metodológico” dos proponentes do modelo das *coveringlaws*, que consideravam que *toda* explicação consiste na subsunção de um evento particular a uma lei geral, Mink afirmava haver ao menos três “modos de compreensão”, todos igualmente válidos. A compreensão teórica, típica das ciências, legitimamente procedia articulando um ou vários elementos particulares a um geral; mas havia também a compreensão teórica, típica da filosofia, que aproximava apenas generalizações entre si; e a compreensão configuracional, típica da história e da literatura, formas narrativas que articulavam elementos particulares entre si. Em comum, elas possuíam a característica de reunir em um *totum simile* experiências que ocorridas *seriatim* no tempo.

Examinando em maior detalhe o funcionamento das narrativas historiográficas ao longo dos anos 1960, Mink buscou em Arthur Danto a noção de “eventos sob descrição” e afirmou que tais textos possuíam ao menos cinco tipos de descrição: as descrições reais (tipo 1) ou possíveis (tipo 2) de ações na perspectiva dos próprios agentes; as sentenças narrativas, que reúnem eventos afastados temporalmente, exemplificadas por Danto pela frase “A Guerra dos Trinta Anos começou em 1618” (tipo 3); os conhecimentos obtidos por técnicas inventadas apenas em momentos subsequentes à ação (tipo 4); e descrições baseadas em *conceitos* surgidos apenas após a ação narrada (tipo 5). Assim, dizia Mink, a historiografia se caracteriza por compor uma “rede de descrições sobrepostas” – isto é, *temporalmente* sobrepostas, já que cada uma das frases e conceitos se imbricam temporalmente e fazem referências mútuas –, que se articulam no todo. A leitura destas descrições procede linearmente, mas, ao ser compreendida, a narrativa muda de caráter: é compreendida como simultaneidade. Assim:

[N]a compreensão configuracional de uma estória que alguém seguiu, o fim é conectado com a promessa de um começo bem como o começo com a promessa de um fim, e a necessidade de referências para trás cancela, por assim dizer, a contingência das referências futuras. Compreender a sucessão temporal significa pensar em ambas as direções de uma só vez, e então o tempo não é mais o rio que nos carrega, mas o rio em vista aérea, montante e jusante vistos em uma única panorâmica (MINK, 1987, p. 56).

Mink conclui, com base nisto, que a narrativa história “cancela o tempo”, a ponto do o tempo não ser “da essência” dos juízos históricos. E, assim, afirma que “estórias não são vividas, mas contadas”. Argumentaremos adiante que a conclusão, ainda que não exatamente falsa, presume uma concepção *estática* da atividade prática de narrar o

passado – e Mink sem dúvidas concordaria que tal atividade é essencialmente prática, já que, em texto de 1965, assemelhou o juízo histórico à *phronesis*.

A formulação de Mink foi justamente criticada por David Carr no livro *Time, Narrative, and History*: para ele, Mink (como outros autores de uma tendência que ele chamava de “de destemporalização da narrativa”) operava uma “distinção totalmente falsa entre viver e narrar”. Recorrendo à fenomenologia de Husserl, Carr insiste que mesmo as experiências individuais mais básicas contêm referência a um passado imediato (retensão) e expectativa de futuro (protensão). O exemplo de Husserl, como outro que discutiremos adiante, de Henri Bergson, é o de ouvir uma melodia. Assim, insiste Carr, “a função narrativa é prática antes de ser cognitiva ou estética”. Isto, para ele, se estende também ao nível coletivo. Indivíduos se identificam e agem socialmente por meio da formação de identidades coletivas; assim sendo, já nascem em um mundo pré-configurado e precisam lidar com estas configurações já dadas, seja aceitando-as, seja buscando modificá-las.

Ora, Carr trata da *semelhança estrutural*, narrativa, entre aquilo que foi vivido no passado e aquilo que é “contado” no presente; Mink, por sua vez, fala de como eventos *específicos* recebem retroativamente uma ordenação que não possuíam. Assim, as teses de ambos podem ser articuladas, pois se é verdade que “as ideias” (CARR, 1986, p. 26) de início, meio e fim também se manifestam na experiência, ainda assim os inícios, meios e fins dos eventos refigurados no interior de uma dada narrativa não possuíam tais funções no momento de suas ocorrências. Carr (1986, p. 176) reconhece a distância entre a consciência dos agentes e os resultados de suas ações; sua insistência é na forma semelhante entre ambas as narrativas.

A crítica de Carr permite-nos reformular a tese de Mink. Não se trata mais de afirmar que “estórias não são vividas, mas contadas”; mas sim de apontar que as estórias contadas não são as mesmas que foram vividas. A ação contada no contexto de uma estória, vista à luz de suas consequências e ressignificada ao ser ponto no contexto narrativo específico em que se encontra, já não é a mesma. De fato, como aponta Bergson, nenhuma experiência dos “estados profundos da alma”, cujo caráter é qualitativo e não quantitativo, se repete, nem que seja pelo simples fato de ser uma

repetição. Veremos que Mink chega a conclusões semelhantes quando examina a noção de evento.

Síntese de sínteses de heterogêneos

A distinção central formulada por Mink é entre eventos (no interior da narrativa) e a narrativa (enquanto totalidade). Desde então, autores como Frank Ankersmit e Hayden White passaram a falar não apenas em narrativa, mas em “representação” – que, neste debate específico, indica o texto enquanto totalidade (que inclui mais que apenas narrativas), e não, por exemplo, imagens mentais de eventos experienciados por meio da percepção. Para a historiografia, a distinção é central: Mink, White e Ankersmit insistem que, embora eventos possam ser investigados cientificamente quanto à sua ocorrência, as representações não podem, porque são “organização de conhecimento” mais que propriamente conhecimento por si só, e, portanto, seu caráter é primeiramente estético.

Agora, se levarmos em conta que cada um destes eventos no interior de representações foi vivenciado na “realidade humana” com forma narrativa, então temos que considerar que as representações historiográficas apresentam *tensão* entre ordens narrativas (JAY, 1992). Ora, o que as representações fazem, primordialmente, é *direcionar a atenção para aspectos da realidade*, enfatizando alguns e obscurecendo outros (WHITE, 1978; ANKERSMIT, 2012). Não creio que seja diferente do que cada descrição de evento e mesmo cada percepção (sobre isto, creio estar de acordo com LEOPOLDO E SILVA, 1994, p. 100) faz: apenas parece ocorrer que, se a linguagem humana já naturalmente possui multiplicidade de significados possíveis, esta margem se torna tão incomensuravelmente maior quando se trata de articular toda uma gama de eventos em uma totalidade simultânea significativa que este uso “de segundo nível” da linguagem se torna um tanto mais autônomo que os eventos nela inseridos. Assim, se cada representação realiza uma “síntese do heterogêneo” (RICOEUR, 1994), e se, caso direcionemos nossa atenção sobre suas partes específicas, vejamos que também ali há “síntese de heterogêneos” (pois também há narrativas, representações, etc.), então a representação histórica realiza uma *síntese de sínteses de heterogêneos*. Mas sequer é possível seguir descendo de nível e encontrar uma base sólida: todo o movimento entre parte e todo produz tensões adicionais que não chegam a se resolver.

Como não há História Universal, eventos são funções de narrativas

Em *NarrativeForm as a CognitiveInstrument*, de 1978, Mink denunciava a permanência do pressuposto da “História Universal”: ainda que já não fosse usual, no momento da escrita daquele artigo, a adoção explícita da tese de o passado é uma “estória não contada”, cujos “eventos” são “unidades” encontradas no passado que podem ser reunidas em narrativas diversas no presente sem que isto modifique seu sentido, ainda assim a ideia sobrevivia.

Havendo empregado o termo “evento” até as últimas páginas daquele texto, Mink refletia: “Mas praticamente nenhum conceito é menos claro do que o de ‘evento.’” Ele então especificava, em primeiro lugar, não haver dificuldade em conceber “um evento complexo cujas partes também sejam eventos.” Como a articulação entre estes eventos-parte com o evento-todo teria caráter estético, esta afirmação de Mink indica a necessidade de se tomar a diferença entre representações e descrições de eventos nos moldes em que propomos, de tensão entre diferentes níveis. Tenho considerado possível falar em representações e sub-representações. Não podendo entrar na questão em detalhe aqui, eu apontaria que tanto no nível do todo quanto de cada parte, uma dada descrição destaca *aspectos* do passado e propõe um ponto de vista a se adotar diante deles. É isto o que Ankersmit atribui às representações históricas (ver ANKERSMIT, 2012), e, como se verá em citação abaixo, é o que Mink implicitamente atribui às descrições de evento historiográficas.

Mas as outras reflexões são ainda mais relevantes para a nossa discussão sobre a relação entre tempo e narrativa.

Em seu texto de 1978, Mink assim prosseguia – com claras referências a Arthur Danto – seu exame da noção de “eventos sob descrição”: “é claro que não podemos nos referir a eventos enquanto tais, mas apenas a eventos *sub uma descrição*; então pode haver mais do que uma descrição do mesmo evento, todas elas verdadeiras mas se referindo a diferentes aspectos do evento ou descrevendo-o em diferentes níveis de generalidade. Mas o que nós possivelmente podemos querer dizer por ‘mesmo evento?’” O problema com a ideia de “mesmo evento”, mostra Mink, é que – como já vimos – ela pressupõe que

“o passado é uma estória não contada”. Não há “mesmos eventos” porque um evento é uma abstração de uma narrativa, e por isso deveria ser repensado em moldes diferentes da “estrutura conceitual da ciência”:

“... o conceito de evento é primariamente ligado à estrutura conceitual da ciência (e àquela parte do senso comum que adotou a linguagem e os métodos da ciência); mas naquela estrutura conceitual ele está purgado de todas as conexões narrativas, e se refere a algo que pode ser identificado e descrito sem qualquer referência necessária à sua localização em algum processo de desenvolvimento –um processo que apenas a forma narrativa pode representar. Logo, falar de uma “narrativa de eventos” é quase uma contradição em termos. Que aquilo não seja percebido desta forma, eu sugiro, novamente reflete a medida em que a ideia de História Universal sobrevive como um pressuposto.” (MINK, 1987, p. 200-201).

Eu diria que, se é por causa da temporalidade que “não há eventos, apenas eventos sob descrição”, então a noção de “mesmo evento” só faz sentido de uma perspectiva científica ou cientificista que elimine previamente os aspectos *processuais* do evento, juntamente com todos aqueles para os quais não há acordo protocolar sobre a linguagem a ser empregada. A postura científica é parte útil e incontornável da produção de um texto historiográfico, mas não pode determinar a natureza do evento sob descrição. Uma representação histórica combina o procedimento científico com a construção de sentido estético, este último tanto no nível da descrição quanto, com grau de indeterminação um tanto maior, no nível da representação enquanto totalidade. Mas mesmo no nível da descrição de eventos a relação entre epistemologia e estética é de subdeterminação: a obrigação de dizer verdades dá às fontes “poder de veto” em relação a várias descrições (conforme o termo de KOSELLECK, 2006) mas não determina *como* será a descrição efetivamente realizada.

A conclusão de Mink nos parece irretocável. Mas o que ela nos permite dizer sobre a ideia, enunciada por ele próprio em 1970, de que a narrativa “cancela o tempo”? Se já não se trata de pensar as narrativas históricas em moldes cientificistas (o que, como já dissemos, não equivale de modo algum a ignorar a dimensão científica da operação historiográfica), talvez possamos inserir o movimento e a processualidade também no próprio ato de narração historiográfica, não apenas surgido, como Carr argumentou, do mundo “prático” da existência humana, mas também destinado a retornar a ele. O título do texto de 1978, como dissemos, concebia a forma narrativa como “instrumento cognitivo”. Ainda que, como Rik Peters observou recentemente, Mink não tenha chegado

a esclarecer o que pretendia dizer com o termo (PETERS, 2016), a noção de instrumento nos indica a importância de focar em seu *uso*.

Assim, se por um lado a representação histórica *momentaneamente* “cancela o tempo”, por outro, a atenção aos seus mecanismos internos e um *movimento constante da atenção entre todo e parte* permite que este instrumento seja usado de modo diverso: para iluminar *diferentes aspectos* da realidade a partir de usos variados da linguagem. Por meio da autoconsciência, é possível evitar as cristalizações de linguagem que naturalizam certas formas de representar o passado, permitindo novamente o uso criativo da linguagem para apontar de *múltiplas* formas para o passado.

Como representar o tempo? Sobre “a forma narrativa como instrumento cognitivo”

White e Mink foram, ambos, fortemente influenciados por R. G. Collingwood. Este pensador situa a atividade imaginativa, a partir do qual a consciência produz “compreensão” (Mink), “prefigura” ou “enreda” a realidade (White), no que chama de “segundo nível da consciência”. É também aqui que podemos situar o que Carr chama de “realidade humana” e, em seu livro mais recente (*Experience and History*, de 2014), caracteriza como a dimensão de “experiência” constitutiva da historicidade humana. No nível individual, este nível faz a transição entre as experiências ainda na condição de fluxo indiferenciado para o “mundo da vida”. A metáfora é o que há de mais próximo do nível mais básico de experiência concebível, aquela do corpo, dos instintos, das sensações não-nomeadas. Daí que Mink possa dizer, comentando a noção de segundo nível de consciência em Collingwood: “o tipo de frase que expressa a consciência de segundo nível é uma metáfora ou imagem poética, entendida do ponto de vista de um nível mais alto como expressiva daquilo que não pode ser formulado no próprio segundo nível” (MINK, 1967, p. 99).

Esta estrutura metafórica é um dos motivos pelos quais esta dimensão mais literária que científica dos textos históricos é a mais apta a representar as dimensões do que Henri Bergson chamou de “existência interna”. Bergson considerava que a linguagem produzia cristalizações do fluxo temporal, que constituía a verdadeira natureza da dimensão

interna da vida. O problema de Mink sobre a produção de “simultaneidade” era muito próximo do de Bergson, que o analisou em termos da tradução do tempo em espaço – algo que a imagem de Mink de que, ao compreender configuracionalmente, vemos o rio não mais de dentro, mas de cima, capta bem: temos a troca do fluxo (do rio experienciado de dentro) pela imobilidade (do rio visto de cima).

Concebida de forma “pura”, não espacial, Bergson concebia que a duração poderia ser explicada com o exemplo da audição de uma música:

“Não se poderia dizer que, se as notas se sucedem, apesar de tudo, as percebemos umas nas outras, e que o seu conjunto é comparável a um ser vivo, cujas partes, se bem que distintas, se penetram exatamente pelo próprio efeito da sua solidariedade? [...] [Pode-se] conceber a sucessão sem a distinção, como uma penetração mútua, uma solidariedade, uma organização íntima de elementos, em que cada um, representativo do todo, dele não se distingue nem isola a não ser por um pensamento capaz de abstração. Sem dúvida, tal é a representação que da duração faria um ser simultaneamente idêntico e mutável, e que não conteria nenhuma ideia de espaço.” (BERGSON, 1988, p. 73)

Porém, “justapomos os nossos estados de consciência de maneira a percebê-los simultaneamente, não já um no outro”. Ao fazermos isto, diz ele, “projetamos o tempo no espaço, exprimimos a duração pela extensão, e a sucessão toma para nós a forma de uma linha contínua ou de uma cadeia, cujas partes se tocam sem se penetrar.” Esta última imagem, aponta Bergson, é contraditória, porque “implica a percepção, não já sucessiva, mas simultânea, do antes e do depois”. Agora: o simples estabelecimento de ordem já requer que se distinga os termos a serem comparados, justapondo-os no espaço e, dessa forma, torna-os simultâneos: “se estabelece uma ordem no sucessivo é porque a sucessão se torna simultaneidade e se projeta no espaço.” (BERGSON, 1988, p. 73-74)

Não à toa, Mink e Carr recorreram ao exemplo musical para caracterizar a interpenetração dos níveis narrativos de suas respectivas análises, e também Hayden White e Michel de Certeau compararam a forma narrativa à música. No caso de Mink, se tratava de apontar que a forma narrativa não pode ser “dita”, mas apenas “mostrada”:

[A forma narrativa] não pode ser “dita”, mas deve ser “mostrada” – narrativa como um todo. A situação não é diferente da estória apócrifa contada sobre muitos compositores, por exemplo de Schubert: quando perguntado sobre o “significado” da sonata que ele acabara de tocar, sua única resposta foi sentar e tocá-la de novo. (MINK, 1987, p. 197-198)

No caso de Bergson, se tratava, dentre outras coisas, que encontrar instrumentos linguísticos mais capazes de expressar o fluxo da experiência interna. Para ele, a metáfora, embora já seja também uma cristalização do fluxo, é o que há na linguagem de mais próximo dele (LEOPOLDO E SILVA, 1994). Ora, também o colega narrativista de Mink, Hayden White, frequentemente insistiu que o uso livre de recursos artísticos poderia criar formas mais capazes de representar realisticamente os eventos históricos do século XX. Em ambos os casos, há uma desconfiança na capacidade da linguagem científica de estruturar adequadamente dimensões não-quantificáveis da existência humana. Assim sendo, a caracterização da representação histórica como instrumento de cancelamento de tempo pode ser tomada (ou reformulada) como indício de que, uma vez conscientes das limitações da linguagem (uma postura que White chamaria de “irônica”), então podemos utilizá-la de maneiras mais criativas. É mais por uma questão do *uso* do instrumento do que sua natureza intrínseca que determina se a produção de simultaneidade estimulará o movimento da atenção de volta para as partes, para as contestações internas, para as tensões entre intenção dos agentes e enredamento do historiador, ou se ela produzirá as falsas continuidades pelas quais White criticava a historiografia em *The Burden of History*, de 1966.

Além dos elementos externalizáveis e cristalizáveis típicos dos procedimentos científicos, as narrativas historiográficas sugerem estados emocionais não apenas de agentes do passado, mas também um conjunto de estados emocionais a se adotar em relação ao passado – pensemos em metáforas como “outono da idade média”, “Holocausto” ou “Renascimento”. A função mediadora do discurso (WHITE, 1978) aparece com toda sua força aqui: ele oscila entre os elementos extensivos, espaciais (tanto no nível dos eventos, que são purgados de certas propriedades para fins de verificação científica, quanto no nível da representação enquanto totalidade, que “cancela o tempo” ao refigurar estes eventos) e a multiplicidade interna, confusa, mais vaga, das emoções que comunica e mobiliza.

Como Bergson afirmou, sentimentos, sensações, ideias etc. são coisas que se penetram entre si “e que, cada uma por seu lado, ocupam a alma inteira”; mas “precisamente porque se penetram, só se contam com a condição de as representar por unidades homogêneas, ocupando lugares distintos no espaço, unidades que, por conseguinte, não se penetram.” (BERGSON, 1988, p. 66) Mas há também um movimento inverso: no caso

da historiografia, descrever um evento é invariavelmente dotá-lo de elementos “que se penetram” e “ocupam a alma inteira”, e, desse modo, não pode ser analisado como meramente uma “coisa extensa”. Verificá-lo de acordo com procedimentos científicos é torná-lo isolável, espacial, mensurável. O discurso histórico vai-e-vem de uma dimensão para outra, e, por isso, é melhor caracterizado como uma articulação entre dimensões científica e estética – ou, ainda, uma articulação *ela própria estética* de tais dimensões. Um segundo vai-e-vem se efetua nas constantes refigurações do todo da narrativa a cada vez que um discurso em seu interior é redescrito; e, vice-versa, quando uma certa descrição de evento é abduzida com vistas a se compatibilizar com um certo sentido da totalidade.

No mínimo por estes motivos, trata-se de um instrumento melhor utilizado para *movimentar* a atenção. O tempo é cancelado – mas logo se cancela o cancelamento, sem que se cancele a experiência de ter compreendido o passado por uma certa perspectiva.

Referências

ANKERSMIT, Frank. **Historical Representation**. Stanford: Stanford University Press, 2001.

ANKERSMIT, Frank. **Meaning, Truth, and Reference in Historical Representation**. Cornell: Cornell University Press, 2012.

ANKERSMIT, Frank. **Narrative Logic: A Semantic Analysis of the Historian's Language**. The Hague: Martinus Nijhoff, 1983.

BERGSON, Henri. **Ensaio Sobre os Dados Imediatos da Consciência**. Tradução de João Silva da Gama. Lisboa: Edições 70, 1988.

CARR, David. **Experience and History: Phenomenological investigations on the historical word**. New York: Oxford University Press, 2014.

CARR, David. **Phenomenology and the Problem of History: A Study of Husserl's Transcendental Philosophy**. Evanston: Northwestern University Press, 1980.

CARR, David. Response to Casey, Crowell and Kearney. **Human Studies**, v. 29, 2007.

CARR, David. **Time, Narrative, and History**. Bloomington: Indiana University Press, 1987.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**. Vol. 1. Petrópolis: Vozes, 1994.

COLLINGWOOD, R.G. **The Idea of History**. Oxford University Press: Oxford, 1993.

JAY, Martin. Of Plots, Witnesses, and Judgments. In: FRIEDLÄNDER, Saul (Org.). **Probing the Limits of Representation: Nazism and the "Final Solution"**. Cambridge and London: Harvard University Press, 1992, pp. 97-107.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto, PUC-Rio, 2006.

LEOPOLDO E SILVA, Franklin. **Bergson: Intuição e Discurso Filosófico**. São Paulo: Loyola, 1994.

MINK, Louis O. **Historical Understanding**. Ithaca: Cornell University Press, 1987.

MINK, Louis O. **Mind, History, and Dialectic: The Philosophy of R. G. Collingwood**. Bloomington, Indiana University Press, 1967.

PAUL, Herman. Na Ironic Battle Against Irony. In: KORHONEN, Kuisma (Org.). **Tropes for the Past: Hayden White and the History/ Literature Debate**. Amsterdam; New York: Rodopi, 2006, pp. 35-44.

PETERS, Rik. Calliope's Ascent: de fragmenting philosophy of history by rhetoric. **Rethinking History**, v. 20, n. 2, pp. 235-258, 2016.

RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa**, v. 1. Campinas: Papyrus, 1994.

WHITE, Hayden. **The Practical Past**. Evanston: Northwestern University Press, 2014.

WHITE, Hayden. **Tropics of Discourse: Essays in Cultural Criticism**. Baltimore; London: The Johns Hopkins University Press, 1978.

DO ESQUECIMENTO À AFIRMAÇÃO HISTÓRICA: A IMPORTÂNCIA DA HISTÓRIA ORAL NA ANÁLISE DAS MEMÓRIAS FEMININAS

*Mirela Marin Morgante*¹³⁷

*Gabriela Rodrigues de Lima*¹³⁸

A construção da memória coletiva sempre foi uma preocupação fundamental em diversas sociedades humanas ao longo da história. Le Goff (1994) estuda a memória em todos os períodos históricos, abrangendo seus diversos tipos e contextos sociais específicos. Primeiro, o autor analisa a memória étnica característica dos grupos sociais sem escrita, ou, por assim dizer, “selvagens”. Em seguida, estuda o processo de desenvolvimento da memória oral à memória escrita, qual seja, da Pré-História à Antiguidade. Acompanhando o desenrolar dos tempos históricos, o autor se detém ainda, no momento de equilíbrio entre a memória oral e escrita, localizada historicamente no período medieval. Por fim, pesquisa o progresso da memória escrita que se deu a partir do século XVI até fins do XX, para, então, se debruçar sobre os processos de construção de memórias atuais.

Apesar das distinções das funções e dos meios de visualização das memórias das sociedades sem escrita e com escrita, nos diversos períodos históricos estudados por Le Goff (1994), pode-se dizer que o denominador comum das memórias produzidas em cada um desses momentos e grupos sociais, seja através de monumentos e símbolos arquitetônicos ou da imprensa e dos livros, é que elas foram forjadas por meio de disputas de poder. Ou seja, em uma batalha cujo vencedor se consolidava como o grupo que detinha o privilégio de construir a memória da comunidade, por consequência, de condenar ao silêncio e ao esquecimento aqueles que não convinham.

Tal trabalho de memória sempre foi uma preocupação ímpar das sociedades humanas pois possibilitava a garantia da hegemonia sociopolítica dos grupos que estavam no poder. Como salienta Le Goff (1994, p. 368), o poder de construir a memória e condenar

¹³⁷ Doutoranda em História Social das Relações Políticas pela Universidade Federal do Espírito Santo. Bolsista FAPES

¹³⁸ Mestranda em História Social das Relações Políticas pela Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, Brasil. Bolsista CAPES.

ao esquecimento o que não convém, “[...] é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva”.

Isso posto, segundo Pollak (1989), em uma perspectiva construtivista, a memória deve ser pensada não como um fato social, enquanto coisa, mas considerando como as memórias se tornam coisas, com duração e estabilidade, solidificadas por meio de um trabalho de memória e de esquecimento. As memórias coletivas são frutos de disputas de poder, cujos vencedores foram os responsáveis por forjá-las, em um processo que carrega, necessariamente, silêncios e esquecimentos. Assim, via de regra, como foram os casos das memórias nacionais, as memórias passaram a ser aquelas construídas pelos vencedores da História.

Segundo Thompson (1992), foi justamente isso que Michellet percebeu quando começou a pesquisar sobre a História da Revolução Francesa, na medida em que visualizou que os documentos oficiais a respeito do assunto contavam apenas um lado da História. A partir disso, Michellet, um dos pioneiros à utilizar a História Oral como fonte e método de pesquisa histórica, passou a colher informações com testemunhos vivos para suas pesquisas, preferencialmente com pessoas das camadas desfavorecidas, que não tinham suas memórias reproduzidas em nenhum documento oficial (THOMPSON, 1992).

Contudo, nesse trabalho de construção da memória coletiva, é preciso que alguns aspectos sejam considerados, observando-se a metodologia adotada em conformidade com a proposta da pesquisa realizada. Como destaca Maurice Halbwachs (1990), um dos primeiros teóricos a se dedicar à memória coletiva como objeto de estudo, é preciso analisar o processo de negociação entre as memórias individuais e a memória coletiva. Halbwachs (1990) reconhece a necessidade de que os testemunhos individuais estejam de acordo com a memória do grupo e apresentem pontos suficientes de contato com ela e com os outros relatos para que se constitua base comum sobre a qual se constrói a memória coletiva. Isto é, a própria base de construção de uma memória coletiva já enquadra as memórias que farão parte ou não da memória oficial. Urge, assim, procurar entender os processos que constituem esta memória oficial, os atores que se colocam em cena, como agem e a solidificam.

Se pensarmos que a memória coletiva dos grupos funciona como uma referência geral, mesmo que as memórias individuais daqueles que o formam não se acomodem perfeitamente ao conteúdo dessa memória eleita como sendo da coletividade, trata-se de um fato social, e com força legitimada na duração, funcionando como uma instituição contínua e estável (POLLAK, 1989). Tal caráter deve despertar o interesse dos historiadores em buscar seus criadores e denominadores: os Estados, os meios sociais e políticos, as comunidades de experiências de geração ou de experiências históricas, que constroem seus arquivos de acordo com os usos que fazem de sua memória. Assim, considerando o cenário atual do campo de pesquisas sociais e históricas, os fenômenos ligados à memória constituem um objeto versátil, que se bem desenvolvido e empregado, funciona como uma ferramenta útil à compreensão das relações humanas motivadas pelo poder, pela dominação e pelas lutas de identificação de grupos específicos.

Conforme Le Goff (1994) as perspectivas históricas passam por uma mudança significativa, desencadeada pela pressão de uma história imediata em que se fazem presentes cada vez mais memórias coletivas, que reivindicam espaço e reconhecimento. Em sintonia com a perspectiva do olhar histórico, e buscando dar voz às versões construídas a partir de vivências diversas, o mais adequado, então, é renunciar a concepção linear do tempo, passando a aproveitar os diversos tempos vividos nos níveis individuais, em uma busca constante de esclarecimento acerca das relações necessárias com o coletivo e o social, qual seja, as raízes que não se pode perder de vista. O esforço pela democratização da memória social passa a ser então parte da objetividade científica daqueles que trabalham com memória.

É necessário, ainda segundo Le Goff (1996), ir até o vasto complexo de conhecimentos não oficiais, não institucionalizados e ainda não cristalizados em tradições formais, mas que representam a consciência coletiva de grupos inteiros ou de indivíduos em forma de recordações das experiências vividas, se contrapondo a um conhecimento privatizado e monopolizado por grupos que fazem seu uso em defesa de interesses específicos, cujas versões são cristalizadas em detrimento das demais. Neste ponto, no atual momento histórico a expressão cunhada por Pollak (1989) “memórias subterrâneas” se anunciam com maior evidência do que no passado, reclamando serem reconhecidas.

A contribuição dos estudos sobre Memória e a História Oral se revelam no trabalho com “memórias subterrâneas”. Todas aquelas experiências que envolvem algum desacordo com os padrões rotineiramente reafirmados pela sociedade, tendem a se recolher nos relatos de memória. São as vivências cujos relatos podem ser polêmicos, despertarem desconfortos, críticas ou juízos morais, que não deixam de fazer parte da realidade. Desta forma, mesmo quando não dão acesso à sua escuta, essas lembranças formam memórias coletivas subterrâneas da sociedade civil, dominadas em grupos específicos e, de forma mais geral, não quistas nas memórias que conscientemente são ordenadas (POLLAK, 1989).

Assim, contar a versão dos “esquecidos da história”, essa passou a ser uma característica da maioria dos trabalhos em História Oral. Trazer à luz versões que dificilmente a memória oficial o faria. Construir a história daqueles que não puderam produzir suas próprias narrativas sobre o passado, esta é uma característica de pesquisas cujos objetos de estudo foram amiúde negligenciados pela historiografia tradicional, uma das grandes guardiãs das memórias coletivas. Mulheres violentadas, prostitutas, indígenas, militantes políticas e estudantis, jamais preocupou-se em cravar em pedras suas histórias, seus medos, dificuldades, disputas de poder, vitórias, resistências, enfim, suas memórias subterrâneas. Os documentos oficiais não trazem essas memórias e os meios de comunicação mantiveram-se pouco interessados em construir uma versão dos fatos de quem realmente os vivenciou.

A História Oral e a História do Tempo Presente: conexões frutíferas

Como então contar a história dos vencidos? Dos desprovidos, explorados, ameaçados, violentados? A História Oral apresenta-se como um recurso bastante eficaz e valoroso para trabalhar com esses grupos e suas questões específicas. A alternativa da fonte oral e das formas de tratamento e análise desenvolvidas pela História Oral, possibilitam, assim, estudar de maneira ampla, subjetiva e profunda, questões relacionadas às perspectivas dos estudos de gênero, como a violência contra a mulher, a prostituição e a participação feminina na política.

É importante salientar, primeiramente, que na própria trajetória do campo de estudo da

História Oral, a problemática de quem deve ser o sujeito e objeto da história apresentou-se desde sua emergência, tendo em vista a segregação deste campo em duas correntes fundamentais: a dos pesquisadores orais ligados às Ciências Políticas e aqueles ligados à Antropologia (JOUTARD, 2002). Os primeiros se voltavam aos notáveis e às elites, enquanto os segundos se interessavam mais especificamente pelas chamadas “populações sem História”.

A primeira geração de historiadores orais data da década de 1950 nos Estados Unidos e é ligada à Ciência Política. Seu objetivo era produzir material que servisse de instrumento a biógrafos que futuramente se dedicassem a contar a história de determinados atores sociais, baseando um trabalho historiográfico que se dedicava aos notáveis. A segunda geração surgiu na década de 1960 com antropólogos e sociólogos ligados a partidos de esquerda que utilizavam a pesquisa oral para reconstruir traços culturais populares na Itália. Os anos de 1990 marcam o início da terceira geração de História Oral, cujos representantes foram intelectuais nascidos na década de 1960 e que viveram em um mundo ambientado pelo som e pela oralidade. Uma geração influenciada pelos movimentos críticos pós-modernistas, traduzidos pela valorização da subjetividade, o que afinal é consequência e objetivo da História Oral, que tem uma relação mais forte com a atualidade do que a historiografia tradicional (JOUTARD, 2002). O relato oral se apresenta como fonte e base de um método historiográfico de extrema valia para a História do Tempo Presente, possibilitando adentrar nos cotidianos e nas subjetividades dos objetos e sujeitos da História.

Nas práticas de pesquisa com base em fonte oral, a dualidade das correntes se manifesta mesmo na forma com que os pesquisadores se servem das entrevistas. A História Oral Política tem a entrevista como complemento a documentos escritos que se refiram aos “atores principais”, enquanto a História Oral Antropológica se interessa por temas presentes nas diversas experiências nacionais, utilizando o relato oral não como “complemento”, mas como objeto principal de análise. Nesta ambivalência, fica evidente a relação entre a valorização de uma memória que mereça ou não ser parte da História oficial. Todavia, a corrente da História Oral ligada à Antropologia acabou por influenciar a História Política, fazendo com que esta não se restringisse a interrogar somente os atores principais, mas se interessasse também pelos testemunhos dos atores marginalizados, deixando de ser uma história exclusiva das elites (CARDOSO, 2012).

Nesse sentido, a memória como objeto da História, apreendida por meio da fonte oral, possibilita relacionar a atuação das forças simbólicas na compreensão que os indivíduos tem do mundo que os cerca, demonstrando ser um caminho frutífero àqueles que buscam compreender as relações entre as perspectivas subjetivas e o meio social, cultural e político. Em termos de Ciência Política, pode-se dizer que o comportamento político é fortemente marcado pelo processo de socialização (BERSTEIN, 1998), e nesta dinâmica, atuam com peso as questões ligadas à autodeterminação dos diversos grupos sociais, como afirma Elizabeth Xavier Ferreira (1996). Nenhuma hierarquia pode conferir preferência por relatos de grupos mais ou menos privilegiados socialmente, tendo em vista que os comportamentos políticos encontrados em uma coletividade revelam traços diferentes em grupos culturalmente próximos, e semelhanças entre coletividades muito distantes, mesmo que analisado à primeira vista (BERSTEIN, 1996).

Deste ponto de vista, os relatos de grupos, de indivíduos desviantes ou que simplesmente não foram eleitos para fazer parte do registro de uma história oficial, como é o caso das mulheres, são tão ricos como objeto de estudo quanto aqueles relatos de figuras ou grupos com assento garantido no registro formal da história. O que se quer dos relatos é o contato que eles permitem que tenhamos com as várias percepções sociais que os indivíduos tem dos fatos e da vida que os cerca. Daí que, uma das riquezas possibilitadas por um estudo ligado à História Oral Antropológica, é perceber com amplitude as formas pelas quais se desenvolvem as noções de política, ou outras questões mais pontuais, revelando as percepções dos sujeitos. Desta forma, não nos desfazemos do peso da subjetividade nos comportamentos e percebemos de forma ainda mais concreta o peso das próprias referências históricas na formação das subjetividades (LOZANO, 2006).

Desenvolvendo um estudo que privilegia os “esquecidos da história” e suas “memórias subterrâneas”, a terceira geração de pesquisadores orais evidenciou-se de grande valia para a construção e análise de uma História do Tempo Presente. Enquanto uma ferramenta metodológica que pressupõe o uso da fonte oral, a História Oral é extremamente útil para reconstruir o cotidiano dificilmente registrado em outros tipos de fontes históricas. Para Verena Alberti (2004), o cotidiano é um dos campos de estudo em que a História Oral pode ser bastante funcional, por meio de descrições minuciosas de rotinas que o entrevistado pode fornecer, não sem nostalgia, pesar ou alívio. Além

disso, segundo a autora, "[...] a história oral tem o grande mérito de permitir que os fenômenos subjetivos se tornem inteligíveis" (ALBERTI, 2004, p. 9).

Conforme Paul Thompson (1988), a História Oral permite devolver ao seu lugar primordial aqueles que viveram e fizeram a história, utilizando-se de suas palavras relatadas para a compreensão histórica. É um olhar interno do objeto de estudo, que se torna, assim, sujeito de sua própria história. Como o autor salienta, "a evidência oral, transformando os 'objetos' de estudo em 'sujeitos', contribui para uma história que não só é mais rica, mais viva e mais comovente, mas também *mais verdadeira*" (THOMPSON, 1988, p. 137). Ao invés de tratar de grupos populares como meras estatísticas, que quantificam salários, preços, desemprego, entre outros, sem dar voz e nem adentrar no universo simbólico e imagético dessas pessoas comuns, a História Oral propõe uma interpretação qualitativa, voltada para "[...] o âmbito *subjetivo* da experiência humana" (LOZANO, 2006: 16).

Para Jorge Eduardo Aceves Lozano (2006), a História Oral não é somente um conjunto de técnicas, procedimentos e roteiros precisos em torno de entrevistas gravadas, tampouco visa construir arquivos orais a serem posteriormente analisados. "[...] É antes um espaço de contato e influência interdisciplinares; sociais, em escalas e níveis locais e regionais; com ênfase nos fenômenos e eventos que permitam, através da oralidade, oferecer interpretações *qualitativas* de processos histórico-sociais" (LOZANO, 2006: 16). Interpretações estas, cujo olhar volta-se para a visão dos atores sociais, lugar privilegiado dos "esquecidos da história".

Enquanto um "arquivo provocado", constituído de recordações e memórias, é evidente que o relato oral carrega inconvenientes, como o resgate de lembranças equivocadas ou modificadas, tanto em função da revisão que a experiência posterior produz, tendo em vista o tempo presente em que a entrevista é realizada, como para justificar atitudes posteriores e "coincidir" com o que se pensa no momento atual (BECKER, 2006). Pode ocorrer também uma vontade consciente ou não de mentir, de falsificar o passado ou de demonstrar ao entrevistador uma visão mais positiva do que realmente se passou.

De qualquer forma, a História Oral, assim como outros métodos históricos, deve proceder ao exame histórico rigoroso, por meio de procedimentos heurísticos próprios de uma fonte oral. Nesse sentido, é imprescindível o rigor com as críticas interna e

externa da fonte oral, da mesma maneira que das fontes documentais complementares (LOZANO, 2006). Estas, aliás, são importantes na busca da consistência interna do relato, possibilitando confirmar ou não determinadas afirmações e conclusões (THOMPSON, 1988). Para Paul Thompson (1988), é preciso estar atento às questões que não são ditas em um relato oral, aos significados dos silêncios, das hesitações, às sutilezas da memória e da comunicação, nas quais a psicanálise pode prestar um auxílio vantajoso.

Mas é preciso atentar-se para as modalidades de entrevista e análise das correntes que utilizam a História Oral como método de conhecimento histórico, são três principais: a história de vida, a história temática e a tradição oral (MEIHY; HOLANDA, 2007). A primeira atenta-se para o aspecto subjetivo, para as versões individuais dos fatos da vida. São narrativas de memória sujeitas às contradições, imprecisões e ajustes característicos da fala e da lembrança, de maneira que as narrativas "[...] apenas se inspiram em fatos, mas vão além, admitindo fantasias, delírios, silêncios, omissões, distorções" (MEIHY; HOLANDA, 2007, p. 34). A segunda centra a entrevista no foco de estudo, é mais objetiva, limitando devaneios e variações. Trabalha com um questionário pronto, enquanto a história de vida procede com "entrevistas livres". Por fim, a tradição oral não trabalha propriamente com entrevistas, é parecida com a etnografia, procede às vivências no grupo focal registrando seus comportamentos. Costuma analisar mais o coletivo do que o individual, focando nos rituais de passagem, festividades, cerimônias cíclicas, calendários, entre outros (MEIHY; HOLANDA, 2007).

Não obstante, para Pierre Bourdieu (2006, p. 184), a história de vida vista pelo senso comum remete a um ideal de ordem cronológica, de linearidade, como se a vida fosse "[...] um conjunto coerente e orientado, que pode e deve ser apreendido como expressão unitária de uma 'intenção' subjetiva e objetiva, de um projeto [...]". O autor considera absurdo analisar uma vida como uma série única e coerente, de eventos que se sucedem linearmente, cujo vínculo exclusivo é um "sujeito", ou melhor, seu nome próprio. Propõe, então, a noção de *trajetória* "[...] como uma série de *posições* sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo) num espaço que é ele próprio um devir, estando sujeito a incessantes transformações" (BOURDIEU, 2006). Bourdieu (2006) acredita que com o conceito de *habitus* é possível encontrar a unificação das práticas e das representações, situados historicamente.

Nessa perspectiva, Roger Chartier (2006) considera que um historiador do tempo presente, comprometido com a verdade histórica, trata das escolhas, dos compromissos e das decisões dos sujeitos como situadas nas condições e nos determinantes que os tornaram possíveis de realizar e mesmo de cogitar. Ou seja, é imperativo analisar historicamente as subjetividades dos atores sociais, como também as próprias circunstâncias passadas, os *habitus*, as transformações dos lugares, dos sujeitos e do imaginário coletivo, considerando a noção de *trajetória* de vida, proposta por Pierre Bourdieu (2006). Com isso, é possível alcançar as dimensões mais profundas da análise histórica, abrangendo as subjetividades dos sujeitos sociais em consonância com os fatores de ordem externa, isto é, o período histórico, as relações de gênero característica daquela sociedade, além do pertencimento ou não de uma dada classe social, etnia ou grupo identitário de outra magnitude.

Considerações finais

Este artigo é fruto das várias questões e de algumas possíveis respostas trabalhadas no sentido de pensar os problemas sociais e mais especificamente as questões de gênero, abordando as construções das memórias baseadas nos relatos de testemunhos vivos, com suas formas próprias de viver e se posicionar em seu meio e formular sua leitura da realidade social. Considerando a relação estreita entre o olhar do historiador e o contexto de seu tempo, hoje as nossas pesquisas são parte de uma História que é considerada tanto um depósito de documentos, quanto a ciência apropriada para geri-los, e além disso acumula a função de dar base às várias memórias que reclamam sua entrada em cena. Ou seja, a História apresenta-se ciência, fonte e apelo público. A memória coletiva, por sua vez, é uma das grandes questões das sociedades em vias de desenvolvimento, alvo de grupos em posição de dominantes ou de dominados, que lutam pelo poder, pela vida, pela sobrevivência e pela promoção (LE GOFF, 1996).

No tempo presente, como no passado, vivemos em meio à disputas de poder, através das quais buscamos reafirmar a necessidade do estudo das “memórias subterrâneas”, ancoradas na terceira geração da História Oral. Temos a possibilidade de compreender como os sujeitos de grupos “minoritários” viveram e formularam posteriormente sua experiência, para, assim registrarmos as suas memórias. É fundamental no mundo

contemporâneo estudar essas memórias, ou melhor, compreender por meio delas a sociedade daquele tempo, estabelecendo uma relação com o presente, que é uma compreensão intrínseca ao trabalho do historiador.

Particularmente, é urgente realizar análises voltadas para a História das relações de gênero, como é caso daquelas efetuadas pelos historiadores orais que se voltam à essas questões, incorporando os elementos subjetivos das vivências das mulheres na disputa pelo espaço público e pela equalização das condições, algo que ultrapassa a esfera formal. A igualdade de direitos, que se verifica na letra da lei, não condiz com as situações concretas e cotidianas, estas muito mais diagnósticas da condição da mulher e de outros grupos minoritários, e que são percebidos com maior intensidade a partir do contato com as narrativas que esses sujeitos elaboram.

Assim, encontramos na metodologia, na trajetória e nos debates próprios da História Oral, as orientações necessárias para o desempenho de um trabalho com foco nas memórias dos “esquecidos da história”, com o objetivo de estabelecer possíveis pontes entre a atividade científica da pesquisa e as necessidades práticas dos grupos a que ela se refere, particularmente, às necessidades de se pensar a História das Mulheres.

Referências Bibliográficas

ALBERTI, Verena. *Ouvir contar: textos em história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

BECKER, Jean-Jacques. O handicap a posteriori. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (Org.). *Para uma história cultural*. Trad. Ana Moura. Lisboa: Estampa, 1998, p. 349-363

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

CARDOSO, Ciro Flamarion. História e poder: uma nova história política? In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro:

Elsevier, 2012, p. 37-54.

FERREIRA, Elizabeth Fernandes Xavier. **Mulheres, militância e memória:** histórias de vida e sobrevivência. Rio de Janeiro, FGV, 1996.

CHARTIER, Roger. A visão do historiador modernista. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (Orgs.). *Usos & abusos da história oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 15-19.

JOUTARD, Philippe. História oral: balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (Orgs.). *Usos & abusos da história oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 43-62.

LE GOFF, Jacques; BORGES, Suzana Ferreira.; FERREIRA, Irene.; LEITÃO, Bernardo. **História e memória**. 3. ed. - Campinas: Editora da Unicamp, 1994.

LOZANO, Jorge Eduardo Aceves. Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

MEIHY, José C. S. B.; HOLANDA, Fabíola. **História oral:** como fazer, como pensar. São Paulo: Contexto, 2007.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista de Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, 2008.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado:** história oral. Trad. Lólio L. Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

ASPECTOS NATURAIS DO MUNDO SENSÍVEL: A RELIGIÃO GREGA ARCAICA E O CULTO À POSSÊIDON NAS OBRAS HOMÉRICAS

*Martinho Guilherme Fonseca Soares*¹³⁹

Numa ordem cronológica dos textos homéricos, *A Ilíada* teria sido o primeiro poema escrito (ca. 750 a.C), tendo a *Odisseia* tomado forma por volta de 700 a.C. Vale dizer que, como todos os períodos a que nos referimos, estão situados antes de Cristo, não faremos menção a essa condição. Tomadas como documento histórico, as epopeias nos permitem conhecer diversos componentes econômicos, políticos e culturais das sociedades gregas do Período Arcaico, dentre eles, a religião, que ocupou lugar de destaque nas narrativas, e é sobre alguns de seus aspectos que iremos falar.

Uma vez que as narrativas contidas em fontes, tradicionalmente vistas como literárias, a exemplo de *A Ilíada* e a *Odisseia* transmitem visões de mundo do homem grego, verificamos uma relação profícua entre História e Literatura, que nos permite pensar o lugar das práticas sociais que, no caso grego, estão intimamente relacionadas ao sagrado, criando naquele contexto, uma sociedade particular, “os gregos de Homero”, como foram citados por Walter Otto. A partir das visões de mundo do poeta, por extensão, analisamos como o grego antigo se relacionava com o espaço natural que o cercava e, necessariamente, com o sagrado que se manifestava em lugares como a montanha, os rios e o mar. Trabalhamos com a ideia de que uma posição privilegiada foi dada ao mar nas duas obras onde, para caracterizá-lo, o autor recorre a epítetos que pouco variam em sua forma e que indicam as sensações despertadas pelo espaço marinho na vida social e religiosa das sociedades gregas que, desde a muito, encontraram nele seu meio de subsistência. Essa afirmativa exige que lancemos nota de uma informação: no contexto do século VIII a.C., os gregos abriram-se para as navegações no Mediterrâneo, num movimento que resultou na fundação de suas *apoikiai*.

Ao explorarem o mar, àqueles homens, transformados em navegantes, se depararam com tempestades invernais e tremores de terra que assolavam periodicamente toda a

¹³⁹ Graduado em História pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), membro do Laboratório de Estudos Sobre o Império Romano, Seção Espírito Santo (Leir/ES).

bacia mediterrânea, fenômenos que em razão de sua magnitude, eram vistos como sinal de intervenção divina de Possêidon, deus dos domínios marinhos. O mar tornou-se uma paisagem do medo, perspectiva trazida por Tuan (2005, p. 10), onde o medo “[...] é um sentimento complexo, no qual se distinguem dois componentes: sinal de alarme e ansiedade”.

São nas entrelinhas do poema que percebemos os homens, os animais, o céu, o mar e a terra, mas também o ser e agir das potestades no dia a dia. Essas “impressões do mundo grego” se processam na medida em que o poeta assume uma disposição própria para olhar o mundo que o cerca, “[...] trata-se de um olhar que não evita o detalhe, o insignificante, o banal, e que, ao mesmo tempo, não pode deixar de se deter no excessivo, no transcendente, no extraordinário” (SKLIAR, 2014, p. 43).

O mundo dos deuses e o mundo dos homens são, em essência, um só. Nesse último, prevalecem relações que reforçam a necessidade da crença no divino e do rito por excelência em todas as atividades necessárias à subsistência dos homens. Ao ler Homero, nos damos conta da existência de uma devoção, uma relação de subserviência dos mortais diante dos imortais. Com efeito, no comércio e nas trocas, tão essenciais aos gregos, “[...] os homens dependem principalmente da boa vontade dos deuses, cujas boas graças tentam obter ou procuram apaziguar por meio de sacrifícios” (LEFÈVRE, 2013, p. 96). Assim posto, os deuses em tudo estão presentes e, como consequência, tornam toda paisagem sagrada e, a saber, digna de devoção.

O mar como componente dessa percepção do mundo sensível, aparece nas narrativas por meio de epítetos variados e em diferentes situações. Destacamos alguns deles: mar de políssonas praias; mar de políssonas ondas; mar salino-cinza; mar profundossoante; oceano cor-de-vinho afutos; mar cor de vinho; mar vinho-escuro; mar picoso; mar polissono; mares enevoados; mar undoso-fluente; mar salino-santo; mar salino-sacro. As formas apresentadas pelo poeta pouco variam e sua estrutura gramatical. Analisadas no conjunto da obra tendem a indicar as sensações despertadas pelas paisagens marinhas. As designações acima são inúmeras vezes empregadas, fazendo com que tais repetições fossem encaradas, por Parry (1980, p.14), como sinal de que o poeta lançou mão, quando da composição, de um formulário básico, uma fórmula “[...] expressão que é

regularmente empregada nas mesmas condições métricas, para exprimir uma certa ideia essencial”.

As formas empregadas são, a princípio, o modo como os gregos experienciavam o mar na condição de lugar de residência/manifestação do sagrado, evidenciado pelas expressões “mar salino-santo” e “mar salino-sacro”. Os termos designam experiências na medida em que “[...] a interpretação simbólica e a atribuição do sagrado aos lugares e às paisagens são duas maneiras características e estreitamente relacionadas de responder ao mundo” (TUAN, 2012, p. 199). Os epítetos são símbolos e, “[...] um símbolo é um repositório de significados. Estes emergem das experiências mais profundas que se acumulam através do tempo. As experiências profundas têm, muitas vezes, um caráter sagrado, extraterreno, mesmo quando elas se originam na biologia humana” (TUAN, 2012, p. 203).

As potestades gregas possuíam atributos por meios dos quais interferiam na vida dos homens. De fato, “o mundo de Homero ordenava-se por uma distribuição dos domínios e funções entre grandes deuses: a Zeus cabe a luz brilhante do céu (*aither*); e a Hades, a sombra brumosa (*aer*); a Posidão, o elemento líquido” (VERNANT, 2014, p. 113). Na *Ilíada* e na *Odisseia* ao aparecerem, os deuses estão, via de regra, associados a determinados lugares que segundo Mircea Eliade (2001, p. 18), podem revelar a existência desses espaços que assumem a condição de hierofania, de manifestação do sagrado. Assim “[...] para aqueles que têm uma experiência religiosa, toda Natureza é suscetível de revelar-se como sacralidade cósmica”. É esse o caso grego, em que os deuses recorrem a um conjunto de práticas e sinais que indicam sua manifestação em determinados lugares e paisagens. Atenção especial parece ser dada pelo poeta a Possêidon, contudo há que se considerar que “o mundo homérico conhece um grande número de figuras divinas, mas a importância delas é muito variada. Poucas são as que se imaginam presentes nos sucessos decisivos da vida e recebem culto” (OTTO, 2005, p. 121). Possêidon, certamente, figurou entre essas divindades, haja vista evidências de seu culto encontradas por toda a Grécia Continental e também pela Magna Grécia.

O deus teve um passado associado aos cavalos, razão pela qual tem referência à existência de um “Possêidon equino” que, nos tempos de Homero, passa a ser cultuado como um deus do mar, mas sua ligação com cavalos, “[...] também está ligada à água.

Existe a nascente do cavalo, *Híppou Créne*, aberta pelo casco do primeiro cavalo” (BURKERT, 1993, p. 277). A relação do deus com a terra também é enfatizada, pois um substantivo composto, afirma Burkert, apresenta “o vocativo - *potei* - senhor, porém a segunda componente - *da* - permanece desoladoramente ambígua” (BURKERT, 1993, p. 273). Já para Otto, não há dúvida que o segundo componente do nome do deus está relacionado com a terra, fato que, para ele, confirma-se a partir da identificação dada por Homero ao deus como “o treme terra”. Assim, ao sacudir as montanhas, “[...] Possêidon não apenas a fende como faz surgirem dela águas salobras e doces, e por isso é o deus das fontes e rios. Mas sua majestade se manifesta plenamente no mar, cuja agitação semelha o terremoto” (OTTO, 2005, p. 23).

O homem grego é profundamente religioso, de maneira que a paisagem o permite identificar-se como pertencente a um mundo posto sob a proteção dos deuses, ou seja, marcado pelo sagrado. Sob essa ótica, e na perspectiva de Alfonso Maria Di Nola, entende-se que “um lugar é santo, separado, *agnos*, quando é habitado ou tocado por uma forma sobrenatural que determina um sentimento de medo-respeito” (DI NOLA, 1987, p. 123).

Nesse contexto, a proximidade com o mar (grego), conforme eles mesmos designavam o Mediterrâneo, propiciou o estabelecimento de relações de troca e comércio que naturalmente envolveram a navegação. A Grécia Arcaica abrigou entre os séculos VIII e VI a.C., um processo de colonização do território que viria a se tornar a Magna Grécia. Tal processo teve desde sempre o mar como referência, seja devido o fornecimento de víveres, ou como via de navegação para os gregos imigrantes, que buscavam se apoderar de novas terras e fortalecer os laços comerciais.

Na *Ilíada*, o mar, via fluvial para novas terras, é retratado como imponente e revoltoso, o que exigia daqueles que nele se aventuravam uma invocação a Possêidon para que trouxesse bons ventos e conduzisse bem a ida e o retorno. Esse atributo do deus pode ser observado no Canto VII de *A Ilíada*, no que os troianos são favorecidos no combate: “[...] assim como um deus aos navegantes ansiosos favorece com um vento amigo, quando já esmoreceu de sulcar o oceano movendo a pulso os remos lisos, aos ansiosos Tróicos os dois irmãos apareceram” (*Il.*, VII, v. 4-8). Para além de uma fonte de alimentos, o mar é também uma superfície de deslocamento e assim “o navio, a rota

marinha, o porto há muito equipado, a cidade comercial, são instrumentos a serviço das cidades importantes, dos Estados e das economias mediterrânicas, os instrumentos de seus intercâmbios e, conseqüentemente, de sua riqueza” (BRAUDEL, 1988, p. 36). Trata-se do desenvolvimento de uma Talassocracia,¹⁴⁰ que implicou num verdadeiro “culto ao mar”, já que as condições climáticas da Grécia ofereciam “uma bela temporada de navegação, de abril/maio até setembro/outubro” (LEFÈVRE, 2013, p. 37). Este culto, segundo Rodríguez López, se dava em circunstâncias que transcrevemos abaixo:

Prece e sacrifício foram os dois atos essenciais da conduta religiosa grega. Homens que adoravam Poseidon, como seu protetor, elevavam a ele suas preces antes de empreenderem uma viagem, em termos simples e sinceros, como evidenciado pelas inscrições que chegaram a nós como "dá-nos uma viagem segura." Sacrifícios também eram oferecidos em sua honra cada vez que se chegava de uma viagem perigosa (RODRÍGUEZ LÓPEZ, 2002, p. 36).

A força dada a Possêidon nos versos da epopeia demonstra que as manifestações da natureza estavam intimamente relacionadas à sua vontade. Cercados pelo mar, tudo estava sob sua constante influência, de forma que catástrofes naturais também eram atribuídas ao deus marítimo. Sob esse olhar, Burkert explica o trecho da *Odisséia* em que a força do deus fica transparecida:

O mito descreve como Possêidon quebra as montanhas e lança-as ao mar com seu tridente. Assim, Ajax, o lócrida, que queria desafiar os deuses, é lançado para as profundezas juntamente com o rochedo onde se refugiava. Assim também, a ilha de Nisiro é arremessada sobre o gigante Polibotes. Dizia-se que tinha sido o seu tridente que tinha aberto o vale do Tempe, entre o Olimpo e Ossa, para que o lago que cobria a Tessália pudesse escorrer para o mar (BURKERT, 1993, p. 275).

O surpreendente torna-se, assim, manifestação do sobrenatural. Disso decorre, por exemplo, a necessidade de adorar aos deuses para aplacar sua ira, ocasionando o surgimento de templos por toda a Grécia, dentre os quais, “[...] muito importante é o templo de Poseidon localizado no promontório do Cabo Súnion, na ponta sul da Ática, onde o mar é muitas vezes abalado pelas tempestades, através das quais o deus mostrava seu poder” (RODRÍGUEZ LÓPEZ, 2002, p. 40). Segundo Burkert, “[...] todos os barcos que se dirigiam para Atenas eram saudados ao longe pelo templo luminoso em honra de Possêidon, situado no cabo Súnion” (BURKERT, 1993, p. 274).

Tais condições tornaram possível a incorporação da pesca e das trocas no dia a dia das sociedades que habitavam a costa do Mediterrâneo, fazendo com que o deus do mar

¹⁴⁰ Designa as sociedades cuja base econômica está centrada nos domínios marítimos.

fosse considerado “[...] sobretudo, senhor e ajudante dos pescadores. Por isso, os pintores retratam-no com um peixe nas mãos, frequentemente com um delfim (BURKERT, 1993, p. 274). Importante considerar que especialistas têm se dedicado ao estudo do mar como entidade separada das demais paisagens. É o que propõe Ina Berg (2007), arqueóloga da Universidade de Manchester, ao empregar o termo *seascapes*, para designar as paisagens marinhas, entendidas como o meio natural/geográfico somado às sensações despertadas em cada indivíduo ao relacionar-se com o espaço marítimo. Essa é a relação que observamos em *A Ilíada* e *Odisseia* e que Yi-Fu Tuan classifica como “topofilia”, termo que designa “[...] todos os laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente natural [...]” (TUAN, 2012, p. 135). Trata-se portanto, do sentimento associado ao lugar. Esse sentimento permeou o cotidiano dos marinheiros gregos que bem conheciam o Mediterrâneo e sabiam que ele era essencialmente, um mar de tempestades. Calmo no verão e revolto durante o inverno.

Para Otto (2005, p. 23) “[...] Possêidon foi outrora um deus preeminente, de um domínio quase universal [...]”, condição que o torna temido e, ao mesmo tempo, digno de devoção em toda a Grécia. Outro aspecto pode explicar a relação de medo/proteção dos gregos para com o mar. Ele era também lugar propício à pirataria, “que prospera nesse dédalo insular rico em angras e outros portos naturais que facilitam a navegação para todos mas constituem esconderijos para emboscadas e bases de largada para razias (LEFÈVRE, 2013, p. 46). O mar descrito por Homero, na condição de paisagem do medo, aterrorizava não só por suas tempestades, mas também, por ser gigantesco e fascinante. Quando se estava numa pequena embarcação indo de um lado para o outro a depender dos ventos, as distâncias eram maiores e maiores, também, as incertezas. Essa é a perspectiva de Braudel, segundo a qual “falar do Mediterrâneo na história, é portanto — primeiro cuidado e preocupação constante — atribuir-lhe suas dimensões verdadeiras, imaginá-lo numa vestimenta desmesurada. Ele sozinho era, outrora, um universo, um planeta” (BRAUDEL, 1988, p. 31).

Os epítetos que destacamos anteriormente, “mar cor de vinho” e “mar cinza”, podem, no ambiente grego, representar uma relação que, para Tuan, significa que “a atitude em relação ao mar era ambivalente. O mar tinha beleza e utilidade, mas era também uma força escura e assustadora [...] quando calmo, aparecia com a beleza de um “vinho escuro”, quando bravo, engolia navios e marinheiros” (TUAN, 2012, p. 171). O “mar cor

de cinza,” bravio, ao qual Homero se refere em seus poemas, é resultado dos fenômenos meteorológicos característicos da bacia do Mediterrâneo, que a partir de outubro vê suas depressões oceânicas carregadas de umidade:

Os ventos de todas as direções avançam sobre elas e empurram-nas, rechaçam-nas em direção ao Oriente. O mar escurece, assume as tonalidades cinzas do Báltico, ou então, enterrado sob uma poeira de espuma branca, parece cobrir-se de neve. E desencadeiam-se as tempestades, as terríveis tempestades. Ventos devastadores: o mistral, o borah, atormentam o mar e, em terra, é preciso abrigar-se contra seu furor e sua violência (BRAUDEL, 1988, p. 13).

A tempestade e o furor das águas que a acompanham são portadoras da seguinte característica: “[...] tudo o que é grande é perigoso pode causar dano ao homem que não está sob sua proteção. Nos domínios dos deuses mora o perigo. Muitas vezes eles irrompem como uma tempestade na bem ordenada vida dos homens” (OTTO, 2005, p. 220). Tais tempestades, classificadas por muitos autores como sendo devastadoras e, por sua vez, presentes no cotidiano das populações instaladas em torno do Mediterrâneo, fazem com que seu temor se estenda pelos séculos, de modo que Burkert as considerem “uma epifania do deus que no ano de 480 a.C, “[...] se levantou subitamente do Norte e se abateu sobre a frota persa na Tessália, os gregos fizeram votos a Possêidon, derramaram líquidos no mar e iniciaram um novo culto de Possêidon, o salvador, *sóter* [...]” (BURKERT, 1993, p. 274). Nesse sentido, “[...] o mar assusta, porque representa perigo, surpresa, riscos bruscos, mesmo nos caminhos familiares. As cerimônias religiosas que se mantiveram até nossos dias em tantos portos do Mediterrâneo são ritos mágicos incessantemente repetidos contra os caprichos das tormentas e tempestades” (BRAUDEL, 1988, p. 37).

O poder da tempestade de inverno transparece nos versos da epopeia quando, no Canto III, os exércitos de Páris e Menelau se põem frente a frente e assim constituem uma metáfora segundo a qual:

Dispostas as fileiras, sob a hegemonia do capitães de cada parte, já os Troianos investem, estridente alarido de pássaros; assim gritam os grous, sob o céu, à espantosa tempestade invernal fugindo sobre o Oceano irruente a morte e a Moira levando aos Pigmeus, pois do alto do ar lhes movem guerra lutulenta (*Il.*, III, v. 1-7).

Associado à “cor de vinho”, o mar desperta também ambições, glória. Em meio à batalha, Heitor¹⁴¹ propõe aos aqueus um duelo entre ele e o melhor dos guerreiros gregos e

¹⁴¹ Príncipes de Troia e, dentre os troianos, o melhor dos guerreiros.

projeta sua vitória: “um dia, no futuro, em suas naus polirreme sulcando as ondas do mar cor-de-vinho, um navegante dirá: vejam, é a tumba de um herói de antanho, matou o Héctor fulgurante. Dirá. E minha glória viverá perene” (*Il.*, VII, v. 86-91).

Destacamos que, num contexto de interação dos gregos com o sagrado, Homero nos permite, por meio da poesia, pensar o lugar das práticas religiosas na organização do mundo. Ao considerarmos que “o espaço é um elemento da cognição humana e expressa princípios de ordem e classificação segundo as necessidades das ações sociais” (NAVARRO, 2007, p. 15), poesia, natureza, economia e cosmos são no mundo de Homero, uma só coisa. Assim, o espaço marinho representou para as sociedades gregas arcaicas uma paisagem capaz de unir tais elementos na medida em que, através das manifestações de Possêidon que nele ocorreram, os demais aspectos da vida social se configuraram, ora remetendo à força e ira do deus, ora às bem-aventuranças que também o acompanhavam.

Referências

Documentação textual

HOMERO. *Ilíada*. Tradução de Haroldo de Campos. São Paulo: Benvirá, 2010. v. I e II.

HOMERO. *Odisseia*. Tradução de Trajano Vieira. São Paulo: 34, 2011.

Obras de apoio

BERG, I. Aegean Bronze Age seascapes: a case study in maritime movement, contact and interaction. in: ANTONIADOU, Sophia; PACE, Anthony. (Eds.) *Mediterranean Crossroads*. Atenas Pierides Foundation, 2007.

BRAUDEL, F. *O espaço e a história no Mediterrâneo*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

BURKERT, W. *Religião grega na época clássica e arcaica*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.

ELIADE, M. *O sagrado e o profano: a essência das religiões*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FLORENZANO, M. B. B; HIRATA, E. F.V. *Estudos sobre a cidade antiga*. São Paulo: Edusp, 2009.

LE GOFF, J. *História e memória*. 5. ed. São Paulo: Unicamp, 2003.

LUNA, S.V.de. *Planejamento de pesquisa: uma introdução*. São Paulo: Educ, 2002.

NAVARRO, A.G. *Sobre el concepto de espacio*. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. São Paulo, n.17, p. 3-21, 2007.

OTTO, W. F. *Os deuses da Grécia: a imagem do divino na visão do espírito grego*. São Paulo: Odysseus, 2005.

PARRY, M. *The traditional epithet in Homer*. In: Parry, Adam (Ed.). *The making of Homeric verse*. N. York: Oxford University Press, 1987.

RODRÍGUEZ LÓPEZ, M. I. *Poseidon y el Thiasos marino em el arte mediterráneo: desde sus origens hasta el S. XVI*. Tese (Doutorado). Universidade Complutense de Madrid - Departamento de História del Arte II (Moderno), 2002.

SKLIAR, C. *O ensinar enquanto travessia: linguagens, leituras, escritas e alteridades para uma poética da educação*. Salvador: Edufba, 2014.

TUAN, Y. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. Londrina: Eduel, 2012.

VIDAL-NAQUET, P. *O mundo de Homero*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

A HISTÓRIA DA ARTE E AS “VIDAS” DE VASARI: O “PROÊMIO À SEGUNDA PARTE” E A ANTIGUIDADE CLÁSSICA

Myriam Salomão¹⁴²

Os primeiros estudos da arte como disciplina histórica surgem no século XVI com o humanismo renascentista e noções de arcaísmo, de classicismo e de declínio passam a ser consideradas e associadas à pesquisa biográfica, às fontes descritas e outros dados, criando assim, a História da Arte no sentido moderno do termo.

Nesse processo, o nome de Giorgio Vasari (1511-1574) se reveste de importância considerável devido à publicação, em 1550, de *Le Vite dei più eccellenti architetti pittori e scultori italiani*, com segunda edição ampliada em 1568¹⁴³. Na obra, Vasari dispõe os artistas que o precederam ou que lhe são contemporâneos numa perspectiva histórica. Às pesquisas biográficas juntam-se as listas de obras e de anedotas ou lendas. A atualidade de Vasari reside no fato de apresentar uma idéia evolutiva e progressiva da História aplicada à Arte, da Idade Média até Michelangelo. Essa concepção faz-se acompanhar de um método biográfico que terá igualmente grande aceitação.

Giorgio Vasari e sua vida

Giorgio Vasari tinha, como artista, as características de sua época: era culto e admirador da arte antiga; inspirou-se na pintura de Michelangelo e ainda em Rafael; tinha facilidade

¹⁴² Professora do Departamento de Desenho Industrial do Centro de Artes da Universidade Federal do Espírito Santo, Mestre em Artes Visuais.

¹⁴³ A primeira edição de *Le Vite de' più eccellenti architetti, pittori e scultori italiani da Cimabue insino a' tempi nostri, descritte in lingua Toscana, da Giorgio Vasari Pittore Aretino. Con una sua utile et necessaria introduzione a le arti loro* (As vidas dos mais excelentes arquitetos pintores e escultores italianos de Cimabue até os nossos tempos descritas em língua toscana por Giorgio Vasari pintor, aretino com uma introdução útil e indispensável para as diferentes artes) publicada por Lorenzo Torrentino, editor ducal, aparece em Florença em março de 1550. O título será alterado na segunda edição, de 1568, com inversão na ordem das artes e um acréscimo: *Delle Vite de' più eccellenti pittori scultori et architettori, scritte da M. Giorgio Vasari... di nuovo dal Medesimo riviste et ampliate, con I Ritratti loro, et con l'aggiunta delle Vite de' Vivi et de' Morti, dall'anno 1550, infino al 1567. Con tavole copiosissime De' nomi, Dell'opere, E de' luoghi ou'elle sono.* (Das vidas dos mais excelentes pintores escultores e arquitetos descritas por Giorgio Vasari... de novo ampliadas com os seus retratos e acrescidas das vidas dos vivos e dos mortos do ano 1550, até o ano de 1567. Com o nome das obras e dos lugares onde estão).

de desenhar e velocidade no executar. Viveu um pouco de tudo, como se usava na época. É interessante fazer um breve resumo de sua vida porque mostra qual o caminho percorrido por um artista hábil do Cinquecento, disputado do Papa e dos senhores, como faz questão de ressaltar em sua autobiografia que consta de edição de 1568.

Nasceu em Arezzo em 31 de julho de 1511 e foi o primogênito de uma família numerosa. Ele descende de artistas: seu bisavô Lazzaro, que ele exalta excessivamente, foi na realidade um artesão, pintor humilde; seu avô fazia vasos de argila imitando os aretinos antigos e tirou daqui o sobrenome da família; seu tio era ourives; Lucca Signorelli¹⁴⁴ parece que era parente distante e foi quem o encorajou no desenho ainda criança. Recebe depois os primeiros ensinamentos de Guglielmo di Marcillat¹⁴⁵, célebre pintor de vitrais. Destaca-se no estudo do latim. Estudou com Antonio da Saccone e Giovanni Lappoli, conhecido como Pollastra, e depois em Florença com Piero Valeriano, local onde o cardeal de Cortona, Silvio Passerini (1469 – 1529) levou-o aos 13 anos como companheiro de jogos do jovem Hipólito de Médicis. Aprendeu o desenho e a pintura com Michelangelo (MARQUES, 2011, p. XI - XII).

Sobre sua produção artística, no que se refere a pintura, podemos dizer que a decoração de sua casa de Arezzo é sua obra mais pessoal. Tem importância como arquiteto, destacando-se o Uffizi, com sua disposição especial, calculada para um efeito pictórico com o conjunto da cidade, a casa dos Cavaleiros de São Estevão, em Pisa e a Abadia de sua já mencionada casa de Arezzo, pertencente às produções do Renascimento tardio toscano.

Vasari teve uma vida extensa e cheia de trabalhos. Morreu em 27 de junho de 1574, alguns meses depois que seu senhor e protetor Cosimo I¹⁴⁶, a quem dedicou a obra que o faria famoso em toda a Europa, as “Vidas”. Através desses destinos individuais, ele

¹⁴⁴Luca Signorelli (Cortona (Itália), 1445 - 1523). Pintor renascentista italiano, um dos grandes mestres da Escola da Úmbria, onde provavelmente foi aluno de Piero della Francesca. Notabilizou-se pelo esmerado uso da perspectiva. Fez parte do seleto grupo de artistas chamados à Roma pelo Papa Sisto IV para decorar com afrescos a Capela Sistina no Vaticano.

¹⁴⁵Guillaume de Marcillat (também chamado Guglielmo di Pietro Marcillat ou Guglielmo da Marsiglia para os italianos), nascido em Châtre, França, em torno de 1470 e morreu em Arezzo a 30 de Julho de 1529. Ele produziu muitos vitrais, afrescos e pinturas. Viveu em Roma, Cortona e Arezzo, tendo realizado vitrais para muitos lugares no norte da Itália. Vasari o homenageou com a inclusão de sua biografia na sua obra **Vidas**.

¹⁴⁶Cosme I de Médici, em italiano Cosimo I de' Medici (12 de junho 1519 — 21 de abril de 1574), membro da família de Médici, foi duque de Florença (1537-1569) e grão-duque da Toscana (1569-1574).

expressou o que lhe parecia ser o destino da arte. Sua narrativa é viva e graciosa, diferentemente do convencional.

Giorgio Vasari e suas “Vidas”

A idéia de um estudo de conjunto da história das artes agrupadas em biografias preocupava vários humanistas na primeira metade do século XVI. Se Vasari não a tivesse realizado, outro a teria feito, e parece que a publicação de sua obra em 1550 desencorajou alguns pesquisadores de prosseguir suas investigações conforme aponta Lionello Venturi (1984, p. 93).

Quando se lê Vasari, é preciso ter sempre em conta que sua concepção de história não deve ser verdadeira em absoluto, mas verossímil. Inúmeras são as suas fontes: usa seus predecessores, que ele conhece quase sempre em manuscrito, faz investigações por toda a Itália, por contatos diretos, e por correspondência; serve-se também dos guias que começam a ser publicados nas cidades da Itália. Consultou a literatura de história geral, mas também consultou diretamente os arquivos, como fez em Florença para o *Libro Vecchio della compagnia dei pittori Fiorentini* ou o *Libro dell'arte della Camila*, insistindo diversas vezes, no decorrer de seu livro, no trabalho de pesquisa que esse lhe custou e as despesas que ocasionou. Teve ao seu lado Vincenzo Borghini, colecionador, que lhe orientou as pesquisas históricas e supervisionou a impressão da primeira edição.

A Itália aguardava a obra de Vasari. Dedicada ao Grão-Duque Cosimo I, ela foi publicada em 1550, em dois volumes de novecentas e noventa e duas páginas, impressa por um editor flamengo instalado em Florença, cujo nome fora italianizado para Lorenzo Torrentino. Uma segunda edição surgiu em 1568, desta vez impressa em Veneza por Jacopo Guinti em três volumes de mil e doze páginas. As novidades dessa edição diziam respeito, sobretudo, a artistas vivos que o autor proscivera da primeira edição, à exceção de Michelangelo, e a artistas de outras cidades da Itália além de Florença e Roma.

Em 1550, Vasari não falara de si mesmo. Porém, na segunda edição, termina a obra com sua própria monografia, intitulada *Descrizione delle opere di Giorgio Vasari, pittore et architteto aretino*.

Em sua introdução, Vasari expõe a disputa teórica em desenvolvimento para saber qual era superior, a pintura ou a escultura, questão que vinha sendo discutida desde o século XV e conclui que “a pintura e a escultura são na realidade irmãs, nascidas de um mesmo pai, o desenho”. Essa questão, conhecida com o nome de *Paragone*, surgiu logo que as artes visuais foram admitidas entre as artes liberais, tendo sido objeto de reflexões de Leonardo da Vinci, Baldassare Castiglione e Benedetto Varchi (BYINGTON, 2008).

No prefácio de suas *Vidas*, ele diz: “na medida de minhas forças, de arrancar à face voraz do tempo os nomes dos escultores, pintores e arquitetos que, de Cimabue aos nossos dias, se assinalaram na Itália por um mérito qualquer” (VASARI, 1927, p. 23).

A obra de Vasari é consagrada aos artistas e é prova da eminente posição que estes assumiram na sociedade. Já não se trata de ver a pintura, a escultura e a arquitetura como artes mecânicas. Os artistas vão-se tornar privilegiados. Para romper todo vínculo com os ofícios, os artistas vão-se separar das corporações e reagrupar-se em academias, o que afirmará sua qualidade de intelectuais. A principal finalidade das academias artísticas será manter o nível das artes e assegurar o ensino. Os artistas já não se formarão ao pé de um mestre, mas numa academia onde lhes serão mostrados os exemplos dos mestres. É exatamente em Florença, e sob o impulso de Vasari que se constituirá a primeira academia realmente estruturada e que assumirá o aspecto de instituição oficial: Academia del Disegno, fundada em 1562, que em diversas ocasiões responderá a consultas vindas de Florença e de outras cidades.

O fato de a obra de Vasari ser uma seqüência de biografias, segundo o método inaugurado na Antiguidade, onde a história era feita pelos indivíduos e não pelos povos, não fez dela uma coleção de retratos. Vasari faz a narrativa dessas vidas se sucederem segundo uma gradação que lhe permite seguir até o fim uma linha mestra.

Vasari não foi o primeiro a estabelecer a noção do desenvolvimento histórico. O que podemos afirmar é que a literatura anterior lhe havia indicado e facilitado o caminho, que ele seguiu naturalmente. As passagens mais importantes para conhecer esta visão histórica são os “Proêmios” da obra em si e das três partes juntamente com epílogo. A seguir, me ocupo de uma breve análise do “Proêmio à segunda parte” e algumas questões que esta parte se ocupa.

“Proêmio à segunda parte” e a Antiguidade

Resumidamente, podemos dizer que neste *Proêmio*, Vasari ordenou sua exposição segundo um ritmo que rege todas as obras vivas, quer sejam as da natureza ou as dos homens e, para estas, tanto política quanto artística: a infância, a maturidade e o declínio que antecede a morte.

Logo no início, diz que sua intenção não é apenas fazer um guia onde encontraremos os endereços, os lugares onde se encontram estes pintores e escultores, pois se fosse essa a intenção, ele simplesmente colocaria uma estampa desses artífices sem colocar em parte alguma sua opinião. Mas, sendo ele o escritor que é, pois por “consenso” ele recebeu a capacidade de escrever e se expressar com um juízo mais apurado, e sendo assim, não conseguiria simplesmente se contentar em apenas narrar. Com seu conhecimento e curiosidade, investigou o modo, o meio e a vida que tem e usam os valentes homens para conduzirem seus empreendimentos, assim como viu seus erros, e, pelo apreço que tinha por eles, acertou e reparou as partes que prudentemente julgou necessária (VASARI, 1927).

Para Vasari, é próprio da alma da história ser um espelho da vida humana, pois mostra o julgamento, o projeto, o partido e o exercitar desses homens, motivo de sua felicidade ou infelicidade. Afirma ainda que pretende mostrar os modos, os aspectos, as maneiras, os tratamentos e as fantasias dos pintores e escultores, investigando o mais diligentemente possível, de forma a mostrar os acontecimentos artísticos nos diversos tempos e nas diversas personalidades (pessoas).

Assim, consagra esse segundo *Proêmio* à construção histórica da Antiguidade (apesar de já haver sido tratada antes de Vasari). O progresso está nas três primeiras pátrias da arte antiga: Egito, Grécia e Roma. O que domina a exposição de Vasari é a idéia de evolução.

A infância das artes do desenho, ele vai encontrar entre os egípcios e os caldeus, que transmitiram aos gregos seus primeiros resultados. Na Grécia, a escultura e a pintura, fundadas na imitação da natureza, “desabrocham maravilhosamente”. A perfeição, contudo, está em Roma. Vasari tem diante de si o modelo de Plínio, enquanto os produtos da arte romana estavam sob seus olhos. A maturidade é representada pela arte

romana. Mas, depois, inicia-se a decadência e a queda nos tempos de Constantino, o Grande, demonstrando isso na falta de estilo dos relevos do arco de Constantino.

Da destruição da arte antiga, não hesita em acusar o zelo dos cristãos, revelando assim o que constitui uma das contradições íntimas do Renascimento, que não vê salvação da arte fora do paganismo nem da alma fora do cristianismo.

Para Vasari, no Ocidente durante séculos, a barbárie do estilo gótico (maniera tedesca) predominou, enquanto que no Oriente reinava a barbárie grega (maniera greca). A “maniera greca” aflorou na Itália até que Cimabue e depois Giotto, dela se libertaram. Inicia-se então, um novo ciclo, a “restaurazione delle arti e per dire meglio rinascità”. Essa restauração das artes, essa “maniera moderna” compreenderá três idades:

1 – A primeira, a infância, começa em 1250 e se desenvolve ao longo de Trecento, quando o artista se desembaraça da barbárie e da canhestrice da “maniera greca” (bizantina) e da “maniera tedesca” da Idade Média;

2 – O segundo período, o da maturidade, começa com o Quattrocento que a princípio imita o que é mais belo na natureza, mas por ser demais compacto dará a esse estilo uma *secura e dum* desenho cortante (maniera secca);

3 – No terceiro período, essa dureza desaparece para dar lugar a uma espécie de facilidade, que no Cinquecento alcança a perfeição, com uma variedade de expressões que compreende tanto a “*terribilita*” e o “*furore*” de Michelangelo quanto a leveza e a doçura de Corregio. Essa terceira maneira seria dominada por um conceito de graça que, diferente da beleza que é qualidade racional e dependente das regras, teria um caráter irracional e inefável.

Chegado a esse ponto, ou seja, o auge da “*perfetta maniera*”, Vasari sente que se anuncia uma quarta idade, que seria o declínio, reforçando a ideia de que a Antiguidade tem esse ritmo triplo de desenvolvimento: nascimento, preparação e maturidade e exemplifica isso na sucessão Calamides – Mirón – Policleto de um lado, e de outro Polignoto – Zeusis – Apeles.

Há um oscilar entre os princípios naturalistas e os princípios da estilização. Por outro lado, é contínuo o enfoque que põe a essência da pintura na imitação da natureza. Não é

difícil comprovar que a raiz do ideal de beleza em arte, anunciada no século XVII, se encontra aqui: a ideia de “belo” como princípio central da arte e aparece repetidamente em Vasari. O artista deve imitar a natureza, mas com vista à realização da beleza, obtida pela escolha, nas aparências, daquilo que parece mais belo, segundo a ideia noção que corresponde às tradições platônicas.

A noção de perspectiva, a arte de representar o mundo em profundidade, é bem simbólica do olhar dirigido para frente, para o futuro, substituindo essa visão da Idade Média em que o mundo se desdobra perante o artista no mesmo plano. E contrapondo-se ao pensamento medieval, a literatura teórica do Renascimento italiano acentuou, com resolução e firmeza, que a missão da arte era a “imitação imediata da verdade”. Esta artística tira do esquecimento o conceito de que a obra de arte deveria ser uma fiel cópia da realidade (evidente primeiro na Antiguidade, exterminada depois pelo Neoplatonismo e não menos acolhida pelo pensamento medieval). Vasari oscila entre a maneira naturalista e a clássico-idealista, dizendo que a arte é algo absolutamente distinto da natureza, apesar de imitá-la (GOMBRICH, 1991).

A partir desse período, fundamenta-se a disciplina “teoria da arte”, que se distingue da literatura artística porque não responde a pergunta “Como fazer isto?”, mas, a outra distinta: “Que atitudes são necessárias, e, sobretudo, que tenho que saber para poder colocar-me bem preparado diante da natureza?”.

Vasari insiste na irreversível impressão produzida nos contemporâneos pela sua fidelidade à natureza e salienta o contraste entre o seu estilo e a dureza e artificialidade da arte bizantina, que ainda vigorava quando Giotto apareceu em cena. Aqui é importante destacar também, o uso da palavra “maneira” por Vasari, que ainda a usa no sentido de individualidade artística, modo de expressão pessoal, histórica e que decorre na noção de “estilo”.

Concluindo, fica clara a preocupação de Vasari com a obra do homem, do artista, e também, a concepção artística do Renascimento em oposição a Medieval, de tal forma que estabelece (como na prática artística a perspectiva), uma distância ao mesmo tempo objetiva ao objeto e personifica o sujeito. A arte se constrói sobre a arte e não mais sobre a natureza e vemos também um interesse retrospectivo pela maneira como ela evoluiu, como se seu estudo fosse revelar esse mecanismo profundo.

Atualmente, como em diversos outros momentos da história da arte, diversos dos equívocos da obra de Vasari são colocados em evidência e discutidos, bem como aqueles que atuaram no sentido da promoção da arte florentina e toscana em detrimento das outras. Mas, ela continua sendo o grande documento através do qual temos acesso à arte do Renascimento italiano. Continuamente retornamos a ele, seja para criticá-lo ou para dar-lhe razão e seu grande mérito, segundo Luiz Marques na apresentação da primeira edição em português brasileira (VASARI, 2011) é se identificar com os seus biografados, transformando a sua leitura em obrigatória como entendimento e conhecimento do que foram os séculos XII a XVI para a arte italiana.

Referência bibliográfica

ARGAN, Giulio Carlo & FAGIOLLO, Maurizio. **Guida a la storia dell'arte**. Firenze: Sansoni, 1977.

BAUER, Hermann. **Historiografia da arte**. Madrid: Taurus Ediciones, 1984.

BAZIN, Germain. **História da história da arte**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

BURCKHARDT, Jacob. **A cultura do Renascimento na Itália: um ensaio**. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

BYINGTON, Elisa. A arquitetura e a disputa entre as artes nas *Vidas* vasarianas. In: MARQUES, Luiz (org.). **A fábrica do antigo**. Campinas (SP): Editora da UNICAMP, 2008, pp. 113-122.

BYINGTON, Elisa. **A poética do espaço arquitetônico versus a predominância das artes figurativas. Contradições críticas em as Vidas de Vasari**. In: "Desígnio" 3, março 2005, pp. 19-44.

GOMBRICH, E. H. **Norma e forma: estudos sobre a arte da Renascença**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

HAUSER, Arnold. **História social da literatura e da arte**. São Paulo: Mestre Jou, 1972. v. 1.

OSBORNE, Harold. **Estética e teoria da arte**. São Paulo: Cultrix, 1970.

PANOFSKY, Ervin. **Idea**: contribución a la história de la teoría del arte. Madrid: Cátedra, 4^a ed.

SCHLOSSER, Julius. **La literatura artística**. Madrid: Cátedra, 1986.

VASARI, Giorgio. **Le vite de piu eccellenti pittori, scultori ed architettori**. Firenze: Adriano Salan, 1927.

VASARI, Giorgio. **Vida dos artistas**. São Paulo: WMF/ Martins Fontes, 2011.

VENTURI, Lionello. **História da crítica da arte**. Lisboa: Editora 70, 1984.

ACREDITAR NA HISTÓRIA: A MEMÓRIA, A SOCIEDADE E O HISTORIADOR HOJE

Nayara Crístian Moraes¹⁴⁷

Ao me remeter, no título do trabalho, à temática abordada na obra de François Hartog *Croire en l'histoire, Acreditar na história* (2013), me proponho a argumentar acerca da crença na história pela sociedade e, inclusive, pelos próprios historiadores. Essa “resposta” ao texto referido de Hartog vem acompanhada da reflexão em volta das temporalidades e da memória, ou memórias, principalmente a chamada *memória cultural e/ou social*. Tenho também como objetivo neste texto, fazer uma reflexão em torno do questionamento proposto pelos professores Noé Sandes e Marlon Salomon, do Programa de Pós Graduação em história, da Universidade Federal de Goiás, na disciplina *memória e temporalidades*, na ementa do mesmo curso: *como a memória se articula na compreensão da temporalidade histórica e qual o papel do historiador hoje?* Trata-se de pensar o tempo, a memória e a história articulados com o envolvimento do historiador com a vida e os sujeitos.

De acordo com Hartog (2013), o historiador de hoje acaba se tornando um cronista, um especialista procurado pela mídia para responder problemas do presente, mídia essa embalada pela presentificação exagerada. É como se a sociedade estivesse amarrada à um tempo só, sem olhos para o futuro. E o passado? Junto a esse presentismo, a preocupação de Hartog gira em torno da preocupação exagerada com o passado também. Aqui entra um elemento fundamental para a crítica do autor: o excesso de memória. Daqui em diante outras questões podem ser levantadas: é pertinente essa crítica? Isso significa que a memória se tornou pesada demais para a história? Que peso é esse que a sociedade pede cada vez mais? O historiador deve carregar o fardo de guardião de memórias?

Para Hartog, o mal-estar do presente é o próprio presentismo, mas pelos vistos, também o exagero do rememorar. Ao darmos certo grau de importância para a memória estamos deixando de lado a crítica historiográfica? Estamos de costas para o passado e o futuro?

¹⁴⁷ Universidade Federal de Goiás; Programa de Pós Graduação em História; Mestranda. CAPES.

Essas questões não vêm acompanhadas de respostas exatas, a final de contas olhar para o presente é também tratar da prática social, que alcança a experiência em outro plano temporal, no passado inclusive. Problemas reverberados no presente estariam separados da função do historiador? Se ele não é um guardador de memórias, um lembrador, também não é um profissional inerte aos problemas sociais, principalmente quando esse mesmo profissional é também um agente em escolas e universidades, atuando na pesquisa, mas também na docência, no dia a dia das crianças, jovens e adultos que são bombardeados por memórias midiáticas. No entanto, a crítica de Hartog se torna realmente pertinente quando prestamos atenção ao exagero da invocação da memória, como se estivéssemos patinando no tempo, sem conseguir andar para frente.

Todavia, é necessário abordar a crítica com cautela, sem negar a importância da memória para a história e vice-versa. Afinal, a memória já não é considerada inerte, mas viva, movente, dinâmica. E se uma das funções do historiador é narrar criticamente as experiências dos sujeitos, em *A historización de la experiencia*, de Julio Aróstegui, o autor aborda uma relação plausível entre experiência, memória e, conseqüentemente, com o tempo, que nem é só passado, nem é só presente. Mas passado, presente e futuro. Para o autor, a memória é a chave para constituição das relações sociais, porque traz ao presente a noção de experiência quando possibilita a recordação ordenadamente e permanentemente, permitindo o registro de determinadas experiências (p.157).

Ao acreditar na memória, sem exageros, estamos deixando de acreditar na história? Por que a rememoração e a consagração da memória estão tão presentes na conjuntura atual em que vivemos?

Aleida Assman, em *Espaços da recordação* (2011), um livro escrito durante o processo de rompimento coletivo do silêncio sobre o Holocausto e o período do nazismo na Alemanha, está preocupada com as formas e transformações da memória, sugere que se deixe as polaridades entre história e memória e comece a se pensar as duas em conjunto. O que me chama atenção no estudo da autora é que ela consegue ao longo do texto nos fazer entender a relação da memória com a identidade coletiva ou individual, a memória não seria coerção, mas coesão. E isso pode nos ajudar a compreender a necessidade que as pessoas tem de consagrar e invocar a memória na atualidade. Em

entrevista à Unicamp, intitulada “ Lembrar para não repetir”, cujo tema é relacionado a instauração da Comissão Nacional da Verdade no Brasil e a experiência do trauma, estudado por Assman, a autora fala da importância que tem a superação dos traumas de violência na história da América do Sul, nesse caso sua resposta está voltada para o caso da ditadura militar no Brasil:

O processamento e o trabalho sobre um passado de violência exige tempo. Normalmente, uma nova geração traz um novo impulso para isso. Não quer dizer que eles desviem o olhar e não se interessem mais, mas se engajam e se envolvem a partir de outra perspectiva. Há diferentes meios de lembrança e de mudança, e isso é importante ressaltar. Por exemplo, a realidade política, os meios políticos, a perseguição. Memoriais e dias oficiais [criados para a lembrança de datas] são os meios políticos. Meios jurídicos seriam tribunais e julgamentos. Em terceiro lugar, importante é o tratamento na sociedade, nas mídias públicas sobre esse tema. Se um ou outro não acontece, mesmo assim, por meio das mídias de massa, esse tema vem para a sociedade e isso pode indicar que existe interesse. E a partir disso, pode-se criar uma mudança de pensamento e uma vontade de *mudar*. Em sociedades pós-ditadura, o reconhecimento e a lembrança da dor das vítimas é uma parte importante de uma mudança social que tem que se seguir à mudança do sistema político. O objetivo consiste preferencialmente em colocar e deixar a história de violência para trás para ganhar um novo futuro em comum (ASSMAN, 2013).

No sentido da citação acima, a importância da memória também é invocada para resolver o trauma de uma sociedade, para que se chegue a um futuro mais “resolvido”. Talvez o medo de olhar para um futuro incerto e de violência repetida ocasionem o que originou a crítica de Hartog. Outra relação importante que a autora faz entre história, memória, tempo e sociedade está em sua definição para a memória cultural e na sua justificativa para o título do seu livro *espaços de recordação*:

Num sentido mais amplo, espaços de recordações significam que a memória não é só uma “maleta”, na qual se colocam as coisas, mas uma espécie de esfera dentro da qual as pessoas se comunicam e onde vivemos. O conceito é um pouco mais amplo de espaço de recordação. Podemos conectar isso com o conceito de nação. A nação cria para si um espaço de imaginação no qual ela se localiza e no qual ela se orienta, dirige suas ações. A lembrança está muito ligada à imaginação. A memória cultural é um tipo de memória que sobrevive ao tempo, que transcende o tempo de vida do indivíduo. Existiu antes de mim e existirá depois de mim. Participo dessa memória cultural enquanto estiver vivo. Como essa memória existe por um longo tempo, os mortos podem se comunicar com os vivos e os vivos podem se comunicar com as próximas gerações. Se não tivéssemos esse conceito, cada um só teria à disposição sua própria memória e não haveria essa memória cultural. (ASSMAN, 2013).

Na sua fala, a memória está associada à experiência de vida das pessoas, ao imaginário, a um tempo múltiplo, que a conecta com outras gerações. Poderia a história fugir dessa certeza, a da importância da memória, para a vida das pessoas? É desse tipo de memória

movente que os historiadores não podem fugir. De um lado, o medo de nos transformarmos em cronistas ou jornalistas, de outro, o medo de nos tornarmos profissionais distantes da sociedade. Um medo, talvez, ao qual devemos nos acostumar. Como se não bastasse, a justificativa para a busca da rememoração fica evidente na busca em conjunto com a identidade:

Podemos, portanto, dizer que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentido de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si (...) A memória e a identidade são valores disputados em conflitos sociais e intergrupais (POLLAK, 1992, p. 200-212).

Pensar o lugar do historiador na sociedade de hoje também é um problema apontado por Hartog, a final, e talvez, acreditar na história seja também acreditar no historiador. Peter Burke prefere ver os historiadores como “guardiões de fatos incômodos, os esqueletos no armário da memória social” (BURKE, 1992, p. 251).

Existiu em tempos um oficial chamado Recordador, *embrancer*. O título era na realidade um eufemismo para coletor de impostos; o trabalho do oficial consistia em recordar às pessoas aquilo que elas gostariam de esquecer. Essa é uma das funções mais importante do historiador” (BURKE, 1992, p. 251).

Obviamente, há quem discorde da citação acima. Ou discorde parcialmente.

Pois bem, ainda sobre *acreditar na história...* Para Alexandre Koyré, historiador do pensamento, a história tem uma disfunção causada por não acreditar que há outros conhecimentos de si mesma que não sejam formulados por ela própria. Ele acredita que a humanidade ao querer se reportar à sua memória e história, muitas vezes acaba se reportando ao historiador. Mas a pergunta que o autor faz é: como esse historiador estabelece os fatos e os testemunhos? (2010, p. 49). Esse problema apresentado pelo historiador é coerente para pensarmos na sustentação da história nos dias de hoje na narrativa do historiador e sua relação com as temporalidades, a memória e a sociedade.

Há, para Koyré, que considerar que é impossível que se salve todos os fatos do passado (p.50), portanto há uma escolha, um recorte, uma subjetividade e... um ponto de vista, uma perspectiva. Mas como essa escolha se impõe? Numa relação causal? Relação de causa e efeito como coloca o autor? Ocorre que por muito tempo, e ainda acontece, a história é vista e feita como se as coisas e fatos do passado se dessem de forma homogênea, formando uma história totalizante: “Somos nós que determinamos a

importância dos fatos que constituem nossa história (importante é o que é importante para nós); é a partir do presente que se forma para nós o nosso passado” (p.52).

Aqui nos encontramos, ao mesmo tempo, com a importância do passado e do presente, do historiador e da relevância de sua perspectiva ao narrar o passado a partir do presente. O perigo da memória não seria pois então nos embebedarmos com a busca excessiva da rememoração? Por outro lado, é mediante a observação do presente que construímos nossa observação para o passado?

No entanto, para Koyré, há mais de um presente no nosso meio e ao mesmo tempo em que a imparcialidade é uma solução, ela é também um desperdício de conhecimento, porque pode se tornar indiferença. Sendo assim, caímos na incerteza do fazer historiográfico. De um lado a obrigação da imparcialidade, de outro a cegueira e ignorância causada pela busca exagerada de tal imparcialidade. Partindo desse pressuposto quero dizer que acreditar na história é também acreditar no historiador em busca da relação da história com a vida das pessoas. Ser imparcial não é dar às costas para os anseios da sociedade do presente, todavia não é o engano de se achar guardador de memórias.

Como bem pode querer dizer Koyré, há uma relação intrínseca entre o presente do historiador e o passado que se expõe. É preciso, contudo, nos atentarmos para o fato de que “fazer e escrever história são duas ocupações diferentes” (p.55).

O autor critica a história quando esta se torna “enquadrada”, determinista e deixa de lado lacunas que não consegue explicar, e não consegue explicar por ignorar a filosofia do pensamento. A crítica de Koyré à ciência histórica está ligada também à sua crença na história movente, reflexiva e flexível, que não descreve só heróis e normais, mas como diria talvez Michel Foucault, os anormais, os marginalizados, os diferentes nas descontinuidades do tempo que não é homogêneo. Sobre esse pensamento de Foucault, para não me demorar, cito Judith Revel, sobre a medida ideal de descontinuidade no conceito do autor, tendo como exemplo a própria obra foucaultiana:

A aplicação a Foucault de seu próprio conceito de descontinuidade poderia oferecer uma terceira alternativa a essas duas leituras: um percurso que não se deveria considerar como linear e unitário, nem em contraposição, como uma sucessão de momentos separados e autônomos – estranhos – e mesmo contraditos entre si, mas como um único movimento de pesquisa cujo motor

interno seria a reproblemática incessante dos conceitos e paradigmas e a reformulação de questões. Parece que esse “movimento do pensamento” seria, então, a garantia de que nunca mais a pesquisa precisaria ceder à ordem do discurso e nos dispositivos de saber/poder dos quais ela produziu tão brilhantemente a análise: em suma, um trabalho cuja descontinuidade interna seria tanto o fecho da coerência quanto o código da resistência (REVEL, 2011, p. 39).

A descontinuidade dos fatos, a relevância dos ditos e dos não ditos, as memórias “disfuncionais, erráticas”, para as quais Assman também chama atenção, as lacunas, os sujeitos marginalizados, ou o que as pessoas não querem recordar também constituem a história. A essa história movente em tempos múltiplos associo a memória movente. É nesse tipo de história e memória que acredito.

Jacques Rancière, em *O conceito de anacronismo e a verdade do historiador* (2011), assinala que o anacronismo, por exemplo, não existe, é apenas uma justificativa para os regimes de verdade da história. O autor critica a questão da semelhança do homem com o seu tempo. Acreditar piamente na semelhança do homem com o “seu” tempo para o autor, é na verdade desacreditar na heterogeneidade e nas diferenças e margens do curso da história. Para Rancière a história é divergente, são múltiplas histórias como atesta Koyré. Dizer que todo homem é um homem do seu tempo é desacreditar na resistência, na identidade individual. Nunca existiu um homem à frente de “seu” tempo? O tempo é individual a alguém?

Rancière defende o desvio e a descontinuidade, porque acreditar no anacronismo como justificativa da história como ciência é atestar a incompetência do historiador para se ater às mudanças, descontinuidades, linhas de fuga de pensamento. Desse modo o sujeito seria realmente um agente na história, ou um ser passivo? Rancière denuncia em sua obra os pontos de ruptura e a conexão que essas linhas têm com as linhas de temporalidades (p. 47).

O autor afirma ainda que:

É através desses direcionamentos, desses saltos, dessas conexões que existe um poder de “fazer história”. A multiplicidade das linhas de temporalidades, a condição do agir histórico. Levá-lo em conta efetivamente seria o ponto de partida de uma ciência histórica, menos preocupada com sua responsabilidade “científica” e mais preocupada com o que quer dizer *história* (RANCIÈRE, 2011, p. 49).

Seria essa a história a ser desacreditada? Quando a sociedade cobra do historiador a problematização da memória, não estariam também, ao mesmo tempo, criticando a distância em que se encontra o historiador do cotidiano das pessoas? Acreditar na história. Acredito em uma história que se move, se flexiona, pensa o presente, mas não como jornalista, ou se torne, como disse Hartog, um cronista. Acredito no historiador que tenha um pé no presente e outro no passado, e acredito na história que não determina, não enquadra as pessoas à uma narrativa que faz com que estas percam suas diferenças, suas singularidades e se tornam apenas fantoches do “seu tempo.

Nesse ínterim, a memória na “pena” do historiador só se torna um peso se ele lhe conferir esse peso. Há um motivo para que as pessoas queiram rememorar, queiram relembra injustiças, queiram problematizar os traumas e narrar suas histórias de vida. No tempo que alguns chamam de pós-contemporâneo há ainda sintomas que muitos desconhecem. Ignorar esses sintomas, de busca por identidade e justiça por meio da rememoração, por exemplo, não faz o historiador passivo demais? Nesse pano de fundo, comprando a ideia do tempo múltiplo e das memórias moventes, talvez eu sustente a ideia de que a memória seja composta por fragmentos de tempo, materializados, ou não, em elementos da cultura do hoje, do passado e talvez das gerações futuras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARÒSTEGUI, Julio. **La história vivida**. Sobre la história del presente. Madrid: Alianza Ensayo, 2004. p. 143-187.

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação**. Formas e transformações da memória cultural. São Paulo: Unicamp, 2011. p. 143-158.

ASSMANN, Aleida. Lembrar para não repetir. **Jornal da Unicamp**, São Paulo, n. 564, jun. 2013. Entrevista concedida a: Alessandro Silva. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/unicamp/ju/564/lembrar-para-nao-repetir>>. Acesso em: 20 fev. 2016.

BURKE, Peter. A história como memória social. In: BURKE, Peter **O mundo como teatro**. Estudos de antropologia história. Lisboa: Difel, 1992. p. 235-251.

HARTOG, François. La montée des doutes. *In*: HARTOG, François. **Croire en l'histoire**. Paris: Flammarion, 2013, p. 39-107.

KOYRÉ, Alexandre. Filosofia da história. *In*: SALOMON, Marlon. **Alexandre Koiré, historiador do pensamento**. Goiânia: Ricochete, 2010. p. 49-61.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. Rio de Janeiro: **Estudos históricos**, vol. 5, n.10, 1992.

RANCIÈRE, Jaques. O conceito de anacronismo e a verdade do historiador. *In*: SALOMON, Marlon (Org.). **História, Verdade e Tempo**. Chapecó: Argos, 2011. p. 21-49.

REVEL, Judith. **Dicionário Foucault**. Tradução Anderson Alexandre da Silva, Revisão técnica Michel Jean Maurice Vincent. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

UMA CANA(BRAVA) RACHADA: ALICE PIFFER CANABRAVA EM TRÊS TEMPOS[♦]

Otávio Erbereli Júnior¹⁴⁸

Estamos no dia 30 de Janeiro de 1981, vemos Alice Canabrava na sala de gravações do Museu da Imagem e do Som de São Paulo (MIS/SP) concedendo entrevista à: Oracy Nogueira¹⁴⁹, José Ribeiro de Araújo Filho¹⁵⁰ e Flávio Saes¹⁵¹. Qual a motivação do encontro? Trata-se do projeto “Estudos Brasileiros” coordenado por Ernani da Silva Bruno¹⁵². O projeto “tem por objetivo a gravação de depoimentos de intelectuais que se destacaram, por suas pesquisas e reflexões, nas áreas de História, Sociologia, Antropologia, Folclore e Economia voltadas para o estudo da realidade nacional” (ESB(46)1-12. Fundo Ernani da Silva Bruno do IEB/USP). Alice figura ao lado de Abgar Bastos, Antonio Candido, Florestan Fernandes, Gilberto Freyre, Heitor Ferreira Lima, Paulo de Almeida Prado, Pasquale Petrone, Rossini Tavares de Lima, Rubens Borba de Moraes, Sergio Buarque de Holanda, Tito Livio Ferreira e o brasilianista Robert Levin.

[♦] Este texto se insere em uma pesquisa de maior fôlego que é minha tese de doutoramento intitulada “A trajetória intelectual de Alice Piffer Canabrava: um ofício como sacerdotado (1935-1997), orientada pela Profa. Dra. Raquel Glezer, que objetiva construir a trajetória de Alice Piffer Canabrava. Um de meus objetivos é perscrutar as estratégias de Alice em forjar uma memória de si e uma prática historiadora.

¹⁴⁸ Doutorando em História Econômica na FFLCH/USP e pesquisador interno do Arquivo IEB/USP. Bolsista CAPES.

¹⁴⁹ Oracy Nogueira foi figura atuante na institucionalização das ciências sociais no Brasil. Atuou como professor da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (ELSP/SP), onde realizou sua graduação (1942) e mestrado (1945). Iniciou sua carreira no antigo Instituto de Administração da antiga Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas (FCEA) da USP em 1952; foi instrutor da cadeira XI de sociologia geral e aplicada até 1969; realizou concurso para professor adjunto em 1978 e em 1981 figurava como professor titular da disciplina “sociologia aplicada à economia”. (CANABRAVA, 1984:67).

¹⁵⁰ José Ribeiro de Araújo Filho ingressou no curso de Geografia e História da antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL), atual Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP em 1939, ocasião na qual foi interpelado por Alice Canabrava em seu exame de admissão e foi seu aluno na cadeira de História da Civilização Americana, regida por de Paul Vanorden Shaw. Alice menciona no início da entrevista que a presença de Araújo Filho remete-a ao geógrafo Pierre Monbeig. No *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1939-1949, volume I*, Araújo Filho figura na seção “Assistentes” do “Corpo Docente”, enquanto primeiro assistente da cadeira de Geografia do Brasil. (*Anuário da FFCL*, 1953: 50).

¹⁵¹ Flávio Azevedo Marques de Saes foi seu orientando de mestrado na atual Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA/USP) e na ocasião da entrevista Alice se refere à ele como “o membro mais brilhante da equipe e no qual eu deposito as minhas maiores esperanças”.

¹⁵² Formado em Direito, jornalista e historiador autodidata, com vasta produção sobre São Paulo, onde foi diretor do Museu da Casa Brasileira e na ocasião da entrevista, diretor do MIS/SP. Seu espólio constitui fundo no arquivo do IEB/USP.

Quem é Alice Canabrava neste momento? Ou melhor, que imagem Alice quer nos dar? Alice se insinua como uma professora próxima aos estudantes. Esta proximidade é atribuída às posturas de Pierre Monbeig e Fernand Braudel. Monbeig foi seu professor quando ingressou na segunda turma do curso de Geografia e História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP (FFCL/USP) em 1935. Catedrático de Geografia Física e Humana, figura central na institucionalização da Geografia no Brasil. Ambos são lembrados como professores que falavam com os alunos, que se aproximavam dos alunos. O contraponto se dá em relação a Afonso Taunay (seu professor na cadeira de História da Civilização Brasileira) e Plínio Ayrosa (regente da cadeira de Etnologia Brasileira e Língua Tupi-Guarani): Taunay e Ayrosa nunca se dirigiam aos alunos; insinua ser uma conhecedora das condições de ensino e pesquisa no Brasil, por suas inúmeras viagens a arquivos e faculdades; formadora de um grupo de pesquisas em história econômica; único grupo em Faculdades de Economia que empreende pesquisas a partir de “fontes primárias”; uma mulher que foi injustiçada em concurso na FFCL/USP em 1946 para a cadeira de História da Civilização Americana¹⁵³, da qual era assistente e havia realizado o doutoramento em 1942 (CANABRAVA, 1944), com tese elogiada pela crítica nacional e internacional – inclusive resenhada por Braudel na revista *Annales* (BRAUDEL, 1948). Obteve as maiores notas. Porém, foi preterida, com voto por desempate dado pelo então reitor da USP Jorge Americano, em prol de Astrogildo Rodrigues de Mello. Atribui tal fato às condições da mulher à época; Alice não é qualquer mulher, não é uma acadêmica comum. Mas uma mulher que se tornou a primeira catedrática por concurso da USP, na antiga Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas (FCEA), na qual foi diretora nos anos 1950; sobre a ANPUH (da qual foi uma de suas fundadoras em 1961), afirma que todos os professores deveriam participar na apresentação de trabalhos, inclusive os auxiliares de ensino, mesmo apresentando textos em nível de aluno; que a ANPUH seria uma verdadeira escola com seus cursos concentrados. Professora próxima aos alunos; exímia pesquisadora; pioneira em história econômica; perfil democrático; mulher que vence hostilidades... Poderia ela ensaiar outra memória sobre si? Está com 69 primaveras e é consagrada professora catedrática

¹⁵³ Nesta ocasião, Alice Canabrava obteve o título de livre-docente com a tese “A Indústria do Açúcar nas Ilhas Inglesas e Francesas do Mar das Antilhas (1697-1755)” (CANABRAVA, 1981a), uma vez que para os candidatos preteridos que obtivessem nota acima de sete seria concedida tal titulação. Para uma análise da tese e das condições institucionais em que este concurso ocorreu ver: (ERBERELI JÚNIOR, 2014, 75-94).

com 30 anos de exercício junto à cadeira de História Econômica da atual Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA).

Inserida em um projeto que se propõe à tomar o depoimento daqueles que mais contribuíram para a área de estudos brasileiros, dificilmente poderia esboçar algo sobre sua vida privada, afinal, sua fala deveria demonstrar seu mérito em ser considerada, ao lado de Florestan Fernandes, Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre etc, uma intelectual. Este lócus discursivo nos faz evocar Michel de Certeau, ao pensar o condicionamento do discurso às condições institucionais de onde o historiador o emite (CERTEAU, 2011). Já aí um desvio, uma diferença à inventariar, uma singularidade: Alice é a única mulher. Como são as outras entrevistas? A que se permitem os outros entrevistados e que Alice, ainda por ser mulher?, silencia? Michel de Certeau no texto de abertura de “História e Psicanálise” sugere a necessidade de historicizar a própria historiografia e o sujeito historiador. “Interrogar o sujeito do saber é, igualmente, ter de pensar o tempo, se é verdade que, por um lado, o sujeito organiza-se como uma estratificação de tempos heterogêneos e, por outro, seja mulher, negro ou basco, ele é estruturado por sua relação com o outro” (CERTEAU, 2012, p. 67). Daí decorre a importância de tomarmos Alice Canabrava em relação à outros. Interpelada por Flávio Saes sobre as condições da mulher em fins dos anos 1930 na FFCL/USP, Alice, depois de caracterizar o ambiente social e institucional comenta:

Disseram-me, pediram-me, até acharam que eu deveria escrever um livro de memórias. Eu disse não. Não merece tanto. Mas eu tenho então essa satisfação de fixar aqui, porque eu acho que é um momento importantíssimo de desenvolvimento social esse. E de modo que eu acho que é uma vitória das mulheres, elas terem... eu não sou de maneira nenhuma uma feminista, não é... não me intitulo nessa categoria, porque eu acho que as forças vem de dentro. Não adianta estar catequizando e dizendo você tem direito a isso, tem direito aquilo. Eu acho que a gente precisa sentir de dentro que tem direito as coisas. Que nós merecemos as coisas. Que devemos lutar por ela. Ter força para lutar por ela. Mesmo que perca no final, mas devemos lutar por aquilo que nós achamos justo, e por aquilo que significa alguma coisa de muito caro para nós próprios. De modo que eu digo que... então me disseram que eu deveria escrever. Eu digo não, eu não tenho tempo, nem talvez gosto de escrever um livro sobre isto, mas eu tenho prazer aqui, eu acho que é uma oportunidade de fixar esse depoimento como um depoimento de valor sociológico para a época (CANABRAVA, 1981).

Não quer se transformar em fonte, tão pouco ser vinculada ao feminismo.

Mas eis que encontramos Canabrava, logo em 1984, concedendo depoimento, onde afirma:

Sempre pensei na possibilidade de um relato sobre minha vivência como aluna e professora da Universidade de São Paulo, a ser preservado como um testemunho, eventual subsídio para a história das mentalidades em nosso país. Entusiasmei-me logo pela ideia de publicá-lo, consciente, como historiadora, do papel que pode ter a contribuição memorialista na reconstituição do passado (CANABRAVA, 2004, p. 85).

E mais, em nota da revisão da transcrição do depoimento, dispõem-se até mesmo à uma autobiografia: “Deixei correr os dedos na máquina de escrever, ao leve toque das reminiscências, deixando desenrolar o fio narrativo. Não omiti alguns pormenores que me pareceram significativos para caracterizar o ambiente. Outros, também significativos, ficaram para um possível livro autobiográfico”. Que nunca realizou... Vemos agora Alice Canabrava em sessão organizada pelo Centro de Estudos Rurais e Urbanos (CERU) da USP na reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência em julho de 1984 na USP. Sessão coordenada por Eva Blay e Alice Lang. Este projeto consistia em recolher o depoimento das primeiras mulheres que frequentaram a FFCL e que se tornaram professoras da USP. Entre as depoentes, além de Alice, tem-se: Gilda de Mello e Souza, Jandyra França Barzaghi, Olga Pantaleão, Maria Conceição Vicente de Carvalho e como contraponto: Veronica Rapp de Eston, da Faculdade de Medicina. Jandyra França Barzaghi é da primeira turma do curso de Química da FFCL, chegou à posição de primeira assistente de cadeira; depois demitiu-se em 1951 para se dedicar à família; Olga Pantaleão ingressou na turma de 1936 do curso de Geografia e História da FFCL; chegou à reger a Cadeira de História da Civilização Moderna e Contemporânea interinamente; mas quem assumiu como catedrático foi Eduardo D’Oliveira França; uma das fundadoras do antigo curso de História da FFCL de Marília juntamente com José Roberto do Amaral Lapa; Maria Conceição Vicente de Carvalho, autora da primeira tese de doutorado em Geografia no Brasil sob a orientação de Pierre Monbeig. Os depoimentos foram transcritos e entregues às autoras para aprovação. Estes depoimentos seriam publicados somente em 2004 no livro “Mulheres na USP” (BLAY; LANG, 2004).

Alice Canabrava está no masculinizado universo das ciências duras: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Porém, em sessão especial: está ela entre outras...

Agora somente entre mulheres e grandes mulheres: pioneiras como ela! Ao lado de Gilda de Mello e Souza, de Olga Pantaleão etc. Mais uma vez, se vincula aos “mestres” Fernand Braudel e Pierre Monbeig e demarca seu trato diferenciado para com os alunos. Novamente o contraponto: Taunay e Ayrosa. São grandes pesquisadores, mas seus cursos são tradicionais; é mulher que enfrenta a resistência masculina no concurso de 1946 e aqui, o que tomo por uma “ilusão autobiográfica”, parafraseando Pierre Bourdieu (1996; 2010), remete-se à infância e ao convívio com os pais para explicar a origem desta força; já teria sido preparada para enfrentar as hostilidades; é “professorazinha”, como ela mesma se denomina, de grupo escolar em Araras/SP, sua cidade natal. Mas este retorno à infância e adolescência trata-se de um preâmbulo à grande professora que será eleita emérita em 1985; vitoriosa na Faculdade de Economia, para onde foi depois de ser preterida no concurso de 1946, ocupou altos postos, com o apoio e voto de seus colegas economistas; mulher que trabalha horas a fio, vendo o sol nascer, pois gozava de boa saúde; professora e pesquisadora que formou competente grupo de pesquisas em história econômica.

Ao contrário da entrevista, neste depoimento, já enquadrado pelo império da escrita, a instância privada se faz presente. Porém, ela serve como instância explicativa e que dá sentido à todo um percurso posterior... E a fuga à construção autobiográfica presente na entrevista de 3 anos atrás? Desaparece para dar lugar à uma inflação memorialística e até mesmo ao desejo de se transformar em fonte. Ambição máxima do historiador? Alice está entre mulheres que, como ela, são tomadas por pioneiras. São singulares. E Alice Canabrava? É singular dentro desta singularidade? Como sua trajetória pode ser vista quando fitamos estas mulheres lado à lado? Suas singularidades se dissolvem quando postas em perspectiva com suas condições sociais de possibilidade? Não quero diluir Alice Canabrava. Como indica Durval Muniz de Albuquerque Júnior em texto que abre o livro “Grafias da Vida”:

[...] a biografia significa hoje desenhar uma figura de sujeito naquilo que ela se assemelha e se distancia em relação a um todo social que é a sua própria possibilidade de existência. O biográfico é a medição de um desvio, é a descrição de um processo de singularização, de um processo de subjetivação do social, cuja singularidade está sempre ameaçada de ser reabsorvida por este todo onde emergiu (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2012, p. 31).

O último momento público em que podemos ouvir Alice Canabrava é 1997, com 86 anos de idade. Não está entre professores do sexo masculino; não figura entre os intelectuais do projeto estudos brasileiros; não está entre seus pares femininos, as pioneiras... Está diante de seu mais dileto orientando, Flávio Saes que na entrevista de 1981 foi referido por ela como a maior esperança para a continuação da área de história econômica na FEA. Esta entrevista, assim como o depoimento, também sofreu sob o império da escrita, que exclui e marginaliza aquilo que não quer fazer ver e/ou ouvir (CERTEAU, 2011). Quem é Alice Canabrava já na noite de sua vida? Como quer ser lembrada? Braudel e Monbeig são presenças. Ao primeiro Alice atribui seu gosto pela história econômica e seus esquemas de aula em três tópicos, no máximo quatro; Taunay e Ayrosa voltam como professores antiquados; o concurso de 1946 é lembrado e a Faculdade de Economia exaltada por não lhe ter imposto barreiras pelo fato de ser mulher; a Faculdade de Filosofia, definida como um lugar de “intelectualóides” preconceituosos para com a mulher; seu legado é relacionado ao grupo de pesquisa em história econômica da FEA e suas pesquisas em história quantitativa, pioneiras; uma mulher “trabalhadeira”, em suas próprias palavras; quando gozava de boa saúde trabalhava exaustivamente (CANABRAVA,1997). Nenhum dado sobre a vida privada, talvez também pelas perguntas formuladas por Flávio Saes, que desconheço.

É possível responder quem é Alice Canabrava à partir de cada uma destas falas e escritos? Há rachaduras em seu empenho memorialístico. Destaco duas: uma diz respeito à um intento autobiográfico e memorialístico que é negado na primeira entrevista e afirmado, exaltado, no depoimento. A segunda em relação aos obstáculos de gênero na FEA: na primeira entrevista, a FEA é exaltada, mas também desvela todo problema que enfrentou quando foi diretora, o que a teria feito desistir de qualquer cargo administrativo futuro; no depoimento, a FEA é exaltada, assim como na segunda entrevista. Ainda a pergunta: Quem é Alice Canabrava? Quem foi Alice Canabrava? Alice Piffer Canabrava. Como se diz, um nome forte. Nome, o maior signo de identidade, conforme pensado por Pierre Bourdieu (1996; 2010). Porém, uma identidade rachada. Convivo com esta mulher por mim inventada e imaginada desde as aulas de “formação econômica do Brasil” ainda no curso de Economia em 2003. Essa mulher que me deixa várias noites em claro, que flerta na luz e depois se recolhe nas sombras. Imagens que se

formam e logo se diluem. O que consigo ver da beira da praia é apenas um rosto na areia, desfigurado pelas ondas do tempo.

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. O significado das pequenas coisas. História, prosopografia e biografemas. In: AVELAR, Alexandre; BISSO, Benito Schmidt (orgs.). **Grafia da vida: reflexões e experiências com a escrita biográfica**. São Paulo: Letra e Voz, 2012, p. 16-38.

Anuário da FFCL, 1939-1949. FFCL/USP, São Paulo: Seção Gráfica; Indústria Gráfica José Magalhães Ltda., 1953, 1v.

BLAY, Eva Alterman; LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. **Mulheres na USP: horizontes que se abrem**. São Paulo: Humanitas, 2004.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. **Usos & Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 183-191.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. 10ª edição. Campinas: Papyrus, 2010, p. 74-75.

BRAUDEL, Fernand. Du potosi à Buenos Aires: Une route clandestine de l'argent. Fin du XVe, début du XVIIIe siècle. **Annales. Économie, Sociétés, Civilisations**. Paris, n. 4, p. 546-550. 1948.

CANABRAVA, Alice Piffer. **O Comércio Português no Rio da Prata (1580-1640)**. São Paulo: Boletim XXXV da cadeira de História da Civilização Americana, n. 2, FFCL/USP, 1944.

CANABRAVA, Alice Piffer. **Depoimento**. São Paulo: Museu da Imagem e do Som, Estudos Brasileiros, rolo 116.27 A-0150, 1981.

CANABRAVA, Alice Piffer. **O Açúcar nas Antilhas (1697-1755)**. 2ª edição. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1981a.

CANABRAVA, Alice Piffer (org. coord.). **História da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo, 1946-1981**. V. 1: Personalía. São Paulo: FEA/USP, 1984.

CANABRAVA, Alice Piffer. Minhas Reminiscências. **Economia aplicada**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 157-163, 1997.

CANABRAVA, Alice Piffer. Alice Piffer Canabrava: historiadora. In: BLAY, Eva Alterman; LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. **Mulheres na USP**: horizontes que se abrem. São Paulo: Humanitas, 2004, p. 85-104.

CERTEAU, Michel De. **A Escrita da História**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

CERTEAU, Michel De. **História e Psicanálise**: entre ciência e ficção. 2ª edição. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

ERBERELI JÚNIOR, Otávio. **A Escrita da História entre dois mundos**: uma análise da produção de Alice Piffer Canabrava (1935-1961). 2014. 243 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História e Sociedade) – FCL/UNESP, Assis, 2014.

A LEI DO VENTRE LIVRE E SEUS IMPACTOS NA DEMOGRAFIA ESCRAVA: ESPÍRITO SANTO (1871-1888)

Rafaela Domingos Lago¹⁵⁴

Este trabalho coaduna comum olhar mais recente de historiadores que utilizam como objeto de pesquisa o fundo de emancipação¹⁵⁵. Tais estudos iniciaram no período de celebrações do centenário da abolição e permitiram uma renovação do pensamento sobre o tema. Apesar de não contestarem a visão da historiografia tradicional, –centrada no fato de o fundo de emancipação ter encontrado na má vontade de muito senhores e agentes públicos um grande obstáculo à sua plena realização –, acredita-se que esse mecanismo, como bem destaca Fabiano Dauwe, “atendeu a objetivos muito definidos, que não eram o de libertar escravos em grande escala, mas o de fazê-lo dentro de critérios definidos, que previam justamente uma pequena quantidade de libertações” (DAUWE, 2010, p. 1).

As pesquisas têm se fundamentado na ideia de que cada dispositivo estabelecido na lei de 1871 deve ser compreendido como tendo uma finalidade e uma intencionalidade bem determinadas para não se correr o risco, em análises de comparações numéricas, de desconsiderar a relevância dos efeitos do fundo de emancipação. É com esse olhar que serão analisadas as informações sobre o fundo encontradas nos relatórios de presidente de província do Espírito Santo.

Antes disso, vale destacar o fato de no Espírito Santo ter sido criada Lei provincial para a manumissão de escravos anterior a lei Rio Branco. Tal medida foi fruto das ideias de uma abolição gradual da escravatura que ganhava forma em vários pontos do Império, devido ao movimento emancipacionista. A lei Provincial nº 25 de 4 de dezembro de 1869 autorizava “a despesa anual de reis 6:000\$000 com alforrias de escravas de 5 a 10 anos de idade”¹⁵⁶. No ano seguinte, em 25 de setembro de 1870, segundo Daemon, em cumprimento dessa lei, foram alforriadas na capital 15 mulheres escravas, pelo fundo de emancipação (DAEMON, 2010, p. 446).

¹⁵⁴ Doutoranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo. Bolsista CAPES.

¹⁵⁵ Cf.: DAUWE, Fabiano. *A libertação gradual e a saída viável*. Os múltiplos sentidos da liberdade pelo fundo de emancipação de escravos. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 2004.

¹⁵⁶ Relatório lido no paço d'Assembléa Legislativa da provincia do Espirito-Santo pelo prezidente, o exm. senr. doutor Francisco Ferreira Correa na sessão ordinaria no anno de 1871. Victoria, Typ. do Correio da Victoria, 1872. p. 133.

Outra Lei Provincial, de nº 30, foi criada em 11 de dezembro de 1871, pouco mais de dois meses após a Lei Rio Branco. Aquela lei “consignou a quantia de 6:000\$000 anualmente para a manumissão de escravos do sexo feminino, da idade de 12 a 35 anos, por preço não excedente de um conto de reis cada um”¹⁵⁷. Segundo relatório do presidente de província Antonio de Paula Fonseca, houve trinta e cinco requerimentos apresentados pelos senhores das escravas que se propuseram a obter o benefício da manumissão outorgado pela lei, subindo a soma dos valores das pretendentes a mais de 28:000\$000. A comissão nomeada escolheu entre as propostas nove que reuniam em seu favor os motivos de preferência de que trata a lei: quatro residentes na Capital, duas na Serra, uma em Carapina, Queimado e Guarapari. Para a execução da referida lei, as cartas de liberdade foram produzidas e entregues pela presidência às libertadas no dia 7 de setembro, em sessão pública, no Palácio, como constava no regulamento.

Ainda no mesmo ano (1871), o presidente de província Francisco Ferreira Correa¹⁵⁸, deu execução a lei n. 25 de 1869, autorizando a despesa anual de 6:000\$000 com alforrias de escravas de 5 a 10 anos de idade. Até o dia 7 de setembro foram apresentadas 15 petições de pessoas que pretendiam o favor da lei para suas escravas. Foi nomeada uma comissão para dar parecer sobre essas petições, que a 29 de setembro dava conta do resultado dos seus trabalhos, opinando pela preferência de onze escravas. Três em Vitória, quatro em Guarapari, uma em Cariacica, Mangaray, Serra e Espírito Santo. Em 25 de setembro foram enviados todos os papéis concernentes às libertandas preferidas à tesouraria provincial a fim de se expedirem as cartas de liberdade.

Mais uma vez, as falas dos relatórios sugerem alterações a respeito da preferência pelo menor preço relativo de cada alforria e a respeito da idade de cinco a dez anos prescrita na lei. De acordo com o Presidente de Província:

As falas dos presidentes de província a respeito das exigências da lei giravam no sentido de diminuir a faixa etária das futuras libertandas, cogitando uma idade mais suscetível a instrução, ou, ao contrário, aumentá-la, para evitar a permanência das relações de dependência de seu ex-senhor. É evidente também, nos discursos, a satisfação em implantarem processo gradual de libertação encampado pelo governo Imperial e colocado em prática, ainda que se tratando da alforria de um número pequeno de

¹⁵⁷ Relatório apresentado a Assembléa L. Provincial da provincia do Espirito Santo, 1872. p. 17, 18.

¹⁵⁸ Relatório do Exmo. Senhor doutor Francisco Ferreira Correa, 1872. p. 132-136.

escravos.

Sabemos, contudo, que a totalidade dos votos dos deputados que representaram o Espírito Santo na Câmara foram contrários à sanção da Lei de 28 de setembro de 1871 (CONRAD, 1975). Tal reação, que revela o apego à mão de obra escrava na Província, não surpreende tratando-se de grandes fazendeiros das zonas cafeeiras, interessados na conservação do regime escravista.

Diante do exposto cabe ressaltar um dado por ora curioso, assim como nas libertações mencionadas anteriormente, não houve nenhuma libertanda residente na região sul cafeeira. Muito provavelmente sequer constara petição de senhores de escravas do reduto cafeeiro dessa Província.

A seguir serão analisadas como procederam as libertações do Fundo de emancipação criado pela lei de 1871 no Espírito Santo, com destaque para as duas regiões em foco neste trabalho.

No art. 3º da Lei Rio Branco de 1871 ficou estabelecido que seriam anualmente libertados em cada Província do Império tantos escravos quantos corresponderem à quota anualmente disponível do fundo destinado a emancipação. Os recursos arrecadados para o fundo eram repartidos entre cada província proporcionalmente ao número de escravos que contivessem. O mesmo critério servia para a distribuição em cada município.

Para que essa tarefa fosse possível, o artigo 8º da Lei Rio Branco de 1871 ordenou proceder a matrícula especial de todos os escravos realizada por juntas especialmente constituídas para isso em cada município.

Apesar de ter sido estabelecido no papel um sistema de registro e classificação, segundo Robert Conrad, o governo “pouco fez para assegurar que o trabalho fosse realmente realizado nas centenas de municípios do Império” (CONRAD, 1975: 135). Na Província do Espírito Santo, constam em três relatórios de presidente de província – em 1877¹⁵⁹, 1878¹⁶⁰ e 1882¹⁶¹ – com informações sobre a matrícula especial dos escravos referente à

¹⁵⁹Relatório apresentado a Assembleia Legislativa da província do Espírito-Santo em a 2.a sessão ordinária da vigésima primeira legislatura provincial pelo presidente desta província, Dr. Antonio Joaquim de Miranda Nogueira da Gama, aos 3 de março de 1877. Victoria, Typ. do Espírito-Santense, 1877.

¹⁶⁰Relatório apresentado pelo Exmo. Senhor dr. Manoel da Silva Mafra a assembleia Legislativa Provincial do Espírito-Santo no dia 22 de outubro de 1878. Victoria, Typ. da Actualidade, 1878.

lei de 1871. O primeiro revela a dificuldade na organização do quadro estatístico solicitado pelo Ministério, e nos outros dois anos há informações apenas de escravos residentes no município de Vitória e na vila do Espírito Santo. Os números serão analisados no próximo capítulo, quando forem tratados os nascimentos dos ingênuos a partir da Lei de 1871.

Municípios	Nº de escravos por município	Nº de escravos emancipados	Quotas distribuídas	Importância despendida
Victoria	3.687	26	10:000\$000	12:359\$140
Espirito Santo	511			
Viana	1.257		3:800\$000	
Serra	1.464	5	4:000\$000	3:450\$000
Nova Almeida	460	2	2:400\$000	1:600\$000
Santa Cruz	466	6	2:600\$000	2:330\$000
Linhares	172	2	1:503\$458	628\$000
Barra de S. Mateus	796	6	3:200\$000	3:150\$000
S. Mateus	2.017	8	5:000\$000	5:000\$000
Guarapary	417	4	2:000\$000	2:000\$000
Benevente	1.057	6	3:500\$000	3:251\$250
Cachoeiro de Itapemirim	7.482	9	12:000\$000	11:450\$000
Itapemirim	2.873	4	5:500\$000	5:200\$000
Total	22.659	78	55:503\$458	50:418\$390

Fonte: Falla com que o exm. sr. dr. Domingos Monteiro Peixoto installou a Assembléa Provincial do Espirito-Santo na sessão do dia 18 de setembro de 1875. Victoria, Typ. do Espirito-Santense, 1875. Relatório apresentado pelo exm.o sr. dr. Manoel José de Menezes Prado na installação da Assembléa Provincial do Espirito-Santo na sessão de 15 de outubro de 1876. Victoria, Typ. do Espirito-Santense, 1876.

A lentidão do registro e da classificação retardou, de fato, a aplicação do fundo de

¹⁶¹Relatório com que o Exmo. Senhor Dr. Herculano Marcos Inglez de Souza entregou no dia 9 de dezembro de 1882 ao Exm. Sr. Dr. Martim Francisco Ribeiro de Andrada Junior a Administração da Província do Espirito Santo.

emancipação¹⁶². Entre 1875 e 1876, quase cinco anos depois da criação da Lei Rio Branco, foram libertados os primeiros escravos no Espírito Santo com a aplicação da primeira quota do fundo de emancipação.

Na fala com que o presidente de província Domingos Monteiro Peixoto instalou a Assembleia Provincial do Espírito Santo na sessão do dia 18 de setembro de 1875, foi declarado que o Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas em aviso de 6 de abril do mesmo ano, comunicou haver sido marcada a quantia de 55:503\$458, para a libertação de escravos na Província, por ato de 12 de agosto. Após sujeitada a aprovação do Governo, foi feita a distribuição pelos municípios da maneira seguinte:

Segundo Robert Conrad (1975: 138), em maio de 1876, quase cinco anos depois da Lei Rio Branco, o governo do Império anunciou que 1.503 escravos haviam sido libertados pelo fundo, cerca de 1 em cada 1.000 registrados. No Espírito Santo foram 78 libertos (5% do total) com a quota de 55:503\$458 destinada à Província.

De acordo com a tabela havia em 1875 no Espírito Santo 22.659 escravos. A maior quota do fundo (12:000\$000) foi destinada a Cachoeiro de Itapemirim, município com maior quantidade de cativos da Província (33%). A segunda maior quota (10:000\$000) foi destinada aos municípios de Vitória e Espírito Santo. Juntos representavam 18,5% dos escravos da Província. Em terceiro lugar (5:500\$000) estava o município de Itapemirim, outro reduto da lavoura cafeeira. Saltam aos olhos, contudo, a diferença entre o número de escravos emancipados e a importância despendida para tanto nessas regiões. Considerando a libertação dos 26 escravos pertencentes a Vitória, Espírito Santo e Viana, encontramos uma média de 475\$351 gastos por escravo. Em Cachoeiro de Itapemirim a média foi de 1:272\$222, mais que o dobro. Em Itapemirim a média chegou a 1:300\$000!

Se observarmos o total de escravos emancipados (78) com o que foi gasto, verificamos uma média de 646\$389 por escravo. O custo médio de libertações pelo fundo de emancipação encontrado, de acordo com os dados da tabela, se aproxima com o que foi calculado por Robert Conrad (1875, p. 363) para a província do Espírito Santo, 709\$000.

Em 19 de julho de 1880, em relatório do então presidente de província do Espírito Santo

¹⁶² Em maior de 1874, mais de 3 mil contos já tinham sido acumulados no fundo, o suficiente para libertar quase 6.500 escravos a um preço médio de 500 mil-réis cada (CONRAD, 1975, p. 137).

Eliseu de Sousa Martins,¹⁶³ foram convocadas juntas classificadoras dos escravos dos municípios afim de ser aplicada a quota de 60:184\$530, que na segunda distribuição do fundo de emancipação coube a província para ser distribuída por todos os municípios. Apesar de não informada a divisão das quotas por região bem como o número de libertados nesse documento, o relatório de 1882¹⁶⁴ expõe algo novo. O fato de que no ano anterior terem sido libertados em audiências de Juízes de Órfãos 17 escravos pertencentes ao município de Cachoeiro, que ainda não havia empregado as quotas da segunda distribuição feita pelo fundo de emancipação.

Em janeiro de 1882 foram convocadas as Juntas Classificadoras dos escravos dos municípios da Província afim de ser aplicada a quota de 34:892\$266 que na 3ª distribuição do fundo de emancipação coube à Província¹⁶⁵. A referida quota seria distribuída por todos os municípios, segundo o número de escravos existentes, incluindo a importância (3:356\$103) das sobras que lhes competiam, resultantes das duas últimas distribuições.

Ao receber o aviso circular do Ministério dos Negócios da Agricultura, Comercio e Obras Públicas em dezembro de 1882, o presidente de província Martim Francisco Ribeiro de Andrada Junior¹⁶⁶ convocou para o dia 15 de fevereiro de 1883 as Juntas Classificadoras dos escravos dos municípios da Província para ser aplicada a quarta quota de 46:600\$000 do fundo de emancipação. A distribuição¹⁶⁷ conferiu a Cachoeiro de Itapemirim, a Capital¹⁶⁸ e a Itapemirim as maiores quantias. Cachoeiro de Itapemirim ficou com 20:000\$000, a Capital com 7:000\$000 e Itapemirim com 4:532\$441. Com o produto da quarta distribuição da província libertaram-se 40 escravos, sendo 23 do sexo masculino e 17 do feminino. Despendeu-se com as respectivas indenizações a quantia de

¹⁶³Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. Eliseu de Sousa Martins no dia 19 de julho de 1880 passou a administração da Província do Espírito Santo ao Exm. Sr. Tenente Coronel Alpheu A. Monjardim de A. e Almeida 1º Vice presidente.

¹⁶⁴Relatório com que o Exmo. sr. dr. Marcellino de Assis Tostes, no dia 13 de fevereiro de 1882, passou a administração da província do Espírito-Santo ao exm. sr. tenente-coronel Alpheu Adelpho Monjardim de Andrade e Almeida, primeiro vice-presidente. Victoria, Typ. do Horizonte, 1882.

¹⁶⁵Relatório do exm. sr. dr. Marcellino de Assis Tostes, 1882.

¹⁶⁶Relatório apresentado á assembleia Legislativa da província do Espírito-Santo pelo Exmo. sr. dr. Martim Francisco Ribeiro de Andrada Junior em 3 de março de 1883. Victoria, Typ. do Horizonte, 1883.

¹⁶⁷ Capital e Espírito Santo: 7:000\$000; Serra e Nova Almeida: 4:168\$633; Santa Cruz: 1:024\$009; Linhares: 500\$000; Barra de S. Matheus: 1:035\$177; Cidade do mesmo nome: 3:500\$451; Vianna: 2:087\$776; Guarapary: 704\$056; Benevente: 2:016\$738; Itapemirim: 4:532\$441; Cachoeiro de Itapemirim: 20\$000\$000. Total: 46:569\$281. Na distribuição estão incluídas as sobras da última quota pertencentes a diferentes municípios na importância de 569\$281 rs.

¹⁶⁸ Os valores também incluem, além da Capital, a vila do Espírito Santo.

21:735\$930, verificando-se um saldo de 24:832\$351. Importa destacar que essa diferença se deve a não aplicação das quotas distribuídas aos municípios de Cachoeiro de Itapemirim e cidade da Serra, “cuja demora é notável e injustificável”, na fala do presidente da Província¹⁶⁹.

Por fim, para ser aplicada a quantia de 20:000\$000, que coube a província do Espírito Santo na 7ª quota do fundo de emancipação, Antonio Joaquim Rodrigues distribuiu proporcionalmente pelos municípios, deduzindo, na forma recomendada pelo Ministério da Agricultura, a quantia de 1:577\$623, equivalente ao déficit verificado na 5ª quota distribuída no município de Benevente. Para Linhares mandou reunir a importância de 350\$580, que deixou de ser empregada na 6ª distribuição, e adicionou aos demais municípios as sobras, que lhe competiam na importância de 9:784\$179. O presidente convocou as juntas classificadoras para o dia 16 de junho. Elas se reuniram no referido dia, exceto em Benevente e Itapemirim, que designou o dia 26 de julho para iniciar seus trabalhos. Chama atenção o fato de o presidente preocupar-se com o pequeno número de libertação pelo fundo de emancipação até aquele momento. Eram apenas seis escravos, sendo um do município de Guarapari, um da Barra de São Matheus e quatro da cidade de mesmo nome.

A análise dos dados apresentados sobre o fundo de emancipação na Província revela o elevado gasto do fundo com os escravos da região sul, uma média altíssima com o menor número de manumissões. Evidencia, ainda, as tardias distribuições do Fundo de Emancipação no município de Cachoeiro de Itapemirim, “notáveis e injustificáveis”. Havia uma clara relutância dos fazendeiros em efetuar o processo gradual de libertação empreendido pelo governo. Ainda que se tratasse, como dito anteriormente, de um mecanismo de libertação que previa em seus critérios justamente uma pequena quantidade de alforrias, houve relutância dos fazendeiros da região sul em utilizar as quotas distribuídas.

O fenômeno da grande variação da quantidade de escravos libertados pelo fundo de emancipação nos municípios do Espírito Santo foi encontrado em outras partes do Império. O que sugere haver uma relação inversamente proporcional entre a atuação do fundo em uma determinada localidade e o vigor econômica da região. Segundo Fabiano

¹⁶⁹Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. Miguel Bernardo Vieira de Amorim, 2. Vice-presidente, passou a administração desta província ao Exmo. Sr. Dr. Joaquim José Affonso Alves no dia 12 de janeiro de 1884. Victoria, Typ. do Horizonte, 1884.

Dauwer (DAUWE, 2010: 8), em localidades como Campinas (SP) e Vassouras (RJ), grandes centros produtores de café, o fundo de emancipação teve uma atuação muito mais restrita do que em regiões de economia mais frágil, que libertaram quantidades de escravos comparativamente muito maiores e por valores muito inferiores aos estipulados nos grandes centros. Assim como nessas regiões produtoras de café, o sul do Espírito Santo, devido a motivações eminentemente econômicas mostrou-se discrepante das outras regiões da Província.

Mesmo assim, entre 1876, quando foi aplicado pela primeira vez, até 1887, ano da distribuição da última quota, o fundo libertou mais de 32 mil escravos em todo o país, despendendo para isso uma quantia superior a 27 mil contos de réis (DAUWE: 2). O Espírito Santo libertou 422 escravos (2,1%) numa população escrava calculada, em 1885, em 19.762. Menores médias apresentaram as províncias de Minas Gerais (1,6%), Rio de Janeiro (1,5%) e São Paulo (0,6%) (ALMADA, 1984, p. 192).

O fundo de emancipação consistiu, portanto, em dispositivo coerente com o espírito da lei do Ventre Livre, que era o de encaminhar a extinção da escravidão no Brasil da forma mais lenta e gradual possível, alterando pouco as estruturas políticas e sociais do país. Dessa forma, compreende-se que o objetivo não era o de obter libertações em massa, e sim garantir algumas liberdades de forma controlada. De acordo com Dauwe (2004: 97), o fundo era, inclusive, uma forma de se garantir a manutenção da autoridade senhorial sobre o antigo escravo, ao mesmo tempo que se buscava vinculá-lo ao poder público. Nesse processo, objetivava-se, portanto, obter a gratidão do liberto aos seus dois libertadores: o Estado e o antigo senhor.

Além da liberdade conquistada pelo fundo de emancipação, havia também outros meios de adquiri-la, como por meio de pecúlio, em conformidade com a Lei 1871. Graças a ela foi concedido ao escravo o direito legal de adquirir pecúlio por meio de doações, legados e heranças, ou, proveniente das economias de seu trabalho. Assegurado o pecúlio, o escravo poderia comprar sua própria liberdade quando tivesse a quantia em dinheiro igual ao seu valor. Foram do mesmo modo significativas as liberdades gratuitas e condicionadas, que não serão analisadas neste trabalho.

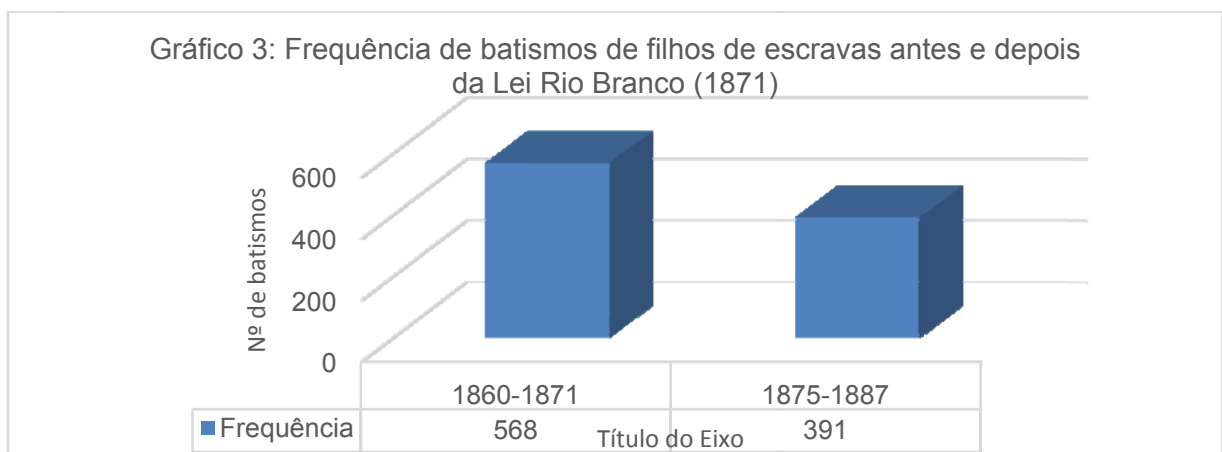
Por último, o artigo 1º da legislação de 1871 considerava livres os filhos das mulheres escravas que nasceram no Império desde a data da lei, obrigando seus senhores a cuidar deles até a idade de oito anos, quando, então, os donos das mães poderiam escolher

entre receberem do Estado uma indenização de 600 mil reis em títulos de trinta anos a seis por cento ou usarem o trabalho dos menores (ingênuos) até eles alcançarem a idade de vinte e um anos.

Para aferir o impacto da lei na população escrava da Província foram utilizados os registros de batismos da Paróquia de Nossa Senhora da Vitória constantes em livro cujas folhas foram assinadas, numeradas e rubricadas pelo chefe de polícia do Espírito Santo, Antonio Joaquim Rodrigues, em 6 de novembro de 1871. A confecção de um livro especial tratava-se de uma exigência do artigo oitavo da lei de 28 de setembro de 1871 para o registro de nascimentos dos filhos de escravas nascidos desde então, cuja omissão do pároco levaria ao pagamento de uma multa de 100\$000 reis.

Importa destacar que apesar do livro ter sido aberto ainda no mesmo ano da lei, os primeiros assentos datam de 1875. Como o documento encontra-se bastante deteriorado, não se sabe se possui preservadas todas as suas folhas. Também chama atenção o fato de os registros estarem fora da ordem cronológica. Portanto, fica a incerteza se folhas se perderam e/ou se os filhos de escravas nascidos imediatamente após a lei ou nos primeiros anos seguintes simplesmente não foram registrados por omissão dos senhores.

Vejamos o gráfico com a frequência de batismos de filhos de escravas antes e depois da Lei Rio Branco:



Fonte: Cúria Metropolitana de Vitória. *Livro de Batismo de Escravos da Catedral*, L.04B, 1859-1872. Cúria Metropolitana de Vitória. *Livro de Batismo de filhos de escravos que nasceram depois da lei de 1871*, L.05B, 1871-1887.

Os dados do gráfico acima foram retirados do livro de batismos de escravos da paróquia de Nossa Senhora da Vitória e do livro especial criado depois da lei de 1871 na mesma

localidade. Entre 1860 e 1871 foram batizados 568 escravos. Apesar de terem sido realizados batismos até o dia 28 de dezembro de 1871, 46 cativos receberam o sacramento nesse ano, as datas dos nascimentos são anteriores ao dia 28 de setembro. Flora, filha natural de Germana e escrava do Doutor Jose de Melo e Carvalho foi batizada no dia primeiro de outubro e seu nascimento consta de 18 de agosto¹⁷⁰. Ela foi a última escrava registrada com data de nascimento anterior à publicação da Lei na região. Se a data do nascimento, às vésperas da lei, foi fruto do destino ou estabelecida por estratégia de seu senhor nunca saberemos.

De volta a análise do gráfico, após três anos de lacuna, consta em 1875 apenas 20 nascimentos de filhos de escravas, ou seja, menos da metade em relação aos anos anteriores. Em 1876 o número se normaliza e alcança 47 batismos. Em 1877, 38 inocentes foram batizados, e em 1878, 41.

Dentre os 391 ingênuos nascido sob a égide da Lei do Ventre Livre, seis (1,5%) foram plenamente libertos das condições em que viviam sujeitos em virtude da lei antes de completar um ano de idade, ou seja, os senhores desistiram dos serviços pelos quais tinham direito. Eram eles: Manoel, filho de Margarida, escrava de Manoel Francisco Gomes; Artur, cuja mãe pertencia a Dona Francisca Martins Ferreira Meireles; Gratutina, filha de Isabel, escrava de Dona Delfina Maria da Conceição Resende; Crenolina, filha de Jesuina, escrava de João Jacob Tosch; Manoel, filho de Germana, escrava de Manoel Gomes das Neves Pereira e Augusta, filha de Rosinda, escrava do Capitão Martins de Azambuja Meireles¹⁷¹.

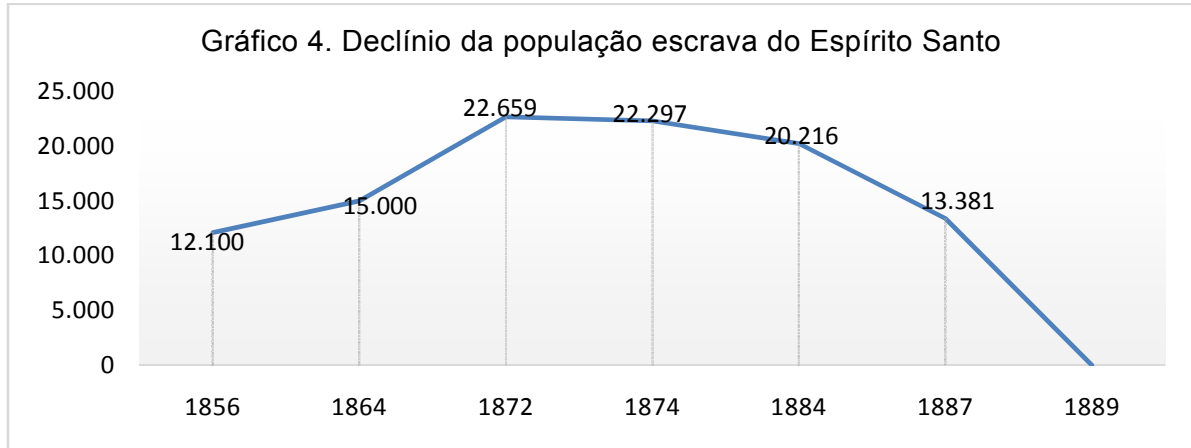
A partir dessas informações podemos assegurar que os senhores preferiam utilizar os serviços dos “filhos da lei Rio Branco” até atingirem os 21 anos de idade do que receber a indenização do Estado e conceder a liberdade a eles. Segundo Joseli Mendonça (1995, p. 66), ao mesmo tempo em que a lei desapropriou os senhores dos frutos do ventre de suas escravas, outorgou-lhes a exclusividade da escolha sobre o destino das crianças que tornara livres e estabeleceu a possibilidade da manutenção do atrelamento pessoal, tornando essas crianças obrigadas à prestação de serviços aos senhores de suas mães.

Corroborando com as informações sobre os batismos de ingênuos filhos de escravas em

¹⁷⁰ Cúria Metropolitana de Vitória. *Livro de Batismo de Escravos da Catedral*, L.04B, 1859-1872. Folha s/n.

¹⁷¹ Cúria Metropolitana de Vitória. *Livro de Batismo de filhos de escravos que nasceram depois da lei de 1871*, L.05B, 1871-1887. Folhas: 41, 70, 71, 78, 80, (ilegível).

Vitória, observa-se nas estatísticas do governo uma diminuição mínima do número de escravos na Província entre 1871 e 1874, quando, a partir de então, inicia-se um declínio mais acentuado dessa população. Vejamos o próximo gráfico:



Fonte: 1856: Relatório com que o Exm. Snr. Presidente da Província do Espírito Santo, o Doutor José Mauricio Fernandes Pereira de Barros, passou a administração da Província ao Exmo. Sr. Comendador, José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, segundo Vice-Presidente, no dia 13 de fevereiro de 1857; 1872: Recenseamento Geral do Império de 1872. Diretoria Geral de Estatística, Rio de Janeiro, Typ. Leuzinger/ Tip. Comercial, 1876, 12 volumes. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/>; 1864, 1874, 1884 e 1887: Perdígão Malheiro, A escravidão, II, 198; Relatório do Ministério da Agricultura, 10 de maio de 1883, página 10; *ibid.*, 30 de abril de 1885, página 372; *ibid.*, 14 de maio de 1888, página 24. (Apud, CONRAD, 1975, p. 346).

Em 1872 a população cativa na Província alcançou números nunca antes vistos no local (22.659). A partir de então, como notório no gráfico, este índice sofreu de tímida e acentuada queda. Entre 1872 e 1874 o declínio foi tênue (eram menos 362 cativos). Já entre 1874 e 1884 observou-se uma queda considerável de 2.081 pessoas. Em 1887 havia 6.835 escravos a menos na Província, que passou a contar com uma população de 13.381 indivíduos. Ainda assim, observamos no Espírito Santo, às vésperas da abolição pouco mais da metade do contingente escravo calculado em 1872. O que evidencia a dificuldade dos proprietários de escravos em romperem com tal instituição.

A lei do ventre livre, apesar de não causar um impacto imediato na diminuição da população cativa na Província do Espírito Santo, contribuiu significativamente para o colapso da escravatura ao comprometer a última fonte de abastecimento de mão de obra cativa: o ventre das escravas. Mesmo dependente dessa mão de obra até as vésperas da abolição, não havia mais condições de impedir o declínio de tal instituição no Espírito Santo.

Referências bibliográficas:

ALMADA, Vilma Paraíso Ferreira de. **Escravidão e Transição**: o Espírito Santo 1850/1888. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

DAEMON, Basílio Carvalho. **Província do Espírito Santo**: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística. Vitória: Secretaria do Estado da Cultura; Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010

DAUWE, Fabiano. **A libertação gradual e a saída viável**. Os múltiplos sentidos da liberdade pelo fundo de emancipação de escravos. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 2004.

DAUWE, Fabiano. Liberdade inconveniente: os múltiplos sentidos da liberdade pelo fundo de emancipação de escravos. **Anais do X Encontro Estadual de História: O Brasil no Sul**: cruzando fronteiras entre o regional e o nacional – UFSM, 2010. Disponível em: <http://www.eeh2010.anpuh-rs.org.br/site/anaiscomplementares>. Acesso em 05/01/2016.

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. **A lei de 1885 e os caminhos da liberdade**. Dissertação (mestrado): Universidade Estadual de Campinas, 1995.

O ESTADO DE EXCEÇÃO, A VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E A RESISTÊNCIA À DITADURA MILITAR BRASILEIRA

Ramilles Grassi Athaydes¹⁷²

Resumo

Em sua teoria sobre o estado de exceção, Agamben expõe sua preocupação em relação ao fato de que os governos de emergência deixaram de ser exceção, e passaram a ser a regra. Assim, os instrumentos de governos tidos como dispositivos temporários para épocas de crise, acabam tendo a possibilidade de tornarem-se instituições duradouras, ainda que em tempos de paz. Foi o que aconteceu com a intervenção militar brasileira. A interposição que se acreditava curta, engendrou um regime autocrático que perdurou por mais de duas décadas no país, no qual a violação dos direitos humanos apresentava-se como uma constante. A resistência à opressão foi feita por diversos grupos, defensores das mais variadas correntes político-ideológicas. Entretanto, a democracia só voltaria a ser restaurada, de fato, no país, muito tempo depois.

Palavras-chaves: Estado de Exceção; Ditadura Militar; Violação de Direitos; Resistência.

Introdução

Deixada de lado durante muito tempo, a História Política assistiu seu renascimento a partir da década de 1970, passando a ter novos contornos e objetos de estudo na medida em que foi influenciada pelo contato com a Ciência Política, formulando assim uma teoria do Estado e do poder do Estado, tratando de novos âmbitos como o comportamento político, a politização da sociedade e a cultura política, entre outros, permitindo, dessa maneira, compreender as motivações das ações dos homens em determinados momentos históricos (CARDOSO, 2012).

Segundo Ferreira (1992), citando Pierre Laborie, a importância da história política se dá

¹⁷² Mestranda em História Social das Relações Políticas pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Bolsista FAPES

ao fato de ser ela o lugar onde se articula o todo social e sua representação, constituindo-se em uma matriz simbólica na qual a experiência coletiva se reflete. Isso fez com que o renascimento da história política se tornasse uma tendência historiográfica e sua produção de conhecimento multiplicasse. Fato percebido principalmente na França no desenrolar da década de 1970. Todavia, no Brasil, apesar de ter havido um significativo crescimento no número de pesquisadores e publicações sobre o político, ainda na década de 1990 os interessados pelo assunto continuavam sendo vistos com certa desconfiança por parte da comunidade intelectual (FERREIRA, 1992, p. 271). Essa apatia pela história política brasileira impossibilitou, durante muito tempo, que debates sobre acontecimentos muito importantes de nosso país pudessem vir à tona. O Brasil assistia no início dos anos 1990 a tentativa de consolidação de sua recém-estruturada democracia. Após décadas sob o julgo de um regime ditatorial, não era de se estranhar que debates sobre a tônica política fossem evitados, principalmente se tratassem dos acontecimentos dos últimos anos. Todavia, acontecimentos de conflagração interna constituem uma marca profunda em uma sociedade, pois evidenciam oposições ideológicas e políticas existentes em uma mesma nação. Por conseguinte, presenciou-se a partir dos anos 2000 uma retomada de interesse sobre a história política de um passado muito recente do país.

A Ditadura que se instaurou no Brasil em 1964, através de um golpe civil-militar¹⁷³, é um paradigma em relação a esse assunto. Assim como os demais regimes originados em condições análogas, a Ditadura brasileira também precisou da História para se legitimar, tentando buscar no passado a identificação da nova sociedade que estava disposta a construir, e a ratificação de sua conduta na manutenção do tradicionalismo (NAPOLITANO, 2014). Notadamente anticomunistas, e contrários às reformas de base defendidas pela esquerda brasileira, os militares possuíam uma visão própria do que seria um reformismo, e buscaram trazer para si uma essência “revolucionária”, mas à sua maneira. Assim, ao passo que se contrariavam com os ideais de esquerda, também defendiam algumas reformas, sempre mantendo o discurso de manutenção da ordem

¹⁷³O termo civil-militar explicitado no texto é defendido por alguns autores que afirmam a impossibilidade do acontecimento de um golpe com tamanha proporção e magnitude, sem o apoio de camadas populares, mais especificamente das elites políticas e econômicas do país, o que torna-se evidente quando se analisa os eventos conhecidos como “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”. Sobre esse assunto, consultar: FICO, Carlos. **Além do Golpe: a tomada do poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar**. Rio de Janeiro: Record, 2004; REIS, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

social vigente. Destarte, conseguiram o apoio popular para a realização do estratagema que culminou com mais de vinte anos de supressão das liberdades políticas e individuais do país.

Nas comemorações do “cinquentenário” do golpe acontecidas em meio ao ano de 2014, muitos estudos foram publicados no intuito elucidar os acontecimentos desse período da história brasileira. Contudo, ainda é fato que muitos questionamentos relativos a esse período em que o Brasil presenciou uma das mais graves violações de direitos do país, ainda se encontram abertos. Retomar a esse tema não faz dos novos estudos produzidos simples releituras do passado, mas torna imperativa a necessidade de produção de novos conhecimentos que possibilitarão um rompimento com a fragilidade da memória política brasileira.

Com a promulgação da Lei 12.527 (Lei de Acesso à Informação) de 18/11/2011 e o estabelecimento da Comissão Nacional da Verdade, pela Lei 12.528 de 18/11/2011, historiadores e interessados puderam adquirir maior acesso à informações até então inatingíveis ou muito restritas, contribuindo assim para a elucidação de muitos acontecimentos desse período da história do Brasil que ainda possui lacunas a serem preenchidas, e trazem à tona muitos debates (novos e antigos) acerca de episódios marcantes da ditadura militar brasileira.

A instituição do estado de exceção, violação dos direitos e resistência

Georgio Agambem (2004), em sua obra sobre o estado de exceção, versa sobre a legitimidade do direito de adoção de medidas extremas para a manutenção da ordem social. Caracterizado como uma oposição ao estado de direito, o estado de exceção seria uma medida provisória, na qual a própria ordem jurídica é suspensa, uma vez que os poderes são concentrados pelo Executivo. Todavia, percebe-se a preocupação do autor com a tendência atual da migração de uma medida provisória e excepcional para uma técnica de governo, transformando, assim, o estado de exceção em paradigma de governo. Frente ao incontrolável crescimento do que o autor considerou como uma “guerra civil mundial”, um “estado de emergência”, o estado de excepcionalidade apresenta-se como a única medida capaz de garantir os direitos individuais. Direitos

estes que, inicialmente, são cerceados pelo próprio estado de exceção. Segundo o autor, “Uma opinião recorrente coloca como fundamento do estado de exceção o conceito de necessidade” (AGAMBEM, 2004, p. 40).

Assim, a instauração da Ditadura Militar brasileira foi legitimada pelos próprios militares através do viés da necessidade imperativa de manutenção da ordem vigente, como fica evidente na fala do general Castello Branco em ultimato ao governo de João Goulart:

São evidentes duas ameaças: o advento de uma Constituinte como caminho para a consecução das reformas de base e o desencadeamento em maior escala de agitações generalizadas do ilegal poder do CGT¹⁷⁴ [...]. A ambicionada Constituinte é um objetivo revolucionário pela violência com o fechamento do atual Congresso e a instituição de uma ditadura. [...] É preciso aí perseverar, sempre ‘dentro dos limites da lei’. Estar pronto para a defesa da legalidade, a saber, pelo funcionamento integral dos três poderes constitucionais e pela aplicação das leis, inclusive as que asseguram o processo eleitoral, e conta a calamidade pública a ser promovida pelo CGT [...]. (IANNI, 1971, p. 138)

O Golpe Civil-Militar foi deflagrado em 31 de março de 1964 contra o governo legalmente formado e, sem muita resistência, o então presidente, João Goulart, partiu para o exílio, abrindo vacância ao cargo presidencial. Como Jango havia assumido o posto em 1961 após a renúncia de seu predecessor, Jânio Quadros, a Constituição de 1946, em vigor na época do golpe, previa interinamente o cargo da presidência da República ao presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli. Em seu lugar, uma junta que se autodenominou de “Comando Supremo da Revolução”, composta por três membros, assumiu o poder e, posteriormente, decretou o primeiro dos Atos Institucionais, mecanismos não previstos constitucionalmente e que davam caráter de legalidade aos atos de exceção praticados pelo governo. A primeira medida tomada foi a cassação de mandatos legislativos e suspensão de direitos políticos daqueles considerados como uma ameaça constitucional. Assim, a junta eliminou a oposição ao regime que existia dentro do Congresso Nacional e convocou eleições, dando suposta legitimidade democrática ao então presidente eleito indiretamente por aqueles parlamentares que permaneceram no Congresso por não serem considerados “ameaças” pelos militares, Castello Branco.

Segundo Agamben, a teoria de “plenos poderes” é garantida pelas constituições

¹⁷⁴ Comando Geral dos Trabalhadores.

democráticas. Todavia, seu uso, necessariamente, acaba ponto fim à democracia. “A expressão ‘plenos poderes’ [...], com que, às vezes, se caracteriza o estado de exceção, refere-se à ampliação dos poderes governamentais e, particularmente, à atribuição ao executivo do poder de promulgar decretos com força-de-lei.” (2004, p. 17). O autor prossegue citando Tingsten (1934), que define a lei de plenos poderes como aquela por meio da qual o executivo obtém um poder de regulamentação excepcionalmente amplo, podendo modificar e anular, por decretos, as leis em vigor. Assim fizeram os militares ao promulgarem os Atos Institucionais e Decretos-Lei, que acabaram por legitimar as atrocidades cometidas pelo regime.

O principal objetivo dos Atos era o reforço legal do Poder Executivo [...] dentro do sistema político. [...] Além disso, os Atos serviram para consolidar um processo de ‘normatização autoritária’ [...]. Ao todo, entre 1964 e 1977, foram 17 atos principais e 104 atos complementares. Ao lado dos famosos ‘decretos secretos’, constituem a tessitura principal do emaranhado de leis que marcaram a consolidação dos princípios autoritários do sistema jurídico-político na vida brasileira. No começo de 1967, colecionando quatro Atos Institucionais, o governo Castelo Branco dá novos passos para a institucionalização do regime [...]. Em janeiro, o governo impôs uma nova Constituição, sancionada pelo Congresso às pressas, a qual define o formato das eleições, que passam a ser indiretas, e faculta ao próprio presidente da República a possibilidade de propor emendas constitucionais. (NAPOLITANO, 2014, p. 79-80)

Sobre essa suposta constitucionalidade de uma ditadura, Agamben ressalta que “ela permanece prisioneira de um círculo vicioso segundo o qual as medidas excepcionais, que se justificam como sendo para a defesa da constituição democrática, são aquelas que levam à sua ruína (2004, p. 20). Assim, a revogação da Carta Magna de 1946 pelo então presidente militar Castelo Branco, explicitou as intenções estratégicas do governo para se manter no poder. Porém,

Não há nenhuma salvaguarda constitucional capaz de garantir que os poderes de emergência sejam efetivamente usados com o objetivo de salvar a constituição. Só a determinação do próprio povo em verificar se são usados para tal fim é que pode assegurar isso [...]. (FRIEDRICH, 1941, *apud*, AGAMBEN, 2004, p. 21)

Nesse ponto, Agamben afirma que o estado de exceção passa a se tornar regra. A Ditadura brasileira, sob a alegação de garantia da ordem constitucional, usou os poderes adquiridos pela suspensão da mesma, para se legitimar e permanecer no comando. Logo após o golpe inicia-se uma onda repressiva que atingiu principalmente os setores de esquerda mais engajados, como a CGT, a União Nacional dos Estudantes e a Ação Popular. A ação dos militares era justificada pelo princípio de restauração da disciplina e

combate à “ameaça comunista”, que intentava subverter a ordem existente e que traria o caos para o país. Todavia, segundo Agamben (2004), o conceito de necessidade é totalmente subjetivo, relativo ao objetivo que se quer atingir. Destarte:

[...] a aporia máxima, contra a qual fracassa, em última instância, toda a teoria do estado de necessidade, diz respeito à própria natureza da necessidade, que os autores continuam, mais ou menos inconscientemente, a pensar como uma situação objetiva. Essa ingênua concepção, que pressupõem uma pura factualidade que ela mesmo criticou, expõem-se imediatamente às críticas dos juristas que mostram como a necessidade, longe de apresentar-se como um dado objetivo, implica claramente em juízo subjetivo e que necessárias e excepcionais são, é evidente, apenas aquelas circunstâncias que são declaradas como tais. (AGAMBEN, 2004, p. 46)

Assim, percebe-se que o golpe e a implantação de um regime militar têm como justificativa o conceito de necessidade. Todavia, essa necessidade transforma-se em base legal para o acometimento dos direitos individuais previstos em lei. Percebe-se claramente o exposto na análise dos Atos Institucionais e Decretos-Lei que violavam os direitos inalienáveis do ser humano, e ainda assim continuavam sob a justificativa da legalidade. Prisões arbitrárias, detenções e torturas eram práticas recorrente do regime militar que, ao passo em que tinha o seu poder questionado, intensificava ainda mais as medidas repressivas contra os que consideravam “subversivos”, ou seja, aqueles que ousavam subverter a ordem posta. Verifica-se aqui, portanto, o que Foucault (1979) classificou como “concepção negativa do poder”, aquela na qual o Estado é compreendido como aparelho repressivo que castiga para dominar.

Os métodos de vigilância, detenção e obtenção de informações não eram convencionais. Os trabalhos normalmente se dividiam nas tarefas de busca e captura de militantes políticos, interrogatório dos detidos e análise de informações coletadas. [...] Importa dizer que os métodos violentos nunca foram aberta e publicamente defendidos pela hierarquia militar, mas empregados de forma ampla, com o aval e sob orientação da alta cúpula. O interrogatório sob tortura foi uma das linhas mestras da repressão política. A violência dos tapas, socos e pontapés dos primeiros tempos sofisticou-se em torturas que seguiam uma ordem de intensidade crescente: palmatória, afogamento, ‘telefone’, pau de arara. [...] Foram inventariadas pela equipe do Projeto Brasil: Nunca Mais, em todo país, 310 variações de tortura, catalogadas em nove categorias usadas contra presos políticos [...]. (JOFFILY, 2014, p. 165)

Usando as mais variadas formas de castigo para garantir sua dominação, os militares praticavam a repressão como uma forma de eliminação seletiva, na qual os militantes contra o regime mais proeminentes, principalmente da esquerda armada, foram sendo “caçados” um a um, chegando até mesmo, nos anos mais repressivos (1969-1974), à eliminação dos líderes de organizações clandestinas. A título de exemplo, tem-se o

assassinato do líder da Ação Libertadora Nacional, Carlos Marighella, e a eliminação dos partícipes da Guerrilha do Araguaia, ligados ao PCdoB, dentro muitos outros. Quando os militares não conseguiam expungir os corpos dos torturados, utilizavam de maneira recorrente “desculpas” para justificar as mortes como sendo sempre acidentais: atropelamentos, acidentes automobilísticos, suicídio, confronto com a polícia. Segundo Joffily os militares “Contavam com uma polícia violenta, habituada a torturar suspeitos e, em alguns casos, a aniquilar desafetos.” (2014, p. 158). Assim, a ditadura, aproveitando-se de aparatos já existentes como os DOPS¹⁷⁵, e criando novos, como o SNI¹⁷⁶, passou a sistematizar seu “modus operandi”, garantindo, por conseguinte, êxitos na repressão contra qualquer pessoa ou movimento de alinhamento político ou ideológico contrário ao dos militares que estavam no poder. Assim:

O totalitarismo moderno pode ser definido, nesse sentido, como a instauração, por meio do estado de exceção, de uma guerra civil legal que permite a eliminação física não só dos adversários políticos, mas também de categoria inteiras de cidadãos que, por qualquer razão, pareçam não integráveis ao sistema político. Desde então, a criação voluntária de um estado de emergência permanente [...] tornou-se uma das práticas essenciais dos Estados contemporâneos, inclusive dos chamados democráticos. (AGAMBEN, 2004, p. 13)

No período de maior repressão por parte do regime, conhecido como “Anos de Chumbo”, no qual a presidência era ocupada pelo General Médice, o país assistiu a uma intensificação ainda maior dos métodos repressivos, e presenciou as maiores violações dos direitos humanos durante a ditadura militar no Brasil. Segundo Gaspari, o próprio general orgulhava-se do endurecimento do regime, afirmando que a repressão seria usada “Apenas contra o crime, e só contra os criminosos.” (2014, p. 415). Nesse contexto repressivo, era considerado criminoso todo e qualquer opositor do regime, partícipe ou não de movimentos armados e que, portanto, deveria ser eliminado pelo sistema, para que este pudesse permanecer no poder.

Todavia, segundo Foucault (1979), onde há poder, há resistência, que por sua vez não necessita existir em um local específico, podendo ser formada por pontos móveis e transitórios que permeiam toda a sociedade. O autor ainda afirma que o poder exercido é o resultado da ação das forças de quem o disputa, ou seja, o conflito pelo poder constitui-se em um afrontamento, uma luta, na qual se ganha ou se perde. Ainda sobre o

¹⁷⁵ Departamento de Ordem Política e Social.

¹⁷⁶ Serviço Nacional de Informação.

direito de resistência, Agamben afirma: “O problema do estado de exceção apresenta analogias evidentes com o do direito de resistência.” (2004, p. 23). Esse direito de resistência, muitas vezes, aparece como parte do texto da Constituição de muitos países, o que não pode ser observado na Carta promulgada em 1967, em plena ditadura militar. Essa Constituição legitimava ainda mais o poder do Estado sobre a população. Segundo Rossiter:

Em tempos de crise, o governo constitucional deve ser alterado por meio de qualquer medida necessária para neutralizar o perigo e restaurar a situação normal. Essa alteração implica, inevitavelmente, um governo mais forte, ou seja, o governo terá mais poder e o cidadão menos direitos. (ROSSITER, 1948, *apud*, AGAMBEN, 2004, p. 21)

Tendo os seus direitos básicos cerceados pelos militares, alguns cidadãos insurgiram-se contra o regime. Todavia, faz-se necessário ressaltar que as oposições à ditadura militar brasileira oscilavam entre a resistência e o colaboracionismo permeado por uma certa intencionalidade.

Nos termos de Antonio Gramsci, a política envolve aspectos de força e convencimento. A relação entre dominantes e dominados, mesmo em regimes autoritários, deve ser compreendida não só com base no confronto, mas também na negociação, ou ao menos em concessões aos adversários, sem as quais não se constrói uma base de legitimidade. Negociar e conceder implicam no reconhecimento do outro, levando em conta a oposição, que assim precisa ser entendida em seu encadeamento com a situação. (RIDENTI, 2014, p. 30)

Nesse “jogo de interesses”, o direito de oposição negado aos cidadãos por uma legislação repressiva, era exercido de diversas maneiras, de formas clandestinas ou institucionalizadas. Os atores sociais agrupavam-se aos seus semelhantes na defesa de seus interesses, constituindo-se assim nos vários grupamentos de oposição, com alinhamento político e formas de resistência variados, mas com um objetivo em comum: o fim do regime ditatorial. Dentre os vários grupos formados, destaca-se o Movimento Estudantil, considerado por muitos como a dianteira na resistência ao regime. Em 27 de outubro de 1964 foi aprovado o decreto que extinguiu a UNE¹⁷⁷, proibia as greves e as atividades políticas das entidades estudantis. Os estudantes, por sua vez, buscavam outras formas de organizar-se. Os anos de 1964 a 1968 foram marcados pela intensa atividade política dos estudantes, e a Une continuava a movimentar-se, ainda que na clandestinidade, uma vez que constituía um importante símbolo político de defesa dos direitos democráticos (ARAÚJO, 2007).

¹⁷⁷ União Nacional dos Estudantes.

A partir de 1968, ano que se tornou sinônimo de uma rebelião estudantil mundial, descrito por Zuenir Ventura (2008) como “o ano que não terminou”, foi o ponto máximo de uma década de movimentos juvenis que se espalharam pelo mundo. No Brasil, não foi diferente. Inspirados pelos movimentos que varriam os continentes, o Movimento Estudantil brasileiro tornou-se mais radical. Os estudantes foram às ruas e enfrentaram a polícia, num descontentamento geral contra a política do país.

Considerações

Ao longo de seu texto sobre o estado de exceção, Agamben (2004) expõe sua preocupação em relação ao fato de que os governos de emergência deixaram de ser exceção, e passaram a ser a regra. Assim, os instrumentos de governos tidos como dispositivos temporários para épocas de crise, por suspenderem a legislação e lançarem mão de estratégias diversas para a manutenção da ordem acreditada por quem ocupa o poder, acabam tendo a possibilidade de tornarem-se instituições duradouras, ainda que em tempos de paz. Foi o que aconteceu com a intervenção militar brasileira.

Ao que parece, todos, [...] acreditavam que se tratava de mais uma intervenção militar à brasileira: cirúrgica, de curta duração, que logo devolveria o poder aos civis, em uma ambiente político “saneado”, como as direitas gostavam de dizer. Em 1945, tinha sido assim. Em 1954, em certa maneira, também [...]. Em 1964, os sinais eram outros. O governo Castelo Branco, ao mesmo tempo em que prometia um mandato-tampão, nunca escondeu seus objetivos estratégicos – uma política voltada para a acumulação do capital que exigia ações autocráticas de longo prazo. [...] o que se viu foi o abandono paulatino das ilusões “moderadoras” que estavam no espírito do golpe civil-militar, na direção de uma ditadura. (NAPOLITANO, 2014, p. 67)

O golpe civil-militar, sob os princípios de necessidade e defesa da legalidade, rapidamente transformou-se em uma ditadura militar, que permaneceu no poder por 21 anos. Nesse período, através de diversas estratégias que, por muitas vezes, procuravam-se legitimar em determinada base constitucional, os direitos (muitos deles inalienáveis) dos cidadãos brasileiros foram suprimidos por um regime extremamente ditatorial, arbitrário e opressor. A resistência à repressão foi feita por diversos grupos, defensores das mais variadas correntes político-ideológicas. Entretanto, a democracia só voltaria a ser restaurada, de fato, no país, muito tempo depois. Os acontecimentos deste período produziram marcas indeléveis que, por conseguinte, ainda podem ser sentidas e

observadas até os dias de hoje, permeando não somente os debates políticos, mas também toda a tessitura social.

Referências bibliográficas

AGAMBEN, Giorgio. **O Estado de Exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004.

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer**. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

ARAUJO, Maria Paula Nascimento. **Memória estudantis, 1937-2007**: da fundação da UNE aos nossos dias. Rio de Janeiro: RelumeDumará – Fundação Roberto Marinho, 2007.

CARDOSO, Ciro FLamarion. História e poder: uma nova história política? In: CARDOSO, Ciro FLamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs). **Novos domínios da História**. Rio de Janeiro: Campus, 2012.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. **1964**: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FERREIRA, Marieta de Moraes. A nova “velha história política”: o retorno da história política. **Estudos Históricos**, n. 10, 1992.

FICO, Carlos. **Além do Golpe**: a tomada do poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FICO, Carlos. **Como eles agiam**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FOUCAULT, Michel. **A Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

IANNI, Octávio. **O colapso do populismo no Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

JOFFILY, Mariana. O aparato repressivo: da arquitetura ao desmantelamento. In: **A ditadura que mudou o Brasil**: 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

NAPOLITANO, Marcos. **1964**: História do regime militar brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

RIDENTI, Marcelo. As oposições à ditadura: resistência e integração. In: **A ditadura que mudou o Brasil**: 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

VENTURA, Zuenir. **1968**: o ano que não terminou. 3ª Ed. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2008.

AS REPRESENTAÇÕES DA MULHER NA ENCICLOPÉDIA ILUMINISTA: DO CONCEITO À SUA EFETIVA PARTICIPAÇÃO NO ESPAÇO PÚBLICO

Renata Lopes Marinho¹⁷⁸

O atual estudo surgiu como um exercício para pensar o lugar da mulher na França do setecentos, tendo como aporte metodológico o discurso dos filósofos acerca desses sujeitos através da análise primária do verbete intitulado *Mulher*, escrito pelo poeta Desmahis na Enciclopédia organizada por Diderot e d'Alambert, a qual foi um marco no Iluminismo francês. A partir disso refletir acerca distinção entre a narrativa utilizada para caracterizar os homens e as mulheres no período e ainda, observar os desafios enfrentados pelo gênero feminino na busca por maior autonomia no espaço público e letrado.

No verbete, escrito por um homem, o conceito “mulher” é apresentado em seu aspecto mais amplo. Mesmo com a existência de mulheres letradas, as quais contavam com significativa participação na República das Letras, o artigo que lhes cabia, fora desperdiçado através da perpetuação da visão masculina sobre elas. O que se justifica através da reflexão realizada pela autora Elizabeth Badinter em seu livro *As paixões intelectuais, v. 2: Exigência de dignidade 1751 – 1762* sobre as mudanças ocorridas no século XVIII, onde mesmo com a existência da participação e reconhecimento feminino no meio público e letrado, é inegável a existência de certos limites para a época.

Através da autora Michelle Perrot podemos pensar o assunto tendo como base o discurso defendido pela História das Mulheres, de tradição francesa e, responsável por projetar a mulher enquanto sujeito social relevante da sociedade, ou seja, além das atribuições quotidianas que lhe eram impostas. Tendo como foco a tentativa de discutir a possibilidade de silenciamento experimentado por elas, a partir do momento em que ao invés de lidar com seus aspectos próprios e realizações individuais, as categoriza e define por de um discurso genérico e verticalizado através de um olhar masculino.

Georges Benrekassa no livro *Le monde des Lumières* descreve a França iluminista como o

¹⁷⁸ Mestranda em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

berço de uma nova constituição de mundo, regida por um conhecimento baseado na razão. Dessa maneira, o Iluminismo viabiliza redes comunicativas de ideias, por meio dos salões, publicações, teatro etc, as quais foram tornando-se cada vez mais frequentes ao longo da consolidação do movimento. Os séculos XVII e XVIII reconfiguraram o pensamento e a participação do homem frente ao mundo, não somente na sociedade em que estão inseridos, mas também no que tange à reflexão acerca do Universo. Entretanto, os debates acerca do papel, relevância e participação da mulher na sociedade, principalmente reconhecendo-a como indivíduo letrado, ainda é objeto de incertezas e dúvidas por parte dos filósofos.

Mesmo considerando o Iluminismo francês como lugar de propagação de conhecimento e expectativa de troca entre os indivíduos, precisamos atentar para o fato de que essa interação se dá entre os pares, um seleto grupo de pessoas, esses filósofos não estão pensando extra seu ambiente de conforto e qualquer pessoa que interfira no equilíbrio dessa sociedade não é tida como “bem-vinda”. Daí a dualidade na convicta participação feminina, mas somente no que lhes é permitido atuar.

O “século das Luzes” ambicionava reconstruir a sociedade, desta vez, destacando os pontos capazes de favorecer a igualdade, o conhecimento e pensar o mundo que tivesse o homem no centro, como sujeito de sua história. Acreditavam que a razão e o conhecimento garantiriam que os homens fossem honrados e colaborassem para criar e divulgar ideias que levariam ao “progresso”.

Assim como em alguns outros assuntos, em relação à mulher, os filósofos não conseguiram chegar a uma unanimidade. Alguns defendiam que elas eram biologicamente distintas dos homens e por isso não deveriam dispor das mesmas direções e espaços. Já outros, entendiam que a diferença estava na criação e educação que ambos recebiam, chegando a propor uma educação igualitária. Mas não se chegou a uma conclusão durante o século XVIII.

Pensando esses discursos e variações nas propostas, pareceu ser cabível investigar diretamente a fonte produzida como base do conhecimento iluminista, a Enciclopédia. A ideia de tal publicação era de através dos verbetes, definir e classificar o máximo de “coisas” possíveis. É claramente uma tentativa de colocar o homem no papel de dominador do mundo, onde cabe a ele a responsabilidade de pensar sobre sua existência

e tudo o mais que lhe cerca.

Nossa trajetória metodológica iniciou no verbete intitulado *Mulher*. O foco é claramente voltado para a filosofia no sentido de propor reflexões para com a relação entre esse gênero e a moral. A mulher, assim, é citada como a metade do gênero humano e comparada ao homem como detentora de maior encanto, por causa de seus atributos físicos. Desmahis indica que é restrita aos seus sentimentos, é um ser voltado ao espírito e ao que esteja ligado ao coração.

Mas identifica a educação – e a forma como é ministrada aos homens e mulheres – como responsável por modificar “suas disposições naturais” e ainda, cita a capacidade de dissimulação delas como uma importante característica na arte de persuadir os homens. É possível observar que a definição de mulher realizada no verbete está mais voltada aos possíveis “atributos” de personalidade, colocando a mulher no papel de consciente de sustentar uma imagem própria sexual, retirando do homem a responsabilidade de a ter posto nesse estereotipo.

O texto fala sobre “as vantagens” dos dois sexos quase que complementares e iguais, onde “a natureza colocou de um lado a força e a majestade, a coragem e a razão” obviamente se referindo ao homem e, deixando à mulher “as graças e a beleza, a fineza e o sentimento”. Como responsável desta distinção está a educação, onde oferece aos homens mais artifícios para conduzir boas conquistas enquanto e às mulheres é simploriamente ensinada.

Em relação à educação feminina, para fins de esclarecimento, estava em maior adesão o ensino básico de francês e matemática, para que a mulher pudesse dar conta das necessidades da casa e manter seu lar organizado. Também lhes era ensinado algumas artes, no geral algum tipo de música para que ela fosse boa anfitriã e conseguisse entreter seus convidados e parentes e ainda, capacidades voltadas ao cuidado do lar, como cozinhar, bordado e costura e boas maneiras. Algumas poucas famílias rompiam com essa tradição e garantiam que os irmãos, menino e menina, recebessem o mesmo tipo de educação, acrescentando à menina, as aulas de etiqueta doméstica.

Em contrapartida, no verbete intitulado Homem escrito por Diderot, podemos observar alguns pontos distintos, logo de início o mesmo já deixa claro a importância e valor do

homem para o mundo:

Homem, ser que sente, reflete, pensa, que perambula livremente sobre a superfície da Terra, que parece estar à frente de todos os outros animais, os quais ele domina, que vive em sociedade, que inventou as ciências e as artes, que tem uma bondade e uma maldade que lhe são únicas, que se deu senhores para si mesmo, que fez leis etc. (PIMENTA, 2015, p. 360)

O uso constante das palavras no masculino, constantemente fazendo alusão à capacidade e qualidades masculinas, nos direciona a pensar que não está referenciando ao homem enquanto todo e qualquer indivíduo, mas sim ao sexo masculino e ainda, em momento algum a mulher ou qualquer relação entre os sexos é mencionada no referido verbete, conforme feito no verbete analisado anteriormente, assim como não há romantização ou qualquer indício de alguma narrativa que exemplifique através de uma história o que é ser homem.

A Enciclopédia divide as definições sobre o homem em três partes: homem político (verbetes anteriormente descrito); homem moral, verbete intitulado como, *Virtuoso, homem; Vicioso, homem* onde, novamente, fala-se somente do sexo masculino, apresentando as diferenças entre um homem correto e portanto, virtuoso e um que comete erros e transgressões ao longo de sua vida, sendo chamado de vicioso. E por fim, o homem no sentido de sua anatomia, demonstrando a construção de seu corpo e suas possibilidades.

Além dessas claras definições reservadas em verbetes particulares, enquanto a mulher só adquire um, também é importante mencionar que as descrições acerca de letramento, intelectualidade, capacidade filosófica e de governar, estão dispostas ao gênero masculino, sem mencionar de forma alguma as mulheres que já participavam efetivamente do meio. Desconsiderando por completo aqueles que não estavam no restrito círculo dos Homens de Letras, conforme nos fala Vovelle em seu livro *O homem do Iluminismo*.

Decerto, a negligência para com as mulheres no período é legítima, afinal existia um lugar ocupado por elas e mesmo considerando aqueles filósofos como revolucionários, ainda eram homens de seu tempo, ou seja, estavam condicionados a pensar de acordo com sua historicidade e, minimamente, nos moldes que estavam inseridos. É desse momento, principalmente com Condorcet que os debates em relação ao lugar da mulher

e suas possibilidades na sociedade começam a ser repensados, mesmo que ainda com muita dificuldade.

Daí a importância da criação da História das Mulheres na segunda metade do século XX, propor uma releitura dos sujeitos históricos e proporcionar à mulher uma voz para contar sua própria história. Conforme Georges Duby nos ensinou a mulher não representava a si mesma, eram espectadoras de suas próprias vidas, e essa nova forma de escrever história tinha a missão de retirá-las do lugar de coadjuvantes e lhes proporcionar participar, efetivamente, nos acontecimentos históricos.

Com mentoras como Michelle Perrot e Natalie Zemon Davis, a História das Mulheres ganha força na França propondo um novo olhar sobre a história e pensando por prismas até então pouco ou não explorados. Esse movimento se dá graças à criação da História Cultural e Social e também, por conta da presença e luta de movimentos feministas. Ela não está preocupada em pensar a relação entre os sexos, mas sim em oferecer protagonismo aos feitos feminino.

Em meio a essa escolha metodológica, começa a surgir debates sobre o não alcance dessa forma de fazer história e cresce os estudos de gênero. Conforme nos fala Joan Scott, principal nome dessa linha mesmo reconhecendo que a História das Mulheres foi uma das mais importantes contribuições das historiadoras feministas, reduzindo o protagonismo de uma história que exclua as mulheres e propondo uma alternativa bem estruturada, os estudos de gênero conseguem aprofundar em aspectos como dos atributos culturais e as dimensões biológicas dos sexos, incorporando a dimensão das relações de poder.

Mas o consenso na historiografia atual é a possibilidade de diálogo entre as duas linhas, desde que a preocupação seja sempre em valorizar uma história até então negligenciada, problematizando a mulher e sua participação social e política, não só de acordo com sua submissão, mas sim como sujeitos reconhecidos. Seja através de suas produções, contribuições ou participação.

Por fim, esse trabalho se torna necessário para problematizar a mulher no cenário iluminista que somente conseguiu cumprir para com sua proposta de igualdade até certo limite. Não sendo capaz de enxergar por completo a mulher por si mesma, contudo

é desse momento e da série de manifesto sobre a educação e direitos que a mulher, ao menos, começa a ser pensada no público o que inicia um importante movimento de emancipação feminina, mesmo que, de fato, só tome corpo séculos depois. Considerando que ainda nos dias atuais encontramos problemas que ressaltam que ainda não há uma igualdade de direitos, oportunidades e respeito entre os sexos.

Referência bibliográfica

ANASTÁCIO, Vanda (org.). **Uma antologia improvável: a escrita das mulheres** (séculos XVI a XVIII). Lisboa: Relógio D'Água Editores, 2013.

ARIÈS, Philippe. DUBBY, Georges. **História da vida privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra**. vol. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

BADINTER, Elisabeth. **As paixões intelectuais: Exigência de dignidade 1751 – 1762**. vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

DUBY, Georges; PERROT, Michelle. **História das Mulheres: do Renascimento à Idade Moderna**. Porto: edições Afrontamento, 1994.

FERRONE, Vincenzo; ROCHE, Daniel. **Le monde des Lumières**. Paris: Fayard, 1999.

GASPAR, Adília. **A representação das mulheres no discurso dos filósofos: Hume, Rousseau, Kant e Condorcet**. Rio de Janeiro: Uapê: SEAF, 2009.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: editora contexto, 2013.

PIMENTA, Pedro Paulo; SOUZA, Maria das Graças (org.). **Enciclopédia, ou dicionário razoado das ciências, das artes e dos ofícios: Sociedade e artes / Denis Diderot, Jean Le Rond d'Alambert**. vol. 5. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

PIMENTA, Pedro Paulo; SOUZA, Maria das Graças (org.). **Enciclopédia, ou dicionário razoado das ciências, das artes e dos ofícios: O sistema dos conhecimentos / Denis Diderot, Jean Le Rond d'Alambert**. vol. 2. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**.

Porto Alegre, 5-22, Dezembro 1990.

SCOTT, Joan. História das Mulheres. In: BURKE, Peter. **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP: 1992.

SOIHET, Rachel. História das mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

VOVELLE, Michel. **O homem do iluminismo**. Lisboa: Editorial Presença, 1997.

AS CARTAS QUE NÃO ERAM NÁUTICAS: RIBEIRO SANCHES E AS CARTAS PARA A EDUCAÇÃO DA MOCIDADE

Rodrigo Mello de Moraes Pimenta¹⁷⁹

“Num país enlanguescido nos torpores da beatice, paralisado de inércia e de vangloria entre os cocares da sua epopeia náutica, surgiram nas letras alguns espíritos luminosos carreando noções novas, ensinando o exame científico dos problemas apurando dos erros da tradição e semeando os germes da verdade. Foi um belo espetáculo: o progresso contra a rotina, a justiça contra a fraude, a civilização contra a barbárie, a razão contra a mentira”. (SANCHES, 1760, p. 7).

As palavras retiradas do prefácio da obra *Cartas para educação da mocidade* de autoria de Antonio Nunes Ribeiro Sanches¹⁸⁰, reorganizada no início do século XX, ilustra bem o que até o momento vem sendo compreendido como “embate entre antigos e modernos”. Esse artigo é uma tentativa de organizar uma linha de argumentação que possa evidenciar as diferenças marcantes entre o pensamento ilustrado português, oriundo da primeira fase, com os que surgiram genuinamente na segunda fase, adjetivado como reformista, fruto do desdobramento prático das ideias que foram utilizadas convenientemente por Pombal desde a já mencionada expulsão dos Jesuítas em 1759.

A escolha de Ribeiro Sanches e sua obra para a análise e inferência sobre a ilustração portuguesa foi pontual principalmente por sua trajetória. Ao pesquisar sobre sua vida e obra há de se perceber que era um racionalista crítico e que nada escapava de suas assertivas, tendo escrito e se ocupado de diversos temas. Em 1726 publicou *O discurso sobre as águas de Penha Garcia*¹⁸¹, em 1751 publicou sua dissertação sobre doenças

¹⁷⁹ Mestre em História Social das Relações políticas pela Universidade Federal do Espírito Santo. É professor efetivo da Prefeitura Municipal de Vila Velha e pesquisador do LETHIS (Laboratório de Teoria da História e História da Historiografia) coordenado pelo Prof. Dr. Julio Cesar Bentivoglio.

¹⁸⁰ Optou-se por tratar no capítulo 2 dos autores Luis Antônio Verney e Martinho Proença dado ao fato dos mesmos estarem inseridos em um período concomitante a, aqui denominada, primeira fase da Ilustração portuguesa. Já Antônio Nunes Ribeiro Sanches é personagem da denominada segunda fase. Dado o exposto justifica-se a análise conjunta no primeiro momento e independente nesse.

¹⁸¹ Penha Garcia é uma pequena cidade localizada na freguesia de Idanha-a-Nova e incrustada em um monte homônimo. É conhecida por suas termas e fontes de águas naturais, que, desde o Império Romano são utilizadas como casas de banho. De acordo com relatos, as propriedades minerais dessas águas, oriundas do rio Erges, possuem benesses curativas e o discurso redigido por Ribeiro Sanches tem vistas essas propriedades, que, ao que consta, auxiliaram o próprio Sanches em curas pessoais quando o mesmo,

venéreas, cinco anos depois escreveu um tratado sobre a conservação da Saúde dos povos, publica a obra *Cartas para Educação da Mocidade* em 1760 e na sequência de suas preocupações pedagógicas escreveu e publicou em 1763 o *Método para aprender estudar Medicina*.

Segundo o prefácio da edição selecionada, Sanches escreveu monografias clínicas, inferiu sobre história e pedagogia em suas obras, dissertou sobre agricultura, mercado, filosofia, doenças venéreas (sífilis), religião, comércio e até a colonização do Brasil passaram por sua *pena* crítica e racionalista.

Nascido em 7 de março de 1699, Antônio Nunes Ribeiro Sanches desde a mocidade era muito bem instruído. "Aos 12 anos conhecia o latim, a gramática, falava castelhano e conhecia muito bem a história de Portugal" (SANCHES, 1760, p. 17). Estudou filosofia em meio ao ensino jesuítico e aos 16 anos foi para Coimbra. Lá, segundo o bibliógrafo do século XX Diogo Barbosa Machado, "começou sua vida de formação com vistas a aprender um ofício, e matriculou-se nas cadeiras de Medicina que desgostou rapidamente e em 1719, três anos após sua chegada a Coimbra, partiu para Salamanca onde pôde concluir seus estudos (SANCHES, 1760.). Toda sua crítica à pedagogia jesuítica vem de sua aparente insatisfação com o ensino que ele mesmo foi submetido na Universidade de Coimbra, tendo concluído seus estudos na Universidade de Salamanca em 1724. Após isso:

Vindo de Salamanca, se fixou em Benevente; e que, nos dois anos seguintes, exerceu clinica nesta vilória ribetejana, sita nos subúrbios de Lisboa. Mas pouco tempo se manteve entre os compatriotas: nos fins de 1726 embarcou no Tejo, com tensões de habitar em Londres. Nunca mais voltou (SANCHES, 1760, p. 24).

O próprio Ribeiro Sanches, ao falar de sua trajetória em muitos de seus manuscritos, classifica-se como *errante*. Depois de se estabelecer em Londres, ainda viajou muito pela Europa, tendo contato com diversas culturas e ideias que pululavam no século XVIII:

Em 1731, sob a sua incumbência parto para a Rússia. Aí exerço importantes cargos como médico, acompanhando as expedições dos exércitos imperiais e, depois, no Corpo Imperial dos Cadetes de São Petersburgo (colégio reservado à mais alta aristocracia russa), tendo por último sido nomeado médico da czarina Ana Ivanovna. Ao mesmo tempo correspondo-me com os melhores espíritos europeus da época.

Em 1747, de regresso a Paris, fugindo às intrigas da corte czarista, sou recebido

por Frederico o Grande da Prússia. É-me atribuída uma tença por Catarina II da Rússia¹⁸².

Tal percurso e experiência de vida são suficientes para atribuir autoridade ao discurso de Sanches a respeito da Educação em Portugal justificando assim a escolha de sua obra como fonte a ser analisada nesse trabalho. No entanto, o que mais motivou a escolha da mesma foram dois outros fatos: o primeiro é que as cartas sobre a educação da mocidade de Ribeiro Sanches foi o único dentre as obras de referência da reforma pombalina que fora escrita e publicada em meio aos acontecimentos, atribuindo a ela um caráter diferenciado por acreditar que dessa forma seria possível inferir sobre as ideias de inovação e modernização das práticas pautadas nos avanços e dificuldades oriundas do que estava em curso; segundo, por poderem ser utilizadas para inferir também sobre a segunda fase da ilustração portuguesa mapeando dessa forma, de maneira sincrética, as linguagens utilizadas entre ele e os intelectuais reformistas que ganharam um maior destaque pela historiografia que discute este tema, qual sejam, Luis Antônio Verney e Martinho de Mendonça de Pina e Proença.

As cartas que não eram náuticas.

Apesar de não terem tido a mesma repercussão para a Europa como as náuticas portuguesas, as cartas de Antônio Nunes Ribeiro Sanches apresentaram elucubrações acerca das práticas modernas do ensino e foram pontuais no que tange aos métodos, foram publicadas em meio à conjuntura específica de Reformas no ensino e servira, de base para as reformas que foram colocadas em curso em Portugal a partir da expulsão dos Jesuítas, sendo, por esses três motivos, muito relevantes para analisar o objeto em questão.

Neste artigo, ao tratar da obra de Ribeiro Sanches, não será dado ênfase ao vocabulário e conceitos com seus significantes e significados¹⁸³, mas sim voltaremos a análise para as intertextualidades contextualizadas, relacionando-as primeiramente de maneira

¹⁸² NABAIS, João Maria. **Ribeiro Sanches**: um estrangeirado na Europa das luzes – 1699 – 1783. Disponível em: http://www.vidaslusofonas.pt/ribeiro_sanches.htm acesso em: 29/01/2015

¹⁸³ Este ênfase fora trabalhada nos capítulos 1 e 2 da dissertação de mestrado de minha autoria intitulada “vão-se os anéis, ficam-se os dedos: a educação da mocidade e a ilustração portuguesa nas obras de Luis Antônio Verney, Martinho de Mendonça de Pina e Proença e Antônio Nunes Ribeiro Sanches”, PPGHIS, UFES, 2015.

comparativa com os registros de Verney e Proença assim como em segunda estância com as proposições reformistas de características específicas e diferenciadas daqueles.

Segundo o professor do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, Jean Luiz Neves de Abreu, as ideias de Ribeiro Sanches se inseriram em meio a um contexto de crítica à cultura portuguesa.

Portugal despontou para o mundo nos séculos XV e XVI como potência dos mares, mas ao longo do século XVII e XVIII a cultura científica esteve atrelada ainda a modelos medievais. Sabe-se que no Renascimento ocorrem mudanças na forma de ser do homem. Suas relações com a natureza e com os outros homens alteram-se drasticamente. As ideias e conceitos de Humanismo, Filantropia, Razão e Ciência surgem no século XV e XVI, na França, Alemanha e Inglaterra, mas ganham força e abrangência supranacionais no século XVIII. (ABREU, 2012, p. 5.)

O fato é que politicamente a publicação das ideias contidas na obra de Sanches foi conveniente a um grupo de políticos que precisavam justificar intelectualmente suas ações despóticas, mesmo que esclarecidas, objetivando a manutenção do *status quo* arraizante.

As *Cartas para educação da mocidade* fala abertamente sobre questões políticas ligadas ao Estado, apontando diretamente não somente críticas ao Estado português, sob influência dos jesuítas, como também sugerindo novas práticas.

Ajuntam-se a estes inconvenientes que o nosso Estado atualmente é uma mistura da constituição gótica e da constituição daquelas monarquias, das quais a base consiste no trabalho e na indústria: porque, conservando as conquistas e as colônias que temos, somos obrigados a conservá-las pela agricultura e pelo comércio. E para fundar estes empregos e conservá-los, como base no Estado, necessitamos derogar as leis góticas que temos, que se reduzem aos excessivos privilégios da nobreza e às imunidades dos eclesiásticos as quais contrariam sempre todo bom governo civil (SANCHES, 1760, p. 89-90).

Isso é perceptível ao mencionar a influência eclesiástica na política. Nas cartas, em diversos trechos, Ribeiro Sanches ao discutir tal influência como sendo perniciosa apresenta um vocabulário que demonstra sua concepção de Estado ligado à pátria ao invés de Reino.

Deste modo é que fizeram leis de disciplina que existem nos decretos decretais; erigiam-se Universidades com os seus estatutos eclesiásticos, onde aprendiam aqueles súditos que haviam de servir a **pátria** nos cargos de conselheiros de Estado, de secretários de Estado, de magistrados, de Juizes, advogados, embaixadores, enviados e etc. (SANCHES, 1760, p.91, **grifo nosso**).

Outro ponto interessante de se destacar é que em Ribeiro Sanches, notoriamente,

educação e ensino foram desatrelados das virtudes, o que constantemente foi percebido e destacado nas concepções de Proença e Verney. Para esses a educação era voltada para a prática das virtudes, ideia muito próxima ainda do ideário político com fortes traços religiosos presentes nas obras do que aqui denominamos como primeira fase da ilustração portuguesa.

Mas não eram totalmente díspares as concepções dos ilustrados nos dois momentos da ilustração portuguesa em questão. Em Ribeiro Sanches também é possível perceber aproximações de ideias e concepções que são encontradas em Proença e Verney, a concepção de educação, por exemplo, também esta atrelada à formação para servir o Estado.

Ao promover a crítica ao antigo método, Ribeiro Sanches, destaca o fato de esse impossibilitar à mocidade de dedicar-se a pátria, demonstrando que a educação estava sendo utilizada, por ele, num sentido mais próximo a ensino, como podemos constatar no dicionário de Antônio de Moraes e Silva publicado em 1789: "Ensino: Instrução educação, urbanidade, conselhos, direções" (SILVA, 1789, n.p.), da mesma forma que encontramos em Verney: "quanto as regras, o que diz da analogia das vozes parece-me mui bem e pode-se ensinar com utilidade" (VERNEY, 1746, p. 11). No entanto naquele, a palavra *pátria* surge como diferencial.

Apesar de no dicionário do Padre Raphael Bluteau publicado em 1712, de Antonio de Moraes e Silva de 1789, Luiz Maria da Silva Pinto de 1789, Pátria e Reino remetem ao lugar onde se nasceu, em Proença e Verney optou-se pela utilização de Reino, enquanto em Ribeiro Sanches a palavra utilizada foi Pátria, evidenciando desta forma uma tendência de modificação do ideário político que estava em curso na passagem da primeira para segunda fase da ilustração portuguesa.

O meu intento é propor, e persuadir mesmo, que seja boa e útil à sua **pátria**, considerando as ciências que há de aprender como meios, mas não por ultimo fim (SANCHES, 1760, p. 96.) [**grifo nosso**]. Lembrando-me eu de alguns que me disseram muito mal do grande serviço que fez ao **Reino** P. Bluteau, compondo o seu vocabulário. (VERNEY, 1746, p. 1-2, **grifo nosso**)

Outra diferença foi o fato das críticas ao antigo terem sido polarizadas na política e nas leis no caso de Ribeiro Sanches, diferente de Proença e Verney que ficaram voltados para o método de ensino. O cunho político da linguagem e do discurso daquele, é desta forma,

mais uma evidência da já mencionada mudança do ideário político português. Isso não isenta o clero das críticas de Ribeiro Sanches, mas mesmo quando o fazia, tratava especificamente dos impactos políticos destes para o Estado.

Mas as imunidades dos eclesiásticos, expressadas nas Ordenações, destroem toda subordinação, toda igualdade e toda justiça do Estado Civil. Que a pessoa do ministro da religião seja respeitada, considerada, que fique isenta de todo cargo público e de servir pessoalmente ao Estado, é da obrigação do Estado Civil Cristão; mas que os seus criados comprem e vendem, estejam privilegiados, não pagando nas alfândegas, etc., como pagam os leigos, isso é arruinar o Estado Civil e, por ultimo, destruir a santidade da Religião (SANCHES, 1760, p. 98).

Esse trecho torna evidente e permite argumentar o porquê da obra de Ribeiro Sanches ser crucial para as Reformas Pombalinas. A postura supra nacionalista papal da vertente jesuítica da ilustração portuguesa está sendo duramente criticada e dessa forma corrobora com os objetivos não somente educacionais mais também políticos de Pombal, afinal “os eclesiásticos, por estas imunidades e pelas leis do direito canônico e pelos privilégios dos nossos reis, se consideram uma certa monarquia cujo o Rei era o Papa”(SANCHES, 1760, p. 98) e isso não era compatível com as práticas e ideias pombalinas que compunham a base intelectual argumentativa, que foi utilizada por Ribeiro Sanches.

Além disso, de certa forma ao tratar dos efeitos destes privilégios políticos, coaduna com o descrito no Decreto de expulsão dos Jesuítas de 1759, que os responsabiliza pela situação vivida no Reino de Portugal, como pode ser percebido:

Os efeitos que causam estas prerrogativas nos ânimos dos súditos são perderem o hábito de exercitarem sua obrigação nos seus cargos, contra o juramento que deram quando entraram neles. Depois perdem aquela inviolável veneração que devem ter para as ordens de seu soberano vicia maior que pode haver em uma monarquia. (SANCHES, 1760, p. 99)

Declaro os sobreditos regulares [clero] (...) rebeldes, traidores, adversários e agressores que estão contra a minha real pessoa e Estados, contra a paz pública dos meus reinos e domínios, e contra o bem comum dos meus fiéis vassallos (...) mandando que efetivamente sejam expulsos de todos os meus reinos e domínios. (PORTUGAL, Decreto de El Rey de Portugal de 3 de setembro de 1759)

O que se pode afirmar é que, independente de serem homens doutos pertencentes à primeira ou a segunda fase da ilustração portuguesa, havia notoriamente um ambiente de crítica ao status em que se encontrava o Estado Português, cuja culpa no discurso estava sendo atribuída aos jesuítas, e de maneira específica a segunda fase, enfatizou a

situação política como sendo o maior prejuízo causado pelos mesmos.

Mais do mesmo: as velhas ideias

Após destacar a diferença no que tange ao cunho político do discurso e da linguagem utilizada por Ribeiro Sanches em comparação com Verney e Proença, faz-se necessário analisar os resultados obtidos a partir da aplicação do método contextualista histórico em sua obra, que também inferia sobre educação, por acreditar que desta forma nos foi possível mapear as linguagens do ideário político português que continuavam evidenciando em grande parte as mesmas ideias, porém, com uma nova roupagem.

Ribeiro Sanches, diferentemente dos intelectuais que publicaram suas ideias sobre educação, dedicou uma grande parte de sua obra a um estudo histórico de Portugal e da Europa, utilizando-se desse argumento como prelúdio do que iria apresentar como inovação para a educação da Mocidade. Apesar de que algo próximo ser percebido na obra de Proença, as *Cartas para educação da mocidade* deram uma relevância extrema à justificativa histórica dada por Ribeiro Sanches acerca da conjuntura reformista vivida em Portugal no período em questão.

Para Sanches o problema da educação era reflexo da política que deveria ser reformada para adequar-se a conjuntura vivida. Essa adequação só ocorreria a partir da mudança das leis e dos costumes nobiliárquicos que eram nocivos para Portugal. Interessante perceber que apesar da nova roupagem política perceptível na linguagem e no discurso de Ribeiro Sanches, a educação, estava ligada aos costumes, ideia antiga defendida pelas mesmas classes mantenedoras do *status quo* criticadas por ele. Proença também apresenta essa característica ao entender a educação como algo inerente a formação dos filhos, Verney o faz ao aproximar educação e ensino e entender que esse como criação e formação de bons costumes, da mesma forma que Ribeiro Sanches ao afirmar que:

Faltava um tribunal também que tivesse o seu cuidado a educação da mocidade e a **correção dos costumes**: cousa na verdade desconhecida na legislação dos reinos católicos, porque os eclesiásticos tinham tomado a sua conta estas incumbências. **[grifo nosso]** (SANCHES, 1760, p. 124)

Em todos os três intelectuais, percebe-se a utilização de uma linguagem ligada ao significado de educação que só aparecerá nos dicionários do final do século XVIII e início

do XIX, “Criação com ensino de Doutrina e bons costumes” (PINTO, 1832). Mas ao mesmo tempo em que isso ocorre outros conceitos que possuem significados próximos e relacionados à educação, como, escola, percebe-se algo diferente. Para Proença em diversos trechos, escola, é algo que se acredite e participe por experiência e aplicação de estudos via método onde “os meninos aprendem ler, escrever e contar” (BLUTEAU, 1728). Já em Ribeiro Sanches, a escola aparece na linguagem por ele utilizada como responsável pela formação dos costumes, “como a casa onde se ensina os conhecimentos e costumes” (PINTO, 1832).

O que se percebe na linguagem utilizada por Ribeiro Sanches é o mesmo jogo de conceitos percebido nas obras dos intelectuais da primeira fase da ilustração portuguesa analisada nos capítulos anteriores. Até mesmo o embate entre o antigo e sugestão de práticas modernas. O que poderá ser destacar como sendo diferenciado são: a linguagem mais voltada para o político e a ideia mais explícita de uma educação voltada para o Estado. O próprio Ribeiro Sanches faz questão de deixar claro que o conceito de educação utilizado por ele era diferente do que até então estava em voga nas discussões sobre o assunto. Apesar de ter a intenção e acreditar estar fazendo algo diferente, estava, no entanto, utilizando apenas uma nova roupagem para defender as mesmas ideias, não que isso o descaracterizasse como pertencente a uma nova fase e nova geração de ilustrados portugueses.

Ribeiro Sanches, um dos grandes nomes da conjuntura, discutia a educação e ensino como ferramenta para reformulação das práticas políticas portuguesas, oferecendo junto com as obras de Verney e Proença, ferramentas para que fossem afastados das esferas de poder aqueles que ameaçavam o projeto arcaizante moderno português, os jesuítas. Com isso, foi possível modernizar e ao mesmo tempo atribuir culpa a outrem e programar ações com roupagem moderna, mas que fosse capaz de manter os interesses nobiliárquicos.

Fontes impressas

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario portuguez & latino**: aulico, anatomico, architectonico. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 - 1728. 8 v

PINTO, Luiz Maria da Silva. **Diccionario da Lingua Brasileira**. Typographia de Silva, 1832.

PORTUGAL, **Alvará Régio de 28 de junho de 1759**.

PORTUGAL, **Decreto de El Rey de Portugal de 3 de setembro de 1759**.

PROENÇA, Martinho de Mendonça de Pina e. **Apontamentos para educação de hum menino nobre**. Lisboa: Officina de Joseph Antonio da Sylva, impressor da academia Real, 1734.

SANCHES, Antônio Nunes Ribeiro. **Cartas sobre a educação da mocidade**. Porto: Editorial Domingos Barreira, 1760.

SILVA, Antônio Moraes de. **Diccionario da língua portuguesa composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antônio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro**. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789, 2 vol.

VERNEY, Antônio. **Verdadeiro método de estudar, para ser útil à República, e à Igreja**: proporcionado ao estilo e necessidade de Portugal. Valença: Oficina de Antônio Balle, 1746.

Referências bibliográficas

CARVALHO, Flavio Rey de. **Um Iluminismo português?: a reforma da Universidade de Coimbra de 1772**. São Paulo: Annablume, 2010.

CARVALHO, José Murilo de. História Intelectual no Brasil: a retórica como chave da leitura. In: **Topoi**, Rio de Janeiro, n.1, p. 123 – 152, 2000.

CARVALHO, Rômulo de. **História do Ensino em Portugal**: desde a fundação da nacionalidade até o fim do Regime Salazar-Caetano. 3 ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbneqian, 2001.

CIDADE, Hernani. **Ensaio sobre a crise cultural do século XVIII**. 2ª ed., Lisboa: Editorial Presença, 2005.

COSTA, Célio Juvenal; BORTOLOSSI Cíntia Mara Bogo; BORGES, Felipe Augusto

Fernandes & DOMINGUES, Beatriz Helena. **Tão longe tão perto: a Ibero América e a Europa Ilustrada**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2007.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Modernização dos sentidos**. Trad. Lawrence Flores Pereira. Belo Horizonte: Editora 34, 1998.

NABAIS, João Maria. **Ribeiro Sanches: um estrangeirado na Europa das luzes – 1699 – 1783**. Disponível em: http://www.vidaslusofonas.pt/ribeiro_sanches.html. Acesso em: 29/01/2015.

POCOCK, J. G. A. **Linguagens do Ideário Político**. São Paulo: EDUSP, 2003.

POCOCK, J. G. A. **Quentin Skinner: a história da política e a política da história**. Topoi, Rio de Janeiro, v. 13, n. 25, p.197-198, 2012.

POCOCK, J. G. A. Verbalizing a political act of speech. In: POCOCK, J. G. A. **Political Theory**, vol.1, nº 1, Sage Publications Inc. 1973, p 27 – 45.

SEYDAK, Sara. **Apontamentos para à Educação de hum Menino Nobre, por Martinho de Mendonça Pina e Proença, 1784**. Disponível em: http://myneighborwellington.blogspot.com.br/2012_12_01_archive.html. Acesso em: 30.03.2015.

APONTAMENTOS PARA UMA LEITURA HISTÓRICA DA *SEGUNDA* *CONSIDERAÇÃO INTEMPESTIVA DE NIETZSCHE*

Rusley Breder Biasutti¹⁸⁴

Pensador dos mais polêmicos, Nietzsche nos deixou um legado de escritos que ainda continua no centro das discussões acadêmicas contemporâneas, apesar de passados mais de 115 anos de sua morte. Como disse Martin Heidegger, é impossível que nosso século desconsidere o pensamento nietzschiano, quer seja "a favor" ou "contra" ele, nós temos que, constantemente, nos defrontar com suas questões (ANSELL-PEARSON, 1997, p. 17). Apesar disso, também é verdade que sobre Nietzsche sempre se disse o que se quis, e que a polêmica de seus escritos não é só fruto de seu estilo agudo e audacioso, mas se deve também as variadas leituras, interpretações e apropriações de sua obra.

Logo após seu colapso nervoso, as leituras da obra de Nietzsche giraram em torno de sua biografia, dando ênfase especial à situação psíquica em que o filósofo se encontrava, em detrimento da força de seu pensamento. As discussões nos círculos nietzschianos que se desenvolveram, naquela época, giravam em torno de temas como a genialidade e a loucura. Sua obra foi, naquele momento, considerada mais pelo aspecto literário do que filosófico. Ernst Behler nos diz que

o impacto de Nietzsche na Literatura Europeia e em outras formas de arte foi generalizada e estendeu-se dos Simbolistas Russos, incluindo Vyacheslav Ivanov, Andrey Belyi e Valery Brysov, aos mais diversos autores, tais como August Strindberg, Geroge Brandes, William Butler Yeats, Walt Whitman, Robert Musil e Herman Hesse. Gustav Mahler, Fredrick Delius e Richard Strauss responderam a Nietzsche musicalmente, e Geroge Bernard Shaw trouxe o *Übermensch* como o "superman" para o palco em Londres ainda em 1903. (BEHLER, 1996, p. 282, tradução nossa)

Após os anos 1920, proliferaram as mais diversas leituras de sua obra. Segundo Scarlett Marton (1997, p. 24), "alguns fizeram dele [Nietzsche] defensor do irracionalismo; outros, o fundador de uma nova seita, o guru dos tempos modernos. Houve os que o consideraram um cristão ressentido e os que viram nele o inspirador da psicanálise." Se por um lado a recepção de Nietzsche nos círculos literários foi, de certo modo,

¹⁸⁴ Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo. Bolsista Capes.

significativa, o mesmo não pode ser dito sobre o impacto de sua obra na academia, onde a resposta ao seu trabalho “em disciplinas de filosofia foi surpreendentemente breve e provincial durante a primeira metade do século XX” (BEHLER, 2006, p. 282). As lições de Heidegger sobre a obra de Nietzsche começaram em 1936 e estenderam-se até o fim da guerra, em 1945, e, apesar de constituírem, ainda hoje, uma das mais importantes interpretações de Nietzsche, elas só foram publicadas em 1961, o que fez com que a interpretação de Heidegger fosse um texto que só encontrou ampla leitura no pós-guerra. As interpretações desenvolvidas por Max Scheler e Karl Jaspers também podem ser incluídas entre aquelas que, apesar de terem desenvolvido uma visão de Nietzsche como filósofo e que foram levadas a cabo durante as primeiras décadas do século XX, só produziram real impacto entre os círculos acadêmicos depois da Segunda Guerra Mundial.

Podemos dizer que o interesse em Nietzsche vai direcionar-se a questões filosóficas – e não mais literárias e artísticas – somente após 1945. De acordo com Brehler, o impulso para uma renovação dos estudos nietzschianos após os anos que se seguem a Segunda Guerra Mundial deve-se, sobretudo, as interpretações e traduções publicadas por Walter Kaufmann nos Estados Unidos, e que “rapidamente se espalharam para Itália, França e, eventualmente, Alemanha” (BEHLER, 2006, p. 283). Apesar de todos esses esforços, há um aspecto do pensamento de Nietzsche que, surpreendentemente, tem sido pouco explorado, sobretudo pelos historiadores: suas considerações sobre a História.

Nietzsche entre os historiadores

Em 1874, seguindo seu projeto de lançar uma série de textos curtos sob o título geral de *Considerações Intempestivas*, o filósofo alemão Friedrich Nietzsche publicou a segunda das considerações, subtitulada *Da utilidade e desvantagem da história para a vida*.¹⁸⁵ Como o título sugere, a obra pretende fazer uma análise sobre o uso apropriado ou não da história para a vida. Verificar se a história tem alguma relevância vital para o ser humano. Aqui, se quisermos compreender o questionamento de Nietzsche, precisamos fazer uma distinção entre os vocábulos *história* e *passado*, haja visto que tal distinção

¹⁸⁵ As traduções do título da obra para o português apresentam algumas variações. Decidimos optar pela já consagrada tradução realizada por Rubens Rodrigues Torres Filho para a coleção Os pensadores.

nem sempre é clara – sobretudo em português, idioma em que o significado de tais palavras muitas vezes se confunde. O autor usa a palavra história não com o significado de “passado”, mas sim com a acepção de historiografia como “representação do passado”. (NIETZSCHE, 2003; YOUNG, 2014, p. 207)

Para melhor entender essa distinção tomaremos emprestada aqui a argumentação apresentada por Keith Jenkins, na obra *A História Repensada* (2013). Segundo o autor, a distinção entre história e passado é fundamental, de um ponto de vista teórico, para o entendimento da disciplina história. Para ele, a história apresenta-se como “um dentre uma série de discursos possíveis a respeito do mundo” (JENKINS, 2013, p. 23). A parte do mundo que forma o objeto de investigação da história é o passado. Portanto, história e passado são categorias distintas: a primeira representa uma espécie de discurso sobre o mundo, ao passo que a segunda é exatamente o objeto sobre o qual esse discurso se organiza. Dessa forma,

o passado e a história existem livres um do outro; estão muito distantes entre si no tempo e no espaço. Isso porque o mesmo objeto de investigação pode ser interpretado diferentemente por diferentes práticas discursivas, ao mesmo tempo que, em cada uma dessas práticas, há diferentes leituras interpretativas no tempo e no espaço. (JENKINS, 2013, p. 24)

Podemos dizer que a distinção feita por Jenkins é herdeira direta de uma visão nietzschiana a respeito da história. Posto dessa forma, a pergunta que motiva Nietzsche seria a da conveniência do conhecimento sobre o passado (a história) para a vida. Nas palavras de Nietzsche: “será que a vida deve prevalecer sobre o conhecimento, ou é o conhecimento que deve prevalecer sobre a vida?” (NIETZSCHE, 2003, p. 202)

E, se pensarmos no próprio Nietzsche como um filólogo – devemos lembrar que nessa época ele era professor de filologia clássica da Universidade de Basileia – ou seja, se tomarmos Nietzsche como alguém cujo trabalho consistia na leitura e interpretação de textos clássicos, a *Segunda Intempestiva* pode também ser entendida como uma reflexão de um historiador, ou de um filólogo, sobre seu próprio *métier*. As considerações nietzschianas não são marteladas desferidas por um *outsider* sobre uma disciplina escolhida ao acaso. São as considerações de um profissional – que dominava com maestria as técnicas mais avançadas de seu ofício – sobre seu próprio labor e sobre a

utilidade e as desvantagens do produto resultante de seu trabalho.¹⁸⁶

Apesar de ser uma reflexão sobre o fazer historiográfico, a recepção da *Segunda Intempestiva* entre os historiadores foi e tem sido bastante controversa. Na obra, o filósofo, imbuído de seu característico estilo de escrita beligerante, desfere um ataque ao projeto de formação de uma ciência histórica que estava sendo levado a cabo por proeminentes figuras da tradição historiográfica alemã, de Ranke e Humbolt, passando por Droysen, Mommsen até Treitschke. No entanto, à época, a obra praticamente não encontrou respostas. Podemos apontar como um dos motivos para tal, as controvérsias em torno da obra *O nascimento da Tragédia*, o que relegou Nietzsche a posição de persona *non grata* entre os filólogos e historiadores do período (MACHADO, 2005). Em uma das poucas respostas à publicação da obra, em carta de 25 de fevereiro de 1874, o historiador suíço Jacob Burckhardt escreve à Nietzsche que sua “pobre cabeça nem de longe foi capaz de refletir, como você [Nietzsche] é capaz de fazer, sobre as causas finais, os objetivos e a conveniência da história” (BURCKHARDT, 2003, p. 247). A passagem nos revela que Burckhardt considerava a obra imbuída de um tom por demais filosófico, e que colocava questões para as quais ele, Burckhardt, não estava habituado. Burckhardt ainda diz que Nietzsche despertaria o interesse de

numerosos leitores porque o livro coloca uma incongruência realmente trágica ante nossos olhos: o antagonismo entre o conhecimento histórico e a capacidade de fazer ou de ser e, depois, novamente, o antagonismo entre o enorme amontoado de conhecimento adquirido e as razões materialistas da época. (BURCKHARDT, 2003, p. 247)

Como sabemos, a previsão do historiador suíço se mostraria equivocada, ao menos em um curto prazo, e as considerações de Nietzsche sobre a história tiveram que esperar alguns anos até que encontrassem terreno fértil em que pudessem produzir qualquer efeito.

Surpreendentemente, passados quase 150 anos desde que Nietzsche publicou seus apontamentos e críticas à cultura historiográfica de seu tempo, ainda são poucos os trabalhos que examinam em detalhes o pensamento histórico do autor; e, quando o fazem, tais trabalhos tendem a considerar muito mais seu aspecto filosófico ou epistemológico do que seu conteúdo propriamente histórico.

¹⁸⁶ Sobre as relações de Nietzsche com os métodos e técnicas do fazer historiográfico Cf. BROBJER, Thomas H. Nietzsche's relation to historical methods and Nineteenth-Century German historiography. In: **History and Theory**, v. 46, p. 155-179, 2007

As questões colocadas pelo filósofo do martelo ainda causam um certo desconforto e estranhamento entre os historiadores. Por outro lado, sabemos que o pensamento de Nietzsche encontrou grande aceitação em alguns meios acadêmicos, sobretudo na França do pós-guerra. Nesse contexto, podemos citar autores como Bataille, Blanchot, Deleuze e Foucault, que se consideravam profundamente influenciados pelo pensamento nietzschiano. No entanto, não podemos deixar de observar também que as apropriações que os dois últimos fazem de Nietzsche são descontextualizadas, e não o consideram em seu próprio tempo e cultura, tratando-o, sobretudo, como um capítulo e instrumento de suas próprias filosofias, fazendo, assim, cair no esquecimento os desconfortos e inquietações inevitáveis que qualquer historiador teria ao entrar em contato com a obra do filósofo alemão.¹⁸⁷

O fato é que o debate sobre Nietzsche entre os historiadores vem ganhando cada vez mais espaço ao longo das últimas décadas; e, como toda a história da recepção do pensamento nietzschiano, aqui, entre nós historiadores, ele não deixa de ser um debate acalorado, frutífero em divergências, momentos áureos e momentos de decadência. Da maneira como o vejo, esse parece ser um debate orientado, sobretudo, por um eixo central que coloca Nietzsche em relação direta com uma mudança paradigmática ocorrida no seio das ciências e que tiveram grande impacto na disciplina História. De acordo com Hélio Sochodolak,

alguns estudiosos têm identificado esta mudança no interior do pensamento moderno e a emergência de um novo paradigma na pesquisa científica. Trata-se de um paradigma que, a despeito de não possuir um nome específico, não se pode negar sua aparição. Para alguns ele é irracionalista, para outros emergente, para outros ainda, indiciário. (SOCHODOLAK, 2009, p. 20)

Neste sentido, os historiadores tendem a se posicionar com relação a Nietzsche como se fosse urgente realizar uma defesa da disciplina histórica ante os ataques desferidos pelo filósofo. Podemos citar um caso brasileiro, que parece sintomático da recepção do pensamento nietzschiano entre os historiadores. Ciro Flamarion Cardoso, em obra organizada ao lado de Ronaldo Vainfas, *Domínios da História* (1997), expressa um rancor em relação à Nietzsche ao lhe atribuir grande responsabilidade no lançamento das bases do irracionalismo contemporâneo em história.

¹⁸⁷Para maiores detalhes sobre a recepção francesa da obra de Nietzsche, Cf. MARTON, Scarlet. Voltas e reviravoltas. Acerca da recepção de Nietzsche na França. In: MARTON, Scarlett. (Org.). **Nietzsche, um "francês" entre franceses**. São Paulo: Barcarolla, 2009.

É imperioso entre esses historiadores uma resposta aos efeitos do novo paradigma, uma vez que uma de suas principais características “tem sido um ceticismo profundo em relação ao projeto humanista tradicional de interpretação de textos” (SKINNER, 2005, p. 127). O projeto tradicional dos historiadores identificava o passado com um texto que poderia ser lido e interpretado, só assim seria possível fazer história. O novo paradigma, ao questionar a possibilidade de se recuperar o significado dos textos e das intenções de seus autores desferiu um ataque que abala a ciência histórica. Para se defender dos ataques, os historiadores procederam a uma genealogia do paradigma emergente, o que os levou das provocações de Derrida (1970) sobre a impossibilidade total de recuperação dos significados; passando por Ricoeur (1981), para quem o texto pode ter sido concebido com um significado inicial que será inevitavelmente perdido à medida que nos afastamos do seu contexto de produção, o que torna o ato de atribuir significado uma atividade criativa que se dá sempre na mediação entre texto e leitor; e, se seguirmos o fio de Ariadne do paradigma de volta as suas origens em algum momento iremos nos deparar com as teorias de Nietzsche sobre o estatuto da verdade, que podem ser resumidas na máxima que aparece em *Para Além do Bem e do Mal* (NIETZSCHE, 2005, p. 66), de que não existe “nenhum fato em si” mas “apenas” interpretações dos chamados fatos.

Ainda sobre a recepção de Nietzsche entre os historiadores, Christian J. Emden diz que

enquanto as discussões filosóficas de Nietzsche obtiveram conquistas substanciais ao longo das últimas décadas, a imagem de Nietzsche entre os historiadores das ideias é surpreendentemente marcada por seu presumido ceticismo e sua ânsia pelos mitos como uma alternativa para a modernidade e o liberalismo. (EMDEN, 2008, p. 4, tradução nossa)

Ou seja, entre historiadores profissionais, as leituras de Nietzsche quando não feitas com a preocupação de defender o campo de ataques oriundos da crise epistemológica desencadeada pela pós-modernidade – e de certa forma podemos situar o filósofo na esquina que separa modernidade e pós-modernidade, daí o fulcral interesse em sua obra – as muitas outras leituras tendem a caricatura.

Quero argumentar aqui que grande parte dos desacordos e das variadas interpretações sobre a relação entre Nietzsche e a História, em específico sobre o texto da *Segunda Intempestiva*, deve-se, sobretudo, a uma falha em perceber o desenvolvimento das ideias nietzschianas em uma intrínseca relação com o seu tempo. As leituras correntes, em

efeito, tendem a desconsiderar os lócus de produção da obra. Seguindo a metodologia proposta pelos historiadores da Escola de Cambridge - Pocock e Skinner, vislumbra-se que as considerações da *Segunda Intempestiva*, não podem ser compreendidas sem que o contexto histórico e a cultura política na qual a obra foi produzida sejam considerados.

O tempo do intempestivo

O momento ativo da produção intelectual de Nietzsche tem como pano de fundo os mais significativos acontecimentos políticos de toda a Europa do século XIX. Nascido no ano de 1844, o jovem Nietzsche cresceu as sombras dos acontecimentos de 1848 na Europa¹⁸⁸, tendo seu primeiro livro publicado no mesmo momento em que se consolida o processo de unificação do Estado Alemão¹⁸⁹, capitaneado por Bismarck¹⁹⁰. O filósofo tinha 17 anos quando o Chanceler de Ferro chegou ao poder e sucumbiu à loucura um ano antes dele ser destituído do posto. Dotado de uma "maneira de ser guerreira" (NIETZSCHE, 2009, p. 37) – como ele mesmo gostava de falar – o filósofo, inclusive, participou como enfermeiro voluntário na Guerra Franco-Prussiana. Os acontecimentos políticos que o cercam não poderiam, dessa forma, deixar de repercutir em sua obra.

A primeira das três guerras que consolidarão o processo de Unificação da Alemanha foi iniciada por Bismarck em 1864. Nesse primeiro conflito, a Prússia uniu-se a sua maior concorrente pelo comando da Confederação Germânica, a Áustria, e lançou uma invasão a Dinamarca, em janeiro de 1864. Esse primeiro conflito faz parte dos muitos movimentos que Bismarck, que havia sido nomeado primeiro-ministro da Prússia em 1862, fez para unificar os Estados alemães sob a liderança prussiana (DRIJARD, 1972, p. 129). O Chanceler de Ferro estava convencido de que para atingir tal fim era necessário também subjugar a Áustria. Em carta ao amigo Carl von Gersdorff, datada de 12 de julho de 1866, o jovem Nietzsche que contava 21 anos na época, parece concordar com o primeiro-ministro prussiano. Segundo ele, “só com a destruição da Áustria o futuro da

¹⁸⁸ Nietzsche faz referência aos acontecimentos de 1848 no *Ecce Homo*. O pai de Nietzsche teria sido funcionário de Frederico Guilherme IV (daí o nome de Nietzsche, Friedrich Wilhelm, como sendo uma homenagem), tendo perdido o emprego em decorrência dos acontecimentos de 1848. Uma das causas da Revolução de 1848 teria sido a política conservadora de Frederico Guilherme IV, baseada no direito divino.

¹⁸⁹ Trata-se do **Nascimento da Tragédia**, publicado em janeiro de 1872.

¹⁹⁰ Nietzsche escreveu, em 1888, uma carta a Bismarck anunciando-lhe sua inimizade. Assinou a epístola como **O Anticristo, Friedrich Nietzsche**.

Alemanha poderia ser construído”. (NIETZSCHE, 2005, p. 399, tradução nossa)

O conflito com a Dinamarca será, em seguida, usado como pretexto para um enfrentamento direto com a Áustria. O motivo formal foi o controle do ducado de Schleswig-Holstein, situado a noroeste do país, embora, mesmo à época, tal motivo parecesse pouco evidente. Segundo Julian Young,

em 14 de junho de 1866, os austríacos convenceram o Parlamento confederado em Frankfurt de declarar guerra à Prússia, o que levou a Prússia a anunciar que a confederação não mais existia. No dia seguinte à noite, os exércitos prussianos invadiram a Saxônia, Hanover e Hesse, e as hostilidades começaram em diversas frentes dispersas.(YOUNG, 2014, p. 80-81)

Após intensos e sangrentos combates, que deixaram marcas profundas e sentimentos que serão transmitidos geração após geração nas regiões envolvidas no conflito, os austríacos foram finalmente derrotados em Königgrätz, no dia 3 de julho de 1866. No ano seguinte, após uma série de anexações territoriais, a Prússia dá um passo significativo em direção a reunificação ao criar a Federação da Alemanha do Norte, tendo o rei da Prússia como governante e Bismarck com o poder de fato por trás do trono. (YOUNG, 2014, p. 82)

Nietzsche nessa época era um entusiasta e veemente partidário da causa de Bismarck. No dia 11 de julho de 1866, uma semana após os acontecimentos de Königgrätz, Nietzsche escreve a seu amigo Hermann Muschacke dizendo-lhe que

nosso tempo oferece um material especial de experiências, sem dúvida de experiências extraordinárias. [...]. Quem não se sentiria orgulhoso de ser um prussiano em nossos tempos? Não se tem a estranha sensação de que um terremoto converteu em algo inseguro aquele terreno que se acreditava inquebrantável, e que a história, depois de se imobilizar por anos, se pôs imediatamente em movimento e derrubou com seu peso inumeráveis situações? (NIETZSCHE, 2005, p. 397, tradução nossa)

O movimento definitivo de Bismarck em direção a unificação alemã aconteceu em 1871 com a guerra franco-prussiana. O conflito contra um inimigo externo exacerbou o sentimento nacionalista entre os alemães – inclusive os do próprio Nietzsche, na época, já professor de Filologia na Universidade da Basileia, que participou da guerra como enfermeiro voluntário – e permitiu, finalmente, que Bismarck trouxesse os Estados do Sul para o seu lado. Os franceses não foram capazes de fazer frente ao poderio militar dos prussianos e foram derrotados. Do palácio de Versalhes o novo Império Alemão é proclamado, tendo Guilherme I como imperador e Bismarck como chanceler.

No plano econômico, a Alemanha também passava por transformações profundas, iniciadas em 1834 com a união aduaneira (Zollverein). A partir dos anos 1850, os alemães veem o aparecimento de uma nova burguesia, fruto das transformações econômicas introduzidas pela nova era industrial e capitalista. Bismarck governou com apoio das novas elites organizadas em torno do partido nacional-liberal e que, aos poucos, vão se misturando aos setores aristocráticos, o que lhes permitirá aumentar sua influência nos assuntos do Estado. Ao passo que o governo de Bismarck se fortalece com apoio da nova burguesia, setores mais progressistas da sociedade, os socialistas-democratas, se colocarão em franca oposição ao regime. Apesar de constituírem uma oposição minoritária, Bismarck buscou acalmar os ânimos desses setores lançando mão de algumas políticas públicas de viés mais progressista. (DROZ, 1985)

É essa a efervescência social e política em que se encontra a Alemanha de Nietzsche. As sucessivas vitórias militares exacerbaram os sentimentos nacionalistas. Os avanços econômicos alavancados pela união aduaneira e pela crescente industrialização permitiram a entrada em cena de uma nova elite política – burguesa e liberal. Também entram no jogo político, ainda que com menos expressão, as reivindicações socialistas. Todo esse cenário político ganha forte expressão na esfera pública.

De acordo com o Julio Benvogli,

é concomitante a estes eventos que se formava a ciência histórica e se constituía uma esfera pública onde começava a se destacar a figura do intelectual ocupando espaço privilegiado no cenário político, na burocracia estatal e se projetando junto à sociedade. E muitos destes intelectuais foram historiadores [...] que pareciam ter o estudo do passado e a atuação política no presente como vocações. A atividade deles foi marcada não somente pelo vivo sentimento de agir integrando o pensamento histórico e seus conceitos às palavras de ordem usadas na imprensa e na luta política, mas também por um compromisso com determinadas forças e seus projetos políticos.(BENTIVOGLIO, 2010, p. 27)

É essa a situação política e cultural contra a qual Nietzsche desferirá sua corrosiva crítica.

Uma conclusão provisória

Tendo em vista que apresento aqui um trabalho em andamento, arrisco-me a dizer, sem

medo de errar, que só uma análise do pano de fundo político e cultural nos permite recolocar as questões que Nietzsche de fato tinha em mente ao escrever sua obra. Ao proceder dessa forma, poderíamos demonstrar que, mais do que um ataque a formação da ciência histórica alemã, a *Segunda Intempestiva* deve ser entendida como uma reflexão da dimensão política da consciência histórica e como uma tentativa de golpear as relações que se estabeleciam entre o Estado nacional alemão que acabara de nascer, em 1870, e o trabalho dos historiadores. O que o filósofo pretende combater, então, é uma excessiva politização do passado, capitaneada por historiadores a serviço do Estado e que tinha como objetivo a elaboração dos mitos de formação que garantiriam à jovem nação a legitimidade histórica necessária para preservação de sua unidade.

Em uma leitura contextual, é possível argumentar, ao contrário do que as discussões puramente filosóficas do pensamento de Nietzsche sobre a história têm demonstrado, que o filósofo reage a um específico desenvolvimento de seu contexto intelectual, profundamente marcado pela crise da cultura histórica e política moderna na Alemanha e na Europa. Uma vez que, tal crise surge e desenrola-se em paralelo com sua carreira, entre os anos de 1840 e 1900.

Referências bibliográficas

ANSELL-PEARSON, Keith. **Nietzsche como pensador político: uma introdução**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BEHLER, Ernst. Nietzsche in the twentieth century. In: MAGNUS, Bernd; HIGGINS, Kathleen (Org). **The Cambridge companion to Nietzsche**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

BENTIVOGLIO, Julio C. Cultura política e historiografia alemã no século XIX: a Escola Histórica Prussiana e a Historische Zeitschrift. In: **Revista de Teoria da História**, v. 3, p. 20-58, 2010.

BROBJER, Thomas H. Nietzsche's relation to historical methods and Nineteenth-Century German historiography. In: **History and Theory**, v. 46, p. 155–179, 2007

BURCKHARDT, Jacob. **Cartas**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.

CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História: ensaios de Teoria e Metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997

DERRIDA, Jacques. **Gramatologia**. São Paulo: Perspectiva, 1973.

DRIJARD, A. **Alemanha: panorama histórico e cultural**. Lisboa: Dom Quixote, 1972.

DROZ, J. **História da Alemanha**. Lisboa: Europa-América, 1985.

EMDEN, Christian J. **Friedrich Nietzsche and the politics of history**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

JENKINS, Keith. **A História repensada**. São Paulo: Contexto, 2013.

MACHADO, Roberto. **Nietzsche e a polêmica sobre o nascimento da tragédia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

MARTON, Scarlet. Voltas e reviravoltas. Acerca da recepção de Nietzsche na França. In: MARTON, Scarlett (Org.). **Nietzsche, um "francês" entre franceses**. São Paulo: Barcarolla, 2009.

MARTON, Scarlett. A terceira margem da interpretação. In: MÜLLER-LAUTNER, W.A **doutrina da vontade de poder em Nietzsche**. São Paulo: Annablume, 1997.

NIETZSCHE, Friedrich. **Além do bem e do mal: prelúdio a uma filosofia do futuro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

NIETZSCHE, Friedrich. **Correspondência I: Junio 1850 – Abril 1869**. Madrid: Editorial Trotta, 2005.

NIETZSCHE, Friedrich. **Ecce Homo: de como a gente se torna o que é**. Porto Alegre: L&PM, 2009.

NIETZSCHE, Friedrich. **Segunda consideração intempestiva: da utilidade e desvantagem da história para a vida**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

RICOEUR, Paul. **Hermeneutics and the Human Sciences**. New York: Cambridge

University Press, 1981

SKINNER, Quentin. **Visões da Política:** sobre os métodos históricos. Miraflores: DIFEL, 2005.

SOCHODOLAK, Hélio. **O jovem Nietzsche e a história:** como ser intempestivo e duelar com seu tempo. São Paulo: Annablume; ABEU; Guarapuava: Unicentro, 2009.

YOUNG, Julian. **Friedrich Nietzsche:** uma biografia filosófica. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

LA HISTORIOGRAFÍA RIOPLATENSE Y EL PROYECTO *CIVILIZADOR*.

Sabrina Alvarez Torres¹⁹¹

Introducción

La evolución de la historiografía rioplatense a lo largo del siglo XIX estuvo estrechamente vinculada a los principales procesos políticos, sociales y económicos en pleno desarrollo en la región. Esta historiografía en desarrollo tenía su principal *espejo* en el *mundo civilizado* y parte sustancial de su misión era contribuir a la *civilización* de esta región del globo.

Para este período debemos observar al «espacio rioplatense» como un todo, con constantes comunicaciones, con actores sociales y políticos que se sentían en su *patria* de un lado y otro del Río de la Plata. Esto, producto de vínculos históricos provenientes principalmente del período colonial, que, hacia el último cuarto del siglo XIX se comenzaron a debilitar, dando inicio al proceso de consolidación de los estados-nacionales; fenómeno al que la historiografía contribuyó.

En esta ponencia propongo reflexionar sobre la forma en que los proyectos oligárquicos se vieron reflejados en el desarrollo de las historiografías *nacionales* que, con revisiones, son la base de las visiones hegemónicas respecto del pasado hasta el presente analizando las publicaciones oficiales de las Direcciones de Educación de Argentina y Uruguay.

Asimismo, planteo indagar acerca de la funcionalidad de la Historia y su enseñanza (en los sistemas educativos en proceso de formación) al servicio de este modelo fuertemente vinculado con el desarrollo capitalista mundial comandado por las potencias europeas. Haciendo un breve recorrido por los postulados de algunos de los más destacados autores y las ideas centrales que pretendían transmitir que se verían reflejadas en las posturas de las principales figuras políticas encargadas de poner en funcionamiento un sistema educativo, creado para formar ciudadanos «libres», aunque

¹⁹¹Departamento de Historiología-Instituto de Historia- FHCE- Universidad de la República, Uruguay. Grupo autoidentificado de investigación: Comisión Sectorial de Investigación Científica de la Universidad de la República. Contacto: s.alvarez.torres@fhuce.edu.uy

el resultado fuera *civilizar* y *disciplinar*. La búsqueda de estos objetivos tuvo como consecuencia la exclusión y la negación de actores que formaban parte de ese complejo conglomerado social: pueblos originarios, *pobrerío* rural, afrodescendientes y todo aquello que desentonaba con la *utopía* civilizada.

Nociones teóricas para el abordaje del tema

En primer lugar cabe destacar que se entiende la Historia de la historiografía como el área de la Historia que se encarga del análisis crítico de la producción historiográfica (en un sentido amplio, no solo acotado a la producción científica del conocimiento histórico) observando el contexto (social, político, económico, cultural) de dicha producción, los intereses que se expresan a través de la misma y los condicionamientos que afectan en la labor (SANSÓN, 2006, p. 9; BENTANCOURT DÍAZ, 1992, p. 34).

En el marco del proceso de *modernización* de los estados platenses, uno de los objetivos que perseguían las oligarquías locales¹⁹² era la consolidación de un determinado modelo educativo de alcance “popular” (en los términos de la época) y la conformación de un cierto discurso sobre la “nación” y la “patria”. En este sentido podríamos caracterizar a este periodo, siguiendo a Foucault (2002, p. 133.), como de constitución de una sociedad disciplinaria que “remite a cierto número de procesos históricos amplios en el interior de los cuales ocupa lugar: económicos, jurídico-políticos, científicos...”, que fueron sustanciales para el proceso de *acumulación de hombres* necesario para el *despegue* económico y político de occidente; sustituyendo (o al menos pretendiendo hacerlo) *las*

¹⁹² Las autoridades educativas de la época, quienes establecieron, a través de las publicaciones oficiales (y, claramente otros medios) el discurso legítimo acerca de qué historia enseñar, cómo y para qué, fueron integrantes de las clases conservadoras u oligarquías locales; o fueron parte de las élites políticas que representaban sus intereses en el ámbito gubernamental.

Barran entiende como “clases conservadoras”, tomando el concepto de la historia social europea, como “clases altas poseedoras de los medios de producción, enfrentadas a la necesidad de disciplinar a las clases populares a fin de tornarlas aptas para los sistemas productivos modernos que impulsaban.” (BARRAN, S/f., p. 23).

Para Botana la “...oligarquía es una clase social determinada por su capacidad de control económico: la oligarquía es un grupo político, en su origen representativo, que se corrompe por motivos diversos; la oligarquía es una clase gobernante, con espíritu de cuerpo y con conciencia de pertenecer a un estrato político superior, integrada por un tipo específico de hombre político: el notable.” (BOTANA, s/f., p. 73.) Un grupo privilegiado de la sociedad anclado en los resortes del poder y haciendo uso de éstos a su beneficio, coincidente generalmente con la posesión de las tierras y otros medios de producción económicos. (BOTANA, s/f., p. 71-79)

Coincidentes ambos conceptos los utilizaremos indistintamente a lo largo de la monografía puesto que entendemos que caracterizan con precisión a los actores que estudiaremos.

formas de poder tradicionales, rituales, costosas, violentas que estaban entrando en desuso. Estos procesos de *acumulación de capital* y “acumulación de hombres” no se pueden separar, por lo que deberíamos estudiar los mecanismos por los que éstos se potenciaron y podríamos considerar que uno de ellos fue la educación (y dentro de ésta, la enseñanza de la Historia). Por otra parte la conformación de un discurso legítimo, aglutinador y homogeneizador del “ser nacional” también podría contribuir en la consolidación de estas sociedades disciplinarias.

También siguiendo el planteo foucaultiano, podríamos pensar en la educación, y en particular la Historia como una *técnica de poder* (dentro de un repertorio amplio) en ese proceso de disciplinamiento (FOUCAULT, 1980, p. 12-13.).

A través de esta *técnica* se pretendía hacer creer (e interiorizar) a los educandos la idea de que eran parte de una comunidad (nacional) que se debía regir por determinadas normas de conducta, por el respeto a determinados valores e instituciones, por el respeto a las jerarquías y las tradiciones definidas por una parte del colectivo (la dominante). Como sostiene Benedict Anderson (2000, p. 21.) “...la nacionalidad, o la 'calidad de nación', (...), son artefactos culturales de una clase particular.”. Las oligarquías rioplatenses *imaginaron* sus comunidades (la uruguaya/oriental y la argentina) e impusieron esta idea construída al resto de sus respectivas clases subordinadas; uno de los resortes de ello fue la enseñanza de la Historia.

Esta *comunidad imaginada* se elaboró a través de *ficciones orientadoras* que “no pueden ser probadas, y en realidad suelen ser creaciones tan artificiales como ficciones literarias. Pero son necesarias para darle a los individuos un sentimiento de nación, comunidad, identidad colectiva y un destino común nacional.” (SHUMWAY, 1993, p. 13.) La necesidad de ellas para los individuos en concreto es cuestionable, pero en ese contexto aparecen como ineludibles para afirmar y asegurar las fronteras políticas (como sugiere Gerardo Caetano, la viabilidad del Uruguay como país, es un factor que pesa en la construcción de su identidad nacional)¹⁹³, consolidar las instituciones del

¹⁹³ Se “inventaron tradiciones” que fueran dando forma, dando identidad a la comunidad que se estaba imaginando. Para el caso uruguayo, Gerardo Caetano sugiere la idea, que adscribimos, de la construcción de la identidad nacional uruguaya asimilada con la metáfora del espejo, de la mirada propia y del otro; ese otro suele ser el argentino (el porteño). Afirma que “... Uruguay nació antes que los uruguayos, el Estado precedió a la nación.” (CAETANO, 1992, p. 81.) Ver también CARRETERO; KRIGER, 2014, p. 2. En este sentido resultan interesantes los aportes de REAL DE AZÚA, 1991, p. 100 -111.

Estado y disciplinar a la población para el respeto de éstas y de los nuevos “dioses” (trabajo, ahorro) (BARRAN, s/f., p. 34-53.).

Estas *ficciones orientadoras y tradiciones inventadas* iban en consonancia con los principales supuestos del imaginario *civilizado*. El historiador indio Ranajit Guha (2002: 17) señala que en la historiografía india (pero considero que hay elementos que plantea que pueden ser traspolados a la realidad que abordo) se construyó un discurso *estatista-elitista* que deja por fuera a un conjunto importante de sectores sociales coincidente con los no *privilegiados*. El discurso *estatista* se basa en la ideología que “autoriza que los valores dominantes del estado determinen el criterio de lo que es histórico.”

Esta “ideología”, según Guha, deja de lado a la mayoría de la población india del relato histórico de la nación, sin permitirles elegir qué relación mantener con su propio pasado, sino eligiendo los hechos históricos desde la “voz de mando” del estado. La historiografía rioplatense del siglo XIX presenta a los grupos nativos americanos y a las “masas rurales” (pero también en ocasiones a algunos elementos migrantes) como un *atraso* en la senda de la civilización que quedan excluidos del relato triunfante o son considerados desde una visión romántica que los despoja de toda agencia en los procesos de cambio¹⁹⁴.

El espacio curricular-escolar fue un medio sustancial de legitimación y circulación de todas estas *ficciones orientadoras* y la aplicación de esta *técnica de poder* para la consolidación de la *comunidad imaginada*. Hurgar en las publicaciones oficiales de las Direcciones de Educación de ambos países permite observar «trasbambalinas» los distintos debates y posicionamientos que tuvieron educadores, pedagogos, políticos e historiadores (muchos y muchas de ellos y ellas cumpliendo más de una de estas funciones) respecto del asunto.

Funcionalidad de la enseñanza de la historia en el proyecto «civilizador»

El proyecto *modernizador* de las oligarquías rioplatenses buscaba principalmente lograr la integración de esta región al mercado mundial como agroexportadores con un

¹⁹⁴ Cabe destacar que Guha observa que este discurso estatista permeó en la construcción de los relatos historiográficos de la izquierda marxista.

incipiente desarrollo industrial vinculado al rubro; así como receptores de inversiones extranjeras para la ineludible tecnificación. Para el logro de este objetivo era necesario el fortalecimiento del Estado ante las dificultades suscitadas por los permanentes conflictos civiles.

Frente a ese proyecto, la Historia como *técnica de poder* cumplió una función esencial (y así era percibida por los actores de estos procesos) en la construcción de una idea de nación (fundamental para la construcción del Estado).

La elaboración de un determinado discurso histórico estuvo estrechamente relacionado con su necesaria divulgación como medio formativo de la ciudadanía; acompasándose a los preceptos literarios y *científicos* que llegaban desde Europa. Y, como decíamos, un canal esencial para esto fue la enseñanza pública.

Se asociaban varias *virtudes* (funciones) a la historia:

1. Para varios de los pensadores, educadores y políticos que aparecieron en las publicaciones oficiales, la historia era “maestra de la vida”¹⁹⁵; motivo (amplio y poco definido) más que suficiente para ser enseñada. Serviría para formar hombres capaces de llevar las riendas de su patria y dar continuidad a los esfuerzos de sus antecesores, los niños (futuros hombres) debían poder prever el futuro basándose en hechos pasados y presentes. Se anhelaba “que sea un pensador, teniendo en cuenta que la escuela no prepara para ella, sino para la vida” (DIRECCIÓN NACIONAL DE EDUCACIÓN, 1898: s/p.).

La enseñanza *para la vida* se transmitía a través del estudio ejemplificatorio de las proezas de grandes hombres. Era necesario conocer los valores y las acciones emprendidas por *los héroes* (a través de distintas conmemoraciones) para infundir los valores patrióticos y esto se podía hacer sólo a través del conocimiento histórico (PÉREZ, 1911, p. 692.).

2- Asimismo habilitaría al desarrollo de la enseñanza cívica (civilizamiento y disciplinamiento). Decía José Pedro Varela, “Reformador” de la Educación uruguaya, en 1880 (472) que el objetivo principal del estudio de la historia era “hacer comprender a

¹⁹⁵ Partían de la famosa expresión de Cicerón “*Historia magistra vitae*”.

los niños el origen, carácter y condición de la nación de que forman parte”; conocer su país en primera instancia y luego el desarrollo de los países vecinos y los más destacados de la escena mundial, para así cumplir con los “deberes en la vida pública”. Asimismo inspirar la admiración por los hombres dedicados a las ciencias, a las artes, la industria el trabajo, abandonando así paulatinamente la mirada idealizadora de los *hombres de armas*¹⁹⁶.

3- También propendía la desarrollo *moral* de los futuros ciudadanos. El político y educador argentino Leopoldo Lugones (1909, p. 409) decía que la enseñanza en general debía orientarse al logro de “resultados morales y filosóficos” en especial hacia la formación de la conciencia ciudadana y “el desarrollo progresivo del hombre civilizado”. La enseñanza de la historia colaboraría en el logro de estos fines infundiendo amor a la patria, respeto a la civilización y a través de ambas inspiraría “la fraternidad de los hombres”. Esta “fraternidad” implicaba el respeto a determinadas normas de conducta, tendientes al control de los impulsos “bárbaros”.

4- Asimismo, la historia sería útil para inspirar y desarrollar la imaginación en los niños; contribuyendo a solidificar la imagen de la *comunidad imaginada* a través de la confraternización que se propiciaba a través del recuerdo de grandes acciones heroicas conjuntas en el pasado *común*. (DAGUET, 1889, p. 46-57.)

La(s) version(es) que debía(n) enseñarse.

Como se ha venido señalando, uno de los tópicos esenciales a enseñarse era el accionar de *los héroes*. Como hace notar Lucía Lionetti (2005, p. 1236), a fines de la década de 1890 empezaron a aparecer algunas expresiones de discrepancia respecto de quiénes eran o debían ser los “verdaderos” héroes. La narración exaltadora de los rasgos militares de los hombres que habrían dado la vida por la patria comenzó a ser cuestionada por aquellos que “señalaron la ausencia de métodos, el cúmulo de información y la falta de textos más sencillos para ser trabajados en el aula”. Además de los grandes Capitanes y Generales de las acciones de armas, se reclamaba el

¹⁹⁶ Esto, podríamos pensar, coincidía con la creciente influencia del pensamiento positivista y el alejamiento de las visiones románticas respecto del pasado; aunque conviven por largo tiempo ambas posturas combinándose.

reconocimiento a los soldados que, sin ocupar puestos de conducción, dieron su vida por “la causa nacional”. Pero hubo quienes fueron más lejos y reclamaron que no se olvidara a “los hombres comunes” que día a día sostenían la nación y el progreso de la misma con su trabajo (SIMON, 1904, p. 234-235; PÉREZ, 1908, p. 712).

Pero el conocimiento de los hombres ejemplares era un medio subsidiario para un fin entendido como sustancial: el amor a la patria y el patriotismo que esta debía inspirar.

Se entendía que las ideas de patria y patriotismo que se inspiraran condicionarían la formación de los ciudadanos. Así, nos podemos encontrar con opiniones distintas respecto de ellas, algunas que plantean una noción más *belicista* (y romántica) del patriotismo, y otras, que empiezan a hegemonizar el discurso hacia fines del siglo, que cuestionan esta perspectiva.

Según las fuentes que abordamos, uno de los principales objetivos de la enseñanza de la historia era *despertar* el sentimiento patrio (sentimiento en proceso de construcción en ese momento) que daría “cohesión á los elementos constitutivos de la nacionalidad”. Así lo expresó el Consejo Nacional de Educación argentino, en el marco de las fiestas mayas de 1889, al señalar que no podía negarse la relevancia de dar a conocer los “hechos y principios que son la base de la vida nacional”. La nación, la patria, el pueblo al que cohesionarían estas ideas se transmitirían por el “cariño acendrado de su suelo, de sus instituciones y la admiración por los grandes hechos de su historia y de los importantes acontecimientos que dieron origen a su existencia como nación independiente y libre”. Por lo tanto, se debían dar a conocer los “pilares” que daban forma a la nación (al Estado que la antecede): el suelo y las instituciones. Según el Consejo Nacional de Educación, estas ideas debían ser impartidas a la juventud desde temprana edad, para que se afianzaran (se internalizaran y naturalizaran, siguiendo algunos presupuestos foucaultianos) y se vivieran como propias.

Desde la perspectiva de estos actores entonces, la Historia servía para despertar un sentimiento *innato, dormido* elemento constitutivo de los individuos que formaban parte de esa comunidad (DIRECCIÓN NACIONAL DE EDUCACIÓN, 1889, p. 819).

Nosotros (civilizados) y ellos (bárbaros).

La construcción de la “otredad” ha sido un medio de afianzamiento de los caracteres propios de distintos “pueblos”. Como señala Caetano, se construye identidad nacional en “espejo” (en especial en el caso uruguayo). Pero ¿en relación a quién se construyó el reflejo?, ¿qué se tomó como referencia?, ¿a quién se negó y a quién afirmó? Si bien en las fuentes consultadas no aparecen menciones explícitas al respecto, es evidente que, por el modelo de sociedad que se pretendía construir (sociedad “civilizada” y “moderna”), la referencia estaba en Europa, en lo “más avanzado” del mundo. Ese era el ideal a alcanzar. Entonces, ¿qué pasaba con el elemento indígena, con el negro y con todo aquel “no-occidental”?

El Director de Instrucción Pública de Uruguay Abel Pérez sostenía que los “uruguayos”, como “casi toda” América Latina, reconocían como “único origen” la colonización española. El Uruguay vivía una situación excepcional (y “feliz”) puesto que era el único país latinoamericano en que las “tribus primitivas” habían “desaparecido completamente, no quedando quizás en la actualidad ni un solo representante de esas razas extinguidas”, hecho que había garantizado el “progresivo y triunfante desarrollo” del país (PÉREZ, 1907, p. 9-16.).

En el binomio “orden y progreso”, principio rector del período modernizador, todos aquellos que podían obstruir su concreción (fueran indios, negros, gauchos o montoneras) eran excluidos por *atentar* contra el orden y *paralizar* el progreso. (OSZLAK, 1997, p. 59).

Paradójicamente se construyó una visión “idealizada” de los indígenas como origen “primitivo” del “ser nacional”.

En sentido similar aparecen los inmigrantes. La enseñanza de la historia permitía, para el Director Nacional de Instrucción Pública Abel J. Pérez (1907, p. 9-16.), en países como Uruguay con un fuerte componente inmigratorio, integrar a los elementos nuevos, y formar una sociedad cosmopolita a partir de los mejores aportes de los elementos integrados. La construcción de esta “ficción orientadora” se articulaba con la necesidad de la integración del Uruguay al mundo civilizado, rompiendo con el atraso barbárico del “resto” de América Latina. Era una *ficción* negadora de la presencia, por más minoritaria

que fuera, de la población indígena, afrodescendiente y de otros orígenes (no europeo occidental).

Para algunos de los autores publicados, el estudio histórico permitiría realizar una *evaluación* del *avance* de la patria en el camino de la civilización, comparando con las naciones más “avanzadas” y marcando la diferencia con las *menos*.

Reflexiones finales.

Podemos decir que la construcción de los relatos historiográficos y la enseñanza de la historia cumplieron un rol destacado en el proceso de consolidación de los estados nacionales rioplatenses.

Estos Estados y los actores políticos que los construyeron (que comenzaban a tener el control sobre la legitimación y circulación de las versiones respecto del pasado) se inspiraban en el modelo idealizado de una Europa *civilizada* que serviría de guía, de utopía a la que alcanzar. Partiendo de este tamiz fueron decantando elementos deseados e indeseados que fueron dando forma al discurso de la nación; discurso no único ni homogéneo, sino en permanente mutación.

Aunque, podemos constatar una serie de acuerdos: el ideal a seguir está preferentemente en Europa; la historia contribuye a la formación de la ciudadanía a través de la admiración de la vida de hombres ejemplares; existiría un sentimiento innato de patriotismo que se debía *despertar*.

Queda como tarea pendiente (y sumamente difícil de abordar) observar la receptividad de estos preceptos de parte del alumnado. Es decir, medir el grado de incidencia en las mentes (y las almas) de esos niños objeto principal de estas formulaciones y estas *técnicas de poder*. Lo que sí podemos observar es que el período de guerras civiles tendió a debilitarse, se consolidó el respeto de la noción de *nación* (contra los posibles regionalismos) y la historia de la patria pasó a ser un elemento aglutinador de aquellas comunidades imaginadas que ¿se hicieron realidad?

Bibliografía y fuentes.

Fuentes

DAGUET, A. Manual de Pedagogía. Dirección General de Instrucción Pública. **Boletín de enseñanza Primaria.** (pp. 46-57). Montevideo: Imprenta Artística de Dornaleche y Reyes. 1889.

DIRECCIÓN NACIONAL DE EDUCACIÓN. Acuerdo del Consejo Nacional de Educación sobre las fiestas Mayas. Dirección Nacional de Educación. **El Monitor de la Educación Común.** (pp. 819-824). Buenos Aires: s/d. 1898.

LUGONES, L. Situación y alcance de los ramos. Dirección Nacional de Educación. **El Monitor de la Educación Común.** (pp. 403-419). Buenos Aires: s/d. 1909.

PÉREZ, A. Monumento a José Pedro Varela. Pérez, Abel J. **Memoria de Instrucción Pública.** (pp. 67-69). Montevideo: Imprenta Artística de Dornaleche y Reyes. 1911.

PÉREZ, A. Fiestas patrióticas. Pérez, Abel J. **Memoria de Instrucción Pública.** (pp. 692-694). Montevideo: Imprenta Artística de Dornaleche y Reyes. 1911.

PÉREZ, A. Lista de textos para las escuelas urbanas. Dirección Nacional de Instrucción Pública. **Anales de Instrucción Primaria.** (pp. 364-378). Montevideo: Imprenta Artística de Dornaleche y Reyes. 1904

PÉREZ, A. Nuestra Formación étnica. Dirección Nacional de Instrucción Pública. **Memoria de Instrucción Pública.** (pp. 9-16). Montevideo: Imprenta Artística de Dornaleche y Reyes. 1907.

SIMÓN, F. Programa de educación cívica y Constitución. Pérez, A. **Anales de Instrucción Primaria.** (pp. 220-237). Montevideo: Imprenta Artística de Dornaleche y Reyes. 1904.

VARELA, J. P. La enseñanza de la historia. Dirección Nacional de Instrucción Pública. **La Enciclopedia de Educación.** (pp. 472-476). Montevideo: Imprenta "El Ferrocarril". 1880.

Referências bibliográficas

ANDERSON, B. **Comunidades imaginadas**. Reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo. Bs. As.: Fondo de Cultura Económica. 2000.

BARRAN, J. P. El nacimiento de la sensibilidad 'civilizada' y su entorno. Barran, J. P. **Historia de la sensibilidad en el Uruguay**. Tomo II. El Disciplinamiento (1860-1920). (pp. 11-33). Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental. S/f.

BENTANCOURT DIAZ, J. **¿Qué es la Historia?**. Montevideo: Departamento de Publicaciones FHCE., 1992.

BOTANA, N. **El orden conservador**. La política argentina entre 1880 y 1916. Bs. As.: Editorial Sudamericana. s/f.

CAETANO, G. Identidad nacional e imaginario colectivo en Uruguay. La síntesis perdurable del Centenario. Achugar, H. (coord). **Identidad uruguaya: ¿Mito, crisis o afirmación?** (pp. 75-96). Montevideo: Ediciones Trilce. 1992.

CARRETERO, M.; KRIGER, M. **La usina de la patria y la mente de los alumnos**. Un estudio sobre las representaciones de las efemérides escolares argentina. Disponible en http://www.parquedelaciudad.gov.ar/areas/educacion/cepa/carretero_kriger_efemerides.pdf 31 de marzo, 2014.

FOUCAULT, M. Disciplina. FOUCAULT, M. **Vigilar y Castigar**. Nacimiento de la prisión. (pp. 82-137). Buenos Aires: Siglo XXI Editores. 2002.

FOUCAULT, M. El ojo del poder. Entrevista con Michel Foucault. BENTHAM, J. **El Panóptico**. Barcelona: Ed. La Piqueta. 1980. Disponible en <http://www.philosophia.cl/biblioteca/Foucault/El%20ojo%20del%20poder.pdf>.

LIONETTI, L. **La función republicana de la escuela**. La formación del ciudadano en Argentina a fines del siglo XIX. En *Revista Mexicana de Investigación Educativa*. Vol. 10. (Nº. 27). 2005

OSZLAK, O. **La formación del Estado argentino**. Orden, progreso y organización nacional. Buenos Aires: Editorial Planeta. 1997.

REAL DE AZÚA, C. Capítulos 6 y 7. Real De Azúa, C. **Los orígenes de la nacionalidad uruguaya.** (pp. 109-115). Montevideo: Arca Editorial. 1991.

SANSÓN, T. **La construcción de la nacionalidad oriental.** Estudios de Historiografía Colonial. Montevideo: Departamento de publicaciones FHCE. 2006.

SHUMWAY, N. **La invención de la Argentina:** historia de una idea. Buenos Aires: Emecé. 1993.

A CULTURA HISTÓRICA EM FERNANDO DE AZEVEDO: UM PROJETO DE BRASIL MODERNO.

Wilson de Sousa Gomes¹⁹⁷

Introdução

O trabalho tem como fonte documental a obra: *A Cultura Brasileira: introdução ao Estudo da Cultura no Brasil*, de autoria de Fernando de Azevedo. Devido à dimensão do artigo, o maior foco de interpretação centra na terceira parte da obra, intitulada: *A Transmissão da Cultura*. De início, desenvolvemos uma narrativa sobre o ponto de vista adotado por Fernando de Azevedo em sua obra. Posteriormente estabelecemos um diálogo com a historiografia e por último apresentam-se nossas considerações sobre o autor e a obra em seu projeto de um Brasil moderno. Logo, ao problematizar o pensamento do autor, percebe-se que sua narrativa tem como suporte os intelectuais da Alemanha, França e Brasil, preocupados com a cultura histórica do seu tempo. Azevedo, ao refletir sobre o passado centrava suas forças em um projeto de nação moderna, pensava em um Brasil que superasse os dilemas do passado. Intelectual de grande erudição lidou com os conceitos de civilização e cultura; ciência e educação. Produziu uma narrativa que sintetizar o Brasil, desenvolver a perspectiva de memória e história enquanto elementos estruturantes da identidade nacional. Com um olhar negativo sobre os passado colonial, apresenta uma posição descritiva sobre o presente e otimismo sobre o futuro. Azevedo quer preparar o Brasil para entrar no rol das grandes nações civilizadas e pensa nas “bases de um projeto modernizador” (XAVIER, 1998, p. 09). Dessa forma, pensar e repensar o passado – presente para constituir um saber histórico que revelasse o Brasil de corpo inteiro aos brasileiros constituiu a tarefa a qual se ocupou Fernando de Azevedo na sua obra *A Cultura Brasileira*. Sua intenção na produção historiográfica tornava-se uma possibilidade de orientação temporal e espacial aos sujeitos históricos em seu tempo e espaço. Assim, esse texto quer discutir o pensamento histórico de Fernando de Azevedo e seu projeto de Brasil moderno. Essa ação nos

¹⁹⁷ Graduado em História pela UEG Câmpus de Jussara no ano de 2005, Mestre em História pela PUC/GO no ano de 2015. Docente de Teoria e Metodologia da História na Universidade Estadual de Goiás Câmpus Itapuranga.

aproxima de autores como: Jörn Rüsen, Adam Schaff, Humboldt, Capistrano de Abreu, Bourdieu, Carlos G. Mota, Le Goff e outro autores de grande importância para desenvolver nossa argumentação e considerações sobre a obra e o autor.

Fernando de Azevedo

Fernando de Azevedo, um pensador que tinha “devoção para com o passado e a sensibilidade ao encanto que se aspira de idades antigas”, “interesse pelo presente, atração pela ciência e pela técnica e o desejo de contribuir, em amplas reformas”, a obra: *A Cultura Brasileira: introdução ao Estudo da Cultura no Brasil* (1943) é definida por ele com “uma obra de visão panorâmica, por uma larga investigação da sobre a cultura no Brasil”. A cultura tomada no sentido restrito e que referenciava “aspectos morais e intelectuais da civilização”. Nas palavras do autor: “como Humboldt e mais recentemente Burkhardt”, cultura enquanto “brilho aos costumes e às instituições”. Aquilo que desabrocha inteligência e virtude transformando os homens em seres mais humanos (AZEVEDO, 1963, p. 21).

A obra parte de um ponto de vista que fornece uma concepção “clássica, francesa e alemã, de cultura”. Assenta sua base argumentativa nos enunciados de Humboldt, onde entende o conceito de cultura, distinto do conceito de civilização. Nessa forma, os autores entendem a cultura como um estado “moral intelectual e artístico” em que os homens sabem se elevar “acima das simples considerações de utilidade social”. Uma sociedade que quer se preservar e manter sua existência assegurando o “seu progresso, longe de contentar-se com atender às exigências de sua vida material, tende a satisfazer às suas necessidades espirituais” (AZEVEDO, 1963, p. 37).

Nessa lógica, o intelectual ganha à função de produtor, promovendo a circulação e organização do “domínio espiritual: criadora de valores e de bens espirituais, com que instaura um domínio que é uma pátria e um asilo para todos, a inteligência não só os distribui e se esforça por torná-los acessíveis a um maior número possível, como empreende” a organização da sociedade de forma e disseminar “pontos de vistas espirituais” onde a cultura reúne no sentido restrito, as suas manifestações “filosóficas, e científicas, artísticas e literárias, sendo um esforço de criação, de crítica e de

aperfeiçoamento” ideais e valores mais nobres e fecundos da sociedade que quer expressar sua civilidade (AZEVEDO, 1963, p. 38).

Com essa pequena narrativa/descrição, apresenta-se o ponto de vista adotado por Fernando de Azevedo em sua obra. Para ele, escrever sobre a civilização e cultura do Brasil fora uma empresa tentadora. A obra trouxe um “retrato de corpo inteiro do Brasil, uma síntese ou um quadro de conjunto de nossa cultura e civilização”. O livro enquanto um “produto da atividade de interpretar o Brasil” (AZEVEDO, 1963, p. 21). A obra se estrutura na primeira parte com discussões sobre os conceitos de Miscigenação, Nacionalidade, colonização, desenvolvimento da indústria pelo Estado Novo, História das cidades com destaque para o papel das cidades, entendida “como foco de progresso e de civilização – na formação da cultura nacional”. (XAVIER, 1998, p. 04).

Na segunda parte, entram em relevo as modalidades de “cultura: literária, artística e científica do país”, com destaque para a história das instituições culturais nacionais do período colonial ao século XIX. A terceira parte da obra constitui o núcleo de defesa de Azevedo sobre sua história da educação brasileira. Na Transmissão da Cultura, por meio de uma narrativa que reúne o conceito de memória e história, Azevedo, mantém a “estrutura cronológica evolutiva”. Pontua o movimento de renovação educacional, critica o federalismo e “à descentralização político-administrativa, adotada com a implantação do regime republicano” considerando tal fator como “forte obstáculo para a constituição de um sistema de ensino unificado”. Nesse momento o autor chama a atenção para a sua interpretação, em sua perspectiva, o sistema educacional de ensino seria o ponto de chegada de sua análise (XAVIER, 1998, p. 04).

Fernando de Azevedo em sua interpretação centra seus argumentos na

Idéia de que a evolução de nossa história e a história de nosso sistema de educação também partem da dispersão e do fragmentário e vão evoluindo rumo à unidade e à racionalidade. [...] Esta idéia se desdobra na defesa de uma política educacional montada a partir de um plano orgânico e articulado, elaborado com base em parâmetros científicos. Daí a intenção em conhecer e tornar mais conhecida a realidade nacional para, em seguida, interpretá-la e, só então, no momento oportuno, traçar um plano de intervenção (XAVIER, 1998, p. 05).

Defende que por meio do estudo científico da educação é possível desvendar a realidade e promover as estratégias de intervenção social. No prefácio da terceira edição de 1963, aponta que o propósito do livro é servir ao país,

Para o tornar mais bem compreendido, por uma imagem tão exata quanto possível de sua cultura, desde suas origens até o estado atual, nos seus fatores, em suas múltiplas manifestações e nos seus sistemas de transmissão, é esse um destino feliz que, satisfazendo a um autor exigente, não poderia deixar de contentar (AZEVEDO, 1963, p. 23).

Para Azevedo, a obra ganha importância e relevância não pelo contexto e a origem de produção, o importante é que seu conteúdo explique o Brasil, traga uma “história, simples e obscura ou agitada e brilhante”, mas que cumpra seu destino de produzir um “conjunto de informações e argumentos interpretativos” sobre a cultura nacional. O livro que o autor nunca pensou em escrever, que ganha diversas traduções sendo apontado como “uma das dez obras fundamentais de nossa literatura de todos os tempos” (XAVIER, 1998, p. 5-6).

Azevedo não toma o fator da miscigenação como fez Gilberto Freyre, ou da identidade nacional por via do nativo como Mário de Andrade para definir a cultura brasileira. Ele persegue uma síntese totalizante. Síntese que buscava apreender a alma ou mentalidade coletiva. Quer apontar o fator em comum da formação nacional e na diversidade das regiões brasileiras, o fator de unidade, os séculos de cristianismo, a “influência portuguesa, preponderante na interpretação dos elementos indígenas e africanos” (AZEVEDO, 1963, p. 24).

Cultura e civilização são os conceitos básicos utilizados nas suas estratégias de interpretação. Entendendo que a história é ciência perspectivista, que não toma uma verdade como sendo única ou absoluta, que parte da ideia que todo conhecimento histórico é uma interpretação da realidade feita por sujeitos que estão situados dentro de um tempo e espaço, como defende Adam Schaff (1995), Fernando de Azevedo nas décadas de 1920 e 1930, pensa uma educação que se re-estruture em novos moldes. Defende uma escola voltada para a pesquisa e aprimoramento cultural do povo. Para Mota (1994), o autor, por excelência é o responsável pela difusão e estabilização do conceito de cultura brasileira. Ele acreditava que através de uma escola pública, laica e obrigatória de cunho nacionalista, mudaria a nossa postura cultural e educacional do povo brasileiro.

Ainda com C. G. Mota (1994, p. 80) o grupo dos Pioneiros da Educação de 1932, são, sobretudo, “progressistas para os horizontes mentais de então”, devido à organização escolar e universitária vigente naquele momento e posteriormente, com as reformas de

Capanea, existe a formação de uma elite aristocrática ligada ao café e mais uma vez um grupo de bacharéis que pertencem aos quadros da elite intelectual universitária e política. No período de 1930, uma elite que se esconde atrás dos títulos de bacharéis conduz as rédeas do país. Fazendo uma analogia com o período colonial, os jesuítas através de uma base linguística, religiosa e cultural, legitimavam a fé católica e a obediência à metrópole portuguesa, estabelecia uma educação de princípios escolásticos, em uma perspectiva essencialista e intelectualista, desvinculada das questões de ordem prática e social segundo Azevedo (1963).

Os dominados de modo geral ficavam com um ensino voltado para o aprender a ler, contar e escrever. Agora com no contexto de 1930, a escola trabalha uma educação para a classe dominada na formação técnica e mecânica para a instrução e execução do trabalho industrial. E a elite frequenta os bancos das universidades para mais uma vez se firma no topo do poder, legitimando a dualidade de dominados e dominadores. Nesse dilema

O grande projeto de Azevedo seria, nesta linha, a elaboração e aplicação de um plano de intervenção social visando despertar o país de feitiço rural e assentado, portanto, em forças inativas e adormecidas, para transformá-lo em civilização urbano-industrial, dotada de grandes centros de cultura (as cidades), sendo estas detentoras de um sistema organizado de transmissão da cultura (as instituições de ensino) e capazes, por seu próprio ritmo e movimento, de fazer emergir "as capacidades latentes e dispersas na população (...) operando assim como fatores poderosos no processo de unificação da vida nacional" (Azevedo, *apud*, XAVIER, 1998, p. 08).

A autora aponta que na terceira parte da obra, Azevedo reclama a ausência de um sistema de ensino nacional unificado. Valoriza o período colonial por tratar do período jesuítico de ação cultural unificadora, de uma unidade nacional. E pela cultura nacional está inserida na tradição a cultura ocidental. "Como podemos observar, insistindo em analisar cada contexto histórico a partir do que deveria ter sido feito em matéria de organização do ensino, no sentido da formulação de um sistema nacional, Azevedo traça e retraça as bases de um projeto modernizador" (XAVIER, 1998, p. 09).

Por essa perspectiva,

O movimento de renovação educacional é apresentado como o marco que dá a chave para delimitar o que se considera passado, para demarcar as grandes questões do presente, e, finalmente, para definir o que se aponta para o futuro. Por este motivo é que a interpretação do passado é feita com base na negatividade, enquanto que a descrição do presente se faz por meio da

apresentação de projetos em andamento, considerados capazes de preparar a entrada do Brasil no rol das nações civilizadas. Mas, especialmente quando descreve sua própria atuação no campo educacional é que a narrativa do autor ganha um tom de positividade. (XAVIER, 1998, p. 09).

Vargas em seu projeto centralizador utiliza dos intelectuais e técnicos para obter o maior número de informações. Para isso, o IBGE tinha a função de dar maior quantidade de informação para que o governo pudesse agir com maior racionalidade. Por sua vez, sobre Azevedo,

Ele próprio [foi], um criador da representação do campo educacional como um campo de saberes específicos fundado no conhecimento científico e integrado no conjunto das ciências humanas. Azevedo procurou ampliar as fronteiras deste campo, estabelecendo relações entre o campo teórico-científico e o campo político-institucional, este último potencial provedor da aplicação prática dos saberes produzidos pela elite intelectual em um projeto político-pedagógico que acreditava ser possível trazer a modernidade à nação através da organização dos sistemas de ensino. (XAVIER, 1998, p.13).

Isso para romper com uma mentalidade ruralista a aristocrática. Para Ferreira (1994), na colônia havia conteúdos específicos para os índios e para a elite, pois os segundo iriam frequentar os bancos das universidades portuguesas e os primeiros no máximo serem escravizados. A coroa portuguesa estabelecia o programa para estabelecer a Ordem das desigualdades. Já no período de 30 é o governo personalista e autoritário, quem determina o programa que a escola desenvolvera para a classe subalterna. Nesse momento não sendo mais “escravizado” oficialmente, mas trabalhando nas indústrias para atender as exigências lucrativas da burguesia em ascensão.

Seguindo esse aspecto, a educação da classe subalterna do período de 30, não passou de instrumento de legitimação da estrutura social burguesa, e isso dentro de uma ordem que é estabelecida como natural. Com o objetivo de ajustar a sociedade de modo uniforme é construído uma ordem e um sentido imediato do mundo segundo Bourdieu (2001), ele apresenta que o poder usa de um conjunto simbólico de ideologias que controlam a coletividade. Segundo Gomes (2005) a cultura dominante faz uma contribuição para que as criações do governo ou da classe alta estejam estabelecidas em ordem para que molde à consciência dos dominados. Legitimando seu domínio sem distinção entre dominados e dominadores. O poder simbólico é invisível, mas, se materializa através das instituições para domesticar os dominados, ou a fração envolvida nas lutas de vida cotidiana.

Então no Brasil, temos uma estrutura educacional de longa data, ou seja, uma estrutura estruturada com defende Bourdieu (2001). Pois, quem compunha os cargos da elite na colônia eram os eruditos, no império os bacharéis e na republica novamente os bacharéis. Não estamos colocando a educação como à vilã das diferenças sociais, apenas entendemos que a educação torna-se um privilégio de poucos e que o acesso, e as condições são diferenciados na ordem de dominados e dominadores. O problema não está na educação, e sim nos que organizam ela, esses estabelecessem a lógica da dominação e dos privilégios a quem pode mais, neste caso a elite.

Percebam que, quanto menor a relação do individuo com uma educação formal e científica do mundo, menor é a sua percepção das mascaras ideológicas do poder. O individuo não conseguiu distinguir ou compreende os traços da cultura dominante com a cultura dominada. As respostas dadas de modo mecânico formam uma mentalidade controlável e controlar é sinônimo de dominar. Dominar a mentalidade é

Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam a sociedade histórica. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores destes mecanismos de manipulação da memória coletiva. (LE GOFF, 2003, p. 422).

O trabalho de interpretação da mentalidade e da sua permanência na sociedade contemporaneidade da década de 1930 nos possibilita a perceber os traços tradicionalistas de um passado estruturado. Assim, trabalhando com a permanência da mentalidade colonialista por que encontra na cultura educacional o foco de manipulação por parte dos dominantes. Como nos apresenta Gomes (2005) *apud* Le Goff (2003), isso é, na intenção de controlar a cultura de um povo, transformar verdades em mentiras e mentiras em verdades e criar meios para romper com aquilo que supostamente é real.

Em Sergio Buarque de Holanda (1995), na década de 1930 um conjunto de fatores perpetua na mentalidade colonialista de verticalizações das relações sociais. Uma admiração estonteante do que vem da Europa e uma característica cordial marcante na personalidade cultural do brasileiro que, cheio de ornamentos por fora e vazio de sentido e cultura por dentro necessita de dar um novo sentido à cultura. As instituições educacionais de 1930 se apresentavam como “modernizantes”, mas no fundo tinham o “problema não mais do que qualificar tecnicamente a mão-de-obra para a indústria e urbanização florescente”, adaptando as massas ao seu novo posto, que era o de

ferramenta para a manutenção das ordens de classe (MOTA, 1994, p. 79).

Não queremos negar as melhorias e organizações que houvera no período em discussão. Também não desconsideramos os feitos dos pioneiros da educação nova e principalmente Azevedo, nosso objeto de estudo especificamente no terceiro tomo da obra *A Cultura Brasileira*, intitulada de, *A Transmissão da Cultura* (1976). Onde o autor mencionado, nos apresenta um relato descritivo da História da Educação no Brasil segundo Ferreira (1994). Apresentam os ideais de um educador que sonhava com as mudanças das realidades sociais e culturais existentes. Acreditava que a escola era o veículo de mudanças e transformação e no manifesto de 1932, trouxe propostas democráticas que revolucionaria o ensino no país, mas no controle de uma ação estatal seguida de aspectos políticos e econômicos os rumos da educação de 1930 e posteriormente ganha uma nova roupagem com o Estado Novo, retirando os conteúdos democráticos e deixando apenas os que atendem as necessidades técnicas e profissionais de nenhuma formação crítica e consciente dos contextos contemporâneos.

O conceito de educação que temos sobre a década de 1930 é o levantado por Carlos Rodrigues Brandão (1984) em um exemplo histórico que podemos fazer uma analogia com a nossa discussão. Para o autor, em uma sociedade de guerreiros, teremos uma educação voltada para a guerra, a preparação física e psicológica do guerreiro estará voltada para as técnicas do manuseio de armas e estratégias de combate e etc., assim, a educação é um dos elementos que ajuda a nortear as pessoas e os homens, através dela lançam mão para educar guerreiros e burocratas, assim como operários. A educação tem o poder de transformar os Homens e lhes trazer mudanças, renovações e progresso.

E ante a tais fatores, a educação é uma ação de tempo e espaço, culturalmente determinante da produção de diversos tipos de indivíduos a quem tem o domínio e o poder. Legitimando a sua ação através da própria educação, ou seja, são criados mecanismos legais, morais e religiosos que atuam em todos os momentos da sociedade, prende-se o indivíduo, em jaulas invisíveis, que os deixa imóveis diante da violência e exclusão do processo da busca de cidadania como defende Michel Foucault (2001).

Em um estado autoritário e personalista não utiliza outros meios para seus fins se não os apresentados. Segundo Ferreira (1994, p. 164) a Vargas com a Constituição de 1934 e 1937 retira o conteúdo democrático dos pioneiros da educação de 1930 e estabelece um

sistema de educação extremamente técnico, mecânica e instrumental, que seria absorvido pela então indústria em ascensão. Com o Estado Novo a educação assume a sua função de reproduzir a ideologia de estrutura de classe, o ensino profissionalizante das classes baixas para serem absorvidos na indústria. É a escola, formando contingente para a atuação na indústria e as universidades formando os eleitos da burguesia para assumirem os postos de comando da política, economia e etc., segundo Ferreira (*apud* Vargas 1938), essas medidas são necessárias e eficazes para o equilíbrio da economia nacional.

Com tudo isso, há uma escola para a elite, com toda a formação humanista e holística de um futuro acadêmico com o título de bacharel que assume os postos de mandos, eles serão os dominadores. Em contra partida, existe outra escola para as classes baixas. Essa escola é limitada à aprendizagem do ler, escreve e contar, depois ela passa a ser profissionalizante é a “profissionalização da escola para as classes pobres”. Os frequentadores dessa segunda escola não irão frequentar os bancos das universidades e nem assumir os postos de comando, eles serão operários e definidos com mandados, eles ocupam a posição de dominados. Perante isso, temos a lógica colonial dos que mandam e obedecem arraigados na cultura e educação brasileira.

Com isso, Fernando de Azevedo é um autor atual e importante por ser um agente histórico produtor de uma obra carregada de concepções acerca “do papel dos intelectuais e da educação”. (XAVIER, 1998, p. 01).

Tal opção conceitual conduz a análise e interpretação da cultura brasileira pelos caminhos da história das instituições formais de ensino e de suas respectivas formas de promover a transmissão da cultura. Na interpretação do autor, portanto, constituem elementos privilegiados os homens de artes e de letras e suas obras. (XAVIER, 1998, p. 7).

Fernando de Azevedo assume a responsabilidade intelectual de lutar por uma educação que edificasse os indivíduos nos seus tempos e espaços. Para ele o Brasil teria considerações com o tradicional para superar as suas mazelas e caminhar para o futuro moderno, de uma grande nação civilizada. Dessa forma, os intelectuais devem ser os operadores da cultura, seriam os responsáveis pela “produção de bens culturais” e da “formação de mentalidade através da atividade educativa” (XAVIER, 1998, p. 7).

Como considerações finais, defendemos que Fernando de Azevedo assume um

posicionamento político com ações e “formulações decisivas nas renovações educacionais propostas especialmente durante a primeira metade da década de 1930”. A obra *A Cultura Brasileira* e seu autor trazem uma nova significação a cultura nacional fazendo ambos, parte da “tradição do pensamento social brasileiro” (ROCHA, 2008, p. 265-266). Há em Fernando de Azevedo concepções e sínteses diversas do Brasil república que merece atenção historiográfica para compreender nosso contexto histórico e político do século XX. São nossas carências de orientação temporal que nos fazem pensar na importância da história enquanto ciência de orientação dos homens no tempo. Ao deparar com um autor possuidor e instrumentalizador da cultura histórica, nos deparamos com intelectual de grande importância para a história da historiografia.

Referência Bibliográficas

AZEVEDO, Fernando de. **A Transmissão da Cultura**. 3º parte. 5º ed. São Paulo: Melhoramentos; Brasília, INL, 1976.

AZEVEDO, Fernando de. **A Cultura Brasileira**: introdução ao estudo da cultura no Brasil. 4ª ed. São Paulo/Brasília: Melhoramentos/UNB, 1963.

AZEVEDO, Fernando de. **Novos Caminhos e Novos Fins**. 3º ed. São Paulo: Melhoramentos, 1958.

BLOCH, Marc. **Introdução à História**. Lisboa: editorial Presença, 1972.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Educação**. 12º ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BORDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

FERREIRA, Lenira Weil. **Fernando de Azevedo e os momentos constitutivos da História da Educação Brasileira**. (Tese de Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, 1994.

FOUCAULT, Michel. **Micro Física do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

GOMES, Ângela Maria Castro. **Estado Novo: Ideologia e Poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, p. 151-166.

HOLANDA, Sergio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre. **História: Novos Objetos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995, p. 68-79.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5. ed. Campinas, SP: Unicamp, 2003, p. 419-471.

MOTA, Carlos G. **Ideologia da Cultura Brasileira**. São Paulo: Ática, 1994.

ROCHA, Marlos Bessa Mendes da. Historiografia e significação histórica em Fernando de Azevedo. In: **Revista Brasileira de Educação**. V. 13, N. 38, 2008.

RÜSEN, Jörn. **Razão Histórica: fundamentos da ciência histórica**. Trad: Estevão de Rezende Martins. Brasília: UNB, 2001.

SCHAFF, Adam. **Historia e Verdade**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

XAVIER, Libânea Nacif. Retrato de corpo inteiro do Brasil: a cultura brasileira por Fernando de Azevedo. In: **Revista da Faculdade de Educação**. vol.24. nº1. São Paulo: Scielo, 1998.

PARTE 3

Exercícios de pesquisa, perspectivas introdutórias.

UMA OUTRA VERDADE TROPICAL: DISPUTA DE MEMÓRIA EM CAETANO VELOSO E ROBERTO SCHWARZ

Ana Carolina Lessa Borges Lucas de Azevedo¹⁹⁸

Memória e História são indissociáveis, é impossível pensar uma sem a outra. Sob a palavra “memória” englobamos uma série de ideias que são fundamentais para a construção daquilo que chamamos de História, tais como: celebrações, tradições passadas de geração em geração, lugares reservados a se recordar de alguém ou de algo e, claro, testemunhos. E é justamente sobre testemunho que esse artigo trata. Testemunho, relato, depoimento, declaração, lembrança, recordação são vários os sinônimos possíveis para abordar aquilo que se refere à fala de alguém em relação a algum período/fato. Veremos aqui que o entendimento da importância do testemunho mudou ao longo do tempo assim como a própria noção de memória e de História.

Apesar de ser possível trabalhar com os conceitos de forma teórica, esse trabalho nasceu de uma situação posta: em 2012, Roberto Schwarz publicou o ensaio *Verdade Tropical: um percurso de nosso tempo*, no qual criticou a autobiografia de Caetano Veloso, *Verdade Tropical*. O trabalho de Schwarz questiona o testemunho de Caetano e, apesar de não demonstrar essa intenção claramente, acabou evidenciando uma disputa de memória em torno do período da ditadura militar brasileira. É importante dizer que o crítico também viveu os anos autoritários do regime militar, portanto, a análise de Schwarz torna-se, mesmo que sem querer, um novo testemunho da época.

Dito isso, é preciso entender melhor como a trajetória de Roberto Schwarz, professor universitário, acadêmico, crítico literário cruza com a de Caetano Veloso, cantor, compositor, músico, artista. Os dois personagens tratados aqui provem de universos bastante distintos: enquanto Schwarz vem de um mundo onde existem regras (acadêmicas) rígidas e deve-se sempre observar com cautela as circunstâncias; Caetano, por sua vez, vem de um lugar em que a regra é a experimentação e a ruptura. No entanto, ao contrário do que se poderia imaginar, o choque entre os dois se dá tanto no campo artístico e sim no campo social. A questão principal para Schwarz não é

¹⁹⁸ Graduanda de História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

exatamente a arte produzida por Caetano e sim a maneira que o cantor se comporta e, o que mais nos interessa aqui, como ele reconta as situações passadas.

Entretanto, o embate é antigo: em 1970, Schwarz já havia escrito, em plena ditadura militar, um ensaio¹⁹⁹ no qual abordava diversos aspectos da produção cultural brasileira e, entre os pontos analisados, estava o movimento tropicalista que Caetano ajudou a idealizar e acabou se tornando uma das principais figuras. Apesar do cantor não ser o personagem central do ensaio, naquele trabalho, Schwarz já demonstra certa desconfiança em relação ao movimento:

Sobre o fundo ambíguo da modernização, é incerta a divisa entre sensibilidade e oportunismo, entre crítica e integração. Uma ambiguidade análoga aparece na conjugação de crítica social violenta e comercialismo atirado, cujos resultados podem facilmente ser conformistas, mas podem também, quando ironizam o seu aspecto duvidoso, reter a figura mais íntima e dura das contradições da produção intelectual presente. Aliás, a julgar pela indignação da direita (o que não é tudo), o lado irreverente, escandaloso e comercial parece ter tido, entre nós, mais peso político que o lado político deliberado. Qual o lugar social do tropicalismo? [...] Mais ou menos, sabemos assim a quem fala este estilo [refere-se aos universitários]; mas não sabemos ainda o que ele diz. (SCHWARZ, 2014, p. 25-26)

Apesar do objetivo deste trabalho não ser tratar especificamente do tropicalismo, essa crítica é importante para entender que a inquietação de Schwarz a respeito de Caetano é anterior a publicação de *Verdade Tropical*, ou seja, Schwarz sempre compreendeu a importância e influência da tropicália na cultura brasileira.

Sendo assim, podemos partir para o momento mais atual do debate: a disputa de memória. Na crítica feita em 2012, Schwarz escreve que

Em passagens tortuosas e difíceis de tragar, a ditadura que pôs na cadeia o próprio artista, os seus melhores amigos e professores, sem falar no estrago geral causado, é tratada com complacência, por ser ela também parte do Brasil – o que é uma verdade óbvia, mas não uma justificção. O sentimento muito vivo dos conflitos, que confere ao livro a envergadura excepcional, coexiste como desejo acrítico de conciliação, que empurra para o conformismo e para o kitsch. (SCHWARZ, 2012, p. 57)

Esse trecho é interessante porque permite observar que o crítico literário elogia a prosa de Caetano, ou seja, sua habilidade artística como escritor, ele chega mesmo a declarar ter gostado muito do livro como literatura e que as duas primeiras partes do livro são um romance de ideias excelente (SCHWARZ, 2012, p. 52), no entanto, não poupa críticas

¹⁹⁹ SCHWARZ, Roberto. Cultura e Política, 1964-1969. In: SCHWARZ, Roberto. **As ideias fora do lugar: ensaios selecionados**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2014, p. 7-46.

ao conteúdo analítico daquilo que é “além de uma biografia de artista, [...] uma história do tropicalismo e uma crônica da geração à volta de 1964” (SCHWARZ, 2012, p. 52). Em outras palavras, para Schwarz, Caetano escreve muito bem quando fala de arte ou se utiliza de recursos literários, entretanto, quando faz uma análise social ou histórica erra perigosamente chegando ao extremo de apaziguar os danos causados pela ditadura.

Ao retomar o texto dos anos 1990 de Caetano, Schwarz, também testemunha da ditadura, acaba por propor uma nova História: a de que Caetano não é tão protagonista quanto se coloca (e aí descontada a especificidade de se tratar de uma autobiografia) e que seu relato, até então entendido como um grande representante de quem foi oprimido pelo regime, não é razoável já que apresenta um tom apaziguador e complacente em diversos momentos do livro.

Para compreender melhor o embate de versões sobre o mesmo período é importante fazer uma pausa para explicar como se dá essa relação muitas vezes conflituosa entre memória e História. Jacques Le Goff nos lembra que apesar da memória se referir a um passado, ela acontece e se concretiza no presente, sendo assim, passível de mudança (LE GOFF, 1994). Ou como finaliza Marc Bloch “resumindo tudo, as causas, em História como em outros domínios, não são postulados. São buscadas” (BLOCH, 2001, p. 158). Ou seja, tanto a memória quanto a História acontecem no presente, estão condicionadas também ao contexto em que serão produzidas. Portanto, o Caetano dos anos 1990 é um homem que viu um projeto de esquerda (e de país) derrotado e preferiu se colocar do lado dos vencedores; já o Schwarz dos anos 2000 é um homem que problematiza a fala resignada da derrota, pois ela se dá em condições específicas de um país imerso numa ditadura que calou (física e simbolicamente) quem ousou contesta-la.

Dito isso, é necessário fazer uma reflexão a respeito do testemunho para a História e, no caso desse estudo, do testemunho de Caetano Veloso, pois, como ensina Bloch, “deveria ser supérfluo lembrar que [...] os testemunhos mais insuspeitos em sua proveniência declarada não são, necessariamente, por isso, testemunhos verídicos” (BLOCH, 2001, p. 97). O testemunho de Caetano não pode ser considerado uma mentira, no entanto, é uma versão de um período, no caso, uma versão suavizada da ditadura e, portanto, deve ser problematizado. Em outras palavras, não é porque Caetano vivenciou o período que ele tem autoridade para falar como detentor da verdade.

Se Michel Pollak ensina que as “memórias subterrâneas” devem emergir através dos relatos pessoais (POLLAK, 1989), Beatriz Sarlo argumenta que “é mais importante entender do que lembrar, embora para entender também seja preciso lembrar” (SARLO, 2007, p. 22). Em outras palavras, os depoimentos pessoais são importantes e ajudam a compor um mosaico que chega mais próximo da verdade do que a chamada “História oficial” geralmente escrita por vencedores e governos; no entanto, é preciso ter cuidado com a super valorização dos relatos. Pollak aborda a questão dos depoimentos das vítimas do Holocausto e Sarlo concorda que se não fossem os relatos das vítimas de períodos traumáticos (Holocausto, ditaduras latino-americanas) hoje saberíamos muito pouco a respeito dos horrores causados a essas pessoas, portanto, não se trata de desvalorizar ou invalidar testemunhos e, sim, entende-los como parte da verdade:

O problema são os exageros ligados à guinada subjetiva, que fazem com que elas assumam a condição de fontes inquestionáveis e infalíveis na reconstituição do passado, como se fossem mais reais e verdadeiras que as demais. [...] Contra a valorização exagerada da subjetividade, Sarlo opõe a noção de que a memória, bem como toda experiência tida como puramente subjetiva, apresenta um caráter discursivo. (RIOS, 2013)

No caso de Caetano, por ser uma figura pública e razoavelmente popular, suas memórias adquirem um status ainda mais elevado. Se no passado o cantor era considerado “um ponto fora da curva” hoje suas posições são admiradas e ouvidas com atenção, o que é ótimo pois significa que, de certa forma (apesar de não ser a regra), quem era oprimido e perseguido na época da ditadura, hoje tem destaque na sociedade. No entanto, como salienta Schwarz, é preciso fazer uma “leitura a contrapelo” (SCHWARZ, 2012, p. 110) para compreender as entrelinhas do relato de Caetano.

Uma outra ideia que não pode deixar de ser mencionada neste trabalho é o conceito de memória coletiva pensado por Maurice Halbwachs. O estudioso, discípulo de Durkheim, enxerga na memória um fato social, portanto, para ele, nenhuma memória é individual, ou seja, só sabemos e lembramos as coisas porque a sociedade nos diz o que lembrar e, claro, o que esquecer.

Nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isto acontece porque jamais estamos sós. Não é preciso que outros estejam presentes, materialmente distintos de nós, porque sempre levamos conosco certa quantidade de pessoas que não se confundem. [...] Para que nossa memória se aproveite da memória dos outros, não basta que estes nos apresentem seus testemunhos: também é preciso que ela não tenha

deixado de concordar com as memórias deles e que existam muitos pontos de contato entre uma e outras para que a lembrança que nos fazem recordar venha a ser reconstruída sobre uma base comum. (HALBWACHS, 2006, p. 30-39)

Embora vários trabalhos já tenham questionado essa visão de uma memória exclusivamente coletiva, é interessante pensar que existem memórias (e aí podemos pensar em datas festivas, por exemplo) que nos foram contadas e passamos adiante mesmo sem termos vivido aquilo. Uma hipótese para um futuro estudo mais aprofundado é entender de que forma pessoas públicas como Caetano Veloso podem contribuir para a formação e consolidação de memórias coletivas através de seus testemunhos. Em outras palavras: até que ponto um testemunho de uma pessoa pública influencia na formação da memória sobre um período? Halbwachs responderia que “recorremos a testemunhos para reforçar ou enfraquecer e também para completar o que sabemos de um evento sobre o qual já temos alguma informação.” (HALBWACHS, 2006, p. 29)

A fim de concluir o trabalho, vale aqui exemplificar do que se trata, afinal, o caráter resiliente da escrita de Caetano:

Em 64, executando um gesto exigido pela necessidade de perpetuar essas desigualdades brasileiras que têm se mostrado o único modo de a economia brasileira funcionar (mal, naturalmente) – e, no plano internacional, pela defesa da liberdade de mercado contra a ameaça do bloco comunista (guerra fria) –, os militares tomaram o poder. (VELOSO, 1997, p. 15)

Caetano utiliza nesse trecho expressões, no mínimo, inadequadas para tratar do golpe de 1964. Ao falar em “um gesto exigido pela necessidade”, ele abre espaço para interpretações que digam que o golpe foi necessário para manter o país funcionando (ainda que mal). Outro exemplo de “fala duvidosa” de Caetano é uma passagem em que ele narra um episódio em que Gilberto Gil bebe chá de auasca e fala em “amar, acima do temor e de suas manifestações todas, inclusive os militares opressores” (VELOSO, 1997, p. 301), mesmo que a declaração seja verdadeira, causada pela alucinação do chá, uma frase dessa não pode ser colocada assim, ainda mais vindo de uma pessoa que foi presa, exilada, viu seus amigos sofrerem nas mãos dos “militares opressores”. Esse tipo de discurso (“vamos amar a todos”) esvazia o debate sobre os crimes cometidos no período da ditadura militar e, além disso, pode ser entendido como um desrespeito as vítimas, afinal, “amar os militares opressores” significa amar homens que estupraram, torturaram, mataram, perseguiram e violentaram pessoas das mais diversas formas.

Caetano não tem o direito de ser tão irresponsável. Ao escrever o livro, ele se coloca diversas vezes em uma posição destacada na cultura brasileira, por exemplo, quando comenta uma situação em que desceu numa manifestação para realizar uma performance artística (um tanto desnecessário), ele fala “eu me achava nesse momento necessariamente acima de Chico Buarque ou Edu Lobo, de qualquer um dos meus colegas tidos como grandes e profundos” (VELOSO, 1997 *apud* SCHWARZ, 2012, p. 92), quem se vê em uma posição tão superior, tem que assumir a responsabilidade que essa posição provoca e precisa ter cautela ao escolher as palavras para que seu discurso não seja aproveitado por saudosistas do regime ou confunda pessoas que não estão tão familiarizadas com o tema. Sobre essa ambiguidade, Schwarz cometa:

São retificações morais discutíveis, de uma equidistância obviamente enviesada, que em todo caso passavam longe das realidades brutas da ditadura [...] Leal ao valor estético de sua rebeldia naquele período, Caetano o valoriza ao máximo. Por outro lado, comprometido também com a vitória da nova situação, para a qual o capitalismo é inquestionável, o memorialista compartilha pontos de vista e o discurso dos vencedores da Guerra Fria. Constrangedora, a renúncia à negatividade tem ela mesma valor de documento de época. Assim, a melhor maneira de aproveitar este livro incomum talvez inclua uma leitura a contrapelo, de modo a fazer dele uma dramatização histórica: de um lado o interesse e a verdade, as promessas e as deficiências do impulso derrotado; do outro, o horizonte rebaixado e inglório do capital vitorioso. (SCHWARZ, 2012, p. 109-110)

As críticas de Schwarz a Caetano são duras, talvez por ele mesmo ter vivido a época e não aceitar a versão do cantor sobre um período tão traumático. Sendo assim, mesmo que Schwarz não tenha pensado nisso quando escreveu o ensaio que inspirou esse trabalho, acabou abrindo espaço para um debate a respeito da complexidade da memória e do testemunho e, ao contestar a fala de Caetano, abre espaço para uma disputa de memória que acaba sendo muito frutífera para a produção historiográfica, afinal, oferece novos elementos para tentar montar o eterno quebra-cabeças que é recontar, retratar e refletir sobre o passado.

Referências bibliográficas

BLOCH, Marc. **Apologia da História, ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Ed. Centauro, 2006.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Ed. Unicamp, 1994.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

RIOS, Fábio. Memória coletiva e lembranças individuais a partir das perspectivas de Maurice Halbwachs, Michael Pollak e Beatriz Sarlo. **Revista Intratextos**, 2013, vol. 5, n.1, p. 1-22. Disponível em <http://dx.doi.org/10.12957/intratextos.2013.7102>. Acessado em 17/07/2016.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SCHWARZ, Roberto. Cultura e Política, 1964-1969. In: **As ideias fora do lugar**: ensaios selecionados. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2014, p.7-46.

SCHWARZ, Roberto. Verdade Tropical: um percurso do nosso tempo. In: **Martinha versus Lucrecia**: ensaios e entrevistas. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 52-110.

VELOSO, Caetano. **Verdade Tropical**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

MULHERES DA HISTÓRIA: PARTICIPAÇÃO FEMININA NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA DA DÉCADA DE 1970

*Bruna Stutz Klem**

No Brasil temos como maior exemplo da institucionalização da historiografia brasileira o IHGB (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro), desde esse momento que surge a tentativa de criar uma identidade brasileira a pedido do Imperador. Não há dúvidas sobre o caráter elitista presente nos intelectuais que se viam como os esclarecidos da sociedade, reafirmando uma historiografia revisionista com relação a Portugal, extremamente influenciada pela França e com um projeto de homogeneização da visão de Brasil. Essa sistematização da produção historiográfica ainda se encontrava em um contexto escravocrata, já que esse projeto é também de caráter político e desde já, é possível notar a construção de grupos que ficariam marginalizados na formação dessa identidade nacional.

A Escola dos *Annales* é conhecida pelo seu papel inovador nos anos 30 do século XX apresentando novos paradigmas, como o sujeito universal. Essa concepção é demasiada excludente, pois remete a ideia de um sujeito masculino, branco, heterossexual e ocidental. Nesse sentido, a história que é um discurso que se fundamenta em indícios, fragmentos, leituras do passado, aquilo que Michel de Certeau chama de tempo de desconfiança, em que o sujeito historiador ou historiadora também tem um sistema de referências histórico e influenciado por suas condições; não é neutro e seu trabalho é contaminado por essa subjetividade. Por isso, nessas condições da história feita pelos homens, Michelle Perrot se perguntava se era possível uma história das mulheres e clamava pela necessidade de uma formação de produção acadêmica que problematizasse as relações entre os sexos.

Pensando o caso brasileiro, é possível localizar discursos diferentes produzidos ao longo da historiografia por célebres intelectuais que fazem parte do pensamento social brasileiro principalmente na década de 30 como Gilberto Freyre, Caio Prado Jr. E Sergio Buarque de Holanda que possibilitaram a abertura de um leque na História do Brasil. No

* Graduanda de História na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

século XIX, que podem ser identificados como um tipo de reflexão sobre a historiografia, Mas, os primeiros balanços sistemáticos, que se empenharam em apresentar a história da historiografia como algo distinto da história da literatura, parecem ter sido escritos no início do século XX.

Os anos 1970, quando outras propostas de escrita dessa história entraram em cena, aparentemente com certo tom de urgência, como a de Carlos Guilherme Mota (1975) com o objetivo de compreender os pressupostos ideológicos que fundamentam as interpretações de cunho histórico sobre a cultura brasileira, José Roberto do Amaral Lapa (1976) que buscou definir a historiografia como um campo de estudos ocupado com a história crítica do processo por meio do qual se dá o “registro da realidade histórica” e que para Maria de Lourdes Monaco Janotti (1977) a historiografia poderia ser abordada com a mesma perspectiva proposta por Cândido para a história da literatura, destacando-se a perfeita sincronia observada entre o desenvolvimento social e a consciência historiográfica.

Esse momento traz reflexões primordiais sobre grupos que até então não tinham tido voz ou espaço na historiografia, como as mulheres. Portanto, essa busca se emparelha com a história do movimento feminista que tem sistematicamente procurado seu início na resistência à ditadura militar e nos movimentos de esquerda. A década de 70, quando outros autores procuraram refletir sobre a história da historiografia introduzindo novos elementos nessa história, a partir disso, a presença crescente das mulheres em diferentes espaços instigou os interessados na reconstrução das experiências, vidas e expectativas das mulheres nas sociedades passadas, descobrindo-as como sujeitos da história e objeto de estudo.

Essa expectativa alia-se à pluralidade de possibilidades de olhares sobre o passado – mostrando que este pode ser desvendado a partir de múltiplas questões, entre elas as motivadas pelo presente – permite perceber toda uma vinculação entre a produção acadêmica e a emergência dos movimentos feministas e de mulheres. Esse esclarecimento se faz mais necessário quanto se dá conta de que a história não recupera o real no passado, mas constrói um discurso sobre ele, trazendo tanto o olhar quanto a própria subjetividade do historiador que recorta e narra o passado, deixando explícito que o domínio que os historiadores têm é sempre parcial.

Na historiografia ampliou-se e diversificou-se nos últimos anos. Os estudos sobre a mulher, sua participação na sociedade, organização familiar, movimentos sociais, política e trabalho adquiriram notoriedade e abriram novos espaços, em particular após a incorporação da categoria gênero. O processo de emergência do tema, nos anos 70, tanto na produção historiográfica como em outras áreas, tinha como pressupostos reintegrar as mulheres à história e restituir a elas sua história, nesse momento foi priorizado o tema do trabalho feminino, em particular, o trabalho fabril.

Assim, a necessidade de tornar as mulheres visíveis, vinculada a certa obsessão pela denúncia à opressão histórica sobre elas, caracterizou uma "primeira geração de pesquisadoras". Envolvendo esses trabalhos na dificuldade de superar a dicotomia entre a "vitimização" da mulher – uma análise que apresenta um processo linear e progressista de suas lutas e vitórias – e a visão de uma "onipotência" e "rebeldia" feminina¹, que algumas vezes estabelece uma "heroicização" das mulheres. O crescimento desta produção permite apontar que não se trata apenas de incorporar as mulheres no interior de uma grande narrativa pronta, quer mostrando que as mulheres atuaram tanto quanto os homens na história, quer destacando as diferenças de uma "cultura feminina", perdendo-se, assim, a multiplicidade do ser feminino, podendo cair numa mera perspectiva essencialista.

Os estudos de gênero vão de encontro a certas tendências da historiografia contemporânea que questionam a concepção de história como evolução linear e progressista e a do tempo vinculado a leis de mudanças e prognósticos do futuro. Procurando acabar com a segmentação entre passado e presente, os estudos de gênero contribuíram para a ampliação do objeto de conhecimento histórico, levando a descoberta de temporalidades heterogêneas, ritmos desconexos, tempos fragmentados e descontinuidades, descortinando o tempo imutável e repetitivo ligado aos hábitos, mas também o tempo criador, dinâmico e das inovações, focalizando o relativo, a multiplicidade de durações que convivem entre si urdidas na trama histórica.

Assim, as nuances, as tendências, os movimentos, passaram a ocupar a atenção dos historiadores, em lugar da certeza de fatos cronológicos e periodizações específicas. É indiscutível a contribuição da produção historiográfica sobre o gênero na ampliação das visões do passado, mas ainda há muito mais por ser feito, já que grande parte dos

segredos a serem conhecidos ainda está encoberta por evidências inexploradas. Nesse sentido, os estudos de gênero reconhecem a pesquisa empírica como elemento indispensável.

Sobre as mulheres do povo, o silêncio é ainda maior, e só se fala delas quando suas insatisfações com o preço do pão, por exemplo, começam a preocupar, ou quando provocam brigas contra os comerciantes e proprietários, ameaçando subverter a ordem através da greve. No livro *Quotidiano e Poder* Maria Odila Leite da Silva Dias busca um novo enfoque para entender a sociedade paulista do século XIX. Demonstrando assim que há muitas histórias nas entrelinhas da história oficial, a qual tende a revelar e perpetuar a versão dos vencedores.

O seu objeto de estudo “os papéis sociais das mulheres” revela minúcias muitas vezes despercebidas pelos historiadores do período, que aspiram abarcar o todo e tendem inevitavelmente para as generalizações, repetindo as “verdades prescritas” sem procurar de fato entender a enorme diversidade dos acontecimentos.

Quotidiano e poder faz parte de um grupo de trabalhos que enxergam a história como uma construção de vários sujeitos. Ao lê-lo percebemos como essas mulheres estavam presente ativamente no cotidiano dessa sociedade, apreendemos suas vidas, suas artimanhas, seu labor, suas dificuldades diárias, seu respeito ou rechaço as convenções.

A Historiografia das últimas décadas favorece uma história social das mulheres, pois vem se voltando para a memória de grupos marginalizados do poder. Novas abordagens e métodos adequados libertam aos poucos os historiadores de preconceitos atávicos e abrem espaço uma história microssocial do cotidiano. (DIAS,1995, p. 14)

É neste terreno – coexistindo com formações disciplinares emergentes como o novo historicismo, a história das mentalidades e os estudos pós-coloniais – que se move, e ganha prestígio, a maior parte do pensamento crítico feminista internacional desenvolvido a partir da segunda metade da década de 70. Este pensamento, entretanto, revela certas especificidades em relação ao quadro teórico no qual, de certa forma, se insere.

June Hahner, na introdução do seu livro *A Mulher Brasileira e suas Lutas Sociais e Políticas*, levanta uma questão importante para responder a indagação inicial desse artigo. Para a autora uma das razões para a ausência das mulheres na história oficial é a

que

[...] diz respeito à natureza da história tradicional assim como àqueles que a escrevem. Os homens, enquanto transmissores tradicionais da cultura na sociedade, incluindo o registro histórico, veicularam aquilo que consideravam e julgavam importantes. Na medida em que as atividades das mulheres se diferenciam consideravelmente das suas, elas foram consideradas sem significação e até indignas de menção. Por isso as mulheres permaneceram à margem das principais relações do desenvolvimento histórico. (HAHNER, 1978, p. 36)

Hahner ainda aponta que as primeiras abordagens sobre as mulheres visavam dar visibilidade as mulheres que, de uma forma ou de outra, se destacaram por sua excentricidade, despojamento, virtuose ou mesmo pelo seu poder. Para a autora “[...] esta é a abordagem que pergunta: quem são as mulheres ausentes da história? Quais são as mulheres de feitos e que feitos realizaram?” (HAHNER, 1978, p. 67). Após essa avaliação Hahner indaga qual a melhor maneira de se reconstruir a história das mulheres anônimas do passado? Para ela a resposta está presente na exploração de novas fontes.

Rago destaca que essa produção da década de 1970 não se caracteriza feminista, não buscando questionamento prático das relações de poder entre os sexos na academia, ela carrega traços evidentes de uma vontade feminina de emancipação. No entanto, ao retirar as mulheres do silêncio produzido por um discurso historiográfico centrado no homem, a história social das mulheres conflui com as demandas do feminismo que buscava a maior visibilidade no espaço público, e com a desconstrução de mitos misóginos que obstaculizavam o crescimento pessoal e profissional da mulher.

A mulher na sociedade de classes é fruto da pesquisa que Saffioti realizou com trabalhadoras têxteis e professoras primárias e que resultou na sua tese de livre docência em 1967. A teoria de Heleieth Saffioti permitiu o estabelecimento de um profícuo diálogo entre os campos do marxismo e do feminismo. O mérito de sua abordagem consiste em que o surgimento do capitalismo trouxe uma dupla desvantagem à mulher, pois à medida em que se desenvolviam as forças produtivas, esta foi sendo progressivamente marginalizada das funções produtivas, ou seja, periféricamente situada no sistema de produção. Com esta observação, a autora afasta-se de uma leitura economicista da condição da mulher, por entender que as classes sociais são atravessadas pelo sexo e este funciona como fator de inferiorização social.

Por fim, um último e breve comentário, a emergência, nos anos 1970, dessa preocupação em desenvolver a história da historiografia parece estar relacionada, ao menos em parte, com uma transformação interna do campo dos estudos históricos no Brasil, que, ao atingirem certa progressão, despertaram maior interesse pela sua própria história, essas são algumas das historiadoras que buscaram esse estudo. Ao menos em parte, esse esforço pode ser relacionado às mutações suscitadas pela difusão de obras como as de Thomas Kuhn e Michel Foucault, que nos anos 1960 introduziram a descontinuidade na história dos saberes, afirmando que o discurso histórico também possui historicidade e está condicionado por um lugar de produção e por um agente produtor.

Através de documentos nota-se o crescimento de mulheres na extinta Universidade do Distrito Federal e essa inserção cada vez maior nos espaços que preeminente era masculino. O interesse dos estudiosos cresce a respeito do desenvolvimento do próprio conhecimento que produzem, indicando certo esforço epistemológico. Bourdieu, condizente com sua teoria, trata a questão da “dominação masculina” principalmente a partir de uma perspectiva simbólica. Para ele, a dominação masculina seria uma forma particular de violência simbólica. Por esse conceito, ele compreende o poder que impõe significações, impondo-as como legítimas, de forma a dissimular as relações de força que sustentam a própria força. Seguindo essa lógica de Bourdieu que por mais que tenha trabalhado nesse campo com sua maestria usual, ele criou uma teoria que, do ponto de vista político, esteriliza as possibilidades de mudanças e questiona-se: como quebrar a dominação masculina se ela está tão imbricada no nosso inconsciente e nas formas mais simples de organização do pensamento e da linguagem?

Referências bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Lisboa: Relógio D'Água, 2013.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e Poder**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

GUIMARÃES, M. L. S. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. In: **Estudos Históricos**. Caminhos da Historiografia. nº 1. Rio de Janeiro: Vértice, 1988.

HAHNER, June. **A Mulher no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed Civilização Brasileira, 1978.

LAPA, José Roberto do Amaral. **A História em Questão Historiografia Brasileira Contemporânea**. São Paulo: Vozes, 1976.

PERRROT, Michele. **Os Excluídos, Operários, Mulheres e Prisioneiros**. RJ: Paz e Terra, 1988.

RAGO, Margareth. A Mulher na Historiografia Brasileira. In: SILVA, Zélia L. (org.). **Cultura Histórica em Debate**. SP: Ed. UNESP, 1994.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

A DUPLA IMAGEM DE ALEXANDRE MAGNO: A NATUREZA DAS FONTES DE PLUTARCO E DE DIODORO SÍCULO

Lucas Cabral da Silva²⁰⁰

O gênero biográfico surgiu junto com o gênero histórico na Grécia do século V a.C. Possui por objeto, em seu sentido mais amplo de narrativa escrita, a história de uma vida particular. Entretanto, as circunstâncias do período não propiciaram a produção de biografias, pois o contexto da *pólis* grega privilegiava os cidadãos, o coletivo, em uma relação horizontal. Portanto, foi a partir do século IV a.C., especialmente a partir do período helenístico, que o gênero biográfico se propagou com mais intensidade (SCHMIDT, 2012, p. 187). De maneira geral, a biografia na Antiguidade constituía um gênero distinto da história, pois enquanto os biógrafos mantiveram o elo com a imaginação os historiadores passaram a demandar a possibilidade de enunciar um discurso verdadeiro sobre o passado.

Apesar da distinção, podemos dizer que ambas se integravam na “história mestra da vida” (*historia magistra vitae*), formulada por Cícero, mas que remonta aos escritos históricos de Tucídides e os escritos biográfico de Platão sobre Sócrates. A “história mestra da vida”, tal qual desenvolvido por Hartog (1997, p. 9-10), seria o ideal de história em que caberia ao passado instruir o futuro, com exemplos de ação e conduta que devem ser seguidos ou contestados pelos homens do presente. Ou seja, são modelos de conduta de personagens virtuosas ou exemplos de atitudes desmedidas que as pessoas deveriam aderir ou negar. Estas características marcam as biografias escritas sobre a vida da personagem Alexandre, compondo pontos centrais das distinções entre os autores.

Magno, *Aniketos* (invencível), filho de Zeus e *theos aniketos* (deus invencível) são expressões atribuídas a Alexandre, personagem histórico que em pouco mais de dez anos, de 334 a 323 a.C., fez-se soberano do imenso Império Persa e conduziu suas tropas até a Índia. No entanto, poucos são as personagens dessa história que proporcionam tantas dificuldades aos pesquisadores, pois sendo o rei macedônio contemporâneo de

²⁰⁰ Graduando em História pela Universidade Federal do Espírito Santo.

Aristóteles e Demóstenes, cujas obras e relatos encontramos com facilidade nas bibliotecas, possuímos raros testemunhos diretos sobre a epopeia realizada pelo herdeiro de Filipe II. As narrativas referentes a vida do célebre monarca macedônio são posteriores a três séculos ou mais, não por falta de contemporâneos que registraram a conquista da *Oikoumene* e seus desdobramento, mas porque suas obras não foram preservadas, chegando ao nosso conhecimento apenas pelas referências posteriores, por autores como Diodoro da Sicília, contemporâneo de César e Augusto, e o moralista Plutarco, que escreveu um século mais tarde uma biografia sobre Alexandre (MOSSÉ, 2004, p. 9).

Para compreender a representação de Alexandre, que foi preservada durante os séculos, é necessário indagar: por que as histórias redigidas durante a vida ou nos anos imediatos após sua morte não nos foram transmitidas? No tocante ao problema da ausência dos registros diretos devemos inferir as circunstâncias pelas quais apenas no período de domínio romano se iniciou as narrativas a respeito da história do rei macedônio. Para tanto, devemos nos situar no período de morte de Alexandre, imaginando que seu falecimento súbito surpreendeu seu círculo. Notamos tal surpresa quando verificamos os conflitos por território e pela posse do corpo e imagem do falecido monarca, que fragmentou seu império, resultando na formação dos reinos helenísticos (MOSSÉ, 2004, p. 177).

É em Alexandria, sob o período de governo do fundador da dinastia dos Lágidas, que se desenvolveria a historiografia a respeito da imagem de Alexandre. O primeiro dos alexandrinos a registrar a campanha do *hegemon* dos gregos foi o próprio Ptolomeu, baseado em suas lembranças e, talvez, como muitas vezes se supôs, no diário de Calístenes, biógrafo oficial de Alexandre, que foi preso a mando do rei e faleceu no cárcere. Ptolomeu, então governador de Egito, valorizou em seu relato, sobretudo, seu papel próximo a Alexandre. Desta forma, como aponta Claude Mossé (2004, p. 179), o fundador dos Lágidas não escreve apenas uma história “realista” e “moderada” de Alexandre, mas também escreve a memória de um conquistador sem fraquezas. Ora, é importante notarmos a avidez de Ptolomeu em se declarar herdeiro do soberano macedônio, pois visava a se legitimar faraó do Egito por meio da imagem do falecido monarca, registrando em seus escritos as ações militares das quais participou e deixando de lado toda a interpretação dos objetivos de Alexandre.

O outro autor que relata as realizações do *theos aniketos* é Clitarco, também alexandrino. Diferentemente de Ptolomeu, que foi “moderado” em seu relato, o historiador não oscila em registrar episódios lendários. Logo, Alexandre é apresentado como um herói predestinado que desde jovem visa a conquistar o mundo. Clitarco escrevia em Alexandria provavelmente ao mesmo tempo em que o relato de Ptolomeu era estabelecido. Desta forma, é suposto que o Lágida não apenas representava a imagem moderada de Alexandre, valorizando suas ações militares, mas também estimulava a divulgação da imagem mítica do conquistador macedônio, que “teria no mundo helenístico a maior repercussão e, que, além disso, só podia corroborar para sua legitimidade com relação aos outros diádocos” (MOSSÉ, 2004, p. 179)

A obra de Calístenes obteve extraordinária difusão e sua representação de Alexandre foi a que se perpetuou. Entretanto, sua obra sobre a história de Alexandre encontrou resistência, pois “apesar de ter sido composta por um artista de talento, impõe-se uma imagem de Alexandre contestada por eruditos e letrados” (MOSSÉ, 2004, p. 179). No entanto, não sabemos quem foram esses eruditos, pois suas obras não chegaram até a contemporaneidade, mas se supõe que foi nas escolas filosóficas que se refutou a imagem idealizada do conquistador macedônio. É a partir desta objeção que haverá na tradição pertinente a Alexandre duas correntes contrárias: uma idealizando a imagem do rei filósofo e conquistador magnífico e a outra apresentando-o como um monarca violento, impulsivo e brutal. É importante destacar que estas obras diretas sobre Alexandre perderam relevância quando foi se estabelecendo entre os diádocos certo equilíbrio. Logo, acreditamos que as obras foram se extinguindo no contexto em que a memória de Alexandre deixa de ter relação direta com a legitimidade do poder.

Estas duas vertentes, difundidas até o fim da República romana, influenciaram os autores nos séculos seguintes. A historiografia de Alexandre, que nos foi transmitida, datando dos três séculos que separam a obra de Diodoro Sículo, composta no fim da República romana, até a obras do século II d.C., exprimem a imagem idealizada do conquistador e as críticas a alguns de seus comportamentos. Elas são, sobretudo, produto do desdobramento da imagem de Alexandre durante a época helenística (MOSSÉ, 2004, p. 182).

O Alexandre narrado por Diodoro Sículo é análogo ao mítico conquistador idealizado por

Clitarco, principal fonte do historiador siciliano. Diodoro nasceu no século I a.C., em Agírio, Sicília. Em sua monumental obra, *Biblioteca Histórica*, Diodoro apresenta apenas as *características* virtuosas do soberano macedônio, fazendo do conquistador um monarca perfeito (MOSSÉ, 2004, p. 182). Ele não descarta, entretanto, os atos de violência praticados por Alexandre, como a destruição de Tebas, a morte de Parmenion e o assassinato de Clito. Intenta, todavia, explicá-los e justificá-los desempenhando, como aponta Cynthia Cristina Mota, (2008, p. 11), o papel de juiz, indicando "quem errou e quem acertou em seus atos, não somente narrando os fatos, mas incitando seu leitor a um comportamento virtuoso e a uma *areté* moral". Sendo assim, Diodoro Sículo apresenta, em sua história, quem merece ser lembrado na glória ou no opróbrio, fugindo da denominação de mero copista que lhe atribuíram desde a Antiguidade.

Verificamos, assim, entre os próprios especialistas divergências quanto à impotência do relato de Diodoro para a construção da imagem de Alexandre. Há, por um lado, Claude Mossé (2004, p. 182), alegando que Diodoro apresenta Alexandre, em seu relato, como um soberano insosso, a ponto de torná-lo coadjuvante dos próprios feitos que são melhores descritos, em sua obra, do que o caráter da personagem. De outro, há Mota (2008, p. 25), para quem o propósito de Diodoro não era descrever Alexandre e sim os acontecimentos que o cercaram, assinalando que o autor realizou um trabalho complexo e refinado, utilizando de sua erudição para compor uma obra monumental de toda história greco-romana até seu tempo, incluindo o período alexandrino.

A mesma imagem idealizada de Alexandre é encontrada, parcialmente em Plutarco. O autor nasceu em Queroneia, na Béocia, no decorrer do século I d.C. Assumiu a cidadania romana e foi considerado como um precursor do movimento cultural identificado como "Segunda Sofística", movimento este considerado como ativador da identidade grega, por meio da alusão ao passado, no Império Romano, sobretudo no século II d.C. (CERQUEIRA, 2010, p. 96). Plutarco faz uma comunicação entre as duas correntes historiográficas da Antiguidade, apresentando na sua obra, *Vidas paralelas*, uma comparação entre Alexandre e César, este último um jovem rei virtuoso e cheio de qualidades que foi "transformando-se sob a influência do Oriente em um déspota implacável" (MOSSÉ, 2004, p. 183).

Plutarco possuía uma preocupação moralizante em seus escritos, às vezes excessiva. Em

sua obra, podemos encontrar alguns equívocos de julgamento, tratando a maioria de seus biografados com benevolência. Como afirma Kury (2006, p.13), no prefácio do livro, “Plutarco relaciona e subordina sempre a história à moral e sua moral nem sempre é apropriada à história”. Vale lembrar que ele dizia não escrever sobre os acontecimentos históricos e os fatos que os compõem, mas escrevia as vidas e o cotidiano de suas personagens. Assim, a meta principal de Plutarco era interpretar o caráter e a conduta, pois seu propósito era biográfico e não histórico (CERQUEIRA, 2010, p. 97).

Neste contexto, de um Império multifacetado, notamos a originalidade de Plutarco em produzir biografias de grandes homens, gregos e romanos, colocando em diálogo as duas culturas, conferindo à identidade grega um tratamento diferenciado diante da identidade romana, principalmente no âmbito da educação (CERQUEIRA, 2010, p. 98). Ao associar Alexandre a César, o autor queria mostrar aos leitores romanos que os gregos, mesmo subjugados, tiveram seu herói dominador. É interessante notar que, na obra *Vidas paralelas*, o autor sempre termina com uma comparação entre os dois biografados. Isso, entretanto, não ocorre com Alexandre e César, deixando-se ao leitor a tarefa de concluir o livro (MOSSÉ, 2004, p. 183).

Compreendemos, portanto, que apesar de Diodoro Sículo e Plutarco possuírem o mesmo propósito em suas obras, eles possuíam objetivos diferentes e posturas distintas sobre o biografado. Diodoro Sículo escrevia no século I a.C. e procurou escrever uma história universal, que abrangia desde os primórdios das sociedades, incluindo a história egípcia, a dos bárbaros e a dos gregos, até a história de sua época, relatando acontecimentos que ocorreram já sob o governo de Otávio. Ele não deixa de expressar seu interesse pela geografia, a biologia das regiões e a descrição dos costumes dos diversos povos. Logo, nota-se que ele não objetivava escrever um relato sobre Alexandre em particular, mas sobre as conquistas militares e os feitos da personagem. Plutarco, por outro lado, escrevia um século depois e expressava não ter interesse em registrar os fatos históricos, mas o caráter e a conduta de suas personagens. Notamos, inclusive, que ele se preocupava em escrever sobre passagens corriqueiras do cotidiano e da educação de seus biografados, não focando nos movimentos militares.

Existe, no final do período helenístico e no mundo romano, uma dupla imagem de

Alexandre que prosseguiu até pelo menos a Antiguidade Tardia. Inclusive, notamos que essas imagens chegaram até os Padres da igreja, pois no período surge um romance, atribuído a Calístenes, que sugere a adesão de Alexandre à religião do Deus único, no encontro com os povos judaicos (MOSSÉ, 2004, p. 182). É, portanto, no romance atribuído ao pseudo-Calístenes que as duas imagens, principalmente a do déspota desmedido, sobrevivem durante os séculos, até a contemporaneidade.

Por fim, e de maneira sucinta, ressaltamos aqui o Alexandre do século XIX. Neste período, é constituído um novo regime de historicidade oposto ao da *historia magistra*. Nele, estabelece-se a exigência de previsões, cabendo ao futuro “ou ao que se imagina como futuro, visto sempre como melhor que o passado e o presente, conferir sentido ao passado” (SCHMIDT, 2012, P. 190). É nesse período que aparece a primeira *História de Alexandre* baseada no exame das fontes, a de Johann Gustav Droysen. Para o erudito alemão, que definiu o termo helenismo, a cultura grega foi “regenerada” por Alexandre, pois por muito tempo o período helenístico foi considerado como séculos de “declínio”. O principal mérito de Alexandre foi ter permitido a fusão entre os vencidos e vencedores. Aos olhos do autor, as consequências talvez mais importantes da façanha alexandrina situavam-se no plano religioso. A historiografia do século XIX seria fortemente marcada pela influência de Droysen. Entretanto, no final do século, os historiadores “desistiram de entender as intenções reais de Alexandre e de julgar o valor do homem” (MOSSÉ, 2004, 207-208), atentos em constituir a história do período sem cair na reedição de mais uma biografia sobre o rei macedônio.

Com essa breve história das fontes de Alexandre, podemos notar que não apenas a personagem muda, mas a maneira de se ver as biografias também. Por muito tempo a biografia, principalmente da Antiguidade, foi tratada apenas como um auxílio ao historiador, pois não era vista como fonte histórica capaz de resgatar qualquer significado do seu período, a não ser curiosidades sobre o autor e o próprio *modus operandi* de produção da obra. Hoje, entretanto, retomamos as fontes como documento, trazendo à tona, mais uma vez, os debates teóricos, metodológicos e historiográficos sobre os limites da biografia histórica. Desta forma, concordamos com Claude Mossé (2004, p. 219), para quem a biografia deve ser tratada como um “gênero digno de ser abordado pelos historiadores”. E que devemos ter consciência “ao escrever sobre isso, de estar rompendo com uma tradição. E também, de nos inscrever numa iniciativa que

renovou a abordagem da História, ao levar em conta o imaginário e seu lugar na evolução das sociedades”.

Referências bibliográficas

CERQUEIRA, F. A Educação Musical nas Vidas de Plutarco: Identidade e Tradição Cultural Grega no Império Romano. In: CERQUEIRA, F.; SILVA, M. **Ensaaios sobre Plutarco: Leituras Latino Americanas**. Pelotas: UFPel, 2010, p. 95-147

HARTOG, F. O tempo desorientado. Tempo e história. Como escrever a história da França? **Anos 90**. Porto Alegre, PPG em História da UFRGS, n. 7, julho de 1997.

KURY, M. Introdução. In: PLUTARCO. **Alexandre e César: vidas comparadas**. Escala, 2006. p. 13-16.

MOSSÉ, Claude. **Alexandre, o Grande**. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.

MOTA, C. C. M. **As lições de história universal da Biblioteca Histórica de Diodoro de Sicília como processo educativo da humanidade**. 2008. Tese (Doutorado em História) - Programa de pós-graduação em História da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SCHMIDT, B. História e biografia. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). **Novos domínios da história**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

O HISTORIADOR NA ANTIGUIDADE TARDIA: PROCÓPIO DE CESARÉIA.

Luiz Henrique Dias²⁰¹

Introdução

O presente capítulo é proveniente de nossas pesquisas referentes à fonte documental intitulada Sobre os Edifícios de Procópio de Cesaréia que estamos desenvolvendo junto ao Programa Institucional de Iniciação Científica da Universidade Federal do Espírito Santo sob a orientação da Profa. Dra. Érica Cristhyane M. da Silva. Sobre os Edifícios se define como um panegírico e tem como conteúdo a descrição das obras públicas realizadas pelo imperador Justiniano na cidade de Constantinopla. Nosso objetivo com essa pesquisa é compreender as mudanças topográficas na cidade de Constantinopla e no seu entorno, considerando a ideia de um processo de cristianização com a construção de catedrais e basílicas, em especial a Hagia Sophia e como essas mudanças se relacionavam com a vida da população da região, além de refletir sobre a ideia do processo de cristianização do império romano. A fonte em questão, dividida em seis livros, foi escrita seguramente na segunda metade da década de 550, e publicado em 561, é um documento em que podemos inferir sobre a história da época. Não obstante, seu autor não escreveu apenas essa obra. Também é de sua autoria História das Guerras e História Secreta que o credencia a ser considerado o último historiador da Antiguidade Tardia pela historiografia especializada. História das Guerras retrata as guerras travadas pelo Império Romano durante o reinado de Justiniano I, de muitas das quais foi Procópio testemunha presencial. História Secreta é sobre a vida de Justiniano e de sua esposa Teodora que retrata de modo ácido parte de suas vidas. Na presente comunicação, o foco será na figura de Procópio de Cesaréia como um autor cujos testemunhos muito nos revelam sobre o império romano do século VI d.C. Principalmente, nos tem sido importante a reflexão sobre o lugar social deste autor tardoantigo no que se refere a sua posição como historiador.

A Antiguidade Tardia é um período de mudanças históricas profundas, no qual o século

²⁰¹Graduado em Direito pela faculdade Estácio de Sá – Vitória, graduando em História pela Universidade Federal do Espírito Santo, vinculado pelo Programa Institucional de Iniciação Científica ao Laboratório de Estudos sobre o Império Romano da Universidade Federal do Espírito Santo.

IV é marcado por tensão e em alguns momentos por períodos considerados de equilíbrio entre o antigo e o novo, a continuidade e a mudança. Um desses elementos relacionados à interpretação histórica desse período é o processo de cristianização. A Igreja e o clero foram obrigados não só a enfrentar as várias vertentes do paganismo e suas diversas representações, como também incorporaram alguns aspectos do paganismo para que fosse possível facilitar a aproximação no intuito de conversão.

Justiniano, tradicionalmente conhecido como Justiniano o Grande, e também São Justiniano na Igreja Ortodoxa, era um imperador bizantino, que reinou entre 527 e 565. Durante o seu reinado, Justiniano tentou reavivar a grandeza do império e reconquistar a metade ocidental, perdida para o Império Romano.²⁰²

Procópio de Cesaréia surge dessa época, sendo um historiador bizantino do século VI, cujas obras constituem a principal fonte de informação acerca do reinado de Justiniano I (EVANS, 1996). Tornou-se o principal historiador do 6º sec. devido à escrita de basicamente três obras, História das Guerras (em latim: *De bellis*) que trata das histórias das guerras travadas por Justiniano, dividida em 8 livros), História Secreta (em latim: *Historia Arcana*), que versa sobre escândalos da vida de Justiniano e de sua esposa e que Procópio não poderia incluir em sua história pública e Sobre os Edifícios (em latim: *De Aedificiis*) um panegírico em obras públicas de Justiniano durante todo o império.

Pouco se sabe de sua vida pessoal, como sua data exata de nascimento, quem eram seus pais, se o mesmo chegou a se casar ou se teve filhos. Mas por fazer parte do serviço público bizantino, algumas informações podem ser identificadas.

Comumente aclamado como o maior historiador da antiguidade tardia. Sobre sua origem, partimos de uma enciclopédia Bizantina do sec. X, a Suda. Originário da cidade de Cesaréia, na Palestina, tendo estudado os clássicos gregos e a retórica e há a possibilidade de que tenha estudado Direito, provavelmente em Berytus (atual Beirute) ou Constantinopla. Foi rhetor (advogado). Por volta do ano de 527, tornou-se assessor (conselheiro legal) de Belisário, chefe militar de Justiniano, que então começava a sua

²⁰² Um aspecto ainda mais ressonante do seu legado foi a reescrita uniforme do direito Romano *Corpus Juris Civilis*, o conhecido Código Justiniano, que ainda é base do direito civil em muitos estados modernos. Seu reinado marcou também um florescimento da cultura bizantina, e seu programa de construção produziu obras-primas como a igreja de Hagia Sophia, o que era para ser o centro do Cristianismo Ortodoxo Oriental durante muitos séculos.

destacada carreira militar.

Com ele, encontrava-se na frente oriental quando foi derrotado na batalha de Calínico (531), sendo reconvocado a Constantinopla. Foi testemunha de como Belisário, em conjunto com seu general Mundus reprimiu a revolta de Nika em janeiro de 532, com o massacre no Hippodrome. Em 533 acompanhou-o na sua vitoriosa expedição contra o reino vândalo do Norte da África, onde participou na conquista de Cartago, permanecendo na África com Solomon, o Eunuco, que foi sucessor de Belisário. Voltou a reunir-se com Belisário por ocasião da sua campanha contra o reino ostrogodo da Itália. Ali foi também testemunha de importantes acontecimentos, como o cerco de Roma pelos ostrogodos, que durou um ano e nove dias, vindo a terminar em meados de março de 538, testemunha também da conquista de Ravena, capital do reino godo, por Belisário, em 540. A julgar pelo escrito por Procópio no livro VIII das suas "Guerras" e na "História secreta", as relações com Belisário deveram de se ter esfriado posteriormente. Quando Belisário regressou para a Itália para se enfrentar com o novo rei ostrogodo, Totila, Procópio não participou na expedição. Em 542, encontrava-se em Constantinopla, pois descreve a peste que sofreu a cidade nesse ano.

Vários historiadores tem colocado que sua religiosidade cristã era superficial, sendo particularmente ético frente aos assuntos da fé cristã, sendo sua escrita historiográfica classica, pertencente ao passado pagão e não ao pensamento cristão sobre o mundo (EVANS, 1971).

Conforme a Suda, Procópio de Cesaréia chegou a possuir cadeira no senado, que era restrito a ilustres do governo de Justiniano. Não é sabido quando Procópio morreu, porém, é possível que em 562 tenha sido escolhido como prefeito de Constantinopla, já que constam indicações de um prefeito com esse nome.

História das guerras (lat. De bellis; gr. Polemon)

É certamente seu livro mais importante, sendo uma obra dividida em oito livros a respeito das guerras travadas pelo Império Romano durante o reinado de Justiniano I, de muitas das quais foi Procópio testemunha presencial.

Os primeiros sete livros parecem ter sido concluídos por volta de 545 sendo publicados como uma unidade, mas foram atualizados pouco antes da sua publicação, em 552, pois incluem referências a acontecimentos de princípios de 551.

Os dois primeiros livros (muitas vezes conhecidos como a Guerra Persa, Latin De Bello Persico) lidam com o conflito entre os romanos e os Persas Sassânidas na Mesopotâmia, Síria, Armênia e Iberia caucasiana (o que hoje seria a Geórgia). Detalha as campanhas da Sasanian Shah Kavadh I, a revolta 'Nika' em Constantinopla, em 532, a guerra pelo sucessor de Kavadh, Khosrau I, em 540 e sua destruição de Antioquia e o transporte de seus habitantes para a Mesopotâmia, e da grande praga que devastou Constantinopla, em 542. Eles também cobrem o início da carreira do general romano Belisário, em alguns detalhes. Os dois livros seguintes, a guerra Vandal (Latin De Bello Vandalico), cobrem a bem-sucedida campanha de Belisário 'contra o reino Vandal na África romana.

Os livros restantes cobrem a guerra gótica (Latin De Bello Gothico), as campanhas de Belisário e outros para recuperar a Itália, então sob o domínio dos ostrogodos. Isso inclui descrições dos cercos de Nápoles e Roma.

Mais tarde, Procópio acrescentou o livro VIII, que relata os fatos ocorridos até 552, ano em que o general Narses destruiu definitivamente o Reino Ostrogodo, durante a Guerra Gótica.

Em A História das Guerras, nos diz o próprio Procópio, no início da obra:

Procópio de Cesaréia tem escrito a história das guerras que Justiniano, imperador dos romanos, tem travado contra os bárbaros do Oriente e do Ocidente, relatando separadamente os eventos de cada uma, a fim de que o longo período de tempo não suprima obras de importância singular, por falta de um registro e, portanto, abandoná-los ao esquecimento e eliminá-los totalmente.

Kaldellis (2004, p. 18) nos diz que essas linhas iniciais de guerras nos diz mais do que anunciar o nome do autor e o tema. É uma declaração de alinhamento a uma tradição cultural. Procópio que entrar como um historiador clássico e compõe sua narrativa envolvendo os temas políticos e de guerra.

As guerras de Justiniano foram de grande influência na escrita da história bizantina. Uma continuação de seu trabalho foi escrita depois de sua morte pelo poeta e historiador Agathias de Myrina.

História secreta

A obra mais célebre de Procópio é a História secreta. Embora se mencione no Suda, onde toma o título grego de Anekdotia (escritos não publicados), somente se descobriu vários séculos mais tarde, na Biblioteca Vaticana, e não se editou até 1623. Sobre os mesmos anos que os sete primeiros livros das Guerras, e parece ter sido escrita depois da edição dessa obra. A teoria mais aceita situa a data da sua composição por volta de 550, embora outros autores prefiram a data de 562. Segundo o autor, na obra relata aquilo que não estava autorizado a escrever nas suas obras oficiais por medo às represálias de Justiniano e Teodora.

Aos olhos de muitos estudiosos, a história secreta revela um autor que havia se tornado profundamente desiludido com o imperador Justiniano e sua esposa, a imperatriz Theodora, bem como Belisário, seu ex-comandante e patrono e Antonina, esposa de Belisário'. As anedotas pretendem expor as fontes secretas de suas ações públicas, bem como a vida privada do imperador, sua esposa e sua comitiva. Justiniano é retratado como cruel, venal, pródigo e incompetente; como, por Theodora, o leitor é levado para as representações mais detalhadas e excitantes de vulgaridade e insaciável desejo combinados com uma mentalidade calculista. No entanto, tem-se argumentado que Procópio sabia que uma conspiração poderia derrubar o poder imperial, e, portanto, preparou um documento exagerado, a fim de livrar-se de todas as acusações de proximidade com o futuro ex-poder imperial, sendo que se esta hipótese estiver correta, a história secreta não pode ser vista como prova de que Procópio odiava Justiniano e Teodora.

Esse livro contrasta fortemente a visão que do imperador oferece Procópio na sua *Sobre os edifícios* com o retrato dado aqui, até o ponto de ter-se chegado a duvidar de que fosse ele o verdadeiro autor da História secreta. A análise do texto, porém, corrobora dum modo fidedigno esta atribuição.

Sobre os edifícios

Estruturado em seis livros, sendo que o primeiro livro pode datar de antes do colapso da

primeira cúpula da Hagia Sophia em 557 (EVANS, 1972), porém alguns estudiosos pensam ser possível que o trabalho seja posterior à construção da ponte sobre o Sangarius no final dos anos 550s. O *Periktismaton* (ou *De Aedificiis*) não nos diz mais nada sobre Belisário, mas tem uma atitude acentuadamente diferente em relação Justiniano. Nesta obra, Justiniano é apresentado como o protótipo de governante cristão que ergue igrejas para a glória de Deus, fortifica a cidade para a salvaguarda dos seus súditos e demonstra uma especial preocupação pelo abastecimento de água já que construiu novos aquedutos, assim como restabeleceu aqueles que tinham entrado em desuso.

O documento *Sobre os Edifícios* se trata de um panegírico sobre as numerosas obras públicas realizadas pelo imperador Justiniano. Foi escrito seguramente na segunda metade da década de 550, e publicado em 561, sendo dividido em seis livros. O primeiro, que trata de Constantinopla e da Reforma de Hagia Sophia, está dividido em 11 capítulos, sendo o primeiro exclusivamente sobre a Basílica, os capítulos de 2 a 5 tratam de Igrejas e prédios na cidade e dos capítulos 6 a 11 tratando de igrejas e edifícios dentro e próximo de Constantinopla. Os outros livros tratam respectivamente de Fortificações e cidades na Persia (livro 2, dividido em 11 capítulos), na Armênia, Tzanica e litoral do mar negro (livro 3, dividido em 7 capítulos), Illyricum (livro 4, capítulos de 1 ao 3), Epirus, Macedonia, Dardania, Thessaly, e o interior de Illyricum (livro 4, capítulos de 4 ao 6), Thrace, Haemimontum, e Moesia (livro 4, capítulos de 7 ao 11), na Asia (livro 5, dividido em 9 capítulos) e na África de Alexandria até Algeria central (livro 6, dividido em 7 capítulos).

Nesta obra, Justiniano é exposto como o modelo de governante cristão que edifica igrejas para a glória de Deus, fortifica a cidade para a preservação dos seus súditos e evidencia uma particular preocupação pelo provimento d'água (CAMERON, 1985). Sobre os Edifícios, segundo alguns historiadores, se encontra inacabada, sendo visível a falta de alguns pontos importantes em alguns livros, como mostrado por Averil Cameron (1985, p. 85) em tradução nossa:

Parece muito provável que "os edifícios" que temos é inacabada ou, pelo menos, não revisado, como sugeri também pode ser o caso com a "História Secreta". Não só é totalmente omitida a Itália: a escala do trabalho muda drasticamente após o Livro III, de modo que as partes dos Livros IV e V consistem meramente de listas, enquanto no Livro VI (África) Procópio retorna a um tratamento tão

polido como a do início livros.

Seu trabalho como historiador:

Sobre Procópio, podemos citar que pertence à escola de historiadores da antiguidade tardia que continuaram as tradições; eles escreveram em grego ático, seus modelos foram Heródoto e Tucídides, especialmente, e seu tema era história secular. Eles evitaram vocabulários desconhecidos para grego ático e inseria uma explicação quando tivessem que usar as palavras contemporâneas. Assim Procópio explica a seus leitores que ekklesia, ou seja, uma igreja cristã, é o equivalente de um templo ou santuário (De bellis 17-4) e que os monges são "o mais temperado dos cristãos quem os homens estão acostumados a chamar monges" (De bellis, p. 27-33)²⁰³.

Os historiadores seculares evitaram a história da igreja cristã, que foi deixada a cargo da história eclesiástica, gênero que foi fundado por Eusébio de Cesaréia. No entanto, Averil Cameron argumentou de forma convincente que as obras de Procópio refletem as tensões entre os modelos clássicos e cristãos da história no sexto século de Bizâncio (CAMERON, 1985, p. 6-7). A obra de Procópio, de modo geral, não focava no tema eclesiástico, embora, segundo as suas próprias afirmações (Historia Arcana 26.18), projetasse escrever uma história eclesiástica de acordo com o modelo de Eusébio de Cesaréia. Pelo que se sabe até o momento, a história eclesiástica permaneceu não escrita.

Referencia Bibliográfica:

CAMERON, A. **Procopius and the sixth century**. London: University of California Press, 1985.

EVANS, J. A. S. Christianity and Paganism in Procopius of Caesarea. In: **Greek, Roman and Byzantine Studies**, V. 12, n. 1. Chicago: 1971, p81-100.

EVANS, J. A. S. **The Age of Justinian: The circumstances of imperial power**. London:

²⁰³ Em Atenas clássica, monges eram desconhecidos e um ekklesia era a assembleia de cidadãos atenienses que aprovavam as leis.

Routledge, 1996.

EVANS, J. A. S. **Procopius**. New York: Twayne Publishers, 1972.

KALDELLIS, A. **Procopius of Caesarea: Tyranny, History, and Philosophy at the End of Antiquity**. Philadelphia: PENN, 2004.

PROCOPIUS. **De Aedificiis**. English translation by H. B. Dewing and Glanville Downey. Cambridge: Harvard University Press, 1940.

PROCOPIUS. **De bellis**. English translation by H. B. Dewing. Cambridge: Harvard University Press, 1916.

AS CIÊNCIAS NO BRASIL (1956): HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA

Raiany Souza de Oliveira²⁰⁴

Em trabalhos que discutem a historiografia da história das ciências realizados por relevantes autores da área como Silvia Figuerôa (2000) e Simon Schwartzman (1979), o livro *As Ciências no Brasil* aparece sempre como marco inicial da historiografia das ciências no Brasil, pois trata-se da primeira iniciativa com pretensões a compilar a história das ciências de maneira a abranger uma ampla quantidade de disciplinas científicas feita por especialistas com perspectivas diversas acerca de seus campos de pesquisa.

Dada a relevância da obra na definição do perfil dos estudos posteriores sobre a história das ciências entre pesquisadores dedicados ao tema, o projeto intitulado *Pensamento científico de Fernando de Azevedo na obra As ciências no Brasil (1956)* investiu de maneira ampla na análise desta obra enquanto objeto de estudo, realizando a pesquisa a partir de três eixos complementares, a saber: 1) investigação das etapas que constituíram sua idealização, por iniciativa do órgão financiador, a Instituição Larragoiti, representado na pessoa de Leonídio Ribeiro; 2) análise de sua estrutura, por meio do seu planejamento e organização por parte de Fernando de Azevedo; e, por fim, 3) do estudo do conteúdo da obra, por meio do exame dos discursos empregados pelos diferentes colaboradores. Este texto expõe parte dos resultados desta pesquisa, com foco para o conteúdo e as relações estabelecidas pelos eixos 1 e 2.

As Ciências no Brasil é uma obra editada em dois volumes com cerca de trezentas páginas cada, cuja primeira edição foi publicada pela Companhia Melhoramentos S. A. de São Paulo entre os anos de 1955 e 1956.²⁰⁵ Trata-se de uma compilação de textos a

²⁰⁴ Graduanda em História pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP). Pesquisa financiada pelo PIBIC 2015/2016 do CNPq, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Márcia Regina Barros da Silva.

²⁰⁵ Não há data precisa de sua primeira publicação. As fontes consultadas ora a apresentam como 1955, ora como 1956. Guardamos a data de 1956, que consta em nota do texto extraído de **As ciências no Brasil para A cidade e o campo na civilização industrial**, volume XVIII das obras completas de Fernando de Azevedo, também publicado pelas Edições Melhoramentos, em 1962. Existe ainda uma segunda edição da obra pela Editora da UFRJ, que data de 1994 e conta com prefácio de Antônio Cândido. Por ter sofrido apenas modificações em sua diagramação com vistas a apresentar os textos de maneira mais homogênea,

propósito de cada uma das diferentes áreas da ciência moderna, escrita por especialistas brasileiros, sobretudo de vinculação institucional da recente Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Foi organizada por Fernando de Azevedo, conhecido intelectual brasileiro da primeira metade do século XX na área de estudos sociológicos, com influente atuação política no campo educacional do país e um dos mais importantes membros e idealizadores daquela instituição.

A obra em questão pode ser considerada seu primeiro trabalho com uma abordagem direta de análise das ciências, diferindo muito dos temas recorrentes que Azevedo costumava discutir em seus textos e em sua vida pública em geral, mesmo que a sua obra mais famosa, *A cultura brasileira* (1943), contenha os primeiros levantamentos críticos sobre o estado do conhecimento científico no Brasil, e seja frequentemente utilizada entre os intelectuais da época como fonte e referência para tratar deste assunto. Na primeira edição de *As ciências no Brasil*, por exemplo, textos de *A cultura brasileira* são citados cerca de 18 vezes, sem mencionar outras publicações de Azevedo utilizadas pelos colaboradores com o mesmo objetivo.

Claramente produzida dentro dos padrões acadêmicos e editoriais de Fernando de Azevedo, a obra, entretanto, não foi feita por sua própria iniciativa. Em 1950 a Diretoria da Sul América Cia de Seguros de Vida²⁰⁶ aprovou a criação de uma autarquia chamada Instituição Larragoiti, indicando como finalidade assistir seus funcionários com serviços sociais de naturezas diversas. O diretor escolhido para dirigir a Instituição foi Leonídio Ribeiro, médico de formação que ocupou diversas funções de liderança ao longo de sua carreira no Rio de Janeiro do começo do século XX. Em carta datada de 13 de outubro de 1952, Leonídio faz o convite formal a Fernando de Azevedo para

redigir o plano e coordenar os trabalhos de redação e acompanhar a impressão do volume intitulado “As Ciências no Brasil”, da coleção de obras sobre assuntos brasileiros que a Instituição Larragoiti está editando, dentro do seu programa cultural(...) (IEB, Caixa 082 FA-D6/1,02 – Rio de Janeiro, 13 de outubro de 1952).

a segunda edição não foi objeto de análise dessa pesquisa.

²⁰⁶A fundação da companhia de seguros *Sul América* remonta ao final do século XIX e configura parte importante da história do desenvolvimento de instituições filantrópicas modernas no Brasil, além de ter ocupado papel significativo na sociedade carioca ao longo do século XX. Para mais detalhes, ver: BERNHOEFT, Renato; MARTINEZ, Chris. **Empresas brasileiras centenárias: a história de sucesso de empresas familiares**. Rio de Janeiro: Agir, 2011; **SUL AMÉRICA, primeiro centenário**. Edição Comemorativa. Rio de Janeiro: Antares, 1994.

A coleção mencionada começou com o volume *As artes plásticas no Brasil*, organizado por Rodrigo Melo Franco de Andrade e publicado em 1952. A segunda iniciativa tratou-se de *A literatura no Brasil*, sob os cuidados de Afrânio Coutinho, com a primeira edição, editada em quatro volumes, publicada entre os anos de 1955 e 1959. *As ciências no Brasil* foi a terceira obra idealizada neste projeto enciclopédico de conhecimentos brasileiros da Instituição, que vislumbrava ainda para aquele período a publicação de uma quarta obra, em três volumes, intitulada *A medicina no Brasil*, a ser dirigida e organizada pelo próprio Leonídio Ribeiro.



Figura 1 - Capa da Revista Sul América, em cuja edição veiculou propaganda de *As Ciências no Brasil* e das outras obras planejadas pela Instituição Larragoiti na penúltima da revista. (Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Municipal Mário de Andrade de São Paulo).

Além desse programa cultural, apartamentos de moradias para trabalhadores de baixa renda da Cia Sul América foram projetados por Oscar Niemeyer, e um Hospital-maternidade, planejado por Felix Lamela, profissional da ONU, o atual Hospital da Lagoa²⁰⁷. Os trabalhos da Instituição Larragoiti previam ainda assistência odontológica e ambulatorial a seus funcionários. Além disso, a Revista Sul América²⁰⁸, embora não fosse uma iniciativa da Instituição Larragoiti, mas sim, instrumento de divulgação direta da companhia de seguros, fazia parte do rol de aparatos de inserção social do grupo

²⁰⁷ Pág. 66. Seção 1. Diário Oficial da União (DOU) de 26 de março de 1952. Disponível em: www.jusbrasil.com.br/diarios. Acesso: 14/07/15.

²⁰⁸ A Revista Sul América foi um periódico trimestral de grande circulação, com início em 1920 a partir do Rio de Janeiro para todo o Brasil. A data de fim da circulação da revista é desconhecida, mas uma versão online é lançada no site da companhia de seguros periodicamente até os dias de hoje.

empresarial na sociedade.

É prática comum nesse período o lançamento de projetos socioassistenciais por parte de algumas empresas pertencentes a grupos dirigentes afinados com o novo ideário moderno, preocupados em desenvolver iniciativas de modernização total da sociedade. O que vemos por meio desse projeto de criação da Instituição Larragoiti pelo grupo Sul América é uma iniciativa tipicamente moderna, onde um grande grupo empresarial investe em ações sociais que visam o controle de sua força de trabalho por meio da interferência direta de disciplina do corpo - ao determinar os espaços de habitação e os tratamentos de saúde de seus empregados - e da mente - ao produzir material cultural com vistas a atingir amplo consumo da população.

A partir do ideal elaborado pela Instituição, a Fernando de Azevedo coube planejar a estrutura da obra e estabelecer os padrões comuns de produção dos textos dos diferentes autores. Desde o início o projeto foi concebido para ser uma compilação, onde especialistas de cada uma das ciências escolhidas deveriam contribuir para, nas palavras de Fernando de Azevedo, “traçar a história no Brasil, desde as primeiras manifestações até seu estado atual, analisando-as do ponto de vista do ensino, das instituições e organizações científicas, da bibliografia e das pesquisas e seus resultados”.²⁰⁹ Essas observações são, de fato, relevantes, pois, quando da análise da estrutura de cada um dos textos dos colaboradores, verifica-se o cumprimento quase que sem grandes desvios do plano indicado.

Quanto à estrutura da obra no que se refere à divisão dos temas e da ordem sumária em que os capítulos estão dispostos, verifica-se que foram mantidas as orientações originais de Fernando de Azevedo, que consistiu em organizar as ciências das formais para as factuais, ou, das chamadas “ciências duras” para as chamadas “ciências moles”, dividindo-as, respectivamente, dentro das seguintes divisões: Ciências Matemáticas, Ciências Geológicas e Geográficas, Ciências Químicas, Ciências Biológicas, Ciências Psicológicas, e Ciências Sociais. A relação das ciências escolhidas para figurarem em cada uma dessas divisões é a que segue:

²⁰⁹ Trecho da carta-convite padrão de Fernando de Azevedo aos colaboradores. Arquivo IEB-USP, Arquivo Fernando de Azevedo, Caixa 082 FA-D6/1,09.

Ciências Matemáticas:
Capítulo I – A Matemática no Brasil (Francisco Mendes de Oliveira Castro)
Ciências Físicas:
Capítulo II – A Astronomia no Brasil (Abraão de Moraes)
Capítulo III – A Física no Brasil (Joaquim Costa Ribeiro)
Capítulo IV – A Meteorologia no Brasil (Joaquim de Sampaio Ferraz)
Ciências Geológicas e Geográficas
Capítulo V – A Geologia e a Paleontologia no Brasil (Viktor Leinz)
Capítulo VI – A Mineralogia e a Petrografia no Brasil (Othon Henry Leonardos)
Capítulo VII – A Geografia no Brasil (José Verfssimo da Costa Pereira)
Ciências Químicas
Capítulo VIII – A Química no Brasil (Heinrich Rheinboldt)
Ciências Biológicas
Capítulo IX – A Zoologia no Brasil (Olivério M. de Oliveira)
Capítulo X – A Botânica no Brasil (Mário Guimarães Ferri)
Capítulo XI – A Biologia no Brasil (Thales Martins)
Ciências Psicológicas
Capítulo XII – A Psicologia no Brasil (M. B. Lourenço Filho)
Ciências Sociais
Capítulo XIII – A Economia Política no Brasil (Paul Hugon)
Capítulo XIV – A Antropologia e a Sociologia no Brasil (Fernando de Azevedo)

Quadro 1 - Lista sumária de *As Ciências no Brasil* com respectivos autores

Essa divisão e disposição das ciências é também muito parecida com aquela das primeiras seções de ciências da antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, da recém-criada Universidade de São Paulo (FFCL-USP), em 1934. Desde o primeiro organogramada Faculdade, até o do início da década de 1950, quando a proposta do livro foi feita a Fernando de Azevedo, mais precisamente em 1952, as divisõesda Seção de Ciências daquela Faculdade segue basicamente o mesmo padrão, como evidenciado pelo esquema estrutural da FFCL, apresentado logo nas primeiras páginas do

Anuários²¹⁰ de 1934 e 1952, como demonstram as figuras 2 e 3.

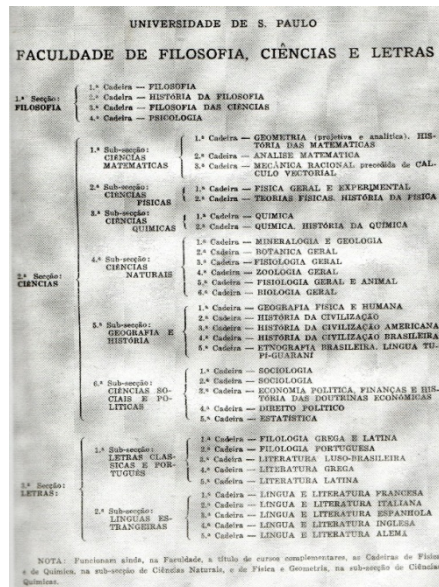


Figura 2 - Organograma das Seções da FFCL(1934)

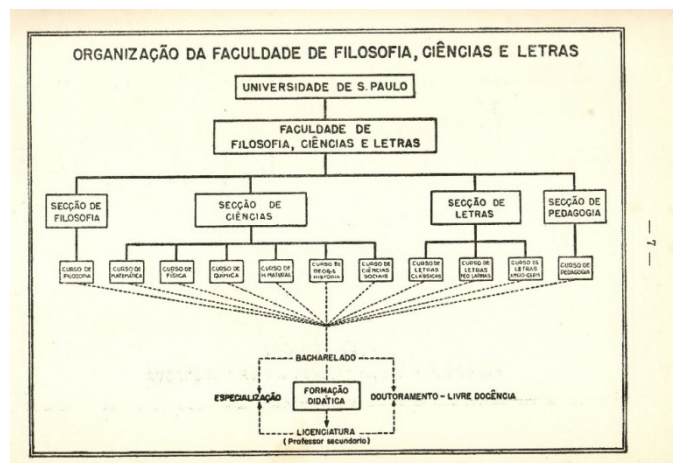


Figura 3 - Organograma com as Seções da FFCL(1952)

A semelhança com o quadro institucional da antiga FFCL não se esgota apenas por essa aproximação. Também a escolha dos colaboradores de cada um dos capítulos da obra foi, majoritariamente, feita com base nos nomes dos quadros de professores daquela Faculdade, pois, dos 14 capítulos que constituem a obra, 11 foram contaram com a

²¹⁰ Os Anuários da antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP são documentos administrativos publicados periodicamente e que possuíam a forma muito similar à de um relatório com a reunião e descrição das atividades desenvolvidas anualmente pela instituição. Esses documentos registraram o funcionamento da Faculdade entre os anos de 1934 e 1952 e estão disponíveis para consulta no Centro de Apoio à Pesquisa em História “Sérgio Buarque de Holanda” do Departamento de História da USP (CAPH/DH/USP).

colaboração de acadêmicos da FFCL e da USP, como evidencia o Quadro 2, a seguir:

Quadro 2 - Lista dos colaboradores por capítulos*

<i>Capítulos feitos pelos primeiros nomes pensados por Azevedo</i>	<i>Instituição</i>
<p>Química: Heinrich Rheinboldt</p> <p>Zoologia: Olivério Mário de Oliveira Pinto</p> <p>Biologia: Thales Martins</p> <p>Geologia e Paleontologia: Viktor Leinz</p> <p>Meteorologia: Joaquim de Sampaio Ferraz</p> <p>Física: Joaquim Costa Ribeiro</p> <p>Psicologia: Manuel Bergström Lourenço Filho</p>	<p>Professor da antiga FFCL-USP</p> <p>Professor da antiga FFCL-USP</p> <p>Professor da antiga FFCL-USP</p> <p>Professor da antiga FFCL-USP</p> <p>Professor da antiga FFCL-USP</p> <p>Politécnica do Rio de Janeiro</p> <p>Professor do Instituto de Psicologia da USP</p>
<i>Capítulos feitos por outros colaboradores</i>	<i>Instituição</i>
<p>Botânica: 1 - Primeiro escolhido foi Felix Rawitscher; 2 - Segundo escolhido é o Mário Guimarães Ferri;</p> <p>Astronomia: 1 - Primeiro escolhido foi Lélio Gama;</p>	<p>Professor da antiga FFCL-USP</p> <p>Professor da antiga FFCL-USP</p> <p>Politécnica do Rio de Janeiro</p>

2 - Segundo escolhido é o Abraão de Moraes;	Professor da antiga FFCL-USP
Antropologia:	
1 - Primeiro escolhido Edgar Roquette-Pinto;	Escola Médica do Rio de Janeiro
2 - Depois, FA decide fazê-lo ele mesmo;	Professor da antiga FFCL-USP
Matemática:	
1 - Primeiro escolhido Candido Lima da Silva Dias;	Professor da antiga FFCL-USP
2 - Segundo escolhido é o Francisco Mendes de Oliveira Castro;	Politécnica do Rio de Janeiro
Economia Política:	
1 - Primeiro escolhido Eugenio Gudín;	Politécnica do Rio de Janeiro
2 - Segundo Jorge Kafuri;	Politécnica do Rio de Janeiro
3 - Terceiro Raul Jobim Bittencourt;	Universidade do Brasil
4 - Quarto é o Paul Hugon;	Professor da antiga FFCL-USP
Mineralogia e Petrografia:	
1 - Primeiro escolhido Djalma Guimarães;	Escola de Minas
2 - Segundo escolhido é o Othon Henry Leonardos;	Professor da antiga FFCL-USP
Geografia:	
1 - Primeiro escolhido Carlos Delgado de Carvalho;	IHGB
2 - Segundo Hilgard O'Reilly Sternberg;	Universidade do Brasil
3 - Terceiro é o José Veríssimo da Costa Pereira;	Universidade do Brasil

Fonte: Produzido pela própria autora. * Segue a ordem de aparição das cartas-convite enviadas por Fernando de Azevedo aos colaboradores (Arquivo IEB-USP, Arquivo Fernando de Azevedo).

Apesar disso, uma das preocupações de Leonídio Ribeiro era a de que a obra construísse uma visão geral e “brasileira” das ciências, intenção demonstrada em um trecho de carta enviada a Fernando de Azevedo,

[...] a orientação seguida, nos demais tomos, é a de distribuir as matérias entre colaboradores de vários centros do país, afim de não lhe dar um caráter regionalista.

Tenho aqui no Rio alguns nomes que desejaria sugerir a você, para também participarem de nossos esforços no sentido de realizar uma coisa digna do Brasil. (IEB, Caixa 082 FA-D6/1,02 – Rio de Janeiro, 13 de outubro de 1952).

A esse respeito é preciso atentar para o fato de que Fernando de Azevedo esteve envolvido desde o início com a construção da Universidade de São Paulo e de sua Faculdade de Filosofia, e que à época da produção de *As Ciências no Brasil*, aquela comunidade acadêmica, à qual pertencia, já se encontrava melhor organizada, e, portanto, mais afinada entre seus membros, que naquele momento estavam engajados na produção de um conhecimento científico dentro dos novos padrões da Ciência moderna do período.

Assim, tornava-se tarefa mais vantajosa para Azevedo conseguir colaboradores que viessem de dentro daquele grupo e não de fora dele para comporem aquela obra, pois, além de conseguir reunir visões similares sobre a natureza do conhecimento científico de maneira mais coerente, *As Ciências no Brasil* serviria como veículo para a vulgarização das ideias produzidas pelos acadêmicos da FFCL, e como instrumento de afirmação daquela comunidade científica que começava a almejar ser o centro nacional de produção de ciências.

A análise de *As Ciências no Brasil* permite uma infinidade de conhecimento sobre diferentes aspectos da história brasileira. Para além de possibilitar visões acerca da História das Ciências, das Ideias e Institucional, esta coletânea se mostra rica em componentes para conhecer projetos de sociedade brasileira em disputa na década de 1950, e para a reflexão sobre os caminhos possíveis para o conhecimento da historiografia por ela mesma e por outras literaturas.

Referências bibliográficas

AZEVEDO, Fernando de. **A cidade e o campo na civilização industrial e outros estudos**. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1962.

AZEVEDO, Fernando de. (Org.) **As ciências no Brasil**. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1956.

AZEVEDO, Fernando de. **Princípios de sociologia**. São Paulo: CEN, 1935.

BARROS, José D'Assunção. História das Ideias: em torno de um domínio historiográfico. **Revista Eletrônica História e Reflexão**, vol. 2, n.3, 2008.

BOTELHO, A.; BASTOS, E. R.; VILLAS-BOAS, G. **O moderno em questão: a década de 1950 no Brasil**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2008.

BERNHOEFT, Renato; MARTINEZ, Chris. **Empresas brasileiras centenárias: a história de sucesso de empresas familiares**. Rio de Janeiro: Agir, 2011.

FIGUERÔA, Silvia F. M. **Um olhar sobre o passado: história das ciências na América Latina**. Campinas: SP: Editora da Unicamp; São Paulo: Imprensa Oficial, 2000.

LE GOFF, Jacques; CHARTIER, Roger; REVEL, Jacques. **A História Nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

NASCIMENTO, Alessandra Santos. **Fernando de Azevedo: dilemas na institucionalização da sociologia no Brasil**. São Paulo: Cultura Acadêmica UNESP, 2012. Disponível em:
http://www.culturaacademica.com.br/_img/arquivos/Fernando_de_Azevedo-WEB_v2.pdf.

PEIXOTO, Fernanda. Lévi-Strauss no Brasil: a formação do etnólogo. **Mana**. vol. 4, n.1, Rio de Janeiro, abril, 1998; http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-93131998000100004&script=sci_arttext.

RUSSO, François. Nature et méthode de l'histoire des sciences. Paris: Librairie Scientifique et Technique, 1983. **Revue d'histoire des sciences**. Année 1984. Volume 37, Numéro3. pp. 347-349.

SCHWARTZMAN, Simon. **Formação da comunidade científica no Brasil**. São Paulo/Rio de Janeiro: Ed. Nacional/FINEP, 1979.

SUL AMÉRICA, **primeiro centenário**. Edição Comemorativa. Rio de Janeiro: Antares, 1994.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS. 1937. **Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo**

(1934 - 1935). São Paulo: Revista Tribunais.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS. 1937.
**Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo
(1936)**. São Paulo: Revista Tribunais.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS. 1938.
**Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo
(1937-1938)**. São Paulo: Revista Tribunais.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS. 1949.
**Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo
(1939-1949)**. São Paulo: Revista Tribunais.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS. 1954.
**Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo
(1952)**. São Paulo: Seção de Publicação da USP.

O ESTUDO DAS LEIS NA ANTIGUIDADE TARDIA: A COLLATIO LEGUM MOSAICARUM ET ROMANARUM

Raphaella Prado da Cunha Bittencourt²¹¹

O contexto conhecido como Antiguidade Tardia aparece, em uma historiografia tradicional, como um período de decadência do Império romano e com a denominação de Baixo Império, porém o Mundo Antigo não pode ser visto sobre a ótica de “declínio” ou “decadência”, mas sim de surgimento de novas concepções religiosas e estéticas, de novas invenções e técnicas artísticas que exercem uma inegável influencia sobre as sociedades posteriores. (SILVA, 2001, p. 69)

Particularmente, o século IV²¹². é considerado como um período de transição, cujas transformações estão relacionadas também à implementação de novas medidas e definição, de um corpo jurídico-administrativo. Como por exemplo, o *comitatus*, como órgão diretor máximo, no qual, existia antes mesmo do século IV, mas é nesse período que ganha maior destaque, que possui por função as atividades legislativas e executivas e a capacidade para intervir em qualquer instancia da administração pública (SILVA, 1999, p. 208).

Nesse contexto, existe conjuntamente, o aprofundamento na questão da especialização de funções, primeiramente os cargos civis e militares no qual não poderiam ser desempenhados pelo mesmo indivíduo. E, posteriormente, uma definição e reestruturação da administração territorial pública também ocorre com base nas prefeituras do pretório (base de autênticos sub-reinos, porém sem a característica militar), nas dioceses (os vigários comandavam as províncias) e em províncias (eram divididas em três categorias de governadores, os *praesides* – mais comuns -, os procônsules – para a África e Ásia e os *correctores* da Sicília, Acádia e das oito províncias italianas) (SILVA, 1999, p. 212/213). Esse sistema administrativo é reformado de modo

²¹¹ Raduabada em História pela Universidade Federal do Espírito Santo resultado da pesquisa de iniciação científica intitulada "Os crimes de roubo e falso testemunho na perspectiva do autor da obra Collatio Legum Mosaicarum et Romanarum" sob a orientação da Prof^a Dr. Érica Cristhyane Morais da Silva e bolsista da Universidade Federal do Espírito Santo

²¹² Todas as datas mencionadas referem-se ao período posterior ao nascimento de Cristo.

a garantir a captação de recursos para comércio e os distribuir, bem como tornar o estado mais presente aos súditos. (SILVA, 1999, p. 221).

Sobre o campo jurídico, o autor Mario Bretone na obra *Historia do direito romano* defende a ideia de que há uma tendência de exercer a junção das leis do direito para então codificá-lo e garantir a sua aplicação e execução. Sendo o próprio imperador do século IV a lei viva (*lex animata*) e as leis constitucionais imperiais (BRETONE, 1998, p. 266). E que esse é um importante aspecto da sociedade tardo-antiga que é conhecido como o movimento de compilação das leis, que nasceu da necessidade de sistematizá-las a fim de atualizar a administração da justiça (BRETONE, 1998, p. 272). Porém, a compilação das leis teve o seu início antes mesmo do século IV, como prova temos o Código de Gaio e posteriormente os Códigos Teodosianos e Justinianos e até mesmo a *Collation Legum Mosaicarum et Romanarum*, logo o movimento não é exclusivo do período.

Além desse aspecto jurídico-administrativo, o âmbito do religioso é um elemento significativo sem o qual a compreensão do contexto histórico em questão se tornaria uma tarefa difícil de ser alcançada, pois os membros das comunidades cristãs entram em concorrência com os outros grupos sociais, para buscar a sua representação na sociedade tardo-antiga. Por tanto, o que se convencionou chamar de “cristianização” foi um processo de longo prazo que ainda não pode ser concebido como uma época em que se tem definida estritamente uma hegemonia cristã em detrimento dos outros grupos sociais e religiosos (SILVA, 2013, p. 93). É válido ressaltar que a igreja também desempenha um papel na formação do novo súdito do Império. Logo, além da formação clássica, os romanos foram, gradualmente, inseridos também numa formação de natureza cristã através das famílias ou sob tutela dos bispos (SILVA, 2006: 105). Quanto à relação com o governo, a partir de Galieno, o titular da autoridade imperial começa a se revestir com atributos de um rei-salvador sobre-humano, divinização do imperador. Assim o divino deixava de estar a alcance de qualquer mortal para se representar através de seus interpretes. (SILVA, 1999, p. 219) Na concepção pagã o imperador era um deus (BRETONE, 1998, p. 265).

As relações entre pagãos-pagãos (na concorrência por espaços de atuação), pagãos e cristãos, cristãos-cristãos (na definição da própria fé) ficam mais acirradas, por um lado,

ou coabitam, por outro, em outros momentos. Essa interpretação como um conflito constante, difundido por uma historiografia particular, não pode ser concebida dessa forma, polarizada, mas eivada, também de tolerância entre ambos e se apresentando como uma realidade bastante elástica (CARVALHO, 2010, p. 16). Além disso, o século IV. se caracteriza por uma realidade complexa, na qual mesmo os membros da comunidade cristã absorvem elementos da cultura não cristã. No campo das *lutas de representação* (CHARTIER, 1990), os cristãos, e mesmo os pagãos, captaram os recursos simbólicos e materiais disponíveis para tornar a visão de mundo particular de seu grupo, a visão hegemônica no seio da sociedade tardo-antiga.

Levando em consideração o campo religioso e administrativo, a legislação se torna um elemento fundamental para a compreensão da realidade tardo-antiga seja, na arbitragem, gerenciamento, de conflitos, seja na regulamentação de normas e/ou definição de identidades. É importante frisar que somente o imperador e os prefeitos do pretório tinham autoridade para emitir editos, mas interpretação dessa legislação poderia ser feita por bispos, juristas, sofistas e elite senatorial que, ainda possuíam expectativas de justiça (SILVA, 1999, p. 216).

É a partir desses parâmetros e nesse contexto que analisamos a *Collatio Legum Mosaicarum et Romanarum*, um importante documento a ser investigado, pois é um dos raros exemplos de comparação de legislações diferentes, a judaico-cristã e a romana.

A *Collatio* possui dezesseis capítulos que tratam, principalmente, com a lei penal. A primeira parte de cada capítulo corresponde à lei mosaica, que recorre à fórmula por “Moises diz” ou “Moises, o sacerdote de Deus diz o seguinte”, sendo o restante do texto composto pelas expectativas de justiça de alguns juristas romanos, como por exemplo Ulpiano e Paulo. A obra é uma compilação feita por um autor anônimo, que historiadores supõem se tratar de um jurista ou pelo menos possuir um vasto conhecimento na área.

A nossa pesquisa se referiu, em especial, a dois crimes presentes na *Collatio legum mosaicarum et romanarum* e que compõem também os tradicionais Dez Mandamentos, o de roubo e de falso testemunho, como podemos ver em Êxodo 20: 15-16 as ordenanças “Não roubaras. Não apresentarás um testemunho mentiroso contra o seu próximo.” De modo a compreender a atuação dos cristãos também no âmbito das práticas jurídico-

administrativas na sociedade do período tardio romano, sua expectativa de justiça e a relação com as leis romanas.

Assim, analisamos, o título sete o crime sob , “Relativo a roubo e suas punições”. O autor elenca cinco publicações, sendo elas, primeiramente, de Moises e, posteriormente, dos juristas Paulo e Ulpiano. Segundo Paulo, no segundo livro de “*Opiniões*” sob o título “Relativo a Ladrões”, conforme e *Collatio*, um ladrão é alguém que lida com a propriedade de outro de forma ilegal e existem quatro tipos de roubos, o “manifesto” que é quando alguém é pego no ato e que é apreendido dentro dos limites do lugar de onde ele roubou, ou antes, de vir para o local para o qual ele resolveu ir. O roubo “não manifesto” é aquele que o ladrão não é preso em flagrante, e não é capaz de negar sua ação. Paulo fala ainda do roubo “conceptum” que ocorre quando se encontra os bens roubados nos pertences do ladrão. E por fim, o roubo de transferência, em que se transfere o que foi roubado para outra pessoa. Aqueles que são condenados por qualquer tipo de roubo é considerado infame e cabe a vítima processar o ladrão para recuperar seus pertences. Caso o lesado procurar e encontrar o seu bem, pode processar, tanto o ladrão por ação de roubo detectado bem como aquele que aceita a transferência quando encontra a propriedade sob posse. (*Collatio legum mosaicarum et romanarum*,7, 7.5.1)

Ao analisar o documento podemos discutir o fato das leis mosaicas, que será citada a baixo, se aproximarem das leis romanas, prova disso é o fato das quatro publicações em um universo de cinco tratarem dos mesmos tipos de roubos da primeira publicação, os furtos que ocorrem durante o dia e os do período noturno. De discrepante temos apenas a ultima publicação do jurista Paulo, no qual trata a definição de roubo e a nomenclatura dada ao ladrão após o seu ato e a ação possível para a vítima.

Ao comparar a primeira publicação com a segunda notamos semelhanças mais evidentes,

7.1. Assim como as Doze Tábuas ordenam um ladrão de noite para ser morto em qualquer caso (ou um ladrão durante o dia), se ele se atreve a se defender com uma arma, sabe oh Juristas, que Moisés ordenou isso antes, assim como uma leitura atenta mostra. Moisés diz: “Se um ladrão é encontrado cavar através de uma parede de noite e alguém bate nele e ele morre, quem o feriu não é um assassino. Se, no entanto, o sol nasce sobre ele, e ele que golpeou é responsável pela morte; e ele mesmo vai morrer.”

7.2.1. Paulo, no seu quinto livro de *Opiniões*, sob o título de “No que se Refere a Lei Cornélia Relativo a Assassinos e Envenenadores”: Se alguém mata um ladrão de noite ou de durante o dia quando ele se defendeu com uma arma, ele não é responsável por esta lei. Mas ele teria agido melhor se ele trouxesse o ladrão capturado aos magistrados para serem transmitidos para o governador provincial.

pois ambas tratam literalmente do mesmo ato, os ladrões que são mortos no dia ou a noite, a diferença consiste na punição, pois o jurista Paulo afirma que a vítima ao se defender nos dois casos não é responsável pelo crime, porém a melhor solução seria levar o ladrão aos magistrados para serem transmitidos para o governo provincial (*Coll. Leg. Con.,7, 7.2.1*), enquanto Moisés apresenta outra possibilidade punitiva, no qual ao ferir um ladrão da noite a vítima não seria culpada, mas no caso de matar do ladrão do dia a vítima que se defendeu será culpada de sangue e a sentença, a morte (*Coll. Leg. Con.,7, 7.1.1-2*).

Enquanto, os crimes de falso testemunho estão no oitavo título “Relativo a falso testemunho”, no qual temos seis publicações que seguem a mesma estrutura e autores do título anterior, sendo assim, são sete atos passíveis de punição. O jurista Paulo no quinto livro “*Opiniões*” sob o título “Relativo a testemunhos e investigações”, como traz a *Collatio*, trata como falso tudo aquilo que não é verdadeiro, mas dito como se fosse. O mesmo jurista, no quinto livro “*Opiniões*” segundo a *Collatio*, relativo a testemunhos e investigações” declara que os aqueles que falarem falsamente, ou alteraram o seu testemunho, ou proferir seu testemunho para quaisquer partes devem ser levados ao exílio ou sentenciados ao banimento para uma ilha ou removidos da *cúria*. (*Coll. Leg. Con.,8, 8.3.1*)

Referente aos falsos testemunhos, vemos também a proximidade das leis mosaicas e romanas, sendo que as oito publicações falam diretamente sobre o falso testemunho e as punições elencadas estão próximas da que foi elaborada por Moisés. Além disso, a *Collatio Legum Mosaicarum et Romanarum* traz a definição do que seria falso sob a visão do jurista Paulo, como tudo que não é verdadeiro, mas dito como se fosse.

Usando de comparação notamos que se analisarmos, novamente, a primeira (*Coll. Leg. Con.,8, 8.1.1-5*) com a segunda publicação (*Coll. Leg. Con.,8, 8.2.1*) percebemos que essas são referentes ao mesmo ato, o de falso testemunho.

8.1. Moisés diz: Se uma testemunha injusta se levanta contra uma pessoa

acusando-o de fazer o mal. Os dois homens, entre os quais há disputa, estarão diante de Deus e diante dos sacerdotes e perante os juízes, e quem quer que estiverem naqueles dias. Quando os juízes inquirirem diligentemente e a testemunha ter sido encontrada para testemunhar coisas injustas, você, levantando-se contra ele. Vai fazer com ele assim como ele desejava ferir, e você vai tirar o mal do meio de ti. A outros que escutaram a audiência temerão e eles não se atreverão a fazer esses maus (palavras) entre vós.

8.2. Paulo, no seu único livro sobre *Relativo as Punições de Todas as Leis* sob o título de “Na Lei Juliana Relativo a Adultério”: Alguém que diz um falso testemunho será mantido da mesma maneira que aquele que fora condenado sob a Lei Cornélia relativo ao Testamento.

Alem disso, até mesmo a punição elencada é a mesma, a de fazer com o falsário o mesmo que desejou ferir, porém o que difere ambas punições é o fato da primeira estar ligada a Deus e a tentativa de servir de exemplo aos outros cidadãos, enquanto a segunda leva em consideração a lei Cornelia para avaliar o crime que a pessoa injustiçada estava sendo acusada de cometer para então aplicar a punição ao que fez o falso testemunho.

É importante destacar que as leis mosaicas, escolhidas para a composição da obra, se encontram inseridas em um conjunto no qual os cristãos e judeus denominam a Torá, e que tinha uso corrente no início da nossa era, mediante isso, o desejo de obter cópias manejáveis desse grande conjunto, fez com que se dividisse o rolo em cinco partes com a mesma proporção. O Pentateuco, conjunto dos cinco livros, contem o conjunto das prescrições que regulavam a vida moral, social e religiosa do povo hebreu e a composição desta coletânea era atribuída a Moises, ao menos desde os primeiros séculos depois de Cristo. Como as leis deveriam ser aplicadas, elas passaram por transformações para adaptá-las as condições variáveis de cada ambiente da época. Isso explica o motivo pelo qual encontramos nos livros elementos antigos, formulas ou disposições que testemunham preocupações de outros povos. Por outro lado, Israel foi necessariamente tributário aos seus vizinhos, pois certas passagens do Código das Alianças ou do Deuteronômio se reencontram, com semelhanças, nos Códigos da Mesopotâmia, na coleção das leis assírias ou no Código Hitita. É valido ressaltar que não houve dependência direta, devido a esses contatos se explicarem pela irradiação das legislações estrangeiras ou por um direito consuetudinário que se tornou em parte o bem comum do antigo Oriente Próximo. Assim encontramos uma influencia mutua das leis antigas. (BÍBLIA DE JERUSALÉM, 2002).

Mediante a isso, vemos que o autor anônimo da *Collatio legum mosaicarum et*

romanarum faz a comparação das leis romanas com a Mosaicas, sendo que, a escolha das leis escritas por Moisés não é fortuita, devido ao fato do compositor da obra buscar a representação da justiça romana das leis cristão-judaicas e também do líder dos hebreus ter sido um juiz, como fala em Êxodo 18: 13 “ No dia seguinte, assentou-se Moisés para julgar o povo; o povo estava em pé diante de Moisés desde a manhã até o por do sol.”. É valido frisar, que os juízes tinham por obrigação julgar o povo com sentenças justas, não perverter o as leis não fazer acepção de pessoas e nem aceitar suborno, pois essa pratica cega os olhos dos sábios e falseia a causa dos justos, por certo, deveriam buscar somente a justiça, com o intuito de viver e possuir a terra que Iahweh, Deus, deu ao povo (Deuteronômio 16, p. 18-20)

Na *Collatio* propomos por hipótese, que a intenção do autor anônimo é a de aproximar as leis, previamente selecionadas, e passar a imagem de que a legislação romana se relaciona com as leis mosaicas ou fazem uma apologia a elas, pois a época da compilação elaborada é marcada, segundo Gilvan Ventura da Silva (2010, p. 63), pelo

[...] acirramento da polêmica religiosa, processo histórico diretamente conectado com a emergência da *basileia*, uma realeza de inspiração helenístico-cristã exercida por um imperador que, de protetor da religião tradicional, assumirá a posição de árbitro em matéria de fé, implementando medidas cada vez mais restritivas e intolerantes contra aqueles que não se coadunem com o credo professado pela casa imperial. Além disso, os imperadores, eles mesmos, passam a revestir uma autêntica dignidade missionária, razão pela qual a antiga dinâmica de romanização dos “bárbaros” é reinterpretada como um processo ativo de conversão religiosa.

Dessa forma, a transformação da realeza romana em uma entidade política comprometida com um determinado credo, com a redução dos desviantes religioso e com uma atuação proselitista assentada na mudança de rumo da política imperial a partir de 312, quando o cristianismo, de religião proscrita, se torna a religião associada ao poder, com os privilégios materiais e simbólicos que esse novo status o proporcionava.

É importante destacar que o cristianismo teve de sobressair à pluralidade religiosa do Império, o que exigiu, de acordo com Silva (2010, p. 65), em diversas circunstâncias, a adoção de um comportamento inflexível e em algumas vezes violento, dado que os principais atingidos foram os pagãos e heréticos. Peter Brown (1992, p. 129) anuncia que devemos nos atentar para a existência de uma decalagem evidente entre as aspirações missionárias do Estado romano e a sua capacidade efetiva de obter a adesão

imediatos dos grupos sociais à nova fé, de maneira que a cristianização do Império não pode ser compreendida nem em termos da consumação de um destino inexorável, o que a dotaria de um sentido teleológico impossível de ser aferido do ponto de vista histórico, nem tampouco como um processo isento de tensões e contradições internas. Porém Gilvan da Silva no texto “Sementes da intolerância na Antiguidade Tardia: João Crisóstomo e o confronto com os judeus de Antioquia”, contrapõe a ideia de que a fidelidade a qualquer doutrina ortodoxa ancorada nos ensinamentos de Cristo não é a derivação da identidade cristã e, tão pouco, a própria definição da “natureza” do cristianismo, mas sim o resultado histórico do confronto estabelecido pelas lideranças eclesíásticas com outras denominações religiosas à época, o que leva o autor a considerar a formação da identidade cristã no século IV como uma construção que se faz na

[...]confluência das relações mantidas entre as congregações locais e seus vizinhos imediatos, relações essas que, em virtude do apoio dispensado pelo poder imperial à igreja, muitas vezes adquiriram um conteúdo áspero, violento, intolerante. É preciso reconhecer, além disso, que no século IV o cristianismo não apresentava a uniformidade litúrgica, dogmática ou disciplinar que por vezes somos tentados a lhe atribuir com base apenas na leitura de um ou outro testemunho, mais não fosse pelo fato que os séculos IV e V representam justamente um momento de proliferação das heresias, com a conseqüente reação que conduzirá, ao fim e ao cabo, à vitória (parcial, nunca é demais reiterar) da ortodoxia nicena. Desse ponto de vista, as comunidades cristãs dispersas pelo *orbis romanorum* exerciam a sua religiosidade de múltiplas maneiras bem como estabeleciam padrões próprios de sociabilidade com os pagãos e os judeus, o que incluía ao mesmo tempo a ambientação em um contexto cultural comum e a adoção de práticas mútuas de retaliação, dentro de uma lógica ambivalente de cooperação e concorrência.

Mediante ao processo, de longo prazo denominado de “cristianização”, o autor da *Collatio Legum Mosaicarum et Romanarum* se utiliza da legislação para dar mais representatividade aos membros das comunidades cristãs que estavam em concorrência com outros grupos sociais, com o intuito de buscar maior representação na sociedade tardo-antiga. Por fim, é importante frisar, que no contexto histórico do século IV d.C não encontramos uma hegemonia cristã em detrimento dos outros grupos sociais e religiosos (SILVA, 2013, p. 93), mas mediante a análise do documento vemos a inserção cristã no âmbito jurídico e, ainda, temos a atuação dos bispos no período de governo do imperador Constantino, no qual fortaleceu os clérigos dando a legalidade de culto a sua religião, como também, a oficialidade dos seus atos sobre julgamentos de desavenças entre os membros da igreja e vizinhos, nas *audientiae episcopales* em que os bispos

interpretavam as leis romanas nos julgamentos realizados sem abrir mão de sua perspectiva cristã.

Referências bibliográficas

Documentação primária

COLLATIO LEGUM MOSAICARUM ET ROMANARUM. In: FRAKES, R. **Compiling the collatio legum mosaicarum et romanarum in late antiquity**. Oxford: Oxford University Press, 2013.

BÍBLIA DE JERUSALÉM. **Nova edição, revista e aplicada**. São Paulo: Paulus. 2002

Obras de apoio

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Edições 70, 2009.

BROWN, P. **Power and persuasion in Late Antiquity**. Madison: The University of Wisconsin Press, 1992.

BURKE, P. **A arte da conversação**. São Paulo: UNESP, 1995.

BRETONE, M. **História do direito romano**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

CARVALHO, M. M. Um caso político-cultural na antiguidade tardia: o Imperador Juliano e seu conceito de educação. *Acta Scientiarum*, v. 32, n. 1, p. 27-39, 2010.

CHARTIER, R. **A historia cultural entre praticas e representações**. Rio de Janeiro: Forense, 1966.

FRIGUETTO, R. Religião e política na Antiguidade Tardia: os godos entre o arianismo e o paganismo no século IV. **Dimensões**, v. 25, p. 114-130, 2010. Disponível em: < <http://www.periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/2546> > Acesso em: 10 Junho. 2016.

SANTOS, P. P. A. dos. **A Septuaginta (LXX):** a Torá na diáspora judaico-helenista. Arquivo Maaravi: Revista Digital de Estudos Judaicos da UFMG. Belo Horizonte, v. 2, n. 2, 2008. Disponível em: <
<http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/maaravi/article/view/1596/1683> >
Acesso em: 10 Junho. 2016.

SILVA, E. C. M. da. **Igreja, conflito e poder no século IV d.C.:** João Crisóstomo e o Levante das Estátuas em Antioquia. 2006. 187 f. Tese (mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciência Humanas e Naturais. 2006.

SILVA, É. C. M. da. **História, Historiografia e documento:** o estudo sobre judeus e cristãos em Antioquia-de-Orontes (séc. IV d. C.). Romanitas - Revista de Estudos Grecolatinos, v. 1, p. 90-102, 2013. Disponível em: <
<http://periodicos.ufes.br/romanitas/article/view/6255/4567>>. Acesso em: 10 Junho. 2016.

SILVA, G. V. da. **A configuração do Estado Romano no Baixo Império.** História, São Paulo, v. 17/18, p. 199-223, 1999.

SILVA, G. V. da. O fim do mundo antigo: uma discussão historiográfica. **Mirabilia: electronic journal of antiquity and middle ages**, n. 1, p. 57-71, 2001.

SILVA, G. V. da. Sementes da intolerância na Antiguidade Tardia: João Crisóstomo e o confronto com os judeus de Antioquia. **Dimensões**, vol. 25, p. 63-81, 2010.

PRESENTISMO, DISTOPIA E RELAÇÃO COM O ESPAÇO URBANO EM *O CAÇADOR DE ANDROIDES* DE PHILIP K. DICK

Taynna Mendonça Marino²¹³

Introdução

Desde a década de 1950 obras de ficção científica e filmes de caráter distópico começaram a se tornar populares ao retratarem histórias de futuros com grandes impérios corporativos, de alta tecnologia intrusiva e sociedades opressivas. Entre os clássicos de ficção científica podemos exemplificar a obra *Do androids dream of electric sheep?* de Philip K. Dick, publicada em 1968, e que deu origem ao filme *Blade Runner: o caçador de androides*, a qual será o nosso objeto de pesquisa. O objetivo dessa comunicação é mostrar de que forma a ficção científica se insere no debate da teoria da história, tendo como objeto o cenário distópico construído por Philip Dick. A partir do livro, percebemos que a distopia presente na ficção científica resulta de uma inflexão dos avanços tecnológicos e crises ideológicas no período compreendido como pós-modernidade. E essa narrativa distópica também se insere no debate da teoria da história, sobre o qual atesta Gumbrecht que estaríamos numa crise do cronótopo moderno mediante o que parece ser o surgimento de um novo paradigma da história profundamente distópico. Observamos também a relação da distopia com a história, a partir do regime de historicidade presentista, proposto por François Hartog, e na quebra no horizonte de expectativas, tendo como base as reflexões de Reinhart Koselleck. Dessa forma, proporemo-nos a analisar as relações humanas e de consumo numa sociedade estruturada por avanços tecnológicos, tendo como bibliografia alguns autores, tais como David Harvey, Hebert Marcuse, James Hillman e Zygmunt Bauman, que se propuseram a analisar a sociedade industrial capitalista e os avanços tecnológicos que surgem para redirecionar o comportamento do homem pós-moderno, e como isso afetou a relação do homem com o tempo e o espaço.

²¹³ Graduanda em História da Universidade Federal do Espírito Santo, vinculada pelo Programa Institucional de Iniciação Científica ao Laboratório de Estudos em Teoria da História e História da Historiografia da mesma instituição – UFES.

Em 1979, quando foi publicada *A condição pós-moderna*, o debate sobre o pós-modernismo já era efervescente nos domínios da crítica literária, da arquitetura e da sociologia. Naquele momento utilizou-se o termo pós-modernismo para designar o estado da cultura após as transformações que afetaram a regra dos jogos da ciência, da literatura e das artes a partir do fim do século XIX.

Liotard (1992) define o pós-moderno como:

[...] aquele que no moderno invoca o irrepresentável em apresentação dele mesmo, que recusa a consolação das formas corretas, que recusa o consenso do gosto permitindo a experiência comum da nostalgia pelo impossível, e inquire em novas representações – não para ter prazer nelas, mas para melhor produzir o sentimento de que existe algo irrepresentável. (LYOTARD, 1992, p. 8)

A pós-modernidade é tal como pensada por Lyotard (1992) e Steven Connor (1993), uma condição cultural presente nas sociedades mais desenvolvidas, marcadas pelo desenvolvimento econômico atrelado ao desenvolvimento tecnológico, que a partir das transformações científicas e artísticas iniciadas no final do século XIX culminaram em seu apogeu.

A partir do século XIX, e principalmente no século XX, presenciou-se no Ocidente a experiência de eventos dramáticos que mudaram o horizonte de expectativas em diversas sociedades. Se a utopia constituiu-se enquanto projeção da modernidade, a distopia parece surgir na pós-modernidade procurando marcar uma diferente e nova forma de olhar o futuro.

O futuro idealizado da modernidade torna-se imprevisível, as utopias são substituídas pelas distopias. Se o homem moderno almejava o futuro, o homem pós-moderno irá tentar ao máximo retardá-lo, tornando a projeção do futuro cada vez mais nebulosa. Sendo assim, o homem busca comprimir o seu futuro ao mesmo que expande o seu presente.

Haja vista essa mudança no horizonte de expectativas, a partir da década de 1950 há o surgimento de obras de ficção científica e filmes de caráter distópico, com temáticas envolvendo: dominação da sociedade pelo uso da tecnologia, dominação por grandes corporações empresariais monopolistas, medo da Guerra Fria, da invasão comunista, exploração espacial, avanços da robótica e da cibernética, superpopulação, falta de

alimento, de combustível, encontro com seres extraterrestres, poluição, etc.

Philip K. Dick destaca-se por ser um clássico escritor de ficção científica da pós-modernidade e por ter explorado em muitas de suas obras temas como a realidade e a humanidade. Entre suas obras de maior repercussão temos *Paycheck* [O Pagamento] e *A Scanner Darkly* [O Homem Duplo], além de vários contos que deram origem a filmes, como *Total Recall* [O Vingador do Futuro] e *Minority Report* [Minority Report – A Nova Lei]. Os temas dickianos também estão presentes em diversos filmes os quais ele influenciou e que ainda hoje mantém o seu legado vivo, tais como *Fight Club* [Clube da Luta], *Being John Malkovich* [Quero Ser John Malkovich], *Eternal Sunshine of the Spotless Mind* [Brilho Eterno de uma Mente sem Lembranças], *The Truman Show* [O Show de Truman: O Show da Vida], *12 Monkeys* [Os Doze Macacos], *Dark City* [Cidade das Sombras], *Donnie Darko*, *Inception* [A Origem], *A Nightmare on Elm Street* [A Hora do Pesadelo], e é claro, a trilogia *Matrix* das irmãs Wachowski.

Se olharmos apenas os filmes adaptados de suas obras, veremos que eles são repletos de paranoia, de supostas verdades que são desconstruídas e de uma realidade que está em constante mudança, onde há sonhos dentro de sonhos e a memória não é uma aliada confiável. É assim em todas as suas histórias e seus impérios corporativos, de alta tecnologia intrusiva e sociedades distópicas opressivas. Seus romances tem um toque alucinante, e enquanto as lemos, é sempre bom considerar um pressuposto básico de que não há uma única e objetiva realidade.

Nosso objeto de análise é *O caçador de androides*²¹⁴ de Philip K. Dick, tradução do inglês *Do Androis dream of eletric sheep*²¹⁵, cuja primeira versão foi publicada em 1968 e depois adaptada para o cinema em 1982, dirigida por Ridley Scott sob o título de *Blade Runner: o caçador de androides*. O livro narra a aventura de Rick Deckard, um caçador de recompensas que vive na cidade de San Francisco pós-apocalíptica de 1992, resultado da chamada Guerra Mundial Terminus, onde a maior parte da população já havia partido para Marte e a Terra não passava de um lugar inóspito, carregado de partículas de

²¹⁴ Em edições mais recentes é possível encontrar o mesmo livro com o título **Androides Sonham com Ovelhas Elétricas?** e o subtítulo de **Blade Runner – O caçador de androides**.

²¹⁵ Essa indagação do título reflete uma questão filosófica básica que o livro propõe: que qualidades e características compõem um ser humano? Roy Baty, personagem "sombra" de Rick, parece ter muitos sonhos como o próprio Rick tem; sonhos de uma vida melhor e de ter a capacidade de entrar em fusão espiritual com Mercer. No entanto, Rick é enviado para matá-los como se eles não sonhassem. Este conflito enquadra o debate presente no romance sobre o valor da vida.

poeira radioativa e prédios abandonados. O enredo se desenrola quando Deckard assume o caso de caçar seis andróides Nexus-6 que estão se passando por humanos na Terra. Simultaneamente, o livro narra a história de John Isidore, um homem que permaneceu na Terra, levando uma vida marginalizada por não ter demonstrado possuir inteligência suficiente para viajar até Marte. Conhecido por ser um “debilóide”, Isidore vive em um prédio abandonado onde se encontrava sozinho até ser interceptado por uma mulher, a qual ele, em primeiro momento, não percebe se tratar de um andróide.

O livro traz em seu cerne o relacionamento homem-máquina, onde conflitos entre humanos e andróides geram questionamentos mais intensos sobre onde começa e onde termina a humanidade. Numa época na qual a inteligência artificial ganha consciência, andróides se camuflam entre os humanos na Terra, e estes os caçam ao mesmo tempo em que também se vê uma convivência pacífica entre humanos e andróides disfarçados, ou que ainda não haviam descoberto sua identidade real devido a possibilidade de se ter uma memória humana implantada. No livro, o próprio protagonista Rick Deckard, é questionado sobre sua identidade e se ele não viria a ser também um andróide.

Esse romance traduz muito bem o contexto histórico em que foi escrito: o pessimismo da Guerra Fria, a guerra nuclear, a corrida espacial e a colonização de Marte, carros voadores etc., ou seja, tudo isso ecoa nessa ficção científica dos anos 1960. No decorrer da obra surgem questões que envolvem o papel da religião, as formas de alienação, a busca por um status social e, majoritariamente, a humanidade dos personagens. Essa obra é também uma crítica ao consumismo, à reificação das relações humanas, à idolatria e ao poder do dinheiro.

Para analisarmos a distopia presente na obra dickiana, utilizamos alguns autores que se propuseram a analisar a sociedade industrial capitalista e os seus avanços tecnológicos que surgem para redirecionar o comportamento do homem pós-moderno, através de novas noções de liberdade, direitos, individualidade, e como isso afetou a concepção de futuro.

Primeiramente, o conceito de pós-modernidade proposto por Jean-François Lyotard (1992) cujo referencial é a arte, vista como algo sublime, composta de uma poderosa e ambígua fruição. Para Lyotard, o sublime se diferencia do belo na medida em que este representa um prazer resultante da capacidade de boa representação, enquanto o outro

tem o prazer inserido numa condição ambígua com a dor proveniente do lapso ou da falta de conexão interna com o subjetivo. Lyotard delinea seu raciocínio com o foco na estética e na política, orientado por ideias freudianas a respeito dos esquemas psíquicos que são base de todo o conhecimento. Para ele, as questões de produção, transmissão e armazenamento do conhecimento estão diretamente ligadas às práticas culturais, à formação de identidades subjetivas e à relação entre os indivíduos dessa sociedade.

Na obra *A ideologia da sociedade industrial* (1973), Hebert Marcuse traz uma teoria crítica do racionalismo da sociedade moderna, sobretudo numa análise do ponto de vista das aptidões da sociedade para aprimoramento da condição humana. Para ele, as tecnologias avançadas inseridas nessa sociedade são capazes de satisfazer as vontades humanas, criando novos bens de consumo que agilizam ou que tornam mais eficientes as atividades cotidianas dos homens, mesmo que de forma artificial.

Em contraponto, Marcuse faz uma análise das sociedades altamente industrializadas e critica tanto os países comunistas quanto os capitalistas, por suas falhas no processo democrático, por serem incapazes de dar igualdade de condições para seus cidadãos. Essa modernização torna-se um meio de controle social bastante eficaz no que tange a criação de bens supérfluos que cada vez mais redirecionam as necessidades de prazer e satisfação dos indivíduos.

O aparato produtivo nessa sociedade torna-se autoritário, pois além de determinar habilidades e atitudes, redireciona necessidades e aspirações. O sistema tecnológico se faz instrumento de controle e coesão social que engloba todo o sistema político, econômico e cultural, formando o que Marcuse denomina de homem-unidimensional.

A sociedade industrial avançada criava falsas necessidades que integravam o indivíduo ao sistema de produção e de consumo: comunicação de massas e cultura, publicidade, administração de empresas e modos de pensamento contemporâneos apenas reproduziam o sistema existente e cuidariam para eliminar negatividade, críticas e oposição. O resultado disto era um universo unidimensional de ideias e comportamento, no qual as verdadeiras aptidões para o pensamento crítico eram totalmente anuladas.

N'O *caçador de andróides* é possível aplicar claramente o modelo do homem unidimensional. A começar com o "órgão de condicionamento mental Penfield" trazido

no livro, que é programado para transmitir uma descarga elétrica pelo alarme automático do aparelho que faz com que humores ou estados de espírito sejam implantados na mente humana. É só discar um número referente ao estado que deseja e programá-lo. Ou seja, trata-se de uma forma de controle das mentes e que impõe de forma autoritária como se sentir e como agir.

Em um cenário de solidão, de vazio existencial, a falta de expectativas do futuro predomina. Com isso, o indivíduo busca um mínimo de conforto, seja programando o seu estado de espírito, ou se apegando a valores ditos humanos, como a empatia. O autor discorre sobre a empatia em sua obra quando traz a importância do animal elétrico num mundo pós-apocalíptico onde a maioria dos animais foi extinta e aqueles que sobraram são comercializados a preços exorbitantes, de modo que a maioria da população não tem acesso a eles. Vemos aqui que ter um animal representava uma relação de afeto para com um ser vivo e que, teoricamente, os andróides não possuíam. Devido à dificuldade de se obter um animal verdadeiro, é possível substituí-lo por um elétrico, visto que ter um animal simbolizava a ascensão individual e a empatia, um pré-requisito para ser considerado humano. Dessa forma, nessa sociedade distópica, o indivíduo era obrigado a tratar e a gostar do animal como se fosse vivo, de modo que ninguém descobrisse a farsa. Não possuir um animal era visto como antiético e antiempático. Assim percebemos a tirania exercida por um objeto ao molde capitalista.

Outra forma de se obter empatia seria através da “caixa de empatia”: “a posse mais pessoal que uma pessoa pode ter! É uma extensão de seu corpo. É a maneira como você toca outros seres humanos, a maneira como deixa de estar sozinho [...]” (DICK, 1989, p. 78). Essa caixa de empatia fazia com que os humanos entrassem em comunhão, ao se desligarem do mundo a sua volta e interagirem com um mundo que só pode ser vivido através de um objeto inanimado que permite a comunicação entre pessoas de diversas localidades no mundo inteiro.

No cenário mundial em que foi escrita a obra uma grande inovação tecnológica surgia para revolucionar o funcionamento tradicional das sociedades modernas como o fizeram, a seu tempo, a imprensa, a máquina a vapor, a eletricidade ou o rádio. Já na década de 1960, Philip K. Dick poderia estar prenunciando o surgimento da internet.

Podemos também fazer uma conexão estreita entre o desenvolvimento do capitalismo e

a urbanização ao longo da história, como atesta David Harvey sobre a forma como o capital sempre conseguiu se acumular a partir da urbanização. O capital, ao precisar expandir a sua demanda, faz com que as pessoas tenham novas necessidades. Um exemplo disso foi a criação do automóvel, na segunda metade do século XIX, antes visto como um item de luxo e que passa a ser um artigo de necessidade. E ao criar novas necessidades, a partir dos avanços tecnológicos, a vida urbana gera cada vez mais demandas. Quem sabe daqui a algum tempo não tornaremos o *hovercar* artigo de necessidade tal como na obra de K. Dick?

A vida cotidiana em áreas urbanas, portanto, tornou-se estruturada em torno da criação de novas necessidades e de desejos sociais, que se tornam requisitos para se viver nas cidades. A urbanização é uma parte crucial da história da dinâmica de acumulação do capital. Em paralelo a essa urbanização, vê-se o surgimento de crises políticas, populacionais, de superprodução, de poluição, de trânsito, de mudança climática, etc. Atualmente, o modo como a cidade se estruturou a partir desse modelo de produção e consumo, afeta não apenas, a longo tempo, o planeta e as relações sociais, como também a nossa concepção de futuro. No prefácio do livro *A Condição Pós-Moderna*, Barbosa afirma que:

A Pós-Modernidade substituiu a concepção de progresso pela de crise e de incredulidade. Na verdade a era pós-moderna aponta-nos para o cibernético, o informático e o informacional, onde o saber científico está na informação transformada em conhecimento na forma organizada, estocada e preparada para a sua distribuição e, no limite, em termos de bits. (Barbosa, 1985)

Na era pós-moderna temas como razão, sujeito, totalidade, verdade e progresso são conceitos vazios e em crise. Converte-se na era do efêmero, do fragmentário, do caótico. Na verdade, é uma era descontínua, sempre enfatizando a possibilidade de lidar com a realidade através do pensamento racional. A era pós-moderna é fruto da modernidade, a qual não realizou as promessas de progresso infinito.

Em *Cidade e Alma*, James Hillman (1993) analisa conceitos como “cultura” e “desordem” que se farão necessários para compreender várias questões relativas à vida na cidade, como o urbanismo, os meios de transportes, a guerra, a violência, o poder do dinheiro e a beleza, e de que forma as relações humanas vão sendo geridas numa sociedade capitalista. Hillman vê a paisagem urbana com uma constante desordem, que lhe é característica e que possibilita a formação de uma “alma” da cidade.

Zygmunt Bauman (2001) afirma que, nos tempos atuais, as relações entre os indivíduos nas sociedades tendem a ser menos frequentes e menos duradouras, onde “as relações escorrem pelo vão dos dedos”. Ele busca compreender o que constitui o homem pós-moderno e propõe, assim, uma análise da face desumana do capitalismo.

Desse modo, a forma como o homem pós-moderno interage com o espaço urbano, produz novas formas de socialização e de criação de uma mentalidade intrínseca ao mundo material. Concebe-se agora uma imaginação comum de um futuro que se estende no presente, como um horizonte de expectativa distópico, suscitando uma relação da distopia como uma fronteira do presentismo.

A História²¹⁶, tal como afirma Koselleck (2006) compõe-se

[...] a partir dos dois modos de ser, o da recordação e o da esperança. Esperança e recordação, ou mais genericamente, expectativa e experiência – pois a expectativa abarca mais que a esperança, e a experiência é mais profunda que a recordação – são constitutivas, ao mesmo tempo, da história e de seu conhecimento, e certamente o fazem mostrando e produzindo a relação interna entre passado e futuro, hoje e amanhã, [...] são duas categorias adequadas para nos ocuparmos com o tempo histórico, pois elas entrelaçam passado e futuro. (KOSELLECK, 2006, p. 308)

Do mesmo modo:

Passado e futuro jamais chegam a coincidir, assim como uma expectativa jamais pode ser deduzida totalmente da experiência. Uma experiência, uma vez feita, está completa na medida em que suas causas são passadas, ao passo que a experiência futura, antecipada como expectativa, se decompõe em uma infinidade de momentos temporais. (KOSELLECK, 2006, p. 310-311)

Assim, toda experiência é uma elaboração aditiva do passado, que não cria continuidade, mas que se expressa num mesmo espaço com tudo que é possível se recordar. Já a expectativa é ligada por uma linha que se abre no futuro a um novo espaço de experiência, mas como esse espaço não pode ser contemplado devido ao futuro ser uma possibilidade, ela se expressa no horizonte, com um limite absoluto, uma realidade não experimentada.

No livro, esse espaço de experiência do futuro já é antecipado e vivido no hoje. Ocorre assim uma quebra com o horizonte de expectativa, já que ele se transforma em distopia

²¹⁶ Tradução de *Geschichte*. Até meados do século XVIII, o termo história (em alemão, *Historie*) era sempre usado no plural para designar narrativas particulares. O Iluminismo altera essa relação do homem com o tempo. No lugar da *Historie*, entra a *Geschichte*, termo da língua alemã que designa uma sequência unificada de eventos, que vistos como um todo constitui a marcha da humanidade.

no agora e não no futuro. O futuro não mais existe, pois o presente já é suficientemente trágico e caótico. É uma distopia presentista, pois o presente é vivido como se fosse o último dia, o estágio final da vida. A esperança de um futuro não faz parte dessa sociedade que não mais enxerga o futuro como uma possibilidade de redenção ou de renascimento de uma nova vida, um novo espírito de humanidade.

Um trecho do livro que representa essa distopia narrada pela protagonista Rick Deckard:

Este ensaio terminará, a representação terminará, os cantores morrerão, finalmente a última partitura da música será destruída, de uma forma ou de outra. No fim, o nome Mozart desaparecerá e a poeira terá vencido. Se não neste planeta, então em outro. Podemos evitá-la durante algum tempo. Como os andros podem me evitar e existir por um período finito um pouco maior. Mas eu os pego ou algum outro caçador de cabeças. De uma certa maneira – deu-se conta –, sou parte do processo de entropia que destrói formas [...]. (DICK, 1989, p. 112)

Relacionamos esse estudo à crise do cronótopo moderno de história proposto por Gumbrecht, que para Hartog relacionaria-se à mudança de regime de historicidade moderno para o presentista e que também repercutem das reflexões de Koselleck, os quais alegariam estar em curso uma mudança na consciência histórica derivada da expansão radical do presente, prescindida da experiência do passado, e ao se projeta no horizonte, em direção ao futuro, comprime-se e vê o futuro “como um espaço aberto de novidades e expectativas, ou de aperfeiçoamento necessário” em que há o receio do presente não mais se projetar adiante, mas “que mergulha cada vez mais nas experiências atuais e em sua exacerbação”. (BENTIVOGLIO, 2016, p. 17)

Segundo Julio Benvoglio (2016), relacionamos a literatura distópica e a teoria da história com:

a gestação de um novo paradigma poético-linguístico, pré-crítico e metahistórico. E que esse paradigma, no século 21 é eminentemente distópico. Ou seja, a atual consciência na historiografia é um modo preciso de pensamento, cuja pré-elaboração do enredo, de início ou de partida é, em si mesmo desconfiada, seja das capacidades científicas da história, seja das evidências ou da materialidade do passado, seja das verdades produzidas pela história em relação àquele. Crise do referente, sem dúvida, fruto de um maior ceticismo epistemológico, posto que a história, cada vez mais é reconhecida, também, como um artefato literário. [...] Desse modo, a distopia seria esse protocolo linguístico contemporâneo, preenchido por elementos léxicos, gramaticais, sintáticos e semânticos por meio do qual o historiador performaria suas narrativas do passado, [...] numa representação que será reconhecida tacitamente pelos leitores, preparando-os para compreendê-las.

(BENTIVOGLIO, 2016, p. 12)

Em suma, vemos que o conceito de distopia e a produção de narrativas distópicas, como a de Philip K. Dick, inserem-se no debate sobre as realidades e expectativas da teoria da história atual e nos faz perceber que novos caminhos precisam ser trilhados para compreensões a respeito do conceito de história e do saber histórico.

Para tanto, percebe-se que cada vez mais temas que eram apropriados pela literatura aparecem em pesquisas científicas. É o caso da distopia, que desponta como uma inovação do ponto de vista da temática e traz um ar instigante à pesquisa científica pela utilização de um livro de ficção científica como objeto de pesquisa em História. Isso nos revela o caráter multidisciplinar da história e como é desafiador buscarmos conexões com outras áreas. Uma das propostas dessa pesquisa é mostrar que a história tem estreitas relações com a literatura, e assim como a arte, se faz a partir de qualquer manifestação humana.

Referências bibliográficas

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BENTIVOGLIO, Julio. **História e distopia**: A imaginação histórica no alvorecer do século 21. Vitória: s.n., 2016.

DICK, Philip K. **O Caçador de Andróides**. 4 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

HARTOG, François. **Regimes de Historicidade**: Presentismo e Experiência do Tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.


HARVEY, David. **The Right to the City**. New Left Review, n. 53, 2008. Disponível em: <<https://newleftreview.org/II/53/david-harvey-the-right-to-the-city>>. Acesso em: 06 abril 2016.

HILLMAN, James. **Cidade e alma**. São Paulo: Studio Nobel, 1993.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: Contribuição à semântica dos tempos históricos. Contraponto; PUC Rio: Rio de Janeiro, 2006.

LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna**. Trad. Ricardo Corrêa Barbosa. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.

MARCUSE, Hebert. **A ideologia da sociedade industrial: o homem unidimensional**. 4 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

A black and white photograph of a nuclear explosion's mushroom cloud. The cloud has a large, billowing white top and a thick, dark column of smoke and debris rising from the ground. The background shows a landscape with hills and a sky filled with smaller clouds.

Este livro reúne as comunicações apresentadas no 9º Seminário Brasileiro de História da Historiografia, realizado na cidade de Vitória, entre os dias 23 e 25 de maio de 2016 pelo Núcleo de Estudos de História da Historiografia e Modernidade (NEHM) da Universidade Federal de Ouro Preto e o Laboratório de Estudos em Teoria da História e História da Historiografia (LETHIS) da Universidade Federal do Espírito Santo. O evento contou ainda com o apoio dos Programas de Pós-graduação em História de ambas instituições, UFES e UFOP, bem como com a Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia (SBTHH).

Os Organizadores

